

FERNANDO MICHELOTTI

## **TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO AGROMINERAL**

Relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão

Rio de Janeiro  
2019

### CIP - Catalogação na Publicação

M 623t Michelotti, Fernando Territórios de produção agromineral: relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense / Fernando Michelotti. -- Rio de Janeiro, 2019.  
388 f.

Orientador: Carlos Antônio Brandão. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

1. Agro-mínero-negócio. 2. Luta pela Terra. 3. Complexo Territorial. 4. Sudeste Paraense. I. Brandão, Carlos Antônio, orient. II. Título.

FERNANDO MICHELOTTI

## TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO AGROMINERAL

Relações de Poder e Novos Impasses na Luta pela Terra no Sudeste Paraense

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora



---

**Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão** (orientador)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro / IPPUR



---

**Prof. Dr. Henri Acelrad**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro / IPPUR



---

**Profa. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro / IPPUR



---

**Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves**  
Universidade Federal Fluminense / PosGeo



---

**Prof. Dr. Sérgio Pereira Leite**  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / CPDA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) através de acordo com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA) para concessão de bolsa de doutorado para docente e apoio à mobilidade (edital FAPESPA N° 18/2014) e bolsa de doutorado sanduíche no exterior (proc. n° 88881.134452/2016-01).

A Ayala, Charles, Giselda, Isabel e Maria Raimunda  
e todas/os que enfrentam a concentração de terra e de poder na Amazônia

## AGRADECIMENTOS

Meu envolvimento com a temática desta pesquisa remonta ao ano de 2002, quando ingressei como docente do campus de Marabá da Universidade Federal do Pará, hoje transformado em Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, portanto antecedendo ao próprio curso de doutorado. Ao longo dessa trajetória, tive a oportunidade de conviver com inúmeros camponeses, militantes de movimentos sociais, estudantes, professores e pesquisadores que contribuíram de forma decisiva para minha compreensão sobre a questão agrária no sudeste paraense e deixaram suas marcas neste trabalho. Dada a impossibilidade de nomeá-los para um merecido agradecimento individualizado, registro a importância da convivência com as pessoas do LASAT-NEAF, da Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá, do movimento nacional e regional pela educação do campo, da FETAGRI – Regional Sudeste do Pará e do MST. De forma particular, agradeço a equipe do projeto *Contentious Land Change in the Eastern Amazon*, especialmente a profa. Edna Castro e o prof. Stephen Aldrich pelo estímulo para estudar o polígono dos castanhais.

Nos anos que antecederam o início do curso de doutorado, minha participação no projeto de implementação do Instituto de Agroecologia Latino Americano da Amazônia – IALA da Via Campesina, representou uma oportunidade intensa de diálogo sobre o tema da questão agrária em suas interfaces com a questão regional e com os desafios da emancipação dos camponeses assentados, sua organização política, produção agroecológica, práticas educativas e produção de conhecimentos. Os debates com a coordenação pedagógica do projeto, especialmente Ayala, Charles, Regina e Pedrão, pelo MST, e os colegas Amintas, Beatriz, Bruno e Haroldo, foram extremamente enriquecedores e trouxeram-me novas perspectivas de olhar acadêmico e político que, de várias formas, estão presentes nesta pesquisa.

Durante o período da pesquisa da tese, em Marabá, tive importantes apoios, aos quais agradeço. No âmbito da universidade, o recém-formado Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional – IEDAR, ao qual fui integrado, e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação deram-me todo o suporte institucional, assim como o Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará – LERASSP / Projeto Diagnóstico da Agricultura Familiar deu-me grande suporte acadêmico,

especialmente através dos professores Rogério Rego Miranda e Rodrigo Muniz. Outras instituições públicas, como o INCRA SR-27, especialmente através da eng. agrônoma Ester Marques de Souza e da geógrafa Ghislaine da Penha Rodrigues, a ADEPARÁ - Marabá, através do médico veterinário Sérgio Luís Amaral e a SECTAM – PA, através da equipe do CAR, foram bastante prestativas no fornecimento de informações. Igualmente, organizações e movimentos sociais como a CPT, o MST, o CEPASP, a FETAGRI/STTR, a empresa de assistência técnica Extensão Carajás e o pesquisador/professor Airton Pereira Reis (UEPA) foram fundamentais ao disponibilizarem entrevistas e consultas aos seus arquivos.

Para além do apoio institucional, agradeço às seguintes pessoas ligadas às instituições e organizações acima citadas que me concederam entrevistas, contribuindo fortemente para a construção das reflexões aqui apresentadas: Ari Santos (MST), Charles Trocate (MST), Emanuel Wambergue (CODETER); Gabriel Gonçalves Machado (Extensão Carajás), Ghislaine da Penha Rodrigues (INCRA-SR 27), Giselda Coelho Pereira (MST), José Batista Gonçalves Afonso (CPT), José Maria M. Cajueiro (STTR Marabá), Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP) e Sávio Coelho Alves (IFPA – CRMB).

Complementa o suporte a esta pesquisa o estimulante ambiente acadêmico a que tive acesso durante o curso de doutorado. Agradeço aos professores do IPPUR e aos colegas da turma de doutorado pelas reflexões coletivas e pela dedicação ao fazer científico. De forma muito especial, agradeço a toda a equipe do Observatorio Latino Americano de Geopolítica – OLAG do IIEc / UNAM que me recebeu para o período de sanduíche, sobretudo os professores/pesquisadores Ana Ester Ceceña, Raúl Ornelas, Daniel Inclán, David Barrios e Rodrigo Yedra, cujo carinho pessoal, estímulo acadêmico, rigor científico e envolvimento político crítico tornaram-se uma grande inspiração para mim.

O professor Carlos Antônio Brandão, meu orientador, foi uma referência constante na elaboração desta tese, tanto pelas sugestões específicas no decorrer do trabalho, como pela inspiração contida na sua vasta produção científica e docente. Além dele, agradeço aos professores Henri Acselrad e Sergio Pereira Leite, que participaram da banca de qualificação e aos professores Carlos Walter Porto-Gonçalves e Hipólita Siqueira de Oliveira que, junto com os três primeiros, participaram da banca de exame

da tese, não apenas pela leitura atenta e sugestões a este trabalho, como por toda a produção acadêmica e política extremamente estimulante.

Esse percurso acadêmico só foi possível pelo suporte institucional e financeiro da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, que me concedeu afastamento integral para a realização do doutorado (portaria nº 092/2015), do acordo CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará que me concedeu a bolsa de doutorado para docente e apoio à mobilidade (edital FAPESPA nº 018/2014) e da CAPES que me concedeu bolsa de doutorado sanduíche no exterior (proc. nº 88881.134452/2016-01).

Agradeço também as pessoas com quem estabeleci ou aprofundei laços pessoais de amizade e afeto e que, de diferentes maneiras, participaram desse processo de elaboração da tese, compartilhando reflexões, angústias e felicidades. Meus filhos Estevão e Pedro, cada vez mais companheiros no sentido pleno da palavra; minha mãe, Marilúcia, e minhas irmãs Gabriela e Alexandra que, junto com Assis, Laura e Carol, são aquela parte da gente que anda espalhada pelo mundo; Bia e Nico, Bruno e Tati, Haroldo, Lu e Catarina, Marcelo Barbosa, Gustavo Vitti, que foram minha família no Rio; os colegas de turma de doutorado, especialmente os amigos Eclea Moraes e Marcelo Rodriguez; *mi familia mexicana*, Rodrigo y Anna, que me receberam de forma muito especial na Cidade do México; Claudiana e Laura, que a distância só nos aproximou!

Por fim, embora de muita riqueza pessoal, meu curso de doutorado transcorreu durante anos muito duros (2015 a 2018) para todos aqueles que, no Brasil, acreditamos na possibilidade de um mundo baseado na cooperação, na solidariedade, no respeito à diversidade e na emancipação humana. Agradeço a todas as pessoas que seguem acreditando nesse outro mundo possível e necessário e que, de diferentes formas, lutam e se manifestam para resistir aos retrocessos. Vocês são imprescindíveis!



[...] a nossa peculiar “revolução burguesa”, começada há pelo menos 150 anos, em vez de permitir a passagem a uma “ordem competitiva”, manteve um pacto de dominação social férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, que se caracterizou, do ponto de vista político, por uma oscilação permanente entre uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário. [...] Recorrendo periodicamente a golpes militares ou a intervenções políticas salvacionistas, o férreo pacto de poder conservador das classes dominantes não permitiu, até hoje, uma acumulação política de forças populares que levasse a uma participação societária ampliada, capaz de produzir uma verdadeira ordem democrática.

(Maria da Conceição Tavares, 2000, p. 137; 143)

## RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo interpretar os confrontos territoriais na atual região sudeste paraense articulados em torno da luta pela terra, entendendo-os como resultante tanto de processos históricos e geográficos de longa duração, como de novas forças e vetores que alcançaram a região no período mais recente e impulsionaram mudanças estruturais das relações sociais e espaciais. Em ambos os casos, foram consideradas tanto as forças e vetores que impulsionam uma produção capitalista do espaço hierarquicamente subordinada a processos mais gerais de acumulação de capital e poder, como forças sociais produtoras de contra-espços baseadas em projetos, perspectivas e sentidos próprios e, em muitos casos, antagônicos. As disputas territoriais materializadas por esses agentes, assim como o próprio espaço produzido em cada momento histórico, inclusive no momento atual, são resultantes desses confrontos e das hierarquias de poder entre eles que tanto expressam processos passados como criam condicionantes para os processos futuros. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa apoiou-se no reconhecimento dos agentes socioeconômicos estruturantes dessas relações territoriais, sua capacidade de apropriação dos meios de produção e de frações territoriais, bem como de representar interesses e estratégias, muitas vezes produzidos e decididos em escalas mais amplas, que aprofundam as hierarquias de poder que se condensam no território. Fundamentalmente, a análise transescalar desenvolvida procurou interpretar como o aprofundamento do caráter estratégico de um território para a produção de excedentes para os circuitos mundiais e nacionais de acumulação, materializada na produção agromineral, alterou as dinâmicas de confronto pela apropriação e dominação do espaço que se expressam na luta pela concentração ou desconcentração da terra e do poder. As especificidades do sudeste paraense, analisadas em um nível de maior concretude a partir de seus agentes e dos processos conflitivos de territorialização que eles representam, permitiram explicitar como se expressam tendências mais gerais da questão agrária e da questão regional brasileira, suas principais determinações atuais, as correlações entre as forças sociais em disputa, a configuração dos projetos hegemônicos, bem como os impasses e desafios enfrentados pelas forças subalternizadas.

**Palavras Chaves:** Agro-mínero-negócio. Luta pela Terra. Complexo Territorial. Sudeste Paraense.

## ABSTRACT

This research analyses territorial conflicts in the Southeast region of Pará articulated around the struggle for land, understanding them as resulting from long historical and geographic processes as well as new forces and vectors that have propelled structural changes in social and spatial relations. In this analyses, that have been considered both the forces and vectors that drive a capitalist production of space hierarchically subordinated to more general processes of accumulation of capital and power, as well social forces that produces counter-spaces based on own projects, perspectives and senses. The territorial disputes materialized by the agents in confrontation, as well as the space produced in each historical period, even nowadays, are the result of these confrontations and the hierarchies of power between them that express both cumulative past processes and conditions for future processes. From the theoretical-methodological point of view, the research was based on the recognition of the socioeconomic agents that structure these territorial relations, from their capacity of means of production and territorial fractions appropriation, as well as their capacity of representing interests and strategies, often produced and decided in broader scales. Fundamentally, this transescalar analysis aimed to interpret how the deepening of the character of this territory as a surpluses productor for global and national circuits of accumulation, materialized in the agromineral production, changed the dynamics of confrontation by the appropriation and domination of the space that are expressed in the struggle for concentration or deconcentration of land and power. The specificities of southeastern Pará, analyzed from the conflicting territorialization of its main agents, reveal how more general tendencies of the Brazilian agrarian and regional questions are expressed, contributing to explain its main current determinations, the correlations between social forces in confrontation, the definition of hegemonic projects, as well as the impasses and challenges faced by the subordinate forces.

**Keywords:** Agri-mineral-business. Struggle for the Land. Territorial Complex. Southeast Paraense.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 NOVAS DETERMINAÇÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA E REGIONAL</b> .....	24
2.1 Estratégia de acumulação rentista-agroindustrial: plataforma de valorização financeira e a emergência de uma economia do agronegócio ....	37
2.2 Novas determinações da questão agrária e regional: a produção das <i>commodities</i> e a expansão das fronteiras de acumulação .....	56
<b>3 LUTA PELA TERRA EM MARABÁ: HISTORICIDADE E GEOGRAFICIDADE</b> .....	70
3.1 Apropriação e dominação da terra e dinâmicas socioespaciais no sudeste paraense .....	76
3.2 A ‘Oligarquia do Tocantins’ e o monopólio da terra e da natureza .....	85
3.3 A emergência da questão da terra em Marabá .....	91
3.4 A luta pela terra e o processo de ocupação camponesa do Polígono dos Castanhais .....	113
3.5 Luta pela terra e política de assentamentos ..	120
<b>4 CIRCUITOS ESPACIAIS DE ACUMULAÇÃO E A EXPANSÃO DAS COMMODITIES NO SUDESTE PARAENSE</b> .....	148
4.1 Subsistema de produção e circulação mineral do sudeste paraense . ....	168
4.2 Subsistema mineral e suas articulações econômicas urbano – regionais	178
4.3 Subsistema de produção agropecuário do sudeste paraense .....	193
4.4 Complexo territorial de produção pecuária do sudeste paraense .....	206
<b>5 FUNDAMENTOS DA REPRODUÇÃO ECONÔMICA DO COMPLEXO TERRITORIAL AGROMINERAL DO SUDESTE PARAENSE</b> .....	222
5.1 O mercado de terras no sudeste paraense .....	249
5.2 A produção da terra – mercadoria e a expansão do complexo territorial....	266
5.3 Crédito rural e mecanismos de transferência e sujeição da renda da terra	276
<b>6 ESPAÇO E PODER: CONFRONTOS TERRITORIAIS E OS NOVOS IMPASSES NA LUTA PELA TERRA</b> .....	286
6.1 Corporações agrominerais no sudeste paraense e suas articulações trans-escalares .....	301
6.2 Frações locais do capital e os agentes da economia urbana-mineral .....	317
6.3 Luta pela terra e campesinato: novos impasses dos movimento sociais do campo .....	334
<b>7 CONCLUSÕES</b> .....	354
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	374

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o início do século XXI, no Brasil, vem ocorrendo um crescimento da produção de *commodities* agrominerais de exportação que tem provocado diferentes interpretações políticas e acadêmicas. Certas perspectivas de análises apologéticas desse processo chegaram a apontar o fim da ‘questão agrária’ como questão social relevante, decretando a inexorabilidade desse modelo de desenvolvimento da produção no campo. Em sentido diverso, autores como Delgado (2012), interpretaram esse processo como a emergência de uma economia política do agronegócio que aprofunda as dinâmicas do capital financeiro na agricultura, seus pactos políticos e também suas contradições. Svampa (2012), em termos latino-americanos, cunhou o termo “consenso das commodities” que expressa o poder hegemônico alcançado por estes pactos de poder em escala subcontinental.

Para essas perspectivas críticas, a força econômica, política e ideológica desse pacto do agronegócio ou das *commodities* foi um fator limitante no desempenho dos recentes governos progressistas da América Latina, tanto em função das fragilidades econômicas geradas pela inserção desses países nas dinâmicas mais gerais de acumulação como produtores e exportadores de produtos primários, como pelo bloqueio a mudanças estruturais nas relações de poder internas, em função do fortalecimento do poder oligárquico financeiro e patrimonial. Dada a força desse poder hegemônico, o próprio debate acadêmico sobre a reforma agrária foi sendo esvaziado, contribuindo para legitimar as narrativas de irrelevância social dos problemas da terra e de desconexão entre a concentração fundiária e os conflitos e violência no campo, a destruição ambiental, a insegurança e insuficiência alimentar, além da própria inserção subordinada nas relações econômicas internacionais.

No caso brasileiro, sua expressão mais direta foi o reforço a um bloco de poder rentista e patrimonialista, que levou a um bloqueio ao programa de reforma agrária, impedindo o avanço da democratização da estrutura fundiária com vistas à desconcentração da propriedade, da renda e do poder. Quando o PT assumiu a presidência da república, em 1º de janeiro de 2003, o programa nacional de reforma agrária já havia desapropriado aproximadamente 25,9 milhões de hectares para criação de assentamentos. Apesar de todas as expectativas de que a reforma agrária sob um governo federal comandado pelo partido dos trabalhadores fosse ter um

grande impulso, ao final do ano de 2014, portanto, após 3 mandatos completos encabeçados pelo PT, a área desapropriada tinha contabilizado um aumento de apenas 18,1%, alcançando o total de 30,6 milhões de hectares<sup>1</sup>. Contrastando com a área total dos estabelecimentos agropecuários recenseadas pelo IBGE em 2006, de 333,7 milhões de hectares, esse total acumulado em desapropriações corresponde a apenas 9,2%, o que está distante de uma reforma agrária efetiva capaz de alterar a estrutura fundiária do país.

Na área de abrangência da Superintendência Regional nº 27 do INCRA, que grosso modo corresponde à mesorregião sudeste paraense<sup>2</sup>, foco desta pesquisa, o desempenho dos governos petistas foi relativamente parecido. Essa mesorregião, uma das áreas com mais elevados quantitativos de conflitos agrários, já apresentava um total de 1,8 milhões de hectares desapropriados até 2002, passando para 2,1 milhões de hectares em 2014, o que significa um crescimento no período 2003-2014 de 17,6%, portanto relativamente menor do que o crescimento nacional. A área total dos estabelecimentos agropecuários nesta jurisdição, recenseadas pelo IBGE em 2006, foi de 10,5 milhões de hectares, sendo o total acumulado de desapropriações para fins de reforma agrária até 2014 de aproximadamente 20,0%, maior que a média nacional, mas longe de significar uma alteração significativa da estrutura fundiária regional.

Esses dados fazem dessa região um caso emblemático da disputa por terra no país marcada tanto pela quantidade dos conflitos ali registrados, reveladores da intensidade da luta pela terra, como pelo relativo sucesso na desapropriação de terras, maior que o dobro da proporção nacional. No entanto, também é uma região relevante para os estudos pela significativa reversão desse processo no período recente, uma vez que, apesar da área desapropriada acumulada ser maior que a média nacional, seu crescimento entre 2003 e 2014, foi inferior ao conjunto do país, indicando uma reversão significativa do processo.

Ao contrário das interpretações que apontam essa redução das

---

<sup>1</sup> Segundo relação disponibilizada pelo INCRA referente à emissão de decretos desapropriatórios – atualizada em 11/04/2017, disponível em <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11935> [acesso em 15/09/2017]. Desconsiderou-se, portanto, os dados totais sobre inclusão de famílias como beneficiárias da reforma agrária, posto que este dado contém muitas famílias que já eram posseiras e apenas foram reconhecidas pelo programa. Se esta ação permite incluí-las nos benefícios associados ao fato de ser 'cliente da reforma agrária', não contribui para alterações na estrutura fundiária pré-existente.

<sup>2</sup> A área de abrangência da SR-27 do INCRA corresponde à mesorregião sudeste paraense, excluídos os municípios de Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis.

desapropriações para criação de assentamentos de reforma agrária como desdobramento da consolidação do agronegócio como modelo de desenvolvimento do campo, esta pesquisa reconheceu, na continuidade dos conflitos agrários, no desflorestamento e na concentração fundiária, a persistência de uma problemática da terra associada a uma mudança na correlação entre as forças sociais que lutam pela desconcentração da propriedade fundiária e aquelas que atuam no sentido de reafirmação de um pacto latifundiário no país e na região. A interpretação da trama de processos econômicos, políticos e espaciais que se desencadearam nessa região e que levaram a alteração nas condições de confronto entre essas forças sociais, emergiu como a questão central dessa pesquisa.

O objetivo desta pesquisa, nessa perspectiva, foi caracterizar os aspectos contemporâneos da luta pela terra, compreendida como uma persistente expressão da inconclusa disputa no Brasil por projetos societários antagônicos, baseados na desconcentração/concentração da riqueza e do poder político. Com a opção por focar este estudo em uma escala regional específica, como a sudeste paraense, buscou-se caracterizar a luta pela terra contemporânea como resultante da articulação entre processos estruturais de longa duração e de novos vetores de atualização do pacto de poder em torno da grande propriedade fundiária, que se tornam particularmente explícitos em áreas que está em curso uma forte expansão do agrominero-negócio. Por esse motivo, um estudo como este permite analisar novas determinações da questão agrária e da questão regional, em suas expressões mais concretas, mas também o caráter estrutural que as formas de apropriação e dominação do território desempenham na formação social brasileira.

Considerando essa escala regional, a luta pela terra foi tratada como o eixo que articula múltiplas dimensões das lutas sociais e, portanto, como a primeira aproximação ao objeto de estudo, qual seja, as relações conflitivas pela apropriação e dominação do território. A luta pela terra, nesse caso, não deve ser analisada apenas como a expressão fenomênica dos conflitos pela dominação e apropriação da terra e da natureza, mas como a expressão das relações sociais que definem essas condições de dominação e apropriação, base de sustentação de distintos sentidos e possibilidades de produção e reprodução social. A luta pela terra, numa região como a sudeste paraense, apresenta-se enquanto expressão de tendências estruturais do modo de produção capitalista, seja de separação entre força de trabalho e meios de produção, o que aproxima luta pela terra e luta de classes, seja de mercantilização

generalizada do conjunto dos bens materiais e da mentalidade dos sujeitos, o que aproxima a luta pela terra das lutas sociais mais gerais pelos sentidos da reprodução social. Enquanto expressão do presente, a luta pela terra reflete a própria história social da região e as suas referências, materiais e simbólicas, marcadas na terra, que são, em diferentes medidas, condicionantes dos confrontos atuais e futuros.

Apesar da importância desta região para a compreensão dos avanços e recuos na luta pela terra e pela reforma agrária, a pesquisa procurou evitar uma perspectiva localista de análise desse fenômeno. Buscou-se, desde essa perspectiva, compreender esses processos regionais como parte de uma totalidade e, portanto, apenas passíveis de serem apreendidos enquanto parte de processos estruturados e impulsionados em escalas nacional e mundiais. Ao mesmo tempo, a reafirmação da importância da escala regional se deu pela compreensão de que, nessa escala, atuam determinações próprias que reafirmam a heterogeneidade das suas expressões concretas e explicam as especificidades da concretude desses processos sociais.

A materialização dessas preocupações assentou-se em duas estratégias teórico-metodológicas. Uma delas, no reconhecimento da importância dos agentes socioeconômicos, seus interesses e estratégias, bem como sua capacidade de apropriação dos meios de produção, como centrais para a interpretação das lutas sociais e das formas como se produzem as estruturas e as dinâmicas de produção e reprodução social. Esse reconhecimento está associado a uma classificação desses agentes em grupos sociais, classes e frações baseada nas formas como sentem e articulam seus interesses entre si e em oposição a outros e, portanto, como se inserem nas relações de poder. Ao mesmo tempo, em como se efetiva uma hierarquização do poder entre esses agentes, com suas capacidades diferenciadas de imposição e legitimação das determinações estruturantes da dinâmica social regional.

A segunda estratégia teórico-metodológica se refere a uma perspectiva trans-escalar de análise. Desde esse ponto de vista, não apenas se reconhece que os processos de acumulação de capital se dão em escalas múltiplas e articuladas, como os agentes, os interesses e as estratégias que eles representam podem circular e ser decididos em diferentes escalas. Essa capacidade de ação em diferentes escalas está diretamente relacionada a hierarquias nas relações de poder, pois as forças estruturantes de fenômenos condensados em uma escala mais localizada, podem ser resultantes de interesses e capacidade de tomada de decisões em escalas mais amplas. Apesar disso, por mais hierárquicas que sejam as relações de poder



estruturadas pelos agentes que circulam nessas outras escalas, suas expressões regionais nunca são uma mera transposição de processos configurados em outras escalas, tampouco uma imposição exclusivamente de forças exógenas, levando a que sua compreensão mais concreta tenha que ser analisada a partir de como esses vetores são incorporados e efetivados como forças endógenas à própria escala do fenômeno que se deseja interpretar.

Essas estratégias teórico-metodológicas estão relacionadas a uma ênfase da pesquisa na dimensão espacial do problema da terra, levando a uma delimitação do seu campo específico de estudo na interface entre a questão agrária e a questão regional. Essa interface remete ao reconhecimento de certas características estruturais da formação socioespacial brasileira, em especial o caráter rentista e patrimonialista da acumulação de capital e poder, que se reflete na propensão pela dominação da terra, bem como na importância da expansão territorial como parte de um processo simultaneamente garantidor da reprodução ampliada da concentração da riqueza e da exclusão social e política, como garantidor de certas possibilidades de reprodução social dos subalternos. Frente a essas contradições, as continuidades verificadas na expansão territorial vêm acompanhadas de rupturas, levando a pesquisa a buscar captar tanto as continuidades, como as descontinuidades dos fenômenos atuais que se expressam no território enquanto uma condensação de relações políticas, materiais e simbólicas, ligadas à produção do espaço.

Buscou-se, em síntese, interpretar os confrontos territoriais na atual região sudeste paraense, articulados em torno da luta pela terra, como resultante tanto de processos históricos e geográficos de longa duração, como das novas forças e vetores que alcançaram a região e impulsionaram mudanças estruturais das relações sociais e espaciais. Em ambos os casos, são consideradas tanto as forças e vetores que impulsionam uma produção capitalista do espaço hierarquicamente subordinada a processos mais gerais de acumulação de capital e poder, como forças sociais produtoras de contra-espacos baseadas em projetos, perspectivas e sentidos próprios e, em muitos casos, antagônicos. As disputas territoriais materializadas pelos agentes em confronto, assim como o próprio espaço produzido em cada momento histórico, inclusive no momento atual, são resultantes desses confrontos e das hierarquias de poder entre eles que tanto expressam processos passados como criam condicionantes para os processos futuros.

Essas novas forças sociais e vetores de transformação expressam uma

tendência mais geral da geografia histórica capitalista de deslocamento expansivo em busca de novos espaços de acumulação. Entretanto, esse deslocamento espaciotemporal não é um processo aleatório, mas seletivo, que cria uma tensão entre tendências de uniformização e diferenciação espacial e que leva à definição de lugares mais ou menos estratégicos para acumulação de capital, em função das condições históricas da produção-distribuição-troca-consumo. O interesse estratégico de um lugar relaciona-se ao seu potencial de geração e transferência de excedentes, seja em função de condições excepcionais de produção, seja pela quantidade e qualidade dos bens naturais existentes e passíveis de serem transformados em recursos naturais. Esse é o caso do sudeste paraense, um território estratégico para a atual acumulação de capital em escala mundial e nacional em função do potencial de inserção de *commodities* ali produzidas em circuitos mundiais de acumulação.

A análise das alterações nas condições de confronto entre essas forças sociais em torno da luta pela terra deve reconhecer o papel estruturante dos agentes socioeconômicos que configuram essa região como lugar estratégico para a acumulação capitalista, que dominam o processo de produção dessas mercadorias mundiais e as inserem em circuitos espaciais globalizados. No caso em estudo, são as corporações mineiras e agropecuárias, entendidas enquanto grupos de poder, que realizam esses processos e, portanto, expressam de forma mais contundente as relações econômicas e políticas trans-escalares que incidem sobre os processos delimitados regionalmente. A análise do papel estruturante desses agentes se dá através de seus interesses, suas ações e suas estratégias, mas também a partir das alianças e das concessões que legitimam a criação de condições de geração e apropriação do excedente econômico, sempre tensionadas por forças que lhe são antagônicas.

Em uma região cujo interesse estratégico para a acumulação mundial assenta-se na potencialidade de seus bens naturais, a principal via de apropriação de riqueza se dá através da “renda da terra”. As condições diferenciais para a produção mineral, em termos de diversidade, quantidade, qualidade e acessibilidade dos minérios existentes, bem como de condições naturais para a produção agropecuária, em termos de disponibilidade de nutrientes nos solos, água e luz solar, explicam, em parte os interesses dessas corporações mundiais pela dominação da região. No entanto, a existência dessas condições não é suficiente para a extração de excedente econômico, exigindo um processo mais amplo de configuração de condições mais

gerais que permitem converter esse potencial em processo efetivo.

A territorialização dessas corporações mundiais desencadeia processos mais amplos de reconfiguração territorial em busca da criação de condições estruturais que viabilizam seus interesses econômicos. Nesse processo, outros agentes socioeconômicos, representantes de distintas frações de capitais, classes e grupos sociais são envolvidos em alianças econômicas, políticas e ideológicas contraditórias, assim como em lutas e confrontos por posições antagônicas. A estruturação de mecanismos de extração da renda da terra, nesse contexto, cria tanto uma tensão entre transferências para os circuitos nacionais e mundiais de acumulação e retenção em circuitos propriamente regionais, como também conflitos pela configuração de territorialidades específicas entre os agentes, com seus mecanismos econômicos e políticos específicos, que garantem as condições desiguais de apropriação dessa renda.

Esse quadro interpretativo permite analisar não apenas a importância que a dominação da terra representa nessas disputas econômicas, como entender sua participação na construção de relações políticas que sustentam, via legitimação e coerção, o sentido mais amplo da reconfiguração territorial. Essa análise pressupõe uma interpretação das hierarquias e alianças políticas e econômicas entre os distintos agentes, as configurações de projetos e sentidos territoriais e os mecanismos de legitimação e imposição das condições mais gerais da produção e reprodução agromineral, bem como da distribuição desigual do excedente econômico. Nesse sentido, a luta pela terra assume seu caráter propriamente político, enquanto expressão das relações de poder envolvidas nas dinâmicas socioespaciais regionais.

As especificidades do sudeste paraense expressas nesses conflitos territoriais articulados em torno da luta pela terra, analisados em um nível de maior concretude a partir de seus agentes, seus interesses e territorialidades específicas, também refletem processos mais gerais de territorialização das classes, frações e grupos sociais que eles representam. Dessa forma, explicitam processos que indicam tendências mais gerais, bem como as estratégias e alianças que lhes dão sustentação, e configuram as interfaces da questão agrária e da questão regional brasileira em seus aspectos mais abstratos. Contribuem, dessa maneira para explicitar suas principais determinações atuais, as correlações entre as forças sociais em confronto, a configuração dos projetos hegemônicos e os impasses e limitações enfrentadas pelas forças subalternizadas.

A apresentação dos resultados alcançados nesta pesquisa foi organizada em 5 capítulos, além desta introdução. Optou-se por, em cada um deles, apresentar uma introdução com os objetivos específicos do capítulo, assim como os principais conceitos e elementos teórico-metodológicos mobilizados para o seu desenvolvimento. Com esse método de exposição buscou-se evidenciar a articulação teoria-empíria presente no conjunto da pesquisa, mobilizando os elementos teórico-conceituais à medida que se mostrassem necessários para cada reflexão específica. Mais do que um mero recurso de exposição, essa opção procurou revelar a concepção metodológica adotada de que é a análise da realidade concreta, desde suas expressões mais evidentes até seus desdobramentos reflexivos com maiores graus de abstração, o ponto de partida e eixo organizador da pesquisa e, conseqüentemente, da produção de dados e da identificação das principais determinações e conceitos que as explicam.

A organização da sequência dos capítulos também está associada a concepção metodológica adotada. No capítulo 1 apresentam-se os processos de maior grau de generalização que fundamentam a construção do problema de pesquisa e do objeto de estudo, além de suas determinações mais gerais, configurando-se como o ponto de partida da pesquisa. O prosseguimento da análise, no capítulo seguinte, procura evidenciar como esses processos assumem expressões mais concretas em um recorte espacial específico, o que permite identificar os agentes e estruturas que configuram as relações socioespaciais definidoras desse recorte territorial. A partir desse ponto, a pesquisa segue buscando a identificação das suas determinações mais específicas e abstratas, aprofundando teoricamente as análises desses processos e qualificando-os, a partir da articulação teórico-empírica.

Dessa maneira, a partir da análise das dinâmicas agrárias e regionais mais gerais, expostas no 1º capítulo, e suas raízes histórico-geográficas mais profundas, expostas no 2º capítulo, a pesquisa procura analisar, nos 3º e 4º capítulos, como se organizam os processos atuais de expansão do agro-mínero-negócio no sudeste paraense, evidenciando suas articulações trans-escalares e suas determinações mais abstratas, como a renda da terra. Ao final, no 5º capítulo, a análise dessas categorias teóricas de maior abstração, volta a ganhar expressão mais concreta através da observação das relações de poder rentistas e patrimonialistas exercidas pelos diferentes grupos, classes e frações, que disputam não apenas ganhos econômicos, mas a própria legitimação de concepções territoriais que lhes são favoráveis. Se o

ponto de partida, portanto, são os processos agrários e regionais mais gerais, que configuram uma economia política do espaço e uma leitura do sudeste paraense enquanto fronteira de expansão agromineral, a exposição avança para uma leitura política em que o sudeste paraense assume feição de um complexo territorial de (re)produção agromineral, em que diferentes agentes estabelecem relações de poder entre si em um confronto propriamente territorial.

Tendo em mente essa sequência de análise, o 1º capítulo, denominado “Novas determinações da interface entre a questão agrária e regional”, tem por objetivo apresentar o problema da pesquisa, em seu recorte temporal e espacial, apontando a relevância do estudo específico do sudeste paraense. Neste capítulo define-se a perspectiva de análise trans-escalar, partindo da caracterização das dinâmicas expansivas do agro-mínero-negócio desde vetores produzidos nas inter-relações entre as escalas mundiais e nacionais. Esses vetores produzem regiões com alta concentração de produção de *commodities* de exportação, como a sudeste paraense, que condensam e, portanto, podem melhor explicitar a ação das novas determinações da questão agrária e regional brasileira.

O 2º capítulo, denominado “Luta pela terra em Marabá: historicidade e geograficidade”, apresenta um contraponto ao capítulo anterior objetivando reforçar que, por mais relevantes que sejam as forças sociais que são produzidas a partir das escalas mundiais e nacionais, elas só ganham expressão concreta quando internalizadas nos territórios específicos, cada qual com suas relações sociais próprias, construídas ao longo de um processo histórico-geográfico que deixa suas marcas nas relações de classes atuais e no espaço produzido. Neste capítulo exercita-se a construção de uma periodização que tem a luta pela terra como eixo articulador de uma série de relações socioespaciais que convergem, nos últimos períodos, para os confrontos pela criação de assentamentos de reforma agrária.

Esses assentamentos são entendidos como um processo, conflitivo e relacional, ou seja, nem significam a reforma agrária em si, tampouco uma mera política compensatória de distribuição de terras, mas sim uma expressão de maior concretude das tensões entre forças sociais que lutam pela desconcentração da estrutura fundiária ou pela manutenção de um pacto latifundiário e, como resultante, marcam a produção social do espaço e a constituição de sentidos territoriais. A criação de assentamentos representa processos de territorialização das lutas sociais e revela a presença de diferentes agentes que representam essas perspectivas fundiárias em

disputa, as estratégias desenvolvidas por cada um deles e as correlações de força entre eles em cada período histórico. A análise dos confrontos mais atuais, que tem início nos primeiros anos do século XXI, indica um novo período da luta pela terra que corresponde a uma mudança na correlação de forças entre as duas perspectivas fundiárias em disputa, com tendência de fortalecimento das forças que representam a perspectiva de uma estrutura fundiária concentrada e que levam não apenas ao bloqueio da criação de novos assentamentos, como ao crescimento de tendências de reversão dos assentamentos já conquistados.

O 3º capítulo, denominado “Circuitos espaciais de acumulação e a expansão das commodities no sudeste paraense” tem por objetivo analisar, com maior profundidade, os processos que levaram a essa mudança na correlação de forças entre as tendências de desconcentração e de concentração da estrutura fundiária e seus desdobramentos nas dinâmicas territoriais e nos projetos e sentidos da produção do espaço que lhes correspondem. Essa análise retoma mais profundamente a perspectiva trans-escalar, construindo uma interpretação que, partindo da identificação dos circuitos espaciais de acumulação que organizam a produção de *commodities* regionalmente e criam suas conexões a múltiplas escalas da acumulação, permite definir mais claramente os agentes estruturantes dessa produção-circulação, seus interesses específicos no território, as possibilidades de alianças econômicas e políticas com outras frações e, por fim, a própria delimitação de um complexo territorial estruturado de forma coerente aos seus interesses. Nesse capítulo, delimita-se o que foi chamado de Complexo Territorial de Produção e Reprodução Agromineral do Sudeste Paraense.

O 4º capítulo, denominado “Fundamentos da reprodução econômica do complexo territorial agromineral do sudeste paraense”, aprofunda a análise do capítulo anterior, porém deslocando-a das expressões de maior concretude da reorganização da produção-circulação das *commodities* de exportação para uma interpretação, com maior grau de abstração, de suas determinações mais fundamentais. A construção desse capítulo apoia-se na categoria marxista da renda da terra, fundamento teórico da produção e transferência de excedentes de regiões como a sudeste paraense, cujo sentido estratégico para a acumulação de capital se dá pela exploração dos seus bens naturais transformados em mercadorias mundiais.

Em uma perspectiva mais abstrata, a centralidade da renda da terra explicita o caráter rentista e patrimonialista da acumulação nacional, enquanto uma

característica estruturante da formação socioespacial brasileira, porém potencializada no contexto mais atual em que o rentismo ganhou relevância mundial com o regime de dominação financeirizado do capitalismo. No entanto, para além disso, permite apreender quais são os mecanismos mais concretos e específicos mobilizados, em termos regionais, no sentido de garantir a produção e a distribuição do excedente econômico, seja em termos de transferência para os circuitos mundiais e nacionais, seja em termos de sua distribuição desigual entre os diferentes agentes regionais. A disputa pela renda da terra está, portanto, no centro da luta pela dominação capitalista da terra, orientando as estratégias econômicas e políticas dos diferentes agentes regionais que atuam na perspectiva da concentração fundiária, assim como na mediação institucional do Estado nacional.

Por fim, no 5º capítulo, denominado “Espaço e Poder: confrontos territoriais e os novos impasses na luta pela terra”, procura-se integrar o conjunto de elementos analisados até então e articulá-los em termos propriamente políticos, apresentando a luta pela terra e as disputas territoriais mais gerais como expressão das relações de poder entre os diferentes agentes com atuação na região. Delimita-se, dessa forma, os contornos do confronto entre os principais agentes, seus interesses e estratégias, bem como as suas forças acumuladas em termos de estruturação do espaço produzido e de controle dos fluxos de relações econômicas e políticas em múltiplas escalas que, em última instância, definem as possibilidades e limites de avanços das perspectivas mais desconcentradoras da terra e da riqueza e mais democratizadoras da participação política.

Tratando a luta pela terra nessa dimensão política, as análises buscam ir além dos seus aspectos meramente distributivistas, refletindo sobre o potencial emancipatório da luta pela terra como possível fator de solapamento da coerência territorialmente estruturada pelas forças hegemônicas. Ao mesmo tempo, essa análise indica os principais bloqueios e contraofensivas que se fortaleceram no último período e vem rearticulando o pacto de poder regional em torno da grande propriedade fundiária e da concentração da terra e do poder. Os rearranjos das dinâmicas econômicas, políticas e espaciais sustentadas pelas relações de poder trans-escalares nas quais os agentes regionais estão inseridos e as representam, permite interpretar o fortalecimento das forças concentradoras e excludentes não como a expressão definitiva de um projeto e sentido territorial do sudeste paraense, mas como um novo impasse para as forças em luta pela desconcentração da terra e do poder.

Nessa perspectiva, o avanço do agro-mínero-negócio e as complexas relações que estabelecem com os territórios, não podem ser interpretadas como o fim da questão agrária ou da questão regional em função de uma maior dominação e homogeneização do espaço nacional. Ao contrário, o que o estudo do sudeste paraense permite refletir é sobre como essa expansão do agro-mínero-negócio articula processos contraditórios de configurações territoriais, a partir de continuidades e descontinuidades em relação aos processos históricos e geográficos característicos da formação socioespacial brasileira. O estudo, portanto, procura evidenciar as dinâmicas resultantes dos confrontos entre forças sociais antagônicas da luta pela terra e pelo sentido do território, contribuindo para a interpretação, em suas expressões de maior concretude, das continuidades e descontinuidades da questão agrária e da questão regional no Brasil.



## 2 NOVAS DETERMINAÇÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA E REGIONAL

Esta pesquisa se localiza em uma interface entre os campos de estudos da questão agrária brasileira e da questão regional. A perspectiva teórica que se cria com essa localização acadêmica permite enfatizar os efeitos socioespaciais da expansão da agricultura capitalista sobre certas frações do território, constituindo novos espaços de acumulação e, simultaneamente, reorganizando os arranjos econômicos e políticos locais e alterando os padrões da luta social nesses territórios. Apesar de não se tratarem de dinâmicas novas na formação socioespacial brasileira, a literatura acadêmica e política contemporânea tem enfatizado a existência de novas determinações, tanto na questão agrária, como na questão urbana-regional, que atualizam a análise. Nessa pesquisa, procurou-se considerar as inter-relações entre esses dois campos teóricos, aplicando-os a um recorte territorial específico: o sudeste paraense.

Sobre o debate atual da questão agrária, sem a pretensão de recuperar o longo e diverso quadro analítico que se constituiu sobre o tema, pode-se pontuar alguns elementos à luz tanto da conjuntura contemporânea como de seus fundamentos teóricos. O ponto de partida, conforme indica Malagodi (2008), é o reconhecimento de que a própria afirmação da existência de uma ‘questão agrária brasileira’, como ‘questão nacional’ ou ‘questão social’ está em disputa na atualidade. Representantes de certos campos políticos e também acadêmicos têm tratado dos temas rurais como se não existisse qualquer problema relativo à estrutura da propriedade e uso da terra, a ação do Estado e a definição das políticas voltadas ao campo, a ação dos movimentos sociais e a luta política que eles realizam. Desde essa perspectiva, a ‘questão agrária’ nacional teria deixado de ser uma questão social relevante em função de a agropecuária tanto ter modificado sua base técnica e política, superando certos limites na produção de matérias primas e na criação de um mercado interno nacional, como ter se conectado aos fluxos de capitais industriais, comerciais e financeiros. Para Malagodi (2008), no entanto, esses termos reduzem a análise da questão agrária a um viés economicista e tecnicista, negando um debate “*em torno da agricultura brasileira e seu papel em relação ao conjunto da sociedade*” (p. 13).

Para Malagodi (2008), reafirmar a atualidade da ‘questão agrária’ brasileira demanda uma análise crítica das suas raízes teóricas e históricas para fundamentar

a leitura da problemática atual, que vai além do desenvolvimento do capitalismo no campo e precisa incluir outras dimensões, como a violência social, a ambiental, a da segurança e soberania alimentar, a trabalhista, a desconcentração da propriedade e da renda, a democratização política. Para tanto, faz-se necessário superar uma espécie de ‘camisa de força’ que limitou a interpretação das diversas realidades agrárias em países como o Brasil, herdada da forma como o tema foi sendo incorporado no debate político social-democrata/socialista europeu do séc. XIX, em um contexto de “*transformação da obra de Marx em uma doutrina ortodoxa, destinada a prescrever os caminhos da história, concebida como algo inexorável*” (Malagodi, 2008, p. 8).

No debate acadêmico mais recente, uma vertente das críticas a essas camisas de força teóricas tendeu a substituí-las por um ‘paradigma prático’, formulado através de estudos comparativos com a agricultura de outros países e pela incorporação de conceitos normativos ali produzidos, mas em condições históricas e sociais muito distintas das brasileiras. Produziu-se, dessa maneira, uma espécie de engenharia social imaginando novos atores e novas políticas governamentais a partir de conceitos que deixam de fora a complexidade da estrutura social e a engrenagem política brasileira e, portanto, não expressam a necessidade de remodelação das relações de poder.

Para Malagodi (2008), os modelos e seus conceitos normativos identificados na realidade concreta de países que enfrentaram seus problemas agrários realizando revoluções democrático-burguesas não podem ser simplesmente transplantados para as sociedades que não os enfrentaram, como a brasileira. Por isso, para o autor, o que marca a questão agrária brasileira é que ela não pode ser enfrentada no varejo, em uma prática dos atores locais desconectada do “*peso da história social brasileira sobre os modelos gerados pelo setor agrário*” (p. 19). A questão agrária, para ele, permanece como uma questão nacional, porém agora tensionada por problemas e dimensões novas que devem ser apreendidos de forma mais complexa, porém articulada com a perspectiva histórica, ou seja, com seus elementos institucionais e genéticos, decorrentes não apenas da forma como as relações capitalistas foram implantadas no campo brasileiro, mas de toda a herança patriarcal e patrimonialista da nossa formação social que influencia até hoje o adiamento da reforma agrária e da discussão sobre o uso do patrimônio coletivo dos bens naturais.

Porto-Gonçalves e Alentejano (2011) sugerem que as complexas

reconfigurações da questão agrária na atualidade ganham evidência nos conflitos, expressão de suas contradições estruturais, mas também dos sujeitos, interesses e estratégias em confronto, que se colocam como o ponto de partida para a elaboração de um escopo teórico e político capaz de interpretar essa transformação. Desde esse ponto de partida, os autores apontam a tríade território-territorialidade-(des-re)territorialização como chaves de leitura fundamentais para essa interpretação. São fundamentais porque a questão da terra, enquanto o eixo central da questão agrária, foi, desde o período colonial até hoje, a principal determinação da conquista territorial, não como fronteiras em expansão sobre territórios vazios, mas através de processos de confronto com outros sujeitos e, portanto, outras territorialidades, levando a processos complexos de desterritorialização/reterritorialização. Sugerem, portanto, que as questões espaciais são fundamentais para a construção de um novo escopo teórico e político da questão agrária que supere seu economicismo e tecnicismo.

O reconhecimento da importância teórica e política da dimensão espacial da questão agrária encontra ressonância na crítica de Coronil (2005) de que as ciências sociais têm priorizado a análise das relações capital – trabalho, uma vez que só elas são geradoras de mais-valia, secundarizando as relações com a terra/natureza. Para ele, o reconhecimento de uma relação dialética entre trabalho – terra – capital, como fez o próprio Marx em sua fórmula trinitária da produção capitalista, permite reconhecer os processos de apropriação da terra e da natureza não apenas como uma problemática relativa a senhores feudais em vias de desaparecer ou latifundiários decadentes, mas também de populações e instituições, inclusive Estados nacionais, que dependem de bens intensivos em natureza.

Para Coronil (2005) o reconhecimento da terra/natureza na tríade é chave para compreender a importância do colonialismo na formação do sistema-mundo moderno, assim como para compreender a divisão internacional do trabalho também como uma divisão internacional da natureza. Lander (2006) compartilha dessas perspectivas e acrescenta que a inclusão da natureza na análise fortalece uma leitura espacial do capitalismo como processo global, incorporando não só o colonialismo e as relações de subordinação dos territórios, recursos e populações do espaço não europeu, como também o campo de visão das subalternidades.

Assim, seja na escala da formação social brasileira, seja na escala do capitalismo mundial, a dominação da terra e dos territórios está intimamente ligada às relações de poder. Como afirma Quijano (2010), sobre a colonização da América

Latina, foi nesse processo que se estabeleceu um novo padrão de poder que persiste nos dias atuais, configurando uma colonialidade do poder. Um dos elementos centrais dessa colonialidade é a inferiorização dos subalternos a partir de dois eixos: a construção de instrumentos de classificação social, em especial a noção de raça, que junto com o patriarcado, legitimou a inferiorização das descobertas mentais e culturais dos explorados – tratando-se de uma expropriação de dimensão epistemológica e cultural; a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial, levando a que a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o assalariamento tivessem uma existência simultânea e articulada ao capital.

No caso brasileiro, a expropriação e dominação da terra exerceu, e continua exercendo até os dias atuais, papel chave na materialização desse padrão de poder que apresenta Quijano, atuando em seus dois eixos, da expropriação epistemológica e inferiorização cultural, assim como da expropriação material e sujeição do trabalho por diferentes formas. Como padrão de poder, consolidou um pacto de dominação social férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro que explica o persistente adiamento da reforma agrária no país (Tavares, 2000).

Para Tavares (2000), três fatores de natureza estrutural corroboram para a manutenção desse pacto de dominação: a apropriação privada e concentrada da terra como forma concreta de acumulação patrimonial da riqueza capitalista em permanente reinvenção da acumulação primitiva na expansão da fronteira econômica-territorial; as relações 'patrimonialistas' entre as oligarquias regionais e o poder central, intermediadas por suas representações políticas e de apropriação dos fundos públicos; relações de dominação e cumplicidade entre os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional que conformam nossa burguesia dependente ou associada ao capitalismo financeiro internacional. Por isso, as sucessivas crises e impulsos de 'modernização conservadora' nunca suprimiram o caráter rentista e patrimonialista das oligarquias no processo de acumulação de capital e poder, configurando o caráter oligárquico desse pacto de dominação que não se explica apenas como manutenção de privilégios, mas pelo seu próprio caráter estrutural.

O domínio do território, nessa perspectiva, é um elemento de sustentação do pacto de dominação. A forma desigual e combinada de ocupação capitalista do território nacional produziu focos de expansão do mercado interno e excedentes exportáveis regionalmente diversificados, produzindo uma sociedade mercantil em

constante busca de acumulação patrimonial (Tavares, 2000). Essa expansão territorial produz burguesias e oligarquias regionais que contrabalançam sua decadência econômica 'cíclica' com o aumento do peso político junto ao poder central, levando a oscilações entre uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário. Fundamentalmente, esse pacto de poder organiza-se para impedir uma acumulação política das forças populares capaz de reproduzir uma verdadeira ordem democrática (idem, p. 143) ou, nos termos de Quijano, superar a colonialidade do poder. A reforma agrária, nessa perspectiva, assume características profundas de transformação da estrutura de classes no país e seus pactos de poder, levando a transformações políticas bem além da desconcentração da terra em si.

Para Tavares (2000, p. 136) esses elementos citados atribuem "importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e do domínio privado e político do território" que tornam os 'donos da terra' indispensáveis ao pacto de dominação nacional. Reforça-se, assim, a perspectiva de Malagodi (2008) de que a questão agrária nacional só pode ser entendida a partir de sua inserção nas dinâmicas sociais, econômicas e espaciais mais amplas de nossa formação social, ao mesmo tempo em que ela só poderá ser verdadeiramente enfrentada como embate e projeto societário nacional.

Esse conjunto de reflexões mobilizadas trazem um elemento orientador para esta pesquisa que é a vinculação entre questão agrária e questão regional. No entanto, como afirma Siqueira (2013), dada a complexidade da dinâmica regional brasileira atual, faz-se necessário ampliar o seu referencial analítico de modo a ir além da análise das tendências de concentração ou desconcentração regional de atividades econômicas. Coerentemente com o discutido acima, as regiões, especialmente aqueles consideradas como fronteiras de expansão, devem ser entendidas como lócus dos conflitos pela terra e base dos processos de conquista territorial, confrontos de territorialidades e processos de des-re-territorialização.

Brandão (2007a) enfatiza que uma redefinição teórica e política do tratamento da questão regional deve ter em seu cerne o tema da reprodução social dos diferentes grupos e classes em bases multiescalares. Desde essa perspectiva, o tratamento da questão regional é parte de uma leitura da dimensão territorial do desenvolvimento capitalista brasileiro, com ênfase no caráter conflitivo da produção dos espaços, dos agentes e suas estratégias, seus centros de decisão e mecanismos de legitimação. Reconhece-se, assim, o território como parte da configuração do Brasil como máquina

de exclusão social, mas também como potência vigorosa de transformação.

Brandão (2007a) sugere como relevante para uma agenda de pesquisa regional as investigações sobre a natureza intrínseca dos agentes que atuam no diverso espaço nacional, suas formas de manifestação, operação e reprodução, bem como os instrumentos e mecanismos conjunturais de que lançam mão em suas estratégias. Em especial, indica a importância de se analisar a órbita da circulação e da hegemonia política dos capitais mercantis, enquanto fração chave para a compreensão do caráter simultaneamente rentista e patrimonialista do capitalismo brasileiro. Essa análise passa por compreender suas alianças políticas, o poder das fortunas familiares/pessoais e suas relações com o poder público para garantia da apropriação privada do território e da retenção da terra-propriedade.

Esta pesquisa, insere-se nesse tipo de preocupação, tomando como referência a mesorregião sudeste paraense. Segundo Cano (2001), regiões como esta, são prioritárias para o estudo das novas determinações da questão regional por terem experimentado dinâmicas de forte crescimento econômico impulsionado pela expansão da fronteira agromineral, porém sem alterar suas relações de poder em função de uma produção baseada em extração de recursos naturais com fortes impactos ambientais e precariedade de emprego, com centros urbanos de baixa qualidade e com aumento “efetivo do poder político e econômico de grandes grupos privados, nacionais ou não, sobre importantes espaços do território nacional” (idem, p. 44).

Este recorte regional, portanto, busca analisar as tensões na reprodução social entre diferentes grupos, classes e frações, que evidenciem o caráter conflitivo das dinâmicas territoriais recentes enquanto expressão do embate entre forças de expansão da acumulação capitalista e das forças que imprimem resistências e enfrentamentos a elas e, portanto, possuem distintos potenciais emancipatórios.

Apesar de a pesquisa concentrar-se em uma região específica, no entanto, foi considerada a preocupação de Santos (2012) de que quanto menor a escala do estudo, mais complexa ela se torna, pois aumentam os níveis e as determinações externas que incidem sobre ela. Por isso, a análise do espaço deve considerar não apenas quais são os seus elementos, mas as interações entre eles, dinamizadas pela ação de forças sociais exógenas, mas também endógenas – a evolução de cada elemento e seus efeitos na interação com os demais. No caso das forças exógenas, ele alerta de que elas funcionam como vetores ou detonadores, só se efetivando como

dinâmica socioespacial através dos elementos internos.

Essa perspectiva analítica proposta por Santos (2012) reconhece que há inter-relação entre as ações e fenômenos em diferentes escalas, mas enfatizando que não se pode simplesmente transferir análises de uma escala para outra. O estudo de um lugar/região, portanto, não pode ser visto como mero reflexo das dinâmicas externas à maior escala, da mesma forma que o estudo das dinâmicas de um ponto geográfico não pode ser extrapolado de forma integral para outras escalas. O estudo de um lugar/região tem relevância quando não perde de vista a busca da totalidade, estabelecendo uma relação dialética entre o todo e a parte. Essa articulação deve permitir que do estudo da parte, se compreenda a totalidade, ao mesmo tempo em que, do estudo da totalidade, se compreenda melhor a sua fração (Santos, 2012).

Desde essa perspectiva, Santos (2006) define um lugar enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objeto e sistemas de ação, que interagem entre si e modificam-se mutuamente, transformando também o espaço, em um processo que expressa as intencionalidades dos próprios objetos e ações, mas também imponderabilidades e imprevisibilidades. O sistema de ações implica em agentes e eventos, entendidos como “um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço” (p. 93), sempre presente – portador da ação presente, único e novo, pois as condições de espaço e tempo nunca se repetem, nunca são as mesmas. Os eventos, quando acontecem, mudam o conteúdo e a significação das coisas preexistentes, relacionando as ações aos lugares, que se definem pela trama de eventos que interligam o sistema de ação a um sistema de objetos em contiguidade, criando continuidade temporal e coerência espacial.

Como essa trama de eventos produz o espaço? O espaço e o tempo, ou o planeta, enquanto entidade material e humana, e a história são totalidades em permanente transformação. Esse movimento, no entanto, se dá de maneira diferenciada em cada lugar, criando uma diferenciação no espaço total. Para Santos (2006, p. 108) são os eventos que “operam essa ligação entre os lugares e a história em movimento”. Essa diferenciação de cada região ou lugar confere a sua especificidade e definição particular, porém a sua significação é dada pela totalidade e, quando considerada como uma existência própria, resume-se a uma abstração. Na verdade, o que define uma região ou lugar, é o acontecer solidário, isto é, a ocorrência de uma trama de eventos homólogos, complementares ou hierárquicos.

Dessa forma, Santos (2006) propõem-nos pensar sobre os eventos, as forças

que os produzem e as relações que estabelecem entre si, a partir de noções transescalares, uma vez que a noção de escala se aplica tanto enquanto escala da origem das variáveis envolvidas na produção do evento, como enquanto escala da sua realização e seu impacto. Na primeira acepção, trata-se da causa dos eventos, que pode criar diferentes eventos solidários, porém não superpostos, ligados a uma totalidade superior a do lugar onde ele se instala. Na segunda, trata-se de diversos eventos concomitantes e solidários, porque superpostos e ocorrendo em uma área comum. No primeiro caso, tem-se a escala das forças operantes, no segundo, a escala do fenômeno, sua área de ocorrência ou extensão.

A análise transescalar baseia-se em uma perspectiva de que as escalas geográficas não apenas diferenciam-se das cartográficas – relações matemáticas entre um objeto e sua representação – como contém uma diferenciação interna entre escala da análise, enquanto uma construção intelectual do pesquisador, escala do fenômeno, que exprime a abrangência física de determinado objeto no mundo e escala da ação, que se refere à dimensão política das ações, em geral coletivas, e do papel dos agentes (Souza, 2013). Considerar essas três dimensões de maneira relacional, para Souza (2013), permite vê-las como uma construção social altamente dinâmica e mutável, em que qualquer tipologia é apenas indicadora de escalas em que predominam certos processos e onde ocorre certa estabilidade das relações de poder, embora de maneira nenhuma, fixas ou imutáveis.

A compreensão das escalas, assim como do espaço, como parte de uma produção social foi uma importante contribuição da geografia crítica marxista ao aportar uma análise histórica do surgimento das escalas, embora Vainer (2006) indique seus limites ao restringir às explicações à lógica de acumulação do capital e sua tendência de desenvolvimento desigual, como se apenas o movimento lógico-estrutural do capital fosse suficiente para explicar seu surgimento e suas construções. Por isso, essas análises tenderam a reificar a existência de certas escalas, como se fossem impostas aos agentes, reforçando visões hierárquicas e esquemáticas de relações entre escalas que desconsideraram as complexidades existentes.

Dentro desse campo, Ramirez (2018) identifica a criação de conceitos que procuraram dar maior fluidez a interpretação das escalas, como o de configurações multiescalares de organização territorial de N. Brenner, política de escala, reescalonamento e redirecionamento de escala de N. Smith e 'glocal' de Swyngedouw. Para este último, existe uma coexistência em tensão dialética entre



escalas territoriais, que expressam compromissos territoriais institucionalizados relacionados a processos de cooperação e concorrência, e escalas em rede, que se expandem por processos de des-re-territorialização, levando a que as relações entre escalas sejam, simultaneamente, fluidas e hierárquicas (Swyngedouw, 2010).

O debate das hierarquias entre as escalas e/ou entre os agentes que as produzem está diretamente relacionado com o tema do poder, sem, no entanto, autorizar a definição de uma hierarquia cristalizada de poder entre as escalas, que as transforme em escalas reificadas e a-históricas. Qualquer fenômeno a ser analisado possui uma escala própria, que corresponde ao seu alcance espacial, mas que é produto da ação conflitiva de diferentes agentes, cada um com suas próprias escalas. Pode-se assim analisar separadamente as escalas dos processos e as dos agentes envolvidos em sua construção que, embora não sejam as mesmas, tornam-se co-existentes e inter-relacionadas. Santos (2011) sintetiza essa perspectiva, afirmando que “*o que define a escalaridade não é o ator, nem o recorte espacial, mas as relações que este engendra e das quais participa*” (p. 100), levando a uma centralidade das interações sociais enquanto arenas onde se dão os jogos de poder.

Uma primeira relação entre escalas e poder reside justamente na capacidade de definição da escala a partir do que Gonzáles (2010) chama de narrativas escalares. Para a autora, estas são “*as narrativas que justificam as mudanças nos padrões espaciais de processos sociopolíticos, oferecendo explicações sobre a primazia ou dissolução de determinadas escalas como elementos organizativos*” (p. 124) Essa perspectiva está coerente com a de Swyngedouw (2010) que afirma que “*as redefinições das escalas alteram a geometria do poder social, fortalecendo o poder e o controle de alguns e debilitando de outros*” (p. 57) e de Vainer (2006) que indica que o poder não está na escala em si, mas na capacidade de articular escalas, de analisar e intervir de modo transescalar.

Para Souza (2013), o conceito de política de escalas, cunhado por N. Smith, busca traduzir dinâmicas de articulação entre escalas de ação e políticas interescales e multiescales. Nessa perspectiva, a política de escalas é definida como a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes em busca de potencializar efeitos desejados ou reduzir o impacto de ações adversas. Neste contexto, surge a possibilidade do que Smith (2000) chama de ‘salto de escala’, uma capacidade de reorganizar a produção e reprodução da vida cotidiana e resistir

à opressão e exploração atuando em um campo geográfico mais amplo, ou seja, estabelecer uma conexão social e política ativa entre escalas aparentemente distintas.

Brenner (2013) observa que os processos de reestruturação ocorridos sob o capitalismo contemporâneo têm evidenciado que as configurações escalares são “*arenas e produtos produzidos, contestados e, portanto, maleáveis das relações político-econômicas*” (p. 201). As escalas são o resultado temporariamente estabilizado de diversos processos socioespaciais, especialmente de (re)escalamento que produz (re)diferenciação espacial. Para o autor, esses processos ocorrem articulados com arranjos políticos pretéritos e com outras formas de estruturação socioespacial, como a territorialização, a produção do lugar e a formação de redes, reajustando as geografias e coreografias das relações de poder.

Brandão (2010a) contribui neste debate ao imprimir maior concretude às relações entre escala e poder, colocando no centro das suas reflexões uma problemática sobre as decisões de sujeitos concretos constituídos na história e no espaço. Assim, busca apontar elementos para a compreensão da “*estrutura teórico-metodológica sobre decisões e poder de mando dos sujeitos concretos, localizados e envolvidos na construção social de determinado espaço*” (p. 241), através do exame dos interesses dos atores, agentes e sujeitos, das classes e suas frações, na produção das escalas e dos espaços.

Como ‘categoria da prática’ a construção escalar é um processo político relacionado à luta social pelo controle do território. Assim, uma política de escala é uma forma especial de organização e disposição de recursos político, inclusive simbólicos e discursivos, alianças e enfrentamentos que se manifestam na criação de espaços e instâncias. A produção da escala assume um caráter conflitivo e a própria escala delimita o campo das lutas sociais, delimitando e criando uma identidade a partir da qual se consegue estruturar uma disputa.

Para Brandão (2010a), uma teorização sobre decisões dos sujeitos políticos, reconhecendo blocos e coalizões de poder em múltiplas escalas, exige que se depure, discrimine e hierarquize os fatores endógenos e exógenos determinantes em cada escala e construa as mediações apropriadas e pertinentes. Para tanto, o autor aponta a necessidade de se dimensionar: o poder privado, seus interesses e suas decisões cruciais; a força do poder público e sua capacidade de coordenação estratégica e de organização de ações; as relações de força que as frações de classe estabelecem entre si e sua capacidade de gerar consensos; a capacidade das frações subalternas

de resistir e empreender lutas contra-hegemônicas, requalificando sua força de oposição, de organização insurgente e de emancipação.

Ramirez (2018) se apoia no conceito de 'geometrias de poder' de Doreen Massey para sugerir que a complexa rede de relações no espaço também se baseia em narrativas, representações e histórias que falam e interpretam o espaço, configurando sempre sentidos dos lugares. Nessa perspectiva a autora chama atenção de que as relações entre escalas não podem ser imaginadas apenas como um fluxo do global ao local, "*negando sua contraparte, quer dizer, a construção local do global*". As escalas, para ela, são vistas de forma contextual, a partir de múltiplos agentes, tempos e direções que constroem as diferentes visões e os imaginários do espaço que se encontram e transformam as suas trajetórias.

A partir de um espaço multidimensional e multiescalar, aberto a múltiplas determinações e possibilidades, Ramirez (2018) indica que cada processo, contexto, grupo ou agente possui sua própria escala e não é independente dela. Para a autora isso coloca como questão central o reconhecimento dessas escalas em seu movimento e como, nessa trajetória, se identifica nessa escala específica com outros agentes e processos que geram as relações entre eles.

Essa leitura reforça a visão do papel que desempenham múltiplos agentes na construção do espaço/escala, negando que o Estado é o único agente do planejamento e de transformação territorial. Apesar disso, não parece ser possível negligenciar o papel do Estado. Brandão (2010a) considera que apesar das transformações observadas a partir dos processos de globalização, regionalização e localização, em um contexto de reestruturação escalar do modo de regulação capitalista, a escala nacional segue sendo uma escala de regulação territorial crucial, em função das várias dimensões que ela apresenta.

Esse autor atribui a esta escala e ao Estado-nacional os domínios sobre os instrumentos de coordenação e regulação espaciais, o sistema de normas e instituições, a manipulação dos preços fundamentais na economia como a taxa de câmbio, taxa de lucro e salários, a dívida pública e os direitos de propriedade privada. Além disso, é a instância das macrodecisões que controlam e co-acionam as microdecisões, do disciplinamento da mercantilização e da criação de oportunidades de acesso a bens e serviços e a abertura das fronteiras interiores. Por fim, a moeda é outro dos domínios da escala nacional que exerce papel fundamental não apenas

sobre o enriquecimento privado, mas para a validação e interconexão das relações monetário-financeiras internas e externas.

Ainda segundo Brandão (2010a), o ordenamento jurídico-legal do espaço nacional e os arranjos administrativos e de gestão dependem das correlações de força estabelecidas em cada conjuntura histórica e estão diretamente relacionados às estruturas de propriedade, distribuição da renda e da riqueza e as estruturas de consumo das classes sociais. Também a produção e suas relações com os sistemas de inovação e aprendizagem são construções que se legitimam na escala nacional, fortalecendo a ideia dessa escala como central para o estabelecimento de mecanismos de 'auto regulação' das forças de mercado. Mas, além disso, o autor chama a atenção de que o espaço nacional também é uma construção cultural, social e política e, portanto, um campo privilegiado de poder e de confrontação/concertação de interesses.

A escala nacional foi fortemente golpeada pelo processo de neoliberalização, que impôs uma narrativa escalar que legitimava sua desregulamentação. Parte dessa narrativa voltou-se à criação de um sentido de unificação e convergência do sistema capitalista para uma forma homogênea e sem hegemonias. A ênfase dada à escala nacional, para Brandão (2010a), é importante para reafirmar que o sistema capitalista é intrinsecamente plural e polimorfo e segue distintas trajetórias, rotas e 'estilos de desenvolvimento', sob intensa competição entre os Estados nacionais.

Para refletir sobre a escala nacional, do ponto de vista geográfico, Santos (1977) propôs o conceito de formação socioespacial. Esse conceito permite considerar tanto as relações locais-nacionais, como as nacionais-mundiais, de forma que expressem a inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e espaço. Dessa forma, o autor busca privilegiar a leitura geográfica que considera o espaço social como fator histórico, cuja consideração de fundo é que o trabalho humano, socialmente realizado, transforma o espaço que se torna um atributo do lugar, levando a que a natureza, compreendida como uma natureza transformada, seja sinônimo do espaço.

A análise da dimensão histórica das sociedades pela categoria formação econômica e social traz a possibilidade de compreensão das suas continuidades e descontinuidades uma vez que ela expressa tanto sua unidade, como sua totalidade estruturada. Confrontando-a com o modo de produção, este implica em uma possibilidade de realização, enquanto a formação econômica e social implica em uma

possibilidade realizada, indissociável do concreto e da representação historicamente determinada. No entanto, para Santos (1977), não há dualidade entre essas duas categorias, pois o modo de produção se realiza na e pela formação social, enquanto uma totalidade abstrata que se realiza como totalidade concreta.

A formação social, que compreende uma estrutura produtiva e técnica, assim como diferentes relações sociais, metamorfoseia-se de totalidade abstrata para concreta pelo espaço e no espaço. A relação entre formação social e espaço não se dá em um espaço em geral, mas sempre em um espaço particular, resultado tanto das necessidades concretas da formação social, como das características próprias do lugar. Nessa perspectiva, o espaço não é simplesmente tela de fundo onde ocorrem os processos sociais, mas uma totalidade indissociável de modo de produção e formação social, simultaneamente, resultado e pré-condição do trabalho humano e das relações sociais.

Moreira (2014) aplica o conceito de formação socioespacial para refletir sobre as dimensões econômicas e políticas do desenvolvimento capitalista em suas relações com o espaço na escala nacional. Agrega, para tanto, o conceito de estratégia de acumulação como chave para a compreensão das mudanças nas dinâmicas socioespaciais ao longo do tempo.

O conceito de *'estratégia de acumulação'* foi desenvolvido por Jessop (2007), a partir dos conceitos de hegemonia, de Gramsci, e de bloco no poder, de Poulantzas, em busca de conceitos teórico-estratégicos que permitam estabelecer ligações significativas entre as leis abstratas do movimento do capital, e as modalidades concretas das lutas econômico-sociais, baseadas em uma teoria de classe. É nessa perspectiva que o autor apresenta o conceito de estratégia de acumulação, buscando articular a característica do modelo econômico de crescimento e suas relações com os interesses da acumulação capitalista, suas precondições extraeconômicas e as estratégias de poder que o legitimam.

Para Jessop, *"uma estratégia de acumulação define um 'modelo de crescimento' econômico específico completo com suas diversas precondições extra-econômicas e delinea a estratégia geral apropriada para a sua realização"* (p. 105). Esse modelo implica na unificação dos diferentes momentos no circuito do capital sob a hegemonia de uma fração, pois apesar de a determinação econômica fundamental do circuito do capital ser o processo produtivo, nem sempre as frações dominantes conseguem impor de forma coercitiva seus próprios interesses nesse processo. Estes

só são alcançados quando elas conseguem estabelecer uma liderança econômica “conquistada por meio da aceitação geral de uma estratégia de acumulação” (p. 106), o que envolve a promoção de interesses imediatos de outras frações através da integração ao circuito do capital em que estão envolvidas. Por isso, “uma estratégia pode ser verdadeiramente ‘hegemônica’ apenas quando ela é aceita pelas classes econômicas subordinadas, assim como pelas classes e frações não-hegemônicas no bloco do poder” (p. 110, o que implica equilíbrio de forças entre as classes e frações dominantes e entre essas e as classes e frações subalternas).

Para Jessop (2007), inúmeros fatores devem ser considerados por uma estratégia de acumulação: a forma dominante do circuito do capital, a conjuntura internacional específica confrontando capitais nacionais particulares, a margem de manobra vinculada ao potencial produtivo da economia doméstica e de suas subsidiárias estrangeiras, o equilíbrio interno e externo das forças sociais, econômicas e políticas. Considerando esses elementos, o conceito também se aplica para análises trans-escalares das relações econômicas e políticas, especialmente entre as escalas mundiais da acumulação e as estratégias nacionais a elas integradas, que se desdobram nas dinâmicas socioespaciais sub-nacionais.

## **2.1 Estratégia de acumulação rentista-agroindustrial: plataforma de valorização financeira e a emergência de uma economia política do agronegócio**

Analisando a formação socioespacial brasileira, Moreira (2014) sugere que no final do século XX e início do século XXI, houve mudanças estruturais no seu modelo histórico, incluindo sua estratégia de acumulação, que passou de uma estratégia industrial para uma agroindustrial-rentista. Essa estratégia de acumulação expressa, simultaneamente, as novas características das dinâmicas socioespaciais nacionais, assim como as relações com as dinâmicas mais gerais do capitalismo mundial. Nessa perspectiva, não se pode compreender as dinâmicas agroindustriais brasileiras apenas pelas decisões nacionais, desconsiderando o panorama mais geral do setor.

Uma breve caracterização do sistema agroalimentar mundial torna-se necessária para iluminar o contexto mais amplo no qual a estratégia rentista-agroindustrial brasileira se conecta, ou como sugere Jessop, a conjuntura internacional específica, associada a forma dominante do circuito do capital, com que

se confrontam os capitais nacionais particulares. Essa breve caracterização terá como base a síntese apresentada por Rubio (2015).

Para essa autora, a conformação do sistema agroalimentar mundial está diretamente relacionada a ascensão do poder hegemônico estadunidense no pós-guerra, assim como suas estratégias de manutenção do poder e dominação e controle dos recursos estratégicos e agroalimentares. Se nas décadas de 1950 e 1960 os EUA puderem consolidar sua hegemonia nesse segmento, organizando e dominando o mercado mundial a partir da sua grande expansão produtiva e do impulso a suas próprias empresas transnacionais exportadoras responsáveis pelo armazenamento e transporte global, a partir da década de 1970 o quadro começou a mudar em decorrência das transformações mais gerais no sistema capitalista. Um aspecto determinante se deu com o aumento dos preços dos alimentos em função das altas no preço do petróleo, do qual a agricultura de exportação tinha se tornado dependente, do crescimento da demanda de alimentos mundiais por países que antes não eram importadores, como os países da OPEP, Japão, China e até a URSS, e das mudanças nas políticas dos EUA, adequando-se ao novo contexto.

Com a elevação dos preços de alimentos, houve a entrada de novos competidores nas exportações de alimentos, sobretudo os países europeus, que já haviam se recuperado da crise gerada pela guerra, além de outros países como Argentina, Austrália, Brasil e Canadá. Nesse novo contexto, os EUA mudaram sua estratégia global, de organizadores do mercado global –alocando seus excedentes e submetendo politicamente os países importadores – para competidores nas exportações de grãos e alimentos. Teve início, assim, a formação internacional dos preços dos alimentos, que se desdobrou em um nivelamento dos preços internos dos países, afetando diretamente os produtores locais e elevando a renda da terra internacional, com pesadas transferências dos países dependentes de importação de alimentos para os países exportadores. Teve início uma fase de grande polarização e concentração da produção agroalimentar e conversão dos países desenvolvidos em principais exportadores mundiais, em um contexto de crescente financeirização da economia.

A competição mundial levou os EUA a desvalorizarem sua moeda, aumentando a competitividade de seus produtos, e traçarem uma política interna de fixação de preços de produção abaixo dos custos, em aliança com uma elite de produtores subsidiados. Com isso, puderam desvalorizar os alimentos para acirrar a disputa

contra seus concorrentes diretos, além de subordinar pequenos e médios agricultores de todo o mundo. Apesar do aparente absurdo que é produzir alimentos caros para vendê-los abaixo do custo no mercado internacional, a pergunta que Rubio (2015) se faz é justamente quem ganha e quem perde nesse processo.

A redução dos preços dos alimentos é mecanismo chave de eliminação de pressões por elevação dos salários, atuando contra a tendência de redução das taxas de lucro, mesmo em condições em que não ocorre melhoria na produtividade do trabalho. Para Rubio, a redução salarial foi um mecanismo chave para a retomada das taxas de lucros das empresas no neoliberalismo, para o quê a redução do preço dos alimentos, o desemprego estrutural e a formação de um elevado contingente de desempregados foram fundamentais. Além dos benefícios para o conjunto do capital industrial, as empresas diretamente vinculadas ao mercado agroalimentar também se beneficiaram de forma direta com essa política, tanto aquelas destinadas à comercialização dos produtos dos países exportadores, como aquelas dedicadas a produzir alimentos industrializados que tiveram uma redução significativa nos custos de seus principais insumos. Todo esse processo, desde o ponto de vista da produção, transformação e distribuição dos alimentos, levou a uma concentração do mercado mundial em grupos restritos de produtores altamente tecnificados, grandes corporações transnacionais e alguns países que, portanto, foram os principais beneficiados por esta estratégia. Por outro lado, foi um processo que penalizou a maior parte dos pequenos produtores do mundo que, com os baixos preços de venda, nem ao menos conseguiam recuperar seus custos de produção, permanecendo em uma situação não mais de explorados, mas de excluídos (Rubio, 2015, p. 147).

A intensificação da financeirização alcançou este setor e das demais commodities, em especial após a crise das empresas ‘.com’ de informática e telecomunicações, no início dos anos 2000, e da crise na área hipotecária, em 2007/2008. Isso levou a uma elevação sem precedentes dos seus preços, pressionando a elevação dos salários e custos industriais com matéria primas, em um círculo vicioso que reduzia ainda mais a rentabilidade industrial e fortalecia a própria financeirização. As crises alimentares cada vez mais frequentes não significam, nessa perspectiva, uma incapacidade de abastecimento global, mas o efeito combinado de problemas conjunturais, que revelam a fragilidade do sistema como um todo e que gera incertezas que são aproveitadas pelo capital especulativo.

Com a financeirização, os EUA não puderam sustentar seu principal



mecanismo de poder no mercado internacional, que era a manutenção dos alimentos a preços baixos, com produção interna altamente subsidiada. Como consequência, houve uma expansão da produção em vários outros países que passaram a competir com os EUA, cuja participação no mercado internacional teve forte retração passando de uma participação nas exportações mundiais de cereais de 41% em 1995 para 26% em 2010 (Rubio, 2015, p. 170). Agravaram essas perdas de domínio mundial dos EUA os enfrentamentos dos países do G-20 na rodada de Doha da OMC e dos países da América Latina contra a ALCA, forçando os EUA a priorizarem acordos comerciais bilaterais com países que se converteram nos principais destinos de suas exportações, além de mercados abertos à força com a guerra, como no caso do Iraque.

Os agrocombustíveis, para Rubio (2015), também se mostraram como uma saída parcial para parte dos excedentes dos EUA, especialmente o milho, cuja destinação para esse fim cresceu no período, beneficiando, sobretudo, as gigantes empresas do setor agroalimentar, assim como algumas petroleiras. No entanto, para a autora, essa direção deve ser vista como uma fase transitória, ligada às estratégias geopolíticas de 'segurança energética', frente às dificuldades crescentes dos EUA de dominarem as reservas de petróleo mundial e compensarem a escassez das suas próprias reservas. Nesse contexto, os agrocombustíveis se inserem em um conjunto de ações voltadas ao restabelecimento da dominação energética pelos EUA, desde a Guerra do Iraque até o impulso a novas tecnologias de extração, como o *fraking*. De qualquer maneira, os agrocombustíveis de 1ª geração, com exceção do etanol de cana de açúcar, em termos energéticos exigem um gasto de petróleo para sua produção maior do que resulta em termos de energia substituta e, por isso, não podem ser uma alternativa efetiva, expandindo-se apenas enquanto as potências não encontrem um substituto energético ao petróleo.

Para Rubio (2015), esse processo histórico gerou um setor agropecuário mundial com debilidades intrínsecas. Ao mesmo tempo em que mais de 70% dos países são dependentes de importação, a base produtiva é muito concentrada em poucos países e poucos produtos, além de ser controlado por poucas grandes transnacionais, de maneira que frente a qualquer problema de ordem produtivo ou político que afete essas exportações, gera-se grande instabilidade. Além disso, nota-se um efeito de esgotamento do modelo mecânico-químico da revolução verde, com um rendimento físico da produção decrescente em relação à população, seja em

função do esgotamento dos solos e deterioração ambiental, seja em função das vulnerabilidades aos efeitos das mudanças climáticas, cada vez mais intensos. Para Rubio, todos esses aspectos contribuem para a fragilidade do sistema, porém a principal causa das crises alimentares é a intervenção financeira, que aproveita as incertezas ocasionadas por essas fragilidades, levando a ataques especulativos do capital financeiro que geram altas de preço.

Tanto as crises, como o movimento mais geral de elevação de preços, não acarretam em benefícios para os próprios produtores rurais, a exceção daqueles que produzem em larga escala e com alto padrão tecnológico. Quem mais se beneficia nesse processo são as empresas agroalimentares transnacionais, tanto aquelas produtoras e vendedoras de insumos e maquinário, como aquelas voltadas à comercialização e processamento. Essas empresas têm conseguido impor preços internos aos produtores que não refletem os aumentos do mercado mundial, apropriando-se, assim, dessa diferença. Essas grandes transnacionais, assim como os fundos financeiros, têm sido os mais beneficiados com as mudanças do sistema agroalimentar mundial no século XXI.

Enquanto um elemento determinante de todo esse processo, a financeirização das commodities, em especial o mercado de derivativos das commodities agrícolas, baseia-se em relações bastante complexas entre mercados de futuros, especuladores e a determinação dos preços de comercialização desses produtos nos mercados à vista. Para Kerckhoffs, van Os e Vander Stichele (2010), os mercados de futuro foram criados para dar maior estabilidade à comercialização de alimentos, em função das elevadas variações dos preços desses produtos relacionadas às imprevisibilidades na produção agrícola, muito diferente da produção de bens manufaturados. Os contratos futuros tiveram início como um acordo entre produtores e usuários (empresas de processamento, armazenamento e distribuição) de compra e venda de certa quantidade de produto, por certo preço, em uma data futura. Dessa forma, os vendedores têm garantia de mercado do que ainda vão plantar, assim como as empresas podem planejar suas compras e fluxos produtivos, protegendo-se, ambos, de flutuações excessivas dos preços.

Esses mercados futuros não eliminam os riscos de uma quebra de safra por fator imponderável, tampouco flutuações excessivas de preço na hora de efetivar a transação, o que implica que alguma das partes deixaria de ganhar. No entanto, de qualquer forma, funcionavam como uma ação de estabilização do mercado da

*commodity*, distribuindo os riscos entre todos os envolvidos: produtores, empresas intermediárias e finais. O mercado de futuros de Chicago, hoje um dos maiores do mundo, começou a funcionar com esse tipo de característica em meados do séc. XIX. Kerckhoffs, van Os e Vander Stichele (2010) reconhecem que nessa história já começaram a atuar especuladores, que eles chamam de tradicionais, participando da distribuição dos riscos de toda a cadeia, embora apostando na possibilidade de ganhos, caso os preços chegassem mais altos do que o previsto no momento da entrega do produto.

A partir dos anos 1970, começaram flexibilizações nas regras de funcionamento que atraíram especuladores não-tradicionais, cuja ação nesse tipo de mercado cresceu significativamente após a crise das empresas “ponto.com” em 2001, configurando a financeirização das *commodities*. Para Kerckhoffs, van Os e Vander Stichele (2010), à diferença dos produtores e consumidores comerciais e, mesmo dos especuladores tradicionais, que eram todos conhecedores e envolvidos com a *commodity*, os especuladores não-tradicionais não têm nem conhecimento, nem interesse no mercado da *commodity* em si, mas apenas nos ganhos financeiros que podem extrair dele. Esses especuladores não-tradicionais, para os autores, são fundos de hedge, fundos de pensão, investidores institucionais, bancos e bancos de investimentos, embora os autores reconheçam que essa divisão tem sido cada vez mais distorcida, pois empresas da própria cadeia produtiva têm atuado como especuladores, assim como os bancos tem atuado como ‘*dealers*’, organizando a distribuição das participações.

Para os autores, uma das principais mudanças no funcionamento do mercado de futuros foi a possibilidade de compra e venda dos títulos futuros, que passaram a ser comercializados antes do momento da entrega final do produto, com lucro para o possuidor quando o preço já sinaliza uma tendência de alta. A comercialização desses contratos futuros tem sido através dos mercados de derivativos, seja em mercados abertos e mais transparentes, como bolsas de *commodities*, ou a partir de contratos bilaterais, com maiores incertezas e riscos e, portanto, maiores possibilidades de especulação. Muitas dessas transações entram em cestas de derivativos, juntamente com vários tipos de *commodities* e, também outros produtos e títulos, sendo negociadas a partir de um índice organizado pelos ‘*dealers*’. Todas essas variáveis complexificam a análise, pois no mesmo mercado coexistem atores diretamente envolvidos na cadeia produtiva procurando se proteger das flutuações de preços,

especuladores que apostam na flutuação positiva da *commodity* em questão e aqueles que adotaram essa *commodity* como um fator de baixo risco em uma cesta diversificada de derivativos. Além disso, há atores que participam simultaneamente em mercados mais seguros e outros mais especulativos, através de títulos de compartilhamento de riscos chamados swaps, que acabam relacionando ambos os mercados e reduzindo a estabilidade de todos eles.

Toda essa complexa rede de mecanismos de apostas financeiras relacionadas às *commodities* levam a que os preços desses títulos podem ser negociados em valores muito mais elevados do que os valores reais da produção em si. Quando cresce muito a procura por esses derivativos e os seus índices começam a subir, os 'dealers' tendem a procurar comprar mais títulos futuros deles, o que acaba pressionando seus preços futuros para cima. Kerckhoffs, van Os e Vander Stichele (2010) chamam a atenção de que muitas vezes essa corrida pode ser puxada por algum outro produto da cesta de derivativos, mas que a vinculação entre eles acaba refletindo em todas as *commodities* da cesta e pressionando a elevação do preço de seus derivativos.

Como os preços dos contratos futuros acabam influenciando diretamente o estabelecimento de preços nos mercados à vista, essa alta demanda pelos títulos futuros pressiona os preços praticados no presente, gerando altas de preço. Com essas altas, crescem as expectativas de ganho com aquele produto, o que atrai maior número de investidores. Cria-se assim um círculo que se retroalimenta, produzindo bolhas de preços das *commodities* que, em algum momento, tendem a estourar. As altas de preços, no entanto, afetam não apenas as transações comerciais, mas a própria estrutura produtiva, levando ao aumento das áreas plantadas daqueles produtos em alta. Essa análise reforça a perspectiva de que essas altas podem não representar, necessariamente, aumento da demanda pelo produto em si, mas tão somente pelos seus títulos futuros.

Vander Stichele (2014) alerta de que esse processo afeta a dinâmica da cadeia alimentar como um todo, que passa a ser fortemente comandada pelos interesses dos agentes financeiros. Como os preços passam a depender do interesse dos especuladores, novos serviços passam a ser fundamentais na cadeia, como os serviços de marketing e de gerenciamento de riscos, assumidos por empresas especializadas ou por ramos das próprias grandes corporações dedicadas ao comércio de *commodities*. Os bancos, além de 'dealers' do mercado financeiro,

também são financiadores da própria produção, com uma tendência de agir evitando ao máximo os riscos de quebra de safra, para não prejudicar a valorização dos derivativos. Desde essa perspectiva, os bancos priorizam financiar os grandes produtores e grandes empresas intermediárias, o que favorece uma concentração econômica, com fusões e aquisições que levam a formação de um mercado cada vez mais oligopolizado.

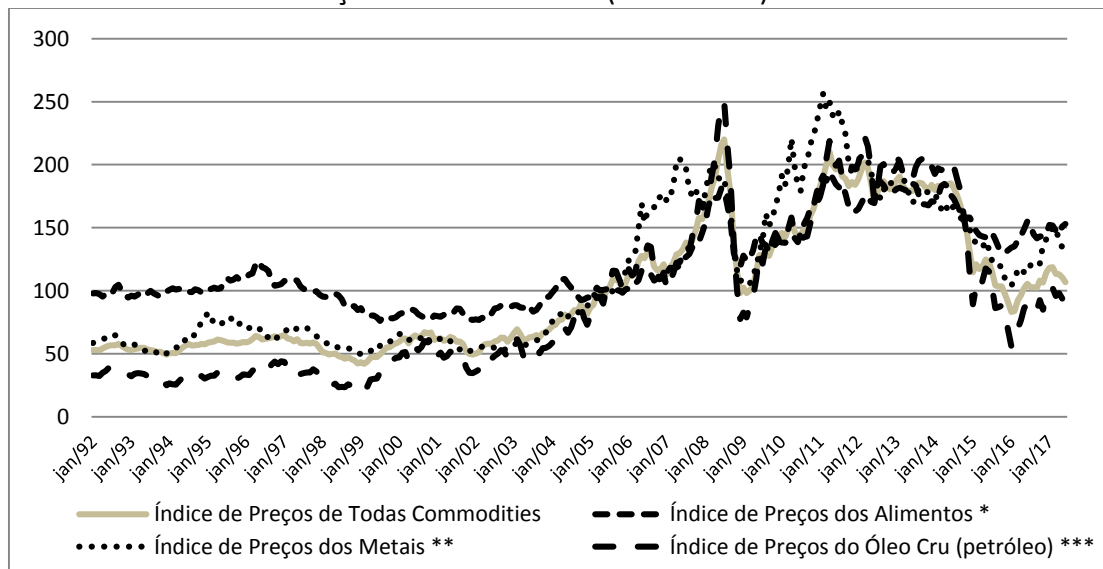
Martin e Clapp (2015) chamam atenção de que o debate sobre financeirização tem priorizado a análise dos atores privados, mas o Estado também desempenha papel fundamental, especialmente quando o processo é observado em uma perspectiva histórica longa. Durante os séculos XIX e XX, o Estado foi fundamental para estruturar tanto a agricultura empresarial, como o comércio internacional, atuando no sentido de regular, criar instituições, financiar e dar garantias para a atuação dos atores privados. Segundo as autoras, o setor financeiro privado sempre relutou em atuar na agricultura sem garantias do Estado e a financeirização contemporânea só tem sido possível pela situação estruturada a favor da agricultura empresarial que havia sido formada. O próprio Estado tem sido chamado a promover as desregulações que favoreçam o setor privado, assim como a estruturar mercados e cadeias produtivas, além das leis de propriedade da terra, nos países em que o setor privado busca se expandir.

McMichael (2012) inclui nesse debate o papel das instituições internacionais, como o Banco Mundial. Instituições desse tipo têm sido fundamentais para impor mudanças nas políticas nacionais, desde as aberturas comerciais até a adoção de financiamento de infraestruturas, que começaram a ser impostas junto com os programas de ajuste estrutural dos anos 1980 e 1990. No contexto atual, essas instituições têm retomado o discurso da importância da expansão da agricultura industrial como motor do desenvolvimento, legitimando-o com um discurso de uma 'ecologia global' que vincula essa expansão com a superação de problemas da fome e cuidados ambientais, usando os agrocombustíveis e o sequestro de carbono como exemplos de mecanismos de desenvolvimento limpo. Para o autor, todos esses projetos e discursos tendem a legitimar a expansão de uma agricultura comandada por grandes corporações e prejudicar/espóliar comunidades indígenas e camponesas locais que, nesses discursos, são taxadas como pobres, sem alternativas e dependentes de empregos a serem criados nesse processo de expansão.

O gráfico 2.1 mostra um comportamento bastante similar das dinâmicas dos

preços internacionais de diferentes ‘*commodities*’, o que indica que a elevação de preços iniciada nos anos 2000, com seu pico entre 2006 e 2014, não pode ser considerada um simples reflexo da demanda por um ou alguns produtos (Flexor e Leite, 2017). Como se procurou demonstrar com o caso das ‘*commodities*’ agrícolas, em cada um desses mercados atuam atores e mecanismos específicos, assim como causas particulares de elevação de demanda ou crise de produção que geram instabilidades. Por isso, não se pode fazer uma generalização totalizante das formas de funcionamento de cada um deles, embora o processo de financeirização desses produtos e a dependência e vinculação de suas matrizes produtivas ao petróleo ajude a explicar porque seus preços assumem comportamento relativamente similar.

Gráfico 2.1: Índice de Preços de Commodities (2005 = 100).



Fonte: IMF Primary Commodity Prices <<http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>> (monthly data). Acesso em: 01/10/2017

\* inclui Índices de Preços de Cereais, Óleos Vegetais, Carne, Frutos do Mar, Açúcar, Banana e Laranja.

\*\* Inclui Índices de Preços de Cobre, Alumínio, Minério de Ferro, Estanho, Níquel, Zinco, Chumbo e Urânio

\*\*\* Média Simples dos Preços de Dated Brent, West Texas Intermediate e Dubai Fateh

Apesar da importância das transformações na ordem agroalimentar mundial como contexto geral em que se inserem as transformações na estratégia de acumulação brasileira, estas não podem ser entendidas como mero reflexos das forças exógenas ali produzidas. Complementam a análise a compreensão das principais determinações internas ao país que, nesse contexto mais geral, produziram efetivamente essas transformações. Sem a pretensão de resgatar a análise de toda a transformação da produção agrária brasileira desde o pós-guerra, pretende-se evidenciar algumas mudanças estruturais mais recentes, iniciadas na virada do

século, que explicitam, do ponto de vista da economia política, os fundamentos dessa mudança na estratégia de acumulação.

Paulani (2008) analisa os traços gerais de como essa mudança na estratégia de acumulação levou o Brasil a se transformar em uma plataforma de valorização financeira internacional, configurando novas relações de dependência. A origem desse processo remonta a um contexto internacional de recessão, ao longo dos anos 1970 e 1980, em que capitais internacionais acumulados abdicaram das atividades produtivas e passaram a exercer pressões por um novo regime de acumulação com dominância financeira. Esse novo regime de acumulação refletiu também na produção, levando a uma acumulação flexível marcada por uma série de flexibilizações, deslocalizações, inovações tecnológicas e organizacionais em que as taxas de lucro deveriam acompanhar as taxas de juros.

Nos anos 1970 e 1980, esses capitais buscaram ampliar os tomadores junto a países da periferia, transformando algumas economias com capacidade de produção de renda real em prestacionistas de valorização desses capitais. Nesse contexto, o Brasil dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) tornou-se um tomador de empréstimo, desencadeando a chamada 'crise da dívida' no início dos anos 1980. Para a autora, portanto, o Brasil só pôde ser considerado como plataforma de valorização financeira porque a industrialização brasileira garantiu algum substrato material para esse fim. No entanto, faltava-lhe ainda uma reorganização institucional compatível, o que aconteceu ao longo dos anos 1990.

O Estado teve papel fundamental nessa reorganização institucional, cuja legitimidade política foi alcançada quando as elites abraçaram a tese neoliberal de desenvolvimento pela via do comércio exterior e 'choque' de produtividade e competitividade industrial como possibilidade de internacionalizar seu padrão de vida e desterritorializar a riqueza, expressando um desejo de dependência frente aos riscos que a maior autonomia oferece, lembrando que forças populares quase dominaram o Brasil no início de 1960 e voltaram a exercer pressão a partir da redemocratização pós-ditadura. Nessa perspectiva, Paulani (2008) sugere que o Brasil viveu três fases distintas de dependência: consentida (1822 – 1914), tolerada (1914 – 1973) e desejada (pós-1973).

Para consolidar o país como plataforma de valorização financeira, o Estado deveria assumir um papel de *business administration* com base em 3 indicadores chaves: o preço do dólar norte-americano; a cotação dos títulos brasileiros negociados

no mercado internacional (C-Bond); risco-país classificado pelas agências de risco. Os mecanismos para operar essa valorização passam pela dívida pública, o mais visível elo de ligação entre Estado e setor privado, em que o Estado torna-se simultaneamente o produtor de capital fictício, a partir da comercialização de títulos da dívida, e garantidor desse capital fictício, ao retirar parcelas de renda real da sociedade via tributos e transferi-las à esfera da valorização financeira para pagamento dos serviços da dívida, assegurando tanto rendimentos aos capitais fictícios que produz, como a moeda como objeto de especulação ou de maximização, em dólar, dos ganhos no país. Para tanto, torna-se fundamental o manejo da taxa de câmbio, valorizando a moeda local, e da taxa de juros, mantendo-a elevada, o controle do gasto público para assegurar condições de pagamento dos serviços da dívida sobre os gastos sociais e investimentos em infraestrutura e o controle da taxa de inflação para facilitar o cálculo financeiro e o controle de gastos do Estado. Paulani (2008) conclui que todo esse esforço se torna a garantia de remuneração do capital fictício, cujo sucesso é atestado pelas agências de risco.

Coube ao governo FHC, ao longo dos anos 1990, implantar a reorganização institucional que permitiu a consolidação do Brasil como plataforma de valorização financeira internacional. Nesse governo, efetivou-se a estabilização monetária através do Plano Real, a abertura do mercado brasileiro de capitais que impediam a livre saída de recursos do país, a abertura comercial desordenada, privatizações financiadas com dinheiro público, sobrevalorização da moeda e elevação da taxa de juros, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a reforma do sistema previdenciário dos trabalhadores da iniciativa privada vinculando-o a uma lógica de capitalização rentista. Todas essas medidas configuraram, para Paulani (2008), um estado de exceção econômico que coloca os interesses dos credores e do capital acima de qualquer outro.

Finalizando sua análise, Paulani (2008) indica que o 1º governo Lula, entre 2003 e 2006, adotou uma opção política de continuidade legitimada em um discurso TINA (*there is no alternative*), agregando ao processo de reorganização institucional a aprovação da lei de falências, a autonomia operacional do BC e a extensão da reforma da previdência aos trabalhadores do serviço público ao definir teto máximo e aposentadoria complementar. Como consequência dessas decisões, a autora mostra que, entre 1975 – 2004, as despesas anuais do Brasil com serviços de fatores de produção, ou seja, pagamentos de lucros e dividendos de investimentos diretos e juros de lucros, dividendos e juros de investimentos em carteira e juros de empréstimos



convencionais, cresceram 1.085%, enquanto o PIB cresceu 129% e o PIB per capita 42%. Ou seja, quanto mais essa estratégia de transformação do país em uma plataforma de valorização financeira se aprofundou, maior foi se tornando o déficit no balanço das rendas, pressionando o balanço de pagamentos brasileiro que foi se tornando um ponto de estrangulamento da estabilidade macroeconômica nacional.

Para Delgado (2012), todas essas reformas neoliberais tiveram reflexo significativo na questão agrária nacional, uma vez que elas desmontaram as estruturas internas de fomento produtivo e comercial que sustentaram a política de modernização conservadora da agricultura do período anterior. Mais do que uma substituição imediata de estratégia de acumulação de capital na agricultura, para o autor, foram as respostas às crises e seus constrangimentos externos, como as crises cambiais de 1982 e 1999, que arrastaram o sistema econômico para improvisar saídas conjunturais que, com o tempo, estruturaram novos arranjos. Desde essa perspectiva, os anos 1980 e 1990 configuram-se para o autor como um período de transição da modernização conservadora em direção a uma economia do agronegócio que se estruturou, efetivamente, a partir dos anos 2000.

Delgado (2012), na mesma direção que Paulani (2008), enfatiza a importância crescente que o constrangimento externo causado pelo déficit no balanço de pagamentos foi assumindo desde os anos 1980, seja com a crise da dívida ocorrida no início dessa década, seja com o crescimento dos pagamentos de rendas do capital estrangeiro aqui aportado, no final dos anos 1990, levando a que o governo buscasse no estímulo à geração de saldos de comércio exterior pelo crescimento do setor primário uma possibilidade de equilíbrio da balança de pagamentos. Com isso, a agricultura passou a ter papel macroeconômico relevante para além de sua participação específica na composição do Produto Interno Bruto.

Essa estratégia mostrou-se particularmente importante nos períodos entre 1983 – 1993 e após 2000, intercalada pelo período entre 1994 – 1999, quando houve uma folga na liquidez internacional e a entrada massiva de capitais no país, resultante das opções políticas já assinaladas por Paulani (2008). O fundamental para o autor é que os ajustes conjunturais nesse período foram levando ao desmonte da política de modernização conservadora e a uma nova estratégia de acumulação de capital no setor agrícola, estruturando uma economia do agronegócio que se efetivou a partir do ano 2000, no final do governo FHC e continuando ao longo dos governos petistas de Lula e Dilma.

Apesar de muitos apologistas da economia do agronegócio enfatizarem uma noção técnica de integração de negócios no campo e nos ramos de produção a montante e a jusante da agricultura, para Delgado (2012), o que embasa essa noção, do ponto de vista econômico, é a integração de capitais na agricultura, especificamente os complexos agroindustriais, o mercado de terras e o sistema de crédito rural, sob o patrocínio do Estado, em um contexto histórico em que essa integração foi colocada como a principal estratégia de comércio exterior. Assim, para Delgado (2012), esse processo de acumulação de capital tem o caráter de um pacto de economia política, compreendido enquanto “*organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado*” (p. 91), em que os complexos agroindustriais, os grandes proprietários fundiários e o Estado se associam “*para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral*” (p. 93).

O lançamento da estratégia do agronegócio durante o segundo governo FHC como saída para a geração de saldos no comércio exterior capazes de suprir os déficits do balanço de pagamentos gerados com as crescentes saídas de renda de capital que estavam levando a perdas de reservas internacionais baseou-se, segundo Delgado (2012, p. 94), em cinco iniciativas: investimento em infraestrutura para incorporação de novos territórios segundo uma política de ‘eixos de desenvolvimento’; redirecionamento da pesquisa agropecuária para operar em sincronia com as multinacionais do agronegócio; regulação frouxa do mercado de terras; mudança na política cambial para tornar o agronegócio competitivo internacionalmente; reativação do crédito rural nos ‘planos safra’. Essa estratégia, segundo o autor, foi completamente continuada e reforçada nos governos Lula, que experimentou, durante o período 2003 – 2007, vigoroso sucesso dos saldos comerciais em função da maturação das mudanças e seus efeitos na rearticulação de alguns complexos agroindustriais e minerais, bem como a quadra favorável de preços internacionais das commodities<sup>3</sup>.

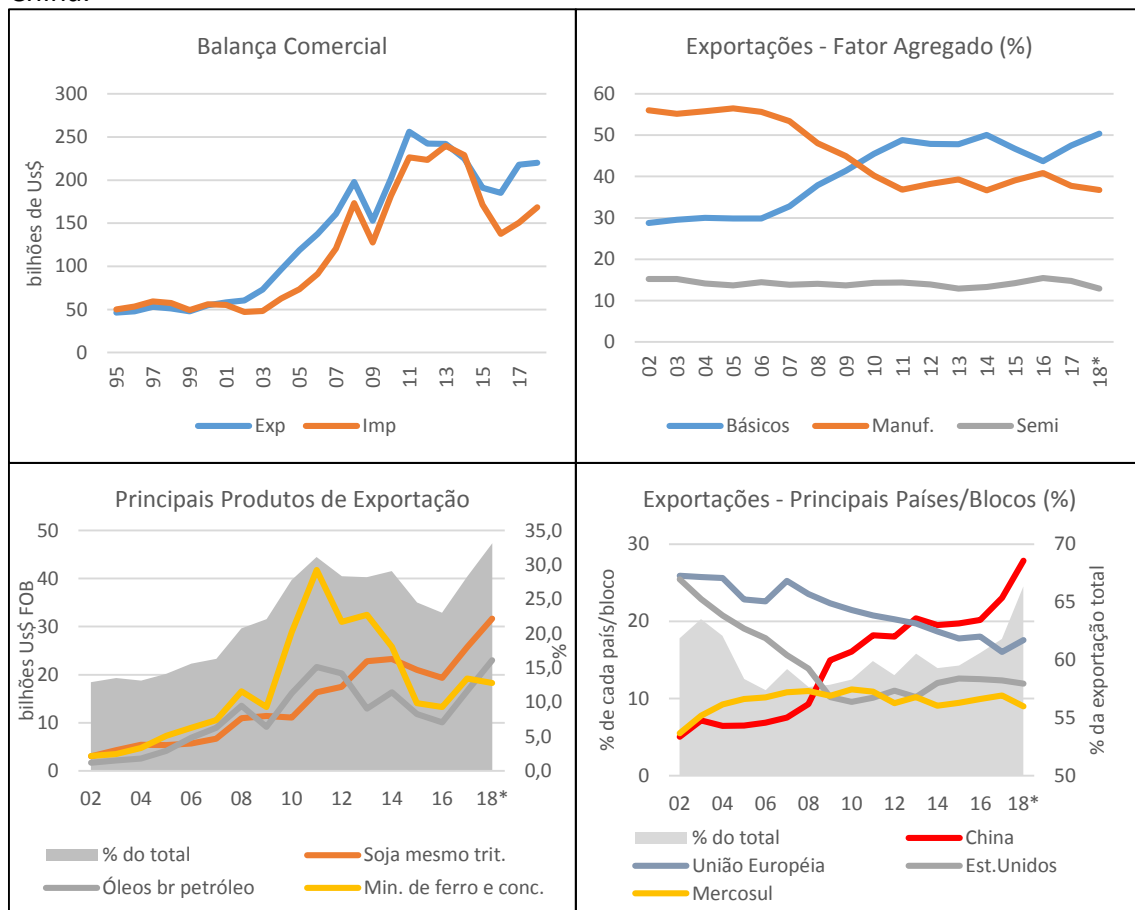
Outro aspecto central do sucesso dessa estratégia, nesse período, foi o efeito do crescimento econômico chinês, assumindo papel determinante no crescimento das

---

<sup>3</sup> Delgado (2012) insiste que, apesar dos resultados positivos desse período, “*não é razoável imaginar esta equação conjuntural como solução estrutural ao desequilíbrio externo*”, o que começa a mostrar-se a partir de 2008, quando mesmo a ‘reprimarização da pauta de exportações’ não consegue mais impedir o déficit no balanço de pagamentos. A análise da crise dessa estratégia e suas consequências políticas, inclusive para os governos petistas, extrapola o escopo desse capítulo.

exportações brasileiras, sobretudo das commodities agrícolas e minerais. O quadro 2.1 mostra a recuperação da balança comercial brasileira após 2002, superando uma tendência de déficit desde 1995 (plano real), embora com redução do saldo entre 2007 e 2014, ano em que o saldo foi negativo, e nova reversão a partir de 2015. Esse saldo da balança comercial, além dos preços internacionais favoráveis, correspondeu a um crescimento significativo das exportações após 2002 e a uma mudança qualitativa na pauta de exportações, com inversão da importância relativa dos produtos manufaturados e produtos básicos, o que melhor expressa a reprimarização das exportações.

Quadro 2.1: Saldo Comercial, Reprimarização da Pauta de Exportações Brasileiras e Efeito-China.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC. Disponível em: <  
<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>  
 Acesso em: 13/12/2018

\* Dados de 2018 – até novembro.

Essa reprimarização consolidou a soja (mesmo triturada), os óleos brutos de petróleo e o minério de ferro e seus concentrados como os três principais produtos de

exportação, que passaram, conjuntamente, de 12,9% do total exportado em 2002 para 31,2% em 2011, alcançando 33,1% em 2018 (até nov.). Nesse processo, houve aumento significativo das exportações para China (incluindo Hong Kong e Macau) que passou de 5,0% em 2002 para 20,4% em 2013 e 27,9% em 2018 (até nov.). Além do crescimento relativo das exportações para a China houve, por oposição, um decréscimo da importância das exportações aos Estados Unidos, de 25,4% em 2002 para 11,9% em 2018, e à União Europeia, de 25,9% para 17,6%.

Para Teixeira e Pinto (2012), esse conjunto de mudanças promoveu alterações nas articulações entre o sistema econômico e o político e entre as classes e grupos sociais domésticos e externos, inclusive alterando a hegemonia no bloco de poder, que passou a ser exercida pela fração bancário-financeira do capital, representada pelos bancos, seguradoras, fundos de pensão, corretoras, agências de *rating* etc (p. 917). Para os autores, essa hegemonia se expressa pela presença de ocupantes de postos-chaves do mercado financeiro no Banco Central, um dos mais importantes centros de poder do Estado, e pela propagação da ideologia da ortodoxia econômica pela grande imprensa.

O governo Lula iniciou-se, em 2003, sem alterar essa orientação econômica ortodoxa, apesar de que, especialmente no segundo mandato (2007 – 2010) houve certa flexibilização a partir de medidas de ampliação de crédito ao consumidor e ao mutuário, aumento real do salário mínimo, programas de transferência de renda, adoção de medidas anticíclicas e ampliação dos investimentos via BNDES e PAC (Teixeira e Pinto, 2012, p. 923). Essa flexibilização foi possível graças aos superávits comerciais entre 2003 e 2006, resultantes das estratégias apontadas por Delgado (2012), e dos superávits na conta capital e financeira entre 2007 e 2010, resultante ao excesso de liquidez internacional. No entanto, para Teixeira e Pinto (2012), o importante a observar é que apesar da recuperação da atividade econômica com expansão do mercado interno, a partir do consumo das famílias e dos investimentos públicos e privados, não houve modificações nos principais pontos da ortodoxia da política econômica, especialmente o controle da inflação a partir da apreciação do Real, a produção de superávits primários que garantiram os recursos para pagamento da dívida pública interna, que cresceu no período, e na taxa de juros elevadas, apesar de momentos de redução, que garantiram ganhos elevados para os setores financeirizados, a fração hegemônica do bloco no poder.

No entanto, esse arranjo econômico e pacto político também levou a um

aumento relativo do poder da grande burguesia produtora e exportadora de *commodities*, especialmente o agronegócio e as indústrias de *commodities* intensivas em capital, além de outros segmentos nacionais da indústria e comércio, beneficiados economicamente com a expansão interna da economia. Apesar de algumas tensões entre essas frações e a fração hegemônica mais financeirizada, Pinto et al. (2016) mostram que a tentativa ‘voluntarista’<sup>4</sup> do governo Dilma de provocar uma alteração da hegemonia do bloco no poder, expressa no papel ativo do BNDES voltado ao fortalecimento dos setores produtivos e na redução da taxa de juros entre 2011 e 2013, levou-o a uma derrota política frente ao capital bancário-financeiro que o obrigou a retroceder, inaugurando a crise política de seu governo e garantindo que esse setor tivesse a maior rentabilidade sobre o patrimônio líquido no período 2011 – 2014, quando comparado aos demais segmentos da economia.

Singer (2016) analisa o primeiro mandato da presidente Dilma como uma tentativa de impor uma ‘nova matriz econômica’ baseada na redução dos juros, uso intensivo do BNDES, aposta na reindustrialização, uma série de desonerações de custos empresariais, um plano para infraestrutura, reforma do setor elétrico, desvalorização do real para tornar a indústria brasileira mais competitiva, controle de capitais e proteção ao produto nacional. Vários desses pontos atendiam a reclamos da burguesia industrial que, no entanto, não deu sustentação ao governo frente aos enfrentamentos feitos pelos setores afetados pelas medidas, sendo que uma das explicações do autor se refere ao próprio duplo caráter industrial e rentista da burguesia brasileira, além de suas vinculações ao capital internacional, especialmente comandado pelos EUA, os receios que essas ações causavam de aumento do intervencionismo estatal e os efeitos pró-trabalhadores do pleno emprego e aquecimento da economia esperados com essas medidas. Simultaneamente, sem apoio popular ou das frações industriais, o governo teve que recuar aos ajustes

---

<sup>4</sup> Segundo Pinto et al (2016, p. 26): “A presidenta realmente avaliou que poderia, de forma voluntarista, sem uma sólida aliança interclasses, e/ou uma intensa mobilização política dos trabalhadores, enquadrar a cena política e o bloco no poder do capitalismo brasileiro. Ela acreditou que o seu poder estatal (sua posição de presidenta) decorria de uma força própria (ao estilo weberiano) distinta do poder de classe que possibilitaria a realização de mudanças estruturais. Bastaria um desenho de especialistas/técnicos, destituídos de interesses de classe, e a vontade política do governante para realizar mudanças mais amplas. Doce ilusão! A história já nos mostrou que mudanças estruturais conseguem ser levadas adiante em algumas circunstâncias, tais como, em momentos de profunda mobilização popular, em um contexto autoritário, em situações de sólidas alianças interclasses, quando ocorrem depressões econômicas, ou em estados de guerra. Nestas situações o Estado pode adquirir uma maior autonomia relativa diante do bloco no poder e comandar, pelo menos temporariamente, o processo de acumulação”.

neoliberais, o que aprofundou a crise do lulismo.

Destacam-se dessas análises o uso ativo do BNDES nessa estratégia de fortalecimento da industrialização brasileira que, no entanto, se deu de forma bastante contraditória. Para Ghibaudi e Laltuf (2017), durante os governos petistas o BNDES reafirmou-se e consolidou-se como instrumento de política econômica através de sua função de financiador de investimento público e privado de longo prazo, expressando as articulações entre Estado, elites e acumulação de capital. Após um período anterior em que o Banco atuou como financiador das privatizações, nas gestões petistas ele atuou, sobretudo, na recuperação da infraestrutura econômica e na incidência sobre a gestão de grandes grupos econômicos buscando fomentar conglomerados industriais-financeiros de origem nacional que fortalecessem a posição do país como potência regional e referência nas relações sul-sul.

Contando com dois grupos de ferramentas de financiamento, operações diretas e indiretas de empréstimos e aquisição de participações em empresas via fundos como o BNDESPar, o banco teve um ganho no seu poder financeiro, especialmente após a crise de 2008. Beneficiou-se ainda com a adoção de medidas anticíclicas pelo governo, passando a agregar às suas fontes de recursos transferências diretas do Tesouro Nacional, refletindo na elevação significativa tanto do volume de empréstimo, como do valor de suas participações acionárias (Ghibaudi e Laltu, 2017, p. 44-45).

No entanto, para esses autores, apesar da ênfase do discurso institucional nos programas de desenvolvimento industrial, na inovação tecnológica e na sustentabilidade ambiental e social, sua política de investimento atuou sobretudo a favor de atividades econômicas ligadas às commodities, de forma direta ou indireta, via ampliação da infraestrutura vinculada a este segmento, portanto, intensivas em recursos naturais. Considerando as operações de financiamento reembolsável contratadas entre 2007 e 2014, auge da liberação de recursos, o total de 525 bilhões de reais foi distribuído, em uma primeira classificação, entre infraestrutura (54,8%), indústria (36,0%), comércio e serviços (7,6%) e agropecuária (1,6%). No entanto, detalhando as atividades econômicas, conforme a tabela 2.1, pode-se dizer que 40,5% foi destinado diretamente ao agro-hidro-mínero-negócio.

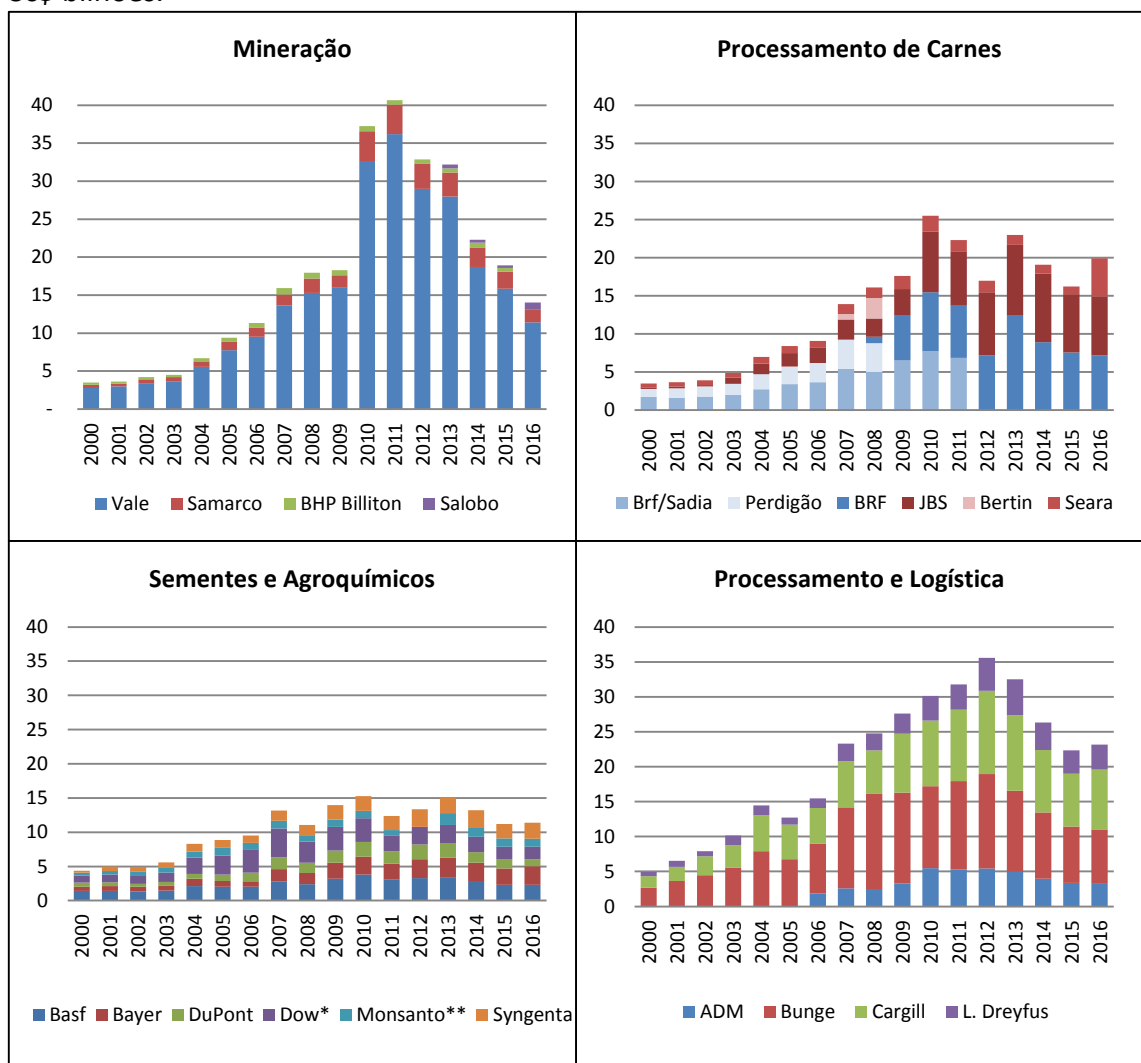
Tabela 2.1: Operações contratadas pelo BNDES com agentes privados, de forma direta e indireta, não automática, reembolsável, entre 2007-2014 (em R\$ bilhões).

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total		
									R\$ bi	%	%
<b>Infra-Estrutura</b>	<b>34,35</b>	<b>18,57</b>	<b>52,54</b>	<b>19,47</b>	<b>34,30</b>	<b>65,56</b>	<b>30,28</b>	<b>32,78</b>	<b>287,85</b>	<b>54,8</b>	<b>100</b>
Energia Elétrica	12,32	13,60	31,19	9,23	17,81	41,39	11,84	14,79	152,18	29,0	52,9
(a) Ger. Hidrel.	4,64	7,05	19,28	0,99	6,23	28,38	2,16	0,90	69,63	13,3	24,2
(b) Distr. E. El.	3,01	1,98	2,49	1,51	3,41	2,09	3,21	4,75	22,45	4,3	7,8
(c) Trans. E. El.	-	0,36	1,59	0,83	4,24	3,15	3,89	5,70	19,74	3,8	6,9
Transporte	14,15	1,91	11,66	7,23	10,05	13,70	11,32	15,70	85,71	16,3	29,8
Telecomunicações	6,20	2,31	6,27	0,96	4,99	8,77	6,03	1,10	36,62	7,0	12,7
Outros	1,69	0,75	3,43	2,05	1,44	1,70	1,09	1,19	13,34	2,5	4,6
<b>Indústria</b>	<b>26,56</b>	<b>27,14</b>	<b>27,38</b>	<b>26,42</b>	<b>19,47</b>	<b>26,00</b>	<b>17,94</b>	<b>18,06</b>	<b>188,97</b>	<b>36,0</b>	<b>100</b>
Mat. Transporte	5,22	1,67	4,71	9,23	3,88	6,03	5,08	2,48	38,31	7,3	20,3
Química e Petroq.	6,76	5,27	7,21	6,29	1,95	3,32	3,92	3,94	38,67	7,4	20,5
(d) Ál. / Bioc.	3,88	3,07	5,12	4,25	0,38	0,43	1,47	1,85	20,43	3,9	10,8
(e) Fert./Agr.tx	-	-	0,17	0,38	0,23	0,10	0,06	0,06	1,00	0,2	0,5
Outros	2,88	2,21	1,92	1,66	1,34	2,80	2,39	2,03	17,23	3,3	9,1
(m) Extrativa	1,26	9,63	3,94	0,40	1,06	3,91	2,93	2,54	25,66	4,9	13,6
Alimento e Bebida	2,08	3,99	3,64	1,92	3,65	3,31	1,90	2,77	23,27	4,4	12,3
(f) Açúcar (brt)	0,65	2,22	0,80	0,07	1,11	0,98	0,68	0,63	7,15	1,4	3,8
(g) Aves e Suín.	0,79	0,51	0,34	0,78	0,22	1,09	0,17	0,22	4,13	0,8	2,2
(h) Bovinos	0,03	0,43	0,43	0,26	-	0,11	0,04	0,12	1,42	0,3	0,8
(i) Óleo e Far. V	-	0,17	0,46	0,25	-	0,21	0,38	0,02	1,49	0,3	0,8
(j) Laticínio	0,07	0,16	0,32	0,03	0,06	-	0,07	0,19	0,89	0,2	0,5
Outros	0,54	0,49	1,30	0,53	2,26	0,92	0,56	1,59	8,18	1,6	4,3
(n) Metalurg. e Prod.	7,88	4,51	3,29	3,13	2,18	1,39	1,19	0,82	24,39	4,6	12,9
Siderg. Prim.	6,62	1,75	0,96	1,28	0,13	0,21	0,12	0,23	11,31	2,2	6,0
Outros	1,25	2,76	2,33	1,85	2,05	1,17	1,07	0,59	13,08	2,5	6,9
(k) Celulose e Papel	0,26	0,10	2,15	3,10	3,91	4,93	0,80	3,78	19,03	3,6	10,1
Outras	3,11	1,95	2,44	2,35	2,84	3,10	2,12	1,72	19,64	3,7	10,4
<b>Comércio/Serviços</b>	<b>3,03</b>	<b>2,39</b>	<b>3,79</b>	<b>4,48</b>	<b>6,62</b>	<b>7,39</b>	<b>5,43</b>	<b>6,85</b>	<b>39,99</b>	<b>7,6</b>	<b>100</b>
<b>(l) Agropecuária</b>	<b>0,87</b>	<b>0,92</b>	<b>0,58</b>	<b>0,75</b>	<b>0,27</b>	<b>2,49</b>	<b>2,03</b>	<b>0,42</b>	<b>8,33</b>	<b>1,6</b>	<b>100</b>
Produção Florestal	0,27	0,06	0,13	0,59	0,23	1,15	1,17	-	3,59	0,7	43,1
Cana-de-Açúcar	0,14	-	0,32	-	-	1,19	0,87	0,25	2,77	0,5	33,3
Avicultura	0,37	0,79	0,06	0,12	-	-	-	-	1,34	0,3	16,1
Outros	0,10	0,07	0,07	0,04	0,04	0,15	-	0,17	0,63	0,1	7,5
<b>Total</b>	<b>R\$ milhões</b>	<b>64,81</b>	<b>49,01</b>	<b>84,29</b>	<b>51,12</b>	<b>60,66</b>	<b>101,44</b>	<b>55,68</b>	<b>58,11</b>	<b>525,13</b>	<b>100</b>
	%	12,3	9,3	16,1	9,7	11,6	19,3	10,6	11,1	100	
Hidronegócio (a+b+c)	7,66	9,39	23,36	3,33	13,88	33,61	9,26	11,35	111,82	52,6	
Agronegócio (d+e+f+g+h+i+j+k+l)	6,55	7,59	10,35	9,87	6,18	10,34	5,70	7,30	63,88	30,0	
Mineronegócio (m+n)	7,88	11,38	4,90	1,67	1,20	4,12	3,05	2,77	36,97	17,4	
<b>Total</b>	<b>R\$ milhões</b>	<b>22,09</b>	<b>28,36</b>	<b>38,61</b>	<b>14,87</b>	<b>21,25</b>	<b>48,06</b>	<b>18,02</b>	<b>21,41</b>	<b>212,67</b>	<b>100</b>
	%	34,1	57,9	45,8	29,1	35,0	47,4	32,4	36,8	40,5	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES. Valores deflacionados pelo IPG-DI (dez.2014).

Essa estratégia de financiamento voltada à aglomeração empresarial foi uma das bases que permitiu que grandes corporações do agro-mínero-negócio assumissem o papel de estruturadoras da expansão dos setores produtores e exportadores de commodities intensivos em capital. O quadro 2.2 é ilustrativo do crescimento do faturamento das principais empresas desse setor pertencentes ao grupo das 500 maiores empresas atuando no território nacional.

Quadro 2.2: Faturamento anual das grandes corporações do agro-mínero-negócio no Brasil, em Us\$ bilhões.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Revista Exame – Maiores e Melhores, diversos anos.

\* Soma das vendas de Dow, Dow Agro Science, Dow Química Nordeste, Dow Sudeste

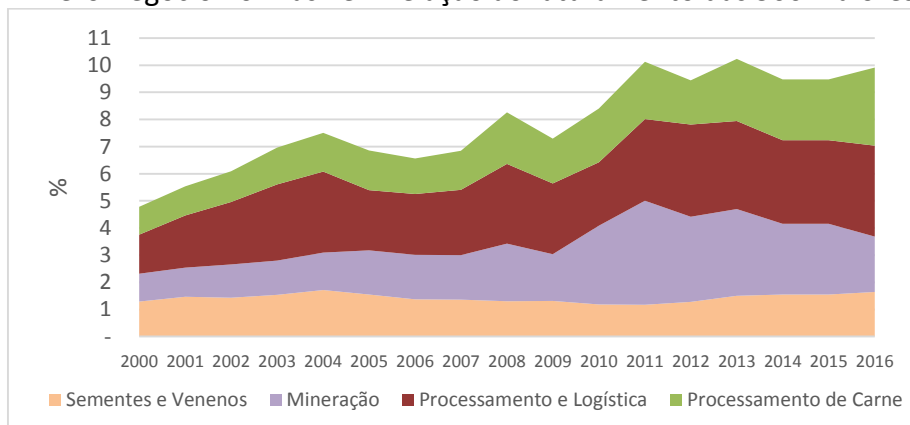
\*\* Soma das vendas de Monsanto e Monsanto NE

Esse crescimento do faturamento se deu de forma superior ao conjunto das 500 maiores empresas (gráfico 2.2), que passou de 4,8% para 9,9%. Com exceção do grupo das empresas de sementes e agroquímicos (BASF, Bayer, DuPont, Dow,



Monsanto e Syngenta), que teve aumento pouco significativo do seu faturamento relativo ao total das 500 maiores empresas, os demais grupos subiram suas posições relativas no ranking, especialmente a partir de 2009. Enquanto o faturamento total das 500 maiores empresas aumentou 103,2% no período entre 2000 e 2016, as empresas de processamento de carne tiveram aumento de 472,8%, passando de 1,0 para 2,9% do total. Essa mesma tendência ocorreu com as grandes corporações de processamento e logística agrícola (ADM, Bunge, Cargill e L. Dreyfus) que ampliaram seu faturamento em 372,2%, passando de 1,4 para 3,6% do faturamento total, assim como com as grandes mineradoras que ampliaram seu faturamento em 301,8%, passando de 1,0 para 2,0% no período total, apesar da queda relativa entre 2011 e 2015, em função das baixas dos preços internacionais. No ano de 2011, essas mineradoras, com grande peso da Vale, representaram 3,8% do faturamento total, tendo alcançado um crescimento no faturamento de 1.063,3% entre 2000 e 2011.

Gráfico 2.2: Participação relativa do faturamento anual das grandes corporações do agro-mínero-negócio no Brasil em relação ao faturamento das 500 maiores empresas.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Revista Exame – Maiores e Melhores, diversos anos.

## 2.2 Novas determinações da questão agrária e regional: a produção de *commodities* e a expansão das fronteiras de acumulação

As transformações na estratégia de acumulação brasileira representaram uma continuidade de uma dupla característica da sociedade brasileira, caracterizada por Moreira (2014) como concentradora, no sentido da distribuição desigual da riqueza e da renda, e excludente, no sentido da marginalização da maioria da população do poder de decisão, em função da articulação, em um mesmo sistema de monopólio, o poder e a riqueza. Para o autor, as dinâmicas socioespaciais têm papel relevante,

tanto na manutenção histórica dessa característica, como no seu tensionamento. Para ele, a relação sociedade-espço no Brasil é marcada por um contraponto entre dois modelos que tensionam estruturalmente a produção do espaço e de um contra-espço: o modelo comunitário das sociedades indígenas, quilombolas e camponesas e o modelo latifundiário que representa o sistema de monopólio.

Apesar das continuidades, do ponto de vista espacial, para Moreira (2014) houve uma ruptura significativa com a substituição de um espaço organizado em relação de montante e jusante da indústria por um espaço organizado na livre circulação do dinheiro especulativo, em um modo de arrumação espaço-rede global. O desmonte-remonte da espacialidade do período da hegemonia da indústria leva a modificações nas barreiras institucionais, jurídicas e espaciais, embora mantenha o modelo histórico concentrador e excludente.

As mudanças estruturais do momento industrial para o pós-industrial de configuração rentista, baseado no combinado indústria-agricultura-serviços, integra regiões com estágios de desenvolvimento bastante díspares fazendo do país um espaço de combinação extremamente desigual. As privatizações dos anos 1990 completaram essa transformação do espaço, instituindo uma espécie de gestão público-privada do espaço em que o Estado entra com o recurso e a segurança pública e a empresa privada com o mando e a rentabilidade. Assim, houve uma transferência da gestão do espaço para o campo privado, com as empresas privadas fatiando o controle, a administração e a definição da estratégia de regulação da formação social brasileira.

Essa nova configuração também traz novas formas de espaço e contra-espço, em contrapontos que explicitam contrastes entre sociabilidades capitalistas e não-capitalistas que veem e demandam mecanismos de gestão do espaço. Do lado das classes hegemônicas, no campo e na cidade, se fundem complexos de empresas em um mesmo todo orgânico sob o comando do capital rentista. O contra-espço vem na forma de ação dos excluídos, que no caso do campo, se dá pela movimentação das comunidades que barram o caminho expansivo da intervenção territorial do agronegócio.

Um elemento chave desse processo conflitivo de expansão do agronegócio está relacionado a suas dinâmicas de dominação de terras, internalizando um processo, que também é mundial, de corrida por terras a partir dos interesses de diferentes atores, como agentes privados envolvidos na financeirização das

*commodities*, grandes empresas do agronegócio/mineração e instituições públicas internacionais e nacionais. Esse fenômeno tem sido categorizado na literatura por termos como ‘*land grabbing*’ ou ‘*acaparamiento de tierras*’, com certa dificuldade de tradução para o português. Isso ocorre não apenas por problemas semânticos, mas, segundo Sauer e Borras Jr (2016), também pela disputa de sentidos políticos e ideológicos envolvidos nessa tradução. Para esses autores, o termo começou sendo traduzido como “aquisição de terras em larga escala por estrangeiros” e/ou ‘estrangeirização da terra’, mostrando-se insuficientes diante da complexidade do fenômeno. Nessa perspectiva, defendem a tradução para o termo “apropriação de terras”, diretamente relacionado aos conceitos de acumulação e expropriação/espoliação não apenas de terras, mas também dos recursos naturais que estas contêm (água, minérios e biodiversidade)<sup>5</sup>.

Rubio (2015) analisa essa ‘dominação de terras’ a partir de dois processos distintos. Um deles, diretamente relacionado ao fluxo de compra de terras por fundos financeiros e especulativos em países com recursos naturais abundantes e força de trabalho barata, em um processo inédito de investimentos em terras distantes dos países de origem com objetivo de valorizá-las. Essas compras, geralmente estão associadas à presença das grandes empresas do agronegócio e da expansão das monoculturas de exportação. No entanto, há outro processo distinto na sua origem que se refere à aquisição de terras por países interessados em ampliar seus próprios cultivos, como forma de se protegerem da guerra alimentar, do domínio estadunidense e das incertezas geradas pela financeirização dos alimentos. Este parece ser o caso de países como China, Índia e os exportadores de petróleo. As consequências, em ambos os casos, é o aumento da concentração de terras, a instalação de grandes monocultivos e a expulsão de camponeses, ampliando a dependência alimentar dos países vítimas desse processo.

Apesar desses traços gerais que explicitam a ‘dominação de terras’ contemporânea, tem surgido uma cada vez maior diversidade de situações. Buscando ampliar o espectro de análise e incluir mais casos ocorridos na América Latina, Borras Jr et al. (2013) buscaram construir uma definição mais abrangente para este

---

<sup>5</sup> Segundo o pensamento lefebvriano, o conceito de apropriação está mais relacionado a produção de valores de uso, enquanto o de dominação mais relacionado ao de produção de valores de troca. Nesse sentido, neste trabalho, parece mais adequado o uso do termo ‘dominação de terras’ para a tradução de *acaparamiento* e *land grabbing*.

fenômeno. Esses autores identificam três fatores inter-relacionados: a concentração do controle da terra, que permite mudanças nas formas de uso e no seu significado – fenômeno relacional e político, expressão de relações de poder; transferência de controle em grande escala, não tanto em termos de área física, mas de capital envolvido; vinculação aos imperativos da acumulação de capital, especialmente dos novos centros de acumulação como os BRICS.

Com essa definição mais abrangente, esses autores discutem que a ‘dominação de terras’ na América Latina não se resume a aquisição de terras por capitais e estados estrangeiros, chamando atenção para o papel de capitais e estados nacionais/regionais que atuam direta ou indiretamente, inclusive com aporte financeiro e legitimação. Abordando a dominação da terra em termos de controle político, não restringem a análise aos processos de compra/expropriação, incluindo inúmeros outros mecanismos como arrendamentos de curto e longo prazo, contratos e joint ventures, o que significa que além da expulsão de produtores locais, existem outras formas de subordinação em curso. Por fim, esse processo não ocorre exclusivamente no setor alimentar e nem como resposta exclusiva aos aumentos dos preços desses produtos, envolvendo diversos setores agrícolas e não-agrícolas e mecanismos mais complexos de vinculação à especulação financeira.

Frente a essas ponderações, estudos sobre ‘dominação de terras’, conforme sugestão metodológica de Edelman, Oya e Borrás Jr (2013), devem privilegiar abordagens temporais de longo prazo, reconhecendo que os espaços onde ocorrem foram produzidos por disputas políticas, distintos padrões de posse e uso da terra e formações sociais pré-existentes. Os autores procuram evidenciar, dessa forma, a existência de agência na luta de classes nessas áreas, assim como contingências históricas que afetam a questão agrária local. Essa perspectiva ajuda a entender como a dominação de terras pôde se intensificar no período atual em cada caso concreto, quais as forças que a dirigiram, impulsionaram ou contra arrestaram e quais as formas que essa dominação assumiu. Assim, os autores provocam análises que rompam com visões homogeneizadoras dos processos locais e que possam ir além de uma genérica despossessão, identificando as heterogeneidades sociais envolvidas, tanto do ponto de vista do trabalho e da produção, como das instituições, dos marcos legal, dos tipos de investimento e dos interesses dos atores locais.

Análises como as citadas contribuem para reconhecer que a ‘dominação de terras’ contemporânea não está relacionada apenas à questão alimentar, pois

fundamentalmente se trata de oportunidades de acumulação de capital. Isso explica, para autores como Borras Jr et al. (2013), a preferência dos investidores em terras da implantação das chamadas culturas flexíveis ou '*flex crops*', cultivos cujos produtos podem ter diferentes destinos, seja para consumo humano, ração animal, combustível ou insumo industrial. Cultivos como soja e cana de açúcar, que se encaixam nessa situação, permitem que as vendas da produção sejam direcionadas ao tipo de uso que apresentar preço mais favorável de mercado, o que confere maior valorização à posse da terra. Para além dos cultivos agrícolas, o investimento em dominação de terras também pode estar relacionado à produção de diferentes commodities, vinculadas à criação de gado, aos plantios industriais de árvores, às unidades de conservação e mercados de carbono, além da mineração.

Assim como no caso mundial, o boom das commodities em termos de preços internacionais e expansão das áreas de produção e extração também gerou processos de 'dominação de terras' no Brasil. Sauer e Leite (2012) refletem sobre esse processo analisando mais detalhadamente os efeitos da expansão da cana de açúcar e da soja, as duas principais commodities agrícolas brasileiras. Para esses autores, nas áreas de expansão dessas duas culturas, assim como nas de plantios industriais de árvores e mineração, houve ampliação dos investimentos estrangeiros em diferentes partes do processo produtivo, inclusive na fase primária e na compra de terras. Relacionado a esse processo, verificou-se um aquecimento do mercado de terras com elevação do seu preço.

A elevação do preço da terra, para Sauer e Leite (2012), é um vetor de complexificação da já problemática questão agrária brasileira, marcada pela concentração fundiária e pelos conflitos em torno da disputa pela terra, tanto por parte das lutas populares pela (re)conquista da terra ou resistência frente a novas expulsões, como por parte das organizações patronais em busca de fortalecer uma aliança capital – terra. Com o aumento dos investimentos em monoculturas de exportação e, conseqüentemente, elevação do preço da terra, ampliaram-se as disputas territoriais não apenas porque ficou mais caro para o governo desapropriar áreas para políticas de reforma agrária, como porque aumentou o interesse econômico e político por elas, havendo um deslocamento da correlação de forças para o polo capital-terra.

Flexor e Leite (2017), ao aprofundarem a análise do mercado de terras brasileiro durante o boom das commodities, percebem que houve não apenas uma

ampliação do investimento em terras, inclusive com capital estrangeiro, como uma alteração na sua lógica patrimonial e produtiva. Historicamente, a inversão de capitais em terra teve papel importante no Brasil, porém, visando objetivos indiretos, como o acesso ao sistema nacional de crédito rural ou, no caso de valorização direta, com maior preocupação com a segurança do capital frente às instabilidades econômicas e inflação do que com a rentabilidade de curto prazo. O período atual mostra mudanças qualitativas nos tipos de inversão, pois como demonstram Flexor e Leite (2017), houve no período uma correlação negativa entre preço da terra e inflação, ao passo que houve uma correlação fortemente positiva entre preço da terra e preços das commodities, assim como dos índices do mercado financeiro. Esses dados indicam que esses investimentos estão mais relacionados com interesses produtivos e especulativos com a terra do que como formação de reserva de valor, como no passado.

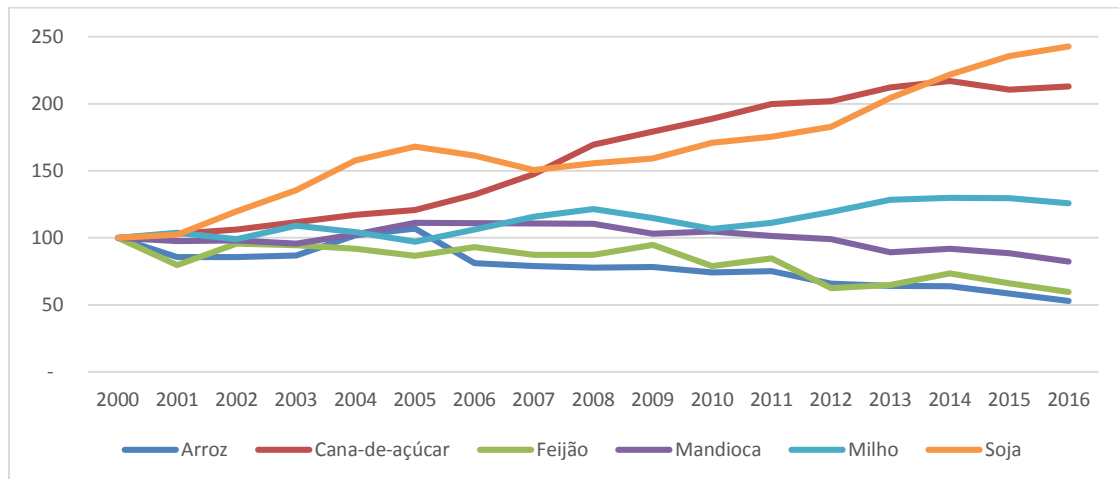
No entanto, os investimentos capitalistas deram-se não apenas na aquisição de terras, mas em toda a cadeia de produção das *commodities*. Conforme analisado por Flexor e Leite (2017), essa dinâmica gerou enormes benefícios para as grandes corporações do agronegócio, tanto internacionais, como algumas nacionais, que ampliaram sua ação acompanhando o deslocamento da produção para as novas áreas de expansão dessas culturas, assim como abrindo novas frentes de atuação, como a produção de agrocombustíveis. Uma série de aquisições e fusões marcaram o sistema agroalimentar brasileiro, assim como a entrada de empresas não tradicionalmente ligadas a ele, como as empresas de energia Petrobras e Shell, especialmente na produção de agroenergia.

Dados apresentados pelo ETC Group (ETC Group, 2015) indicam que, em 2013, o Brasil encabeçava a lista dos dez países mais importantes no mercado internacional de agroquímicos. Esses dez países representam 69% desse mercado e o Brasil, como principal mercado mundial, representava 18%. Esses dados expressam a importância da expansão das 'commodities' agrícolas no Brasil para as corporações internacionais que dominam o mercado internacional de sementes e agroquímicos e, portanto, definem o padrão tecnológico dessa produção internacionalizada. ETC (2015) indica seis empresas gigantes neste ramo que dominam o mercado mundial: Bayer, Basf, Dow, DuPont, Monsanto e Syngenta, todas atuando no país, embora como se viu no quadro 2.2, o faturamento dessas empresas não teve elevação tão expressivas como das grandes corporações de processamento e logísticas, mais

centrais nessa expansão, como ADM, Bunge, Cargill e L. Dreyfus, ou ainda as grandes empresas de processamento de carne como JBS e BRF.

Essa dinâmica brasileira, com fortes vínculos com a dinâmica mundial de valorização da produção de *'commodities'*, refletiu na expansão das áreas colhidas com *'commodities'* vegetais como soja, cana-de-açúcar e, em menor medida, milho, que cresceram entre 2000 e 2016, respectivamente, 142,8%, 112,8% e 25,8%. A expansão dessas *'commodities'* *'flex crops'*, contrasta com a redução das principais culturas alimentares do país, que diminuíram a área colhida, nesse mesmo período, em 47,0%, no caso do arroz, 40,4%, no caso do feijão e 17,7%, no caso da mandioca (gráfico 2.3).

Gráfico 2.3: Crescimento da área colhida de culturas vegetais (ano 2000 = 100).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), vários anos.

Essas transformações da produção agroalimentar brasileira em direção a sua maior internacionalização foram outro fator de complexificação da questão agrária nacional. Para Alentejano (2014), quatro temas tornaram-se nucleares para a compreensão da questão agrária brasileira no início deste século: a persistência da concentração fundiária e várias desigualdades daí decorrentes; a crescente insegurança alimentar; a perpetuação da violência e da exploração do trabalho; a devastação ambiental. Não são questões necessariamente novas no quadro agrário brasileiro, no entanto, ganharam novos contornos face sua vinculação mais direta com agentes e processos interligados a dinâmicas mundiais de organização do capitalismo.

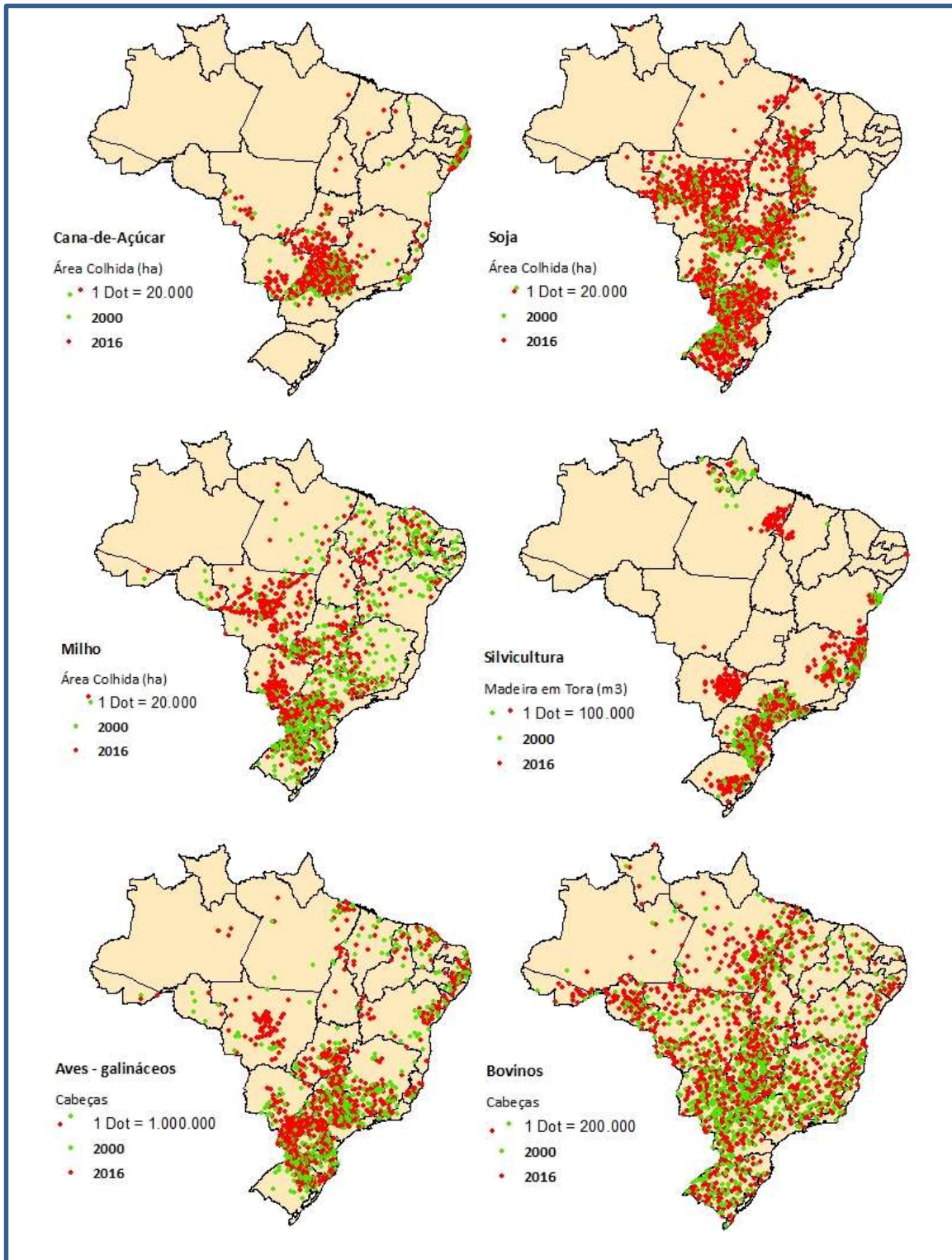
Todo esse processo de expansão e reestruturação do agronegócio brasileiro,

no entanto, não se deu de forma homogênea no território. Um dos aspectos do fortalecimento econômico e político dos setores produtores e exportadores de commodities intensivos em capital é que se deu através de uma articulação bastante particular entre formas intensivas e extensivas de acumulação, onde ganhos decorrentes do aumento da produtividade, da intensificação do trabalho e da aceleração da rotação do capital associaram-se a expropriação de recursos comunais e especulação financeira e imobiliária, na cidade e no campo (Almeida et al., 2010, p. 7). Nessa perspectiva, Acselrad e Barros (2013, p. 19) afirmam que na acumulação capitalista no campo brasileiro a frente intensiva de acumulação busca ganhos de rendimento por hectare, através da intensificação das condições de exploração do trabalho rural e do uso crescente de insumos industriais. Em paralelo, a frente extensiva “*requer a incorporação de novas áreas, produtivas ou especulativas, pela expropriação de terras ocupadas por pequenos produtores, terras públicas, áreas de reserva legal, terras indígenas ou de povos tradicionais*” (Acselrad e Barros, 2013, p. 19).

Nesse processo contraditório e articulado de expansão por formas extensivas e intensivas se pode verificar alterações na espacialização das principais commodities entre 2000 e 2016. Conforme indica a figura 2.1, há uma distribuição desigual dessas principais commodities, contrastando dinâmicas de maior concentração, como no caso da cana de açúcar na região sudeste, embora com alguma ampliação em direção ao centro-oeste, e da silvicultura no sul e sudeste, com algumas manchas no centro-oeste e norte, com dinâmicas de ampliação extensiva, como no caso da soja. No caso do milho e, em menor medida, da produção de aves, percebe-se um deslocamento em direção ao centro-oeste e oeste da região sul, indicando uma possível tendência de reconcentração nessas áreas. A pecuária segue com presença dispersa, em quase todo o país, embora revele um processo de deslocamento em direção à Amazônia em função da transformação de áreas de pastagens em lavouras no centro-sul.



Figura 2.1: Espacialização das *Commodities* no Brasil entre 2000 e 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – PAM, PPM, PEVs (2000, 2016).

Obs: Cana-de-açúcar, soja e milho: área plantada em ha. Silvicultura: produção de toras para papel e celulose em m3. Aves-galináceos e Bovinos: efetivo do rebanho (cabeças). Dados levantados para microrregiões.

Essas dinâmicas espaciais devem ser vinculadas a uma leitura de que o crescimento econômico nesse período não levou a uma ruptura com o caráter extensivo e predatório do desenvolvimento capitalista brasileiro, baseado na apropriação contínua de porções territoriais pelas frentes de expansão, reproduzindo na fronteira o padrão de concentração da propriedade, da renda e do poder (Brandão, 2010b). Fundamenta-se assim o processo de extensividade da acumulação baseada na apropriação territorial, no privilégio da órbita da circulação mercantil e financeira, no controle da propriedade fundiária e na hegemonia de cúpulas mercantis territoriais com forte apego patrimonialista à terra propriedade que o autor sintetiza como

a coalizão de poder, o bloco histórico que domina o país, se alimenta e se reproduz, também, da extensividade, do caráter itinerante, da fuga para a frente, recorrentemente se reproduzindo em busca de fontes de valorização que utilizam a dimensão continental, a situação paradoxal e o movimento dialético da alta concentração geográfica e, ao mesmo tempo, a marcante capilaridade e capacidade de interiorização e 'saída para dentro' que o capitalismo brasileiro aprendeu a utilizar constituindo cadeias longas e complexas de adição de valor econômicos e circuitos mercantis internos vigorosos. Assim, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil logrou historicamente agilizar e contemplar, em simultâneo, variados e heterogêneos interesses (setoriais, regionais, das diversas frações do capital etc). (Brandão, 2010b, p. 55)

Sem nunca ter rompido drasticamente com essas dinâmicas, mesmo no período de crescimento industrial e urbano em que os espaços regionais e as cidades permaneceram enredados em uma malha de interesses patrimonialistas e especulativos das frações do capital mercantil e suas alianças políticas conservadoras, a reespecialização e remercantilização iniciada nos anos 1990 aprofundou o controle sobre o território de segmentos ancorados na exploração dos recursos territoriais abundantes e na super-exploração da força de trabalho. Assim, para Brandão (2010b, p. 63), exacerbou-se “*uma compulsão das elites para estocar, simultaneamente, bens de raiz e ativos financeiros para espoliar, explorar e depredar os recursos territoriais, ao mesmo tempo, que busca no âmbito do Estado garantias de rentabilidade, liquidez e conservação patrimonial*”.

Se a expansão das exportações primárias levou a certa desconcentração produtiva ligada a esses produtos, como aponta Cano (2011), na fronteira agropecuária no Norte, Centro Oeste e parte do Nordeste, na província mineral de

Carajás no Sudeste do Pará e na expansão do petróleo no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, isso não significou uma alteração significativa dos pactos de poder regionais. Para Klink (2013), os grandes projetos de infraestrutura, agronegócio e mineração em regiões interioranas alteram o mandonismo local, mas não o eliminam, uma vez que as velhas elites regionais passam a negociar e articular as condições de sua reinserção subordinada no espaço nacional, em nome dos interesses regionais. Assim, as regiões com forte expansão da produção de commodities no período atual, experimentam também um fortalecimento subordinado de suas elites locais, que ampliam o bloqueio de mudanças estruturais, especialmente, a desconcentração da propriedade e da renda.

Essas análises, portanto, apontam que a expansão das frentes de produção de commodities não se configuram como uma ruptura com dinâmicas de longo prazo do desenvolvimento capitalista brasileiro, pois revelam vários elementos estruturais de continuidade. No entanto, não se pode ignorar que essa expansão está inserida em dinâmicas mais gerais de ruptura das estratégias de acumulação nacional, marcada pelo deslocamento de uma acumulação industrial para uma agroindustrial-rentista que conferiu nova centralidade econômica e política para a produção de commodities e para os seus representantes. Essa expansão, portanto, mantém o caráter extensivo e predatório do uso do território, porém a partir de rearranjos nos pactos de poder e reestruturações econômicas e espaciais vinculadas a uma outra estratégia que a coloca no centro do processo de acumulação.

Uma ruptura significativa decorrente da inserção da expansão das commodities na estratégia de acumulação agroindustrial-rentista se refere a mediação entre a acumulação em termos nacionais e sua inserção mundial, em um contexto de crescente financeirização da economia mundial e de ampliação dos processos de acumulação por espoliação. A perda da centralidade do desenvolvimento industrial na estratégia de acumulação brasileira significou também uma maior pulverização da relação entre a produção de commodities e os circuitos mundiais de acumulação, configurando não apenas uma maior internacionalização desse setor, mas uma nova forma de inserção em que os agentes privados, em especial as grandes corporações do agro-mínimo-negócio e as grandes corporações financeiras, passaram a ter papel determinante. O Estado, enquanto gestor desse processo de expansão via implantação de infraestrutura, financiamento público e gestão dos seus resultados macroeconômicos, reduziu seu papel de coordenação efetiva das dinâmicas

socioespaciais vinculadas a essa expansão que foram privatizadas.

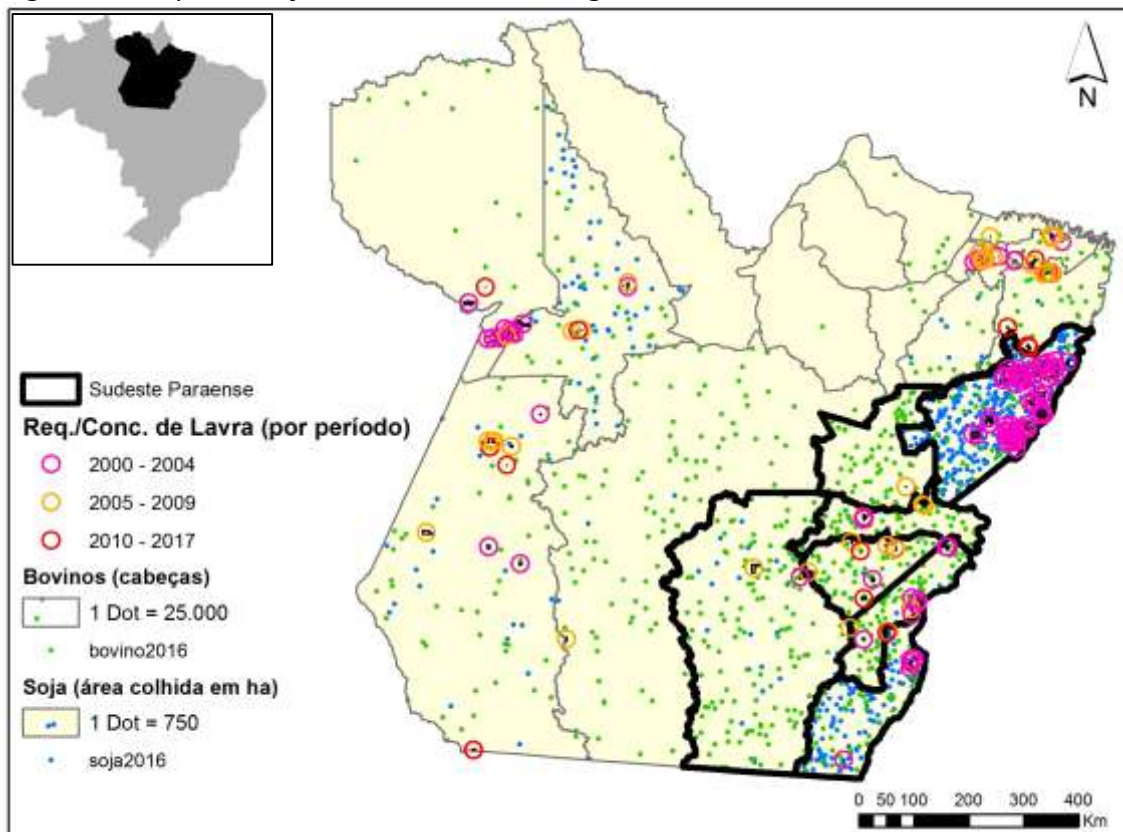
Nessa perspectiva, cresceu o poder das grandes corporações do agro-míneronegócio de estruturação das dinâmicas regionais, especialmente nos lugares onde convergem forças de expansão da produção de commodities. Essas corporações, através de suas inserções nos circuitos mundiais de acumulação e no bloco de poder nacional atuam nas escalas regionais como forças estruturadoras desses territórios, a partir de interesses e relações de poder originados e sustentados em escalas mais amplas. Atuam como agentes representantes de dinâmicas socioeconômicas hierarquicamente impostas à escala regional, porém com a necessidade e possibilidades de construção de novas formas de legitimação local, reforçando e reestruturando, de forma subordinada, formas de mandonismo e dinâmicas patrimonialistas de acumulação regional vinculadas ao rentismo e à agroindústria. São, portanto, agentes chaves na articulação de escalas das dinâmicas econômicas, políticas e espaciais observadas regionalmente.

O sudeste paraense, ilustrado na figura 2.2, é um desses pontos de convergência de dinâmicas de expansão da produção de *commodities*, em especial, mineração, grãos e pecuária. Para Porto-Gonçalves (2007), essa região, que já trazia as marcas das tensões entre territorialidades distintas provocadas pela interligação logística da Amazônia durante a ditadura militar e as mudanças nos padrões socioespaciais dela decorrente, ganhou novo impulso pela sua inserção subordinada nas novas dinâmicas de acumulação. Em sua análise, Porto-Gonçalves (2007) sugere uma complexificação das relações escalares, em que as dinâmicas nacional-regional que marcaram o início da integração amazônica passam a compor articulações mais amplas de caráter nacional-global, consolidando um bloco no poder multiescalar que fortalece, embora de forma subordinada, as oligarquias locais. No entanto, essas transformações apresentam continuidades nas descontinuidades, pois mantém o caráter estruturante da violência e da devastação ambiental materializadas na grilagem e expropriação de terras, na acumulação espoliativa pela venda ilegal de madeiras e carvão, na implantação das pastagens para a pecuária e no trabalho escravo, compondo um Complexo de Violência e Devastação que ganha, nas dinâmicas recentes, uma capacidade de reprodução ampliada (Porto-Gonçalves, 2007).

É, nessa perspectiva, que o sudeste paraense será analisado neste trabalho, entendido como um lugar privilegiado para se compreender como a ação de forças

exógenas e endógenas ligadas à nova estratégia de acumulação brasileira e mundial produz dinâmicas econômicas, políticas e espaciais em uma escala mais específica. Como os agentes e as forças multi-escalares que eles representam atuam e se condensam em um determinado território, alterando e atualizando dinâmicas econômicas, políticas e espaciais? Que conflitos, lutas e arranjos de poder são (re)criados no sentido de legitimar e/ou enfrentar essas forças sociais multi-escalares? Enfim, como interpretar a produção social de um determinado espaço à luz de suas articulações escalares através da ação de agentes e estruturas que expressam as dinâmicas contemporâneas de acumulação do capital?

Figura 2.2: Espacialização das *Commodities* Agrominerais no Pará em 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – PAM e PPM (2016) e DNPM.

No desdobramento dessas perguntas, o sudeste paraense revela a centralidade da luta pela terra enquanto expressão profunda da relação conflitiva entre diferentes agentes e interesses em torno da dominação da terra/natureza e da produção do espaço, base fundamental para o impulsionamento tanto da produção contemporânea de *commodities*, como da reprodução social de classes, frações e

grupos sociais subalternizados. A luta contemporânea pela terra no sudeste paraense, refletida a partir de suas determinações históricas e teóricas e de suas atuais dimensões econômicas, políticas e espaciais, será o objeto de análise dos próximos capítulos.

### 3 LUTA PELA TERRA EM MARABÁ: HISTORICIDADE E GEOGRAFICIDADE

No prefácio do seu livro 'A Formação da Classe Operária Inglesa', Thompson (1987) apresenta sua concepção de classe social, desde uma perspectiva relacional, negando que classe social seja uma coisa, uma estrutura que pudesse existir independente da ação humana. Para ele, classe é uma relação histórica, pois precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Por isso, a classe não existe previamente, mas acontece, se faz "quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente opõem) dos seus" (p. 10). Como relação histórica, a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, o que exige, para compreendê-la, o exame de um período adequado de mudanças sociais, que explicitem os padrões das relações, ideias e instituições.

Essa proposição de Thompson é tomada, nesse capítulo, como inspiradora de uma necessidade de se considerar um período da história da região sudeste paraense que explicita as mudanças sociais e os processos de constituição dos próprios sujeitos sociais que vivem e produzem essas mudanças. O objetivo, portanto, é refletir sobre uma historicidade das lutas sociais que forjou a constituição dos próprios sujeitos que lutaram, nos diferentes contextos, e que imprimem marcas nos conflitos sociais atuais. Marcas que não se referem apenas aos sujeitos sociais, mas também, e fundamentalmente ao espaço que vai sendo produzido, levando a um diálogo com Haesbaert (2007) quando chama atenção para a importância de se reconhecer a historicidade dos territórios, entendida como a variação histórica das relações de poder que desencadeiam e sustentam processos de dominação e apropriação deste território e suas frações e, dessa forma, o produzem.

Sustenta essa visão de Haesbaert (2007) uma compreensão de território como um espaço-processo que, diferentemente de um espaço genérico, só pode ser compreendido através dos sujeitos que o compõem e que o produzem. O território, portanto, deve ser entendido a partir das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que o compõem e, fundamentalmente, das relações de poder, materiais e simbólicas, que estabelecem entre si. Relações estas que apontam em dois grandes sentidos, tomados de Lefebvre, de apropriação e de dominação que, respectivamente,

estão relacionados a produção de valores de uso e de um espaço-vivido simbólico e a produção de valores-de-troca e de um espaço funcional.

Como tipos ideais, nas sociedades modernas, esses processos nunca se manifestam em estado puro embora os processos de dominação tendem a levar, em seu extremo, a um caráter unifuncional da produção de valores-de-troca tensionando, ao limite, a possibilidade de co-existência de outras formas de apropriação do espaço. A historicidade do território, portanto, refere-se aos conflitos entre distintos sujeitos em função de seus objetivos de produção do território e dos sentidos que imprimem nele.

Se esses elementos indicam a importância de se analisar a historicidade do espaço geográfico, Porto-Gonçalves (2002) enfatiza a necessidade, de maneira inseparável, de se observar a geograficidade da história. Para o autor, qualquer sociedade é um modo próprio de estar junto (o aqui e agora) e, portanto, se institui construindo o seu espaço, desautorizando não apenas a separação entre o social e o geográfico, como uma relação de causalidade ou anterioridade entre eles, pois a sociedade produz seu espaço e o espaço produzido é parte constituinte da vida social. Essa visão não dualista dicotomizadora permite reconciliar o social com a materialidade da vida, através da relação sociedade-natureza que envolve tanto as dimensões propriamente materiais, como simbólicas, uma vez que toda a apropriação material implica em uma atribuição de significação (Porto-Gonçalves, 2002, p. 230).

O espaço geográfico, enquanto um híbrido do material e do simbólico, é lócus de uma co-existência do diverso, o que nos obriga a pensar a simultaneidade de eventos e não apenas a sua sucessão (Porto-Gonçalves, 2002). Geografar, para este autor, implica reconhecer que o poder de grafar a terra, impor limites, é essencialmente político, diretamente relacionado ao poder de apropriação material e simbólica da natureza. Essa apropriação, que cada vez mais envolve uma mediação tecnológica relacionando poder e conhecimento, leva a um processo de territorialização dos sujeitos e, na medida em que enseja identidades, cria territorialidades. A co-existência do diverso, portanto, envolve distintos processos em que a tríade relacional território-territorialidade-territorialização se apresenta como possibilidades materiais e simbólicas em disputa.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma leitura histórico-geográfica do que hoje se denomina sudeste paraense, procurando relacionar os processos de luta por dominação e apropriação da natureza como parte constitutiva de identidades coletivas de grupos sociais com interesses distintos e, muitas vezes, antagônicos. A presença



das pessoas de carne e osso que compõem esses grupos, que formulam seus interesses e seus pensamentos legitimadores e que lutam entre si, carregam as marcas de historicidades e geograficidades distintas, que, em função de determinadas dinâmicas sociais e também de certas eventualidades, se encontraram nesse mesmo lugar. Assim, nos termos de Massey (2008), o sudeste paraense é um lugar produto de inter-relações derivadas da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias, dinâmico e aberto, ou seja, em construção permanente, e uma expressão de que o que se chama de conquista do espaço – nesse caso, ocupação de fronteira – é o encontro de diferentes ‘estórias’ em aberto, inclusive dos grupos indígenas e da própria natureza que, melhor do que ninguém, expressam distintas temporalidades.

Um desafio para esse objetivo é romper com uma leitura dicotomizada que aponta o tempo como dinâmico e o espaço como estático. Como afirma Massey (2008), esse risco se amplia à medida que se usam os mapas que, em muitos casos, reforçam uma representação do espaço como um produto acabado, um tempo congelado que transforma dinâmicas em linhas estáticas e o espaço apenas em extensão. A superação desse risco está em tratar o espaço-tempo como mutuamente imbricados e produtos de relações sociais entre uma multiplicidade de trajetórias que coexistem mediadas por relações de poder. A complementaridade entre textos e sequências históricas de mapas, apresentados neste capítulo, pretende garantir essa perspectiva.

A análise, a seguir, tomará a categoria luta pela terra como capaz de expressar, no sudeste paraense, o principal eixo ao redor do qual se expressam as contradições e conflitos entre sujeitos concretos pela dominação e apropriação do território, produzindo tanto uma historicidade do território, como sentidos e identidades que se expressam nas suas territorialidades em disputa. A luta pela terra, portanto, não reflete apenas um passado da história regional, mas o presente, seja pela sua permanência enquanto conflito social aberto, seja pelas marcas que imprimiu nas distintas trajetórias que compõem o aqui e agora e disputam, através das relações de poder, as frações territoriais e os próprios sentidos do território.

A luta pela terra, enquanto expressão das relações de poder, não reflete apenas os conflitos diretos entre distintos sujeitos, mas também mediações sociais e institucionalidades, pois, como chama atenção Amin (1986, p. 14), a apropriação das forças da natureza para as atividades econômicas, incluindo o solo agrícola, sempre pressupõe algum tipo de regulamentação social, sendo a questão central “*quais as*

*condições sociais que regulam o acesso à utilização destas forças*”. Nessa mesma perspectiva, Ianni (1978, p. 5) esclarece que a própria terra se constitui como relação social porque são as relações econômicas e políticas dos homens que produzem o significado social da terra. É na relação entre a história social de certo lugar que se pode compreender as várias formas sociais adquiridas pela terra e a trama de relações entre os diferentes sujeitos que buscam dela se apropriar. Assim, a história das relações econômicas e políticas mostra, para o autor, como se desenvolve a luta pela apropriação e uso da terra e, ainda, como a terra é inserida na trama das relações das classes sociais.

Os conflitos por terra que serão analisados na história e na geografia desta região expressam contradições mais profundas do modo de produção capitalista, portanto, estão além de uma conflitividade restrita a este lugar, embora ali desenvolveram-se processos bastante específicos. Marx (1987, p. 830 – 831), nas suas reflexões sobre a chamada acumulação primitiva, mostra o caráter fundamental da separação, pelo meio da expropriação violenta, do trabalhador e seus meios de reprodução, dentre eles a terra, para a formação das relações sociais capitalistas. O mesmo se aplica nas novas áreas de colonização para onde não basta aos capitalistas migrarem munidos de recursos e meios de produção, se ali não forjarem as relações sociais capitalistas, especialmente, trabalhadores despojados de qualquer outra possibilidade de sobrevivência autônoma e, dessa forma, necessitados de venderem sua força de trabalho (idem, p. 883 e seguintes). Portanto, a partir de Marx, pode-se pensar como fundamento da ocupação capitalista desta região sudeste paraense, um longo processo de expansão do capital marcado pela violência expressa na expropriação, mas também na criação de mecanismos permanentes de impedimento de processos de apropriação da terra e do território baseados no trabalho próprio e não subordinado ao capital. Aqui situa-se a essência deste conflito.

Polanyi (2000), em outra perspectiva, também analisa a centralidade da transformação das relações da sociedade com a terra no capitalismo. Para ele, independente da forma de apropriação da terra, ao longo da história da humanidade predominou uma perspectiva de que a terra é um elemento da natureza indissociável das instituições humanas e, portanto, ligada às formas de parentesco, relações de vizinhança, produção artesanal e crenças. Nessa perspectiva, o sistema econômico era integrado ao sistema social e a terra não se separava do trabalho, pois vida humana e natureza formavam uma totalidade articulada. Foi apenas no processo de

emergência de uma economia de mercado autorregulado, na Europa do séc. XIX, que essa tendência foi quebrada.

Sua análise histórica indica que os mercados sempre foram meros elementos acessórios da vida econômica em geral e mesmo nos casos em que conheciam desenvolvimento mais amplo, a exemplo do mercantilismo europeu, só prosperavam sob o controle de uma administração centralizada. A emergência de um mercado autorregulado, ou seja, um sistema econômico controlado, regulado e dirigido pelos preços de mercado que também definem a produção e distribuição só foi possível a partir de uma divisão institucional da sociedade em uma esfera econômica e outra esfera política, gerando uma transformação social de grande monta.

A possibilidade de existência de um mercado autorregulado pressupõe o comportamento dos agentes de acordo com uma mentalidade mercantil, a presença do dinheiro funcionando como poder de compra e a existência de mercados para todos os elementos da produção. Desde essa perspectiva, não bastam mercados para os bens e serviços, mas também para os fatores de produção como trabalho, terra e dinheiro. A contradição é que esses fatores não são mercadorias, uma vez que não são produtos humanos e/ou não são produzidos para a venda, portanto têm que ser transformados em mercadorias fictícias.

O mercado de trabalho e o de terra, regulado por seus preços – salário e renda – criou a ficção de ambos como mercadorias. Esse mercado só pôde se estabelecer pela separação artificial do trabalho da vida humana e da terra do conjunto da natureza e, especialmente, pela desagregação do sistema social e cultural existente. No entanto, Polanyi chama atenção para que essa perspectiva de um mercado autorregulado é utópica, pois é impossível a permanência de uma sociedade em que estes elementos vitais sejam totalmente regulados pelo mercado dado seus efeitos deletérios à vida humana e à natureza. Por isso, mesmo frente a uma mentalidade mercantil em ascensão, sempre enfrentaram resistências e lutas pela regulação social.

Na análise histórica europeia, Polanyi identifica três elementos determinantes para a formação de um mercado de terras. Em primeiro lugar, o cercamento dos campos e as reconversões das culturas para atender os interesses de um capitalismo agrícola que demandava explorações mais individualizadas, levando a comercialização do solo através da sua precificação pela mobilização da renda feudal. Em segundo lugar, a produção forçada de alimentos e matérias primas face às

necessidades de crescimento da população urbana e da produção industrial. Por fim, a extensão desse sistema de produção de excedentes aos territórios colonizados de ultramar, forçando uma desestruturação social a uma velocidade muito mais rápida do que o processo histórico europeu.

Apesar dessas referências ao processo colonial, Coraggio (2014) aponta a necessidade de aprofundamento desse ponto visando uma apropriação da leitura de Polanyi para uma interpretação mais ampla do papel da América no processo de formação do capitalismo. Para Coraggio, a articulação dessa análise às leituras da formação do sistema mundo capitalista, proposto por Immanuel Wallerstein, e as relações centro-periferia e de dependência são elementos chaves para a compreensão da formação do capitalismo que não estão presentes na obra de Polanyi. Além desses desdobramentos, Coraggio critica a pouca importância dada por Polanyi e seus seguidores aos elementos da produção, priorizando a análise da circulação e da distribuição. A produção, para ele, é fundamental na análise da heterogeneidade estrutural das sociedades latino-americanas, já planteada por Anibal Quijano, uma vez que aqui o capital não simplesmente buscou mercantilizar o trabalho e a natureza, mas organizar a produção e o metabolismo sociedade-natureza buscando articular diversas formas de trabalho não formalmente capitalistas ao sistema de exploração capitalista.

A partir da produção capitalista em Marx, como expressa na sua forma trinitária, em que trabalho, terra e capital são vistos como indissociáveis, assim como na formulação de Polanyi, que alerta que sua separação para formação de mercados segmentados é ficção, pode-se enfatizar dois pontos centrais: a indissociabilidade tanto da terra e do trabalho entre si, na dinâmica econômica e política, como das relações sociais que lhes regulam a apropriação e as formas de metabolismo. Se a expropriação da terra, como indica Marx, é fundamental para a separação entre trabalhador e seus meios de produção, o que permite a constituição do trabalho como mercadoria, a continuidade das condições de exploração do trabalho só é possível frente a uma mercantilização generalizada do conjunto da vida material e da mentalidade dos sujeitos. A separação terra – trabalho se completa com uma separação terra – conjunto da natureza, transformando-a em uma mercadoria fictícia disponibilizada no mercado de terras. Configuram-se, assim, processos e tendências generalizadas de expropriação e mercantilização como expressões do desenvolvimento capitalista, embora sua espacialização vem se dando de forma

desigual, criando processos específicos de colonialismo associado a persistentes colonialidades.

Esse movimento geral pode ser analisado em diferentes escalas. Quando observado em escalas nacionais, em especial nas ex-colônias latino-americanas, observa-se uma grande heterogeneidade, pois a constituição de um sistema de exploração capitalista não levou a mercantilização total da terra e do trabalho e, ao contrário, levou a criação de mecanismos variados de exploração de formas não formalmente capitalistas de produção. Mais especificamente no caso da formação socioespacial brasileira, podem ser vistos como processos inacabados e persistentes de expropriação e mercantilização, não apenas em função da própria dinâmica de acumulação, mas também pelos enfrentamentos e resistências que assumem sua expressão mais conflitiva na chamada luta pela terra. A luta pela terra, portanto, pode ser entendida como uma expressão política da ação de diferentes grupos sociais buscando frear a tendência geral de mercantilização total da terra, natureza e trabalho para mantê-la vinculada a outras formas de regulação social da sua apropriação e uso, não essencialmente mercantis.

Do ponto de vista histórico e geográfico, a luta pela terra mostra-se como uma contradição fundamental da formação socioespacial brasileira em sua totalidade. No entanto, também nesse caso não pode ser pensada como uma totalidade homogênea, o que requer uma análise tanto de como o processo de transformação da terra em mercadoria foi se desenvolvendo em contextos específicos, quanto de como os processos de resistência e imposição de outras formas não mercantis de regulação foram sendo construídos. Esse é o objetivo desse capítulo, enfocando o atual sudeste paraense, sem perder de vista, no entanto, que os processos específicos desse lugar não estão dissociados da ação de forças sociais originadas e com interesses em outras escalas.

### **3.1 Apropriação e dominação da terra e dinâmicas socioespaciais no sudeste paraense**

Uma reflexão geral de Moreira (2014) é que toda a formação espacial da sociedade brasileira foi historicamente concentradora, no sentido da distribuição desigual da riqueza e da renda, e excludente, no sentido da marginalização da maioria da população do poder de decisão, articulando-se em um mesmo sistema de

monopólio, o poder e a riqueza. Sua origem remonta ao monopólio dos escravos e da propriedade da terra no período colonial, dos frutos da acumulação primitiva interna e, nos dias atuais, da renda, do dinheiro, do consumo e dos serviços básicos. Por isso, a relação sociedade-espaco no Brasil é marcada por um contraponto entre dois modelos que tensionam estruturalmente a produção do espaco e de um contra-espaco: o modelo comunitário das sociedades indígenas, quilombolas e camponesas e o modelo latifundiário que representa o sistema de monopólio.

Desde seu início, o processo de colonização foi marcado pela progressiva incorporação ao domínio dos colonizadores portugueses das terras inabitadas ou ocupadas por indígenas, definindo o modo de dominação de terras no Brasil e originando uma estrutura fundiária concentrada, baseada em grandes latifúndios. Simultaneamente, às margens dessas grandes unidades, em terras abandonadas ou não apropriadas, constituíram-se pequenas unidades produtivas, instáveis e sob permanente pressão da expansão do avanço territorial das grandes propriedades (Medeiros, 2003, p. 9 e 10). Essas pequenas unidades de produção de gêneros alimentícios para consumo interno não apenas à margem das grandes propriedades, como posse, mas às vezes agregada a elas, são a base, para Martins (1995, p. 31 – 40), das origens sociais do campesinato tradicional no Brasil, composto de uma massa, com sua diferenciação interna, duplamente excluída durante o período colonial, tanto da condição de proprietária como da condição de escrava.

Nas crises econômicas dos produtos e ciclos que organizaram a fase inicial dessa formação socioespacial, há importantes exemplos de conflitos sociais pela apropriação da terra que mostram a força das dinâmicas de produção de contra-espacos. Moreira (2014) cita os seguintes: confederação dos tamoios no litoral do Rio de Janeiro e São Paulo (1554-1557), confederação dos cariris no sertão nordestino (1651 – 1718), quilombo dos Palmares no agreste alagoano-pernambucano (1597 – 1695), missões jesuíticas no vale do rio Paraná (1610- 1804), cabanagem no vale do Amazonas (1835 – 1840), canudos no sertão da Bahia (1893 – 1897), contestado no oeste catarinense (1912 – 1916).

Mas, para além desses grandes levantes, persistem ao longo da história diferentes processos de conflito social em torno da apropriação e uso da terra que se caracterizam como uma permanente luta pela terra. Enquadram-se nesses processos tanto as lutas de resistência de indígenas, de quilombolas e de posseiros contra a expulsão da terra e expropriação de seus modos de vida frente à expansão territorial

do capital, como as ações promovidas por esses sujeitos na (re)ocupação de terras já dominadas pelos agentes do modelo latifundiário. Relacionando essas lutas com o conceito de território, Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009, p. 23) sintetizam que as lutas no campo são sinais de resistência dos camponeses (o mesmo valendo para indígenas e quilombolas) contra a desterritorialização, a partir de uma diversidade de formas de luta voltadas à sua reterritorialização e a garantia de sua existência enquanto categoria social.

Essa diversidade de lutas pela terra e de conflitos a elas associados podem significar não apenas diferentes perspectivas de apropriação e uso da terra, como diferentes sentidos políticos. Martins (1988, p. 67 – 68), analisando a luta pela terra na Amazônia durante a ditadura civil-miliar e início da Nova República, chama a atenção de que a existência de grande quantidade de conflitos fundiários não pode ser tomada, a priori, nem como vitalidade da luta camponesa, nem, ao contrário, como sinal de fragilidade em função de seu caráter local e fragmentário. A questão central, para o autor, reconhecendo que a maioria dos conflitos tem origem espontânea e não política, é saber em que processos a luta camponesa ganha dimensão extra-local, política e histórica. Ao longo da história, esses processos foram se tornando mais complexos, em função de suas escalas de abrangência, das relações com grupos de mediação dessas lutas populares no campo e com o próprio Estado.

Esses elementos apontados por Martins são fundamentais para entender, no contexto brasileiro, a relação entre luta pela terra e reforma agrária. Para Medeiros (2003, p. 14), a reforma agrária surge nos anos 1950 e 1960 como tradução política das lutas por terra nos diferentes pontos do país. Segundo a autora, essa expressão política ampla foi resultado de fatores como o crescimento e a relativa unificação política das lutas por terra, em um contexto de redemocratização interna e de recrudescimento da guerra fria no plano internacional, mas também por sua inserção no intenso debate sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Neste contexto, Medeiros (2003) sublinha a importância dos mediadores das lutas pela terra como o PCB e as Ligas Camponesas, assim como a Igreja, cada qual com suas diferentes perspectivas sobre a reforma agrária, e dos intelectuais envolvidos no debate do desenvolvimento, articulados em torno da CEPAL e de outros órgãos desenvolvimentistas, no papel de visibilização, articulação e fortalecimento das lutas camponesas. A reforma agrária, nesse sentido, passou a expressar uma demanda ao Estado, na forma de políticas de distribuição de terras e de

desenvolvimento do campo, emergindo como questão nacional e relacionada a diferentes segmentos da sociedade, não apenas aqueles diretamente ligados ao campo. Outras formas de expressões da luta pela terra, como manifestações de rua e greves, passaram a se somar às formas até então existentes de resistência e disputa no campo.

A luta pela terra, enquanto parte da luta pela reforma agrária, diferencia-se, em função do seu sentido político mais amplo, da luta pela terra apenas enquanto luta pelo direito de acesso à terra. No entanto, Oliveira (2007, p. 66 – 67) adverte que, historicamente, a reforma agrária surge no capitalismo como uma necessidade do próprio capital resolver a questão social advinda da concentração de terras, uma vez que diferentemente da concentração de capital, que aumenta o poder de produção e extração de mais-valia, a concentração de terras implica em maior capital imobilizado fora do processo produtivo e aumento do poder de captura de parte da mais-valia social pelos proprietários de terras. Dessa forma, para o autor, mesmo a reforma agrária pode significar apenas um movimento conjuntural no qual o Estado tende a atenuar as pressões decorrentes da concentração de terras.

Para Oliveira (2007) esse processo diferencia-se substancialmente de quando a luta pela terra atinge quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital. Dessa forma, há uma diferença conceitual entre reforma agrária, enquanto um processo de alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção, e revolução agrária, enquanto “*transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade*” (Oliveira, 2007, p. 67 – 68).

Portanto, a reforma agrária coloca-se de forma contraditória, pois pode contribuir tanto para o desenvolvimento da acumulação ampliada do capital e o esgotamento das condições de reprodução camponesa, como, simultaneamente, colocar para os camponeses novos horizontes de luta, não apenas pela propriedade da terra, mas também contra o capital e a propriedade capitalista da terra. Em contextos em que não estão em curso processos de transformação social mais profundos que permitiriam uma revolução agrária, a luta pela terra, mesmo quando assume caráter político mais abrangente de reforma agrária, não assegura, necessariamente, as condições de reprodução do campesinato.

Retomando a conceituação apresentada na introdução a este capítulo, as reflexões de Oliveira (2007) indicam que, mesmo com uma ampla politização da luta



pela terra através da luta por reforma agrária, não há garantias de reversão do processo mais geral de mercantilização da natureza e do trabalho que estão na base das condições mais gerais de reprodução do capital. A possibilidade de reprodução não subordinada dos que lutam pela terra, como camponeses, indígenas e quilombolas, necessita enfrentar o sujeito social organizador da mercantilização total da vida, o capital, assim como enfrentar essa própria mercantilização que se dá pela separação terra e trabalho, terra e natureza, terra e território. Por isso, mesmo os ensaios de reforma agrária, não eliminam os conflitos e lutas sociais que extrapolam a terra em si, abrangendo as condições mais gerais de reprodução dos camponeses, indígenas e quilombolas.

No caso brasileiro, no entanto, nunca houve uma reforma agrária que de forma ampla, atuasse na perspectiva de uma desconcentração fundiária. A especificidade dessa formação socioespacial pode ser compreendida pelo peso excessivo do processo de valorização do capital baseado em circuitos de valorização mercantis sofisticados, fundados na extensividade e no expansionismo territorial predatório (Brandão, 2010 b, p. 39 – 41). Para Brandão, o Brasil pode ser caracterizado como uma plataforma territorial-econômica de alta e fácil valorização para capitais mercantis e financeirizados, baseada na *“apropriabilidade privada extensiva/intensiva do território, na retenção especulativa da terra-propriedade e do dinheiro e na hegemonia da órbita da circulação no amplo espaço nacional”* (p. 41). Essa dinâmica econômica explica, para o autor, tanto o apego patrimonialista orgânico das cúpulas políticas mercantis territoriais com a terra-propriedade, como suas estratégias de recondicionar e reinventar novas fronteiras de acumulação, em uma ‘fuga para a frente’ em busca de terras, força de trabalho, recursos naturais, infraestrutura estatal e subsídios públicos que impede a luta aberta de classes (Brandão, 2010 b, p. 50).

Essa persistente dinâmica econômica tem sua contraparte política na manutenção e permanente atualização de um pacto em torno da grande propriedade fundiária, combinando dispositivos variados nas diversas relações de poder dispersos na sociedade, assim como na construção de mecanismos jurídico-institucionais incorporados na regulação e ação estatal. Como exemplo tem-se a Lei de Terras de 1850 que, como afirma Martins (2015, p. 50 – 51), instituiu garantias legais e judiciais de continuidade de exploração da força de trabalho frente à iminência de colapso do regime escravista, efetivando um monopólio dos grandes fazendeiros em associação ao peso do Estado, que dificultava o acesso dos trabalhadores sem recursos à terra.

Seguem-se, como exemplos, as disputas e entraves legais à reforma agrária no âmbito do Congresso Nacional, analisados por Camargo (1981), na fase inicial da industrialização brasileira entre 1930 e 1964, associada a ‘Marcha para Oeste’ e a expansão territorial para o Centro-Oeste e Amazônia, estudada, entre outros, por Gomes (2013). Nessa mesma perspectiva, tem-se o exemplo da modernização conservadora promovida pela ditadura civil-militar entre 1964 e 1985, associada às políticas de integração nacional da Amazônia (Delgado, 2012). Mais recentemente, houve nova atualização do pacto econômico-político do latifúndio em torno do agronegócio (Delgado, 2012) associado a uma série de mudanças, ainda em curso, na legislação existente que Almeida (2010) caracteriza como parte das agroestratégias.

A essa persistência das dinâmicas econômicas e políticas de manutenção e atualização do modelo latifundiário se contrapõe uma também persistente resistência indígena, quilombola e camponesa que, baseada em modelos comunitários, tensiona a produção social do espaço nacional. Esse processo de resistência de longa duração assume formas diversas que, muitas vezes se entrecruzam em dinâmicas histórico-geográficas específicas. Uma das características dessa resistência tem sido a migração e os deslocamentos das populações indígenas, quilombolas e camponesas em busca de condições de reprodução social em áreas não ocupadas pelo latifúndio. Esses deslocamentos estão na base das resistências desses grupos sociais, mas também dos conflitos entre diferentes grupos indígenas, quando aqueles que se deslocam penetram territórios de outros grupos já estabelecidos, assim como entre os próprios posseiros e os indígenas na dinâmica de ocupação de fronteira (Martins, 1995, p. 103 – 124).

Esses deslocamentos podem, inclusive, serem estimulados e organizados através do Estado, diretamente na forma de processos de colonização oficiais, ou, indiretamente, incentivando processos de colonização privada que, como afirma Oliveira (1997, p. 142), tiveram importante papel como *“alternativa escolhida pelas classes dominantes do país para evitar, simultaneamente, a necessária reforma estrutural do campo e suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira”*. Contraditoriamente, como o autor observa no caso da Amazônia, são processos que estimulam tanto o investimento dos grandes capitalistas, como as possibilidades de recriação do campesinato na fronteira. E, ao mesmo tempo em que os projetos de colonização são planejados como ‘válvulas de escape’ das áreas de maior tensão

social, eles recriam conflitos sociais na própria fronteira.

Todas essas dinâmicas socioespaciais baseadas em disputas pela dominação e apropriação da terra contribuem para a compreensão do processo de colonização do atual sudeste paraense. A colonização da área que deu origem ao atual município de Marabá, o polo político e econômico contemporâneo mais importante dessa região, remonta à fundação do Burgo Agrícola do Itacayuna, em 1895, cuja sede era na beira do rio Tocantins, alguns quilômetros abaixo da sede atual, e, posteriormente, à criação oficial do município em 1913 (Petit, 2003)<sup>6</sup>. Essa data reflete a lentidão na ocupação mais ampla desta região desde a fase de colonização até o início do século XX, que permaneceu habitada por diferentes povos indígenas, além de alguns poucos colonos e uma fortificação militar na confluência dos rios Tocantins e Araguaia, conforme indicam os relatos de viajantes como Ignácio Baptista de Moura (Moura, 1989), Henri Coudreau e Luigi Buscalione.

Velho (2009) sintetiza esses diferentes relatos de viagens e cronistas de época que indicam ter havido expedições jesuíticas na área, a partir da segunda metade do séc. XVII, que levavam indígenas para aldeamentos mais próximos a Belém, assim como algumas expedições bandeirantes em busca de metais preciosos e drogas do sertão. Desses caminhos jesuíticos foram se formando as cidades no baixo Tocantins, como Cameté em 1635, Baião em 1694 e Alcobaça em 1781, chegando ao limite da Cachoeira de Itaboca (atual Tucuruí) que dificultou a navegação e limitou a colonização do médio rio. Pelo outro lado, descendo o rio a partir de Goiás, Velho (2009) indica algumas tentativas de navegação neste período e, inclusive, o registro de bandeirantes paulistas em incursões de apresamento indígena. No entanto, a

---

<sup>6</sup> Se esse marco temporal é chave para a compreensão do processo de colonização desta área pela sociedade nacional, ele é restritivo para uma leitura de longa duração sobre a presença humana na região e, portanto, invisibilizador de outras historicidades e geograficidades. A título de nota, a alta densidade de árvores de castanheiras nessa zona, que será determinante para a história da colonização na primeira metade do séc. XX, é considerada por Morán (1990) como um indicador de áreas manejadas por povos indígenas do passado, integradas a um complexo manejo de florestas de terra firme da Amazônia que combinavam agricultura itinerante de corte e queima, manejo de sucessão secundária e manejo de solos, levando a processos de formação, em longo tempo, de florestas 'culturais' ou 'antropogênicas' [termo cunhado por Willian Balée] com alta concentração de recursos úteis tanto para atração de caça, como para consumo direto de populações bastante numerosas. Estudando os Kayapós, povos habitantes desta região e também plantadores de castanheiras, Posey (1984) relaciona essas práticas de manejo da floresta a sistemas complexos de conhecimento das zonas ecológicas do seu território, associados a um sistema próprio de classificação de plantas e animais. Nessa perspectiva, o início da colonização desta área é expressão de uma primeira fase de luta pela terra contra os povos originários, marcada pela expropriação de suas florestas culturalmente produzidas e pela deslegitimação de seus saberes que, em outros contextos amazônicos, foram determinantes para a formação de um campesinato caboclo agroextrativista.

descoberta das minas em Goiás e o risco da utilização do rio Tocantins para contrabando fez com que o Conselho Ultramarino proibisse a navegação nesse rio em 1737, só reabrindo após a decadência dos garimpos goianos.

A colonização propriamente dita da região resulta, portanto, de outro vetor fundacional, na expressão de Moreira (2014): a expansão pecuária nordestina. Tendo se iniciada como atividade subsidiária da produção açucareira, a produção de gado foi lentamente penetrando os sertões, de forma extensiva e ocupando pouca força de trabalho, em regime de partilha, em que o vaqueiro recebia como pagamento parte do rebanho que ia nascendo. Dessa forma, as frentes pecuárias foram se interiorizando e permitindo o estabelecimento de fazendeiros autônomos, embora quanto mais afastados do litoral, maior era a tendência de assumirem um caráter econômico mais próximo da subsistência, de baixíssimos investimentos e, portanto, dependente de pastos naturais.

Segundo Velho (2009), em meados do séc. XVIII a expansão pecuária ocupou o sul do Maranhão, na região chamada de pastos bons, e de lá foi se expandindo em várias direções, inclusive em direção ao rio Tocantins. Nesse processo foram criadas as cidades de Carolina em 1810, a atual Grajaú em 1811, Boa Vista do Tocantins, atualmente Tocantinópolis, em 1825, as atuais cidades de Imperatriz e Porto Franco em 1852 e a atual Araguaína em 1868. A criação dessas vilas e povoados, relativamente mais próximos entre si, revela tanto as dificuldades de avanço impostas pela aproximação à floresta densa, em função dos baixos recursos para derrubadas e formação de pastagens, quanto as disputas políticas entre Pará, Goiás e Maranhão pelo estabelecimento de suas fronteiras nesta região.

Essa frente de expansão alcançou a margem do Tocantins em 1895, recebendo autorização e apoio do governo do Pará para criação do Burgo do Itacayuna. Para Velho (2009), o apoio dado à instalação dessa frente, assim como outra mais ao sul, na atual região de Conceição do Araguaia, reforça a tese da intenção do Pará delimitar suas fronteiras na região e, ao mesmo tempo, buscar outras fontes de abastecimento de carne de gado para Belém face ao *boom* da exploração de borracha que estava em curso.

Sem desconsiderar a permanente dinâmica de migração e expansão das frentes pecuárias em função de sua própria característica de baixo investimento e necessidade constante de incorporação de novas áreas de pastagens, um evento particular, chamado de Guerra de Boa Vista, esteve ligado à origem da saída dessas

frentes pecuárias em direção ao atual sul e sudeste do Pará. Velho (2009) resume o episódio como parte das lutas entre os partidários do Marechal Floriano, que havia assumido a presidência da república, e um partido católico liderado pelo Cônego Xavier. Apesar da vitória dos florianistas em todo o estado, em Boa Vista do Tocantins, em função da força política da igreja católica estabelecida no local a partir de uma missão franciscana encarregada de ‘civilizar’ índios Apinagés, houve uma verdadeira guerra civil entre 1892 e 1894. Desse evento de extrema violência, foram expulsos os florianistas que compuseram essas frentes, recebendo apoio em sua chegada pelo governador do Pará, Lauro Sodré, também partidário de Floriano Peixoto.

Do ponto de vista político, a criação do Burgo do Itacayuna e, posteriormente, a criação do município de Marabá, já revelava uma expansão dos tipos de arranjo político que predominaram na primeira república, conhecido como o pacto oligárquico. Cardoso (2006) indica que esse pacto foi decorrente da forma de solução das tensões que emergiram na transição para a República entre velhas elites regionais e forças urbano-industrialistas, cristalizando na Constituição de 1891 um federalismo que garantia ao mesmo tempo a autoridade presidencial e relativa autonomia dos estados, porém levando a que muitas disputas locais fossem expressão diretas de alianças e dissidências com o exército e governo federal.

Para Cardoso (2006), foi com a consolidação do poder da burguesia agrário-exportadora cafeeira, expressa na eleição do civil Campos Sales, que se consolidou o chamado ‘pacto oligárquico’, conferindo uma maior institucionalidade nas relações entre o poder central e os poderes regionais. Emergiu, nesse contexto, o ‘coronelismo’ enquanto um compromisso entre o poder político e os chefes locais, em que ambos se beneficiam, seja pelos votos do grupo de pessoas comandados pelo ‘coronel’, seja pelos benefícios que este recebe das instâncias governamentais superiores (Queiroz, 2006).

Para Queiroz (2006), a chefia local está profundamente associada à manutenção da estrutura agrária concentrada e do seu papel de proprietário de terras, embora a autora alerte de que seu poder não se resumia a isso, pois sua influência e liderança costumava incluir as vilas e pequenas cidades. No entanto, foi justamente o crescimento dessas e sua diversificação e complexificação que foi escapando das relações de dominação pessoal e do controle do coronel, minando sua força política no final da 1ª República.

Embora formas de mandonismo local também se reproduziram na Amazônia e,

em especial, no médio Tocantins, Emmi (1999) alerta para o risco de uma analogia mecânica das leituras sobre o coronelismo no Nordeste, como o descrito por Queiroz (2006), com sua expressão amazônica. O mandonismo que foi se constituindo em Marabá, segundo a autora, teve sua fonte de poder mais diretamente ligada ao monopólio da comercialização de produtos extrativistas e só depois na concentração da terra. Além disso, esse poder local, dado seu caráter mercantil, só pode ser compreendido como parte de um bloco no poder oligárquico, baseado em diferentes mecanismos econômicos e políticos de estabelecimento de alianças e de disputas com outras classes e frações de classe.

### **3.2 A 'Oligarquia do Tocantins' e o monopólio da terra e da natureza**

Os primeiros anos do Burgo do Itacayuna, a frustração da perspectiva de consolidação de uma colônia agropecuária e a mudança e ocupação para o local onde se situa hoje a sede do município de Marabá teve ligação direta com o *boom* da borracha na Amazônia. Na metade do séc. XIX, os capitais regionais amazônicos procuravam restabelecer seu domínio a partir da retomada do comércio internacional, após a sua perda de hegemonia política, com a Cabanagem (1835 – 1840), e econômica, com a formação de um campesinato 'cabano', relativamente autônomo e que combinava uma agricultura de autoconsumo com um extrativismo diversificado comercializado através de uma rede mercantil dispersa e de pequena escala, configurando o que Oliveira Filho (1979) denominou de seringal caboclo. A oportunidade de uma nova estratégia de acumulação regional, comandado pelo capital, emergiu com a demanda da Revolução Industrial europeia por borracha, o que levou a uma completa reorganização da economia amazônica, baseada em outro modelo de unidade de produção, denominado de seringal empresa por Oliveira Filho (1979).

Cano (2007) indica que no período de auge da exportação da borracha (1870 a 1920) a Amazônia detinha uma população equivalente a um terço da paulista e, em comparação entre essas duas economias, as exportações amazônicas oscilavam em torno de 40% das de São Paulo, além de responder por 4,3% da indústria nacional. Do ponto de vista da expansão territorial, diferentemente de São Paulo em que os plantios de café estiveram diretamente associados à formação da propriedade privada, respaldados pela Lei de Terras (1850), na Amazônia, esse mecanismo teve

pouca importância para garantia da apropriação da riqueza. Como bem expresso nos dizeres de documentos amazônicos do final do séc. XIX, analisados por Oliveira Filho (1979), “*a terra não vale nada, o trabalho vale tudo*”, o que explica que a apropriação dos excedentes da produção estivesse muito mais ligada ao domínio do trabalho, do comércio e dos transportes, do que da propriedade formal das terras, dando origem ao ‘sistema de aviamento’.

Para Velho (2009), o extrativismo da borracha apresentou-se como uma tentação permanente para os moradores do Burgo do Itacayuna e a descoberta de árvores de caucho em algumas expedições pelas florestas da região em buscas frustradas por pastagens naturais levou à sua desarticulação enquanto projeto agrícola. Marabá começou com a instalação de um armazém comercial, voltado para a comercialização do caucho, na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, poucos quilômetros acima do Burgo. Com o *boom* do extrativismo, o declínio do Burgo e a prosperidade econômica do armazém comercial, houve a mudança da população para lá, onde passou a se localizar a sede do município.

Velho (2009) assinala com este evento que Marabá nasceu como uma iniciativa de comerciantes, que interferia em dois momentos da produção extrativista: no fornecimento, a crédito, das mercadorias necessárias para o caucheiro adentrar e permanecer na floresta coletando a matéria prima, e na compra de sua produção. A venda a crédito gerava uma dívida que vinculava o produtor local ao comerciante, que por sua vez, articulava-se em amplos circuitos comerciais de compra de gêneros alimentícios, do Sertão do Nordeste e de Belém, e da venda da borracha em Belém. Nesse sistema, Marabá prosperou e “*tornou-se centro de polarização para uma vasta zona, tanto em termos de atração de contingentes populacionais, quanto em face das exigências de abastecimento, dadas as características exclusivistas da atividade extrativa*” (p. 37).

A extração do caucho era livre na floresta e, diferentemente da produção de borracha a partir das árvores do gênero *Hevea sp.*, em que a árvore é preservada na extração, a obtenção do látex do caucho exige a sua derrubada, transformando essa atividade em itinerante e demandante de uma ampla área de coleta. No entanto, “*numa região em que a terra não constitui bem escasso, não aparece a figura do latifundiário como o poderoso por excelência. O bem escasso nas regiões longínquas são o capital e os meios de comercialização*” (Velho, 2009, p. 35). Esse autor enfatiza que os escassos canais de comercialização e as dificuldades de acesso,

especialmente tratando-se de um produto essencialmente para o mercado, conferem grande importância aos comerciantes e a comercialização antecede mesmo a questão da posse da terra.

Apesar da importância do caucho para o desenvolvimento de Marabá, seu *boom* teve pouco impacto em termos amazônicos e pequena duração, uma vez que em 1912 já começou uma crise no setor. Neste ano, em que os plantios ingleses no sudeste asiático passaram a dominar o mercado internacional, o capital mercantil buscou um deslocamento para outros produtos florestais, gerando novos *boom* extrativistas mais localizados. Foi nesse contexto que a produção de castanha em Marabá ganhou grande impulso e, no ano de 1925, Marabá já era o maior produtor de castanha do estado do Pará.

Emmi (1999) indica que não houve apenas o deslocamento de capitais da borracha para a castanha, mas também a transferência da forma de organização da produção e comercialização, baseada numa cadeia de aviamento formada por firmas exportadoras e casas aviadoras localizadas em Belém, que financiavam e produção local e operavam no comércio internacional, por comerciantes regionais, que realizavam o transporte fluvial entre Marabá e Belém, e comerciantes locais que abasteciam os castanheiros e compravam a produção local. Essa rede do aviamento reproduziu, à semelhança do extrativismo da borracha, uma hierarquia de subordinação e de apropriação do trabalho nos castanhais, expropriado pelo financiamento prévio à ida às áreas de coleta e pela possibilidade de estabelecimento dos preços dos gêneros alimentícios e da castanha em função do monopólio da comercialização e do transporte.

No entanto, na 1ª fase dessa exploração, os castanhais eram livres, à semelhança do extrativismo do caucho. No ano de 1925, introduziu-se uma inovação jurídica de elevada importância, a introdução do sistema de arrendamento anual dos castanhais. Segundo Emmi (1999), essa medida teve forte repercussão econômica, uma vez que limitava o livre acesso aos castanhais pelos trabalhadores da castanha, embora ainda permanecessem alguns castanhais livres, chamados de 'castanhais do povo'.

Do ponto de vista político, essa mudança teve grande impacto, segundo a autora, pois levou a uma perspectiva de controle das terras dos castanhais, pela via do arrendamento, que se agregava ao controle do comércio local e, muitas vezes, do comércio entre Marabá e Belém. Com isso, nesse período, algumas famílias



começaram a constituir o que a autora vai denominar de ‘oligarquia do Tocantins’, cujo poder econômico baseava-se no domínio da terra, na exploração dos castanhais e na relação com as casas financiadoras, exportadoras e aviadoras, ou seja, o controle de toda a atividade produtiva regional, inclusive seu financiamento e comercialização.

Importante observar que além dessas famílias assumirem uma dominação local da cadeia econômica em torno da castanha, elas também passaram a assumir o controle político. O sistema de arrendamento dos castanhais permitia que se estabelecesse uma hierarquia de controle político desde o governo estadual, responsável por arrendar os castanhais, até os ‘coronéis’ locais, que definiam quem seriam os arrendatários de cada castanhal. Emmi (1999, p. 97 a 104) relata que o arrendamento de curto prazo dos castanhais que predominou entre as décadas de 1920 e 1940 se dava, sobretudo, para os pequenos e médios exploradores, pois alguns dos principais grupos familiares já tinham, nesse período, a possibilidade de compra.

É ilustrativo o caso da família chefiada por Deodoro de Mendonça que exerceu diretamente vários cargos políticos no estado do Pará e através de diferentes atos públicos apropriou-se privadamente de inúmeros castanhais. A autora apresenta registros de que no final da década de 1920, Deodoro de Mendonça era dono de 11 castanhais em Marabá, totalizando 53.556 ha, além de 11.779 ha em nome da firma Dias & Cia, responsável pela comercialização da castanha, da qual era sócio juntamente com seu cunhado Lusignam Dias, o intendente municipal João Anastácio Queiroz e o agente de leilões judiciais de Belém, José Carneiro Conduru (p. 80). No final da década de 1930, uma denúncia de um adversário político indica que Deodoro de Mendonça já possuía 87.560 ha de castanhais adquiridos através de negociatas com recursos públicos. Dessa forma, Deodoro de Mendonça que não estava sujeito ao arrendamento, em aliança com o intendente municipal, incidia diretamente na concessão dos arrendamentos para os demais exploradores de castanhais.

Essa estrutura de poder local, que associava uma rede de compromissos políticos e econômicos, originou a oligarquia regional no médio Tocantins. Para Emmi (1999), a conformação dessa estrutura de poder oligárquico, na segunda metade dos anos 1920, mostra que o final da República Oligárquica, a partir de 1930, não significou necessariamente, o fim das oligarquias. Velho (2009, p. 54) vai além e afirma que ao invés de anular essa prática, o Estado Novo adotou-a, pois “*tratava-se de arma política por demais valiosa para ser desprezada, especialmente por homens*

*realistas como o tenente-interventor, e depois Governador do Pará, Joaquim Magalhães Barata*”.

Para Velho (2009), um sistema de exploração livre era incompatível com uma estrutura de lideranças definidas, comprometidas com o sistema dominante e articulada com o sistema de hierarquias da política dos coronéis da República Velha. Ao longo das décadas de 1920 a 1940, esse sistema de arrendamento anual ou de curto prazo levou a formação de uma oligarquia, cujo esteio era os comerciantes da castanha. As mudanças tecnológicas nesse período com a introdução de barcos a motor permitiram a apropriação de castanhais cada vez mais distantes, ampliando a área total de extração, mas também ampliando a subordinação dos trabalhadores. Velho (2009) chama a atenção de que quanto mais distante era o castanhal da sede do município, mais propícia era a situação para o comerciante instalar os barracões e ampliar seu controle sobre o abastecimento do trabalhador, mecanismo que era acompanhado de extrema violência e coerção.

A concentração da terra vai se intensificar na década de 1950, especialmente após a Lei nº 913 de 04 de dezembro de 1954, que introduziu alterações no sistema de arrendamento de terras devolutas para atividade extrativista. Nessas alterações, foram incluídos itens que permitiam uma renovação automática dos aforamentos que os levaram a ser reconhecidos como aforamentos perpétuos (Velho, 2009, p. 67 – 68). Autores como Velho (2009) e Emmi (1999) relacionam essa mudança ao contexto político-partidário mais disputado e com maior alternância no poder originado com a redemocratização de 1946, constituindo-se em uma manobra política do então governador do Pará, filiado ao PSP e opositor ao poderoso PSD, de fixar nos castanhais seu agrupamento partidário.

Emmi (1999) indica que entre 1955 e 1966 foram concedidos 168 títulos de aforamento em Marabá, correspondendo a 613.721 ha. A autora, assim como Velho (2009), relata que essa nova forma de apropriação dos castanhais levou a uma maior concentração da terra nas mãos de poucas famílias, reduzindo as possibilidades de conquistas de arrendamento para pequenos e médios exploradores, além de novas ondas de expropriação de terras indígenas e de ‘castanhais do povo’.

Outra modificação significativa apontada por Velho (2009) refere-se aos maiores investimentos nos castanhais pelos foreiros que, pela condição de posse perpétua, passaram a utilizá-los como se fossem proprietários privados. O autor acrescenta que no final da década de 1950 instalou-se o primeiro banco em Marabá,

passando a financiar a atividade extrativista e agropecuária, reduzindo a dependência dessa oligarquia local em relação às casas aviadoras e exportadoras de castanha. As aberturas na floresta para formação de pastagens já existiam nos castanhais, para criação de tropas de animais de carga e algum rebanho bovino para consumo, mas com a nova situação, essa prática intensificou-se e a consorciação da extração da castanha e a criação de gado ampliou-se na região, sendo que a primeira financiava diretamente ou garantia o financiamento bancário da segunda. Com tudo isso, as famílias oligárquicas foram assumindo nesse período uma característica de grande empresa extrativista e pecuarista.

Foi nesse contexto que ascendeu como grupo político e econômico dominante a família Mutran, que foi a maior beneficiária do aforamento perpétuo nesse período, alcançando o controle de uma área de 45.135 ha de castanhais entre Marabá e São João do Araguaia no final da década de 1950 (Emmi, 1999, p. 97). Pessoas ligadas a essa família não apenas assumiram diretamente cargos políticos no município, como ampliaram seu poder econômico-mercantil com a criação de firmas exportadoras de castanha, aumentando sua autonomia em relação às casas de Belém, além de atuarem na organização do setor através da Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil (Petit, 2003, p. 202).

Resumidamente, a inserção subordinada desses comerciantes locais em uma rede mais ampla de financiamento e comercialização, composta por firmas exportadoras e financiadoras, casas aviadoras e comerciais de Belém, mostra a necessidade de compromissos e alianças econômicas dessa oligarquia, assim como o mecanismo específico de arrendamento de terras mostra a necessidade de compromissos e alianças políticas, mediadas pelo Estado. Todos esses compromissos e alianças, no entanto, foram atravessados por conflitos, seja entre as distintas frações do bloco no poder, seja com os indígenas, na disputa pela apropriação de novos castanhais, e seja como os trabalhadores que tinham na manutenção dos 'castanhais do povo' e na extração livre uma referência de disputa.

Os estudos de Velho (2009) e Emmi (1999) contribuem para demonstrar que o poder dos comerciantes de Marabá deu-se inicialmente pelo monopólio local do financiamento e comercialização da produção e por sua inserção em um bloco de poder estadual articulado ao pacto oligárquico nacional. O crescimento da economia da castanha e sua ampliação espacial levou, posteriormente, a necessidade de monopólio também da posse da terra, que através do mecanismo de aforamento

permitiu a apropriação pelos comerciantes locais de grandes extensões de terra, constituindo-se, assim, uma oligarquia latifundiária mercantil, que se forjou como fração dominante do bloco de poder local em função da predominância do capital mercantil na economia da castanha, mesmo durante um longo período em que em outras partes do Brasil acelerava-se uma acumulação industrial.

Ao longo da década de 1950, o pacto político permitiu uma ampliação da apropriação dos castanhais por algumas poucas famílias, através do aforamento perpétuo, intensificando o seu poder oligárquico na região. Com isso ampliaram-se os investimentos nos castanhais, inclusive com uma embrionária pecuária associada à castanha, que se mantinha como atividade econômica principal. O caráter latifundiário da fração hegemônica do bloco no poder regional foi acentuando-se de forma crescente em todo o período.

### **3.3 A emergência da questão da terra em Marabá**

O arranjo econômico e a estrutura de poder centrados em Marabá, correlacionados a uma formação espacial marcada pela divisão da floresta em grandes castanhais monopolizados pela fração dominante do bloco de poder local, que foi se formando a partir dos anos 1920, manteve a região relativamente “fechada” aos interesses dessa fração pelas décadas seguintes. No entanto, as mudanças na formação socioespacial brasileira a partir da década de 1950 começaram a afetar a dinâmica econômica e política dessa região, intensificando-se na década seguinte.

A década de 1950 marca para Moreira (2014) a maturação do arranjo capitalista no Brasil, com a mudança de uma acumulação baseada na indústria leve para uma baseada na indústria pesada, com crescimento da indústria de bens intermediários e uma reconfiguração das relações indústria-agricultura. Do ponto de vista espacial, corresponde a uma diferenciação entre as regiões com a centralização e polarização no Sudeste, especialmente São Paulo, que passou também a comandar tanto a relação com as demais regiões, como a articulação de uma nova divisão territorial do trabalho.

Nesse período houve o auge do debate político em torno de um projeto nacional-desenvolvimentista que se travestiu de interesse de toda a nação e de promessa de solução para os principais problemas, ganhando força política e legitimidade social, em que pese as contradições e disputas envolvidas (Mantega,

1984). Esse projeto articulava interesses da burguesia industrial e das classes médias urbanas, sem desconsiderar os interesses agroexportadores, mesmo que de forma secundária, com o Estado assumindo o papel diretamente indutor e organizador desse processo e, também, de mediador dos conflitos, numa prática conhecida como populista. Dentre as várias contradições que emergiram com o projeto nacional-desenvolvimentista, duas serão destacadas – de maneira sintética – tanto pela força política que tiveram à época, como pela sua relevância para os fins deste trabalho: a questão agrária e a questão regional.

Sobre a questão agrária, Medeiros (2010) enfatiza que na década de 1950 emergiram novos tipos de conflitos no campo, articulados “*com debates públicos em torno da reforma agrária e do lugar da agricultura no processo de desenvolvimento nacional*” (p. 113). As lutas por acesso à terra e por melhores condições de vida no campo sempre estiveram presentes na história do Brasil, porém até então tendiam a ser localizados e tratados como questão privada, no interior das grandes propriedades, ou como ação estatal de repressão policial ou militar. O conjunto de mudanças a partir do pós-guerra levou a uma maior generalização dos conflitos rurais e a emergência de uma demanda mais geral por reforma agrária que supunha uma condenação da concentração da propriedade da terra e da improdutividade (Medeiros, 2010, p. 117).

Segundo Medeiros (2010), a participação ativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na mediação de muitas dessas lutas foi constituindo uma identidade política, em torno do termo *camponês* e sua polarização contra o *latifúndio*, levando a criação de muitas associações articuladas em uma entidade nacional, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Além desta, surgiram no período outras entidades nacionais, com propostas diferenciadas de formas de organização e sentido das lutas, como as Ligas Camponesas e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), além da Igreja Católica, que passou a intervir no campo, apoiando a reforma agrária e a sindicalização, em disputa com o PCB e com as Ligas Camponesas. Nesse contexto, ganharam força as reivindicações de assalariados rurais e moradores de engenhos e fazendas, arrendatários, parceiros, foreiros e posseiros que demandavam direito à terra.

No entanto, para a autora, se os trabalhadores do campo se fizeram reconhecer como sujeitos políticos nesse período, a reação patronal não foi menos importante. Organizados em torno de entidades como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e

Confederação Rural Brasileira (CRB), os proprietários fundiários, especialmente os ligados a agricultura de exportação, participaram ativamente do debate sobre o desenvolvimento nacional, recusando a pecha de latifundiários e assumindo-se como produtores. Nesse contexto, identificavam como causas principais da baixa produtividade a falta de mecanização e de conservação dos solos, a ausência de crédito, armazenamento e transporte adequado e o baixo nível de vida do homem rural como consequência do pouco apoio dado pelo Estado. Dessa forma, defendiam o direito à propriedade e reivindicavam políticas de capitalização e modernização da agricultura como solução para os problemas existentes.

Para Camargo (1981), a longa subordinação do campesinato e limitação de sua transformação em ator político, apesar das tendências industrializantes e modernizantes urbanas já existentes no país, expressavam o pacto oligárquico que se manteve durante o período populista, tanto em suas fases mais ou menos autoritárias. Para a autora, a base desse pacto, apesar de seu enfraquecimento ao longo do processo de urbanização e industrialização, assentou-se na relação direta entre monopólio da terra e controle do voto, o que permitiu que o poder local, mesmo perdendo força política, mantivesse seu poder de barganha e amortecesse suas perdas. Por isso, as tentativas do Poder Executivo, mais sensível às pressões dos trabalhadores, de modificações na estrutura fundiária e nas leis trabalhistas do campo, enfrentou forte resistência do Congresso Nacional, sede das representações regionais. Dentre os vários exemplos da resistência do legislativo, foi emblemática a inclusão do parágrafo 16 do artigo 141 na Constituição de 1946, logo após o fim do Estado Novo, que determinava que qualquer desapropriação de imóvel só poderia ser realizada mediante prévia e justa indenização em dinheiro (Camargo, 1981, p. 173), o que se tornou um sério entrave à reforma agrária no período posterior.

A emergência dos trabalhadores rurais e camponeses como atores políticos, acrescidos de suas alianças e apoios recebidos de outras frações dos trabalhadores urbanos, pressionou o Estado a encontrar soluções para os problemas no campo. Assim, várias iniciativas do executivo federal, ao longo da década de 1950 e início da de 1960, procuraram estender as leis trabalhistas ao campo e implantar medidas de reforma agrária mais ou menos profundas, a partir de um debate entre a função social da propriedade e a garantia de seu direito absoluto. Essas tentativas mobilizaram intensos debates e vários posicionamentos divergentes, tanto no conjunto da sociedade, como no âmbito do Congresso Nacional, em um processo crescente de

pressão por reformas, apenas interrompido pela ditadura civil-militar que se instalou com o Golpe de 1964.

Em relação à questão regional, a concentração da industrialização no Sudeste, especialmente São Paulo, levou a intensos debates sobre as causas e possíveis soluções para as disparidades regionais, com especial relevância para o caso do Nordeste. Celso Furtado foi um ator destacado desse debate, tanto como intelectual formulador de políticas regionais, quanto como agente do Estado responsável por conduzir a política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.

Em documento síntese de uma política de desenvolvimento para o Nordeste, Furtado (2009) identificava nesta região não apenas uma renda muito mais baixa que a do Centro-Sul, como uma tendência de agravamento dessa disparidade. Em seu diagnóstico, as causas dessa situação estavam relacionadas à forma ineficiente como estavam organizadas as atividades produtivas no território, considerando-se suas particularidades naturais. Com isso, gerava-se rendimento econômico insuficiente, agravado pelas políticas do Estado, especialmente aquelas destinadas ao combate às secas, e pela postura das elites regionais.

Como solução para esses problemas, Furtado (2009) apontava a necessidade de uma nova política do Estado para a região, viabilizada a partir de uma institucionalidade específica: a SUDENE. Em sua proposta estava implícito que este órgão deveria não apenas manter-se autônomo em relação ao poder local, como promover a ascensão de uma nova classe dirigente, capaz de modernizar o desenvolvimento da região. Este desenvolvimento deveria ter a industrialização como prioridade e a reorganização da agricultura regional, através da intensificação da produção de alimentos na zona úmida, então ocupada pela lavoura canavieira, adequando tecnicamente a pecuária da zona semiárida para torná-la mais resistente e produtiva na seca, e a incorporação do hinterland maranhense para o recebimento de contingentes populacionais excedentes.

Em que pese o centro das atenções da política regional tenha sido o Nordeste, nesse período também houve iniciativas importantes do Governo Federal em relação à Amazônia. Cronologicamente, em primeiro lugar, Monteiro e Coelho (2004) destacam a chamada 'Batalha da Borracha', uma série de ações pactuadas entre Brasil e EUA ("Acordo de Washington") durante a 2ª Guerra Mundial voltada à reativação dos seringais nativos da Amazônia para garantia do abastecimento do mercado internacional de borracha, interrompido pelo domínio japonês nos plantios

no Sudeste Asiático. Apesar desta ação não ter implicado em uma reorganização significativa da atividade econômica, ela gerou numa retomada do crescimento populacional, via nova onda de migrações, rompendo um longo período de estagnação que se dava desde o fim do *boom* da borracha.

Outra ação importante, identificada por Monteiro e Coelho (2004) teve início na Constituição de 1946, com a garantia de um fundo constitucional de 3% do total das receitas oriundas de impostos federais destinados ao desenvolvimento da Amazônia. Esse fundo só entrou em vigor em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), responsável pela sua gestão e pela elaboração de um plano de desenvolvimento da região. Foi nesse contexto que foi delimitada a área da Amazônia Legal, que ultrapassou a antiga delimitação da Amazônia, passando a corresponder a quase 60% do território nacional. No contexto das formulações da SPVEA, teve início a abertura da Rodovia Belém – Brasília, iniciando um processo de ‘integração’ da Amazônia à divisão inter-regional do trabalho sob hegemonia do capital monopolista.

Marques (2013) analisa a experiência da SPVEA entre 1953 e 1966, quando foi extinta, contrapondo os planos de valorização econômica e programas emergenciais que foram elaborados, em geral defendendo a necessidade de superação do extrativismo pela agricultura, pecuária e industrialização, e a sua capacidade real de modificar o cenário econômico da região. Vários elementos são apontados pelo autor como reflexo das limitações da entidade, como a baixa disponibilidade orçamentária e as dificuldades de articular efetivamente uma unidade de forças regionais capaz de construir um projeto de desenvolvimento para a Amazônia, mas, sobretudo, em função de, no plano nacional, ainda não se ter clareza de qual projeto a região deveria cumprir na acumulação capitalista brasileira. Essa posição corrobora com Francisco de Oliveira, quando este diz, parafraseando Paul Baran, que “*não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento*” (Oliveira, 1993, p. 25).

No entanto, mostra-se relevante na experiência da SPVEA uma presença relativamente importante dos setores dominantes locais, com capacidade de influenciar suas políticas. Marques (2013) mostra que essa dinâmica já estava presente na preparação de sua criação, como revela o discurso do presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional de 1952, baseado nas recomendações da Conferência Técnica sobre a Valorização Econômica da Amazônia, ocorrida no ano anterior, de



que a economia extrativa representava o fundamento da economia da região Norte e deveria receber incentivos e amparos, paralelamente aos incentivos das outras atividades econômicas. O autor cita ainda analistas da época que indicam a presença de representantes das oligarquias regionais nos colegiados do órgão, assim como parlamentares dos estados da Amazônia no Congresso Federal, com força política para orientar e modificar as principais decisões, embora não apenas os grupos políticos locais fossem beneficiados pela SPVEA<sup>7</sup>.

Parece claro que parte dos recursos da SPVEA foram capturados pelo setor extrativista regional, com papel importante na manutenção de pactos políticos entre o Governo Federal, Governos Locais e as Oligarquias Extrativistas. Foi nesse contexto de atualização dos pactos oligárquicos regionais que as oligarquias castanheiras conseguiram aprovar a mudança na forma de acesso aos castanhais para aforamento perpétuo, com grande impacto na formação dos latifúndios na região de Marabá. Para Marques (2013), a pressão por este tipo de apropriação da terra dos castanhais também já é reveladora de uma preocupação desse grupo social frente a atração que a abertura da rodovia Belém – Brasília vinha exercendo sobre empresários de outras regiões em busca de terras e os riscos que isso representava para os seus interesses.

Emmi (1999) faz uma reflexão sobre esse contexto, indicando que as oligarquias podem sobreviver mesmo quando deixam de ser a fração hegemônica do bloco no poder, assumindo uma posição subordinada, mas mesmo assim mantendo sua participação nesse bloco. Essa transformação pode indicar o início de sua decadência, pela perda de hegemonia no bloco no poder regional, mas não, necessariamente, seu total desaparecimento. Nessa perspectiva, é interessante a capacidade que as antigas oligarquias castanheiras demonstraram de se adaptar às mudanças e se manterem no bloco no poder, mesmo que em posições subordinadas.

Voltando ao contexto nacional, as crescentes tensões e lutas políticas geradas pelas contradições sociais, tanto urbanas, como rurais, acumuladas ao longo do processo de industrialização brasileiro e da manutenção do caráter concentrador e excludente da sua sociedade, intensificaram-se no início dos anos 1960 levando ao golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart em março de 1964. Ianni (1971)

---

<sup>7</sup> Marques (2013) cita dados de Fernandes (1999) que mostram que grupos latifundiários do Sudeste do Brasil já receberam incentivos nesse período para se estabelecerem no Sul do Pará, especialmente Conceição do Araguaia e Paragominas, formando grandes fazendas e também projetos privados de colonização agropecuária.

indica que os governos militares que o sucederam buscaram atuar com base em dois pilares: a restauração da ordem e a correção das deformações do sistema, base das reivindicações existentes, que deveria estar associada a um novo surto de desenvolvimento, que garantisse um maior equilíbrio entre o setor público e as empresas privadas nacionais e promovesse o progresso sem modificação das estruturas sociais e políticas (Ianni, 1979).

Começa assim a fase de um arranjo socioespacial desconcentrado – centralizado, nos termos de Moreira (2014), em que se busca resolver os conflitos por uma reorganização do espaço e não pela transformação estrutural da sociedade, com forte intermediação do Estado expressa através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs. A combinação de uma modernização conservadora da agricultura e de uma maior descentralização industrial levou a uma dinâmica de criação de novas fronteiras para o capital e integração de novas regiões na divisão territorial do trabalho. No entanto, complementa Moreira (2014), novos conflitos decorrentes dessa reorganização emergiram.

No caso da questão agrária, Delgado (2012) enfatiza que o pacto agrário modernizante e conservador, resultante da ação do Estado, garantiu a integração técnica da indústria e da agricultura, pela via do Sistema Nacional de Crédito Rural, sem excluir as oligarquias ligadas à grande propriedade territorial e ao capital mercantil. Palmeira (1989) chama a atenção de que a contra face desse processo foi a ampliação da expropriação dos camponeses, tanto pela perda da possibilidade de residência como agregados nas grandes propriedades, na condição de meeiros e foreiros, como pela inviabilização da sua reprodução nas pequenas propriedades ou posses.

Apesar disso, para Palmeira (1989) estes resultados devem ser vistos de maneira processual, porque, por mais que tenha sido montado um planejamento e um novo arcabouço institucional, não é isso que define, por si só, as direções das transformações. As tensões políticas identificadas por Camargo (1981) em torno da questão agrária não se extinguiram por decreto com o golpe de 1964, embora possa ter havido uma mudança nas correlações de força. Por isso, Palmeira (1989) sugere que a questão agrária nesse período ampliou-se e foi marcada por dois processos simultâneos e contraditórios: a atração de uma ampla gama de capitais para o setor agropecuário, agroindustrial e para a especulação fundiária, provocando o aumento do peso político dos proprietários de terras modernos e tradicionais; a progressiva

ilegitimação das formas tradicionais de dominação sem que o Estado pudesse construir outras formas, o que intensificou e ampliou os conflitos agrários e manteve, sob outras perspectivas, o tema da reforma agrária.

Do ponto de vista da questão regional, Oliveira (1993) também compreende as resultantes da ação do Estado, sobretudo no Nordeste, como algo que não estava dado *a priori* e sim como desdobramento das lutas de classes. Em sua opinião, o que estava em jogo não era uma redução de desequilíbrios regionais, mas sim a necessidade de ‘integração regional’, ou seja, a dominação do espaço econômico e político do Nordeste pelo capital monopolista já consolidado no Centro-Sul apoiado por uma mudança na ação do Estado para um padrão planejado.

Essa perspectiva também alcança a Amazônia, em especial a região sudeste do Pará, que, a partir do planejamento do Governo Federal, viveu intensas transformações na sua organização econômica, política, ambiental e cultural. Duas dinâmicas-chaves ali se entrelaçam: a ação do Estado voltada à promoção da ocupação do território pela grande empresa capitalista e a intensificação de uma frente de expansão camponesa que também disputará o acesso à terra. Emerge, neste contexto, uma questão agrária regional cuja principal expressão é a luta pela terra.

Sobre a ação do Estado na Amazônia, um elemento determinante foi a centralização pelos governos da ditadura das decisões sobre os investimentos de grande monta que foram direcionados para a região, buscando reduzir o poder de influência das classes dominantes locais, no que Moreira (2014) chama de fase de desconcentração – centralizada da acumulação industrial brasileira. Costa (1992, p. 37) é preciso ao afirmar que:

A política de desenvolvimento da ditadura militar de 64 para a Amazônia se efetivou por processo decisório e mecanismos de execução que excluíam a participação do grosso da sociedade civil nacional e, aí, em particular, as classes subalternas. Fez-se por processos de concentração de poder que levou a que, em nível regional, também significativos segmentos das elites perdessem os canais de que dispunham, por exemplo, na Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA, órgão coordenador da atuação federal na região, e na própria estrutura de poder político local. Já em 1966, na Exposição de Motivos nº 154, que justificava o fim da SPVEA e a substituição pela SUDAM, Roberto Campos e João Gonçalves de Souza, estrategistas da nova ordem, abominavam como um dos mais sérios ‘vícios’ da primeira a influência negativa da política partidária sobre a instituição e seus planos de trabalho.

A ‘Operação Amazônia’ criada em 1966 marca o início dessa nova perspectiva da ação do Estado sobre a região, criando uma nova institucionalidade voltada à

implantação dos chamados ‘grandes projetos de desenvolvimento’. Além da transformação da SPVEA em SUDAM, foi criado o Banco da Amazônia S A (BASA) e uma política ampliada de incentivos fiscais para atração de empresários e grupos latifundiários do Centro-Sul. O viés principal dessa política foi o incentivo aos projetos pecuários, que saltaram de 04 aprovados pela SUDAM em 1966 para 162 em 1969, numa “*estratégia ruidosamente enviesada para o latifúndio*” (Hall, 1991, p. 29).

Com o II PND, em 1974, formula-se o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZONIA que, segundo Costa (1992, p. 30) buscava a formação de infraestrutura para áreas específicas com potencial de geração rápida de divisas, especialmente através da exploração mineral e madeireira, fundamentais para o financiamento do II PND como um todo. Esses setores, que passaram a somar-se à pecuária como prioridade para a região, possuíam caráter enclávico e predatório, acirrando os conflitos regionalistas. O aprofundamento dessa direção levou, em 1980, à criação do Programa Grande Carajás, que definia uma área de 90 milhões de hectares entre Pará, Maranhão e Goiás, atualmente Tocantins, para recebimento de investimentos para estruturar um complexo mínero-metalúrgico acompanhado da pecuária incentivada. O papel e a forma de inserção da região na divisão do trabalho nacional estavam, portanto, planejados.

Becker (2015a, p. 241 – 243) sugere que houve uma mudança na atuação do Estado na estruturação do espaço regional da Amazônia Oriental. Para a autora, nos anos 1960, tratava-se de uma conquista da região vista como um todo, em que o Estado preparava a infraestrutura básica rodoviária e urbana para atrair migração. A partir da década de 1970, acentuou-se um processo de diferenciação interna da região, com ampliação da seletividade das ações, focando-se nos grandes projetos minerais e projetos integrados. As transformações de ordem econômica, política, social e cultural nessas áreas específicas, como na área do Programa Grande Carajás, aí incluído o atual sudeste paraense, foram bastante intensas.

Do ponto de vista da formação socioespacial da região amazônica, esse conjunto de transformações levou ao que Gonçalves (2005) denominou uma mudança de padrão de ocupação do espaço. O padrão *rio-várzea-floresta*, que predominou até a década de 1960, foi quebrado juntamente com os mecanismos que lhe garantiam a reprodução, como o controle das vias de circulação sob hegemonia do capital mercantil. Em seu lugar, o Estado buscou implantar um novo padrão de organização espacial, *estrada-terra firme-subsolo*, diretamente vinculado aos interesses do capital

industrial-financeiro e legitimado pelo discurso de progresso. No entanto, para o autor, as ações do Estado que desestruturaram o padrão anterior não foram capazes de estruturar um novo padrão de forma completa, levando ao conflito de temporalidades de ambos padrões de organização espacial, expresso nas diferentes formas de resistência social que emergiram na Amazônia.

Um desses processos de conflito, já vinculado à ocupação de terra firme estimulada pelo Estado, porém de forma relativamente marginal ao projeto oficial, deu-se na região sudeste paraense, com a chegada de uma frente camponesa oriunda do Maranhão (Velho, 2009). O fluxo migratório entre Maranhão e Marabá já era antigo, citado desde a chegada dos fundadores do Burgo do Itacayuna, e se manteve durante todo esse período, sobretudo na safra da castanha. Embora a colonização planejada pelo Estado da hinterlândia maranhense já aparecesse como possibilidade apontada pelo Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste – GTDN em 1959 (Furtado, 2009), a população se antecipara e havia estabelecido um fluxo migratório para essa região que vinha se intensificando e alcançando a fronteira amazônica em Marabá. A abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-010), no início dos anos 1960, sua ligação com Marabá através da PA-70 no final dessa década e depois a Transamazônica (BR-230) e a Rodovia entre Marabá e Conceição do Araguaia (PA-150), nos anos 1970, veio intensificar esse fluxo que já existia em paralelo ao planejamento estatal.

Segundo Velho (2009), com o crescimento do campesinato maranhense e as dificuldades de terras disponíveis, o fluxo de pessoas entre o Maranhão e a região de Marabá na safra da castanha não apenas aumentou, como se modificou, ampliando o número de pessoas que não regressavam na entressafra. Além das alternativas de trabalho já existentes na entressafra, especialmente em garimpos e na caça de animais para venda de peles, parte dessas pessoas começou a buscar áreas mais isoladas onde pudessem desenvolver roças de subsistência e criação de porcos, nos interstícios entre os castanhais. Começou assim uma ocupação de terra firme, longe dos cursos d'água, seja por famílias isoladas, seja, em alguns casos, formando os chamados 'centros', povoados e vilas. Uma dessas vilas, estudada por Velho (2009) é São Domingos das Latas<sup>8</sup>, na área do município de São João do Araguaia.

Essa rede de processos levou tanto a uma intensificação do movimento migratório para a região sudeste paraense, como a sua complexificação, pois a

---

<sup>8</sup> Atualmente, trata-se do município de São Domingos do Araguaia, emancipado em 1991.

heterogeneidade de grupos sociais que passaram a se deslocar ampliou significativamente. A interpretação desse processo complexo gerou um amplo debate acadêmico ao longo dos anos 1970 e 1980 sobre a ocupação de fronteira, envolvendo suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas, que poderia ser sintetizado através da perspectiva de frentes de expansão proposta por Otávio Guilherme Velho e na de frentes pioneiras proposta por José de Souza Martins. Cabe ressaltar, a partir de Oliveira Filho (1979), que além da reflexão sobre o conjunto de agentes e processos atuando como atratores na fronteira, é importante ter-se em conta simultaneamente os fatores de expulsão operando em outros lugares e escalas, que podem ser sintetizado como a modernização conservadora da agricultura, expressão da derrota da reforma agrária e atualização do pacto em torno da grande propriedade (Delgado, 2012), com suas conseqüentes concentração fundiária e concentração do grau de exploração da terra (Graziano da Silva, 1999, p. 116).

Para a análise proposta neste capítulo, é fundamental reter três pontos desse debate sobre a fronteira amazônica nas décadas de 1970/1980. Em primeiro lugar, a intensidade da migração para a região que, apesar de não começar com a abertura das estradas e dos programas governamentais de 'integração nacional', conforme a leitura histórica até este momento já demonstrou, ampliou-se profundamente nesse contexto. Em segundo lugar, o caráter heterogêneo da composição de grupos sociais que se deslocaram, em função de suas regiões originárias e identidades culturais, dos motivos de saída dessas regiões de origem, das suas perspectivas e projetos na região de chegada e, por fim, das condições objetivas de realização desses projetos e das estratégias sociais, pessoais e coletivas que adotaram. Em terceiro lugar, a conflitividade que esse encontro de heterogeneidades produziu, tendo como eixo central a luta pela terra.

A luta pela terra, conforme ela se deu naquele momento histórico, expressou a disputa pela divisão da natureza por diferentes temporalidades da divisão do trabalho que se encontraram nesta região do atual sudeste paraense. Nesta perspectiva, a heterogeneidade de agentes sociais que se entrecruzaram nessa luta pela terra incluiu tanto a oligarquia castanheira preocupada em manter seu controle sobre o processo de acumulação ligado ao domínio da produção nos castanhais e da cadeia mercantil a ele associada, como grandes grupos econômicos interessados em constituir latifúndios empresariais, fazendeiros grandes e médios do centro-sul interessados em ampliar suas terras e constituir fazendas familiares ou tradicionais e, ainda,

camponeses sem terra (Costa, 2012a).

Essa heterogeneidade de agentes que se deslocaram para a Amazônia foi reforçada pela diferenciação nas formas de relação com o Estado e suas políticas. Apesar da prioridade do Estado à ocupação pelo latifúndio e pela grande empresa capitalista, este incorporou, sobretudo a partir da década de 1970, a colonização dirigida a grupos camponeses. Cardoso e Muller (2008, p. 112) consideram-na como um esforço consciente de construção de uma alternativa para as tensões em certas áreas do país, sem a necessidade de medidas drásticas de alteração do estatuto da propriedade. A intenção, portanto, não seria apenas de ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mas uma “*espécie de válvula de segurança para evitar problemas maiores*”. As bases para essa afirmação encontram-se em estudo oficial do IBRA e FAO que identificavam 1 milhão e 300 mil famílias subempregadas no Nordeste e apontavam que mesmo com resultados otimistas, as políticas no próprio nordeste deixariam de fora um contingente significativo de pessoas cuja principal possibilidade de absorção seria via a colonização dirigida na Amazônia.

O IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário foram criados a partir da promulgação do Estatuto da Terra, em 1964. Estes dois órgãos foram fundidos em 1970 e deram origem ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, voltado a operacionalizar essa perspectiva de levar ‘*homens sem terra do Nordeste para terras sem homens da Amazônia*’. Ainda segundo Cardoso e Muller (2008), o INCRA previa tanto implantar diretamente os projetos de colonização e organização fundiária e agrícola, como viabilizar e aprovar projetos de colonização a serem implantados pela iniciativa privada<sup>9</sup>.

Os registros históricos indicam que as ações voltadas à colonização dirigida foram insuficientes e inadequadas e, por isso, manteve-se, em paralelo, um processo de colonização chamado na literatura da época de ‘espontânea’. Hébette e Acevedo Marin (2004) analisaram a ocupação ‘espontânea’, no entanto, com críticas a esta denominação por que ela leva tanto a uma visão pejorativa de uma iniciativa desordenada, quanto a uma ausência da necessidade ou compulsão da migração,

---

<sup>9</sup> Em certas regiões da Amazônia, sem a presença de oligarquias locais, houve expansão rápida de grupos empresariais e de fazendeiros do centro-sul interessados em se apropriar de grandes extensões de terras e promoverem formas privadas de colonização. Esse processo ocorrido no Baixo Araguaia, entre o norte de Mato Grosso e o sul do Pará, foi detalhado por Fernandes (1999).

invisibilizando os processos de expulsão da área de origem. Nessa perspectiva, os autores sugerem que esse processo melhor se explica pela denominação colonização 'não-dirigida'.

Os dois longos trechos a seguir, transcritos de Hébette et al. (2004), resultantes de depoimentos colhidos através de pesquisa de campo nessa região entre 1982 e 1983, são bastante ilustrativos tanto da heterogeneidade dos agentes na luta pela terra, retrato da complexificação desse processo para além das frentes maranhenses do primeiro momento, como da conflitividade entre eles.

#### O Córrego 95

A comunidade do Córrego 95 tem uma história bastante trágica. Segundo narrativa dos mais antigos entre os atuais moradores, os irmãos Pereira de Souza, até a abertura da PA-70, a terra era dos índios Gavião que tinham sua aldeia no lugar chamado Bate Papo e ocupavam todas as terras, de Vila Rondon até o povoado de São Félix na beira do Tocantins.

Em 1968/69, expandiu-se até essa área o fluxo de migrantes vindos de Minas, Bahia, Espírito Santo. Começaram a cortar suas terras. Em 1969, sentindo-se iludidos, os índios se revoltaram e atacaram os novos ocupantes, matando alguns deles e afugentando os outros que passaram a se esconder e a refluir para o acampamento de Vila Rondon. Foi quando chegou, em fevereiro de 1970, um mineiro de São José do Divino, Joaquim Pereira de Souza. Dono de uma terra de 60 ha em Minas Gerais, tinha sido obrigado a vendê-la por pressão do fazendeiro vizinho; teve então que trabalhar de meia ou terça na terra dos outros no Espírito Santo, até resolver trocar aquele Estado pelo Pará. Comprou por 18.000 contos, um lote de 100 ha abandonado por um dos fugitivos do ataque dos índios. [...] Acalmada a tensão com os índios vieram dois irmãos de Joaquim e mais outras famílias. Finalmente, se tinham juntado 24 famílias que repartiram a terra entre si na base de 50 a 150 ha para cada um.

Mas em 1969, tinha aparecido um baiano, de nome Pedro Alves dos Santos. Em contraste com os primeiros, tendo comprado 100 ha, empenhou-se logo a ampliar a sua área, por todos os meios, inclusive por meio de títulos reputados falsos pelo próprio INCRA; acabou reivindicando como sua, a propriedade de todo o Córrego 95, totalizando 35.000 ha. Em 1972, começou a pressionar os posseiros pra saírem da área; indo até Belém, estes receberam do INCRA a informação de que a área era devoluta e a garantia de poderem permanecer em seus lotes. Em 1973, Pedro dos Santos decide recorrer à política estadual para 'limpar a área', utilizando-se de medidas abusivas e arbitrarias, de ameaças, apreensão das ferramentas, proibição de trabalhar, prisões. Seguros de seus direitos, a maioria dos posseiros decide fincar pé e defender sua posição frente ao INCRA. Diante das autoridades, desafiavam o grileiro a apresentar seus documentos, o que esse não podia fazer. [...] Em fins de 1975, a terra foi 'vendida' por Pedro a Josélio de Barros que, no nome de seu pai, instalou a fazenda Santa Fé. No dia 07/08/1976, sob o pretexto de irem conversar com técnicos do INCRA, dois lavradores são atraídos numa emboscada, bem na proximidade de sua moradia; no dia seguinte os corpos são encontrados, decepados a motosserra ...." (p. 68 – 69)

No trecho acima é narrado como o processo de ocupação de uma área de terra



firme, a partir da abertura da estrada que fez a ligação entre Marabá e a Belém-Brasília levou a nova investida contra o território indígena. Essa expropriação das terras indígenas que ainda não tinham sido alcançadas pelos castanhais levou a formação de estabelecimentos agropecuários por pequenos fazendeiros da Bahia e Minas Gerais que haviam migrado para a região em função das dificuldades de se reproduzirem em suas regiões de origem. No entanto, a disputa pela terra continuou face a tentativa de concentração por alguns, para formação de grandes latifúndios.

O segundo trecho citado, a seguir, retrata uma situação relativamente similar, porém tendo como origem uma área que já era explorada como castanhal. Assim, a origem das disputas não se deu contra os indígenas, mas contra os camponeses da frente maranhense que já haviam ocupado os interstícios desses castanhais. Esse evento mostra ainda que essa frente de expansão oriunda do Nordeste, com camponeses muito mais descapitalizados do que aqueles migrantes do centro-sul, manteve-se. A intervenção da família da oligarquia local, nesse caso, é bastante explícita, seja na venda inicial da área, seja nos mecanismos de apropriação de terras a partir de sua participação direta nos órgãos de governo na localidade. Esse conflito de Pau Seco resultou na morte do advogado Gabriel Pimenta que, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, defendia os camponeses.

#### Pau Seco

[...] Um morador maranhense que penetrou no lugar chamado Murumuru em 1969 contou que, nesta altura, havia pouca gente. As terras eram devolutas. Alguns castanhais eram explorados por comerciantes de Marabá, entre eles Maria Mussalem, membro de uma família de latifundiários. Ali moravam, até então, alguns castanheiros e pequenos lavradores vivendo em regime de subsistência. Em 1970, Salim, filho de Maria Mussalem, é nomeado executor do INCRA em Marabá e se atribui, segundo a expressão do informante, 'um absurdo de terras', justificando que as tinha comprado com título, do tempo do governador coronel Passarinho, em 1965. Expulsou os moradores que estavam aí fixados e vendeu lotes com títulos de ocupação. Parte das terras foi posteriormente vendida a um certo João Pimenta (3.500 ha) e a um dono de serraria, paraense, Sá Rondon (1.650 ha).

Em 1975, começaram a chegar migrantes da Bahia e de Minas, cuja maior parte não tinha terra nas proximidades da PA-70. Um deles relatou como tinha vindo da Bahia para Vila Rondon em 1969, acompanhado por 40 pessoas num caminhão fretado. Ali tinha trabalhado durante três anos de empreitada e de trabalho de meia em fazendas. Em seguida, comprou 'um direito' e plantou capim, cana, banana. Em 1975, vendeu e se mandou para Murumuru, onde comprou 150 ha. [...] Formou-se assim no lugar um grupo de pequenos pecuaristas, possuindo, cada um, de 150 a 300 ha. [...]

A partir de 1978 -1979, aumentaram as entradas de migrantes; tratava-se, dessa vez, de lavradores pobres, sem capital, entre os quais, diferentemente das correntes já mencionadas, predominavam nordestinos.

Em maio de 1979, parou na área um grupo de mais ou menos 25 lavradores que já encontraram aí mais de 100 posseiros. Sobrava terra inculta. Começaram a cortar lotes de 100 ha, conforme o módulo regional, reduzindo para 50 ha para poderem contemplar a todos; deram início à preparação das roças.

Em julho do mesmo ano, o fazendeiro Manoel Cardoso Neto, o Nelito, que acabava de comprar de Maria Mussalem, ao preço de CR\$ 7.500,00, uma área de 3.600 ha do castanhal no rio Cametaú, passou a perseguir os posseiros. Mandou para o local a polícia de Marabá; esta prendeu sete posseiros recentemente entrados, que foram soltos por intervenção da Comissão Pastoral da Terra e do bispo de Marabá. (p. 83 – 84)

No seu livro 'A Geografia das Lutas no Campo', Oliveira (1994) apresenta, na forma de mapa, a localização das mortes resultantes dos conflitos por terra entre 1974 e 1983. Nesse mapa, reproduzido abaixo, fica evidente, através da quantidade de mortes, o grau de conflitividade da luta pela terra na parte leste do Pará, assim como no Maranhão, que compunham a chamada região do Bico do Papagaio.

Figura 3.1: Mortos em Conflitos de Terra entre 1974 - 1983.



Fonte: Oliveira (1994, p. 39).

A intensidade dos conflitos por terra foi tão significativa na região que o governo militar buscou criar instrumentos para intervir e administrá-los, implantando, em 1980, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT. O GETAT buscou, como uma de suas prioridades, arrecadar as terras devolutas e incorporá-las ao patrimônio da união, retirando-as do controle do estado do Pará, para regularizá-las e disponibilizá-las ao mercado nacional de terras, antecipando-se, dessa forma, às frentes de expansão camponesas (Almeida, 1985).

Para Martins (1985), o GETAT expressa uma forma de ação, dentre outras, de o governo militar controlar e administrar recursos públicos para interferir na ordem social, não apenas diretamente relacionada à questão da terra. Como exemplo, o autor aponta ações do GETAT para além da arrecadação de terras, que vão desde ações escolares, intervenções em eleições sindicais e, até, apoio à repressão aos trabalhadores rurais. Essas ações compõem o que Martins (1985) denomina de a militarização da questão agrária, ou seja, uma intervenção direta do governo militar na questão agrária como resultado das contradições geradas pelas transformações no campo estimuladas pela própria ditadura – entrada de grandes capitais e maior centralização política – que fragilizou as elites oligárquicas e, com isso, ampliou as possibilidades de lutas pela terra promovidas por trabalhadores rurais. A militarização da questão agrária, para o autor, é a resposta estratégica do governo militar para que essas lutas não desenvolvessem seu pleno potencial político e, assim, pudessem levar a um questionamento mais amplo do pacto em torno da grande propriedade que conferia legitimidade ao governo.

Nesse contexto complexo, a oligarquia castanheira de Marabá, via-se profundamente ameaçada, embora ainda detivessem o controle das terras. Emmi (1999) aponta três processos que explicam a perda de poder vivenciada por essas famílias: a diversificação da economia regional, as mudanças na função e uso da terra, o deslocamento do centro de decisões das questões locais ou ‘abertura’ da região, nos termos de Francisco de Oliveira.

Sobre o primeiro processo, a autora indica que a introdução da mineração industrial com o Programa Grande Carajás, incluindo a construção da hidrelétrica de Tucuruí e da estrada de ferro Carajás, a produção agrícola e pecuária oriunda dos diferentes frações do campesinato e dos novos fazendeiros e latifundiários e ainda o crescimento de atividades urbanas como a construção civil, o comércio, um setor terciário emergente e os primeiros bancos quebraram o exclusivismo da castanha e ampliaram o assalariamento e o mercado capitalista da força de trabalho. Assim, para Emmi (1999, p. 109), “*o movimento de população fica fora do controle da oligarquia; formas de produção e relações sociais alheias às que tinham sido estabelecidas ao longo de meio século são implantadas*”.

O segundo processo, de mudanças na função e uso das terras, pode ser observado no aparecimento de novos componentes na distribuição dos castanhais, que além das famílias tradicionais, passaram a incluir desde empresas exportadoras

de Belém, como a CIB – Companhia Industrial do Brasil, até um banco, o Bamerindus. Além desses novos atores disputando os castanhais, a presença dos beneficiários da colonização dirigida, sejam camponeses, sejam fazendeiros e empresas agropecuárias, e os camponeses e pequenos e médios fazendeiros da colonização não-dirigida, mostram que o “*monopólio fundiário das oligarquias locais é quebrado*” (Emmi, 1999, p. 116).

Por fim, o terceiro processo indicado por Emmi (1999), refere-se ao deslocamento do centro de decisão das questões locais. A criação de várias instituições, civis e militares, que passam a disputar o poder local, além das empresas capitalistas, promove uma ‘abertura da região’ e quebra o poder das oligarquias. A passagem do município à área de segurança nacional e o combate à guerrilha do Araguaia, intensificaram esse processo.

Para Emmi (1999, p. 125), diferentemente de outros municípios da região, como Conceição do Araguaia em que os conflitos entre posseiros e capital industrial-financeiro foram predominantes, a existência de uma oligarquia castanheira em Marabá levou a que o principal conflito se desse com esse segmento. Apesar disso, a autora reforça que esses conflitos opõem:

[...] grupos de trabalhadores rurais recém-chegados à área ou de moradores antigos e grupos indígenas aos representantes da oligarquia da castanha e componentes da empresa capitalista que se expande na área: pecuaristas do Centro-Sul e grupos ligados ao capital financeiro (como o Bamerindus). Nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e no Norte do município de Conceição do Araguaia – área que corresponde ao atual município de Xinguara – eles se concentram em torno dos castanhais (p. 123)

Para Emmi (1999), esses conflitos pela terra mostram o enfraquecimento do poder dessa oligarquia castanheira que, no entanto, buscou uma rearticulação para se reposicionar no bloco no poder regional, mesmo que abrindo mão da posição hegemônica e recolocando-se em uma posição subordinada. Para a autora, três processos foram determinantes para uma reação da oligarquia: a decisão do INCRA favorável aos posseiros em uma disputa por ‘sobras de terras’<sup>10</sup> do castanhal Viraçãozinha, em 1976; a intenção do governo do estado, em 1977, de rever os

---

<sup>10</sup> Emmi (1999, p. 128) explica que as ‘sobras de terras’ eram áreas apropriadas pelos castanhais, mas que ultrapassavam o total constante em seu título de aforamento. Em que pese o decreto estadual nº 9203 de 15.07.75 ter permitido a inclusão desses excessos, desde que não ultrapassasse 50% da área aforada, em claro benefício à oligarquia castanheira, o INCRA vinha emitindo decisões favoráveis aos posseiros, reconhecendo o seu direito de posse, como no caso do Castanhal Viraçãozinha.

aforamentos e substituí-los por contratos de concessão; os conflitos entre ITERPA, órgão estadual de terras, e GETAT, órgão federal, sobre a questão dos aforamentos. Esse último ponto expressa uma forte tensão entre o governo estadual do Pará e o projeto da ditadura civil-militar de federalizar parte expressiva das terras da Amazônia, como parte de seus objetivos de 'integração nacional' sob o comando do capital monopolista já consolidado no sudeste do Brasil. No Pará, as terras federalizadas chegaram a 70% do total.

Para a autora, essa reação levou aos 'donos' dos castanhais a agirem como grupo, através do Sindicato Rural de Marabá (patronal) e da Associação dos Exportadores de Castanha, tanto no combate direto aos camponeses, como na disputa com o governo pela garantia dos seus interesses. No primeiro caso, chama a atenção a tentativa do Sindicato de organizar uma guarda rural nas áreas dos castanhais para reforçar as guardas particulares já existentes (Emmi, 1999, p. 136)<sup>11</sup>. No segundo caso, a autora indica tanto a produção de documentos de denúncia da situação e cobrança de providências, como o 'memorial' encaminhado ao Ministério da Justiça, em 1979, e reencaminhado em 1980, quanto a realização de eventos, como o I Simpósio da Castanha do Brasil, realizado em Belém em 1982, quando surgiu a proposta de "*delimitação do Polígono Castanheiro do Tocantins que passou a constituir o argumento norteador das pretensões da oligarquia e foi apresentado pelo Deputado Gerson Peres como Projeto de Lei n° 2036/83*" (p. 141, nota 13) como forma de impedir a desapropriação pelo GETAT dos castanhais em conflito.

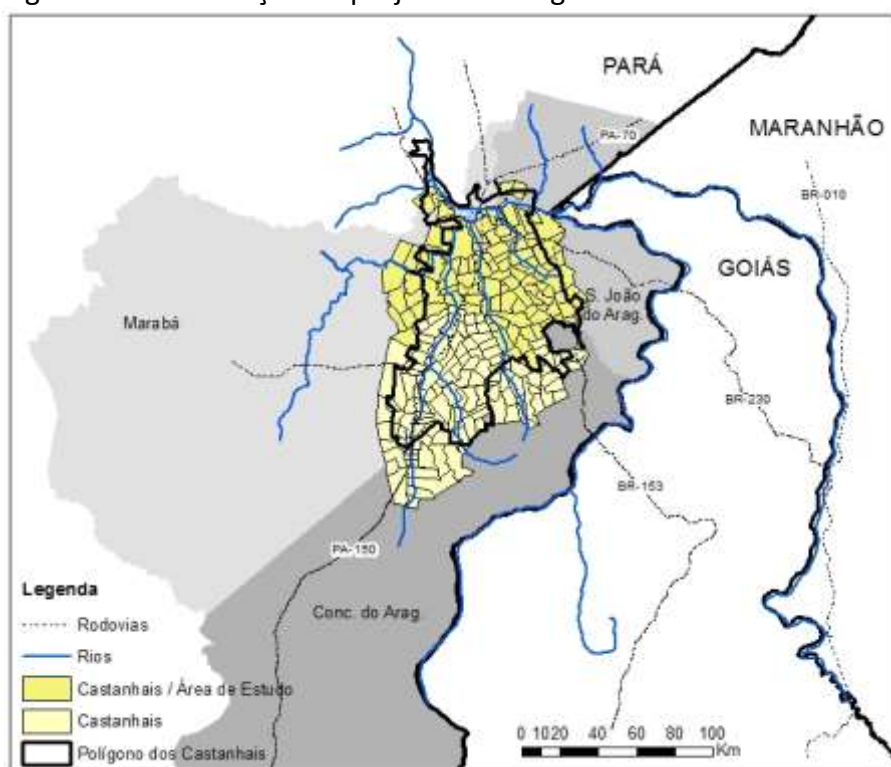
Aprofundando a análise sobre essas iniciativas, Emmi, Acevedo Marin e Bentes (1987), sugerem que os memoriais elaborados para sensibilizar o governo tinham também como objetivo construir uma unidade aparente do grupo, pois escamoteavam suas diferenças internas, enfatizando sua identidade em diferenciação de outros segmentos da produção rural patronal, por exemplo, pecuaristas, madeireiros, mas também em oposição aos castanheiros, posseiros e indígenas. Para além das formas de dominação tradicionais, a produção dos memoriais buscava um aperfeiçoamento do discurso e a construção de uma argumentação melhor desenvolvida, legitimada

---

<sup>11</sup> Emmi (1999, p. 136 – 137) faz referência a uma nota publicada pelo jornal O Estado do Pará, a partir de declarações do secretário do sindicato, João Anastácio de Queiroz Filho, e do deputado da Arena e dono de castanhal, Plínio Pinheiro Neto, intitulada "Armas contra os Posseiros". Nessa nota, conclamam pelo respeito às propriedades dos grupos tradicionais, diferenciando-as das áreas de ocupação recente, acuam a igreja católica, através da CPT, de insuflar e orientar os posseiros, cobram a intervenção do Estado e afirmam estarem dispostos a recorrer a contra-força para expulsar os invasores.

pela incorporação do discurso científico e técnico anunciado por aliados intelectuais, que buscava uma relação de poder não impositiva. Nesse quadro, a formulação do projeto do Polígono Castanheiro do Tocantins, fixado a partir de critérios bastante arbitrários, para as autoras expressa uma tentativa de transferir para o plano físico, geométrico, uma problemática essencialmente social e política, mas que traduzia uma tática de como lidar com o Estado, como identificar-se diante da sociedade civil e como afirmar uma posição diante das lutas pela terra.

Figura 3.2: Delimitação do projeto do 'Polígono dos Castanhais' elaborado em 1982.



Fonte: Adaptado de Barros (1992)

Obs. As divisões dos estados e municípios respeitaram a situação da época.

Nos primeiros memoriais, entre 1979 e 1980, em que aparece a ideia da delimitação de uma área de preservação da atividade castanheira, três argumentos são enfatizados, o que torna para Emmi, Acevedo Marin e Bentes (1987) o discurso bastante explícito sobre as intenções dos formuladores. Em primeiro lugar, expressam de forma enfática a necessidade de resposta às 'invasões' dos castanhais como garantia da posse por parte dos atuais donos. Em segundo, uma argumentação sobre a importância da preservação da floresta e do meio ambiente como forma de manutenção da atividade castanheira, com toda sua importância econômica e social

para a região e o Brasil. Em terceiro, criticam a ação do INCRA e sua política fundiária, por favorecer os 'invasores' e não reconhecer a infraestrutura dos castanhais como benfeitorias para efeitos de regularização fundiária, ao contrário das pastagens, o que vinha levando a uma aceleração do desmatamento. Frente a esses argumentos, as autoras analisam que toda a defesa da preservação florestal e defesa da economia da castanha estava vinculada a ideia de que só os 'donos dos castanhais', enquanto 'pioneiros e desbravadores' que sobreviveram ao desbravamento da região, teriam condições de preservar e manter a atividade extrativa da castanha. Sobre o I Simpósio da Castanha do Brasil realizado em Belém, no ano de 1982, as autoras identificam divergências entre os participantes sobre as prioridades para a política da castanha. Posições sobre a necessidade de estabelecimento de preço mínimo para a castanha eram defendidas pelos representantes do Acre, enquanto aqueles ligados à associação dos exportadores, que tinham monopólio da comercialização final e, portanto, do preço pago aos 'donos' de castanhais, eram contrários. Da mesma forma, a polêmica sobre incentivo aos cultivos de castanhais ou à produção extrativista dividiu os participantes. A aprovação do projeto do polígono dos castanhais nesse simpósio foi uma vitória política do grupo marabaense já que o projeto se concentrava em sua principal reivindicação: a garantia da manutenção das terras contra os 'invasores', inclusive transformando os títulos de aforamento em domínio pleno mediante resgate, como forma de manutenção do extrativismo da castanha e seus benefícios ambientais e econômicos. Esse projeto foi apresentado ao Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF) e ao congresso nacional como projeto de lei, entrando em tramitação a partir de 1983.

A partir de então, já na Nova República e com o GETAT subordinado ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que substituiu o MEAF no contexto da reativação da política nacional de reforma agrária, o debate sobre o projeto do polígono dos castanhais apresentou inúmeras divergências, inclusive no interior do Grupo de Trabalho sobre o Polígono dos Castanhais, criado pelo GETAT em 1986, que tinha a participação do INCRA, IBDF, Iterpa, IDESP, Associação dos Exportadores de Castanha do Pará e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá (STR). Segundo Emmi, Acevedo Marin e Bentes (1987), além da oposição entre os

representantes dos trabalhadores, interessados na desapropriação<sup>12</sup>, e os ‘donos dos castanhais’, surgiu uma divergência entre a Associação dos Exportadores de Castanha, articulada com as principais organizações patronais do estado do Pará (Federação da Agricultura, Federação do Comércio, Federação da Indústria e Associação Comercial) e o Sindicato Rural de Marabá. Para as autoras, essa divergência explica-se pela presença no sindicato patronal de ‘donos’ de pequenos e médios castanhais que haviam ficado fora da delimitação do polígono, cujo desenho havia beneficiado, sobretudo, os grandes castanhais das famílias exportadoras, além daqueles que manifestavam interesse na política de reforma agrária que estava sendo proposta, pois vislumbravam possibilidades de recebimento de indenização pela desapropriação das áreas em conflito e/ou possibilidades de resgate dos títulos de aforamento para titulação definitiva.

O desfecho da proposta do polígono dos castanhais se deu em um contexto de retomada do poder local, a partir da crise da ditadura militar, o que, no entanto, não deve ser visto como uma volta ao passado ou a retomada do poder oligárquico em Marabá. Costa (1992) identifica como fundamento da crise da aliança construída em torno do governo militar a própria frustração das promessas de desenvolvimento e da explicitação dos interesses da grande empresa ou o latifundiário de outras regiões, exemplificando através da distribuição dos incentivos fiscais da SUDAM: “*de uma amostra de 106 projetos no Pará, dos 48 que foram aprovados até 1975, apenas 01 tinha participação de paraense; dos 58 existentes em 1980 apenas 05 eram de titulares locais*” (p. 39). Em 1981, frente a esse quadro, diversos setores das elites locais, empresários urbanos, na indústria e no comércio, fazendeiros do Marajó, comerciantes e foreiros de Marabá, se organizaram em um movimento denominado ‘neo-cabano’ em que questionavam o poder central sobre medidas consideradas contrárias aos interesses regionais, por exemplo, a não construção de eclusas na hidrelétrica de Tucuruí que impedia a navegação no rio Tocantins, a alocação da sede do Programa Grande Carajás fora da região e a dificuldade de acesso aos incentivos fiscais (p. 40).

Nas eleições de 1982 houve uma ruptura interna no partido de apoio à ditadura, o PDS, em torno de dois militares: Jarbas Passarinho, fortemente identificado com o

---

<sup>12</sup> Segundo dados do MIRAD, citados por Emmi, Acevedo Marin e Bentes (1987, p. 19), na área pelo requisitada pelo polígono haviam 31 processos de desapropriação envolvendo 20 ‘donos de castanhais’, 40 castanhais, 2.000 posseiros e 150.521 ha de terras.



poder central e seu projeto regional modernizante, e Alacid Nunes, então governador, e bastante ligado às elites locais, ele mesmo fazendeiro do Marajó e empresário industrial e comercial (Costa, 1992, p. 41). A aliança de Alacid Nunes com Jader Barbalho, jovem político identificado com a luta contra a ditadura, levou a vitória do PMDB para governo do estado. Para Costa (1992), a necessidade do governo militar enfrentar a eleição contra o PMDB, que há tempos tinha maioria dos votos na capital, exigia uma renovação das alianças com as oligarquias rurais, o que justifica a formulação de mecanismos de atendimento direto aos prefeitos do interior pela SUDAM, bem como de distribuição de incentivos fiscais aos fazendeiros locais que, após 1980, passaram a predominar em áreas de ocupação mais antiga do estado e a privilegiar antigas oligarquias decadentes (p. 44).

No entanto, é interessante observar que, a partir dos dados de Costa (1992, p.45 e 46), de que no período entre 1980 a 1984, os beneficiários dos projetos da SUDAM passaram a ser predominantemente paraenses localizados nas microrregiões mais antigas, como na do Marajó, a região de Marabá continuou com muito baixo acesso, dada a prioridade da SUDAM à pecuária, o que explica os memoriais e projetos apresentados pelos exportadores de castanha nesse mesmo período. Quem solucionou esse impasse, a favor das elites marabaenses, foi o próprio Jader Barbalho, quando, ao término de seu mandato de governador do estado, assumiu, em 1987, o cargo de ministro da reforma e do desenvolvimento agrária, já na Nova República. Para Costa (1992, p. 49), com o ministro Jader Barbalho à frente do MIRAD,

[...] com Títulos da Dívida Agrária foram adquiridos 56 imóveis rurais, perfazendo um total de 205.303 ha, por um valor total de 2,2 bilhões de cruzeiros, no Polígono dos Castanhais, no Pará. A operação toda redundou em grande negócio para os foreiros de castanhais de Marabá – precisamente aquela oligarquia alijada pela política da ditadura, e, no que se refere a sua face rural, ainda não contemplada pela fase 'local dos incentivos fiscais' [...]. Os membros desse grupo foram duplamente favorecidos: porque venderam, para o Estado, terras que eram do próprio Estado (dos estabelecimentos adquiridos 53 eram aforados e apenas 3 titulados), e porque, além disso, obtiveram preço extremamente favoráveis considerando o preço de mercado daquelas terras.

Silva (1988) esclarece sobre os procedimentos adotados pelo MIRAD para pagamento da aquisição desses castanhais. O ponto de partida foi a aquisição do Castanhal Araras, em São João do Araguaia, a cerca de 30 km de Marabá, para assentamento de um grupo de posseiros que ocupavam parte da Reserva Indígena

Mãe Maria. Esta área, com um conflito entre os índios Gavião e os colonos que haviam sido assentados pelo GETAT em 1980, já se arrastava há anos, mas tornou-se preocupação pública por também passar a ser de interesse da Eletronorte, cujo linhão de Tucuruí a atravessaria, e a Companhia Vale do Rio Doce, que a necessitava para passagem da Estrada de Ferro Carajás. Frente a tantos interesses, o MIRAD priorizou a aquisição do Castanhal Araras para reassentamento dos posseiros, dando origem à política de assentamentos na região em 1987.

Dado o caráter de urgência que esse projeto assumiu, o MIRAD estabeleceu critérios de excepcionalidade para o estabelecimento do valor a ser pago pela aquisição do castanhal, diferentes dos procedimentos até então adotados pelo INCRA e, claramente, em benefício ao pretense 'proprietário'. Silva (1988) chama a atenção de que, apesar de estar expresso neste processo o caráter de excepcionalidade da forma de aquisição, esta passou a ser a regra que orientou todos os demais processos de aquisição no polígono dos castanhais, no que o autor classifica como 'a exceção que virou regra', atendendo aos interesses de foreiros e proprietários que estavam interessados em 'vender' suas áreas, muitas das quais nem lhes pertenciam juridicamente.

### **3.4 A luta pela terra e o processo de ocupação camponesa do Polígono dos Castanhais<sup>13</sup>**

Os conflitos agrários já tinham se intensificado na região, mas a área delimitada como Polígono dos Castanhais, embora nunca tenha sido aprovado em lei, tinha se mantido relativamente inalterada até início dos anos 80. Paulatinamente, no entanto, a luta pela terra também foi penetrando nesta área, levando a desestruturação dos grandes castanhais e a mudanças nas formas de apropriação e dominação da terra e, conseqüentemente, do espaço produzido. Neste item, serão apresentados esses processos de luta e de transformação na porção norte do polígono, o que corresponde a partes pertencentes aos atuais municípios de Marabá, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Bom Jesus do Tocantins, identificada na fig. 3.2 como 'área

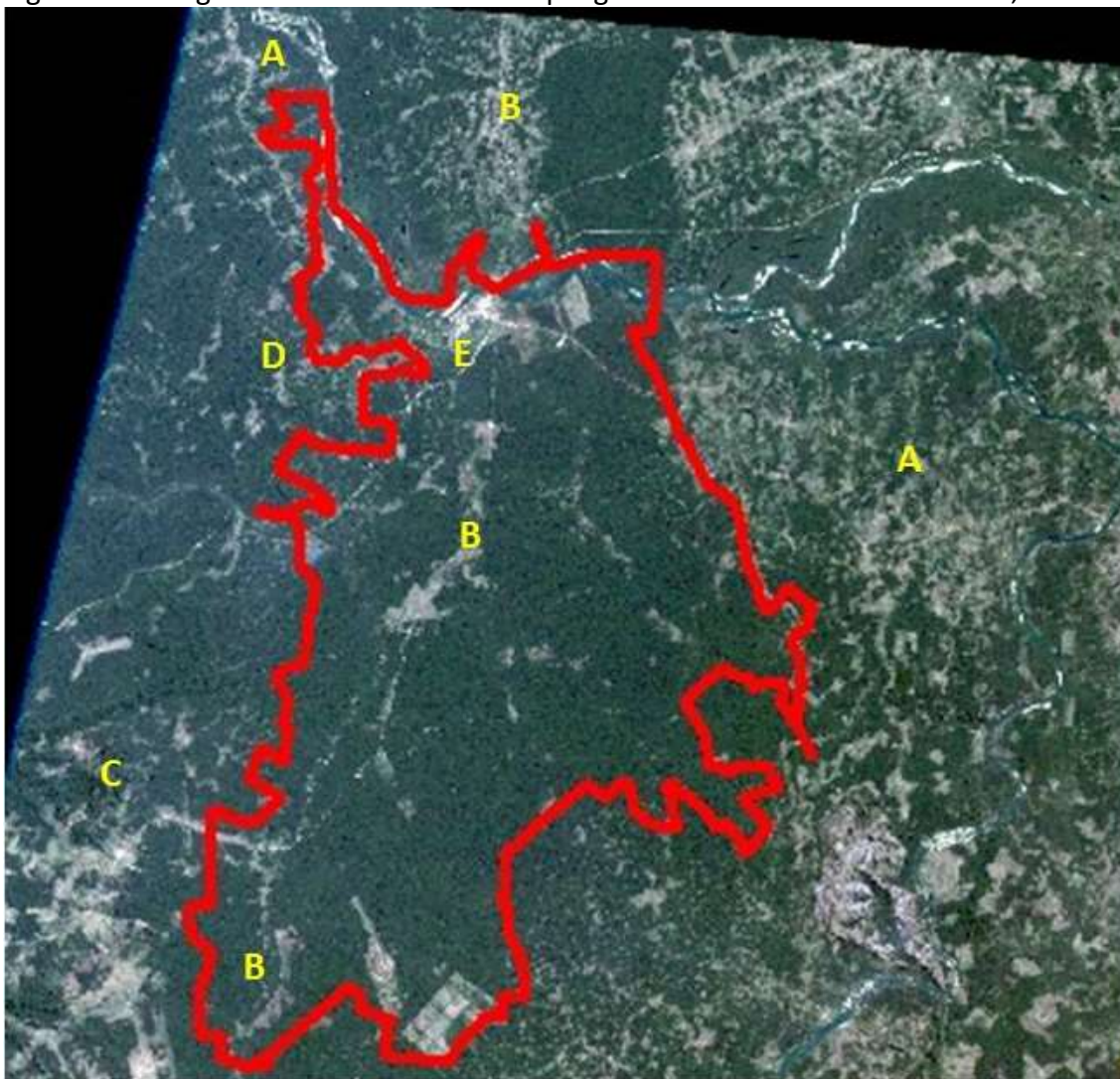
---

<sup>13</sup> A construção desse item foi baseada em fontes secundárias, identificadas ao longo do texto, e informações obtidas nas entrevistas com as seguintes pessoas: José Batista Gonçalves Afonso (advogado da CPT, em 12/07/2017), Emanuel Wambergue (ex-CPT, em 13/07/2017); Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP, em 19/07/2017) e Ghislaine da Penha Rodrigues (setor de cartografia do INCRA-SR 27, em 21/07/2017).

de estudo’.

A figura 3.3, projeta o desenho do projeto do Polígono dos Castanhais sobre uma imagem de satélite de 1984. Esta imagem fornece duas informações importantes sobre o polígono dos castanhais. Uma delas é a cobertura florestal pouco alterada em relação a maior parte das áreas vizinhas, o que reforça a leitura de que a estrutura fundiária e a forma de uso do solo ainda se mantinham relativamente inalteradas nesta área, sob a forma de castanhais. A outra informação refere-se justamente aos indicativos de existência de vetores de pressão pela transformação dessa área, identificados na figura pelas letras do alfabeto. Esses vetores vinham se formando desde os anos 1970 e, começaram a exercer uma pressão na área do polígono castanheiro, ao menos em suas bordas, no início dos anos 1980.

Figura 3.3: Imagem de satélite da área do polígono dos castanhais e arredores, em 1984.



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem landsat de 1984.

A letra A, indica o traçado da rodovia transamazônica, aberta no início dos anos 1970. Além do traçado principal, também é possível identificar as estradas vicinais, formando o desenho conhecido como ‘espinha-de-peixe’ que marcou o processo de colonização oficial da Amazônia ao longo das estradas. Nessas vicinais, cujo comprimento variava de 7 a 10 Km, eram distribuídos lotes de cerca de 100 ha disponibilizados aos colonos recém-chegados. Ao final de cada vicinal, delimitavam-se áreas maiores, de 300 a 500 ha, denominadas glebas, distribuídas para fazendeiros. É interessante observar que esse processo de colonização oficial não afetou a área do polígono dos castanhais, restringindo-se ao trecho Estreito – Marabá (parte leste da figura) e ao trecho Marabá – Itupiranga (parte oeste da figura), preservando a estrutura dos castanhais que foram atravessados por esta rodovia.

No trecho da rodovia transamazônica ao leste do polígono dos castanhais observa-se na imagem de satélite de 1984 um processo de desflorestamento bem mais acentuado do que no trecho oeste. Essa diferença reflete o sentido leste – oeste do processo de ocupação da região, com grupos de migrantes chegando a partir do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiros, a partir das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica. Além disso, sua dispersão por esta área foi facilitada pela construção de três estradas secundárias abertas pelo exército para o combate à Guerrilha do Araguaia que se instalou exatamente nesta região, as chamadas estradas operacionais ou OP 1, 2 e 3.

A letra B indica o traçado da rodovia estadual PA-150, que dava continuidade à PA-070 no trecho entre Marabá e o sul do Pará (em 2010, o trecho entre Marabá e Redenção foi federalizado e passou a ser denominado BR-155). Essa rodovia, que cruza perpendicularmente a transamazônica, foi aberta no início dos anos 1970, atravessando a área dos castanhais e constituindo-se em outro vetor de transformação. Na imagem de 1984, já é possível visualizar a formação de pastagens ao longo da rodovia, com desflorestamentos bem maiores do que as aberturas que predominavam nas ‘entradas’ dos castanhais ao longo dos rios que atravessam o polígono. No extremo sudeste do polígono já se pode observar uma grande área desflorestada pelo grupo Bamerindus que adquiriu castanhais para formação de pastagens e criação de gado.

A letra C indica a área onde se instalou a vila que deu origem ao atual município de Eldorado dos Carajás e é atravessada pela estrada aberta para fazer a ligação entre a PA-150 e a Serra dos Carajás, que desde o final dos anos 1970, vinha

recebendo investimentos para a instalação da mineração industrial nessa área. Essa estrada também serviu de rota aos garimpos daquela região, não apenas Serra Pelada, cuja exploração teve início em 1979, mas também vários outros na Serra do Sereno que intensificaram o fluxo de migrantes. Muitas pessoas que migraram para a região em busca de ouro eram camponeses e não se dedicavam apenas à atividade garimpeira, mas também a delimitação de posses para o desenvolvimento de agricultura. Com o crescimento do garimpo de Serra Pelada e a ampliação do fluxo migrante, a ocupação dessa área também se intensificou.

A letra D indica o traçado de uma estrada não oficial aberta ainda na década de 1970, conhecida como Estrada do Rio Preto ou ainda, na época, como rodovia do mogno. Essa estrada, cujo traçado segue relativamente em paralelo ao Rio Itacaiúnas, dava acesso, desde Marabá, a uma área de floresta rica em espécies florestais de grande valor econômico, sobretudo o mogno. Ao longo dos anos 1970, instalaram-se muitas serrarias em Marabá e essa estrada, muito precária, permitia o acesso de máquinas e equipamentos de extração madeireira, embora as toras fossem transportadas pelo próprio rio, na forma de balsas. Acompanhando esse processo, houve uma expansão de posseiros para essa área do rio Itacaiúnas.

A letra E, por fim, indica a instalação de infraestrutura minero-siderúrgica, como parte do Projeto Grande Carajás. Nessa infraestrutura estão inseridos o Distrito Industrial de Marabá, com siderúrgicas de produção de ferro-gusa, e a abertura da Estrada de Ferro Carajás, que já pode ser visualizada na imagem de satélite.

A partir dos primeiros anos da década de 1980, toda essa zona castanheira começou a sofrer vários processos de ocupação por posseiros, como consequência da continuidade da colonização ou ocupação dos seus arredores. Em especial, as áreas ocupadas eram nas bordas da zona castanheira, especialmente nas chamadas sobras de terras, ou seja, áreas que ultrapassavam o perímetro aforado e que tinham sido apropriadas ilegalmente pelas famílias oligárquicas. Muitas vezes, ex-trabalhadores dos castanhais, que conheciam essas sobras, participavam e orientavam essas ocupações. É nesse contexto que na primeira metade dos anos 1980 a oligarquia local não apenas construiu a proposta de delimitação do polígono castanheiro, como recrudescer a violência como forma de garantir a terra.

Esse enfrentamento às poderosas oligarquias castanheiras está diretamente associado ao fortalecimento político do campesinato regional, cuja maior expressão, nesse período, foi a vitória das oposições sindicais na conquista da direção dos

Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Assis (2007) analisa esse processo como resultante de um crescimento das lutas e organização dos trabalhadores em nível nacional, que deu origem ao *novo sindicalismo* marcado pelo I Conclat – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora em 1981 e pela criação da CUT em 1983, e em nível regional, pelos desdobramentos da formação e mobilização dos posseiros através de grupos informais de organização e cooperação – associações, mutirões, matulas, caixas agrícolas – e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) vinculadas à Igreja Católica e suas pastorais sociais e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Para Assis (2007) esse processo complexo de organização foi indicando a necessidade de as lutas autônomas disputarem as direções dos STRs, criados na região em meados da década de 1970 sob tutela da ditadura civil-militar e presos ao legalismo e assistencialismo. Para o autor, inspirados pela construção do novo sindicalismo brasileiro e pelo acirramento das lutas locais, no sudeste paraense houve uma retroalimentação entre a organização das oposições sindicais, que articulou vários conflitos agrários, politizando-os, e, por seu turno, a luta pela terra que contribuiu para a combatividade das oposições sindicais rurais, afastando-as do legalismo e do assistencialismo. As tensões nesse processo de luta sindical foram muitas, desde o uso do aparato físico e ideológico do Estado a favor dos dirigentes da situação e de ações que dificultavam o registro das chapas de oposição até ameaças e efetivação de violência contra os líderes da oposição, como no caso de Raimundo Ferreira Lima – o Gringo, que era uma das principais lideranças da oposição sindical na região e que iria concorrer ao STR de Conceição do Araguaia quando foi assassinado em 1980.

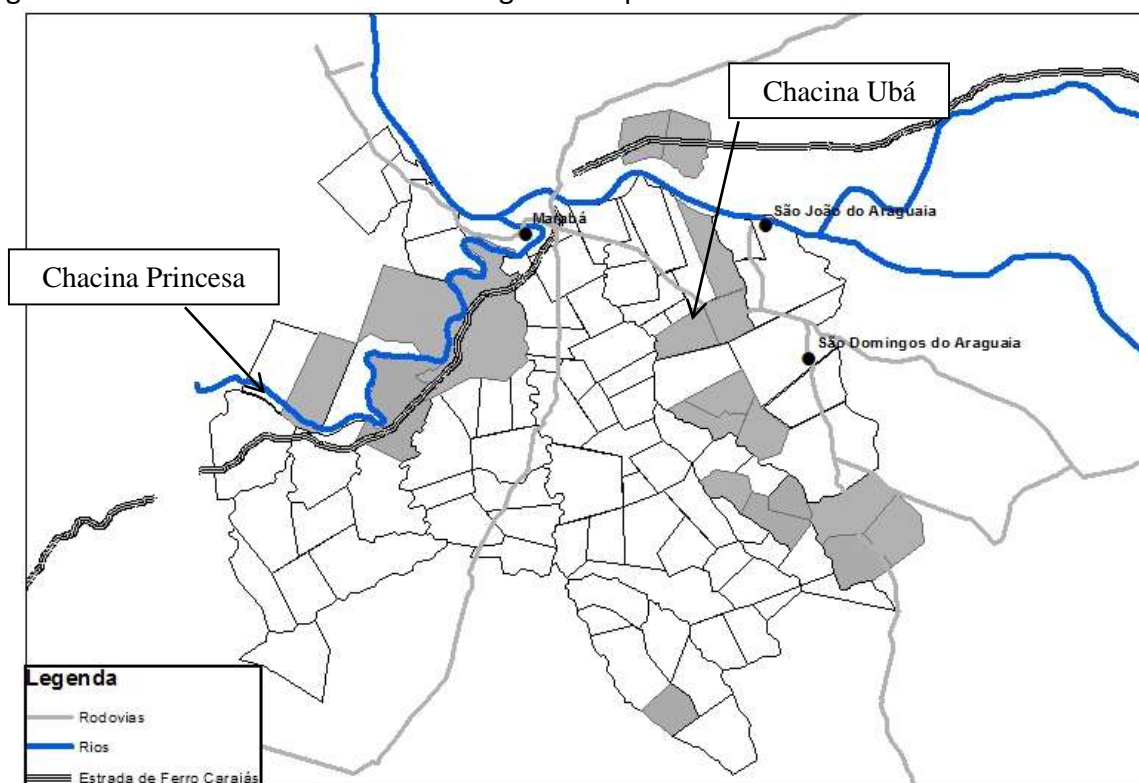
A oposição sindical em São João do Araguaia, que na época também incluía o atual município de São Domingos do Araguaia, apesar do crescimento do número de delegacias sindicais a seu favor, só conseguiu vencer as eleições para a direção em 1984. Em Marabá, dada sua importância regional, não havia STR, mas apenas uma delegacia sindical, pois muitas das mediações com os agricultores eram feitas diretamente pelos aparelhos do Estado. Nesse município, dessa forma, a luta se deu pela criação do próprio sindicato municipal, efetivado em 1980 com forte vinculação à luta pela terra no Castanhal Pau Seco, com mediações não apenas da Igreja Católica, mas com partidos e agremiações de esquerda. A disputa por este sindicato foi bastante acirrada, com o chamado sindicalismo combativo perdendo a direção em 1985, retomada apenas em 1994 (Assis, 2007).

Os anos de 1984 e 1985, não apenas para o sindicalismo de trabalhadores rurais, são emblemáticos nessa trajetória de conflito e luta pela terra. No contexto de fim da ditadura civil-militar, perspectivas democratizantes e, inclusive o lançamento o I Plano Nacional de Reforma Agrária, levaram tanto a uma motivação dos trabalhadores rurais em intensificar a luta pela terra, como a uma maior contra-ofensiva dos latifundiários detentores de terras. Além disso, especificamente na região de Marabá, sentiram-se efeitos do fechamento das comportas da Hidrelétrica de Tucuruí, com remoções de muitos agricultores, da inauguração da Estrada de Ferro Carajás e início das operações da mineração industrial e, como desdobramento desses projetos, a chegada de energia elétrica em Marabá, que possibilitou uma ampliação do número de serrarias. Todos esses processos incidiram na intensificação da luta pela terra.

Dois conflitos agrários, ambos ocorridos em 1985, dentre os muitos ocorridos na região, são ilustrativos da violência em torno da luta pela terra e das disputas na zona castanheira, sendo conhecidos como Chacina do Castanhal Ubá e Chacina da Fazenda Princesa. No caso do Castanhal Ubá, que era apropriado por José Edmundo Ortiz Virgulino, membro de uma das famílias da oligarquia castanheira, houve a ação de um grupo de pistoleiros que assassinou 08 posseiros como forma de acabar com sua ocupação. No caso do Castanhal/Fazenda Princesa, o conflito se deu entre Marlon Lopes Pidde, garimpeiro e agropecuarista, que havia se apropriado do Castanhal Princesa e o estava transformando em fazenda, expandido seus limites. O próprio fazendeiro, com apoio de pistoleiros, executou 05 pequenos agricultores que haviam sido assentados pelo GETAT, cujos lotes faziam divisas com suas terras (Pereira, 2013; Afonso, 2016).

Apesar da repercussão dessas chacinas, os conflitos não cessaram. A CPT – Norte II (1988) divulgou uma lista de conflitos envolvendo 68 propriedades e mais de 3 mil famílias entre os municípios de Marabá e São João do Araguaia, sendo 18 deles na área de estudo desta pesquisa. Desses conflitos, conforme fig. 3.4, a maior parte se concentrava nas extremidades leste e oeste da zona castanheira, correspondendo, respectivamente, às áreas de influência das Rodovias Transamazônica/OP-02 e do Rio Itacaiúnas/Estrada do Rio Preto.

Figura 3.4 – Castanhais com conflitos registrados pela CPT – Norte II em 1987.



Fonte: elaboração própria a partir da base de castanhais de Barros (1992) e informações de entrevistas e arquivo da CPT – Marabá.

Foi nesse contexto que, no ano de 1987 e 1988, o MIRAD promoveu as primeiras desapropriações de castanhais dentro da área reivindicada pelas famílias oligárquicas para o Polígono dos Castanhais. Inaugurou-se na região, dessa forma, a política de criação de assentamentos e um novo contexto na luta pela terra. Vale ressaltar que nem todas as áreas desapropriadas foram, de imediato, transformadas em assentamentos, em função da grande quantidade de castanhais obtidos de uma só vez, além das muitas irregularidades no processo, inclusive presença de muitos não clientes da reforma agrária nessas áreas – pequenos e médios fazendeiros, comerciantes da cidade. O INCRA não conseguiu, ou não pôde, criar os projetos de assentamento em todas elas, que passaram a ser foco de enfrentamento entre movimentos sociais e o órgão governamental. Por isso, a criação dos assentamentos não deve nem ser entendida como uma solução definitiva dos problemas agrários, tampouco a formação e comunidades homogêneas, como preconizam as normativas do programa de reforma agrária.



### 3.5 Luta pela terra e a política de assentamentos

Apesar das controvérsias, a aquisição do Castanhal Araras em 1987 inaugurou, na região, a política de criação de assentamentos que ganhou grande expressão ao longo da década seguinte, tornando-a uma das áreas com maior número de assentamentos do Brasil. No entanto, esta política de criação de assentamentos não foi uma exclusividade do sudeste paraense e, ao contrário, expressou uma nova configuração da questão agrária nacional a partir do fim da ditadura civil-militar e seu projeto de modernização conservadora. Para Medeiros (2010), o final da década de 1970 e início da de 1980 marca o começo de um novo ciclo de lutas no campo brasileiro, não apenas como desdobramento das alterações promovidas pela modernização conservadora, mas também em função de novas mediações nos conflitos, que levaram, no contexto da ‘redemocratização’ pós 1985, a que a bandeira da reforma agrária como expressão de luta pela terra retomasse uma centralidade.

Para a autora, nesse ciclo houve o surgimento de novos temas, novas lutas e categorias sociais que produziram novas identidades para além da categoria ‘trabalhador rural’ sedimentada pela ação sindical no período de resistência à ditadura. Assim, emergiram novas identidades como os sem-terra, os atingidos por barragens, os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, que criaram novas formas de luta, novos repertórios de ação coletiva e criaram novos fatos políticos forçando, inclusive, reinterpretações de leis. Nesse contexto, dentre inúmeras outras formas de luta, houve o crescimento das ocupações de terra como motor de desapropriações, “*pelos fatos políticos que criaram, pelo apoio que receberam de diversas entidades e pelas pressões que conseguiram exercer*” (Medeiros, 2010, p. 129).

A centralidade do tema da reforma agrária na transição da ditadura civil-militar para a democracia política, para Mendonça (2010, p. 53), só pode ser compreendida quando observada sua característica altamente negociada, em um contexto em que nenhuma das principais forças sociais foi capaz de impor seu projeto próprio e um novo bloco de poder ainda encontrava-se em desenho. Por isso, a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA pelo governo civil da Nova República foi marcado por um delicado compromisso entre as forças articuladas em torno da Aliança Democrática.

Para Mendonça (2010) o PNRA buscava resgatar a preocupação do Estatuto da Terra de “*neutralizar setores de grandes proprietários mediante a penalização da*

*propriedade especulativa, desapropriando o que seria redefinido como 'terras improdutivas'”* (p. 54). Para tanto, buscava explorar o potencial reformista do Estatuto da Terra, instituindo a desapropriação por interesse social como principal forma de obter recursos fundiários, podendo não apenas desapropriar terras que não cumprissem sua ‘função social’, como indenizá-las através de Títulos da Dívida Agrária com base no valor declarado para pagamento do Imposto Territorial Rural. Essas medidas, acrescidas da proposta de participação efetiva das entidades representativas dos trabalhadores no processo, revelavam tanto uma concepção de penalização dos proprietários fundiários, como possibilidades de transformações fundiárias mais amplas.

Esses elementos, agravados pelo fato do PNRA ter sido lançado no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado pela CONTAG, levou a reação imediata dos segmentos agrários patronais. Mendonça (2010) indica que as diversas entidades representativas dos ruralistas, em que pese sua rejeição comum ao PNRA através de acusações dele ferir o ‘direito à propriedade’ e conter inúmeros ‘erros técnicos’, continham inúmeras divergências entre si, expressando uma crise de representação política que deu espaço ao surgimento de uma nova entidade patronal, composta inicialmente de pecuaristas marginalizados do processo de modernização e dispostos a valorizar métodos truculentos de combate a reforma agrária: a União Democrática Ruralista – UDR. Para a autora, o ‘rolo compressor’ da UDR forçou um remanejamento das alianças no interior do patronato rural e a constituição da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. O fato é que a proposta inicial do PNRA “*seria de tal forma criticada e alterada que sua versão final pouco contemplava o projeto original*” (Mendonça, 2010, p. 59).

A descaracterização do potencial reformista do PNRA levou a sua substituição por uma política de criação de assentamentos rurais, especialmente em áreas de conflitos. Para Girardi e Fernandes (2008), a política de assentamentos deve ser caracterizada como uma reforma agrária conservadora, em função dos muitos casos em que a territorialização dos camponeses assentados não implicam em desterritorialização do latifúndio, ou seja, não implicam em reforma da estrutura fundiária. Analisando a criação de assentamentos no período entre 1988 e 2006, os autores indicam que o maior número de famílias assentadas se deu na Amazônia Legal, apesar de que a maior parte das famílias que participaram de ocupações de terra se deu em outras regiões, onde o latifúndio estava mais consolidado, o que

aproxima a política de assentamentos das políticas de colonização. Além disso, na Amazônia, predominaram o que os autores denominaram de assentamentos 'não reformadores', seja porque tiveram sua origem em reconhecimento de posse, terras públicas ou unidades de conservação ambiental, o que não implica em desapropriação de terras, seja porque ocorreram em situações em que houve a desapropriação, porém não houve ocupação de terras previamente, o que indicaria uma ausência de luta social e, conseqüentemente, uma tendência da implantação desses assentamentos atender mais a outras demandas do que as dos camponeses locais.

Corroborando com essa perspectiva, Delgado (2005, p. 77 – 78) afirma que a desapropriação, que deveria ser um instrumento de penalização dos latifundiários, foi desvirtuada mediante procedimentos financeiros e judiciais e, ao contrário, levou a uma excessiva valorização patrimonial desse segmento. O autor aponta que parte significativa dos assentamentos foi criada em períodos de redução do preço da terra, o que sinaliza que não confrontou os interesses dos latifundiários, e mesmo assim, o valor pago pela desapropriação em Títulos da Dívida Agrária, resgatáveis em até 20 anos, foram corrigidos a partir de taxas do mercado financeiro e não do mercado de terras, o que levou muitos TDAs a se valorizarem mais do que a própria terra, convertendo-se em um ativo altamente valorizável e de alta liquidez. Generalizou-se, dessa forma, a prática experimentada na região de Marabá no início da Nova República de supervalorização das terras dos castanhais, beneficiando economicamente os latifundiários desapropriados.

Apesar do reconhecimento dessas críticas, outros estudos indicam efeitos democratizantes da criação dos assentamentos. Neves (1997, p. 421) em um livro com o sugestivo título 'Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas', afirmava, no final dos anos 1990, que apesar da precariedade da política de reforma agrária com base na criação de assentamentos, estes se impõem como fato social e como conquista possível, legitimando novos espaços de poder e novas formas de luta, reorganizando modos de vida e restringindo as pressões de grandes proprietários. Estudos emblemáticos e de abrangência nacional realizados nos anos 1990, como o de Romeiro et al. (1994) publicado como 'Reforma Agrária: produção, emprego e renda' e de Leite et al. (2004) publicado como 'Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro' mostraram tanto a capacidade de geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos assentados, como a capacidade dos

assentamentos em dinamizarem o desenvolvimento de seu entorno.

Todo esse cenário teve desdobramentos significativos na Amazônia. Muitas das novas identidades políticas que emergiram no novo ciclo de lutas sociais apontado por Medeiros (2010) estavam localizadas nessa região, como os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, além de quilombolas e indígenas. Esses grupos sociais empreenderam lutas não apenas contra a expulsão de suas terras originais ou reconquista de áreas perdidas, mas apresentaram uma estreita vinculação entre conquista da terra e o direito a formas próprias de utilização do território, levando Gonçalves (2005) a denominá-las de lutas de r-existência, por se tratarem de movimentos que *“não só lutam para ‘resistir’ contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de ‘existência’, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar”* (p. 130).

Essas lutas que se desenvolveram na Amazônia e questionavam as formas, estimuladas pelo Estado desenvolvimentista, de dominação dos territórios e seus recursos ganharam legitimidade nacionalmente a partir de um processo que Acselrad (2010) denominou de ‘ambientalização’ das lutas sociais. Para o autor, a partir de meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, diferentes entidades ambientalistas, organizações sindicais e movimentos sociais estabeleceram um diálogo que fazia relação entre meio ambiente e justiça social, levando-os a *“incorporar a temática ambiental ao debate mais amplo de crítica e busca de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento”* (p. 105). Em que pese uma série de diferenciações entre as perspectivas ambientais que foram se constituindo a partir de então, com forte estímulo de organismos multilaterais, governos e empresas poluidoras para substituir um projeto contestatário por um de ‘modernização ecológica’ baseado no consenso, na adaptação tecnológica, nas soluções de mercado e no localismo, a ambientalização das lutas sociais manteve-se, desembocando já nos anos 2000 em uma perspectiva de justiça ambiental (Acselrad, 2010).

A partir dessa análise, várias das modalidades de assentamentos implantados na Amazônia, inclusive algumas das que Girardi e Fernandes (2008) chamam de ‘não reformadores’, pois implicam não em desapropriação de latifúndios, mas sim no reconhecimento de posses, terras e beneficiários das políticas de reforma agrária, tiveram importância política para a região tanto pela possibilidade de uma estabilização relativa na posse da terra para os grupos sociais envolvidos, como por, em alguns casos, avançar no reconhecimento de formas tradicionalmente utilizadas

de uso da terra não restrita à propriedade privada individual ou familiar que marca a perspectiva principal do INCRA, integrando o que ficou conhecido como uma 'virada territorial' na Amazônia.

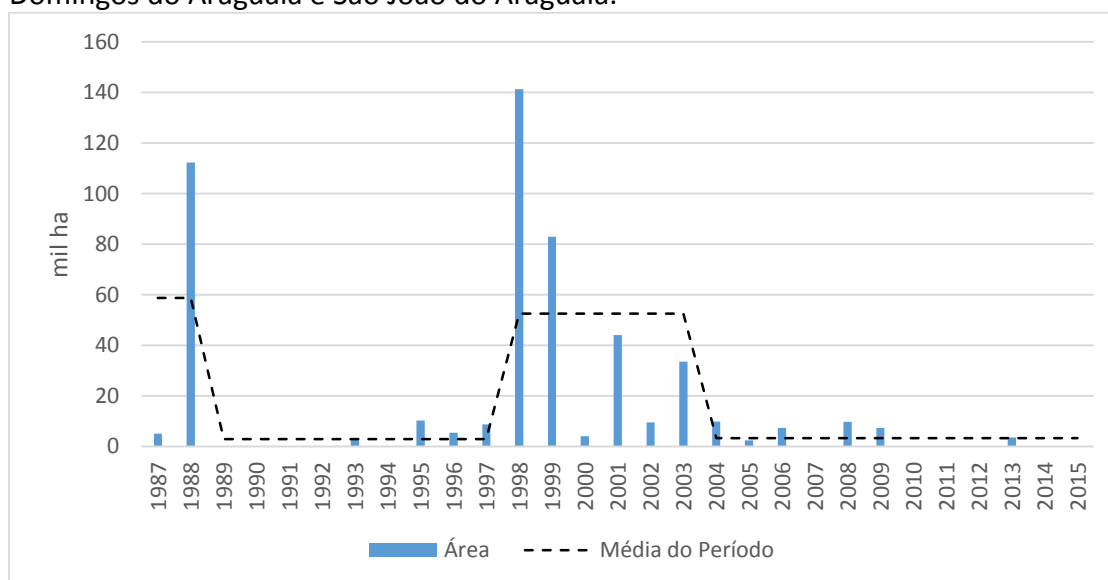
A região sudeste paraense foi um dos lugares na Amazônia em que foi criado grande número de assentamentos, especialmente os assentamentos classificados como reformadores, uma vez que foram resultantes de desapropriações de latifúndios, seja castanhais ainda pertencentes à oligarquia tradicional, seja fazendas pecuárias em que esses castanhais haviam sido transformados por velhos ou novos atores sociais regionais. Para Leite et al. (2004), apesar da política de reforma agrária ter assumido um caráter não-planejado, fragmentário e reativo aos conflitos sociais, o que tendeu a criação de assentamentos isolados, houve situações em que a intensidade das lutas sociais, a percepção social do sucesso desse caminho e seus efeitos estimulantes de novas mobilizações levaram à criação de um conjunto de assentamento próximos, constituindo 'manchas' de assentamento que expressavam uma certa territorialização da reforma agrária. Na área sob jurisdição da SR-27 do INCRA, no sul e sudeste paraense, constituiu-se uma dessas manchas com, até o final do ano de 2016, 517 projetos de assentamentos criados, ocupando uma área de 4,7 milhões de hectares e potencial de assentamento de 93,7 mil famílias (INCRA, 2017).

Recortando o processo de criação de assentamentos nos municípios onde se insere a área de estudo mais detalhada deste capítulo – Marabá, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia – foram criados até o final de 2016, um total de 103 projetos de assentamento, com área total de 503,8 mil hectares e capacidade para assentamento de 12.180 famílias. Conforme o gráfico 3.1, observa-se que o ritmo dessa criação não ocorreu de forma contínua, indicando diferentes períodos em que a correlação de forças esteve mais ou menos favoráveis aos camponeses.

Neste gráfico são indicados 04 períodos distintos. Um primeiro, entre 1987 e 1988, em que teve início o processo de criação de assentamentos a partir das desapropriações dos castanhais pelo MIRAD. O segundo período, entre 1989 e 1997, em que esse processo foi interrompido, com algumas poucas obtenções de áreas, muito timidamente, nos anos finais. Nesse período de paralização da reforma agrária, não apenas na região, foram se acumulando tensões e um acirramento da luta pela terra em todo o país, cujos ápices foram os massacres de Corumbiara – RO, em 1995, e de Eldorado de Carajás no sudeste paraense, em 1996, quando 19 camponeses

ligados ao MST foram assassinados pela polícia militar (Alentejano, 2006). A visibilidade nacional e internacional desses conflitos alterou a correlação de forças a favor da reforma agrária, inaugurando o terceiro período, entre 1998 e 2003, onde a maior parte dos assentamentos localizados na área de estudo foi criada. Nesse terceiro período, a reforma agrária mostra uma grande força inicial, que vai se reduzindo até o ano de 2003, quando, a partir de então, entra em declínio significativo, inaugurando o quarto período em que praticamente a obtenção de terra para assentamentos foi paralisada nessa área estudada.

Gráfico 3.1: Área obtida pelo INCRA para fins de reforma agrária, municípios de Marabá, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia.



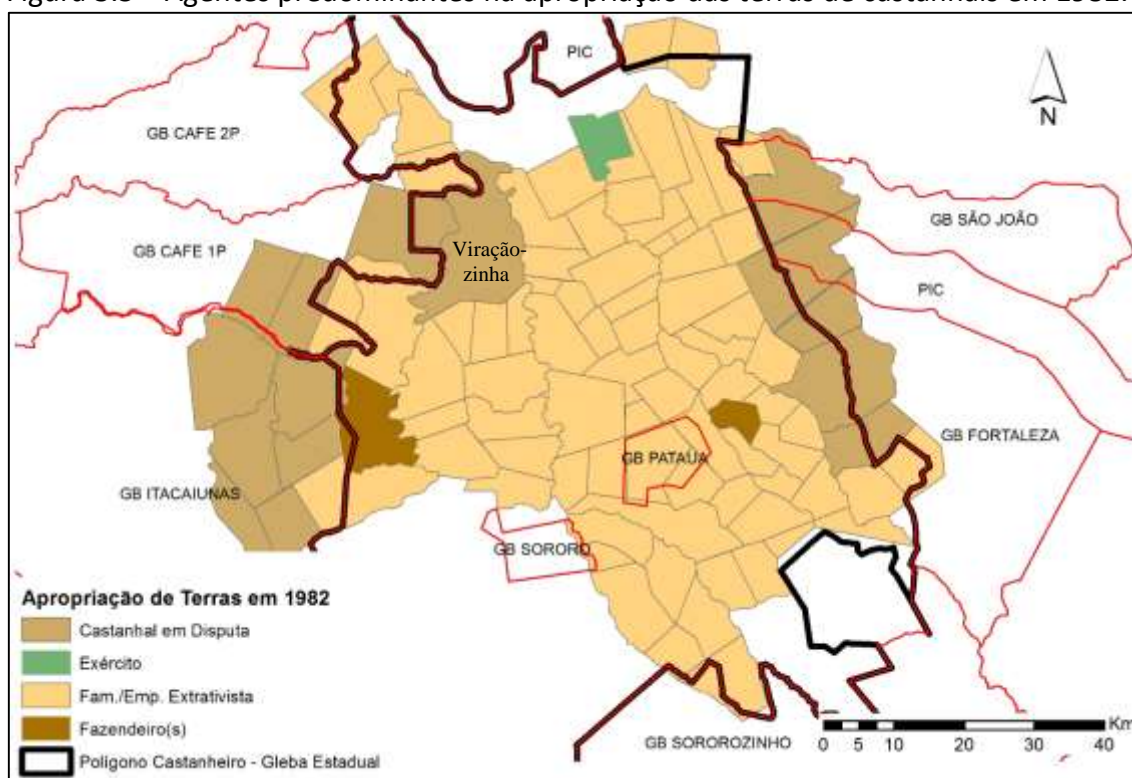
Fonte: INCRA, 2017.

Para se compreender a historicidade do processo, se faz necessário analisar com um pouco mais de detalhe as dinâmicas de luta pela terra e sua relação com a produção social do espaço agrário nesses períodos. Certamente, muitos dos feixes de força que explicam essas dinâmicas originam-se e inter-relacionam-se a outras escalas, conforme vem sendo indicado ao longo do capítulo. No entanto, essas forças também só podem ser plenamente efetivadas à medida que encontram certas condições estruturais e agentes em ação no local onde corre o fenômeno. Nessa perspectiva, serão apresentadas análises que buscam compreender essas dinâmicas locais e seus efeitos na transformação da apropriação de terras e estruturação espacial.

A fig. 3.5 retrata a situação da apropriação das terras na área de estudo, no

ano de 1982. O ponto principal é a indicação dos castanhais em disputa por camponeses e outros tipos de posseiros nas margens do que, nesse período se conformou como o projeto do polígono castanheiro. No entanto, observam-se nessa figura as delimitações das glebas federais e estaduais que, desde essa época, mostrou-se como foco de tensão entre os poderes públicos, pois com a não transformação do polígono castanheiro em lei, os limites exatos das jurisdições estaduais e federal nunca foram bem delimitados, especialmente no contexto de atuação do GETAT e da militarização da questão agrária nessa região. Parte desses castanhais que ficaram fora da delimitação do polígono estadual começaram a ter as posses discriminadas pelo GETAT. No entanto, alguns 'excessos' dos aforamentos dentro do próprio polígono também foram objetos de regularização da posse pelo GETAT e, posteriormente, pelo INCRA, como no caso do Castanhal Viraçãozinha e algumas áreas indicadas na figura como Gleba Sororó e Patauá.

Figura 3.5 – Agentes predominantes na apropriação das terras de castanhais em 1982.



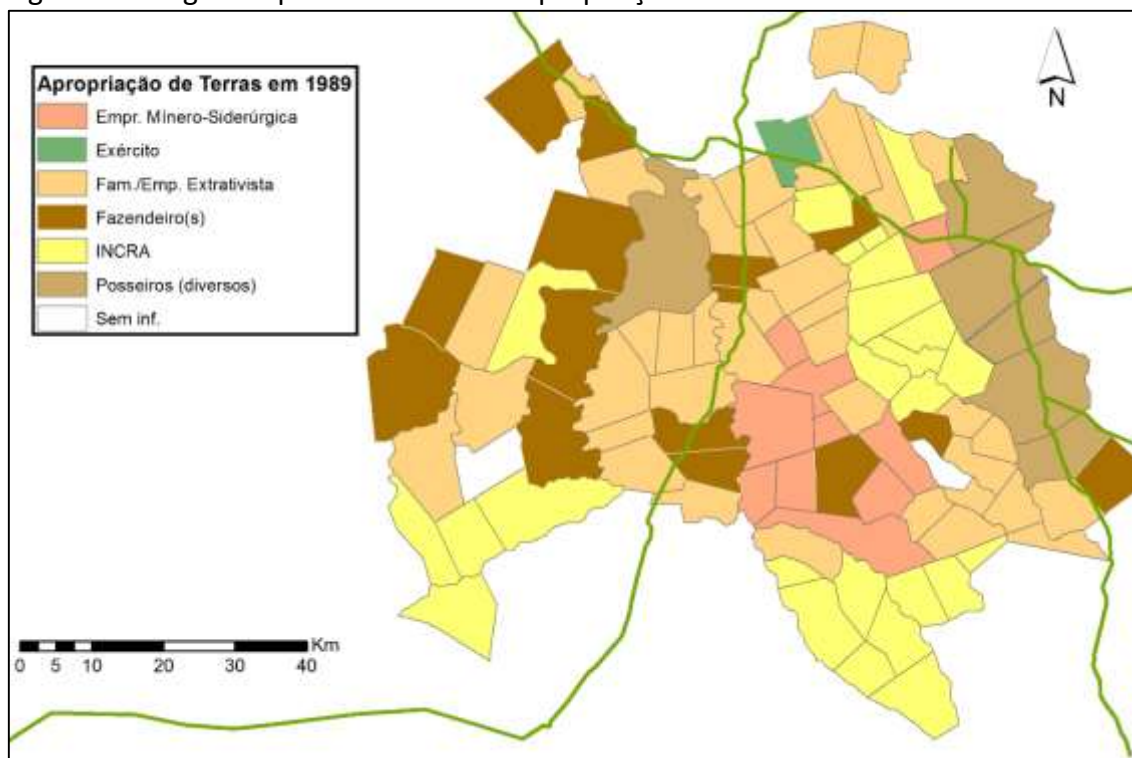
Fonte: Elaboração própria a partir de base de castanhais de Barros (1992) e dados de pesquisa cartorial e entrevistas.

Ressalta-se, no entanto, que esse processo de discriminação de terras pelo GETAT das glebas federais e dos excessos dos aforamentos de castanhais não significou a eliminação dos conflitos. A própria chacina do Castanhal Princesa se deu

pela tentativa do fazendeiro se apropriar de lotes que já estavam regularizados pelo GETAT a favor dos pequenos proprietários. Da mesma forma, na área do Castanhal Viraçãozinha, os conflitos persistiram por longo período, como no caso ocorrido entre cerca de 60 famílias de posseiros e Rubens Miranda, pretense proprietário da Fazenda Maringá que se formou nessa área, com registro no arquivo da CPT – Marabá de ameaças de morte do fazendeiro a posseiros, emboscada contra 02 pistoleiros que saíram feridos e despejos policiais entre 1990 e 1993.

A figura 3.6 mostra a situação da apropriação das terras dos castanhais em 1989, portanto após o primeiro processo de obtenção de terras pelo MIRAD. Comparando com a situação em 1982, além dessas áreas obtidas para fins de reforma agrária, observa-se que parte dos castanhais já começara a ser vendida para fazendeiros de outras regiões do país e também parte havia sido vendido para empresas de mineração e siderúrgicas.

Figura 3.6 – Agentes predominantes na apropriação das terras de castanhais em 1989.



Fonte: Elaboração própria a partir de base de castanhais de Barros (1992) e dados de pesquisa cartorial e entrevistas.

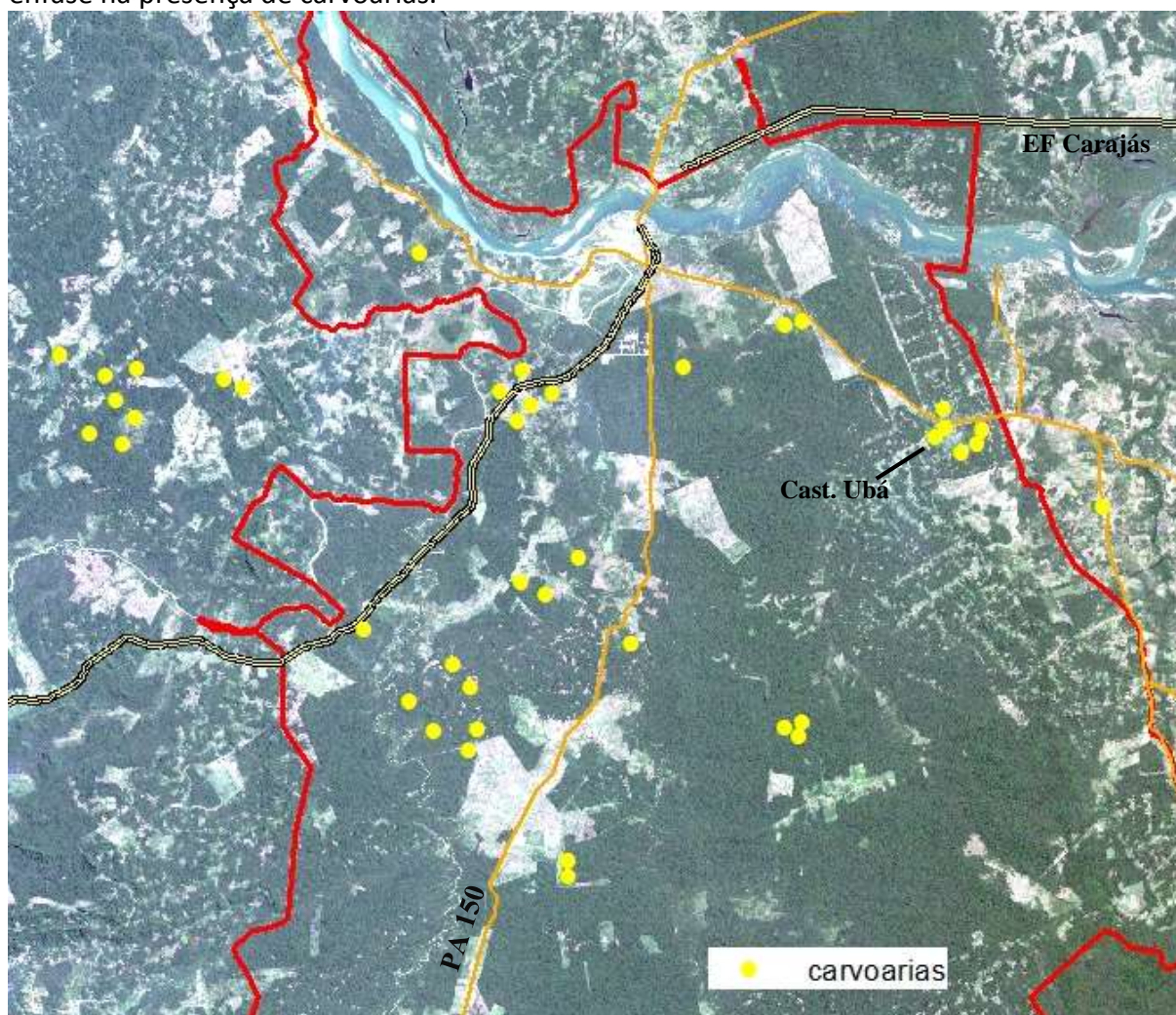
Apesar da maior parte dos castanhais ainda continuar sob posse formal das tradicionais famílias e/ou empresas extrativistas, isso não significa nem ausência de conflitos com posseiros, tampouco permanência da exclusividade da atividade



castanheira, pois muitas das famílias tradicionais, com acesso ao crédito e capitalizadas pela própria desapropriação da outra parte dos seus castanhais, intensificaram seus investimentos na formação de pastagens e criação de gado. Nesse processo, a defesa do projeto do polígono dos castanhais perdeu interesse e parte das próprias famílias oligárquicas passou a se intitular como fazendeiros.

A análise da imagem de satélite da área de estudo (fig. 3.7), datada de 1989, indica um crescimento das áreas de desmatamento no interior do polígono castanheiro (linha vermelha) e, conseqüentemente, a transformação dos grandes castanhais em áreas agropecuárias.

Figura 3.7: Imagem de satélite da área do polígono dos castanhais e arredores, em 1989, com ênfase na presença de carvoarias.



Fonte: Elaboração própria a partir de Monteiro (1996, fig. 08 e 10).

Esse desmatamento, no entanto, apresentava dois padrões distintos. Uma expansão dos pequenos desmatamentos que pontilham as margens do polígono é expressão da ocupação dessas zonas por pequenos e médios posseiros, assim como madeireiros. Outro padrão, com crescimento de significativas áreas contínuas de desmatamento na área central do polígono, ao longo da rodovia PA-150 e da sua ligação com a Estrada de Ferro Carajás, indicando a formação de grandes fazendas pelas próprias famílias extrativistas ou fazendeiros de outras regiões que adquiriram certos castanhais ou parte deles.

Em todo esse processo de transformação dos castanhais em unidades agropecuárias, seja por pequenos e médios posseiros ou colonos e assentados, seja nas derrubadas para formação de grandes fazendas, a presença de madeireiros foi significativa. Para Muchagata et al (1996), além dos recursos obtidos com a venda das madeiras, no caso dos pequenos posseiros essa venda significava a possibilidade de abertura de estradas e confecção de pontes, mesmo que muito precárias e provisórias, que viabilizavam formas de acesso mais rápido entre seus lotes e as estradas principais. Paralelamente, houve uma intensificação da presença de serrarias em Marabá e nas vilas que se formaram no seu entorno tendo o mogno como carro-chefe da expansão madeireira nesse período, aliado a outras espécies de alto valor econômico, como o cedro, cerejeira e amarelão<sup>14</sup>. Além desse extrativismo seletivo das espécies madeireiras de interesse comercial para serrarias, a instalação das siderúrgicas provocou outra forte pressão de desmatamento relacionada ao corte raso da floresta para fabricação de carvão vegetal. O processo de produção de ferro-gusa envolve a combustão de minério de ferro e carvão vegetal em altos fornos, o que implica no consumo elevado de carvão vegetal<sup>15</sup> que passou a ser amplamente produzido na região a partir de 1988, quando as duas primeiras siderúrgicas instaladas no Distrito Industrial de Marabá – Companhia Siderúrgica do

---

<sup>14</sup> Saha (1997) aponta a existência de 29 empresas madeireiras registradas em Marabá em 1984, que ainda incorporava a área do atual município de Eldorado dos Carajás, alcançando um total de 64, em 1992, a partir de dados oficiais, o que pode significar alguma subestimação. Veríssimo, Lima e Lentini (2002), em levantamento de 1998, registram apenas 22 empresas madeireiras, sendo 19 serrarias. A crise do setor em função da superexploração dos recursos levando a um deslocamento das serrarias para novas fronteiras fica evidente em levantamento de Michelotti (2005).

<sup>15</sup> Monteiro (1996) estima que para a produção de 1 ton de ferro-gusa, são necessários 1.600 kg de minério de ferro e 875 Kg de carvão vegetal. Para produzir essa quantidade de carvão, são necessários nas condições de produção do sudeste paraense, 2.600 Kg de lenha seca ou 600 m<sup>2</sup> de floresta. Nessa proporção, o desmatamento de 1 ha de floresta gera carvão para produção de 16 ton. de ferro-gusa. Apenas o primeiro alto-forno da COSIPAR, instalado em Marabá, tinha capacidade de produção de 50 mil ton/ano, o que exigiria 3 mil ha/ano.

Pará/COSIPAR e Siderúrgica Marabá/SIMARA – entraram em operação. Para Monteiro (1996), as possibilidades de produção de carvão vegetal com floresta nativa a muito baixo custo foi um fator preponderante de atração dessas empresas para se instalarem tanto em Marabá, como no Maranhão, que migraram, portanto, não apenas pela proximidade das fontes de minérios de ferro em Carajás, mas pelo esgotamento das fontes de lenha em Minas Gerais para produção de carvão, onde predominava a atividade. O acesso ao carvão vegetal barato, portanto, foi elemento central da organização dessa produção siderúrgica em Marabá.

Para Monteiro (1996), a estratégia da Cosipar, na fase de sua implantação, para construção de um mercado de carvão na região priorizou a transferência da produção para terceiros, fornecendo os tijolos para construção dos fornos, a garantia da compra e o transporte do produto. Nessa primeira fase, predominou a produção de carvão oriundo da formação de fazendas médias e grandes em que o fazendeiro construía os fornos e contratava um fornecedor de carvão, ou o próprio assumia diretamente essa produção, em um processo que envolvia empreitadas de derrubada da floresta, limpeza da área, produção de carvão e implantação de pastagens em diferentes arranjos e tipos de relações sociais de produção. Além desses, também havia fornecedores proprietários ou associados a serrarias da região, utilizando como matéria-prima os resíduos do beneficiamento das toras de madeira, e também caminhoneiros que compravam de diferentes produtores, inclusive de posseiros e pequenos agricultores. Todo esse processo não foi o único responsável, mas contribuiu no impulso da transformação dos castanhais em pastagens.

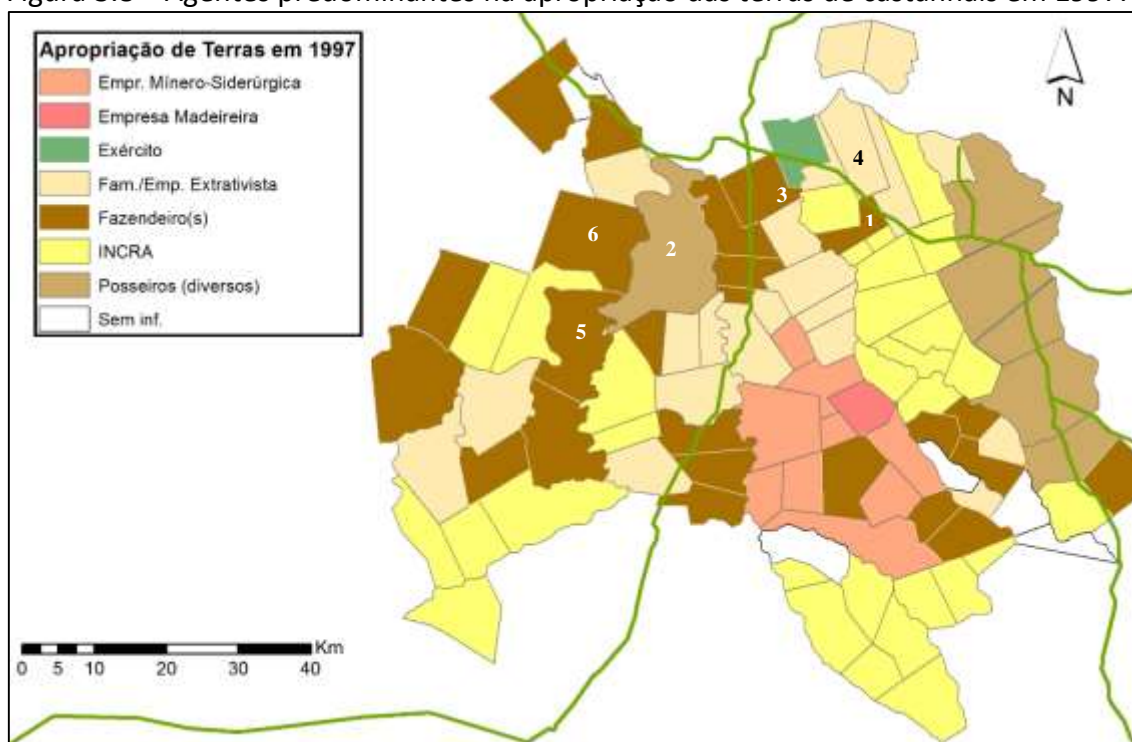
Esse processo de exploração madeireira para serrarias e carvoarias contribuiu para a criação de novos conflitos agrários na região em função da disputa pela terra e seus recursos. Um exemplo desses se deu no Castanhal Ubá, que foi vendido para a Cosipar após a chacina de 1985. Nesse período, os posseiros haviam saído da área, mas retomaram a ocupação em seguida e já se depararam com a Cosipar afirmando-se como proprietária, em busca de uma área para instalar projeto de extração florestal para produção de carvão. Nesse caso, os agricultores conseguiram ficar com a área, que posteriormente foi transformada em assentamento pelo INCRA, no entanto, inaugurou um processo de aquisição de castanhais por empresas siderúrgicas e mineradoras na região, como a própria Cosipar, a Simara e a Vale, conforme ilustra a figura 3.6 a respeito do processo de apropriação de terras no ano de 1989.

O período seguinte, entre 1989 e 1997, teve pouca alteração no processo de

desapropriação de terras pelo INCRA para criação de assentamentos, sendo que apenas 06 castanhais foram obtidos para fins de reforma agrária. A principal transformação visível na fig. 3.8, que retrata a situação da apropriação das terras da parte norte do polígono castanheiro, foi a ampliação da presença de fazendeiros de outras regiões do país que vinham adquirindo castanhais ou parte deles.

No entanto, a diminuição do ritmo de obtenção de terras para o campesinato, não expressa uma redução dos conflitos agrários e da luta pela terra nessa área. Além de vários castanhais que já estavam ocupados por posseiros e que não haviam sido regularizados no período anterior, novas ocupações ocorreram. Os cadernos de conflitos agrários da CPT, entre 1989 e 1997, registram pelo menos 6 ocupações de terras nessa área de estudo, cuja numeração na fig. 3.8 corresponde aos seguintes castanhais/fazendas: (1) Pimenteira/Ponta de Pedras, (2) Viraçãozinha, (3) Taboquinha/Balões, (4) Pastoriza, (5) Arapari e (6) Itacaiúnas.

Figura 3.8 – Agentes predominantes na apropriação das terras de castanhais em 1997.



Fonte: Elaboração própria a partir de base de castanhais de Barros (1992) e dados de pesquisa cartorial e entrevistas.

Os conflitos nos castanhais (1) Pimenteira/Ponta de Pedras e (6) Itacaiúnas, registrado nos arquivos da CPT – Marabá, ilustram os conflitos que extrapolam a posse da terra e envolvem o conjunto dos recursos naturais que a terra comporta. O

castanhal Itacaiúnas era uma área em que já estava sendo colonizada por pequenos posseiros, que entraram em conflito com a família Zucatelli, dona da madeireira Madecil em Marabá, que havia adquirido o castanhal para exploração florestal e formação de pastagens. O castanhal Pimenteira/Ponta de Pedras foi adquirido pelo fazendeiro Paulo Mariano Calais, oriundo da Bahia, que instalou uma estrutura de produção de carvão nesta área. Em ambos os casos houve muita tensão e conflitos, com desocupações e reocupações das áreas, inclusive com 05 mortes de posseiros no castanhal Pimenteira/Ponta de Pedras. Também houve conflitos com morte de posseiros na Fazenda Pastoriza (4), antigos castanhais Caetetu e Genipapu.

Nesse período também houve uma mudança importante na luta pela terra com a chegada do MST no sudeste paraense. Afonso (2016) relata que o MST começou a organizar-se no sul do Pará, município de Conceição do Araguaia, a partir de meados da década de 1980, mudando a sua direção para Marabá no início da década de 1990. Apresentando uma nova metodologia de luta pela terra, com convocação massiva de trabalhadores para ocupações e formação de acampamentos em áreas de grande visibilidade, próximas às estradas e às cidades, o MST buscava deslocar a disputa exclusivamente entre posseiros e fazendeiros, criando envolvimento político da sociedade local e nacional, a partir dos meios de comunicação, e, dessa forma, pressionar o Estado pela reforma agrária. Dessa forma, mesmo continuando uma série de ocupações não ligadas ao MST, esse movimento conseguiu dar grande visibilidade à luta pela terra na região a partir desse período.

As estratégias de organização do MST não apenas atraíram atenção à luta pela terra em si, mas também ao próprio movimento que passou a ser monitorado pelos fazendeiros locais e pelo aparato repressivo instalado no município desde a Guerrilha do Araguaia. Esse processo explica, para Afonso (2016), porque a primeira ocupação de terra planejada pelo MST em Marabá, no ano de 1991, foi frustrada com a prisão de suas principais lideranças um dia antes da data marcada para a ocupação do castanhal Pimenteira/Ponta de Pedras. Essa repressão atrasou a fixação do MST em Marabá e contribuiu para sua decisão de se deslocar para Parauapebas/Curionópolis/Eldorado do Carajás, onde começou a atuar na região com as ocupações das fazendas Rio Branco (1992), Cinturão Verde (1994) e Complexo Macaxeira (1996), massificando a luta pela terra a partir da grande quantidade de migrantes que vinham se deslocando para esses municípios atraídos pelos grandes projetos minerais, além do contingente de pessoas desmobilizadas com o fechamento

do garimpo de Serra Pelada.

Além das ocupações e acampamentos nas fazendas, o MST promovia intensa mobilização através de marchas e ocupações do INCRA, pressionando às desapropriações e criação dos assentamentos, já tendo conquistado o PA Rio Branco (1993) e PA Palmares II (1996). Numa das marchas pressionando a desapropriação do Complexo de Fazendas Macaxeira, em 17 de abril de 1996, a polícia militar executou 19 sem-terras, na chamada ‘curva do S’, na PA-150, próxima à sede do município de Eldorado dos Carajás. Para Pereira e Alentejano (2014), esse massacre e sua repercussão nacional e internacional, enquanto expressão do crescimento da violência no campo, a intensificação das ocupações de terras em todo o país e a adesão de vários setores populares à marcha nacional do MST por ‘Reforma Agrária, Emprego e Justiça’ que chegou a Brasília no dia 17 de abril de 1997 e finalizou com um ato com 100 mil pessoas, significou importante manifestação de rechaço ao governo e aos efeitos de sua política neoliberal, pressionando-o por mudanças. Nesse contexto, em todo o Brasil, incluído o sudeste paraense, houve uma retomada das desapropriações para criação de assentamentos.

O impulso às diferentes formas e estratégias de visibilização e politização da luta pela conquista da terra e da reforma agrária, no entanto, não pode ser visto como a única expressão da organização social camponesa na região. Assis (2007) analisa com profundidade as transformações na organização sindical e política desse período, apontando que se houve certa imobilização e perda de referência dos STR como única e principal força organizadora da luta camponesa, reflexo tanto da rigidez de seus métodos de ação local, muito presos à luta posseira dos anos 1970 e 1980, como de crises no sindicalismo nacional em seu conjunto, também houve capacidade de rearticulação. A criação do Centro Agroambiental do Tocantins – CAT que articulava os STRs de Marabá, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Itupiranga e Jacundá através da Fundação Agrária Tocantins-Araguaia – FATA e os colocava em intensa parceria com as instituições acadêmicas com atuação na região, articuladas através do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins – LASAT ligado à Universidade Federal do Pará – UFPA, tanto fortaleceu a ampliação da organização política do campesinato rompendo certo isolamento dos STRs na escala municipal, como levantou novas questões: o que fazer com a terra conquistada e como avançar na construção de um projeto político econômico camponês?

Foi nesse contexto que os STRs do sudeste paraense participaram da disputa

política pela retomada da direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI / Pará que ainda era dirigida fora do âmbito do sindicalismo cutista, assim como da construção da própria CUT e do PT no estado. Em que pese as contradições geradas por esse processo, como aponta Assis (2007), também foram processos que contribuíram substancialmente para que o campesinato se colocasse como ator político regional, com capacidade de organização múltipla, não apenas através do STRs e MST, mas também de outros movimentos sociais, com menor expressão na região, mas conectados nacional/regionalmente, como o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, além de uma série de associações locais que, em parte, viria constituir uma Central de Associações regional ligada à Federação das Associações do Pará – FECAP e que posteriormente foi a principal base de criação da FETRAF - PA.

Olhando como dois ângulos complementares, a emergência do campesinato com ator político regional em disputa por projetos de desenvolvimento político-econômico, e a visibilização e politização da luta pela apropriação da terra, aprofundou uma disputa territorial que tensionou as relações de poder locais. Em que pese a reação das classes dominantes locais, tanto através do assassinato seletivo de lideranças sindicais, como da reação violenta às ocupações de terras, cuja maior expressão é o Massacre de Eldorado dos Carajás, o crescimento das luta camponesa evidenciava uma fragilidade na construção de um projeto hegemônico regional que organizasse os interesses dominantes. Em plena fase de transição de uma estratégia nacional de acumulação industrial para uma rentista-agroindustrial, com a emergência das frações bancárias-financeiras como hegemônicas, o papel da agropecuária extensiva e de baixa produtividade, como a que vinha crescendo na Amazônia, ainda não estava claro, levando a uma desorganização política dos grandes fazendeiros e uma queda no preço da terra que facilitou uma nova leva de desapropriações e conquistas do campesinato que, na área de estudo, teve início em 1998.

Além das alterações nas correlações de força entre os segmentos diretamente envolvidos na luta pela terra, uma série de mudanças institucionais e político-ideológicas foram chaves na configuração desse novo período. Nacionalmente, Pereira e Alentejano (2014) indicam que após o desmonte e paralização das estruturas voltadas à reforma agrária pelo governo Collor (1990 e 1992), houve certa possibilidade de diálogo e implementação tímida nessa direção com o governo Itamar (1993 – 1994), inclusive com a aprovação da Lei Agrária de 1993 que trazia

regulamentação à constituição de 1988. Foi a partir da metade do governo FHC I, entre 1996 e 1997, que pressionado pela ampla opinião pública a favor da reforma agrária, o governo tomou medidas contraditórias como a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF, ao qual o INCRA foi subordinado, propondo criar processos que agilisassem a desapropriação de terras e a criação de assentamentos, ao mesmo tempo em que procurou dificultar que as ocupações de terra seguissem como principal forma de luta. Regionalmente, essas transformações desdobraram-se na criação da Superintendência Regional nº 27 do INCRA, com sede em Marabá, visando agilizar o processo de criação de assentamento na região que, até então, era centralizado na capital do estado – Belém.

Nacionalmente, houve uma retomada do debate político e acadêmico sobre a questão agrária nos anos 1990, tanto pela repolitização do conceito de camponês, assumida pelo MST, como pela emergência e visibilidade do conceito de agricultura familiar, inspirado no caso europeu (Pereira e Alentejano, 2014). Muitas das ações governamentais voltadas à questão agrária inspiraram-se nesse debate, levando a institucionalização de um Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF, com desdobramento em várias políticas de crédito, apoio produtivo e assistência técnica, financiamento da infraestrutura dos projetos de assentamento e de políticas de melhoria das condições de vida dos assentados, como educação do campo. A criação e implementação dessas políticas deve ser vista como parte das contradições mais gerais da questão agrária nacional, constituindo-se como oportunidades de avanço nas conquistas de demandas camponesas, ao mesmo tempo, em que se configuraram como tentativa do governo federal subordinar a reforma agrária ao projeto neoliberal em curso, em que, seguindo preceitos do Banco Mundial, a reforma agrária se dividia entre uma ação assistencial de combate à pobreza rural e uma vinculação aos interesses de mercado no campo.

Nesse cenário, Assis (2007) analisa as transformações na luta pela terra na região sudeste paraense, afirmando que houve uma ampliação do *repertório de ações coletivas*. Além das novas formas de mobilização introduzidas pelo MST, o movimento sindical também estava em processo de renovação e articulação, especialmente a partir da criação das Fetagri Regionais, em 1996, e das mobilizações por crédito, assistência técnica, educação e previdência nos Gritos do Campo / Gritos da Amazônia / Gritos da Terra. Nesse contexto teve início uma maior aproximação entre Fetagri Regional Sudeste do Pará e MST realizando ações conjuntas e buscando



superar certas divergências, que contaram com apoio de entidades de mediação como a CPT, CEPASP, FASE, SDDH, LASAT.

A criação da SR-27 do INCRA em Marabá apontava novas possibilidades de pressão para as organizações em luta pela terra, no entanto inseria-se na relação contraditória das novas políticas do governo FHC. Assis (2007) relata que o ano de 1997 foi marcado pela tentativa da 1ª gestão da superintendência regional imprimir uma gestão da criação de assentamentos que alijasse os movimentos sociais de qualquer protagonismo, imprimindo um discurso ‘técnico’ da reforma agrária através da imprensa local que minimizava a existência de demanda efetiva por distribuição de terra, reduzia a demanda por assentamentos a um número relativamente pequenos de famílias, deslegitimava os movimentos sociais e priorizava cumprir metas quantitativas apenas regularizando áreas já ocupadas há anos por posseiros, sem novas desapropriações. Frente a esse novo enfrentamento, houve intensa preparação de uma ação massiva e conjunta entre Fetagri e MST de mobilização contra o INCRA Regional, tanto em termos de articulação política, como em termos de diagnóstico dos conflitos agrários regionais e das demandas das bases.

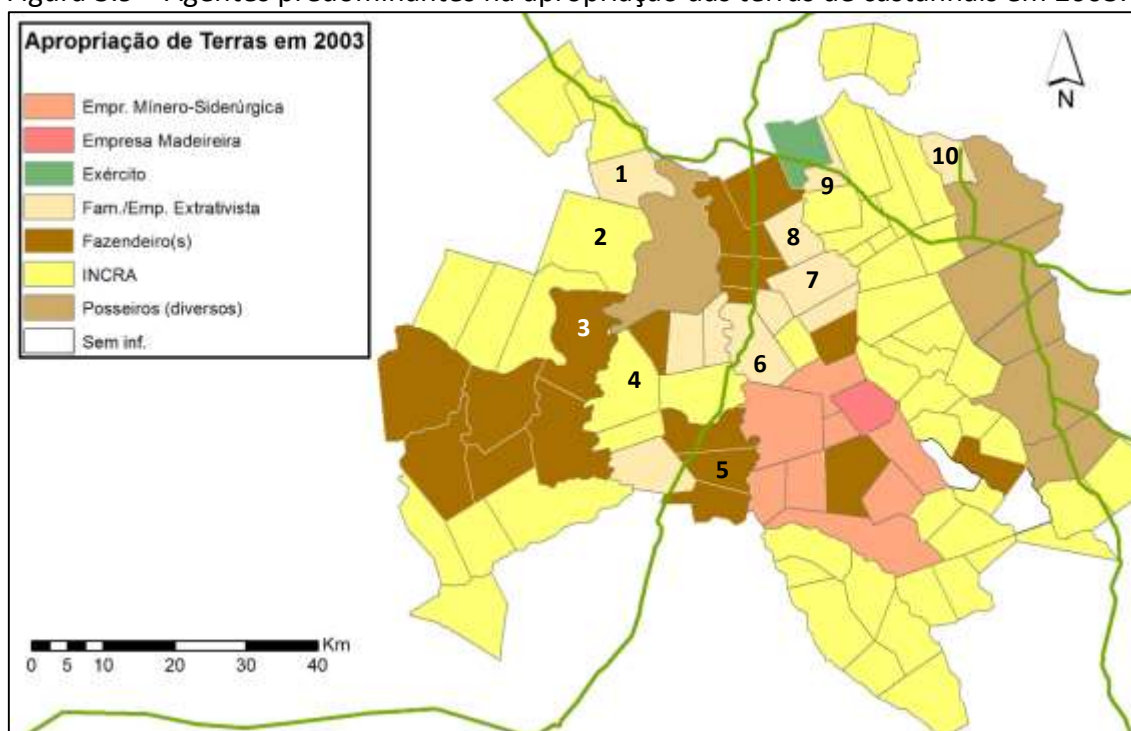
Em novembro de 1997, deu-se o primeiro ‘Grande Acampamento’ que mobilizou cerca de 10 mil pessoas em frente ao INCRA em Marabá, durante 19 dias, mobilizando ampla rede de apoio e solidariedade, não apenas local, mas nacionalmente. As dificuldades iniciais na negociação levaram a uma maior radicalização do acampamento que chegou a fechar o INCRA e manter alguns funcionários por 14 horas no seu interior, o que levou a ameaça de intervenção policial e futuros processos judiciais contra lideranças. Para Assis (2007), esse grande acampamento, que se repetiu anualmente até 2001, teve muita importância na construção do novo repertório de lutas na região e no fortalecimento da identidade dos camponeses. Do ponto de vista político, significou um enfrentamento com o governo federal e com as elites regionais, sobretudo, em torno da manutenção ou transferência do 1º superintendente regional. O superintendente era homem de confiança do Ministro dos Assuntos Fundiários e havia construído vínculos fortes com as elites regionais, trabalhando na perspectiva do governo federal de municipalização da reforma agrária, o que deslocaria o poder político e econômico dessas ações para as prefeituras. A disputa teve desfecho favorável aos interesses dos acampados que, além de avançarem na negociação de uma ampla pauta de reivindicações, obtiveram a transferência do superintendente regional que foi substituído por um funcionário de

carreira.

Esse novo momento da luta política camponesa, seja nacionalmente, seja regionalmente, explica a grande quantidade de áreas obtidas nesse período e a criação de vários assentamentos. Em que pesem essas vitórias alcançadas, várias ações do governo federal, especialmente durante o segundo mandato de FHC, buscaram criminalizar os movimentos sociais, especialmente o MST, e criar mecanismos de esvaziamento político da reforma agrária. Chama atenção tanto a tentativa de desmobilização dos movimentos sociais, com a MP nº 2027-38 de 2000 que impede a vistoria de fazendas ocupadas, como a proposta de implantar uma reforma agrária de mercado, através do Banco da Terra. Por sua parte, as organizações camponesas continuaram sua trajetória de mobilização, ocupações – agora em beira de estradas e apenas em pequenas partes dos imóveis – e demais ações políticas buscando a criação de novos assentamentos e consolidações dos mesmos através do acesso a recursos oriundos das políticas públicas.

Essas várias ações fortaleceram o processo de ocupações de terras, conforme pode ser visualizado na fig. 3.9, a partir dos dados registrados nos cadernos de conflitos do campo da CPT.

Figura 3.9 – Agentes predominantes na apropriação das terras de castanhais em 2003.



Fonte: Elaboração própria a partir de base de castanhais de Barros (1992) e dados de pesquisa cartorial e entrevistas.

Nessa área de estudo, entre 1998 e 2003, ocorreram ocupações em áreas ainda mantidas como castanhais ou já transformadas em fazendas correspondentes aos seguintes castanhais (seguindo numeração da figura): (1) Tibiriça, (2) Itacaiúnas, (3) Arapari, (4) Lajedo, (5) Barreira Branca, (6) Cabaceiras, (7) Mutamba, (8) Balões, (9) Landi, (10) Prata e (11) Pardinho/Sta. Lúcia. Alguns dessas áreas passaram por processos de desapropriação e conversão em assentamentos ainda nesse período, enquanto outras ocupações foram desmobilizadas ou mantidas em disputa por longo tempo.

A imagem de satélite do ano de 2003 que aparece na fig. 3.10 mostra que essa dinâmica de luta pela apropriação da terra ao longo da década de 1990, levou a um significativo desflorestamento dessa área.

Figura 3.10: Imagem de satélite da área do polígono dos castanhais e arredores, em 2003.



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem landsat.

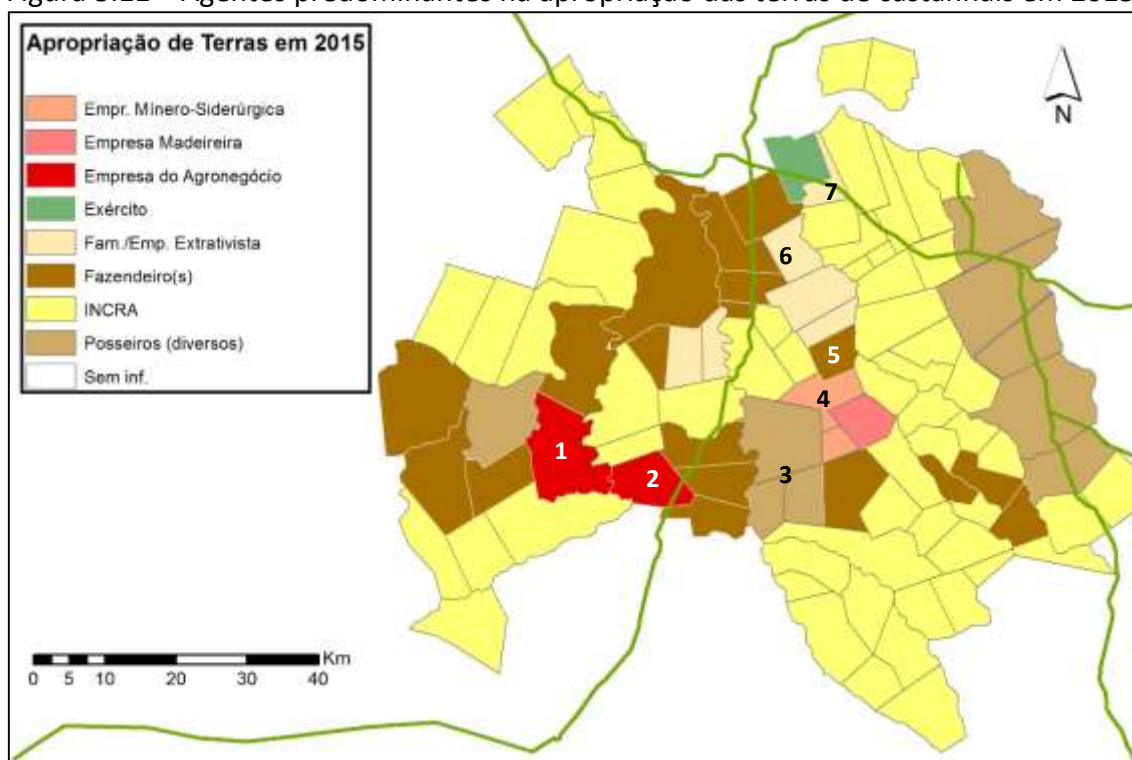
Comparando-se essa imagem com a de 1989 (figuras 2.7 e 2.10), percebe-se que, em pouco mais de uma década, a cobertura florestal deixou de ser predominante e contínua para transformar-se em pequenos pontos fragmentados, com algumas poucas exceções, em especial nas duas terras indígenas nas bordas do polígono e

em algumas reservas nas áreas internas. Resulta, portanto, que houve uma intensa transformação na forma de uso da terra e na paisagem local, criando as condições favoráveis para a expansão pecuária nas áreas que passaram a ser predominantemente de pastagens.

No período seguinte, entre 2004 e 2015, a apropriação de terras pelos camponeses através de projetos de assentamento continuou, porém, sofrendo uma redução drástica. Considerando os antigos castanhais como referência, a área destinada prioritariamente para assentamentos teve pequeno aumento, resultante de processos de desapropriação iniciados no período anterior. Outra mudança importante se deu no âmbito do setor empresarial rural, com redução da importância de áreas apropriadas por empresas ligadas aos setores minero-siderúrgico e o surgimento de processos de apropriação de áreas por empresas ligadas ao agronegócio nacional.

Apesar da redução significativa da capacidade de obtenção de terras por camponeses nesse último período, os conflitos não terminaram e suas estratégias de ocupação de imóveis para pressionar o INCRA pela desapropriação manteve-se.

Figura 3.11 – Agentes predominantes na apropriação das terras de castanhais em 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de base de castanhais de Barros (1992) e dados de pesquisa cartorial e entrevistas.

Pelo menos 07 grandes conflitos nessa área ocorridos no período mais recente são ilustrativos da persistência a luta pela terra, identificados na fig. 3.11 como: (1) Fazenda Itacaiúnas; (2) Fazenda Cedro; (3) área Piranheira; (4) Fazenda Cosipar; (5) Fazenda Santa Tereza; (6) Castanhal Balões; (7) Fazenda/Castanhal Landi. Esses conflitos ocorridos nesta área são ilustrativos da complexidade alcançada na luta pela terra regional e das suas transformações nos primeiros anos do século XXI<sup>16</sup>.

As Fazendas Itacaiúnas (1) e Cedro (2) têm em comum o fato de terem sido apropriadas mais recentemente por um grupo representante do agronegócio nacional, o Grupo Agropecuário Santa Bárbara. Apesar disso, tem histórias de conflito relativamente distintas. A Fazenda Itacaiúnas (1), ainda na década de 1980, foi um dos primeiros castanhais dessa área de estudo a ter sido vendido para fazendeiros de outras regiões interessados em investir na exploração madeireira e pecuária, mantendo-se de posse desse tipo de agente até o ano de 2010, quando foi vendida para a Agropecuária Santa Bárbara. Essa área havia sido ocupada no ano de 2003, por um grupo de cerca de 200 famílias ligadas ao STTR de Marabá e já estava em conflito quando este negócio se realizou, embora as famílias ainda estivessem às margens do imóvel até o ano de 2013, quando efetivamente entraram na área, dividiram os lotes e começaram a produzir.

A Fazenda Cedro (2), diferentemente, manteve-se de posse de antigas famílias extrativistas até o ano de 2011, quando também foi vendida ao Grupo Agropecuária Santa Bárbara. Sua ocupação se deu em por um grupo de 130 famílias ligadas ao MST, no ano de 2013, já como imóvel desse grupo do agronegócio. Em ambos os casos, abriram-se processos junto ao INCRA para obtenção dessas áreas para criação de assentamentos, sob justificativa de indícios de apropriação ilegal de terras públicas no momento de abertura de matrícula em cartório, denunciadas pela Comissão Pastoral da Terra através do documento sobre aquisição de terras pelo grupo Santa Bárbara no Pará (CPT, 2017a). Desde então, ocorreram despejos e inúmeros conflitos, apesar dos processos seguirem tramitando no INCRA e na Justiça Federal.

Seguindo novas determinações do INCRA, ambos processos foram

---

<sup>16</sup> As informações desses conflitos, salvo quando indicadas em documentos e textos específicos, foram obtidas nos Cadernos Conflitos no Campo Brasil (diversos anos) editado pela Comissão Pastoral da Terra e através de entrevistas com as seguintes pessoas: José Maria M. Cajueiro (STTR Marabá) em 19/11/2018, Sávio Coelho Alves (CPT) em 21/11/2018, Charles Trocate (MST) em 23/11/2018.

encaminhados para compra e venda da área, com aceite inicial do grupo empresarial, porém levando a impasses sobre os valores da terra nua e, especialmente, sobre os descontos do passivo ambiental, que a empresa vem tentando reverter com a apresentação de áreas de compensação ambiental em outras fazendas no município de São Félix do Xingu. Frente a esses impasses, no ano de 2017, o grupo Santa Bárbara obteve nova reintegração de posse que culminou com despejo das famílias da Fazenda Cedro. Essas famílias, que já haviam demarcados lotes e entrado na área, voltaram a organizar acampamento em uma das porções da fazenda que já foi reconhecida pela justiça como área pública apropriada ilegalmente. As famílias na Fazenda Itacaiúnas, diferentemente, não sofreram despejo nesse último período.

A área conhecida como Piranheira (3), originalmente identificada como Castanhais Terras de Monção e São Sebastião, foi adquirida pela Vale no ano de 1987, com o intuito de realizar plantio de pinus para produção de carvão para sua empresa siderúrgica. Essa área é de cerca de 17 mil ha, sendo parte titulada (aprox. 9,8 mil ha) e parte com título de aforamento do governo estadual (aprox. 7,8 mil ha), e foi ocupada entre os anos de 1994 e 1995. Apesar de alguns pedidos de reintegração de posse nos primeiros anos da ocupação, nunca houve despejo das famílias que se consolidaram e constituíram uma área de posses relativamente consolidadas até o presente de pequeno e médio porte. Entre 2017 e 2018 a Vale abriu mão dessas áreas, que devem entrar em processo de titulação individual dos imóveis.

A Fazenda Cosipar/Pioneira (4) foi uma fazenda formada pela empresa siderúrgica de mesmo nome, a partir da compra do Castanhal Gama e de uma sobre de terras do Castanhal Tadeus, com o objetivo de exploração madeireira e realização de plantio industrial de árvores para produção de carvão. Em 2012, a Cosipar entrou em falência, em meio à crise do Distrito Industrial de Marabá em que a maior parte das empresas produtoras de ferro gusa fecharam<sup>17</sup>. Nesse mesmo ano, a fazenda sofreu penhora judicial tanto em função de dívidas extrajudiciais junto a credores,

---

<sup>17</sup> Santos (2017) indica que a crise das empresas produtoras de ferro-gusa em Marabá se deu devido à combinação de três fatores: crise do setor siderúrgico dos EUA após 2008, que era o responsável pela compra de cerca de 90% do gusa paraense, com respectiva queda do seu preço internacional; elevação do preço do minério de ferro, principal insumo da produção guseira, em decorrência do chamado boom das *commodities*; crise ambiental que afetou o abastecimento de carvão vegetal, o segundo principal insumo dessa produção, decorrente da redução das áreas de florestas nativas mais próximas e de um maior rigor na fiscalização ambiental, inclusive gerando multas vultuosas sobre as principais siderúrgicas.

como de dívidas trabalhistas com seus ex-trabalhadores. A área que já havia sofrido uma tentativa de ocupação em 2008/2009 por grupos locais sem ligação com as principais organizações de luta pela terra, repelida com grande violência por pistoleiros contratados pela empresa, voltou a ser alvo de novas ocupações em 2011 (110 famílias) e 2014 (300 famílias), permanecendo em conflito até o presente. Com a falência, a empresa não impôs mais resistência às ocupações, porém partes do imóvel sofreram penhora judicial e indisponibilidade de bens, respectivamente, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atendendo a demanda de credores, e da Vara do Trabalho de Marabá, em função de dívidas trabalhistas.

A Fazenda Santa Tereza (5), segundo a CPT (2017b), era uma antiga área de castanhal cedida pelo governo do estado do Pará por meio de contrato de aforamento desde 1957. O domínio útil desse título de aforamento havia sido transferido entre diferentes famílias da oligarquia castanheira até que, em 2003, uma delas abriu processo no ITERPA para realizar transferência para um fazendeiro. Mesmo sem nunca ter sido dada essa autorização, o fazendeiro apropriou-se da área e alienou-a para Rafael Saldanha de Camargos que entrou com pedido de resgate de aforamento e titulação definitiva em seu nome, no ano de 2011. Reconhecendo uma série de irregularidades nesse processo, desde a falta de autorização na transmissão e domínio útil pelo órgão de terras, tamanho da área superior ao permitido para titulação definitiva e prática de crimes ambientais e desvio de finalidade no uso da área que foi aforada para prática do extrativismo vegetal e transformada em pastagem para produção pecuária, um grupo de famílias ligadas ao MST realizou a ocupação no ano de 2013. Apesar de todas as irregularidades reconhecidas em laudo técnico do IBAMA e do órgão de terras, além do fato da área encontrar-se em conflito, a titulação definitiva em nome do requerente foi autorizada logo após a ocupação. Nesse caso, o INCRA optou por propor a compra da área para criação de assentamento, em processo que se arrastou entre 2013 e 2016, tendo aceitação inicial pelo 'pretenso' proprietário, seguido de desistência do mesmo quando tomou conhecimento dos descontos do passivo ambiental que foram calculados pelo INCRA, reduzindo o valor do negócio. A partir de então, iniciaram-se uma série de conflitos com os acampados, via ação de pistoleiros contratados e via despejos judiciais. No momento, as famílias encontram-se fora da área, num local provisório cedido pelos assentados vizinhos.

O Castanhal Balões (6) foi ocupado em 2004 por um grupo de 120 famílias ligadas à CPT e à FETAGRI. Após a ocupação, descobriram que o castanhal já havia

sido dividido em 3 fazendas, sendo uma delas vendida a um fazendeiro vizinho e as outras duas permanecendo de posse de dois membros de uma família da antiga oligarquia castanheira. Uma delas, que ficou conhecida como Fazenda Balão 2, tinha a maior parte da área com a vegetação original preservada, no entanto tinha sido averbada como reserva florestal de outras fazendas da mesma família, que já haviam sido desflorestadas, e estavam ocupadas por grupos de sem-terra. Essa situação revela que uma alternativa de regularização ambiental das fazendas mais próximas a Marabá tem sido a incorporação de áreas de compensação ambiental em outras fazendas, criando uma dinâmica de compra e venda de terras com mata na região. Em função dessa separação dos imóveis, uma parte do grupo que tinha interesse na produção pecuária e, portanto, preferia a parte já deflorestada, foi realocado pela FETAGRI para o acampamento da Fazenda Itacaiunas, desistindo da perspectiva de ocupação da Fazenda Balão 3. No caso da Fazenda Balão 2, permaneceram um grupo de 37 famílias e esta área foi obtida pelo INCRA numa negociação conjunta, através de compra, com os outros dois imóveis ocupados, aos quais essa área estava ligada como área de compensação ambiental. Em função dessa situação jurídica e do fato dela manter a maior parte da cobertura florestal com mata, foi regularizada como um PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável, a partir da sugestão do INCRA de criação de uma referência para uma perspectiva ambientalmente mais sustentável para a reforma agrária na região.

Os conflitos na Fazenda/Castanhal Landi (7) remetem a uma longa história de disputa pela apropriação dos castanhais, uma vez que essa área se constituía em um castanhal de servidão pública, também chamado de castanha do povo, com servidão concedida em 1927 e posterior processo de apropriação privada através de desmembramentos e títulos de aforamento (Emmi, 1999) e existência de uma antiga vila na sua área mais próxima ao rio Tocantins. Essa área foi sendo esvaziada a mando de uma família da oligarquia castanheira, no período em que o interesse econômico regional mudou da castanha para a pecuária. A área, desde então foi sendo transformada em fazenda pecuária, sofrendo o esvaziamento final, já no final da década de 1980, quando a antiga vila foi atravessada por um linhão de energia advindo de Tucuruí. Nesse período, a titularidade da área foi repassada do governo estadual para o município de São João do Araguaia e posteriormente para um particular, em processos controversos e plenos de irregularidades que estão aguardando, há anos, uma manifestação oficial do ITERPA. Em 2003, um grupo de



cerca de 65 famílias ocupou a área, resgatando a vila (que já foi reconhecida como área pública) e lutando pela repartição dos lotes para produção agrícola. A área segue em disputa, com um histórico de despejos violentos e inúmeras reintegrações de posse, expressando uma conflitividade que tem se agravado com a possibilidade de que essa área seja requerida pela Eletronorte para construção da Hidrelétrica de Marabá (em fase de estudo).

Essa breve apresentação dos principais conflitos ocorridos nessa área de estudo a partir do ano 2004 revela alguns pontos importantes para a compreensão da luta pela terra no período atual. Em primeiro lugar, a persistência e predominância da forma de luta 'sem-terra' que foi se forjando ao longo da década de 1990, qual seja, a ocupação de áreas com sinais de irregularidade na forma de apropriação para pressionar o INCRA ou, eventualmente o ITERPA, a proceder vistoria mais rigorosa que pudesse desembocar em processo de desapropriação e criação de assentamento de reforma agrária. Apesar disso, a ocupação de terras teve que ser readequada em função da MP nº 2027-38/2000 que impede a vistoria de imóveis ocupados, restringido a ocupação à pequena área do imóvel ou as vezes restrita às suas margens externas. Essa persistência da luta pela terra e predominância da forma 'ocupação' em busca de desapropriação pelo INCRA, manteve-se apesar de nesse período as conquistas de novos assentamentos terem sido muito pequenas: 25,5 mil hectares em assentamentos a partir de 2004, contra 249,8 mil hectares de assentamentos até 2003. Sinaliza, portanto, uma perda de efetividade dessa forma de luta pela terra.

Parte dessa perda de efetividade se deu a partir de uma ofensiva contrária à reforma agrária por parte de fazendeiros. Essa ofensiva levou a uma maior judicialização das ocupações de terras, com maior investimento dos pretensos proprietários em processos judiciais contra a desapropriação e em tentativas de criminalização dos movimentos sociais e até mesmo do INCRA, levando a um prolongamento do tempo de duração dos processos de obtenção de terras para reforma agrária.

Nesses processos, além da própria legalidade jurídica dos imóveis, a questão ambiental assumiu importância, tanto como condição para a regularização das fazendas, como para a definição de valores no caso de obtenção para fins de reforma agrária. O chamado passivo ambiental dessas fazendas, contabilizado a partir das porcentagens de áreas desflorestadas acima do que a legislação ambiental permite, exigiu soluções por parte dos fazendeiros, como no caso da averbação de áreas de

compensação ambiental em outros imóveis, mas também foi motivo de entraves jurídicos no processo de obtenção.

Por fim, observa-se nesses casos uma tendência de mudança na forma de atuação do próprio INCRA que passou a priorizar a compra das terras ao invés das desapropriações ou retomadas de áreas públicas apropriadas ilegalmente. Se dessa forma, aparentemente, o INCRA evitou enfrentamentos com pretensos proprietários, tornou os processos mais dependentes dos interesses de venda dos fazendeiros, em que muitos casos não chegaram a termo.

Nesse contexto, a luta pela terra através das ocupações desenrolou-se sobretudo em grandes propriedades, acima de 1.000 ha, apropriadas por empresas siderúrgicas, em decadência nesta região específica, ou do agronegócio nacional, que iniciou sua chegada na área nesse período. Em segundo lugar, desenrolou-se em áreas que haviam se mantido apropriadas por antigas famílias da oligarquia castanheira, em parte bem-sucedida com a criação do PDS Porto Seguro e também do PA Três Ilhas, porém frustrada no caso da Fazenda/Castanhal Landi, apesar da recuperação da parte da vila como área pública. No entanto, houve apenas um caso de ocupação de uma área ocupada por um fazendeiro regional, em processo de conflito que permanece em aberto.

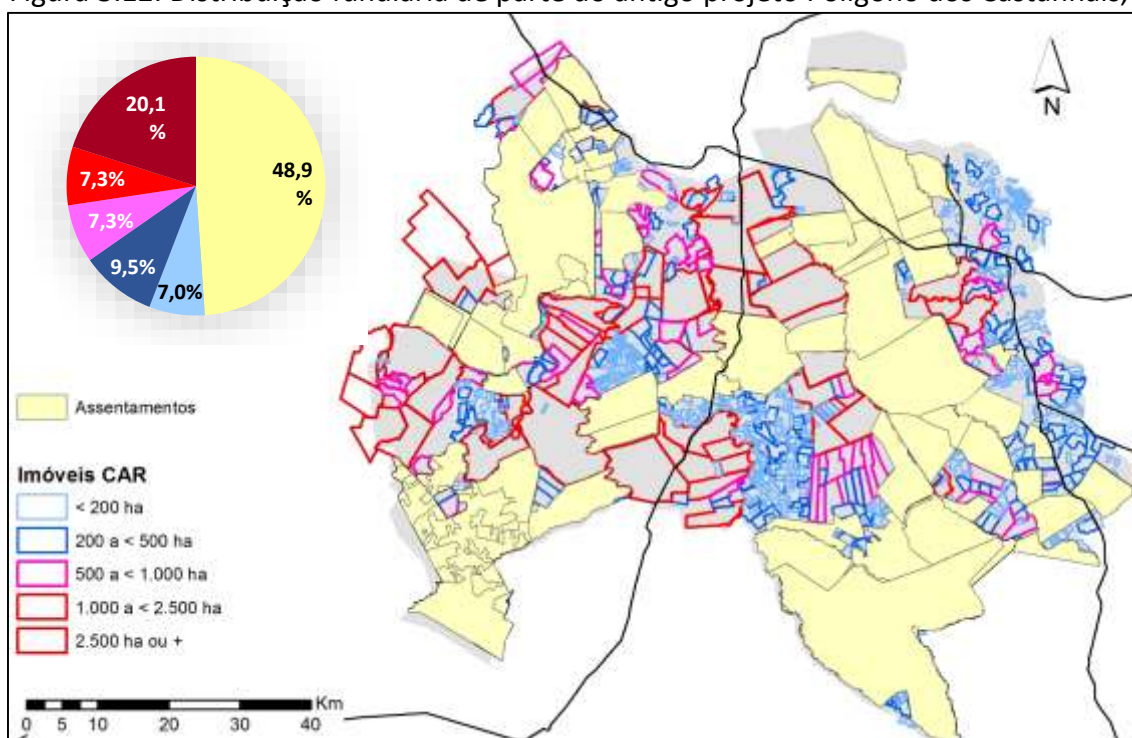
Esses fazendeiros regionais constituem-se agentes menos visíveis e com menor desaprovação social como nos casos da velha oligarquia, que se vinculava a uma visão de violência e coerção no imaginário social, ou no caso das grandes empresas mineiro-siderúrgicas ou do agronegócio nacional, que tendem a ser identificadas como grupos econômicos que vêm 'de fora' para extrair as riquezas locais. Ao contrário, esses fazendeiros constituem-se em tipos mais difusos e presentes na vida social regional, desenvolvendo outras atividades econômicas paralelas, como comerciantes ou profissionais liberais (médicos, advogados), o que explica uma maior dificuldade de enfrentá-los em relação à disputa pela terra.

Embora mais difuso e menos visível, esse grupo é dinâmico em relação às dinâmicas relativas à aquisição de terras, destacando-se nesse período mais recente quatro processos: compra/venda; legalização de títulos junto ao governo federal (Terra Legal) ou governo estadual (resgate de aforamentos no ITERPA); unificação de áreas legalizadas; arrendamento. Essas dinâmicas diferenciam-nos de velhos fazendeiros do Sudeste ou Centro-Oeste que migraram para a região nos anos 1970/1980 em busca de 'abrir' fazendas. No contexto atual, mostram um maior

tratamento da terra como mercadoria e maior interesse pelas possibilidades não produtivas de valorização de seu patrimônio, inclusive frente às possibilidades especulativas de valorização frente a obras de infraestrutura (estradas, hidrelétrica) ou apenas de valorização no mercado de terras. Por todas essas razões, têm despontado como um grupo significativo em termos de área apropriada.

Observando-se a figura 3.12, verifica-se, a partir dos imóveis cadastrados no CAR, a distribuição fundiária atual desta área estudada. Os assentamentos correspondem a 48,9% da área cadastrada que, se somados aos pequenos e médios imóveis (< 500 ha) fora dos assentamentos chegam a 65,4% do total. Os grandes imóveis (500 ha ou +), por outro lado, representam os demais 34,6% do total, com destaque daqueles muito grandes (2.500 ha ou +) que representam sozinhos 20,1%. Enfatiza-se que esse grupo de grandes imóveis (1.000 ha ou +) não se constitui apenas daqueles dominados por empresas e que estão sendo mais diretamente enfrentados pelos movimentos de luta pela terra, pois também inclui as terras dominadas por fazendeiros regionais que, em muitos casos, têm se colocando como novos agentes da concentração de terras nesta área, apesar da dinâmica mais geral de desconcentração fundiária em função dos assentamentos.

Figura 3.12: Distribuição fundiária de parte do antigo projeto Polígono dos Castanhais, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAR – Pará e cartografia do INCRA.

Considerando-se que esta área até 1987, quando começaram as primeiras desapropriações para criação de assentamentos, era praticamente toda dominada por um grupo de famílias conhecidas como a oligarquia castanheira, fica claro as mudanças significativas ocorridas nestes 30 anos. Fica também evidente o relativo sucesso alcançado pelos agentes que lutaram pela terra, tendo conquistado na forma de assentamentos ou pequenas e médias posses/propriedades aproximadamente 2/3 da área. Por outro lado, no período mais recente, após 2003, que corresponde a uma dinâmica mais geral de valorização do agronegócio nacional, essa capacidade de obtenção de terras foi reduzida, embora não pela força específica de grandes propriedades empresariais ligadas ao agronegócio nacional, mas sobretudo por uma certa capacidade de um grupo mais difuso de fazendeiros regionais alcançarem uma certa estabilização da apropriação de grandes áreas, na porção que havia escapado dos processos de reforma agrária.

Compreender com maior profundidade essas dinâmicas mais recentes de dominação e apropriação da terra, tanto em suas relações mais endógenas à região, como suas relações com dinâmicas mais gerais do agro-mínero-negócio, é o objetivo dos próximos capítulos.

#### **4 CIRCUITOS ESPACIAIS DE ACUMULAÇÃO E A EXPANSÃO DAS COMMODITIES NO SUDESTE PARAENSE**

Nos capítulos anteriores, argumentou-se que no final do século XX ocorreram transformações significativas na formação socioespacial brasileira, que se caracterizaram por um rearranjo na gestão do espaço ligado a uma nova estratégia de acumulação de caráter rentista-agroindustrial. Na Amazônia, em um primeiro momento de transição, essas transformações significaram uma crise tanto do projeto de modernização agrária conservadora, como do projeto de integração regional vinculado ao desenvolvimento industrial, o que facilitou as lutas pelo fortalecimento de outras territorialidades expressas na conquista de assentamentos de reforma agrária e terras de povos e comunidade tradicionais. No entanto, desde o início do século XXI, houve uma redefinição do papel do campo no projeto hegemônico nacional, com uma atualização do pacto latifundiário que revalorizou a grande propriedade e impôs uma contraofensiva ao avanço dessas territorialidades alternativas.

O objetivo deste capítulo é analisar, a partir do sudeste paraense, as dinâmicas econômicas que expressam a nova versão do projeto hegemônico de campo e suas repercussões na produção capitalista do espaço, revelando, na escala regional, as bases da reorganização do pacto latifundiário que confere novos significados à luta pela terra. Dada a importância dessa região como produtora de commodities de exportação, em especial, minérios e carne bovina, a concretude alcançada nos estudos apresentados neste capítulo, assentada sobre a ação de agentes e processos específicos, pode revelar traços mais gerais da reorganização das dinâmicas socioespaciais do capitalismo de século XXI, na escala nacional brasileira e em suas relações com a escala mundial.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a referência para a análise dessas dinâmicas são os chamados 'circuitos espaciais de acumulação'. Essa perspectiva tem a vantagem de articular tanto níveis de maior abstração teórica, como mediações histórico-concretas, de menor abstração, que revelem, de forma imbricada, como se dá a dinâmica do processo de valorização e acumulação de capital e a dinâmica das disputas entre a pluralidade de classes sociais, configurando a reprodução social e suas expressões na produção do espaço. Nessa perspectiva, pode-se avançar em

uma economia política que considere, em suas formas espaciais, as especificidades das “frações do capital mercantil, fundiário, imobiliário, comercial (varejista e atacadista), dos transportes, industrial, bancário, financeiro” em suas dinâmicas contraditórias e contínuas de busca de rendimentos tanto alcançados nas órbitas da produção – distribuição – troca – consumo, como decorrentes do mero direito de propriedade. Por outro lado, podem-se incluir, também, as dinâmicas de reprodução da força de trabalho, seja do ponto de vista de sua inserção na dinâmica de acumulação de capital, seja em termos de sua reprodução na vida cotidiana (Brandão, no prelo).

Brandão (no prelo) também chama a atenção para a importância de se considerar, na complexidade dessa análise, sua inserção nas variadas redes urbanas, enquanto núcleo organizador dos processos socioeconômicos e centros de decisão hierarquizados de onde emanam decisões que circulam e se encadeiam no território. Para Corrêa (2007), a rede urbana revela diferenciações socioespaciais que se manifestam nos aspectos funcionais e no tamanho das cidades resultantes de sua gênese e dinâmica, funções, tamanho, interações espaciais e forma espacial. No caso das relações entre redes urbanas e cidades médias e pequenas, como no caso do sudeste paraense, esse autor chama a atenção para a importância do estudo das funções urbanas, entendidas como a maneira pela qual a cidade se insere e participa na divisão territorial do trabalho em múltiplas escalas; das relações espaciais, que envolvem circulação de mercadorias, informações, valores, pessoas e poder; do papel de intermediação, com ênfase nas elites e agentes sociais concretos com capacidade de comandar atividades e a organização do espaço regional (Corrêa, 2017).

Antes do aprofundamento da análise sobre o caso específico do sudeste paraense, no entanto, faz-se necessário uma apreensão de elementos estruturantes dos circuitos espaciais de produção e de acumulação. Moraes (2017) chama atenção de que a origem da discussão sobre os circuitos espaciais de produção remete à ‘introdução à crítica da economia política’ de Marx quando este autor reflete sobre a produção, distribuição, troca e consumo. Para Moraes (2017), Marx evidencia que produção, distribuição, troca e consumo não são idênticos, tampouco uma sequência linear, mas diferenças em uma unidade, elementos de uma totalidade que se configura como um movimento incessante. Esse movimento, para Moraes, indica uma circularidade, com constantes recomeços, que pode ser representado como circuitos, cuja análise como circuitos espaciais de produção visa captar sua espacialidade.

Desdobra-se desse ponto de partida, segundo Moraes (2017), o entendimento do processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em sua expansão econômica, bem como a internacionalização do capital e a formação da divisão espacial do trabalho e de suas determinações, em especial a objetivação do capital no espaço através da distribuição diferenciada e hierarquizada do capital fixo. Historicamente, o momento atual da globalização das relações sociais de produção leva a uma divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas e a uma mundialização do espaço geográfico que expressam a lógica territorial internacional do capital. Desde essa perspectiva, Moraes defende que os circuitos espaciais de produção só podem ser compreendidos na ótica da mundialização.

Dialogando com autores como Edward Soja e Stephen Hymer, Moraes (2017) sugere que esse processo de espacialização desigual e combinado do capital leva, simultaneamente, a uma uniformização e diferenciação dos lugares tornando-os fonte de super-lucros passíveis de serem captados através de um circuito espacial do excedente baseado em um movimento de transferência de valor e na reafirmação das hierarquias entre lugares. Assim, a divisão espacial do trabalho também é uma divisão hierárquica do trabalho em cujo ápice se encontram 'centros' que monopolizam as decisões estratégicas de aplicação do capital e a produção de inovações tecnológicas que viabilizam sua expansão. Nesse processo de difusão da produção e centralização das decisões, os principais agentes são as empresas multinacionais uma vez que difundem o capital e centralizam as decisões e o planejamento do (super) lucro à escala global, cada vez mais referenciado na taxa de lucro financeira e não produtiva (Moraes, 2017).

Essas reflexões de Moraes levam-no a afirmar que

no espaço mundializado do capitalismo monopolista a ótica para se apreender os circuitos espaciais da produção deverá ser a global, e as localizações singulares deverão ser discutidas na escala da divisão internacional do trabalho. O circuito do capital e das mercadorias mesmo que circulando espacialmente numa escala local se vê, direta ou indiretamente, envolvido numa circularidade mundial (p. 33).

Rofman (2016, p. 248), em trabalho publicado originalmente nos anos 1980, compartilha dessa visão de que só faz sentido pensar em segmentação ou regionalização dos circuitos de produção ou acumulação desde que se aceite que "os fenômenos não começam e terminam em seu interior, ainda que reconheça que certos

elos do mesmo adotam um quadro espacial dado e um correspondente impacto diferenciado sobre o processo produtivo, consoante a sua inscrição locacional”. No entanto, diferentemente de Moraes, Rofman pensa essa inserção mais no espaço nacional do que no internacional. De toda forma, sua preocupação principal é definir o modo operacional como os agentes econômico-sociais conduzem o processo de acumulação em geral e no contexto regional, exercendo “suas relações no espaço na medida em que se vinculam ao processo de acumulação do capital de modo desigual” (idem, p. 248).

A preocupação de Rofman com a operacionalização dos estudos sobre circuitos espaciais de acumulação enfatiza que “o processo de acumulação, geração e captação do excedente econômico [...] resulta estreitamente ligado às características e modalidades com as quais os distintos agentes econômicos operam no mercado” (idem, p. 252), levando a que qualquer metodologia que oculte o seu real comportamento deva ser descartada. Por isso, o autor propõe que a ênfase da análise seja na presença de agentes econômicos em lugar de ramos ou setores produtivos.

As proposições de Rofman inserem-se em uma construção mais ampla de uma metodologia de diagnóstico regional construída no Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES) da Universidade Central da Venezuela, nos anos 1970/1980. Neste projeto, Barrios (1980) apresenta os fundamentos das relações entre dinâmica social e espaço que embasam a construção metodológica da análise dos circuitos regionais de produção e acumulação. Para a autora, esses circuitos estão diretamente ligados à organização social do espaço, mas também à configuração espacial que se diferencia entre si em função da defasagem temporal de caráter estrutural entre os processos sociais (dinâmicos) e a transformação comparativamente lenta do espaço. Assim, enquanto a organização social do espaço expressa a ação organizada dos agentes sociais determinada pelos fluxos de pessoas, bens, dinheiro e informação, a configuração espacial revela a distribuição cristalizada da força de trabalho, das atividades sociais da infraestrutura produtiva e consumo coletivo, dos recursos naturais e condições ambientais.

Para Barrios (1980), os processos básicos que fundamentam a configuração espacial, a organização social do espaço e os fluxos em uma sociedade capitalista são o processo de produção e o processo de acumulação, condicionados pelo principal fundamento da produção capitalista: a propriedade dos meios de produção. Por isso, o primeiro critério para definir a diferenciação social, para a autora, se dá em



relação à propriedade dos meios de produção relacionados ao espaço, que ela diferencia em objeto de trabalho e instrumentos de trabalho. Em uma escala macro, o objeto de trabalho refere-se aos recursos naturais, enquanto os instrumentos de trabalho referem-se à capacidade instalada, à infraestrutura física e aos equipamentos sociais. A propriedade desses meios de produção revela não apenas a importância do espaço, mas lógicas contraditórias de apropriação e transformação do espaço dada a existência de interesses distintos e contraditórios entre capital e trabalho.

Essa perspectiva apresentada por Barrios interessa para a discussão deste capítulo por que coloca com mais clareza o interesse estratégico na apropriação do espaço pelo capital também enquanto objeto de trabalho, ou seja, na forma de recursos naturais. Assim como já indicado nas reflexões de Moraes (2017), Barrios aponta que o processo desigual e combinado do desenvolvimento capitalista gera concentração de capital em centros vitais marcados pela existência de firmas gigantes em estreita relação com o aparato estatal, meios de transporte, comunicação e controle gerencial, produção de ciência e tecnologia e desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, a autora também evidencia o caráter estratégico do controle das áreas de elevada concentração de recursos naturais.

... sabemos que o aproveitamento dos recursos naturais está na base de toda a atividade produtiva. Sendo estes recursos escassos, quem logre monopolizá-los direta e indiretamente assegura uma posição negociadora extremamente vantajosa no momento da distribuição do excedente dentro de um sistema nacional e internacional (idem, p. 19 – 20).

O fato de que o empresário individual foi substituído pelas grandes corporações como principal agente econômico do capitalismo, traz implicações importantes para a organização social do espaço, segundo Barrios (1980). Para ela, na escala internacional, as relações entre países se transformam progressivamente em operações internas das grandes empresas, da mesma forma que, na escala nacional, há relativa desaparecimento do âmbito de ação de empresários médios. As corporações gigantes, ao atuarem na escala nacional, constroem seus próprios espaços econômicos de acordo com seus interesses estratégicos. Assim, “a visão de unidades regionais como recortes sub-nacionais contíguos e justapostos deve ser substituída pela de espaços econômicos das grandes firmas” (p. 26), que se entrecruzam com os marcos geopolíticos nacionais e, muitas vezes, os sobrepõem.

Desde essa perspectiva, torna-se chave pensar como as grandes firmas

definem suas estratégias de dominação do espaço e, dessa forma, reestruturam a dinâmica capitalista mais geral, assim como a produção capitalista do espaço. Buscando aportes metodológicos para interpretações dessa dinâmica nas últimas décadas do séc. XX, Ceceña e Barreda (1995) argumentam que ela se fundamenta nas razões mais profundas do sistema, ou seja, nas suas bases materiais essenciais e nas suas determinações estratégicas que garantem a reprodução social, cujo núcleo fundamental é o desenvolvimento e caráter das forças produtivas do sistema, colocando-se, simultaneamente, nos terrenos material e social do processo de trabalho e de valorização, ou seja, do valor de uso e do valor, mas também das relações de classe. O horizonte de análise desses autores é o desenvolvimento das forças produtivas a partir da divisão internacional do trabalho, assumindo que mesmo que a produção – distribuição – troca – consumo represente o ciclo completo da reprodução, a centralidade está na produção como o único momento completo que permite explicar a criação da riqueza e a unidade global entre os demais.

Desde essa perspectiva, os autores propõem que se analise o desenvolvimento das forças produtivas a partir de seu núcleo de determinações estratégicas. Do ponto de vista do valor, esse núcleo corresponde aos processos e agentes que representam a vanguarda definidora do conjunto do tecido produtivo, tanto em termos de capacidade técnica de ampliar a criação de mais-valia e, especialmente, de mais-valia extraordinária, como em termos de aprofundar a capacidade de expropriação dos saberes, habilidades e movimentos físicos e mentais do trabalhador. Do ponto de vista do valor de uso, esse núcleo corresponde ao conjunto de atividades estratégicas para o processo global de reprodução. Consideram, ainda, os processos de monopolização ou difusão polarizada dessa vanguarda tecnológica como parte das determinações estratégicas, em função da capacidade que esses processos acarretam em termos de poder e liderança econômica e capacidade econômica hegemônica mundial.

A partir desse nível de generalização, os autores podem indicar quais são os elementos estratégicos da produção, ou seja, aqueles que garantem a essencialidade de reprodução. Considerando que a produção capitalista se assenta na propriedade dos meios de produção ou dos elementos materiais do processo produtivo e, mesmo que de forma temporária, na propriedade da força de trabalho, aí se encontra a primeira aproximação aos elementos essenciais. Dentre esses elementos, dados seus impactos no conjunto do tecido produtivo e na hegemonia econômica, os autores

identificam como centralmente estratégicos “a produção de tecnologia de ponta, a produção dos elementos básicos para a reprodução material da estrutura fundamental do aparato produtivo e a reprodução da força de trabalho” (p. 27 – 28), que se estrutura nas indústrias de bens de produção, particularmente naquelas produtoras de tecnologia de ponta e seus meios de comunicação correspondentes, nas produtoras de bens energéticos e matérias primas fundamentais para manter e revolucionar a estrutura tecnológica e, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho, nas produtoras de alimentos básicos e naquelas que incidem diretamente na produção e distribuição da população mundial.

Finalizando essa análise, Ceceña e Barreda (1995) relacionam o núcleo de produção estratégica com a hegemonia econômica mundial. Para os autores, se o conceito de hegemonia se relaciona com a capacidade de criar consensos, de forma dirigida ou coercitiva, a transformação dos interesses particulares em geral, no campo econômico significa “a capacidade de impor, seja por métodos violentos ou consensuais, suas condições ou diretivas tecnológicas como norma e, nesse sentido, o modelo a seguir” (p. 43). A hegemonia, do ponto de vista dos seus agentes individuais – as empresas – se expressa em capacidade de liderança em relação à luta de classes, tanto na concorrência intercapitalista, como na relação capital – trabalho, o que permite reconhecimento e validação econômica, através da intermediação do mercado, e social, através da intermediação do Estado. Essa capacidade de liderança relaciona-se diretamente ao controle do núcleo estratégico de produção pelas empresas, mas que se converte em hegemonia econômica à medida que encontra um entorno nacional que garante, protege e promove sua supremacia.

Em trabalho mais recente, Ceceña (2016) atualiza as reflexões sobre as relações entre as grandes empresas e a hegemonia. Seu ponto de partida é que as corporações se transformaram nos agentes fundamentais do capitalismo contemporâneo pelo seu protagonismo não apenas no núcleo produtivo estratégico, como no consumo, modo de vida e disciplinamento social. Para ela, as corporações devem ser entendidas como um grupo de poder que atua sobre a sociedade, configurada pela grande empresa e suas filiais e subsidiárias, pelos negócios e interesses coligados onde realiza seus investimentos e, ainda, pelas atividades financeiras e de serviços do mesmo grupo de proprietários.

Se a diferenciação entre o político e o econômico caracteriza o capitalismo, o

Estado e as corporações, respectivamente, são os principais protagonistas de cada um deles. No entanto, para Ceceña (2016) ambos são formas de institucionalização do mesmo sujeito capitalista, o que faz com que a ação cúmplice entre estados e grandes corporações não seja uma excepcionalidade. O exercício do poder do sujeito hegemônico se dá como uma combinação de ação econômica direta por parte das empresas e ação diplomática ou uso direto da força por parte do Estado. Não são as empresas sozinhas, mediante suas habilidades competitivas, que se espacializam pelo mundo, mas a associação dessas empresas com os estados que lhes abre passo e intermedia condições privilegiadas de estabelecimento.

Apoiando-se em estudos sobre a expansão de grandes corporações mineradoras em diferentes lugares e épocas, Ceceña (2016) indica que a associação entre as empresas, seus estados de origem e os estados locais que vão recebê-las são fundamentais. Nesse caso, essas relações desdobraram-se no envolvimento de funcionários e empresas locais que facilitaram sua ação, ao passo que estes se transformam em ‘burguesias locais’. Nesses casos, os mecanismos desempenhados por esses atores locais vão desde contribuir para alterar ou burlar a legislação vigente até intermediar ou enfrentar as resistências locais, seja com violência e repressão, seja com ação de mitigação, cooptação e indução de mudanças de concepções de mundo das sociedades locais disciplinando-as de acordo com a própria concepção de mundo da grande empresa.

O fundamental dessas observações, para a autora, é que essa associação corporação – Estado vem garantindo o acesso e o domínio do sujeito hegemônico sobre aqueles territórios estratégicos que estão diretamente associados ao núcleo de produção estratégica e, conseqüentemente, à hegemonia mundial. Para Ceceña (2016), o séc. XXI tem mostrado uma crescente importância da revalorização de territórios e dos recursos que estes contêm como fonte de riqueza e de poder, o que reaproxima as dinâmicas atuais daquelas predominantes no momento da acumulação originária e das conquistas territoriais e colonização. Para a autora, isso indica certo reconhecimento dos limites dos progressos industriais do séc. XX e suas (in)capacidades de transformação e substituição da natureza, que de uma crença absoluta de que o capital teria condições de gerar uma realidade completamente artificial foi tornando mais evidente que os sistemas vivos de certa complexidade não podem ser reproduzidos artificialmente.

Essa situação levou a um interesse renovado dos capitais gigantes em “se

apropriar de um processo que a natureza realiza por si mesma” (p. 113) relacionado a terras de alta qualidade, assim como elementos produzidos naturalmente como petróleo, gás, minerais, água e tudo o que se chama de biodiversidade. Essa busca de tudo o que pode ser valorizado conta “com a vantagem que a escassez relativa brinda em termos da concentração de ganhos e poder” (idem) e com a combinação entre as velhas formas de apropriação de territórios e saqueios e as formas contemporâneas de definição estratégica da produção tecnológica e seu uso oligopólico, o que garante uma elevada dominação dos recursos.

Em relação à territorialidade dessas corporações, esse processo de transformação também implicou em mudanças substanciais. O longo processo de desenvolvimento econômico do capitalismo foi, em grande medida, tomando corpo nos territórios-nação que, a partir da coerção estatal, tornaram-se espaços protegidos para as grandes empresas com mercados relativamente fechados, liberdade de investimento, políticas de crédito e força de trabalho abundante e com baixos salários. No entanto, para Ceceña (2017), os capitais gigantes que se formaram chegaram a um momento de saturação que correspondeu à crise dos anos 1970, em que nem o fordismo, com seus rendimentos de escala, nem os territórios-nação, com seus mercados protegidos, eram mais adequados às necessidades do capital. A globalização, enquanto resposta, significou uma liberação dos processos de produção a uma escala planetária, “que se desintegrava buscando as melhores condições e os menores custos, porém mantendo-se interconectados” (p. 43), criando uma fábrica difusa que ia estendendo seus tentáculos e abarcando cada vez mais espaços.

Para Ceceña (2017), os territórios-nação se tornaram insuficientes nesse novo contexto, fazendo surgir, no sec. XXI, um capitalismo que “emerge potente e implacável, rompendo as barreiras da moralidade social, a institucionalidade e a territorialidade que ele mesmo havia criado” (p. 43), levando a outros modos de organização social e espacial. Os capitais individuais das corporações gigantes já se comportam como um capital coletivo de ação planetária, um estado em si mesmo, regulando relações sociais, forças de segurança, territórios, normatividades e estabelecendo sua própria moralidade. Por isso, Ceceña (2017, p. 43) afirma que

A racionalidade das corporações e seu peso combinado dirige as políticas mundiais. As grandes corporações, como entidades de poder globalizadas, já não acatam as legalidades sociais, as manejam; já não respondem aos poderes estatais, o arrastam; já não se detém nas fronteiras da extinção,

devastam. São o sujeito central do capitalismo contemporâneo e seu poder permitiu-lhes alcançar o horizonte da impunidade.

A forma territorial integrada, do território-nação vai dando lugar a uma nova forma territorial forjada por essas grandes corporações, que Ceceña (2017) denomina de território-arquipélago. Para ela, o território-arquipélago é formado por ilhas dispersas estendidas por todo o planeta, porém cada uma delas com alta densidade de recursos estratégicos, conectadas pela propriedade privada e pelo poder materializado através dos fios tecnológicos, simbólicos e de força. Cada uma dessas frações territoriais, em que pesem situarem-se no interior de territórios-nação, são espaços monopolizados pelo poder corporativo que os governam, desenham regras, movem exércitos e ocupam violentamente, de modo a garantir, em seu conjunto, um rendimento total dessas empresas que, em muitos casos, pode ser muito maior do que a riqueza total dos países onde estão alojados, revelando assimetrias de poder entre a corporação e o estado-nação.

As partes mais ricas dos territórios-nação estão sendo disputadas para alimentar aos territórios-arquipélago. Os países, as nações, estão deixando de possuir suas riquezas, que passam a incorporarem-se aos territórios-arquipélagos, sob diferentes mecanismos de despojo ou privatização. (Ceceña, 2017, p. 45)

Pensando na tríade relacional território-territorialidade-territorialização, uma questão que aqui se coloca como de interesse fundamental para esta pesquisa é como as corporações globalizadas se territorializam em determinados territórios estratégicos e, nesse processo, buscam impor suas territorialidades e disputar as dinâmicas materiais e simbólicas da produção/reconfiguração espacial. Baseado em Harvey (2012), pode-se analisar essa territorialização a partir de dois níveis, articulados, de relações: as relações entre a corporação e os Estados-nação envolvidos e as relações entre a corporação e o próprio território. Através desse conjunto de relações, as corporações visam a criação de uma coerência estruturada no território que permita alcançar seu potencial estratégico aos seus interesses.

No entanto, esses processos são sempre contraditórios e, em que pese o poder crescente das grandes corporações globalizadas de definir estratégias de expansão, apropriar-se privadamente de territórios específicos e de desempenhar muitas funções de Estado na gestão desses territórios, não eliminam a contradição entre o que Harvey (2012), apoiando-se em Arrighi, chama de 'lógica territorial do

poder' e 'lógica capitalista do poder'. Para Harvey, essas duas lógicas de poder são diferentes, porém se entrelaçam de forma complexa e contraditória, mesmo que o poder das corporações globalizadas implique em uma supremacia da lógica capitalista sobre a territorial.

Para Harvey (2012), uma diferenciação entre essas lógicas de poder se dá pelas motivações e interesses dos agentes envolvidos, pois enquanto os políticos e homens de Estado, que representam interesses mais coletivos (de comunidade, classe, grupo social), buscam aumentar o poder de seu próprio estado, os capitalistas que representam interesses mais individuais orientam-se pelas possibilidades de aplicação do seu capital onde possam alcançar maior acumulação. Por isso, a ação dos capitalistas no espaço-tempo é mais dinâmica, podendo mudar de localização, fundir-se ou encerrar suas atividades com maior facilidade, enquanto os estados têm vida mais longa e estão relativamente mais confinados em um espaço fixo. Por fim, por mais autoritário que seja um estado, sua capacidade de tomada de decisões tende a envolver um debate público mais amplo do que as decisões tomadas por empresas capitalistas.

Mesmo quando se pensa nas lógicas territoriais de poder, é comum que os estados ajam de acordo com motivações capitalistas. Seu fundamento relaciona-se às condições desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, originadas não apenas nos padrões desiguais de dotação de recursos naturais e vantagens de localização, mas, sobretudo, “pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca” (Harvey, 2012, p. 35). Assim, o Estado, enquanto entidade política, é o corpo capacitado para tentar direcionar o padrão de assimetrias espaciais (ampliando-as ou reduzindo-as) de maneira que seja vantajoso para ele, considerando-se tanto seus ativos intangíveis, como sua base material, sobretudo, dinheiro, capacidade produtiva e força militar.

Esses fundamentos da lógica territorial do poder são, em muitas situações, benéficos à lógica capitalista, uma vez que um estado forte pode garantir certas estruturas institucionais da lei, da propriedade privada, do contrato e da segurança da forma-dinheiro que favorecem a acumulação do capital (idem, p. 79). Assim, a garantia de condições de pleno funcionamento das instituições de mercado e regras contratuais, além de “estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre

interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas)” (ibidem, p. 80) são a condição preferida de operação dos capitais, além da segurança na oferta de dinheiro e nos negócios e relações comerciais externas. Até a garantia da acumulação primitiva, usando seus poderes para adquirir e privatizar ativos e expropriar bens e terras tornam o Estado um agente ativo da acumulação do capital (p. 80-81).

Apesar disso, também existem momentos contraditórios entre as duas lógicas de poder que as colocam em oposição. Para Harvey (2012), os processos moleculares de acumulação de capital tendem a concentrar-se em certos lugares que adquirem mais elevada densidade e relativa estabilidade, conformando uma relativa coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo. Essa ‘regionalidade’ pode se formar sem nenhuma relação direta com a lógica territorial do poder e, inclusive, pode alcançar elevada densidade política a ponto de desempenhar papel crucial no conjunto do corpo político do Estado nacional como um todo, em uma metáfora em que os interesses da ilha capturam todo o continente que é o território-nação. Por outro lado, o Estado, para Harvey, não é necessariamente passivo em relação a esses processos, reconhecendo a “importância de promover e capturar a dinâmica regional como fonte do próprio poder, ele pode influenciar essa dinâmica por meio de suas políticas e ações” (p. 91) e, assim, tentar capturar os processos moleculares de acumulação do capital. Os Estados buscam aumentar seus próprios poderes mediante a criação de paraísos para o investimento de capital e a lutar contra as dinâmicas de mobilidade dos capitais buscando fixá-los no território. Contraditoriamente, a lógica capitalista pode fortalecer, ou então solapar, os poderes territoriais.

Na criação de uma coerência estruturada que permita que o território desenvolva seu potencial estratégico, podem atuar tanto forças organizadas por uma lógica capitalista, como territorial de poder. O conceito de coerência estruturada proposto por Harvey exprime a delimitação de um espaço em que prevalecem as condições necessárias à reprodução do capital e da força de trabalho, em termos de produção, consumo e mercado de trabalho, de forma a constranger sua mobilidade. Essa coerência estruturada pode ser representada formalmente pelo Estado, através de políticas que regulam a organização laboral e a remuneração do capital, e informalmente através da cultura e da consciência nacional, regional e local que lhe dão significado psíquico profundo. Portanto, são processos que definem os espaços regionais em que “a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e



força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos com certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e relações sociais" (Harvey, 2006, p. 145).

No entanto, essa coerência estruturada tende a ser solapada por poderosas forças de acumulação e superacumulação, de mudanças tecnológicas e de luta de classes. O poder de solapamento depende da mobilidade tanto do capital, como da força de trabalho, que, no entanto, dependem das infraestruturas físicas e sociais fixas que, por sua vez, reforçam a coerência estruturada da região em solapamento. Cria-se, assim, uma instabilidade crônica das configurações regionais e espaciais e uma relação contraditória entre as lógicas territoriais e capitalistas de poder. Essa contradição revela contradições mais gerais de dinâmica espacial capitalista que Harvey procura analisar.

Seu ponto de partida é o reconhecimento de uma contradição entre o esforço permanente do capitalismo de 'anulação do espaço pelo tempo' e a necessidade da organização espacial para essa 'anulação' do espaço. Fundamentalmente, "toda forma de mobilidade geográfica do capital requer infraestruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente" (Harvey, 2006, p. 146), mesmo considerando que há diferentes tipos de mobilidade das diferentes frações do capital. A movimentação de moedas ao redor do mundo, cujo custo e tempo são muito pequenos no momento atual, exige sistemas de telecomunicações bem organizados e sistemas de crédito assegurados por instituições públicas, financeiras e jurídicas; a capacidade de fazer circular mercadorias depende de sistemas de transporte e comunicações sofisticados, além de infraestruturas sociais e físicas; a produção utiliza capital fixo e imobilizado, além de uma série de serviços físicos e sociais que deve estar disponíveis *in situ*. Mesmo do lado da força de trabalho, sua mobilidade também exige estruturas de deslocamento, assim como infraestruturas sociais e físicas que assegurem a sua reprodução nos locais de destino.

Essas constatações levam Harvey (2006, p. 147) a uma conclusão fundamental:

A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço.

Em função disso o capital enfrenta uma tensão frequente entre as possibilidades de acesso a estruturas físicas e sociais em determinadas áreas e as decisões locacionais sobre a busca de mobilidade. Em relação à força de trabalho, se o capital em geral demanda a livre mobilidade geográfica da força de trabalho, os capitalistas individuais preferem uma oferta cativa de mão-de-obra que lhes dê uma força de trabalho estável e confiável, o que pode levá-los a apoiar tanto processos básicos de reprodução social para garantir a (re)produção da força de trabalho em certo território, como ações públicas que restrinjam a mobilidade dos trabalhadores. Os trabalhadores, por seu lado, podem criar suas próprias infraestruturas sociais e físicas que facilitem sua organização e sua qualidade de vida. Cria-se, assim, também no lado da força de trabalho uma tensão entre a permanência e a mobilidade que depende da luta de classes e da sua capacidade de obter ganhos no lugar onde se encontra. A “tensão entre a livre mobilidade geográfica e os processos organizados de reprodução dentro de um território limitado existe tanto para os capitalistas quanto para os trabalhadores” (p. 147).

Para além das tensões mais individualizadas expressas nas decisões locacionais que envolvem o acesso a infraestruturas físicas e sociais de reprodução tanto do capital como da força de trabalho e das possibilidades de mobilidade, a essência do paradoxo para Harvey é que parte do capital e da força de trabalho tem que ser imobilizada no espaço para garantir a construção e manutenção das infraestruturas físicas e sociais que garantem a mobilidade ao capital e à força de trabalho remanescente. No entanto, o capital e a força de trabalho comprometido com a produção e manutenção dessas infraestruturas só serão viáveis se “o capital remanescente circular por vias espaciais e num período de tempo compatíveis com o padrão geográfico e a duração de tais compromissos” (p. 148), caso contrário, ficarão sujeitos à desvalorização.

A conclusão de Harvey, (2006, p. 148) é que, continuamente, “o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem em um instante posterior do tempo”, expressando, na formação e reformação incessante das paisagens geográficas, as suas próprias contradições internas. É nesse sentido que existem muitas forças capazes de solapar a coerência estruturada criada em determinadas regiões, contrapondo-se a forças territoriais que buscam mantê-las.

Para Harvey (2006, p. 149), as alianças regionais de classe são “uma resposta necessária e inevitável à necessidade de defender valores já materializados e a coerência regional estruturada já alcançada”, promovendo condições favoráveis à acumulação do capital. O Estado tem papel chave na formação e dissolução dessas alianças, em função de vários aspectos como a garantia da integridade territorial, sua capacidade de dar coesão às alianças por meio de suas instituições, o estímulo à produção e ao consumo através de seus investimentos e o fomento de uma ideologia nacionalista ou regionalista. No entanto, essas alianças não são capazes de impedir a criação de forças solapadoras em função de sua instabilidade e até explosividade, uma vez que elas internalizam as divisões de classe e frações de classe que tendem a se acirrar frente às crises.

A presença das grandes corporações, assim como outros processos de integração regional, tende a transformar a perspectiva mais tradicional de região, que se configurava pela capacidade da classe dominante local impor certo ‘fechamento’ político que obstaculizasse e bloqueasse a penetração de formas diferenciadas de geração de valor e de relações sociais de produção, assegurando a reprodução da relação social de dominação (Oliveira, 1993). A presença das grandes corporações e demais processos de abertura da região pela ‘integração’ nacional/mundial significa a perda da capacidade de dominação dessas classes dominantes locais, substituídas por outras de caráter nacional e internacional.

Cria-se, nesse processo, um cenário bem mais complexo e instável, com a substituição do ‘fechamento’ comandado por uma classe dominante local, em muitos contextos baseado em relativo isolamento econômico, por um ‘fechamento político’ mais instável, construído a partir dos interesses de uma aliança regional de classes defensora de uma coerência estruturada à reprodução do capital e da força de trabalho, sujeita a uma pressão contínua de solapamento. Essa tensão cria uma pressão pelo próprio desaparecimento da região, no sentido mais tradicional, que, no entanto, se mantém enquanto persistir como um espaço econômico-político-social onde se imbrica uma forma especial de reprodução do capital e uma forma especial de luta de classes, ou seja, uma coerência estruturada regionalmente.

Superando uma visão de região ‘fechada’ para uma de região enquanto expressão de certa coerência estruturada segmentada espacialmente, porém articulada a totalidades mais amplas, surge a necessidade de se pensar as articulações entre essas regiões. Brandão (2007) busca expressar essas articulações

entre esses espaços diferenciais através de dinâmicas de heterogeneidades, hierarquias e especializações do desenvolvimento das forças produtivas, que podem ser apreendidos com a análise articulada de quatro conceitos que, a partir de seus recortes territoriais, expressam o movimento desigual da divisão territorial ou inter-regional do trabalho e da acumulação do capital. São eles os conceitos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia.

O conceito de homogeneização não significa, para Brandão (2007), uma redução das diferenciações ou qualquer tendência de nivelamento do desenvolvimento das forças produtivas ou de estabelecimento de afinidades e solidariedades regionais. Ao contrário, o processo homogeneizador cria e recria estruturas heterogêneas que reforçam as diferenciações e desigualdades, pois o que se universaliza são tão somente as condições básicas para o valor se valorizar, ou seja, as condições mais adequadas para a reprodução do capital. Promove a universalização da mercadoria, inclusive se apropriando de terra, trabalho e dinheiro e transformando-os em mercadorias, como consequência do caráter do capitalismo como “*regime social que leva a mercantilização às últimas consequências*” (p. 73). A homogeneização expressa a busca do capital para se afirmar como capital em geral, comandando todo o processo de produção social e impondo e tornando comum sua lógica, seus valores, símbolos e informações que invadem todos os âmbitos possíveis de sociabilidade.

Se o processo de homogeneização pertence ao momento lógico das determinações mais abstratas do capital, enquanto capital em geral, o conceito de integração dá contornos mais concretos à dimensão espacial da reprodução do capital ao referir-se à pluralidade de capitais que comandam os processos de enlaces e engates de espaços e estruturas produtivas, mediados pela dinâmica coercitiva da concorrência. Por isso, Brandão (2007, p. 76) define a integração como “um processo de enfrentamentos em um ambiente nada idílico [...] marcada por rupturas, transformações, conquistas e tentativas de preservação de espaços e horizontes renovados para a reprodução ampliada do capital”, onde a pluralidade de capitais e suas frações procuram segmentar o espaço criando anteparos que lhes reservam espaços privilegiados de acumulação.

Com a integração ocorre a supressão da independência e autonomia dos lugares, multiplicando-se as interdependências e complementaridades regionais que tanto podem aumentar potencialidades, como vulnerabilidades. Acelera-se a divisão

territorial do trabalho em um processo em que os espaços regionais vão sendo enredados a partir dos espaços onde prevalecem formas superiores de acumulação e reprodução econômica. Configura-se, dessa forma, uma ‘questão regional’.

Assim, constata-se que a dinâmica da acumulação de capital geralmente logra, na longa duração, integrar a economia nacional, formando um único espaço nacional de valorização, embora esse processo pouco tenha a ver com a diminuição das especificidades intra e inter-regionais. Muito pelo contrário, a integração põe em toda a sua inteireza a questão do fosso no nível de desenvolvimento das forças produtivas entre as regiões, impondo a conscientização da natureza desigual do processo de desenvolvimento capitalista e explicitando uma ‘questão regional’, que ganha foros de problemática concreta a ser enfrentada no e pelo Estado. (p. 79)

O conceito de polarização, mobilizado por Brandão (2007, p. 81) deriva da natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista e dos processos de concentração e centralização do capital, que levam a formação de assimetrias e hierarquias a partir de estruturas de dominação e processos cumulativos que criam e reforçam forças concentradoras de difícil reversão. Essas forças criam processos de interação entre centros com maior autonomia de decisões “*em torno dos quais gravitam espaços satelitizados, com baixo poder autônomo e endógeno de decisão*” (p. 82). No entanto, o capitalismo frequentemente redesenha novas geografias, em que localizações, movimentos, redes, fluxos e entrelaçamentos são reconfigurados evidenciando o poder de decisão diferencial dos agentes econômicos acerca do conjunto de elementos que permitem a acumulação do capital em determinado lugar.

Por fim, Brandão (2007) apresenta o conceito de hegemonia como o quarto e último elemento fundante das relações intra e entre espaços e escalas geográficas. O conceito de hegemonia, de inspiração gramsciana, permite ao autor “apreender os processos assimétricos em que um agente privilegiado detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem” (p. 84). Como poder legitimado pela contraposição e conjugação de direção e domínio, a hegemonia envolve tanto os processos de conquista, realização e manutenção através de alianças de classes de longa duração que forjam um bloco histórico com capacidade política de dar coesão e unidade a forças heterogêneas, como uma relação de forças que “determina os limites e condiciona as ações dos subalternos” (p. 85).

A partir do quadro conceitual construído até este ponto desta introdução, pode-

se avançar em como pensar uma economia política regional que amplie a análise das dinâmicas socioespaciais para além da presença das grandes corporações, reconhecendo uma maior amplitude de agentes socioeconômicos que, de diferentes formas, participam da reprodução social e espacial do capital na região. Recoloca-se, nessa perspectiva, o debate sobre os circuitos espaciais de acumulação que serão abordados a partir das formulações de Coraggio (1991) que, objetivando estabelecer mediações econômicas entre a totalidade social e as formas espaciais, apresenta a formulação dos complexos territoriais de produção e reprodução.

Para estabelecer essas mediações, Coraggio (1991) opera em dois níveis de concretude. Em um nível mais geral, através de subsistemas de relações de produção e circulação, que permite identificar os agentes ou grupos econômicos particularizados, suas posições, funções ou papéis definidos pela inserção nessas relações de produção e circulação, além dos fluxos e relações agregadas entre eles. Em outro nível, de maior concretude, através de complexos de articulação em que se visualizam relações físico-técnicas, assim como agentes individualizados. Nesse caso, os agentes não aparecem como grupos puros e, portanto, podem estar inseridos em múltiplas estruturas e desenvolver comportamento determinado não apenas pelo interesse econômico, mas também ideológico, político e cultural. No caso dos complexos, tende a haver interseção entre dois ou mais subsistemas e, além disso, torna-se possível uma delimitação de sua espacialidade social.

A opção pelos subsistemas de produção e circulação, assim como seu desdobramento em complexos de produção e reprodução se justifica, para o autor, como adequada para estabelecer relações entre o macrossocial e o espacial a partir de três argumentos: por requerer a análise das bases físico-técnicas da produção, por recuperar a organicidade entre a produção e circulação enquanto base da reprodução social, por priorizar a determinação dos diversos agentes-sujeitos envolvidos na produção, permitindo a incorporação das estruturas que dão forma à produção, não apenas econômicas, mas político-ideológicas e etno-culturais, conferindo a concretude necessária para articular a análise social com a espacial. Essa perspectiva afasta-se de uma estrutura social formada por classes 'puras', substituindo-as por agentes sociais concretos que se configuram como unidades efetivas de realização das relações sociais e das práticas de reprodução social.

Ao mesmo tempo, a análise dos subsistemas de produção e circulação, para Coraggio (1991), diferencia-se de outras 'análises de sistemas', pois, em geral, essas

não se vinculam a uma teoria substantiva dos processos aos quais se aplicam, além de priorizarem as relações de acoplamento e complementaridade que apresentam o subsistema como “um todo harmônico que tem que, quase naturalmente, reproduzir-se” (p. 74). A proposta apresentada por Coraggio, ao contrário, busca uma vinculação clara com uma teoria mais geral da reprodução econômica e social de recorte marxista e, por isso, pode incorporar na análise dos subsistemas “as relações contraditórias (de oposição ou de diferenciação, por um lado; de caráter antagônico ou não, por outro) e assim mesmo os conflitos emergentes das mesmas, assim como as formas organizativas que podem gerar forças sociais contrapostas” (p. 74).

Os subsistemas de produção e circulação, assim, como seus desdobramentos mais concretos em complexos de produção e reprodução, são vistos como processos complexos com tendências tanto de autorregulação, como de tensões internas que afetam sua possibilidade de reprodução e que levam à transformação de sua estrutura, o que implica em uma análise, necessariamente, dinâmica. Além disso, esses complexos são vistos como ‘sócio-natural’, ou seja, integradores da vinculação dos agentes sociais com a natureza, através dos meios de produção que possuem, dos parâmetros sociais mais gerais que lhe dão sentido (preços e mercado, disponibilidade de força de trabalho, padrão tecnológico e comportamento dos produtores), dos objetivos sociais diferenciados dos agentes e suas possibilidades de realização.

Precisando a definição de subsistema de produção e circulação, Coraggio (1991) conceitua-o como um conjunto de atividades de produção e/ou circulação que apresentam tanto articulação físico-técnica entre si, como organicidade social. A articulação físico-técnica, para o autor, aproxima-se do conceito de cadeia produtiva, porém ampliando-o através da incorporação de certas condições da produção relevantes quanti ou qualitativamente no conjunto do subsistema, como a reprodução da força de trabalho e da própria terra. A organicidade social implica em que essas atividades tenham uma unidade estrutural a ponto de que se uma se paralisar ou tiver funcionamento inadequado, afeta o funcionamento do conjunto. Essa organicidade pode ser alcançada mediante propriedade jurídica comum, mecanismos de mercado e/ou programação social do conjunto, que faz com que os subsistemas abarquem não apenas atividades de produção e circulação material, mas unidades de regulação e controle.

Os complexos de produção e reprodução desdobram-se da análise dos

subsistemas, porém identificando e recortando as unidades social e tecnicamente diferenciadas que efetivamente entram em relação entre si. Para tanto, faz-se necessário identificar os agentes concretos de realização do complexo, assim como os processos que os articulam entre si. Coraggio (1991) sugere que essa identificação pode se dar pelos processos de trabalho, processos sociais de produção, processo de acumulação capitalista ou processo de reprodução social.

A delimitação do complexo pelo processo de trabalho tem como ponto de partida o produto resultante desse processo, identificando todas as operações relevantes requeridas para se chegar a ele, incluídas as que envolvem a reprodução da força de trabalho e a reprodução dos meios de produção, incluídas a terra. Para Coraggio (1991), dessa forma pode-se ter um esqueleto descarnado do complexo, pois faltaria incluir não apenas os fluxos econômicos e de transferência de valor, como as relações sociais de produção, os mecanismos mercantis e não mercantis de apropriação do excedente e os processos de dominação política, levando a serem incorporados os agentes da regulação e controle social da produção. A inclusão desse conjunto de elemento na análise garantiria a configuração dos processos sociais de produção.

No nível do processo de acumulação capitalista a ênfase passa da produção de um determinado valor de uso para a delimitação, a partir de um conjunto ou fração de capital que, na maior parte das vezes, se estende para outros setores ou ramos de produção e também a atividades especulativas. Coraggio (1991) alerta que, nesse nível, pode-se captar melhor a dinâmica de acumulação do capital, que não se restringe a um único setor ou região, entretanto, pode levar a certo obscurecimento tanto da regulação que o capital faz das operações de produção que controla, dadas as dificuldades de se “apreender o movimento global de sua circulação e valorização, em um âmbito multisetorial e multirregional” (p. 70), como das relações estabelecidas com outras formas de produção não tipicamente capitalistas.

Por fim, o recorte no nível dos processos de reprodução social, ao passar de análises limitadas à base econômica para outras com maior ênfase nos mecanismos de dominação, leva a nova redefinição do objeto, buscando identificar os subsistemas de dominação associados a certo subsistema de produção e/ou de acumulação. Esse movimento, para Coraggio (1991), só pode realizar-se se aproximando de outras escalas e suas diversas instâncias e mecanismos de dominação que incidem, inclusive, sobre as regiões. O objeto de estudo, nessa perspectiva, não pode se definir



com base em um setor de produção, mas no “complexo de atividades rural-urbanas que constitui a base material sobre a qual se sustentam as condições imediatas de reprodução da população, de cuja estrutura de dominação se está efetuando a análise” (p. 72). Assim, evidenciam-se as contradições subjacentes aos conflitos que acompanham os processos de reprodução social.

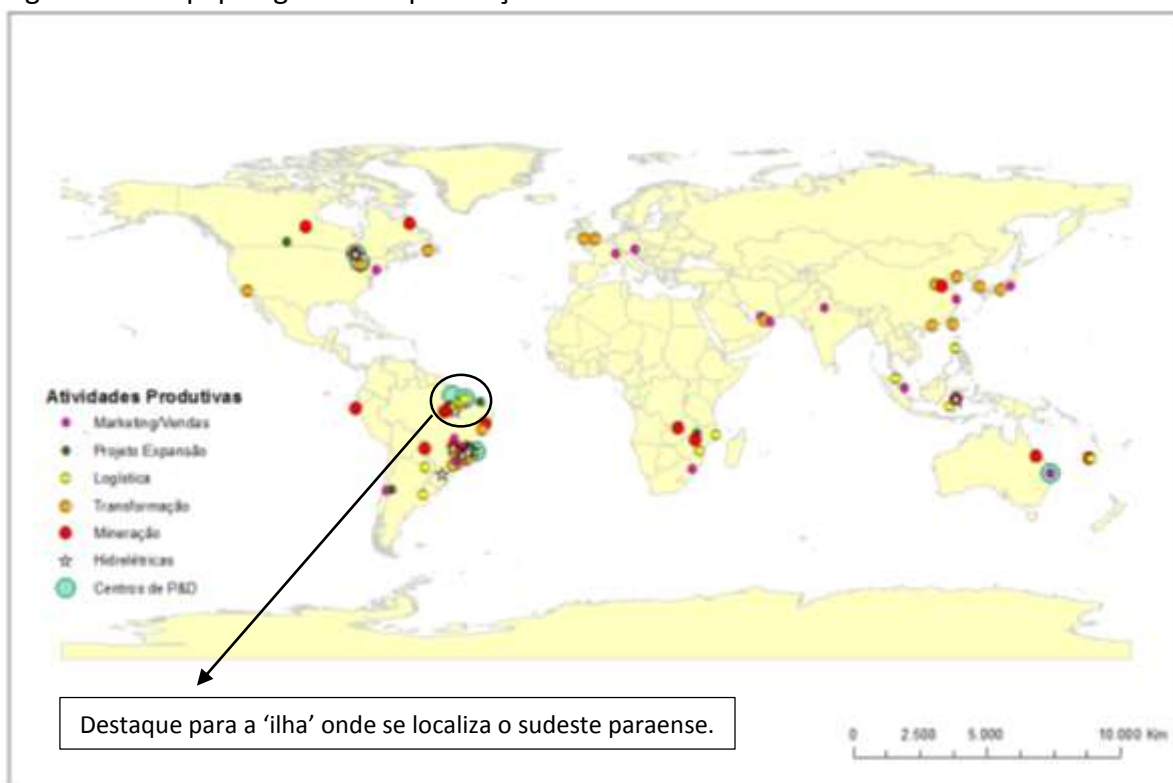
Em certas situações, as relações de um complexo podem se reproduzir com elevado grau de processos internos a ele, assim como seus suportes materiais podem estar localizados em um âmbito relativamente compacto, configurando o que Coraggio (1991) denomina de complexo territorial de produção e reprodução. Um complexo territorial não é um sistema fechado, por isso, não apresenta limites totalmente nítidos, tampouco “compreende a totalidade das condições para a reprodução de suas atividades e relações” (p. 73). Por isso, o autor afirma que a regionalização dos subsistemas não é o ponto de partida e nem pode ser considerada a priori, mas sim, como o ponto de chegada da análise, pois são as relações de reprodução e sua configuração territorial que permite demarcar seus limites.

Finalizando essa exposição da proposição de Coraggio (1991), é importante destacar, como o faz o próprio autor, que a análise dos complexos territoriais não pode ser um fim em si mesmo, uma vez que só adquire sentido se ele se mostra inserido em totalidades mais amplas em outras escalas, como a nacional e mundial. Daí a importância de sua construção teórica e metodológica já apoiar-se em conceitos que permitem essa reinserção.

#### **4.1 Subsistema de produção e circulação mineral do sudeste paraense**

Para uma primeira aproximação ao complexo de produção e reprodução do sudeste paraense faz-se necessário compreender o papel estruturante do subsistema de produção e circulação baseado na mineração. Seu papel estruturante se dá, sobretudo, por imprimir um caráter estratégico a esse território em função da elevada densidade de bens naturais específicos com potencial de serem transformados em recursos naturais fundamentais para a produção capitalista global. O interesse e atuação de grandes corporações mineradoras nesse território, como o exemplo da empresa Vale S A, insere o sudeste paraense num território-arquipélago da própria corporação (fig. 4.1), conectando-o a circuitos de produção-circulação mundiais.

Figura 4.1: Arquipélago VALE – presença da mineradora Vale S.A. no mundo.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da VALE, <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/across-world/Paginas/default.aspx>>. Acesso em set./2017

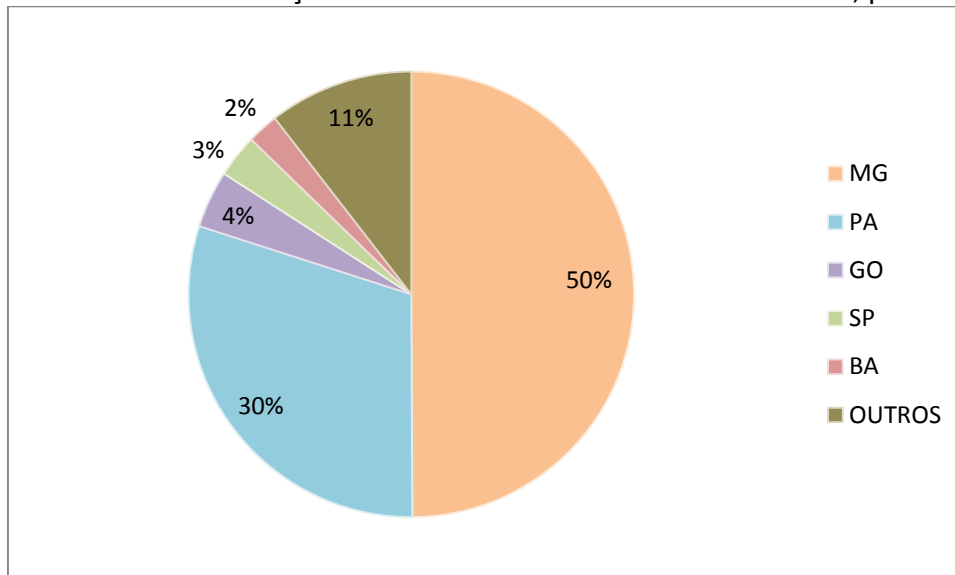
Ao mesmo tempo, esse potencial econômico também é estratégico para os interesses do estado brasileiro e para a estratégia de acumulação nacional, aproximando, não sem tensões e contradições, os interesses capitalistas e territoriais sobre essa região. A mensuração da importância desse subsistema regional para a dinâmica de acumulação no Brasil pode ser observada quando confrontado em relação ao conjunto da exploração mineral nacional e estadual. Tomando como indicador os dados de arrecadação da CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais<sup>18</sup>, pode-se aferir a importância relativa da atividade mineral em cada localidade.

Considerando o período entre 2005 e 2014, o gráfico 4.1 mostra que os estados de Minas Gerais e do Pará concentraram 80% da arrecadação nacional, sendo, respectivamente, 50% em MG e 30% no PA. Esses dados revelam uma elevada concentração da atividade mineral nesses dois estados, reflexo da rigidez locacional

<sup>18</sup> Segundo o DNPM, órgão do governo que arrecada e administra o recurso, toda e qualquer pessoa física ou jurídica habilitada a extrair substâncias minerais para fins econômicos deve pagar a CFEM, calculada a partir de seu faturamento líquido, na seguinte proporção: 3% para minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio; 2% para ferro, fertilizante, carvão, demais substâncias, 1% para ouro e 0,2% para pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonetos e metais nobres.

dessa atividade econômica, altamente dependente da existência de bens naturais passíveis de serem transformados em recursos econômicos.

Gráfico 4.1: Arrecadação acumulada da CFEM entre 2005 e 2014, por estado.



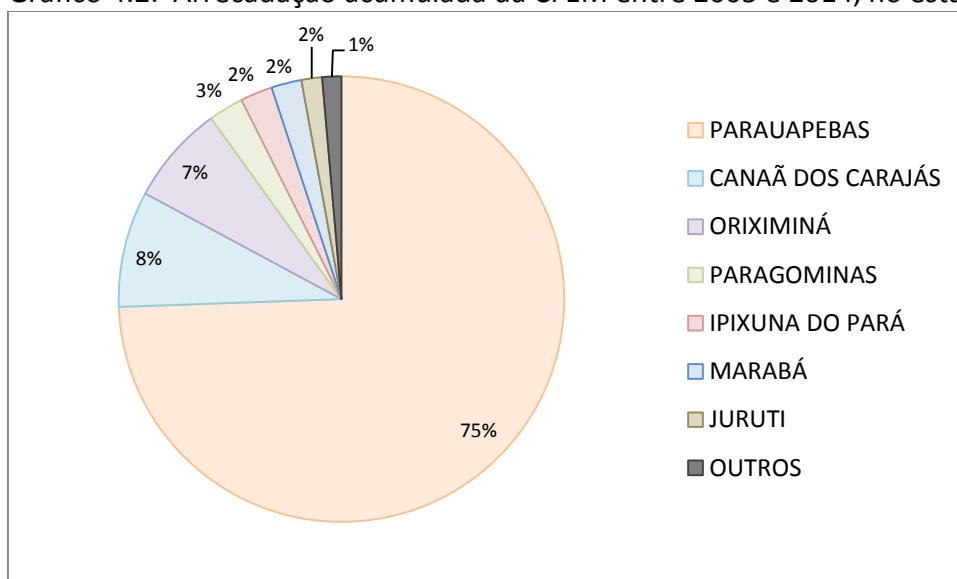
Fonte: <[https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao\\_cfem.aspx](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx)> Acesso em: 02/02/2018. Elaboração do autor.

Obs. Valores deflacionados para dez.14, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100)

Considerando apenas a arrecadação no estado do Pará, para o mesmo período, também se verifica o grau de concentração espacial da atividade mineral. Conforme o gráfico 4.2, um grupo de 7 municípios concentrou cerca de 99% da arrecadação no estado. O município de Parauapebas arrecadou, sozinho, 75% desse total, colocando-se como o principal município minerador do estado.

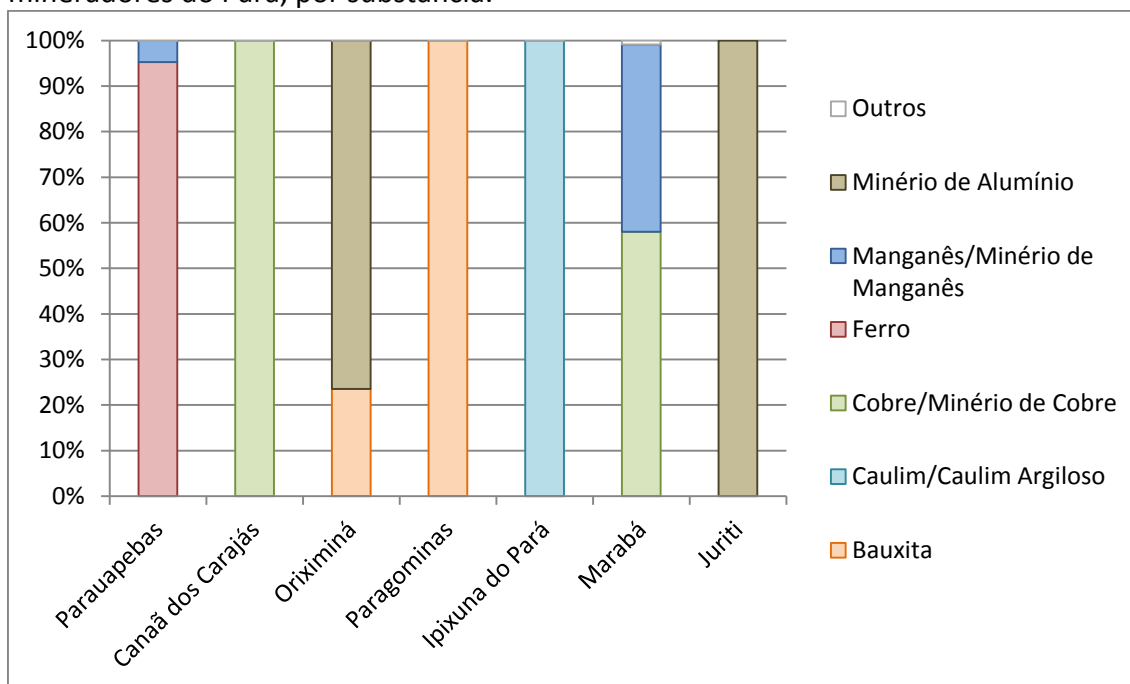
O gráfico 4.3 indica os principais minérios explorados em cada um desses grandes municípios mineradores do Pará. As principais substâncias mineradas responsáveis pelas arrecadações nesses municípios foram, respectivamente, ferro em Parauapebas; manganês, em Parauapebas e Marabá; cobre em Canaã dos Carajás e Marabá; minérios de alumínio, dentre eles a bauxita, em Juriti, Oriximiná e Paragominas; caulim em Ipixuna do Pará.

Gráfico 4.2: Arrecadação acumulada da CFEM entre 2005 e 2014, no estado do Pará.



Fonte: <[https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao\\_cfem.aspx](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx)> Acesso em: 02/02/2018. Elaboração do autor. Valores deflacionados para dez.14, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100)

Gráfico 4.3: Arrecadação acumulada da CFEM entre 2005 e 2014 nos principais municípios mineradores do Pará, por substância.

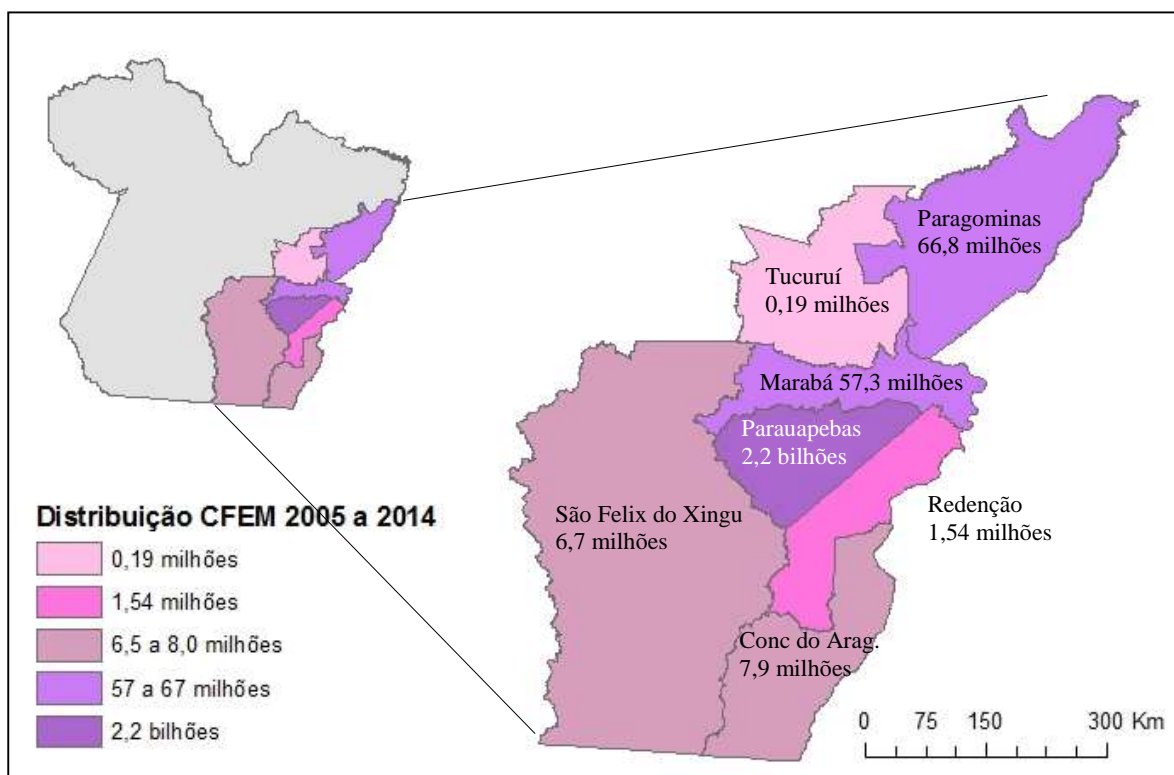


Fonte: <[https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao\\_cfem.aspx](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx)> Acesso em: 02/02/2018. Elaboração do autor (FM). Valores deflacionados para dez.14, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100)

Do ponto de vista mesorregional, 04 desses 07 grandes municípios mineradores encontram-se no sudeste paraense: Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá e Paragominas. Os três primeiros estão diretamente vinculados à província

mineral de Carajás que, assim, se configurou como a responsável por cerca de 85% da arrecadação da CFEM do estado do Pará nesse período. Essa concentração mineral reflete-se também na distribuição dos recursos do CFEM, conforme figura 4.2, altamente concentrada na microrregião de Parauapebas, seguida de Paragominas e Marabá, que representa um fator chave nas dinâmicas econômicas e socioespaciais nessas áreas.

Figura 4.2: Distribuição do CFEM entre 2005 e 2014 nas microrregiões do sudeste paraense.



Fonte: <[https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao\\_cfem.aspx](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem.aspx)> Acesso em: 02/02/2018. Elaboração do autor. Valores deflacionados para dez.14, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100)

O gigantismo da exploração mineral de Carajás não se explica apenas pela elevada concentração de minério nessa região, mas por decisões econômicas e políticas que foram determinantes para a estruturação de sua extração. Bunker (2007) indica a necessidade de se observar os processos materiais da produção natural e social do espaço como base de explicação de estratégias sociais e geopolíticas ligadas às atividades extrativistas. Nessa perspectiva, Carajás corresponde a uma das mais importantes minas de ferro do mundo, em termos de quantidade e qualidade do material extraído, mas que origina uma mercadoria volumosa e de baixo valor unitário o que leva a uma grande “deseconomia do espaço”, agravada pela sua distância de

qualquer porto.

Nessa perspectiva, Bunker (2007) sugere que a estruturação da exploração do ferro de Carajás deu-se a partir de uma disputa geopolítica mais ampla entre corporações e governos. O projeto inicial de estruturação da exploração de Carajás, apresentado pela parceria CVRD e US Steel, previa uma ferrovia de cerca de 150 km até o rio Tocantins, transporte por balsas até Belém e embarque em navios de menor calado para exportação, o que levaria a uma escala bem menor da exploração de ferro e a embarque em navios menores, o que limitaria a exportação a distâncias mais curtas, por exemplo, até os EUA. A ruptura entre CVRD e US Steel, em 1977, expressou a vitória de um projeto de escoamento por cerca de 890 km de ferrovia entre a mina e o porto de São Luís no Maranhão, de águas profundas que possibilitam o embarque em navios de maior calado, viabilizando uma escala competitiva em nível global. Essa estratégia foi induzida e financiada por consórcios japoneses e pelo Banco Mundial e, segundo Bunker (2007), permitiu a globalização da produção de ferro e o deslocamento de indústrias de aço para a Ásia. Definiu-se, assim, um circuito de produção-circulação necessariamente global que só se viabiliza se operar em grande escala.

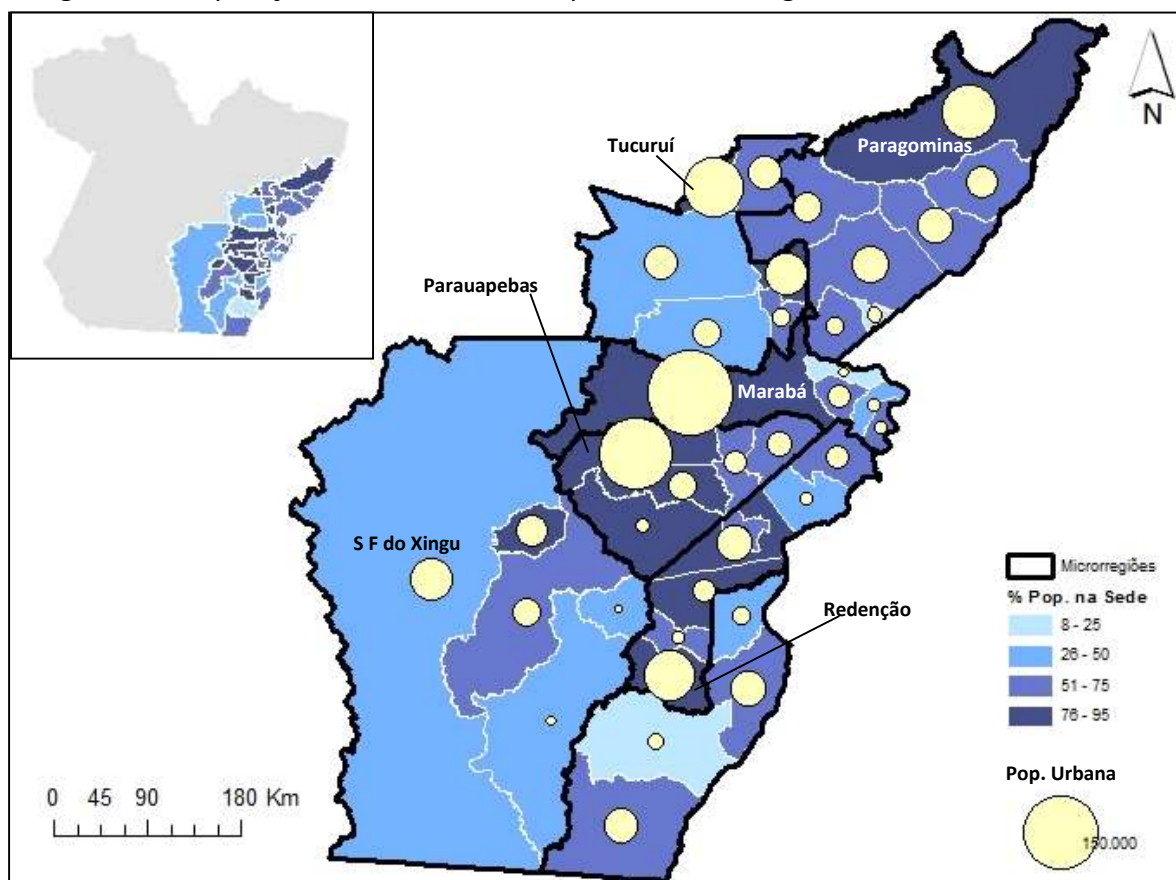
Becker (2015b, p. 475) indica que os obstáculos para a exploração da província mineral de Carajás não se resumiam à questão do transporte para vencer grandes distâncias, mas, além disso, a falta de energia e de mão de obra. Para a autora, a superação desses dois obstáculos contou com a participação direta do Estado, seja através da construção da UHE de Tucuruí, entre 1974 e 1984, seja através da estruturação de um mercado de trabalho regional. Assim, para a autora, o Estado empenhou-se em ordenar um espaço transnacional a partir de um sistema logístico global de transporte, da garantia de energia em grande quantidade e com preços subsidiados e da estruturação de núcleos urbanos que assegurassem a constituição de um mercado de trabalho regional.

Para Becker (2015b, p. 483), o papel das cidades na integração amazônica foi de “assegurar as relações com centros distantes através da circulação de bens, capital e informação; organizar o mercado de trabalho local, atuando como pontos de atração e residência de migrantes”, sua ressocialização e treinamento, além de sua circulação intra-região, em um contexto em que se requer uma força de trabalho móvel e com capacidade de desempenhar diferentes tarefas. Além disso, os núcleos urbanos tornaram-se a base dos projetos industriais e da sede de gerência de todos os

projetos. Assim, esses núcleos atuam como mediadores entre espaços nacional e transnacional.

Essa estruturação inicial de um projeto minerário com forte vinculação com a existência de núcleos urbanos ajuda a explicar seu desenvolvimento posterior e a distribuição populacional na região no período atual. A figura 4.3 mostra, para o ano de 2010, uma elevada concentração da população nas sedes municipais, especialmente, nos municípios onde se desenvolveram grades projetos minerários como Parauapebas e seu entorno, Canaã dos Carajás, Marabá, Paragominas, além de Tucuruí, sede da usina hidrelétrica de fornecimento de energia. Além dessa urbanização, a figura indica a concentração da população urbana nas cidades de Marabá (186,2 mil hab.), Parauapebas (138,7 mil hab.), Tucuruí (92,4 mil hab.), Paragominas (76,5 mil hab.) e Redenção (70,1 mil hab.) que, juntas, somam 49,1% da população urbana da mesorregião.

Figura 4.3: População Urbana nos Municípios da Mesorregião Sudeste Paraense em 2010.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do IBGE – Censo Demográfico, 2010 (tabela 761).

A concentração populacional já indica algumas pistas para se analisar a hierarquia da rede urbana regional, porém não a explica por completo. Em pesquisa sobre a região de influência das cidades – REGIC, o IBGE apresenta um quadro mais amplo sobre essa hierarquia. Nesse estudo realizado em 2007, o IBGE retomou a concepção dos primeiros estudos realizados na década de 1960 e que deram origem a divisão do país tanto em microrregiões homogêneas, quanto em regiões funcionais urbanas. Nessa concepção, partiu-se da classificação dos centros urbanos, no caso atual privilegiando indicadores de sua atuação como centro de gestão do território (gestão federal, gestão empresarial e existência de equipamentos e serviços), e posteriormente buscou-se estabelecer suas regiões de influência através da intensidade de ligações entre esses centros, a partir de diferentes indicadores<sup>19</sup>.

No caso do sudeste paraense, conforme figura 4.4, Marabá aparece como o centro mais importante da região, classificado como capital regional de 3º nível, sendo influenciada hierarquicamente apenas por Belém, o centro mais importante do estado. A região de influência de Marabá abrange boa parte da mesorregião, com exceção de partes significativas da microrregião de Paragominas e de Tucuruí, ambos centros subregionais de 3º nível influenciados diretamente por Belém.

Redenção aparece no estudo como o segundo centro mais importante, classificado como centro subregional de 2º nível, com área de influência que abrange a totalidade das microrregiões de São Felix do Xingu e Conceição do Araguaia, além de parte significativa da própria microrregião de Redenção. No interior dessa região, aparecem áreas de influência mais direta de Conceição do Araguaia, centro de zona nível A, e Xinguara e Tucumã, ambos centros de zona de nível B.

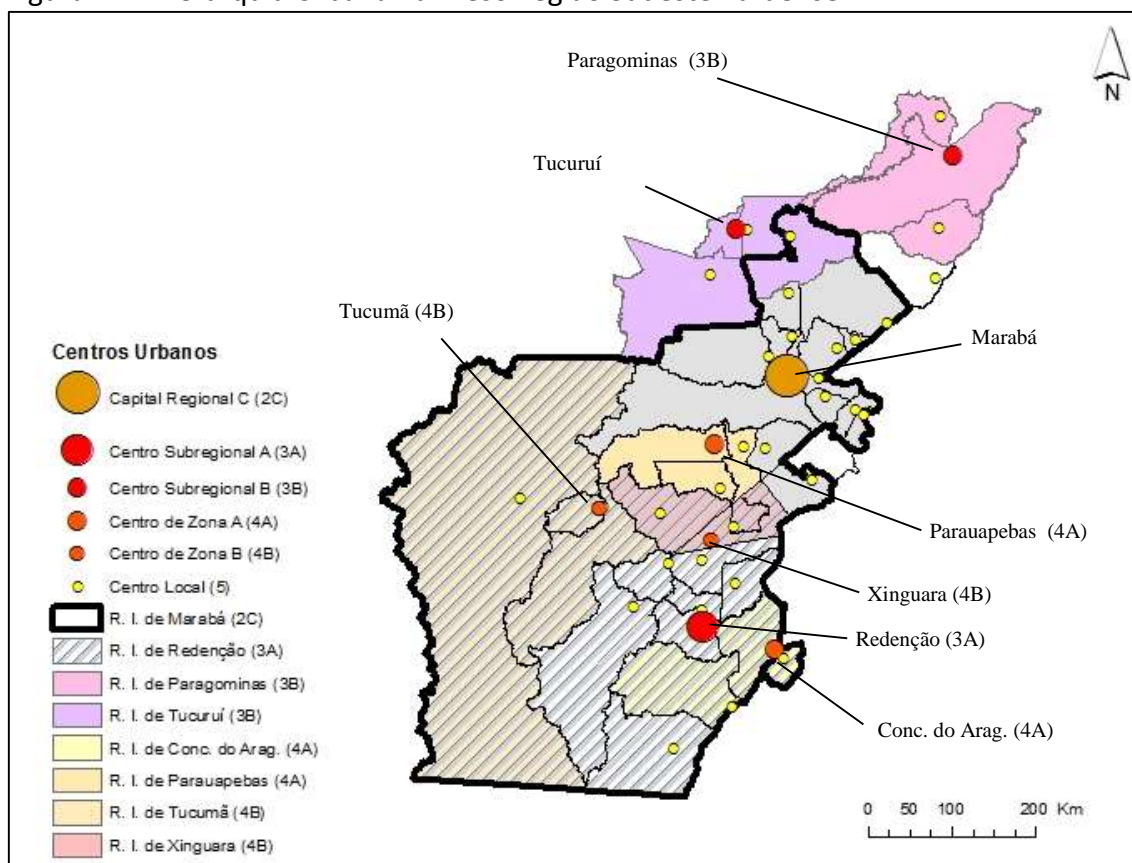
A área fora da influência de Redenção e sob influência direta de Marabá, corresponde as microrregiões de Marabá, Parauapebas e parte das microrregiões de Tucuruí e Paragominas. Nesse caso, parte da microrregião de Parauapebas tem influência direta dessa cidade, que é classificada como centro de zona nível A. Marabá, portanto, aparece como o principal centro urbano com uma região de influência sobre 32 municípios, além dele mesmo, incluindo um município do estado do Tocantins (Couto Magalhães) e 07 a menos do que os que compõem a mesorregião sudeste paraense.

---

<sup>19</sup> Para uma explicação detalhada da metodologia, ver IBGE, 2008.



Figura 4.4: Hierarquia Urbana na Mesorregião Sudeste Paraense.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de IBGE (2008) – Região de Influência das Cidades.

A posição hierárquica de Marabá na rede urbana do sudeste paraense é analisada por Trindade Jr. e Ribeiro (2009). Para os autores, Marabá configurou-se como uma cidade média e intermediária tanto por polarizar um número significativo de centros menores a partir de sua condição de principal cidade comercial e política regional, como por desempenhar funções urbanas que “servem de mediação entre as pequenas cidades da região e as metrópoles regionais e extrarregionais” (p. 342).

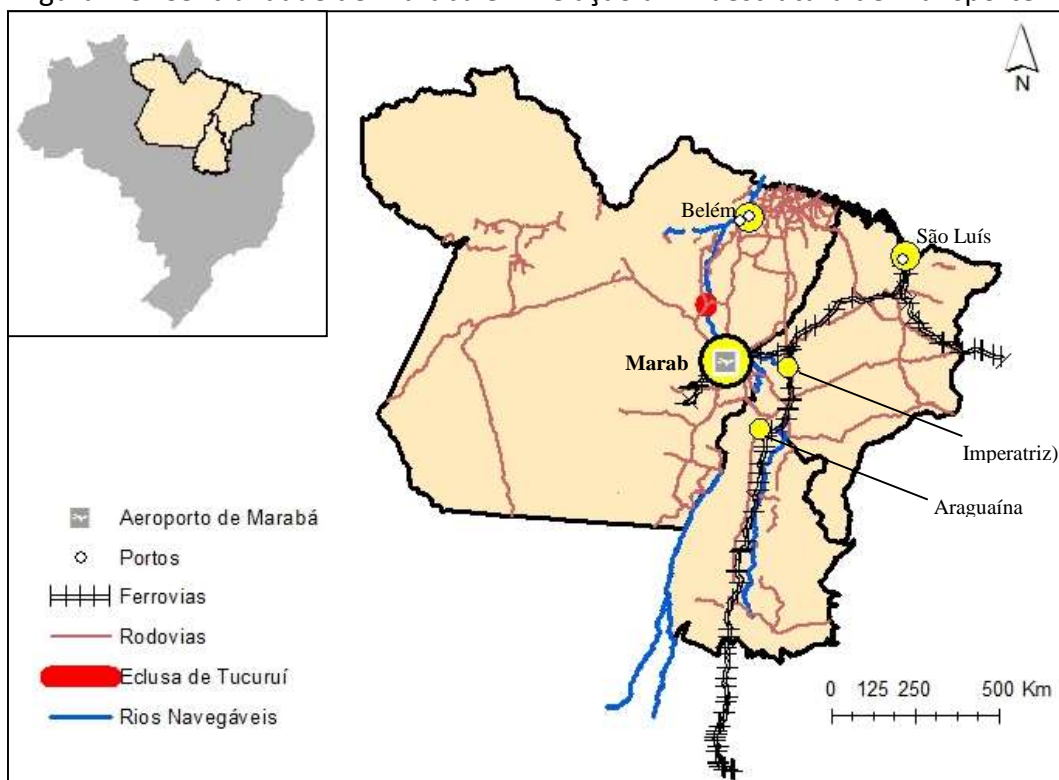
Essa posição pode ser explicada por uma combinação de elementos históricos, especialmente o papel de principal centro político regional alcançado pela cidade em períodos anteriores em que predominava a economia extrativista da castanha, mas também pelo seu papel assumido na reestruturação produtiva que marcou a região a partir dos anos 1960. As transformações promovidas pelo estado e grandes corporações deram centralidade não apenas pela capacidade de influenciar uma rede de proximidade territorial, mas também redes de maior distância diretamente ligada aos fluxos materiais e imateriais necessários à reprodução do capital.

Para Trindade Jr. e Ribeiro (2009), a centralidade de Marabá assenta-se,

portanto, na presença relativamente concentrada de agentes políticos e econômicos, assim como de instituições públicas e privadas, com capacidade de articulação em outras escalas, que lhe confere papel de fórum regional de decisões políticas. Ao mesmo tempo, seu dinamismo econômico transforma a cidade em espaço de atração de investimentos, novos agentes econômicos e força de trabalho, retroalimentando o próprio crescimento.

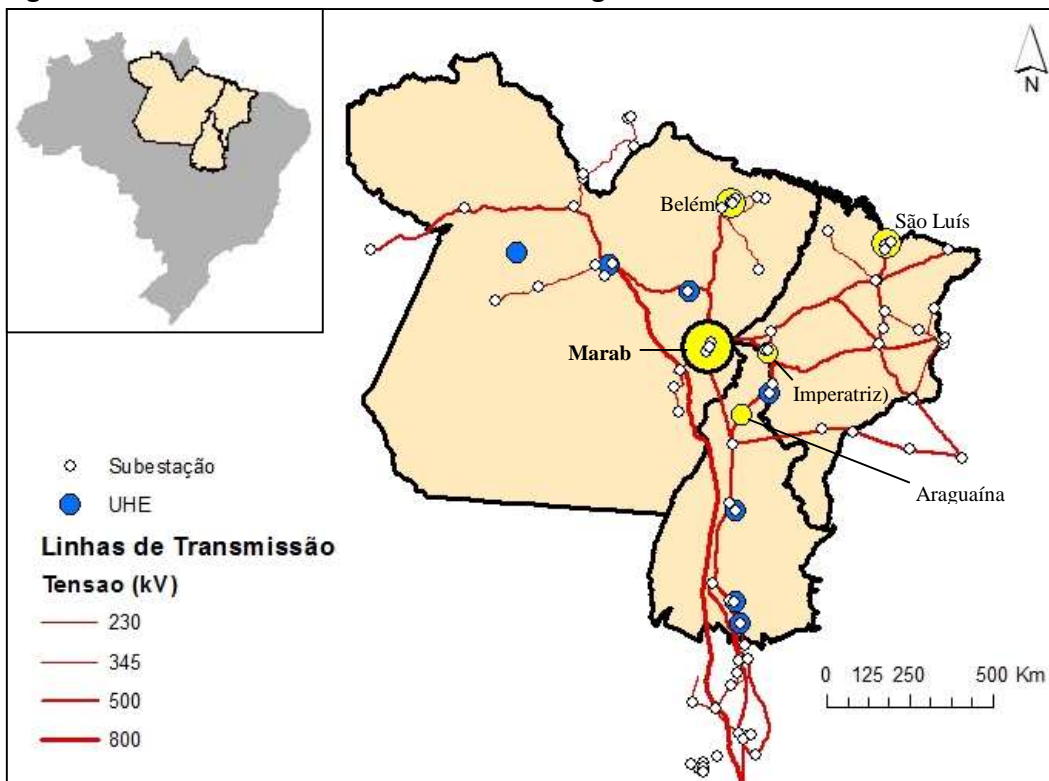
O dinamismo econômico assenta-se, em grande medida, na existência de projetos de interesse do grande capital. Por isso, uma medida importante da centralidade de Marabá está na sua infraestrutura de interligação aos circuitos globais de produção e reprodução capitalista, assim como as instituições e relações sociais que permitem que esses fluxos ocorram. As figuras 3.5 e 3.6 permitem uma visualização da infraestrutura de transporte e energia concentrada em Marabá, entroncamento de vias de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo, que lhe confere uma condição de nó de um sistema amplo de circulação, configurando-se com um ponto central da rede urbana e de projetos produtivos localizados em uma vasta área no seu entorno, além de importante ponto de ligação entre a Amazônia, o nordeste brasileiro e a parte oriental do centro-oeste.

Figura 4.5: Centralidade de Marabá em Relação à Infraestrutura de Transporte.



Fonte: Reelaboração do autor, a partir de Trindade Jr. e Ribeiro (2009, p. 349) e shapefiles DNIT e Iterpa.

Figura 4.6: Marabá e a Infraestrutura de Energia.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de shapefiles ANEEL.

As análises de Trindade Jr. e Ribeiro (2009) indicam que em Marabá, assim como na maior parte das cidades médias da Amazônia, há uma dinâmica mais recente de aumento do fluxo e da intensidade da acumulação de capitais, porém que não rompe com um elevado grau de exclusão social. Essa dinâmica leva a produção de espaços com importante centralidade, porém com pequena incorporação de horizontalidades decorrentes dos investimentos realizados, configurando cidades mais marcadas pelos fluxos do que pela existência de fixos modernos. Essa situação reflete, portanto, seus papéis subordinados na divisão territorial do trabalho, mais como 'regiões do fazer', do que 'regiões do mandar'.

#### 4.2 Subsistema mineral e suas articulações econômicas urbano – regionais

Para se analisar as articulações econômicas regionais do subsistema de produção e circulação mineral do sudeste paraense tomar-se-á como referência os estudos de Costa (2012b), especialmente os apresentados no capítulo 12 – Sistemas Agrários, Arranjos Produtivos e Economia Local: estrutura e dinâmica do sudeste

paraense (p. 339 – 433). No primeiro item desse capítulo, o autor busca analisar a configuração espacial da economia da mesorregião sudeste paraense, desenvolvendo metodologia que busca integrar modelos gravitacionais de hierarquização do espaço com métodos de análise de causalidade de polarizações desenvolvidas no âmbito das teorias do desenvolvimento endógeno. Esse item não será aqui abordado, uma vez que este tipo de análise já foi apresentado com base no estudo da REGIC realizado pelo IBGE, mais atualizado e com diferenças metodológicas em relação ao estudo de Costa (2012b). Apesar dessas diferenças, ambos estudos coincidam na constatação da importância hierárquica de Marabá, como centro urbano polarizador da dinâmica socioeconômica regional.

O item seguinte do texto de Costa (2012b), denominado de ‘A dinâmica da economia do sudeste paraense 1990 – 2007’ é o que mais diretamente fundamentará a análise aqui realizada. Nesse item, o autor apresenta uma questão de fundo: a economia local do sudeste paraense, em função de como são utilizados os bens naturais pela extração mineral e produção agropecuária tende a uma dinâmica de boom-colapso ou apresenta possibilidades de retenção de recursos e diversificação e dinamização de sua economia urbana e regional?

Do ponto de vista metodológico, a construção da análise baseou-se em uma matriz insumo-produto com metodologia ascendente, objetivando apresentar “uma ‘fotografia’ de uma dada economia, em que se demonstra a interdependência dos seus componentes na formação do produto final [...] e da renda” (p. 362). Para tanto, o autor desenvolveu metodologia própria para organização de dados secundários fornecidos por órgãos governamentais (IBGE, MTE, IPEA), dados primários de pesquisa de campo e dados econômicos fornecidos pela mineradora Vale<sup>20</sup>. Na construção dessa matriz, o autor procurou ir além de uma setorização demasiadamente abstrata, buscando identificar a diversidade de agentes econômicos; as aglomerações presentes nessa economia local, tendo como referência as noções de APL- Arranjos Produtivos Locais, que refletem interatividade entre esses agentes; as relações com a economia extra-local.

Nessa perspectiva, a matriz insumo-produto construída por Costa (2012b, p. 381) diferencia três tipos de agentes responsáveis pela produção de base agrária (fazendas, unidades camponesas, mineração), bem como diferentes frações do

---

<sup>20</sup> Para uma descrição detalhada dessa metodologia, consultar Costa (2012, p. 364 – 379).

capital comercial e industrial presentes nessa economia. Além disso, organiza as interações entre esses agentes e frações do capital em três APLs (fazenda, camponês, mineração) e as interações da economia local com o Pará e com o Brasil. Dessa forma, essa matriz insumo-produto já revela certo grau de concretude em que diferentes tipos de agentes socioeconômicos são identificados, bem como uma delimitação territorial.

Da apresentação dessa matriz, o autor desdobra sua análise em duas grandes linhas. Uma, baseada na teoria keynesiana do multiplicador da base, em uma perspectiva dinâmica em que o multiplicador cresce com o tamanho da economia, que procura analisar em que medida as forças exógenas gerariam concatenações internas capazes de pôr em movimento processos cumulativos de crescimento regional. Outra, baseada nos multiplicadores das matrizes inversas de Leontief, que busca “observar efeitos de retenção e transbordamento de capacidades econômicas e, com isso, indicar prevalência de forças centrípetas sobre as centrífugas no estabelecimento da capacidade de retenção local de excedentes” (p. 363).

Coerentemente com seus objetivos, o autor analisa as dinâmicas passadas nesta economia, entre os anos 1995 e 2004, e constrói modelos que permitem realizar projeções de futuro. Sua preocupação de fundo é captar as possibilidades que a expansão da extração mineral, que já se apresentava marcante naquele momento, gerasse condições de desenvolvimento econômico local para o conjunto dos setores. A principal inovação do seu modelo de análise é prever que os multiplicadores de base crescem com a expansão da economia e, portanto, amplia-se as possibilidades de que as forças endógenas alcancem certo patamar que permite que os setores locais funcionem a partir de dinâmica própria e sem uma dependência exclusiva da atividade mineradora, interrompendo as perspectivas de boom-colapso atreladas ao esgotamento mineral. Por isso, sua maior preocupação está em testar a capacidade do conjunto dessa economia reter ganhos econômicos, em que o principal tensionamento está na relação local e extra-local.

Um dos limites desse tipo de modelagem é que a projeção do crescimento da economia local, induzido a partir dos investimentos e expansão da mineração industrial, não prevê alterações na estrutura da matriz insumo-produto e, portanto, no padrão de relação entre os diferentes setores. Privilegia-se, assim, uma observação dos aspectos sinérgicos existentes na interdependência entre os setores, sem aprofundamento da análise dos conflitos entre eles. Na perspectiva aqui adotada

pretende-se avançar no caminho oposto, aprofundar a análise dos conflitos entre esses setores, pois as relações econômicas que eles estabelecem entre si também expressam relações de poder que se alteram à medida que os setores se expandem economicamente de forma diferenciada. As disputas na dominação e apropriação da terra por esses diferentes setores, por exemplo, é expressão direta das correlações de força entre eles. Os conflitos não são apenas entre dinâmicas locais e extra-locais, mas também entre os diferentes setores que atuam localmente.

Apesar dos limites nas projeções futuras derivadas desse modelo, o estudo de Costa (2012b) fornece pistas importantes sobre o funcionamento da economia urbano-regional de base agrária do sudeste paraense no início da década de 2000. Os dados construídos pelo autor revelam a importância adquirida pela produção de minério que, juntamente com os arranjos produtivos a ela relacionados, representam 74% da renda local. Diferentemente de estudos que atribuem as únicas possibilidades de crescimento da economia local a partir da verticalização da cadeia do minério ou da retenção de riqueza pela via da tributação, Costa (2012b) privilegia a análise dos efeitos gerados tanto pela produção local de insumos à mineração, assim como dos 'efeitos-renda' difusos no conjunto da economia, auferidos pela massa salarial e suas demandas de consumo. É por este caminho que o autor pode perceber como o incremento da produção mineral gera impactos positivos também na atividade rural, tanto patronal, como camponesa.

A leitura da tabela 4.1, simplificada e reorganizada a partir da matriz insumo-produto elaborada por Costa (2012b) para o ano de 2004, reforça a importância do setor mineral na mesorregião, responsável por 18,78% de todo o VBP gerado. Este setor possui pequenas ligações diretas com o conjunto da economia local, com exceção das vendas intermediárias para a indústria de beneficiamento local (corresponde a 1,59% do VBP regional) e da compra de insumos do comércio atacadista (0,13%) e comércio varejista e serviços (1,43%). Do total da renda bruta desse setor, a porção retida como lucro corresponde a 11,41% da renda bruta total da região, a parcela transferida ao estado na forma de impostos corresponde a 2,49% e a parcela transferida aos trabalhadores, na forma de salário, corresponde a 1,05%. Apesar dessa desproporção entre lucro e salário, o total dos salários gerados pela mineração tem peso significativo entre o conjunto, ficando atrás apenas da massa salarial transferida pelo comércio varejista e de serviços (1,43%).

Tabela 4.1: Estrutura da economia de base primária do sudeste paraense em 2004. Matriz Insumo-Produto CSa. em % do VBP / Renda Bruta.

	Produção Intermediária										Demanda Final				VBP
	Economia Local								Resto do Mundo	Total	Local		Resto do Mundo	Total	
	Produção (Setores Alfa)			Intermed. Primária	Indústria		Comércio				Famílias	Formação de Capital			
Fazenda	Camponês	Mineração	Benef.		Transf.	Atacado	Var./Serv.								
Local															
1a. Fazendas	0,02	-	-	0,03	0,72	0,07	0,15	0,27	0,01	1,27	1,02	0,61	-	1,63	2,90
1b. Camponeses	-	0,10	-	0,04	0,30	0,17	0,12	0,16	0,04	0,94	1,02	0,30	-	1,32	2,26
1c. Mineração	-	-	-	-	1,59	-	-	-	1,30	2,89	-	-	15,89	15,89	18,78
2. Inter. Primária	-	-	-	-	0,17	-	0,04	-	0,00	0,21	0,00	-	-	0,00	0,21
3. Ind. Benef.	-	-	-	-	0,08	0,22	0,02	0,62	1,53	2,46	0,01	-	1,88	1,89	4,35
4. Ind. Transf.	-	-	-	0,00	-	-	-	3,49	0,55	4,04	-	-	-	-	4,04
5. Atacado	0,01	0,01	0,13	-	0,01	0,81	0,09	2,26	0,44	3,74	0,02	-	-	0,02	3,76
6. Varejo e Serv.	0,38	0,19	1,43	-	0,04	-	0,00	-	0,00	2,04	12,40	2,52	-	14,92	16,96
Resto do Mundo	0,01	0,01	2,27	0,00	0,15	0,92	2,90	7,54	25,91	39,70	1,24	-	5,80	7,04	46,74
Total Insumos	0,41	0,31	3,82	0,08	3,04	2,18	3,32	14,33	29,78	57,28	15,71	3,43	23,58	42,72	100,00
Valor Adicionado	2,49	1,96	14,95	0,13	1,31	1,85	0,44	2,63	16,96	42,72					
Salários	0,67	0,29	1,05	0,01	0,28	0,28	0,16	1,43	2,88	7,05					
Lucros	1,77	1,66	11,41	0,11	0,86	1,52	0,24	0,80	12,34	30,71					
Impostos	0,05	0,00	2,49	0,01	0,18	0,05	0,04	0,40	1,73	4,96					
Renda Bruta	2,90	2,26	18,78	0,21	4,35	4,04	3,76	16,96	46,74	100,00					

Fonte: Reelaboração própria (redução da quantidade de informações e ajuste na organização dos dados), a partir de Costa (2012b, p. 381).

Obs: Renda Bruta = VBP = 100

O segundo setor, em importância econômica, é o de comércio varejista e serviços, responsável por 16,96% do VBP da economia regional. Diferentemente da mineração, esse setor possui relações mais diretas com a economia local, seja através da venda intermediária de insumos para os setores de produção agrária (fazendas – 0,38%, camponeses – 0,19% e mineração – 1,43%) e indústria de beneficiamento (0,04%), seja através da aquisição de mercadorias de fazendas (0,27%), camponeses (0,16%), indústria de beneficiamento (0,62%), indústria de transformação (3,42%) e comércio atacadista (2,26%). Em relação a demanda final, percebe-se a importância desse setor para o consumo local, não só pelo pagamento dos salários já mencionado, mas por que 12,4% do VBP desse setor vem das vendas finais para as famílias.

Esses dois segmentos, mineração e comércio varejista e serviços, representam, portanto, de maneira forte, as vinculações analisadas por Costa (2012b) dos efeitos-renda da atividade mineral na economia local. A mineração, em que pese relacionar-se muito mais fortemente com a economia extra-local, gera certa dinamização na economia local principalmente pela relação direta com o comércio varejista e serviços, seja pela compra de insumos, seja pelas demandas de consumo dos trabalhadores vinculados direta ou indiretamente à mineração ou ao próprio setor comercial e de serviços. Nesse processo, o setor de comércio e serviços também desempenha papel de indutor de crescimento econômico de outros setores, ao demandar produtos da produção rural (fazendas e unidades camponesas) e da produção industrial local.

Em relação a indústria regional, seu VBP corresponde a 8,39% do total sendo que 4,42% alcançado pela produção intermediária local. Sua interdependência com a economia local se dá pelo fornecimento de insumos à própria indústria (0,30%) e ao comércio/serviços (4,13%), mas também pela aquisição de insumos oriundos de fazendas (0,79%), unidades camponesas (0,47%), mineração (1,59%), indústrias (0,30%) e comércio/serviços (0,86%). O setor agropecuário, por fim, é o que tem menor participação no VBP regional, com 5,16% do total, sendo 2,9% gerado em fazendas e 2,26% gerados nas unidades camponesas. Sua relação com a economia local se dá tanto pela compra de insumos do comércio atacadista e varejista/serviços, como pela venda de insumos a indústrias (0,79% das fazendas e 0,47% das unidades camponesas) e comércio/serviços (0,42% das fazendas e 0,28% das unidades camponesas). Além disso, tanto as fazendas, como as unidades camponesas, atendem parcela da demanda final de famílias para consumo e de empresas para



formação de capital, além de protagonizarem uma circulação intermediária dentro do próprio setor agropecuário.

Esses dados sugerem que o conjunto dos estabelecimentos agropecuários podem beneficiar-se do crescimento econômico urbano-regional a partir da produção de mercadorias para o consumo, através de vendas diretas para famílias ou vendas mediadas pelo comércio local, para o consumo produtivo de indústrias e para a formação de capital em outras unidades produtivas do próprio setor agropecuário. A análise da produção agropecuária, através dos dados do censo agropecuário de 2006, pode aferir melhor essa dinâmica, adotando de uma classificação fornecida pelo próprio IBGE entre estabelecimentos da Agricultura Familiar (AF) e da Agricultura Não Familiar (ANF).

A classificação dos estabelecimentos de acordo com as categorias agricultura familiar ou agricultura não familiar foi disponibilizada no censo agropecuário de 2006, seguindo os critérios estabelecidos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define os parâmetros para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo esta Lei, em seu artigo 3º, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividade no meio rural em área de até 4 módulos fiscais, utilizando mão-de-obra predominantemente familiar, com renda predominantemente originada nas atividades econômicas de seu estabelecimento, com percentual mínimo de renda obtida nessas condições e dirige seu estabelecimento com sua família. Inclui, ainda, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos, nestes casos, com algumas flexibilizações nos parâmetros de tamanho da área utilizada.

Por se tratar de um termo polissêmico, faz-se necessário algumas ressalvas sobre o sentido da utilização da classificação agricultura familiar nesse capítulo. Neves (2012) indica que agricultura familiar pode ser apresentada com 4 conotações distintas. Como categoria analítica, ligada ao campo acadêmico, corresponde a uma forma de organização da produção e gestão das relações de produção e trabalho entre membros da família, englobando a agricultura de subsistência, a economia camponesa e os produtores mercantis referenciados nos fluxos de oferta e demanda, na padronização da mercadoria e na inclusão de tecnologias orientadas pela indústria. Como termo de designação distintiva de projetos societários visa demarcar a reafirmação da existência da produção familiar em um contexto de hegemonia do capitalismo neoliberal, contrapondo-se aos efeitos desestruturantes do modelo

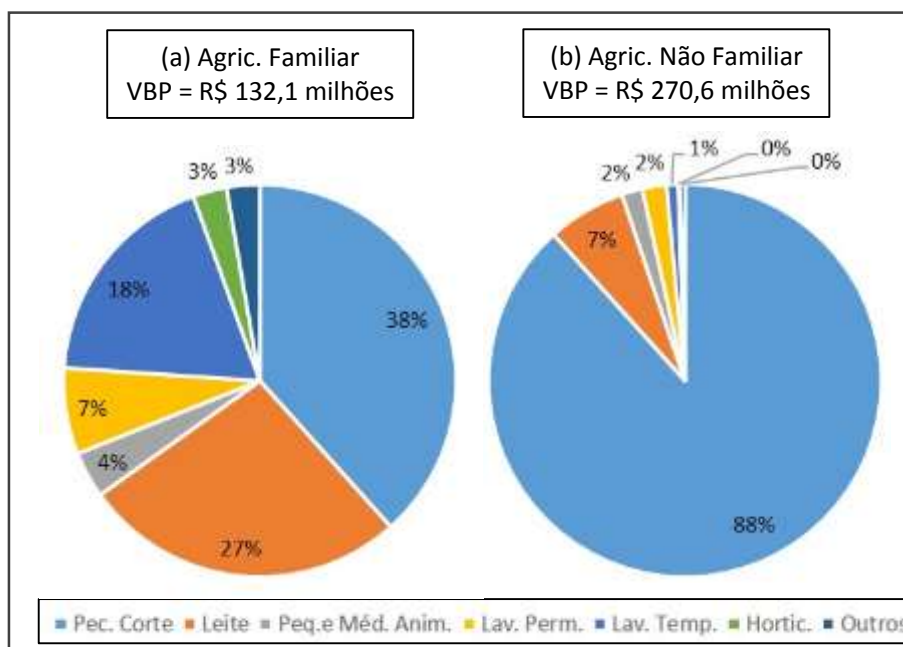
agroindustrial e, portanto, constituindo-se em oposição à agricultura patronal ou agroindústria, mas também à agricultura camponesa. Como termo de mobilização política corresponde uma generalização homogeneizante de diferentes públicos visando legitimar processos de transferência de recursos públicos diferenciados daqueles que contemplem a reprodução do capital e/ou a concentração dos meios de produção. Por fim, como termo jurídico, agricultura familiar exprime, como consequência de ação política de reafirmação de certas categorias de agricultores, existentes ou idealizadas, os critérios distintivos que asseguram direitos por legislação específica, especialmente, o decreto nº 1.946/1996 que cria o Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF e a lei nº 11.326/2006, já citada.

Neste capítulo, o sentido do termo agricultura familiar será baseado, prioritariamente, na sua conotação jurídica utilizada como critério de classificação adotado pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006, tendo como oposição a classificação agricultura não familiar. Dado seu caráter homogeneizante, não permite diferenciações mais próximas da diversidade de situações socioeconômicas existentes, tampouco um referencial político mais claramente definido a partir da evidência dos conflitos e que ganha mais força no termo agricultura camponesa/campesinato. Como sentido geral e abstrato, o termo agricultura familiar aqui empregado designa um “modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado” (Neves, 2012, p. 37).

Diferenciando os estabelecimentos não familiares e familiares, os gráficos 4.4 (a) e (b) expressam a composição do Valor Bruto da Produção – VBP em um grupo de 16 municípios que estão diretamente polarizados por Marabá e/ou Parauapebas e compõem o território de maior influência da produção mineral e atividades urbanas a ela relacionada. Esses gráficos, revelam, em primeiro lugar, a desigualdade do valor produzido por esses dois grandes grupos sociais, sendo o VBP não familiar 104,9% maior do que o VBP familiar. Em segundo lugar, expressam diferenças na composição dessa produção, com a agricultura não familiar apresentando 88,3% do VBP oriundo da pecuária de corte que, acrescido de 6,4% oriundo da produção de leite, elevam a contribuição total da pecuária a 94,8% do valor bruto. No caso da agricultura familiar, a composição é mais diversificada, sendo as principais atividades a pecuária de corte (38,4%), a produção de leite (26,8%) e as lavouras temporárias (18,4%) e

permanentes (7,1%). De toda forma, mesmo no caso da agricultura familiar, a participação da pecuária (corte e leite) no valor bruto produzido é de 65,1%.

Gráfico 4.4: Valor Bruto da Produção, em mil Reais, dos estabelecimentos agropecuários nos municípios de influência de Marabá e/ou Parauapebas, em 2006.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabela 1118. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 13/02/2018. Elaboração do autor.

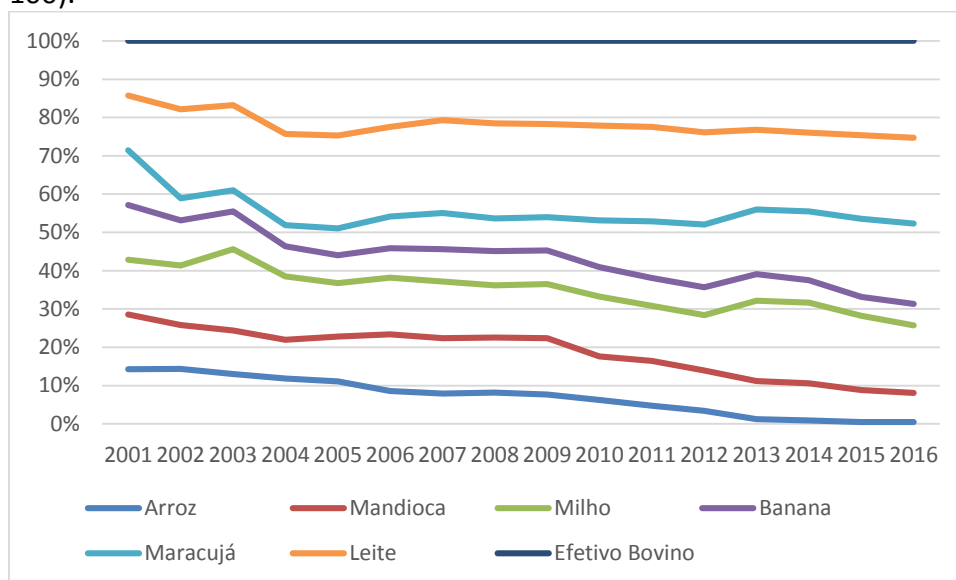
Obs. O município de São João do Araguaia foi excluído da amostra por apresentar dados inconsistentes.

Esses dados reforçam a tese de que tem ocorrido uma especialização da produção regional voltada à pecuária, mesmo nesses municípios que estão na área de influência direta de duas áreas urbanas expressivas. No caso da agricultura familiar, embora a pecuária represente 65,1%, há uma diversificação na composição do valor bruto relativamente maior, mas que não foi suficiente para uma melhoria na sua participação relativa na renda, restrita a 32,8% do total, mesmo considerando que esse grupo social representa 83,3% dos estabelecimentos nesses municípios. Indicam, portanto, uma tendência de especialização crescente na pecuária nos dois grupos sociais.

Os dados anuais fornecidos pelo IBGE, embora não sejam tão detalhados como os do censo agropecuário, reforçam a tendência de especialização pecuária. Comparando o efetivo bovino nesses mesmos municípios com a produção física dos mais importantes produtos das lavouras temporárias e permanentes, além do próprio leite, observa-se que todos sofreram uma redução relativa (graf. 4.5). No período entre

2001 e 2016, o crescimento do rebanho bovino nesses municípios superou o crescimento da produção física de leite, milho e maracujá, que também cresceram, porém em taxas menores, além da mandioca, banana e arroz, que decresceram.

Gráfico 4.5: Quantidade física produzida pelos estabelecimentos agropecuários nos municípios de influência de Marabá e/ou Parauapebas em relação ao Efetivo Bovino (2001 = 100).



Fonte: IBGE, PAM – tabela 1613, PPM – tabelas 3939 e 74. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 13/02/2018. Elaboração do autor.

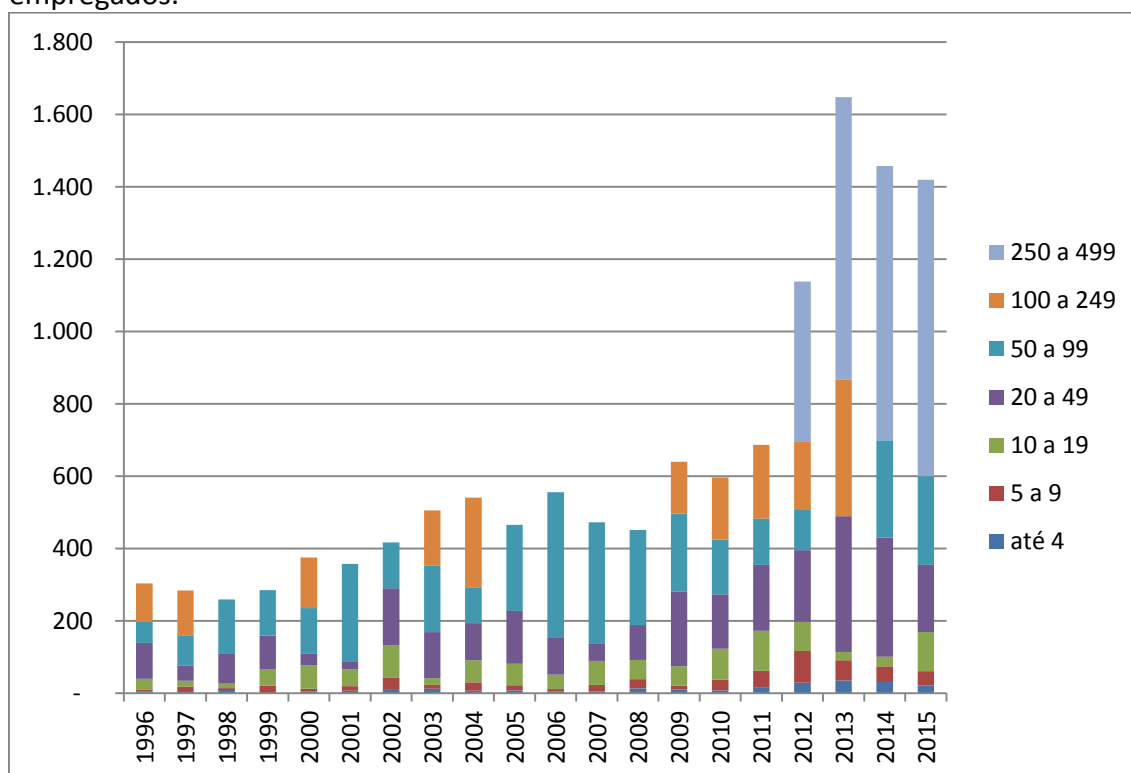
A economia urbana na região de influência de Marabá e Parauapebas, com forte influência da renda da mineração, não levou a formação de um mercado significativo de alimentos produzidos no seu entorno, o que poderia beneficiar a produção agropecuária local e, em especial, a agricultura familiar. Essa perspectiva de análise aproxima-se da de Silva, Diniz e Ferreira (2013) que, apoiando-se na conceituação dos dois circuitos da economia formulada por Milton Santos, analisam as relações entre o circuito superior e o inferior da economia de municípios selecionados no sudeste paraense com forte influência de dinâmicas recentes de expansão da mineração e pecuária<sup>21</sup>. Para esses autores, a causa dessa fraca ligação reside na inexistência de apoio institucional e de mediação entre os dois circuitos, que tenderia a ser superada se houvesse maior articulação entre agentes e políticas públicas, o que não deixa de revelar uma posição otimista dos mesmos em relação às possibilidades de crescimento do circuito inferior face à expansão do circuito superior,

<sup>21</sup> Além dos municípios de Marabá e Parauapebas, os autores incluem Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã, São Felix do Xingu e Xinguara.

sobretudo em função de maiores demandas por alimentos e por serviços produtivos e pessoais.

No entanto, quando se observa com maior atenção o setor de abastecimento de alimentos, verifica-se o contrário: uma concentração em empreendimentos de grande porte que tendem a comercializar alimentos produzidos pelo agronegócio nacional e bloquear canais de comercialização de alimentos tradicionalmente utilizados pela pequena produção familiar regional, os chamados circuitos curtos de comercialização. Analisando as empresas de comércio de alimentos classificadas sob CNAE 1.0 como 5212-4 (comércio varejista de produtos em geral, com predominância de comércio de alimentos – supermercado) e 5139-0 (comércio atacadista de produtos alimentícios não especificados) observa-se um crescimento e concentração do setor formal, conforme gráficos 4.6 e 4.7, em termos de emprego formal.

Gráfico 4.6: Trabalhadores(as) com Vínculo Ativo em supermercados (CNAE 5212-4), classificados por tamanho da empresa empregadora por classes de número total de empregados.



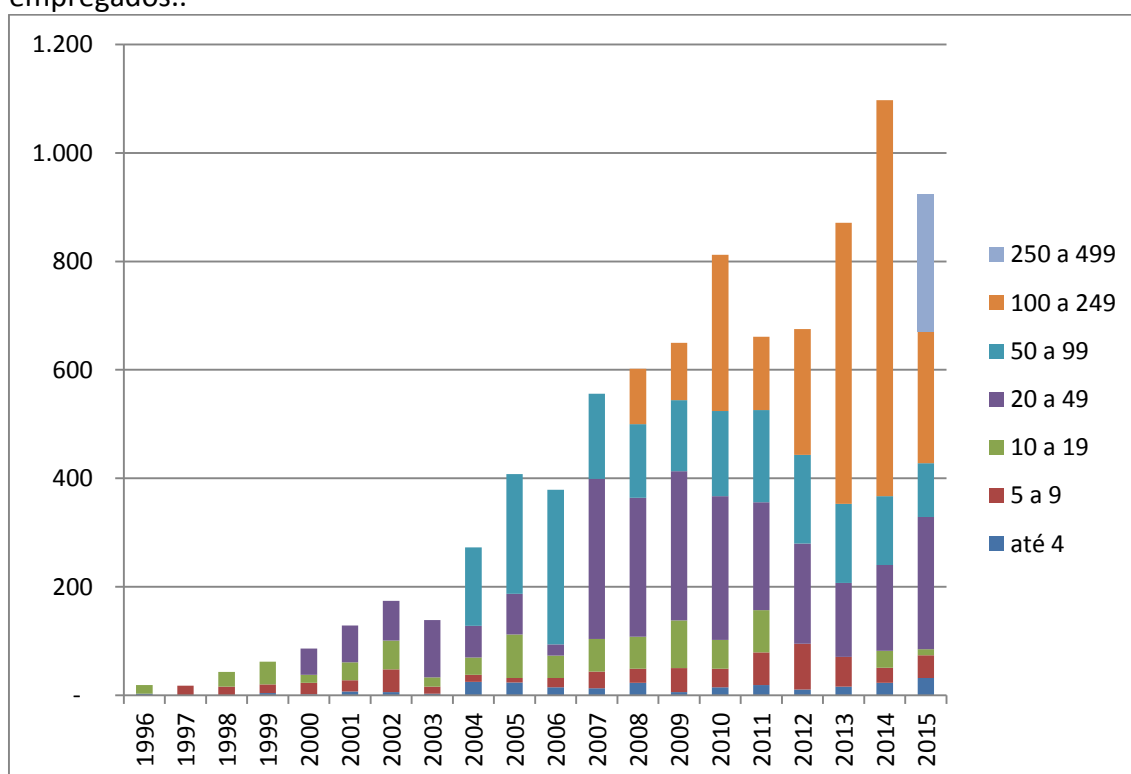
Fonte: MTE/RAIS – Disponível em <<ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/RAIS/>> Acesso em 23/03/2017.

A quantidade de trabalhadores empregados nos supermercados varejistas em Marabá passou de 285 no ano de 1999 para 1.648 no ano de 2013, refluindo para 1.420 em 2015. Se em 1999, o emprego em estabelecimento com menos de 50

empregados representava 55,8% do total, indicando uma maior dispersão da atividade varejista, em 2015 o emprego nesses estabelecimentos caiu para apenas 25,0% do total, ao passo que o emprego em estabelecimentos acima de 250 empregados concentrou 57,7% do total. Indica-se, assim, que o crescimento da comercialização de alimentos expandiu-se no circuito superior, com concentração da atividade nos grandes supermercados acima de 250 empregados.

No comércio atacadista (gráf. 4.7), a dinâmica é semelhante. O emprego total no setor passou de 62 em 1999 para 1.097 em 2014, refluindo para 923 em 2015. Além do crescimento quantitativo, esses dados revelam concentração do setor, com os estabelecimentos com mais de 100 empregados representando 66,5% do emprego total em 2014 e 53,6% em 2015. Os pequenos comércios atacadistas, com menos de 50 empregados, passaram de 100% em 1999 para 35,6% do emprego em 2015, revelando sua perda de importância relativa.

Gráfico 4.7: Trabalhadores(as) com Vínculo Ativo em comércios atacadistas (CNAE 5139-0), classificados por tamanho da empresa empregadora por classes de número total de empregados..



Fonte: MTE/RAIS – Disponível em <<ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/RAIS/>> Acesso em 23/03/2017.

Entrevistas realizadas em alguns dos principais comércios atacadistas e/ou varejistas de Marabá, em março de 2018, revelam que a quantidade e variedade de

produtos alimentícios com origem regional que são comercializadas nesses estabelecimentos é muito baixa. O supermercado varejista Líder, que ainda não consta das estatísticas disponibilizadas na RAIS, pois foi inaugurado em 2017, e se enquadra na classe de mais de 500 empregados, é abastecido com cerca de 90% de seus produtos alimentícios oriundos da sua sede em Belém. Inclusive a carne bovina é oriunda de frigoríficos do próprio grupo. A exceção são produtos como biscoitos e bolachas fornecidos por uma distribuidora de Marabá que, no entanto, são produzidos fora da região.

Em um dos principais supermercados varejistas e atacadistas em operação em 2018, Supermercado Colina, o abastecimento regional de alimentos tem importância relativa um pouco maior, porém mesmo assim muito baixa. Situado na classe de 100 a 249 empregados, o abastecimento regional concentra-se em arroz e feijão (20% do total comercializado é produzido regionalmente), farinha de mandioca (50%), banana (80%), mamão (50%), alface (80%) e cheiro verde (100%). Mesmo a carne, comprada de frigoríficos presentes na região, fica sob responsabilidade de entrega do próprio frigorífico e, portanto, pode ser produzida nos frigoríficos locais ou não, dependendo da programação de vendas do fornecedor.

No caso do comércio atacadista, o estabelecimento Atacadão, vinculado ao grupo Carrefour, inaugurou sua loja em Marabá, em 2017, inserido na classe entre 250 e 499 empregados. Ainda sem aparecer nas estatísticas disponibilizadas pela RAIS, reforça a tendência de concentração do setor. Nesse caso, o único produto regional comercializado com regularidade é alface, havendo, eventualmente, compra de outros horti-frutis para complementação de estoques, porém sem contratos fixos. Nesse caso, também o fornecimento de carne bovina se dá pelos frigoríficos com atuação na região, porém em processos semelhantes ao caso dos supermercados.

De acordo com a opinião dos entrevistados, que são gerentes de unidade e/ou responsáveis por abastecimento e reposição de estoque, as principais dificuldades de aquisição dos produtos regionais são: produtores são pessoas físicas e não podem emitir nota fiscal, tampouco têm interesse nisso; produtores regionais não tem possibilidade de cumprir contratos fixos em escala e regularidade de entrega, sendo mais fácil para os supermercados comprarem produtos de distribuidoras que garantem fornecimento padronizado durante todo o ano; os preços de custo dos produtores regionais são altos e não conseguem competir com grandes produtores nacionais, mesmo considerando o custo do frete; o pagamento realizados por esses

estabelecimentos não é à vista, sendo faturados em, pelo menos, 15 dias, o que torna a venda pouco atrativa aos produtores regionais; os compradores dessas empresas dão preferência ao relacionamento com empresas distribuidoras de maior porte que têm mecanismos de doação de presentes e porcentagens de vendas a esses funcionários (mesmo que de forma velada e não reconhecida oficialmente), prática inexistente na relação com produtores regionais e pequenos fornecedores.

A presença desses grandes estabelecimentos de comercialização de alimentos em Marabá não bloqueia os canais de comercialização de alimentos produzidos regionalmente apenas em relação à fração da população que compra diretamente nesses supermercados. Ao contrário, tem poder de influência também nos pequenos mercados de bairro e até junto a feirantes e vendedores ambulantes, representantes do circuito inferior da economia, que passam a abastecer-se nesses comércios atacadistas e/ou através de fornecedores destes supermercados, como distribuidoras e caminhoneiros de outras regiões. Ao introduzirem preços de alimentos vinculados às grandes cadeias de comercialização de produtos regionais, em muitos casos, esses grandes comércios atacadistas e varejistas passam a definir os preços, hábitos de consumo e padrões de apresentação dos produtos também nos pequenos estabelecimentos, em muitos casos passando a limitar a comercialização dos pequenos e médios produtores regionais. Além disso, esses estabelecimentos comerciais, ao praticarem vendas com cartão de crédito, ampliam a financeirização do cotidiano, criando mais uma desvantagem para os pequenos comércios locais.

Em estudo sobre o circuito inferior da economia em Marabá, Nunes (2015) analisa as feiras da cidade. A autora chama a atenção de que, no caso das duas principais feiras existentes, a Feira do Bairro Laranjeiras e a Feira da Folha 28, predominam feirantes citadinos e a venda direta por pequenos produtores rurais só ocorre aos finais de semana, sobretudo em espaços marginais da feira e do seu entorno. No caso da Feira do bairro Laranjeiras, essa presença é um pouco mais facilitada pela existência de um terminal de transporte alternativo em sua proximidade, que faz a ligação com assentamentos e vilas da zona rural, porém, mesmo assim, é marginal em relação ao conjunto dos vendedores. A situação só se inverte na Feira do Pequeno Produtor, em frente ao Sindicato de Trabalhadores Rurais no bairro Marabá Pioneira, em que predomina a comercialização pelos próprios agricultores, porém essa feira só acontece aos sábados e tem tamanho menor em relação às outras duas.



Em função dessa principal presença de feirantes não produtores, a autora percebe nas duas principais feiras de Marabá uma forte dependência de atravessadores que fazem a conexão com circuitos nacionais dominados por grandes produtores agrícolas. Mesmo no caso de legumes, frutas e verduras, a autora identifica forte presença de produtos oriundos de centros produtores do agronegócio nas regiões nordeste e centro-oeste. Além disso, em menor medida, a autora já percebia, em sua pesquisa de 2013, aquisição de produtos nas redes de atacado de Marabá, embora a preferência ainda era a compra dos atravessadores de fora que realizavam venda a prazo.

Tanto para Nunes (2015), como Amaral (2016), as feiras de Marabá mantêm as principais características do circuito inferior da economia urbana, em termos de densidade de capital, relações técnicas e de trabalho. Desde esse ponto de vista, para esses autores, são espaços que negam a ideia de uma cidade homogênea dominada pelas dinâmicas hegemônicas e reafirmam uma diversidade socioespacial urbana, inclusive podendo expressar, em certos casos, a produção de espaços e projetos de resistência. No entanto, fica claro que a presença e dependência de atravessadores amplia a comercialização de produtos oriundos de circuitos mais amplos, o que reduz, embora não elimine, a configuração dessas feiras, e do circuito inferior como um todo, como oportunidade de comercialização para a produção camponesa da própria região.

A ampliação dos produtos fornecidos por atravessadores e supermercados atacadistas condiz com as reflexões de Silveira (2009) de que as configurações atuais do circuito superior, fortemente financeirizadas, amplia suas influências sobre o circuito inferior. Para a autora, o circuito superior não despreza nenhum mercado, inclusive o das chamadas demandas banais da população pobre da cidade, especialmente quando pode introduzir seus sofisticados instrumentos financeiros. Nesse processo, quando as firmas do circuito superior se orientam para as camadas mais pobres, especialmente disponibilizando crédito desburocratizado, as pessoas podem consumir mais, porém tem menos oportunidades para produzir, reforçando, para a autora que, para o circuito inferior, a complementaridade com o circuito superior ganha a forma de dominação.

### **4.3 Subsistema de produção agropecuário do sudeste paraense**

As reflexões mobilizadas nos itens anteriores procuraram demonstrar que a expansão da economia urbana vinculada aos investimentos e operações da mineração, ao contrário da previsão de autores que viam oportunidades de desdobramentos positivos para o conjunto da economia, especialmente para o circuito inferior via efeito-renda, reforçou o poder estruturante das grandes empresas de comércio varejista e atacadista que tendem a inserir o abastecimento regional no circuito superior nacional de alimentos. A contraparte desse processo é a imposição de limites para a diversificação produtiva da produção agropecuária regional, em especial a agricultura familiar, subordinando-a a subsistemas de produção e circulação, como o pecuário, estruturados nacionalmente e articulados aos interesses mais gerais que conformam a coerência estruturada da região.

O aprofundamento dessa reflexão exige uma análise mais detalhada do subsistema de produção e circulação pecuário, que será realizada a seguir. Para uma primeira delimitação do subsistema de produção agropecuária do sudeste paraense pode-se analisar a tabela 4.2 que apresenta uma caracterização do ramo de produção agropecuário do estado do Pará. Apesar de ainda basear-se em um nível mais elevado de abstração, já se buscará definir a heterogeneidade de seus agentes socioeconômicos, a partir de dois recortes principais: a diferenciação dos grupos socioeconômicos envolvidos na produção agrária entre Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar; os recortes espaciais através da agregação dos dados em relação às mesorregiões paraenses definidas pelo IBGE.

Tabela 4.2: Comparativo entre estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar e Não Familiar, por mesorregiões do Pará, em 2006.

		Estabelecimentos						Área Média (ha)	Pessoal Ocupado		
		N° (*)	%	%	Área (**)	%	%		Abs. (***)	%	%
Baixo Amazonas	AF	26,4	13,5	89,6	1,1	15,6	51,5	40,5	84,3	14,4	87,9
	ANF	3,1	11,8	10,4	1,0	6,3	48,5	328,1	11,5	9,8	12,1
	Total	29,5	13,3	100,0	2,1	9,1	100,0	70,5	95,8	13,6	100,0
Marajó	AF	23,0	11,8	92,7	0,4	5,4	21,9	16,2	63,6	10,9	90,0
	ANF	1,8	7,0	7,3	1,3	8,3	78,1	730,2	7,1	6,0	10,0
	Total	24,9	11,2	100,0	1,7	7,4	100,0	68,6	70,7	10,1	100,0
Metropolitana	AF	6,9	3,5	86,7	0,1	1,4	42,8	13,8	20,4	3,5	78,1
	ANF	1,1	4,1	13,3	0,1	0,8	57,2	120,0	5,7	4,8	21,9
	Total	7,9	3,6	100,0	0,2	1,0	100,0	28,0	26,1	3,7	100,0
NE Paraense	AF	<b>74,8</b>	<b>38,1</b>	92,4	<b>1,5</b>	<b>21,8</b>	47,2	20,1	<b>240,6</b>	<b>41,1</b>	88,5
	ANF	6,1	23,5	7,6	1,7	10,5	52,8	274,5	31,3	26,6	11,5
	Total	80,9	36,4	100,0	3,2	13,9	100,0	39,3	271,8	38,7	100,0
SO Paraense	AF	22,0	11,2	84,2	1,5	21,8	34,6	68,1	61,3	10,5	79,0
	ANF	4,1	15,8	15,8	2,8	17,7	65,4	690,3	16,3	13,8	21,0
	Total	26,1	11,8	100,0	4,3	18,9	100,0	166,1	77,6	11,0	100,0
SE Paraense	AF	<b>42,9</b>	<b>21,9</b>	81,3	<b>2,3</b>	<b>34,0</b>	20,5	54,5	<b>114,8</b>	<b>19,6</b>	71,5
	ANF	<b>9,9</b>	<b>37,8</b>	18,7	<b>9,1</b>	<b>56,5</b>	79,5	919,5	<b>45,8</b>	<b>38,9</b>	28,5
	Total	52,8	23,8	100,0	11,4	<b>49,7</b>	100,0	216,1	160,7	22,9	100,0
Total	AF	196,0	100,0	88,3	6,9	100,0	30,0	35,1	584,9	100,0	83,2
	ANF	26,0	100,0	11,7	16,0	100,0	70,0	616,2	117,7	100,0	16,8
	Total	222,0	100,0	100,0	22,9	100,0	100,0	103,3	702,6	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabelas 1109; 1113 - Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 17/01/2018.

(\*) mil estabelecimentos ; (\*\*) milhões de hectares; (\*\*\*) mil pessoas ocupadas maiores de 14 anos

A primeira diferenciação entre os agentes socioeconômicos será construída em função da propriedade dos meios de produção, que é ponto de partida para uma análise das relações sociais de um complexo territorial que evidencie suas contradições estruturais. A tabela 4.2 revela a existência de 222 mil estabelecimentos agropecuários no estado do Pará, no ano de 2006, ocupando 22,9 milhões de hectares e 702,6 mil trabalhadores. Os estabelecimentos classificados como da agricultura familiar, ou seja, em que a família é possuidora da terra enquanto principal meio de produção, decide sobre como utilizá-la e a utiliza a partir de força de trabalho predominantemente familiar, correspondem a 88,3% do total, enquanto os estabelecimentos classificados como não familiares, em que há a separação da propriedade dos meios de produção e da força de trabalho, correspondem a 11,7%. A distribuição do pessoal ocupado segue relação direta, com 83,2% nos estabelecimentos familiares e 16,8% nos não familiares, porém, em relação a apropriação das terras, há uma inversão, pois enquanto os familiares detêm apenas 30,0%, os não familiares detêm 70,0% do total.

As duas mesorregiões com maior relevância agropecuária são a nordeste paraense e a sudeste paraense que, somadas, representam 60,2% dos estabelecimentos, 63,6% da área e 61,6% do pessoal ocupado. No entanto, essas duas mesorregiões apresentam diferenças importantes entre si, por exemplo, em relação a área ocupada total que é de 3,2 milhões de hectares no nordeste paraense e de 11,4 milhões de hectares no sudeste paraense. Além disso, a área dos estabelecimentos do nordeste paraense é mais densamente ocupada, com 80,9 mil estabelecimentos e 271,8 mil pessoas, o que confere uma área média de 39,3 ha/estabelecimento e 11,8 ha/trabalhador. No sudeste paraense, ao contrário, a área total maior apresenta uma menor densidade na ocupação, com 52,8 mil estabelecimentos e 160,7 mil pessoas, correspondendo a uma área média de 216,1 ha/estabelecimento e 70,9 ha/trabalhador.

Outra diferença entre as duas mesorregiões se dá na capacidade acumulada de apropriação da terra por cada um desses grupos socioeconômicos, apesar de que ambas reproduzam a condição geral de concentração da propriedade da terra de todo o estado. No nordeste paraense, os estabelecimentos familiares, que correspondem a 92,4% do total, ocupam 47,2,8% da área, enquanto no sudeste paraense, os estabelecimentos familiares são em menor número relativo, 81,3% do total, e ocupam uma área relativa bem menor, de apenas 20,5% do total. As áreas médias por

estabelecimento familiar refletem as diferenças de extensão da área total de cada mesorregião, sendo de 20,1 ha no nordeste paraense e de 54,5 ha no sudeste paraense. Da mesma forma, os estabelecimentos não familiares também apresentam discrepância nas áreas médias, com 274,5 ha no nordeste paraense e 919,5 ha no sudeste paraense.

A relevância agropecuária dessas duas mesorregiões também pode ser verificada através do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) que, somado, corresponde a 68,5% do total estadual. Sua desagregação, conforme tabela 4.3, confirma as diferenciações já percebidas no caso da propriedade da terra, com um peso relativo maior da agricultura familiar no nordeste paraense, que apresenta um VBP correspondente a 28,5% do total estadual, contra um VBP da agricultura familiar do sudeste paraense correspondente a apenas 9,0%. Ao contrário, os estabelecimentos não familiares invertem sua força econômica nas duas regiões, com VBP de 8,3% do total estadual, no caso do nordeste paraense, e de 22,7%, no caso do sudeste paraense.

Tabela 4.3: Comparativo do Valor Bruto da Produção da Agricultura Familiar e Não Familiar, por mesorregiões do Pará, em 2006 (valores em %).

		Vegetal	Animal	Outros	Total	Vegetal	Animal	Outros	Total
AF	Baixo Amazonas	77,8	14,4	7,8	100,0	6,8	2,5	20,1	5,7
	Marajó	96,3	2,2	1,5	100,0	14,5	0,7	6,9	9,8
	Metropolitana	90,1	7,2	2,7	100,0	3,6	0,6	3,1	2,6
	NE Paraense	94,0	2,9	3,2	100,0	41,2	2,5	41,1	28,5
	SO Paraense	72,9	26,5	0,6	100,0	5,0	3,6	1,3	4,4
	SE Paraense	37,6	61,1	1,3	100,0	5,2	16,8	5,2	9,0
	Total	82,7	14,5	2,8	100,0	76,2	26,6	77,9	60,0
ANF	Baixo Amazonas	39,5	58,3	2,3	100,0	1,0	2,8	1,7	1,6
	Marajó	39,7	59,6	0,7	100,0	0,8	2,4	0,4	1,3
	Metropolitana	25,1	74,3	0,6	100,0	1,0	5,9	0,7	2,6
	NE Paraense	68,5	27,5	4,0	100,0	8,8	7,0	15,1	8,3
	SO Paraense	42,5	57,1	0,4	100,0	2,2	6,0	0,6	3,4
	SE Paraense	28,7	70,9	0,3	100,0	10,0	49,4	3,6	22,7
	Total	38,7	60,1	1,2	100,0	23,8	73,4	22,1	40,0

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabela 1118 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 17/01/2018.

As diferenças na extensão da propriedade fundiária no nordeste e sudeste paraense se refletem também nos sistemas de produção agropecuários dessas

mesorregiões. No caso da agricultura familiar, verifica-se um peso muito maior do VBP vegetal nos estabelecimentos do nordeste paraense, que corresponde a 94,0% do seu VBP total, do que no sudeste paraense, onde predomina o VBP animal, que corresponde a 61,1% do seu VBP total. No caso da agricultura não familiar dá-se o mesmo, com maior peso do VBP vegetal no nordeste paraense, correspondendo a 68,5%, e maior peso do VBP animal no sudeste paraense, correspondendo a 70,9% do seu total. Os estabelecimentos não familiares do sudeste paraense são responsáveis por 49,4% de todo o VBP animal do estado, seguido dos estabelecimentos da agricultura familiar dessa mesma mesorregião, com 16,8% do total, fazendo com que a mesorregião sudeste paraense seja responsável por 66,2% do VBP animal do estado, o que indica a importância da pecuária nessa mesorregião.

As diferentes capacidades de apropriação do principal meio de produção agropecuário – a terra – pelos dois grupos de agentes socioeconômicos não tem uma relação direta com a capacidade de produção de valor econômico. Observando-se o conjunto do estado, os estabelecimentos não familiares detêm 70,0% da terra, mas só são responsáveis por 40,0% do VBP. No entanto, essa relação não se reproduz de maneira homogênea em todo o estado, refletindo relações de poder econômico entre estabelecimentos familiares e não familiares desiguais nas diferentes mesorregiões. No caso do sudeste paraense, fica evidente a correlação de força econômica mais favorável aos estabelecimentos não familiares, responsáveis por 22,7% do VBP agropecuária do Pará, contra apenas 9,0% dos estabelecimentos familiares.

A análise da tabela 4.4 permite visualizar outras diferenças na propriedade dos meios de produção, derivados da posse da terra, porém expressos na forma de natureza transformada. No caso do nordeste paraense, os estabelecimentos familiares, além de deter quase a metade da terra total, são proprietários da maior parte das áreas de lavoura, sendo 68,5% das lavouras temporárias, 65,8% das lavouras perenes e 67,1% dos SAF (sistemas agroflorestais), o que lhes permite um VBP tão elevado na produção vegetal. Já no caso do sudeste paraense, os estabelecimentos não familiares, além de deterem 79,5% da terra, também detêm 78,7% das pastagens, principal meio de produção da pecuária bovina e que lhes confere a força econômica central na mesorregião. Além disso, ainda detêm a maior parte das terras de lavoura embora, como será analisado mais adiante, de forma concentrada em certas microrregiões.

Tabela 4.4: Comparativo entre Agricultura Familiar e Não Familiar em relação à posse de áreas com diferentes formas de utilização, em 2006 (valores em %).

		Lav. Temp.	Lav. Perm.	SAF	Pastagens	Matas Nativas	Outro	Terras Inaprov.	Total
Baixo Amaz.	AF	66,8	67,2	70,8	51,6	48,1	62,9	50,0	51,5
	ANF	33,2	32,8	29,2	48,4	51,9	37,1	50,0	48,5
Marajó	AF	63,1	49,7	11,5	5,1	26,8	16,6	27,2	21,9
	ANF	36,9	50,3	88,5	94,9	73,2	83,3	72,8	78,1
Metrop.	AF	66,0	40,2	73,1	15,1	52,6	51,0	48,8	42,8
	ANF	34,0	59,8	26,9	84,9	47,4	49,0	51,2	57,2
NE Paraense	AF	68,5	65,8	67,1	28,6	45,5	53,4	47,6	47,2
	ANF	31,5	34,2	32,9	71,4	54,5	46,6	52,4	52,8
SO Paraense	AF	58,9	55,1	32,1	29,6	37,1	26,2	35,8	34,6
	ANF	41,1	44,9	67,9	70,4	62,9	73,8	64,2	65,4
SE Paraense	AF	36,0	31,1	30,2	21,3	16,9	27,5	26,7	20,5
	ANF	64,0	68,9	69,8	78,7	83,1	72,5	73,3	79,5
Total	AF	59,5	55,9	46,0	23,7	31,1	37,7	39,0	30,0
	ANF	40,5	44,1	54,0	76,3	68,9	62,3	61,0	70,0

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabela 1112 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 17/01/2018.

Tabela 4.5: Comparativo entre Agricultura Familiar e Não Familiar em relação ao efetivo bovino, em 2006 (valores em %).

	AF	ANF	Total	AF	ANF	Total	AF	ANF	Total
Baixo Amazonas	59,3	40,7	100,0	10,5	3,3	5,5	3,3	2,2	5,5
Marajó	7,0	93,0	100,0	0,7	4,0	3,0	0,2	2,8	3,0
Metropolitana	17,4	82,6	100,0	0,2	0,4	0,3	0,1	0,3	0,3
NE Paraense	28,4	71,6	100,0	5,9	6,7	6,5	1,8	4,6	6,5
SO Paraense	37,3	62,7	100,0	18,8	14,3	15,7	5,9	9,8	15,7
SE Paraense	29,0	71,0	100,0	64,0	71,3	69,0	20,0	49,0	69,0
Total	31,2	68,8	100,0	100,0	100,0	100,0	31,2	68,8	100,0

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabela 1224 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 17/01/2018.

Ainda relacionado à produção pecuária, a tabela 4.5 revela outro desdobramento na apropriação diferenciada de meios de produção entre esses dois grupos de agentes socioeconômicos: o rebanho bovino. Para o conjunto do estado do Pará, os estabelecimentos não familiares detêm 68,8% desse rebanho, sendo que sua maior concentração está na mesorregião sudeste paraense com 71,3% de todo o rebanho desses estabelecimentos e 49,0% do total estadual. No caso dos

estabelecimentos familiares, o rebanho também está concentrado na mesorregião sudeste paraense, com 64,0%, o que corresponde a 20,0% do rebanho estadual. Nesse contexto, a mesorregião sudeste paraense concentra 69,0% do rebanho estadual.

Relacionando as informações sobre valor bruto da produção, área e pessoal, conforme a tabela 4.6, pode-se estimar o valor bruto produzido por área utilizada e por trabalhador disponível para cada grupo de estabelecimentos. Nessa tabela, utilizou-se a relação VBP/área utilizada e VBP/trabalhador disponível obtida com o conjunto dos estabelecimentos do estado como referência, para observar a posição relativa de cada estrato mesorregional, indicando com o sinal (+) quando o valor estava acima da média estadual e (-) quando estava abaixo.

Tabela 4.6: Intensidade do Uso do Solo e do Trabalho, nas mesorregiões do Pará em 2006.

		VBP (A) *	Área Utiliz. (B) **	VBP por área (R\$/ha)		Trab. (C)	VBP por trabalhador	
				(A/B)	rel. à média		(A / C)	rel. à média
Baixo Amaz.	AF	285.196	509	560,7	-	99.681	2.861,1	-
	ANF	80.353	404	199,0	-	12.960	6.200,1	-
	Total	365.549	912	400,6	+	112.641	3.245,3	-
Marajó	AF	495.556	230	2.159,1	+	71.824	6.899,6	+
	ANF	65.332	935	69,9	-	7.735	8.446,3	-
	Total	560.889	1.165	481,6	+	79.559	7.050,0	+
Metrop.	AF	130.806	45	2.936,2	+	23.210	5.635,8	+
	ANF	129.938	82	1.582,5	+	5.983	21.717,9	+
	Total	260.744	127	2.058,6	+	29.193	8.931,7	+
NE Paraense	AF	1.437.605	916	1.568,6	+	266.923	5.385,8	+
	ANF	419.368	991	423,3	+	33.531	12.506,9	-
	Total	1.856.973	1.907	973,7	+	300.454	6.180,6	-
SO Paraense	AF	224.212	643	348,9	-	70.071	3.199,8	-
	ANF	172.216	1.391	123,8	-	17.671	9.745,7	-
	Total	396.428	2.033	195,0	-	87.742	4.518,1	-
SE Paraense	AF	453.172	1.739	260,5	-	133.503	3.394,5	-
	ANF	1.146.692	6.145	186,6	-	49.119	23.345,2	+
	Total	1.599.864	7.884	202,9	-	182.622	8.760,5	+
Total / Média	AF	3.026.547	4.081	741,6		665.212	4.549,7	
	ANF	2.013.899	9.947	202,5		126.999	15.857,6	
	Total	5.040.447	14.028	359,3		792.211	6.362,5	

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabelas 1112; 1113; 1118 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 17/01/2018.

\* Em mil R\$

\*\* Área utilizada: área total excluída as áreas com matas nativas (para reserva legal ou não), terras degradadas e terras inapropriadas para a agropecuária. Em mil hectares.



Esses dados sintetizam as análises de que o conjunto dos estabelecimentos da mesorregião nordeste paraense estão posicionados acima da média estadual na produção de valor por unidade de área utilizada, o que conferiria estratégia, seguindo denominação utilizada por Costa (2012a), de exploração econômica baseada em trajetória terra-intensiva. Ao contrário, na mesorregião sudeste paraense, observa-se uma estratégia de exploração econômica baseada em trajetória terra-extensiva, valendo tanto para os estabelecimentos não familiares, como para os familiares.

A comparação entre a relação VBP e trabalho disponível entre essas duas mesorregiões também revela diferenças. No caso dos estabelecimentos da agricultura familiar, o nordeste paraense apresenta uma capacidade de produção de valor por trabalhador disponível acima da média, enquanto, o sudeste, ao contrário, situa-se abaixo da média. A situação inverte-se no caso dos estabelecimentos não familiares, com os do sudeste apresentando a maior capacidade de extração de valor por trabalhador disponível do estado do Pará.

Quando se detalha a análise da mesorregião sudeste paraense, percebe-se, todavia, que ela não é homogênea. A tabela 4.7 mostra que a produtividade econômica das terras utilizadas apresenta diferenças entre as microrregiões, considerando-se o VBP por área, estando as microrregiões de Paragominas, Parauapebas, Marabá e Redenção acima da média mesorregional, sugerindo certa tendência de intensificação do uso das terras, relacionada tanto a mudanças nas atividades produtivas, como nos seus padrões tecnológicos.

No caso da microrregião de Paragominas, uma trajetória terra-intensiva vem se dando a partir da produção vegetal, principalmente nos estabelecimentos não familiares, o que corresponde a uma ampliação das lavouras temporárias cultivadas com uso de mecanização e insumos industriais, além de plantios homogêneos de árvores. No caso de Parauapebas, Marabá e Redenção, aponta-se um processo de uso mais intensivo da terra na produção animal, tanto nos estabelecimentos familiares, como não familiares, o que sugere um processo de intensificação da produção pecuária. Dentre elas, no entanto, apenas a microrregião de Marabá também apresenta um VBP vegetal/área de lavoura mais intensivo no caso da agricultura familiar, indicando a existência de possíveis processos de intensificação agrícola em paralelo à produção pecuária nesse grupo socioeconômico.

Tabela 4.7: Intensidade do Uso do Solo, nas microrregiões do Sudeste Paraense, em 2006.

		VBP (mil R\$)			Área (mil ha)			VBP/área (R\$/ha)***		
		total	animal	veg.	total	pastag.*	lav.**	total	anim.	veg.
Tucuruí	AF	71,5	32,8	33,9	469,2	261,9	31,3	0,15 -	0,13 -	1,08 -
	ANF	69,9	60,2	8,3	764,9	436,0	18,8	0,09 -	0,14 -	0,44 -
	Total	141,3	93,0	42,2	1.234,1	697,9	50,0	0,11 -	0,13 -	0,84 -
Parag.	AF	32,2	17,7	14,2	216,4	140,5	26,3	0,15 -	0,13 -	0,54 -
	ANF	370,8	84,3	286,4	1.592,1	855,6	119,8	0,23 +	0,10 -	2,39 +
	Total	403,0	102,0	300,6	1.808,4	996,0	146,1	0,22 +	0,10 -	2,06 +
S F X	AF	84,5	58,4	26,0	392,2	236,0	28,5	0,22 +	0,25 +	0,91 -
	ANF	169,9	161,4	8,4	2.614,5	1.562,6	66,1	0,06 -	0,10 -	0,13 -
	Total	254,5	219,8	34,5	3.006,7	1.798,6	94,7	0,08 -	0,12 -	0,36 -
Parauap	AF	52,9	45,9	6,9	219,2	180,6	7,1	0,24 +	0,25 +	0,97 -
	ANF	111,2	107,9	3,2	582,8	442,9	10,8	0,19 +	0,24 +	0,30 -
	Total	164,1	153,8	10,1	802,0	623,5	17,9	0,20 +	0,25 +	0,57 -
Marabá	AF	72,8	26,8	45,9	208,6	132,4	16,2	0,35 +	0,20 +	2,83 +
	ANF	98,1	95,7	2,2	693,8	525,3	28,6	0,14 +	0,18 +	0,08 -
	Total	171,0	122,5	48,1	902,4	657,7	44,9	0,19 +	0,19 +	1,07 +
Redenç.	AF	61,1	53,4	7,6	245,9	206,4	11,4	0,25 +	0,26 +	0,67 -
	ANF	191,8	181,4	8,3	1.295,1	945,2	42,8	0,15 +	0,19 +	0,19 -
	Total	252,9	234,8	15,9	1.541,0	1.151,6	54,2	0,16 +	0,20 +	0,29 -
Conc.	AF	78,1	41,9	35,9	572,0	391,8	35,6	0,14 -	0,11 -	1,01 -
	ANF	135,0	122,4	12,5	1.472,6	959,6	40,0	0,09 -	0,13 -	0,31 -
	Total	213,1	164,3	48,4	2.044,7	1.351,3	75,7	0,10 -	0,12 -	0,64 -
Total	AF	453,2	276,9	170,5	2.323,6	1.549,6	156,5	0,20	0,18	1,09
	ANF	1.146,7	813,4	329,3	9.015,7	5.727,2	326,9	0,13	0,14	1,01
	Total	1.599,9	1.090,3	499,8	11.339,3	7.276,7	483,4	0,14	0,15	1,03

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabelas 1112; 1118 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 17/01/2018.

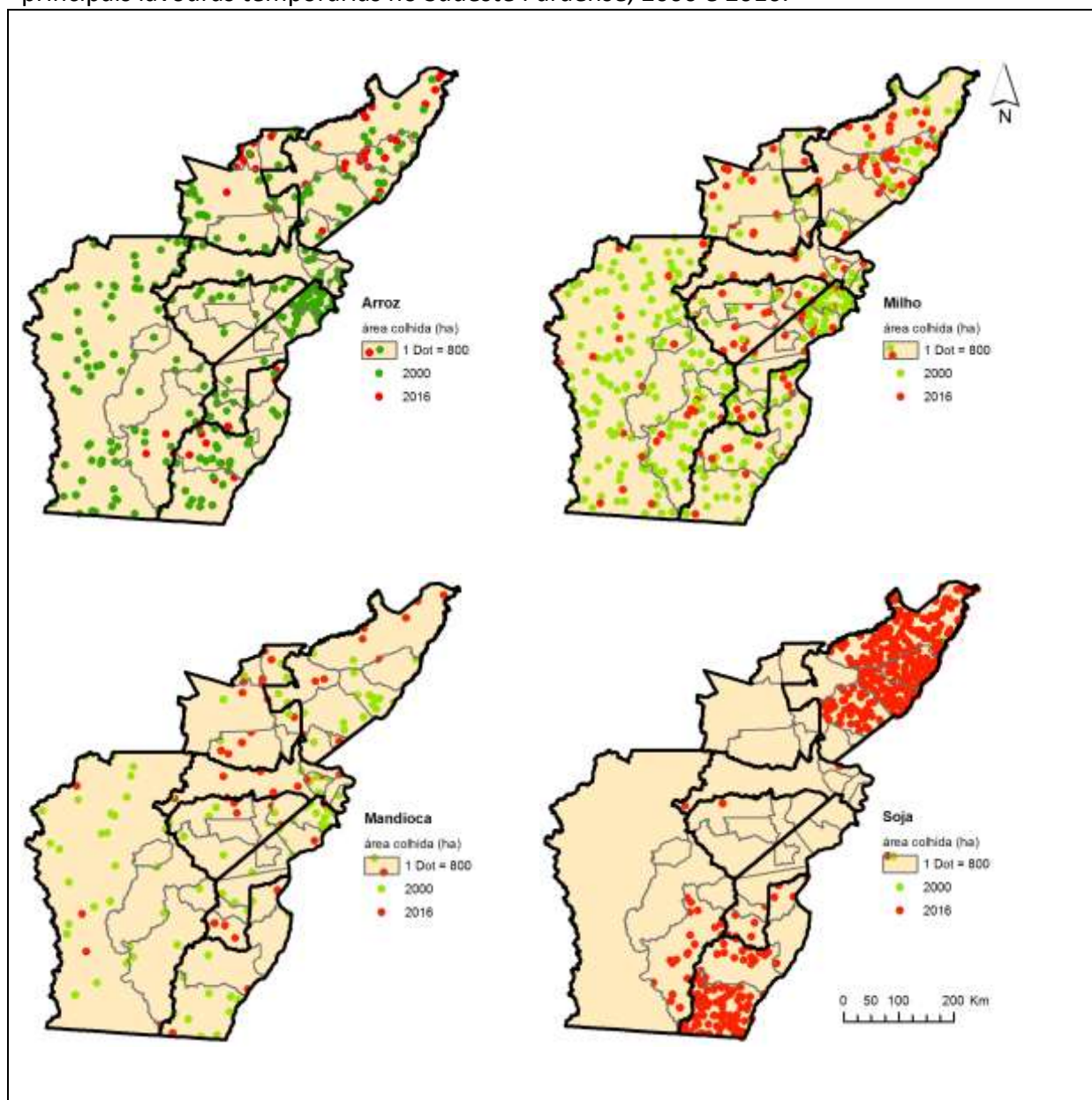
\*pastag: inclui as áreas com pastagens naturais, plantadas (degradadas ou em boas condições), plantadas com forrageiras para corte.

\*\*lav: inclui as áreas com lavouras permanentes, temporárias e sistemas agroflorestais.

\*\*\* sinal + ou – indica a posição em relação à média regional para sua categoria (AF, ANF ou Total)

As figuras 3.7, 3.8 e 3.9 procuram retratar os processos espacialmente heterogêneos de expansão da produção agropecuária nas diferentes microrregiões do sudeste paraense, bem como a distribuição desigual da intensificação no uso da terra. Utilizando-se de dados das estimativas anuais do IBGE, essas figuras ilustram comparativos entre a espacialização das principais atividades agropecuárias e silviculturais regionais entre os anos 2000 e 2016. Apesar dos dados analisados mais detalhadamente na tabela 4.7 referirem-se ao censo agropecuário de 2006, as tendências ali observadas foram confirmadas nessas séries históricas mais longas, embora baseadas em estimativas.

Figura 4.7: Representação por densidade de pontos do tamanho da área colhida com principais lavouras temporárias no Sudeste Paraense, 2000 e 2016.

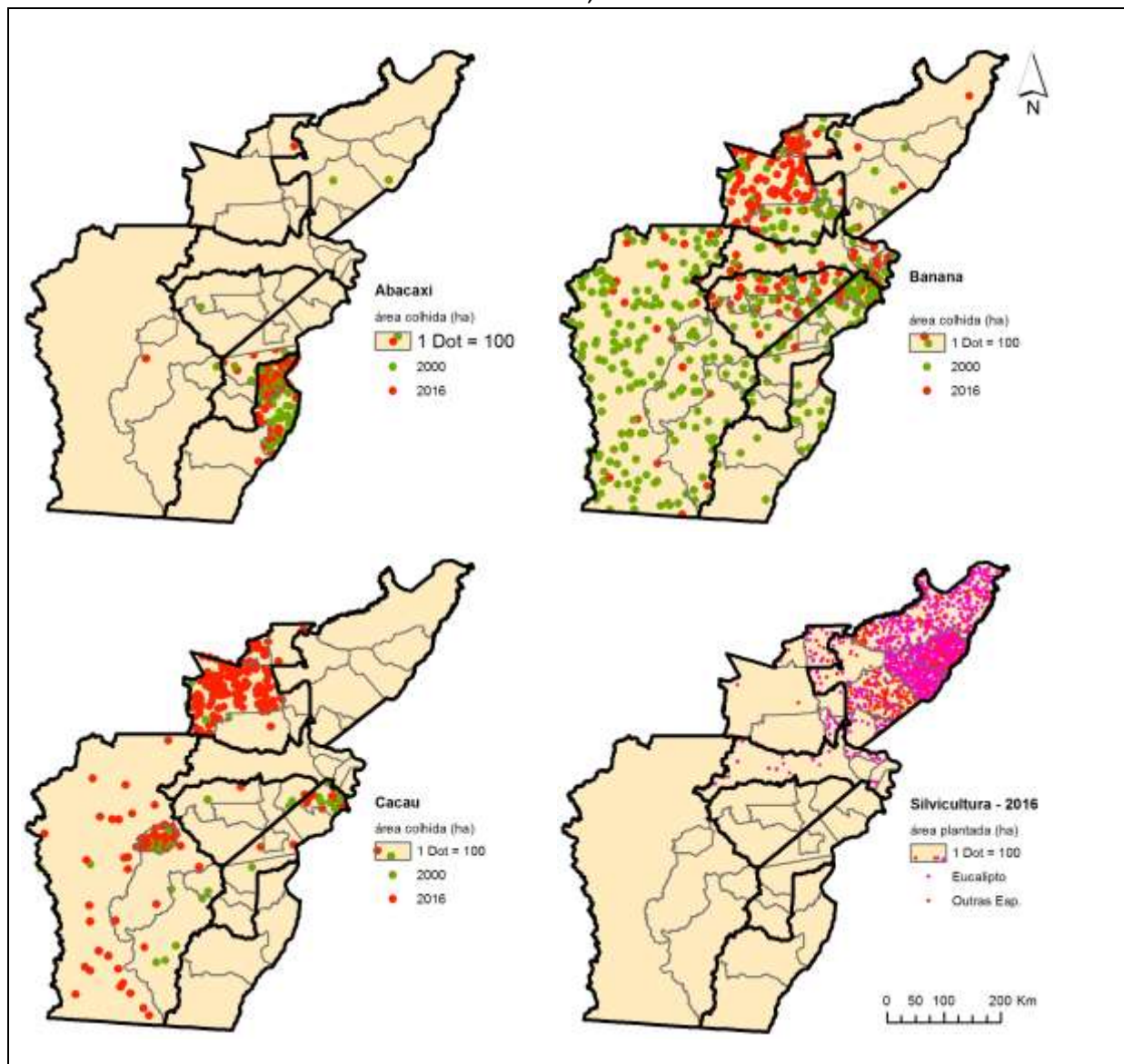


Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – PAM – Tabela 5457 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 26/01/2018.

A figura 4.7 mostra a redução nas áreas colhidas com as principais culturas alimentares regionais: arroz, milho e mandioca. Exatamente o oposto da área colhida com soja, praticamente inexistente em 2000 e com forte presença em 2016, na microrregião de Paragominas e na de Conceição do Araguaia, sobretudo no município de Santana do Araguaia. No caso do arroz, sua área colhida manteve-se sobretudo nessas áreas de expansão da soja, indicando um possível deslocamento da produção familiar para a produção patronal mecanizada. O milho também apresenta comportamento similar, embora não restrito apenas a essas áreas de expansão da

soja.

Figura 4.8: Representação por densidade de pontos do tamanho da área colhida/plantada com outras lavouras relevantes no Sudeste Paraense, 2000 e 2016.



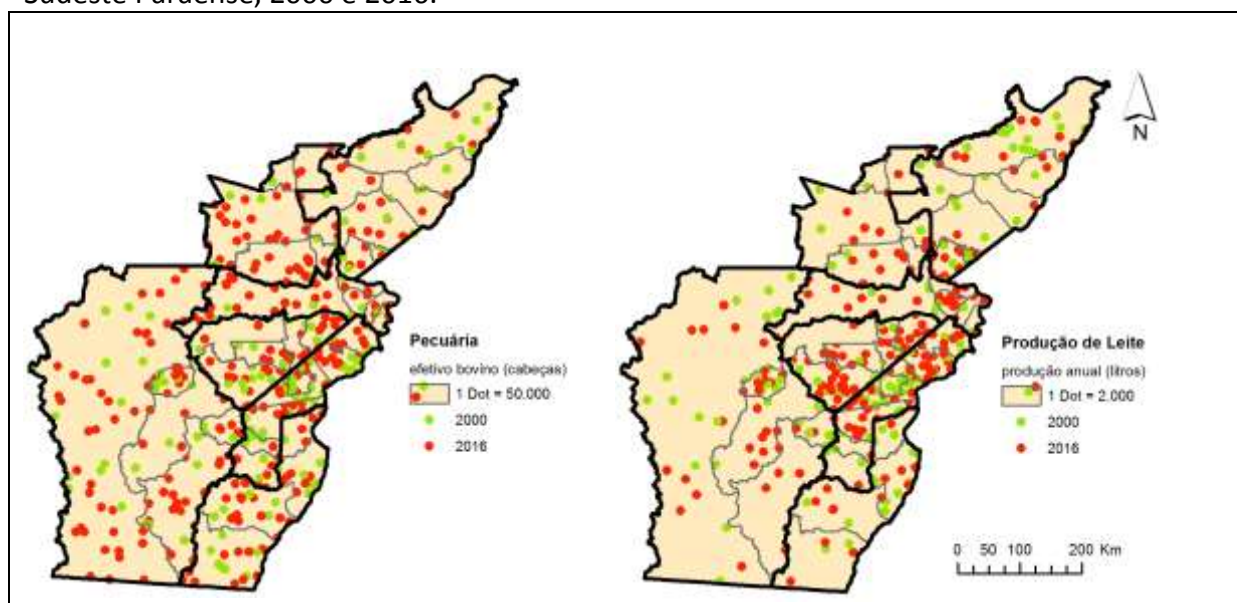
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – PAM – Tabela 5457; PEVS – Tabela 5930 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 26/01/2018.

A figura 4.8 mostra o comparativo 2000 – 2016 para outras culturas de importância econômica na região. A área colhida com abacaxi teve expansão significativa, embora fortemente concentrada na parte norte da microrregião de Conceição do Araguaia, especialmente no município de Floresta do Araguaia. A banana, que tradicionalmente foi uma importante cultura camponesa na região, teve redução da área colhida total, que se concentrou na porção central da mesorregião, nas áreas de influência direta de Marabá e/ou Parauapebas, reforçando sua posição

de um dos poucos produtos regionais consumidos no mercado urbano local. Também houve uma concentração deste cultivo na microrregião de Tucuruí, possivelmente associada ao cultivo de cacau que ampliou significativamente sua área colhida nessa microrregião, assim como na de São Felix do Xingu, indicando uma tendência de expansão desses cultivos já bastante avançados na região de Altamira, seu vizinho à oeste. A figura mostra, ainda, uma forte presença de plantios industriais de árvores na microrregião de Paragominas, reforçando a posição dessa microrregião como principal expansão do agronegócio regional, baseado em grãos e árvores.

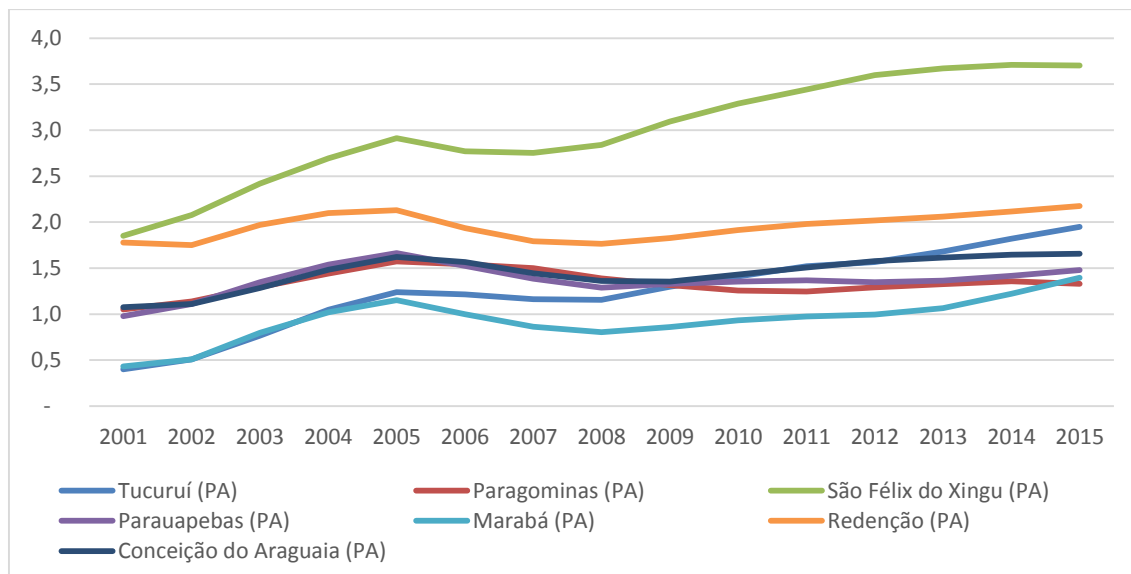
A figura 4.9 ilustra a expansão da pecuária, medida pelo efetivo bovino e produção leiteira. Nesse caso, enquanto a expansão bovina alcançou praticamente toda a mesorregião, com exceção da área de grãos e árvores de Paragominas, a produção leiteira apresentou-se mais concentrada nas áreas de influência de Marabá e/ou Parauapebas. Reforça-se, assim, a importância do leite como outra alternativa produtiva regional com possibilidade de entrada no mercado urbano desses municípios.

Figura 4.9: Representação por densidade de pontos do efetivo bovino e produção leiteira no Sudeste Paraense, 2000 e 2016.

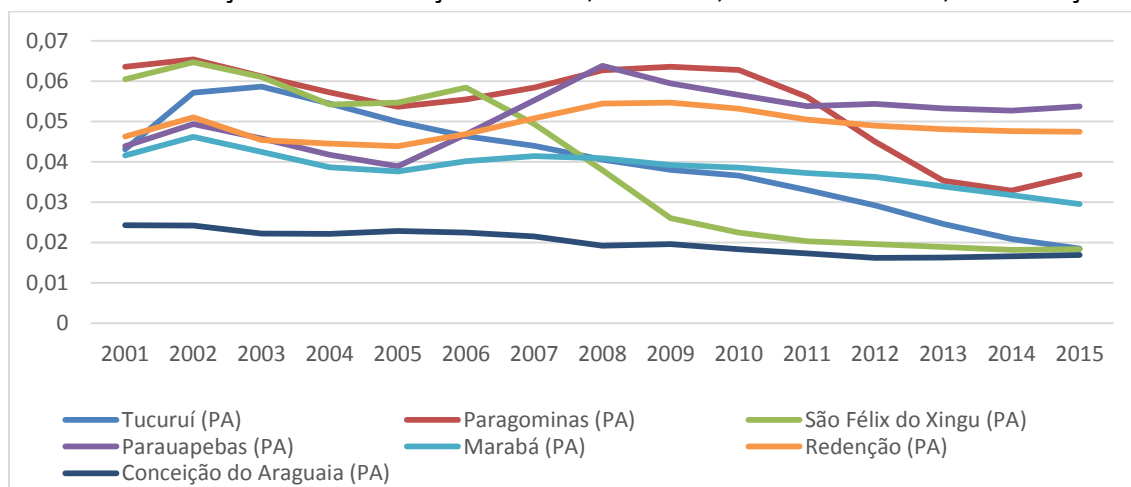


Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – PPM – Tabelas 3939; 74 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 26/01/2018.

Detalhando a expansão pecuária nas microrregiões do sudeste paraense nos primeiros quinze anos do séc. XXI, conforme os gráficos 4.8 e 4.9, percebe-se três dinâmicas principais.

Gráfico 4.8: Efetivo Bovino nas microrregiões do sudeste paraense, em milhões de cabeças<sup>22</sup>

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – PPM – Tabela 3939 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 26/01/2018.

Gráfico 4.9: Relação entre Produção de Leite, em litros, e Efetivo Bovino, em cabeças<sup>23</sup>.

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – PPM – Tabelas 3939; 74 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 26/01/2018.

Primeiramente, chama a atenção a expansão de 99,8% do rebanho na microrregião de São Felix do Xingu, entre 2001 e 2015, que, já partindo de um rebanho significativo, se colocou como a principal área de produção pecuária da mesorregião,

<sup>22</sup> Nota metodológica: considerando que os dados da PPM são estimativas levantadas pelo IBGE e apresentam variações anuais relativamente bruscas, considerou-se como o valor de cada ano a média aritmética entre os valores do próprio ano, do ano anterior e do ano seguinte, minimizando essas variações bruscas e melhor evidenciando as tendências contidas nessas séries históricas.

<sup>23</sup> Idem nota anterior.

ultrapassando as 3,5 milhões de cabeças. Uma segunda dinâmica, que também reflete uma forte expansão pecuária, embora partindo de um rebanho menor e, portanto, não alcançando o quantitativo de São Félix do Xingu, deu-se nas microrregiões de Tucuruí e Marabá com, respectivamente, crescimento de 386,2% e 224,5%. A terceira dinâmica deu-se nas demais microrregiões, Conceição do Araguaia, Parauapebas, Paragominas e Redenção, que tiveram menor crescimento, respectivamente de, 53,7%, 51,0% e 26,3% e 22,4%.

Essas quatro microrregiões com menor crescimento do rebanho bovino, no entanto, demonstraram dinâmicas diferenciadas entre si. Nas microrregiões de Paragominas e Conceição do Araguaia, a menor expansão do rebanho bovino parece estar relacionada à expansão de outras frações do agronegócio, sobretudo grãos, em ambas, e plantios industriais de árvores na microrregião de Paragominas. Já nas microrregiões de Redenção e Parauapebas, parece ter havido uma intensificação da atividade pecuária com a expansão da pecuária leiteira, conforme indica a mais alta relação leite/rebanho no gráfico 4.9. Nas demais regiões, especialmente naquelas de maior expansão do rebanho, como em São Félix do Xingu, Tucuruí e Marabá, houve uma redução da relação produção de leite/rebanho, indicando que a expansão se deu, sobretudo, pela ampliação da pecuária de corte.

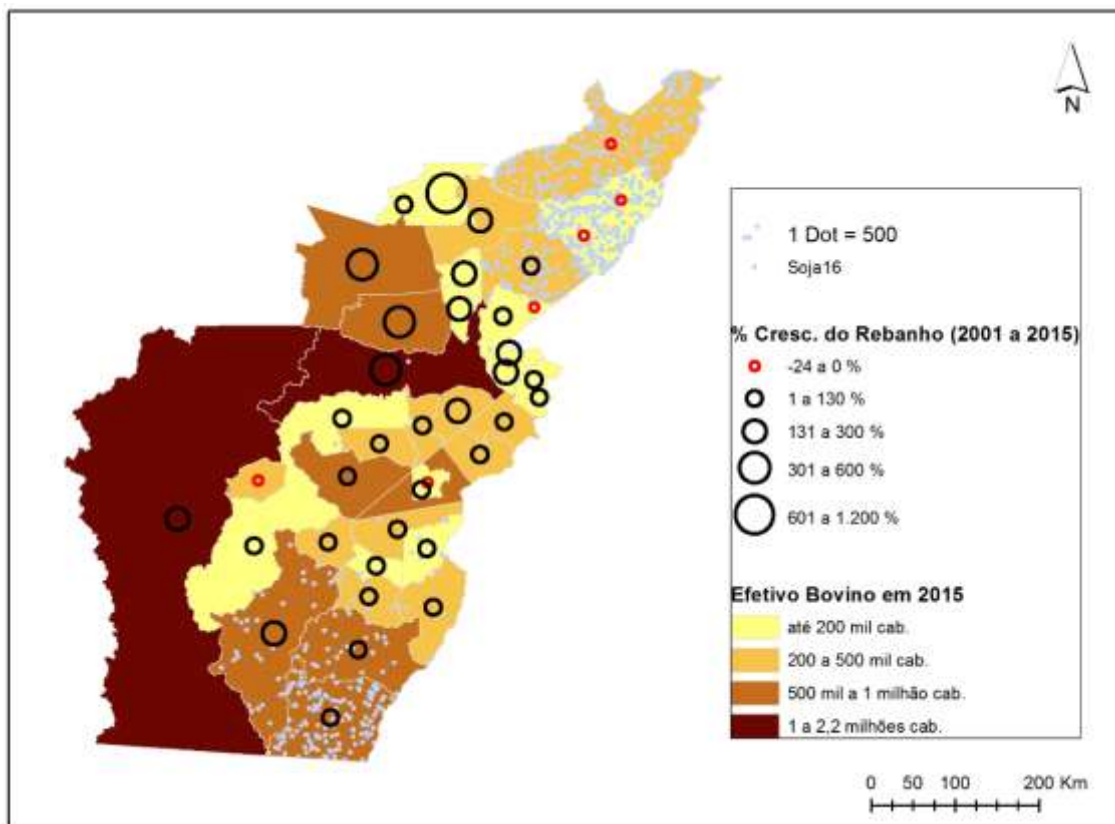
#### **4.4 Complexo territorial de produção pecuária do sudeste paraense<sup>24</sup>**

Para precisar e espacializar essas dinâmicas de expansão da pecuária foi feito um detalhamento à escala de município, seguindo a mesma metodologia de organização dos dados dos gráficos 4.8 e 4.9, que é apresentada na figura 4.10.

---

<sup>24</sup> Essa definição territorial baseia-se em delimitações mais específicas, não mais englobando o conjunto da mesorregião. Assume-se, a partir deste ponto, a denominação comum na própria região, que diferencia o sudeste paraense, como a área de influência mais direta de Marabá e/ou Parauapebas, do sul do Pará, como a área de influência mais direta de Redenção. Nesse sentido, o sudeste paraense não expressa mais o conjunto da mesorregião, mais sua porção central, cujo centro encontra-se em Marabá.

Figura 4.10: Distribuição do rebanho bovino e taxas de crescimento nos municípios do Sudeste Paraense.



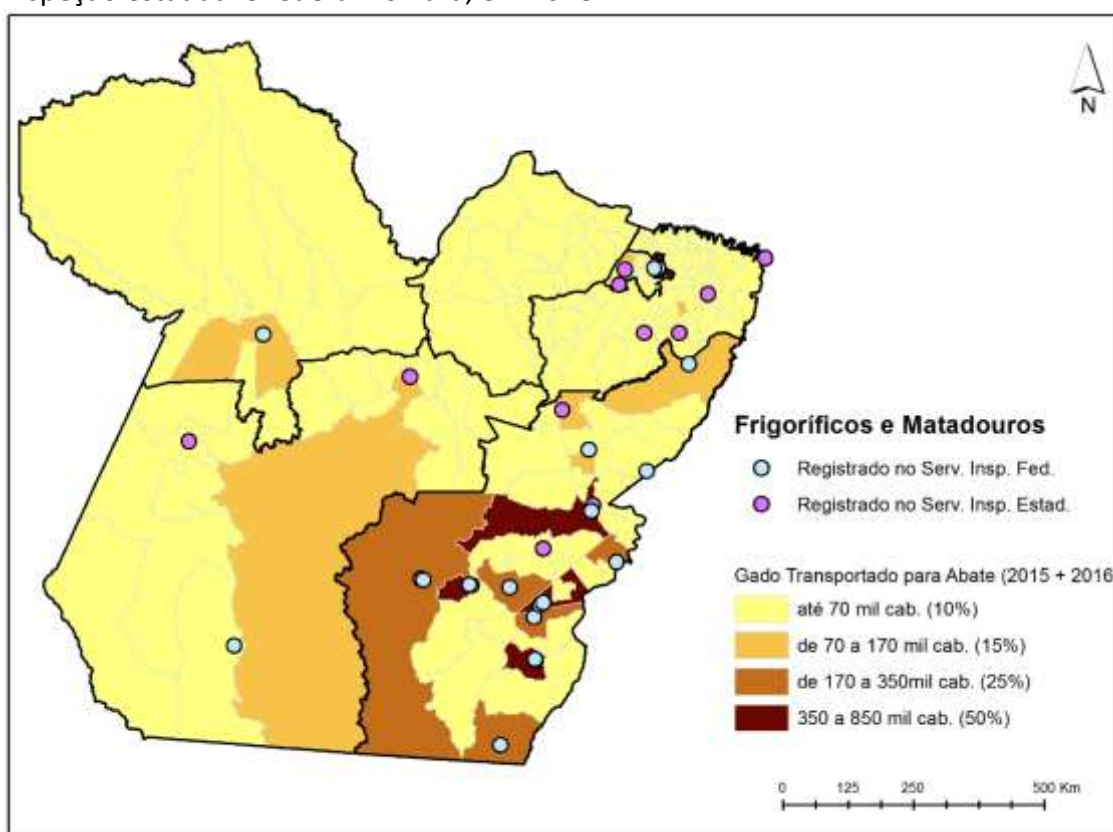
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – PPM – Tabela 3939 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 26/01/2018.

A diferenciação de cor indica a localização dos maiores rebanhos no ano de 2015 e os círculos de tamanho variados indicam os municípios onde ocorreu o maior percentual de crescimento desse rebanho entre os anos 2001 e 2015. São Felix do Xingu (2,2 milhões de cabeças) e Marabá (1,0 milhão de cabeças), destacam-se com os maiores rebanhos bovinos. Além desses, três blocos de municípios apresentam elevada concentração bovina, com rebanhos entre 500 mil e 1 milhão de cabeças: na parte central, nos municípios de Xinguara e Água Azul do Norte; na parte sul, nos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Cumarú do Norte; na parte noroeste, nos municípios de Itupiranga e Novo Repartimento. Diferentemente dos dois primeiros blocos (com exceção de Cumarú do Norte), os municípios de Itupiranga e Novo Repartimento apresentaram elevados percentuais de crescimento, indicando uma expansão da pecuária nessa direção oeste, contrastando com os extremos sul e norte da mesorregião, cuja expansão mostrou-se limitada. Observando-se os percentuais de crescimento do rebanho bovino, Marabá e seu entorno é o território onde se deu a maior expansão da atividade entre 2000 e 2015.



A atividade pecuária não deve ser compreendida apenas pela produção bovina em si, mas também pela sua integração com a agroindústria de abate e comercialização de cortes de carne resfriados e congelados. Nesse segmento da atividade, a presença de frigoríficos e abatedouros é fundamental. A figura 4.11 indica a localização aproximada dos frigoríficos e abatedouros com registro ativo, em maio de 2018, tanto no serviço de inspeção federal, como no serviço de inspeção estadual<sup>25</sup>. Identificou-se 36 frigoríficos e matadouros, sendo a maior parte na mesorregião sudeste paraense.

Figura 4.11: Localização aproximada de Frigoríficos e Matadouros registrados nos serviços de inspeção estadual e federal no Pará, em 2018.



Fonte: **Frigoríficos e Matadouros:** ADEPARÁ a <<http://www.adepara.pa.gov.br/estabelecimentos-com-servi%C3%A7o-de-inspe%C3%A7%C3%A3o-estadual>> Acesso em 03/05/2018 ; MAPA <[http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif\\_cons/%21ap\\_estabelec\\_nacional\\_rep?p\\_relatorio=estabelecimentos.rdf&p\\_id\\_area=1&p\\_id\\_cat\\_estab=&p\\_cd\\_classe\\_estab=&p\\_sg\\_uf=PA&p\\_id\\_municipio=&p\\_serial=1382651982&p\\_id\\_area=1&p\\_id\\_cat\\_estab=&p\\_id\\_classe\\_estab=&p\\_cd\\_classe\\_estab=&p\\_sg\\_uf=PA&p\\_id\\_municipio=&p\\_ser ial=1382626671&p\\_id\\_area=2&p\\_id\\_cat\\_estab=&p\\_cd\\_classe\\_estab=&p\\_sg\\_uf=PA&p\\_id\\_municipio=&p\\_serial=1382544101](http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons/%21ap_estabelec_nacional_rep?p_relatorio=estabelecimentos.rdf&p_id_area=1&p_id_cat_estab=&p_cd_classe_estab=&p_sg_uf=PA&p_id_municipio=&p_serial=1382651982&p_id_area=1&p_id_cat_estab=&p_id_classe_estab=&p_cd_classe_estab=&p_sg_uf=PA&p_id_municipio=&p_ser ial=1382626671&p_id_area=2&p_id_cat_estab=&p_cd_classe_estab=&p_sg_uf=PA&p_id_municipio=&p_serial=1382544101)> Acesso em 04/05/2018. **Gado Transportado para Abate:** ADEPARÁ b – Relatório de Trânsito Condensado, anos 2015 e 2016.

<sup>25</sup> O registro estadual autoriza o estabelecimento a comercializar seus produtos em todo o estado do Pará, enquanto o registro federal autoriza-o a fazê-lo em todo o país e a exportar. Além desses, há frigoríficos e matadouros com registro de inspeção municipal, restrito a comercialização no próprio município; esses estabelecimentos não foram levantados no âmbito desta pesquisa.

O transporte do gado para o abate, assim como para qualquer outra atividade, exige a emissão de uma Guia de Transporte Animal – GTA junto a ADEPARÁ. O relatório condensado das guias emitidas para transporte de gado para abate (cf. tabela 4.8), na soma dos anos 2015 e 2016, indicou o transporte de 6,9 milhões de cabeças, sendo 847 mil (12,3%) para outros estados e 6,1 milhões (87,7%) para abate no próprio estado do Pará<sup>26</sup>. No Pará, 10 municípios, com 18 frigoríficos e matadouros federais e estaduais, concentram 76,7% do gado transportado para abate no estado, destacando-se os municípios de Castanhal, Xinguara, Marabá, Redenção e Tucumã que nesses dois anos receberam mais de 50% do gado transportado oficialmente. Nesses municípios predominam os frigoríficos e abatedouros com registro federal, o que revela a importância da comercialização para o mercado nacional e internacional da carne produzida no estado.

Tabela 4.8: Gado Transportado para Abate Intra Estado do Pará, 2015 + 2016.

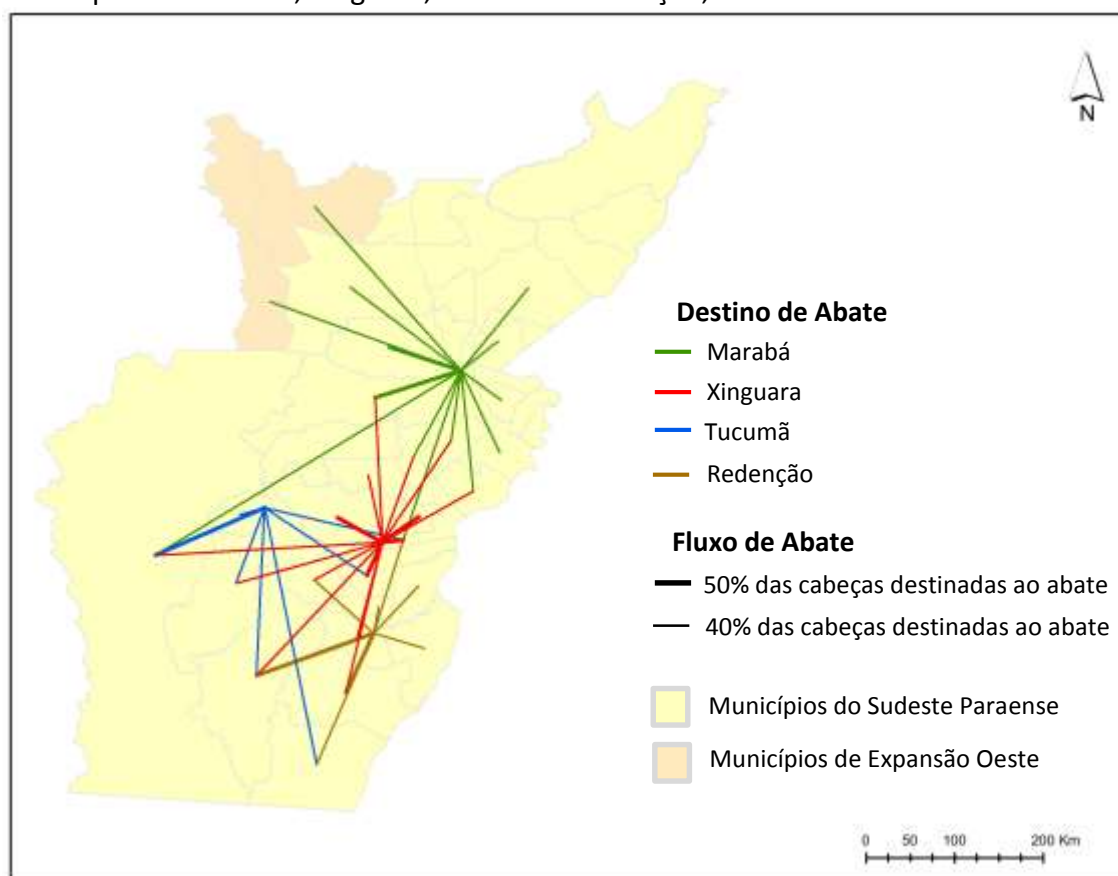
Destino	Frigoríficos e Matadouros		Gado Transportado para Abate		
	Razão Social	Inspeção	cabeças	%	Acum
Castanhal	Ativo Alimentos Exp e Imp. Eirelli	Fed.	832.623	13,7	13,7
	Mercúrio Alimentos S A	Fed.			
	Casfrisa Frig. Ind. de Cast. Ltda	Est.			
	Matad. e March. Planalto Ltda	Est.			
Xinguara	Frig. Valêncio Ltda	Fed.	756.554	12,5	26,2
	Xinguara Ind. e Com. S A	Fed.			
	Mercúrio Alimentos S A	Fed.			
Marabá	JBS S A	Fed.	678.706	11,2	37,4
	J.M. Soares Junior e Cia Ltda	Est.			
Redenção	JBS S A	Fed.	526.331	8,7	46,1
	Abat. de Bovinos Sampaio Ltda	Fed.			
Tucumã	Marfrig Global Foods S A	Fed.	447.133	7,4	53,5
Água Azul do Norte	Frigol S A	Fed.	341.207	5,6	59,2
Santana do Araguaia	JBS S A	Fed.	321.209	5,3	64,5
Rio Maria	Frig. Rio Maria Ltda	Fed.	279.485	4,6	69,1
São Felix do Xingu	Frigol S A	Fed.	256.405	4,2	73,3
	I. G. de Paula - Eirelli	Est.			
São G. do Araguaia	Masterboi Ltda	Fed.	204.669	3,4	76,7
Outros Municípios	---	---	1.411.691	23,3	100,0
Total	---	---	6.056.013	100,0	

Fonte: ADEPARÁ a, b (op. cit.); MAPA (op. cit.) – org. do autor

<sup>26</sup> Os relatórios da ADEPARÁ não incluem gado transportado de outros estados para ser abatido no Pará, portanto esses dados podem ser inferiores ao total abatido em cada um desses municípios, além de algum possível abate clandestino não transportado com GTA, especialmente para consumo local.

Analisando com mais detalhe os fluxos de gado para abate nos quatro principais destinos do sudeste paraense, nos anos 2015 e 2016, pode-se traçar, desde os municípios de origem, um território de influência de cada um deles. A figura 4.12 indica, através das linhas coloridas, a origem de aproximadamente 90% do gado transportado para abate nesses municípios, o que permite identificar a principal área de circulação dos bovinos produzidos. Os municípios de Xinguara, Tucumã e Redenção mostram-se como articuladores dos fluxos de circulação do gado para abate no sul do Pará, enquanto Marabá articula o fluxo no sudeste do estado, bem como as linhas de expansão para oeste, seguindo a rodovia transamazônica para além da própria mesorregião.

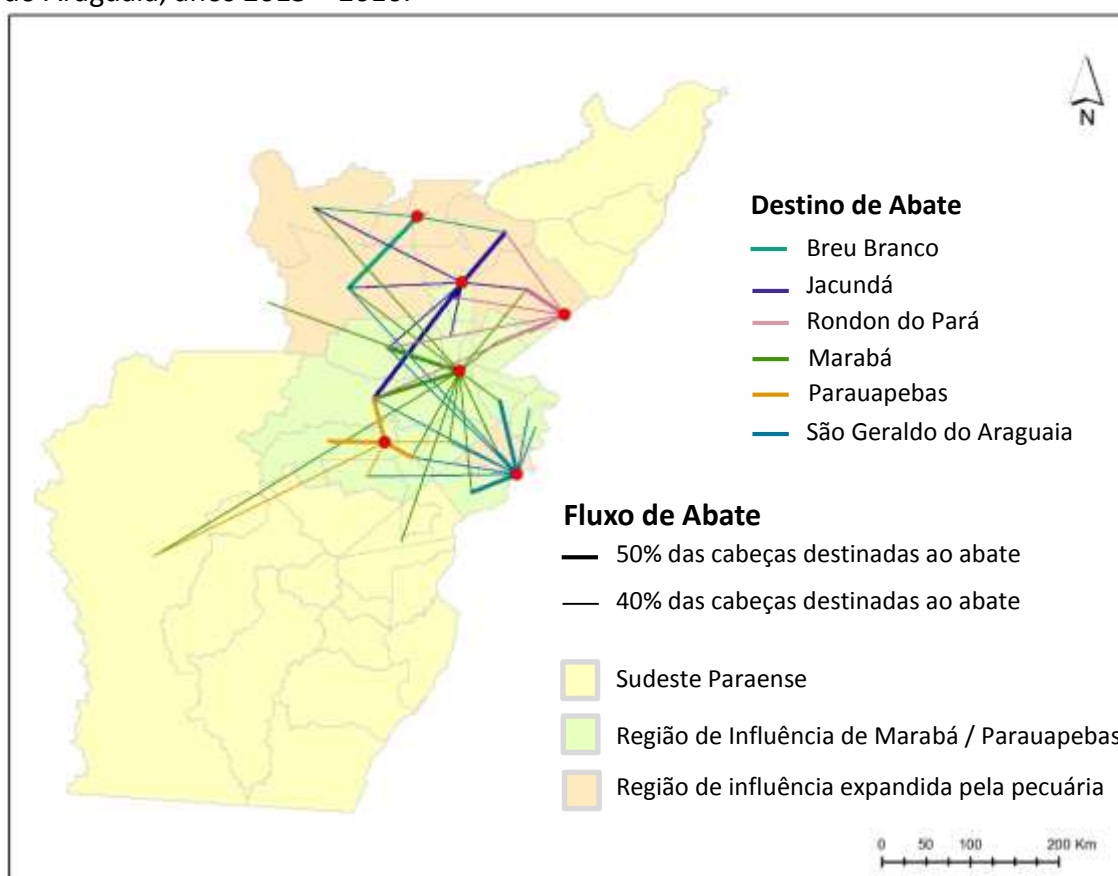
Figura 4.12: Fluxos de Gado Transportado para Abate com Origem no Pará e Destinos nos Municípios de Marabá, Xinguara, Tucumã e Redenção, anos 2015 + 2016.



Fonte: Organização do autor a partir de ADEPARÁ – Relatório de Trânsito Condensado, anos 2015 e 2016.

Em relação à porção sudeste da mesorregião, apesar da centralidade de Marabá, outros 5 municípios<sup>27</sup> contam com frigoríficos e matadouros estaduais ou federais, estabelecendo uma rede com forte interligação nos fluxos de comercialização de gado bovino. Na fig. 4.13 ilustra-se essa rede, indicando com traços os fluxos da origem ao destino de aproximadamente 90% do gado bovino transportado para abate nesses municípios entre os anos 2015 e 2016. Confrontando com a região de influência direta de Marabá e/ou Parauapebas, nota-se que a dinâmica da pecuária vai além, criando uma região de influência estendida por uma expansão à oeste da mesorregião, levando a incluir o município de Pacajá na configuração do Complexo Territorial de Produção Pecuária do sudeste paraense.

Figura 4.13: Fluxos de Gado Transportado para Abate com Origem no Pará e Destinos nos Municípios de Breu Branco, Jacundá, Rondon do Pará, Marabá, Parauapebas e São Geraldo do Araguaia, anos 2015 + 2016.



Fonte: Organização do autor a partir de ADEPARÁ – Relatório de Trânsito Condensado, anos 2015 e 2016.

<sup>27</sup> Cf. a figura 4.13, são os municípios de Breu Branco, Jacundá, Rondon do Pará, Parauapebas e São Geraldo do Araguaia. Nessa lista não foi incluído o município de Paragominas, apesar de aí também existir frigorífico, pois sua vinculação com o restante do sudeste paraense mostra-se bastante fraca.

Do ponto de vista da produção pecuária neste complexo territorial, retoma-se a análise comparativa entre os dois grandes grupos de agentes socioeconômicos: os produtores familiares e os não familiares. A tabela 4.9, baseada nos dados do censo agropecuário de 2006, apresenta, de forma comparativa, a propriedade dos meios de produção centrais para a pecuária são: rebanho e pastagens. Os dados absolutos confirmam a importância de Marabá nesse complexo territorial, com o maior rebanho total e maior quantidade de pastagens, correspondendo a 15,2% do total em ambos os casos.

Tabela 4.9: Distribuição dos Rebanhos e Pastagens nos Municípios do Complexo Territorial do Sudeste Paraense, em 2006

	Rebanho (mil cabeças)			Pastagens (mil hectares)		
	Total	AF	%	Total	AF	%
Abel Figueiredo	39,2	9,6	24,6 -	42,7	7,8	18,1 -
B. Jesus do Toc.	137,7	41,7	30,3 -	83,8	22,8	27,3 -
B. Grande do Arag.	90,4	22,8	25,2 -	66,4	14,8	22,2 -
Breu Branco	147,8	53,8	36,4 +	144,8	52,6	36,3 +
Canaã dos Car.	209,3	78,2	37,4 +	128,4	37,0	28,8 +
Curionópolis	228,5	23,5	10,3 -	110,5	10,0	9,0 -
Eld. do Carajás	251,3	131,2	52,2 +	128,5	59,4	46,2 +
Goianésia do Pará	160,2	41,5	25,9 -	186,2	41,4	22,3 -
Itupiranga	275,8	110,2	39,9 +	177,5	62,0	34,9 +
Jacundá	89,8	36,6	40,8 +	66,1	22,0	33,2 +
Marabá	619,0	103,6	16,7 -	435,3	69,2	15,9 -
Nova Ipixuna	69,0	43,7	63,3 +	53,7	34,1	63,6 +
N. Repartimento	293,5	134,5	45,8 +	224,4	88,6	39,5 +
Pacajá	273,4	140,9	51,6 +	233,9	95,7	40,9 +
Palestina do Pará	76,4	19,0	24,9 -	71,8	7,2	10,0 -
Parauapebas	90,5	42,6	47,1 +	43,2	16,7	38,6 +
Piçarra	231,5	89,3	38,6 +	109,4	22,7	20,8 -
Rondon do Pará	281,6	58,9	20,9 -	273,0	49,2	18,0 -
S. Domingos do Arag.	111,1	64,3	57,9 +	53,0	28,3	53,4 +
S. Geraldo do Arag.	292,7	99,7	34,1 -	192,7	50,8	26,3 -
S. João do Arag.	55,9	33,4	59,7 +	23,9	12,5	52,3 +
Tucuruí	40,8	10,3	25,3 -	19,1	1,5	8,0 -
Total	4.065,3	1.389,2	34,2	2.868,3	806,2	28,1

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabelas 1112; 1224 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 29/05/2018.

No total, tanto o rebanho, como as pastagens, são propriedade predominantemente dos produtores não familiares que possuem, respectivamente,

65,8% do rebanho e 71,9% das pastagens. Apesar dessa desvantagem global, a produção familiar detinha a maior parte do rebanho municipal nos municípios de Eldorado dos Carajás, Nova Ipixuna, Pacajá, São Domingos e São João do Araguaia, mesmo sem, necessariamente, possuir a maior parte das pastagens. Além desses, outros municípios identificados na tabela estão em posição acima da média territorial, o que pode apontar situações mais favoráveis à produção familiar. De qualquer maneira, esse quadro referencial sofreu intensas alterações após 2006 e, portanto, deve ser considerado apenas como indicativo, sobretudo naqueles municípios que tiveram forte expansão do rebanho e que pode ter havido uma alteração na posição relativa desses agentes<sup>28</sup>.

Tabela 4.10: Valor Bruto da Produção Pecuária no CTPPec do Sudeste Paraense, 2006.

	VBP - Pec. Gr. Porte (mil R\$)			VBP - Leite / Pec. (%)			VBP Leite de vaca (%)		
	AF	ANF	Total	AF	ANF	Total	AF	ANF	Total
Abel Figueiredo	1.006	2.897	3.903	61,0	42,5	47,3	33,2	66,8	100,0
B. Jesus do Toc.	4.065	10.050	14.115	51,4	16,6	26,6	55,6	44,4	100,0
B. Grande do Arag.	3.983	10.748	14.731	37,0	8,5	16,2	61,7	38,3	100,0
Breu Branco	5.091	9.672	14.763	44,3	15,9	25,7	59,4	40,6	100,0
Canaã dos Car.	9.657	25.874	35.531	39,3	5,7	14,8	72,1	27,9	100,0
Curionópolis	2.771	29.910	32.681	41,6	2,4	5,7	62,1	37,9	100,0
Eld. do Carajás	11.847	11.071	22.918	51,8	12,1	32,6	82,0	18,0	100,0
Goianésia do Pará	3.854	12.752	16.606	34,8	9,5	15,4	52,5	47,5	100,0
Itupiranga	6.708	23.758	30.466	26,7	3,1	8,3	70,9	29,1	100,0
Jacundá	3.608	4.974	8.582	38,7	12,5	23,5	69,2	30,8	100,0
Marabá	10.682	67.249	77.931	19,8	2,7	5,0	54,1	45,9	100,0
Nova Ipixuna	4.158	2.763	6.921	53,9	21,7	41,0	78,9	21,1	100,0
N. Repartimento	7.566	12.363	19.929	18,9	5,0	10,2	70,0	30,0	100,0
Pacajá	8.131	8.445	16.576	34,8	8,7	21,5	79,4	20,6	100,0
Palestina do Pará	1.193	6.416	7.609	59,6	5,7	14,2	66,0	34,0	100,0
Parauapebas	5.472	6.342	11.814	30,5	17,6	23,6	59,9	40,1	100,0
Piçarra	9.371	24.179	33.550	44,9	5,2	16,3	77,1	22,9	100,0
Rondon do Pará	5.301	24.069	29.370	51,5	11,3	18,6	50,0	50,0	100,0
S. Domingos do Arag.	6.206	6.206	12.412	51,9	14,5	33,2	78,2	21,8	100,0
S. Geraldo do Arag.	12.139	29.247	41.386	33,8	6,9	14,8	67,1	32,9	100,0
S. João do Arag.	2.782	1.885	4.667	38,3	15,8	29,2	78,2	21,8	100,0
Tucuruí	376	2.496	2.872	28,8	15,1	16,9	22,3	77,7	100,0
<b>Total</b>	<b>125.967</b>	<b>333.366</b>	<b>459.333</b>	<b>38,5</b>	<b>7,3</b>	<b>15,8</b>	<b>66,7</b>	<b>33,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabelas 1118 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 29/05/2018.

<sup>28</sup> Os dados sobre a Produção Pecuária Municipal, divulgados pelo IBGE anualmente, são estimativas da evolução do efetivo bovino, porém apresentam detalhamento por tipo de produtor ou classe de tamanho de estabelecimento, o que só será feito no próximo censo agropecuário.

Essa desigualdade na propriedade dos meios de produção reflete-se no VBP da produção pecuária, com a produção não familiar alcançando, em 2006, 72,6% do total nesse complexo territorial. Os dados sobre o VBP, além disso, refletem uma outra diferenciação entre esses dois agentes, relativa a produção pecuária de leite e de corte. Em termos totais, nesse complexo territorial a pecuária familiar produziu 66,7% do VBP de leite, levando a afirmar que a pecuária leiteira é predominantemente familiar. No entanto, é importante frisar que, apesar da maior relevância da pecuária familiar para a produção leiteira, o VBP do leite corresponde a apenas 38,5% do VBP pecuário familiar total, indicando que, mesmo nesse grupo social, economicamente a maior fonte de renda é a pecuária de corte.

Como indica a tabela 4.10, há uma diferenciação do peso da produção leiteira no VBP pecuária familiar entre os municípios. Chama atenção que os municípios que vem tendo uma forte dinâmica de expansão do rebanho, como Marabá, Itupiranga e Novo Repartimento, apresentam menor participação do leite no VBP total da pecuária familiar. Por outro lado, há diversos municípios em que a participação do VBP leiteiro na composição do VBP familiar total é superior à média regional, indicando uma importância bem mais significativa da pecuária leiteira. Em especial, destacavam-se em 2006 os municípios de Eldorado do Carajás, Nova Ipixuna, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, em que a produção leiteira no município é predominantemente familiar, tem peso relativamente elevado no VBP total familiar e supera o VBP total da pecuária patronal.

A tabela 4.11 compara, no âmbito exclusivo da pecuária familiar, a rentabilidade por área e por animal entre os diversos municípios do complexo territorial. As situações em que o VBP/ha aparece como +, ou seja, acima da média do complexo territorial, indica uma certa tendência de intensificação do uso da área, possivelmente pela incorporação de algumas técnicas de manejo das pastagens e/ou utilização de suplementação alimentar. As situações em que o VBP/cab aparece como +, indica uma tendência de aumento da produtividade animal, possivelmente influenciada pela qualidade genética do rebanho. Comparando-se os vários municípios, observa-se três tendências distintas, conformando dois grupos distintos.

O grupo *a* é composto por municípios em que se afere uma dinâmica de intensificação da pecuária com rentabilidade tanto por área como por animal, seja para leite, seja no geral, acima da média. Reforçam, assim, a ideia de um bloco de municípios em que a pecuária familiar tem buscado certa intensificação na

produtividade, associando a produção de corte e de leite. Nessa condição, há dois subgrupos com dinâmicas de intensificação parcial: o subgrupo *a'* em que o aumento da rentabilidade por animal está se dando de forma extensiva em área, com valor da produção por hectare abaixo da média e o subgrupo *a''* que, ao contrário, em que a intensificação está se dando pelo aumento da rentabilidade por área e não por animal. Em todos esses casos, há uma correspondência entre intensificação da rentabilidade leiteira e a total, reforçando a ideia de uma estratégia de criação de gado misto na produção familiar, combinando pecuária leiteira e de corte.

Tabela 4.11: Intensidade da Produção Pecuária no CTPPec, em 2006.

	Pecuária Total				Leite			
	VBP/ha		VBP/cab.		VBP/ha		VBP/cab.	
<i>a'</i> Abel Figueiredo	129,8	-	104,3	+	79,1	+	63,6	+
<i>a</i> B. Jesus do Toc.	177,9	+	97,4	+	91,5	+	50,1	+
<i>a</i> B. Grande do Arag.	269,8	+	175,0	+	99,9	+	64,8	+
<i>a'</i> Breu Branco	96,8	-	94,7	+	42,8	-	41,9	+
<i>a</i> Canaã dos Car.	261,2	+	123,5	+	102,7	+	48,6	+
<i>a</i> Curionópolis	277,8	+	118,0	+	115,6	+	49,1	+
<i>a</i> Eldorado do Carajás	199,6	+	90,3	-	103,4	+	46,8	+
<i>b'</i> Goianésia do Pará	93,0	-	92,9	+	32,4	-	32,4	-
<i>b</i> Itupiranga	108,2	-	60,9	-	28,9	-	16,2	-
<i>a</i> Jacundá	164,2	+	98,5	+	63,5	+	38,1	+
<i>b'</i> Marabá	154,4	-	103,1	+	30,6	-	20,4	-
<i>a'</i> Nova Ipixuna	121,8	-	95,2	+	65,6	+	51,3	+
<i>b</i> N. Repartimento	85,4	-	56,3	-	16,1	-	10,6	-
<i>b</i> Pacajá	85,0	-	57,7	-	29,6	-	20,1	-
<i>a</i> Palestina do Pará	165,6	+	62,6	-	98,7	+	37,3	+
<i>a</i> Parauapebas	327,6	+	128,5	+	99,8	+	39,1	+
<i>a</i> Piçarra	412,2	+	105,0	+	185,0	+	47,1	+
<i>a'</i> Rondon do Pará	107,8	-	89,9	-	55,6	-	46,4	+
<i>a</i> S. Domingos do Arag.	219,4	+	96,5	+	113,8	+	50,0	+
<i>a</i> S. Geraldo do Arag.	239,2	+	121,8	+	80,8	+	41,1	+
<i>a''</i> S. João do Arag.	222,2	+	83,3	-	85,1	+	31,9	-
<i>a''</i> Tucuruí	245,4	+	36,5	-	70,7	+	10,5	-
<b>Total</b>	<b>156,3</b>		<b>90,7</b>		<b>60,1</b>		<b>34,9</b>	

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabelas 1112; 1118; 1224; 1227 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 29/05/2018.

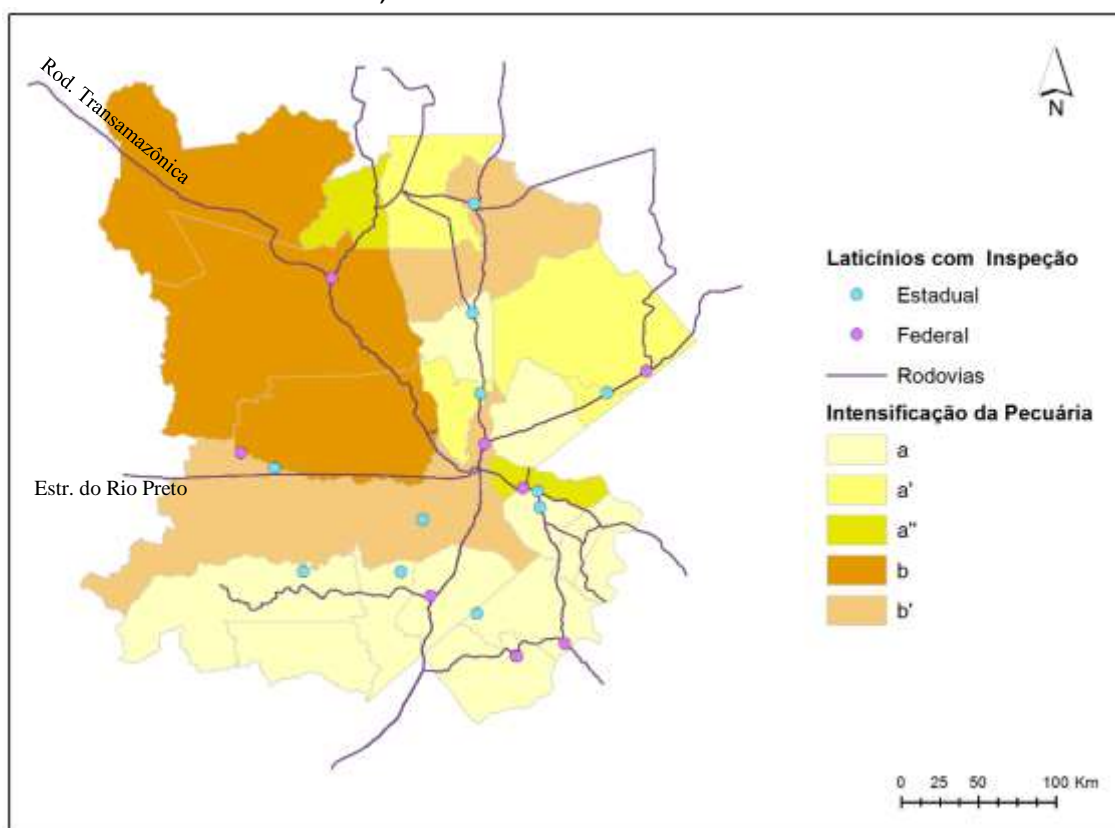
O grupo 'b', diferentemente, indica processos mais extensivos, com baixa rentabilidade por área e por animal, especialmente nos municípios mais a oeste e com uma dinâmica de expansão de fronteira. Nos municípios de Marabá e Goianésia do



Pará, que conformam o subgrupo  $b'$ , nota-se aumento da rentabilidade por animal no caso total, porém sem alterar o caráter extensivo do uso das pastagens. Mesmo nesses casos, essa intensificação dos valores totais não apresenta correspondência com qualquer intensificação no valor da produção de leite, indicando que mesmo essa atividade segue um padrão mais extensivo de ganho por hectare e por animal.

A intensificação da produção pecuária familiar, relacionada à produção leiteira, nos municípios do grupo  $a$  e seus subgrupos está vinculada a uma presença mais adensada de estruturas de beneficiamento de leite nessas regiões. A figura 4.14 revela a localização aproximada das fábricas de laticínio com registro no Serviço de Inspeção Estadual ou Federal presentes nesse complexo territorial.

Figura 4.14: Localização aproximada de Laticínios registrados nos serviços de inspeção estadual e federal no CTPPec, em 2018.



Fonte: ADEPARÁ <<http://www.adepara.pa.gov.br/estabelecimentos-registrados-na-ger%C3%A2ncia-de-leite-e-derivados>> Acesso em 03/05/2018 ; MAPA <[http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif\\_cons/%21ap\\_estabelec\\_nacional\\_rep?p\\_relatorio=estabelecimentos.rdf&p\\_id\\_area=1&p\\_id\\_cat\\_estab=&p\\_cd\\_classe\\_estab=&p\\_sg\\_uf=PA&p\\_id\\_municipio=&p\\_serial=1382651982&p\\_id\\_area=1&p\\_id\\_cat\\_estab=&p\\_id\\_classe\\_estab=&p\\_cd\\_classe\\_estab=&p\\_sg\\_uf=PA&p\\_id\\_municipio=&p\\_serial=1382626671&p\\_id\\_area=2&p\\_id\\_cat\\_estab=&p\\_cd\\_classe\\_estab=&p\\_sg\\_uf=PA&p\\_id\\_municipio=&p\\_serial=1382544101](http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons/%21ap_estabelec_nacional_rep?p_relatorio=estabelecimentos.rdf&p_id_area=1&p_id_cat_estab=&p_cd_classe_estab=&p_sg_uf=PA&p_id_municipio=&p_serial=1382651982&p_id_area=1&p_id_cat_estab=&p_id_classe_estab=&p_cd_classe_estab=&p_sg_uf=PA&p_id_municipio=&p_serial=1382626671&p_id_area=2&p_id_cat_estab=&p_cd_classe_estab=&p_sg_uf=PA&p_id_municipio=&p_serial=1382544101)> Acesso em 04/05/2018.

A visualização da figura deixa mais claro como se distribuem os municípios com tendência de intensificação da pecuária familiar e, ao contrário, os que apresentam um caráter de produção mais extensivo e que representam uma linha de expansão à oeste, seguindo pela rodovia Transamazônica e pela estrada do Rio Preto.

A pecuária leiteira, no entanto, não é uma atividade especializada. Ao contrário, predomina entre os produtores um gado misto de maior rusticidade e não raças propriamente leiteiras, o que contribui para uma produtividade relativamente baixa, porém com a compensação da possibilidade de venda de bezerros machos e vacas descartadas para engorda e abate, fundamental para a composição da renda. Essa venda se dá para atravessadores que levam o gado para a agroindústria de charque na região nordeste, para fazendeiros da própria região que fazem a recria e engorda para posterior venda para os frigoríficos, venda direta aos açougues locais.

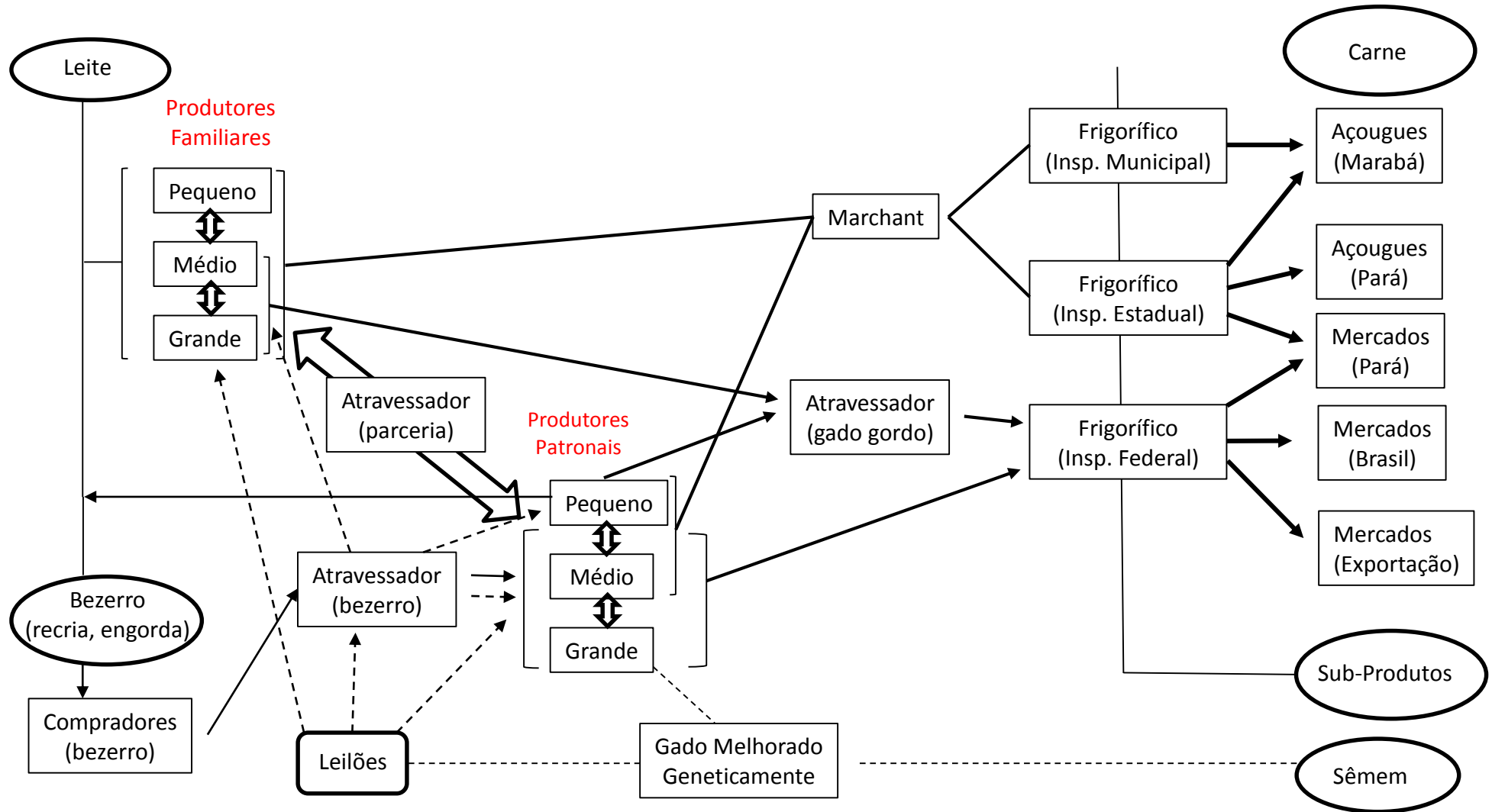
Finalizando a análise do complexo territorial de produção pecuária do sudeste paraense, apresenta-se um quadro síntese com os principais agentes produtivos e mercantis e os respectivos fluxos de circulação do rebanho para corte (fig. 4.15)<sup>29</sup>. Além dos fluxos diretamente ligados à circulação do gado nas diferentes etapas do processo produtivo, vale a pena detalhar as relações que os agentes socioeconômicos estabelecem entre si no âmbito da produção em si e que envolve diretamente o uso da terra. Essa relação está representada na figura 4.15 pelas setas bidirecionais entre os pequenos, médios e grandes produtores familiares e patronais, bem como entre os produtores desses dois grupos sociais, mediados por atravessadores.

Os produtores de gado familiares, em função do tamanho do seu rebanho, podem ser classificados em pequenos, médios e grandes criadores. Os pequenos possuem entre 5 e 15 cabeças, geralmente financiadas pelos PRONAF A e vivem da venda do leite e venda de bezerros machos e vacas de descarte para açougues; os médios possuem entre 50 e 100 cabeças e os grandes entre 100 e 200 cabeças, conseguidas através de linhas de crédito mais potentes, como PRONAF D e, mais recentemente, PRONAF Mais Alimentos. Podem vender o leite, que funciona como uma renda mais estável mensal, mas seu principal rendimento é a venda de bezerros, garrotes e, eventualmente, boi gordo.

---

<sup>29</sup> Informações sistematizadas a partir das entrevistas com o eng. agrônomo Gabriel Gonçalves Machado, extensionista rural, (realizada em 03/05/2018), médico veterinário Sérgio Luís Amaral, fiscal estadual da ADEPARA (realizada em 11/05/2018) e Ari Santos, extensionista rural e assentado da reforma agrária (realizada em 14/05/2018).

Figura 4.15: Arranjo de Produção e Circulação da Produção Pecuária de Corte no CTPPec do Sudeste Paraense.



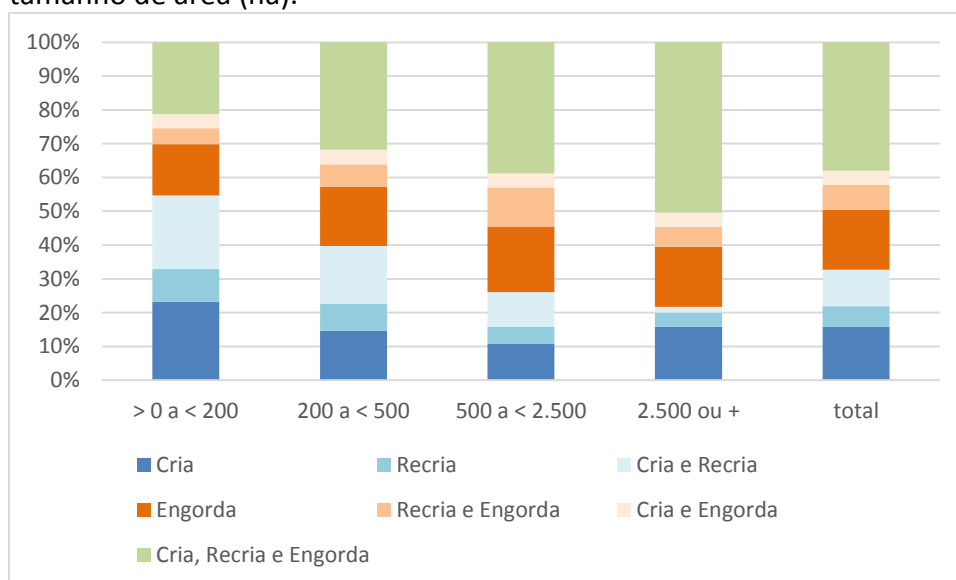
Os pequenos e médios pecuaristas familiares também podem complementar sua renda com a cessão de pasto para grandes produtores familiares ou pequenos e médios produtores patronais. Essa relação pode ocorrer de 3 formas: aluguel de pasto, pago mensalmente a partir de um preço pré-estabelecido; na meia, em que o ganho de peso do gado é dividido entre o dono do rebanho e o dono do pasto; partilha da cria, em que os dois agentes dividem as crias nascidas no período em que o gado está no pasto cedido. Enquanto o primeiro formato, os custos de produção com sal, vacina, manejo e os riscos de perda em caso de morte são todos do dono do rebanho, nos demais passa a ser responsabilidade do dono do pasto. A partilha de cria, que já foi um formato importante para formação de rebanho dos pecuaristas familiares tem sido raro em tempos de valorização da pecuária, pois nenhum produtor quer abrir mão da expansão de seu próprio rebanho.

Esse tipo de relação de cessão de pasto também se dá entre grandes, médios e pequenos produtores patronais e entre esses e os maiores e mais estruturados pecuaristas familiares. Nesses casos, como trata-se de quantidade maiores de cabeças de gado, pode haver a presença de um atravessador, que fica responsável para alocar uma determinada quantidade de cabeças de um grande produtor e, é ele quem estabelece uma série de relações chamadas de parcerias com vários produtores menores, distribuindo o gado que fica sob sua responsabilidade perante o grande pecuarista. Essas parcerias são desejadas pelos produtores familiares ou pequenos pecuaristas patronais, pois os grandes e médios pecuaristas vendem diretamente para os frigoríficos, sem atravessadores, o que permite alcançar melhores preços, especialmente no caso da meia (divisão do ganho de peso). Esse tipo de parceria pode ter origem, também, quando os produtores de menor porte compram bezerros melhorados dos grandes pecuaristas com programas de melhoramento genético, sendo um dos benefícios da compra é cadastrá-lo como parceiro para venda conjunta ao frigorífico.

O importante a observar desse arranjo de relações em torno da pecuária de corte é que os médios e grandes pecuaristas e os frigoríficos constituem-se como um eixo estruturante da pecuária regional, inclusive sendo estes produtores os fornecedores privilegiados dos frigoríficos. No entanto, eles estabelecem uma série de relações com produtores menores, inclusive familiares, que amplia o alcance da produção pecuária, seja através da comercialização de bezerros, tanto no sentido de venda de bezerros zebuínos resultantes de programas de melhoramento (que

alcançam melhor preço no abate), como no sentido de fornecimento de bezerros para engorda nas grandes fazendas por pequenos produtores e produtores familiares, seja através de diferentes formas de 'parceria' no uso dos pastos e/ou na comercialização conjunta aos frigoríficos. Em boa parte desses casos, as relações não se dão diretamente, mas são mediadas por atravessadores especializados tanto em venda de bezerros, como em venda de boi gordo para os frigoríficos ou ainda para a organização das parcerias. Essa diferenciação entre os tipos de estabelecimentos na participação da produção pecuária pode ser observada através do gráfico 4.10.

Gráfico 4.10: Composição do efetivo bovino em 31/12/2006, segundo a finalidade da criação, para os estabelecimentos agropecuários com mais de 50 cabeças, classificados por classe de tamanho de área (ha).



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Tabelas 1118 – Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 01/06/2018.

Considerando o total do rebanho bovino, a maior parte dele tem por finalidade o ciclo completo de cria-recria-engorda no estabelecimento (38,0%), seguido por apenas engorda (17,7%) e apenas cria (15,7%). No entanto, comparando-se as diferentes classes de tamanho de área, observa-se que a importante relativa do rebanho com finalidade de cria-recria-engorda aumenta proporcionalmente com o tamanho da área, sendo de 50,4% nos estabelecimentos com 2.500 ha ou mais e apenas 21,3% nos estabelecimentos até 200 ha. Nesses pequenos estabelecimentos a maior parte do rebanho é destinado apenas a cria (23,2%) ou cria-recria (21,8%), que somados alcançam 45,0%, ou ainda, 54,7% se agregados ao rebanho destinado apenas a recria. A medida que aumenta a classe de tamanho dos estabelecimentos, até 2.500 ha, nota-se uma redução do tamanho relativo do rebanho destinado a

cria/recria/cria-recria e ampliação do rebanho destinado recria-engorda/engorda. Indica-se, dessa forma, que os menores estabelecimentos cumprem uma função de fornecedores de bezerros e garrotes para a engorda final nos maiores estabelecimentos que realizam as etapas de terminação e comercialização aos frigoríficos.

O rebanho exclusivo para recria-engorda/engorda volta a perder importância relativa nos estabelecimentos acima de 2.500 ha, cujas maiores proporções são de gado para ciclo completo de cria-recria-engorda. Nesses estabelecimentos também volta a crescer a proporção de gado apenas para cria, também eles assumindo o papel de fornecedores de bezerros para outras classes de estabelecimentos. No entanto, em muitos casos, nessa classe de tamanho o gado de cria cumpre função diferente dos pequenos, pois o rebanho de cria nos grandes estabelecimentos está mais associado a programas de melhoramento genético e fornecimento de bezerros melhorados para recria e engorda de maior produtividade ou ainda para formação de matrizes e reprodutores melhorados.

Uma vez realizada a análise, em separado, dos dois subsistemas de produção que predominam e estruturam as relações socioespaciais do sudeste paraense, inclusive delimitando o complexo territorial formado pelo entrelaçamento de suas relações econômicas, faz-se necessário encontrar os pontos de articulação entre eles. Este será o objetivo do próximo capítulo que, para ser alcançado, deve procurar determinações teóricas, portanto com maior grau de abstração, que expliquem sua articulação em termos de sua capacidade de produção e reprodução social, tanto em termos regionais, como pela capacidade de transferência de excedente econômico para os circuitos mundiais e nacionais de acumulação. Esse esforço teórico, além da indicação dos pontos de convergência entre os subsistemas que compõem o complexo territorial devem, também, indicar os principais mecanismos econômicos e políticos que traduzem e materializam essas determinações em ações dos agentes concretos e, portanto, em fundamentos das disputas territoriais.

## 5 FUNDAMENTOS DA REPRODUÇÃO ECONÔMICA DO COMPLEXO TERRITORIAL AGROMINERAL DO SUDESTE PARAENSE

No capítulo anterior foi analisado o subsistema de produção e circulação mineral e suas articulações com a economia urbana do sudeste paraense, bem como o subsistema de produção pecuária. Ambos se articulam a circuitos espaciais mundiais, através das grandes corporações mineiras e das agroindústrias frigoríficas, o que atrela a região aos interesses estratégicos da acumulação capitalista global. Ao mesmo tempo, constituem um emaranhado de relações espacializadas na escala regional que, por sua vez, articulam de forma subordinada uma série de frações do capital e seus respectivos agentes, assim como frações das classes populares das cidades e do campo, que compõem o chamado circuito inferior da economia.

Um elemento central para compreender como esses dois subsistemas se articulam e configuram um complexo territorial de produção e reprodução agromineral, no sentido dado por Coraggio (1991), é a dominação da terra, seja pelo interesse no monopólio de recursos minerais, seja pela dominação do solo, suporte de atividades agropecuárias. A dominação da terra configura-se, portanto, como a base do interesse estratégico dos principais agentes estruturadores desses dois subsistemas, tanto pelos bens naturais que ela contém, seja no solo, seja no subsolo, e que podem ser transformados em mercadorias essenciais para a reprodução do sistema, como pela sua capacidade de suporte a processos de produção de mercadorias a serem comercializadas nos circuitos agroalimentares mundiais.

Quais são os fundamentos econômicos desse interesse? Como esses fundamentos se realizam nas dinâmicas socioespaciais desse complexo territorial? Que complementaridades, mas também contradições, tensões e conflitos imprimem no território, seja entre os interesses hegemônicos estruturadores dos dois subsistemas, seja entre outras forças sociais subalternizadas? Essas perguntas, que orientarão as análises deste capítulo, remetem à categoria chave da questão agrária para a economia política marxista: a renda da terra. Algumas considerações teóricas e históricas sobre ela serão apresentadas no restante desta introdução, buscando a construção de um quadro analítico para o estudo do sudeste paraense, apresentado nos tópicos seguintes.

Hobsbawn (1991), em sua clássica introdução ao livro 'Formações Econômicas

Pré-Capitalistas' de Marx, sugere que esse texto é sua "mais sistemática tentativa de enfrentar o problema da evolução histórica e complemento indispensável do Prefácio da Crítica da Economia Política" (p. 14). Enquanto no 'Prefácio', Marx procura estabelecer o mecanismo geral de todas as transformações sociais, o que não implica em nenhuma formulação sobre períodos históricos específicos ou relações de produção e forças produtivas concretas, nas 'Formações Econômicas Pré-Capitalistas' ele tenta formular o conteúdo da história em sua forma mais geral, especialmente nas transformações das relações que os homens estabelecem entre si, resultantes da especialização do trabalho e do maior domínio sobre a natureza. Para Hobsbawn, o foco desse ensaio de Marx é justamente as transformações na relação trabalho-propriedade na medida em que o homem se afasta de sua relação primitiva com a natureza, constituindo-se numa análise dialética das contradições trabalho/propriedade e divisão do trabalho.

Para Marx (1991a, p. 65) na pequena propriedade livre, assim como na propriedade comunal da terra, o trabalhador é proprietário das condições objetivas de seu trabalho, constituindo uma unidade do trabalho com seus pressupostos materiais e permitindo uma existência objetiva do trabalhador, independente do seu trabalho. Isso não impede a realização de trabalho excedente, que possa ser trocado por trabalho estrangeiro ao grupo, mas seu objetivo maior é a reprodução social do próprio grupo e a "terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade" (p. 67).

Uma questão central, para Marx, é explicar como se deu o processo histórico de separação entre essas condições da existência humana e sua existência ativa, que apenas se completou plenamente na relação entre o trabalho assalariado e o capital (p. 82). O trabalho assalariado é pressuposto e condição histórica do capital, assim como a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação, dos meios e do material de trabalho. Isso significa a dissolução da relação com a terra, assim como a dissolução das relações em que o homem se mostra como proprietário do seu trabalho, instrumentos e meios de subsistência, transformando-o "em capacidade de trabalho puramente subjetiva, sem objetividade, enfrentando condições objetivas da produção como sua não-propriedade, como propriedade alheia, como valor existente por si mesmo, como capital" (p. 93).

Ainda nesse texto, Marx alerta que o processo de dissolução que transforma a massa de indivíduos em trabalhadores assalariados, mesmo que nem todos os



trabalhadores estejam genuinamente nessa condição, mas potencialmente, não pressupõe a desapareição das condições anteriores de propriedade, mas que seu uso tenha sido alterado e seu modo de existência tenha sido transformado. Por isso, o que possibilita a transformação da riqueza monetária em capital é o fato de encontrar trabalhadores duplamente livres, das velhas relações e de toda propriedade, mas também de encontrar todos os meios de subsistência e matérias primas livres e disponíveis para venda (p. 101).

A partir das reflexões sobre o processo histórico de transformação das relações entre trabalho e propriedade, Marx (1991b), no livro 3 d'O Capital, pode analisar com mais detalhes a forma histórica específica de propriedade fundiária que se estabelece quando o modo capitalista domina todas as esferas da produção e da sociedade burguesa, inclusive a agricultura. Seu interesse é examinar “as relações específicas de produção e de circulação, oriundas da aplicação do capital na agricultura” (p. 706), tomando como referência o cultivo da principal cultura alimentar – no seu caso, o trigo – uma vez que é esta que determina a renda fundiária não apenas nesta atividade, mas em todas as outras produções menos importantes. No entanto, essas leis têm validade para outros bens naturais envolvidos nas demais formas de produção agropecuária e na mineração.

A propriedade fundiária nessas condições históricas supõe “que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas provadas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades” (p. 707), permitindo que o proprietário lide com ela do mesmo modo que o faz qualquer dono de mercadoria, porém dependendo das condições econômicas mais gerais que não se subordinam à vontade dele. A questão central, nesse caso, é determinar como se dá a valorização desse monopólio na base da produção capitalista.

Para Marx (1991b, p. 935), todo o processo social de produção capitalista se encerra na fórmula trinitária capital - lucro (lucro do empresário + juro)<sup>30</sup>, terra - renda fundiária, trabalho - salário. Enquanto o capital é uma determinada relação social que se combina com determinada forma social e nela se manifesta, a terra e o trabalho, em sua forma física, são comuns a todos os modos de produção, nada tendo a ver com a forma social. É apenas como trabalho assalariado e propriedade fundiária,

---

<sup>30</sup> Em verdade, Marx afirma que o juro aparece como o produto verdadeiro, característico do capital, enquanto o lucro do empresário é salário independente do capital. Portanto, a fórmula trinitária, na realidade, apresenta-se como capital-juro, terra-renda fundiária, trabalho-salário.

expressão de formas historicamente determinadas do trabalho e da terra monopolizável que, em correspondência ao capital e a formação econômica da sociedade, podem ser fonte de rendas, repartição do valor. Essa repartição, entretanto, pressupõe a existência prévia do valor total do produto anual, enquanto trabalho social que se materializou, em parte necessário à reprodução do trabalhador, em parte excedente apropriado pelo capitalista ativo e repartido ao proprietário fundiário.

Essa trindade econômica configura a conexão entre as partes componentes do valor, embora tenham origens distintas e sejam distintamente personificadas no capitalista, no proprietário fundiário e no trabalhador. Sua conexão no valor, para Marx, completa

a mistificação do modo capitalista de produção, a reificação das relações sociais, a confusão direta das condições materiais de produção com a determinação histórico-social dessas condições; é o mundo enfeitado, desumano e invertido, onde os manipulados, o senhor Capital e a senhora Terra, protagonistas sociais e ao mesmo tempo coisas, fazem suas assombrações. (p. 952)

Cabe, portanto, analisar como a renda da terra expressa parte do valor ao qual ela está conectada e nele mistificada. O primeiro passo nessa tarefa é identificar as distintas formas de renda capitalista que, segundo Marx, são: renda diferencial I e II, renda absoluta e renda de monopólio. Todas elas têm em comum serem mais-valia, produto do trabalho-excedente, apropriada pelo proprietário de terras através da realização econômica da propriedade fundiária, expressa no seu arrendamento a um capitalista que paga ao proprietário das terras quantias contratuais mediante seu consentimento dele empregar seu capital nesse campo especial de produção, ou então, no preço de venda da terra que nada mais é do que a renda da terra anual capitalizada, ou seja, o montante total de capital que, de acordo com determinada taxa de juros vigente, gera uma receita correspondente à renda fundiária, valendo inclusive para as terras não cultivadas, apenas como potencial geradora de rendas futuras.

O primeiro tipo de renda abordado por Marx é a renda diferencial. Essa renda reflete o lucro suplementar alcançado, ou seja, um preço individual de produção menor do que o preço social e regulador do mercado, mantida a mesma taxa média de lucro, alcançado pelo uso de um trabalho “naturalmente mais produtivo por estar ligado ao emprego de uma força natural [...] monopolizável que [...] só pode ser utilizada por

aqueles que dispõem de parcelas especiais do globo terrestre com seus acessórios” (p. 739). O lucro suplementar não provém do capital, mas da “aplicação pelo capital de uma força natural monopolizável e monopolizada” (p. 740) que permite-o converter-se em renda fundiária revertendo em pagamento ao proprietário dessa força natural. Nada se altera se o próprio capitalista for o proprietário fundiário onde se encontra essa força natural, nesse caso ele próprio retendo tanto o lucro normal, pelo emprego de seu capital, como a renda fundiária, pela retenção do lucro suplementar. Claro está que “a propriedade fundiária não cria, portanto, a parte do valor que é transformada em lucro suplementar, mas só capacita o proprietário da terra [...] a extrair [...] esse lucro suplementar e embolsá-lo” (p. 742).

Marx subdivide a renda diferencial em tipo I e II. A renda diferencial I tem duas causas principais que geram a produção de quantidades e/ou receitas diferenciadas em situações que são aplicadas quantidades iguais de trabalho e capital por área: a fertilidade natural do solo e a sua localização. Nesse caso, a produção no pior solo conferiria o preço de produção regulador do mercado (capital adiantado acrescido do lucro médio), sem gerar renda, diferentemente da produção em todos os outros tipos de solo superiores, que gerariam um lucro suplementar passível de ser capturado na forma de renda da terra. Sua condição de existência é a desigualdade dos tipos de solo e de localização, sendo que a totalidade das rendas crescem com a expansão dos cultivos, porém variando suas taxas por área ou por capital empregado de acordo com as mudanças nas proporções entre os diferentes tipos de solo/localização cultivados.

Diferentemente de David Ricardo, que pressupunha um movimento linear de ocupação de terras cada vez menos férteis dentro de um país/região, Marx vê uma dinâmica muito mais complexa de ocupação de novas terras e transformação das condições das terras ocupadas. Sobre esse ponto, Harvey (2013, p. 472 - 473) comenta que os proprietários precisam assumir um papel ativo na busca de rendas aumentadas, por isso tendem a ser atraídos a competir por pacotes de investimentos e atividades ligados a certos padrões de desenvolvimento que apresentam as melhores perspectivas de geração de rendas futuras, o que inclui investimentos em transporte que alteram a localização relativa de suas terras. Isso se dá, tanto a partir de alianças ativas entre o proprietário da terra e o capitalista, numa busca comum, respectivamente, por renda e lucro elevado, como pelos investimentos, em geral pressionando o Estado, para (re)estruturações geográficas e para o estabelecimento

de certos padrões de desenvolvimento que melhor valorizem as terras. Nega-se, dessa forma, a visão ricardiana de avanço linear de terras mais férteis e melhor posicionadas para terras piores.

Outra diferença da posição de Marx em relação à ricardiana, refere-se à produção das colônias. Para Ricardo, também nesse caso, o deslocamento da produção para outros países era pensado em ocupação de terras mais férteis, contrarrestando as tendências de ocupação de solos menos férteis nos países de industrialização mais antiga. Para Marx, o caso de produtos das colônias exportados a preços mais baratos, não se trata de mero reflexo de terras de melhor fertilidade, mas de desdobramento de condições econômicas e políticas mais gerais, como as forma de inserção desses países/regiões na divisão internacional do trabalho, o seu grau de especialização na agricultura, o caráter predatório da utilização dessas terras relativamente jovens, aproveitando-se de uma fertilidade acumulada que tende a ser rapidamente desgastada, pelo caráter extensivo da ocupação das terras que, mesmo com rendimentos baixos por unidade de área, alcança um volume total de produção. Nesse caso, “o decisivo aqui não é a qualidade, mas a quantidade da terra” (p. 769) e conferem um volume total de renda elevado, mesmo sendo o produto vendido no mercado internacional abaixo do preço de produção determinado pela taxa média de lucro nos países/regiões de industrialização antiga.

A renda diferencial II se explica não pela fertilidade natural do solo, mas pelo efeito da intensificação do uso e a concentração de capital na mesma área, reconhecendo que essas aplicações sucessivas de capital geram efeitos desiguais no aumento da produtividade. Nesse caso, o preço do produto fornecido pela porção menos rentável do capital determina o preço de produção, à semelhança da pior terra no caso I, e não gera lucro suplementar, diferentemente das demais porções de capital aplicado. Complexifica-se, portanto, as possibilidades de geração e captura de renda diferencial, sobretudo quando se unem as formas I e II, ou seja, efeitos distintos de aplicações de capital sobre solos com fertilidade natural e localização diferenciada.

Em todos esses casos e combinações de renda diferencial, Marx supunha que o terreno de pior qualidade não gerasse renda, apenas possibilitando a produção capitalista em termos de preço de produção ao arrendatário (capital adiantado + lucro médio). No entanto, esse artifício utilizado para explicitar a renda diferencial não condiz com a realidade do capitalismo, uma vez que o fato desse pior terreno não gerar lucro suplementar não o torna disponível para uso abstraindo o poder de

monopólio da propriedade fundiária. Ou seja, o proprietário da pior terra só vai cedê-la se também puder auferir renda, que deverá ser paga sempre que a demanda global exigir a utilização desse terreno. Isso não implica em alterações na renda diferencial, porém significa que o aumento da demanda deve levar a uma alta relativamente estável no preço do produto a ponto do preço regulador no pior terreno incorporar uma outra renda acima do lucro médio, revertendo-se em preço base para todos os demais solos que, ademais, mantém seu lucro suplementar. Essa renda, Marx denomina de renda absoluta.

A possibilidade desse preço geral de mercado incorporar a renda absoluta explica-se pela relação entre preço de produção e valor da mercadoria, determinada pela composição orgânica do capital. Para Marx, o valor dos produtos agrícolas pode ultrapassar seus preços de produção em função da composição orgânica da agricultura ser inferior à composição orgânica média, sendo maior a mais-valia extraída por esse ramo de produção, assim como da produtividade social do trabalho ser mais limitada em relação às condições naturais. No entanto, se nos demais casos, dada a concorrência e a mobilidade do capital, tende a haver um nivelamento na distribuição da mais valia total entre os ramos levando a formação de uma taxa média de lucro, que limita a existência de superlucros apenas no interior de cada ramo, mas não entre os ramos, no caso da agricultura isso se dá pelo fato de atuar uma força estranha: a propriedade fundiária. Por isso, para Marx

A propriedade fundiária aí é a barreira que, para permitir aplicação nova de capital em terreno que ainda não tenha sido cultivado ou arrendado, cobra tributo, isto é, exige renda, embora o terreno que passa a ser cultivado seja de uma espécie que não proporciona renda diferencial [...] Mas, em virtude do limite estabelecido pela propriedade fundiária, o preço de mercado deve subir até o ponto em que o solo pague um excedente sobre o preço de produção, isto é, uma renda. (p. 875)

Essas considerações teóricas não significam que a renda absorve todo o excedente do valor dos produtos agrícolas sobre o preço deles, pois “parte desse excedente entrará no nivelamento geral e na repartição proporcional da mais-valia toda entre capitais existentes individualmente considerados” (p. 876). Por isso, a renda absoluta enquanto sobra do valor depois de se deduzir o preço de produção é apenas parte da mais-valia agrícola, dependendo das condições de mercado e do desenvolvimento da composição orgânica do capital agrícola e da sua produtividade

do trabalho social.

Essas considerações teóricas deixam claro que não se trata de preço de monopólio, mas apenas de preço acima do preço de produção, igual ou abaixo do valor, portanto seu monopólio trata-se apenas de “não serem nivelados ao preço de produção como acontece com outros produtos industriais cujo valor ultrapassa o preço geral de produção” (p. 876). Difere-se, portanto, de uma renda de monopólio cujo preço não é determinado pelo preço de produção, nem pelo valor da mercadoria, mas pelas necessidades e capacidades de pagar dos compradores (p. 878).

Mas se a renda absoluta se justifica teoricamente pela baixa composição orgânica dos capitais aplicados à agricultura, assim como pela menor produtividade do seu trabalho social em função da dependência de fatores naturais, por quê na pecuária em larga escala, em que a quantidade de força de trabalho é muito reduzida em relação ao capital constante em gado mesmo, se manteria essa situação? Marx (idem, p. 881), apoiando-se em Adam Smith, argumenta que, na verdade, é a renda da principal produção agrícola, no seu caso o trigo, que determina o conjunto das rendas fundiárias. Isso porque o gado só poderá ser criado em áreas que poderiam receber cultivos agrícolas se o seu preço for alto o suficiente para garantir a remuneração média do capital e do proprietário de terras, caso contrário, tenderiam a implantar os cultivos agrícolas. Uma vez o preço do gado elevado artificialmente em função da renda absoluta da propriedade fundiária, a renda diferencial passa a favorecer o solo de pior qualidade, pois é possível expandir a criação de gado nas piores e mais distantes terras, inclusive naquelas que não poderiam ser cultivadas, e mesmo assim garantir o lucro suplementar passível de ser convertido em renda.

Martins (1995, p. 151 em diante) dialoga com a conceituação de Marx sobre a renda da terra e procura, a partir dela, interpretar o caso brasileiro, apontando três pontos fundamentais. Em primeiro lugar, a renda da terra na agricultura capitalista é distinta da renda da terra pré-capitalista devendo, portanto, ser compreendida com base no conjunto das relações sociais capitalistas e não em explicações que remetem a outros modos de produção diferenciados. Na agricultura pré-capitalista a renda tinha um caráter de tributo pessoal, pago diretamente pelo trabalhador ao senhor de terras na forma de dias de trabalho, produtos ou dinheiro, deduzido da produção individual de seu trabalho. Na agricultura capitalista, ao contrário, quando a terra é subjugada pelo capital, o pagamento da renda da terra não é direto ao proprietário fundiário, mas mediado pelo próprio capital e, por isso, ela tem que se submeter ao seu domínio e

suas regras, transformando-se em um tributo social, pago pelo conjunto da sociedade à classe dos proprietários que tem o monopólio da terra.

O segundo ponto é que a terra não é capital, não é produto do trabalho e não contém valor, diferenciando-se dos outros meios de produção, porém isso não impede de o capital apropriar-se dela, transformá-la em mercadoria, o que exige o pagamento da renda. Isso gera uma contradição, pois o pagamento da renda gera uma imobilização improdutiva do capital, fazendo com que o pagamento da renda seja uma irracionalidade para o capital. No entanto, se essa contradição entre terra e capital cria a existência de duas classes antagônicas – proprietários de terras e capitalistas – não elimina o fato de que ambos são proprietários dos meios de produção, condição imprescindível para subjugar o trabalho dos trabalhadores e extrair sua mais-valia, seja através do capital no momento da produção, seja através da propriedade fundiária no momento da distribuição. Por isso, Martins (1995, p. 166) afirma que essa coincidência de interesses é a razão pela qual “ambos possam surgir unificados numa única figura, a do proprietário de terra que também é proprietário do capital”, o que não elimina a contradição entre terra e capital, mas permite que o próprio capital se aproprie da renda da terra. No Brasil, “o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte” (idem, p. 175).

No entanto, não é apenas nesse caso em que o capital sujeita a renda da terra, mas também nos casos em que o capital não se torna proprietário, porém cria as condições para extrair o excedente econômico, apropriar-se da renda no momento da circulação da mercadoria, como em boa parte dos exemplos de produção familiar de tipo camponesa. Por isso, Martins (1995, p. 167) afirma que não se faz necessário concentrar a propriedade da terra para que o capital se apodere da agricultura, pois diferentemente da concentração do capital que aumenta tanto a capacidade produtiva do trabalhador, como a do capitalista de extrair mais-valia, a concentração da terra não incide na capacidade produtiva, apenas aumenta “a capacidade do proprietário se apropriar de mais-valia social” (p. 168), seja de forma direta via aluguel ou mercantilização, seja via sujeição da renda da terra por mecanismos de subordinação dos produtores. Para Martins (1995) a propriedade da terra, seja a grande propriedade concentrada, seja a pequena propriedade resultante de uma reforma agrária distributivista, não é um empecilho à expansão do capital no campo, pois as

contradições entre terra e capital são apenas expressões das contradições mais gerais do capitalismo, entre produção da riqueza e sua apropriação privada, o que não impede sua expansão.

O terceiro ponto indicado pelo autor refere-se a própria produção da terra enquanto mercadoria, ou em termos mais gerais, as diferenças entre a produção do capital e a reprodução capitalista do capital, pois a produção do capital nunca é um processo capitalista, baseado em capital e trabalho assalariado. No debate sobre fronteira, Martins (1996) indica que, entre as várias frentes de expansão territorial, há uma frente econômica dominada por agentes da economia capitalista, portanto uma frente de expansão que traz para a fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista do capital (p. 48), que pressupõe, entre outras coisas, a possibilidade de extração da renda capitalista da terra e, portanto, a terra já transformada em mercadoria.

Para Martins (1982, p. 16), o capitalismo brasileiro, diferentemente do modelo clássico, articula a um só tempo expropriação e exploração, embora a expropriação não signifique necessariamente proletarização dos trabalhadores expulsos, podendo levar tanto a outras formas de sujeição do trabalho, como a dinâmicas de migração destes em busca de novos territórios e de sua autonomia perdida. Há uma articulação permanente, nesse sentido, entre violência, expropriação e exploração nas dinâmicas de expansão territorial do capital, expressão da produção do capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital, envolvendo tanto a produção de fazendas, como a super-exploração do trabalho a partir de relações não capitalistas (peonagem, trabalho escravo), além de transferências estatais (Martins, 1994, p. 9).

Essas articulações revelam, para Martins (1989), o caráter rentista do capitalismo brasileiro, em que a reprodução ampliada do capital não se dissocia da produção de capital através de processos permanentes de expropriação, assim como do recebimento de tributos do Estado e de outros setores da sociedade via renda da terra. Apesar desse rentismo assentar-se sobre toda a base territorial nacional, ganhou notoriedade com os incentivos fiscais destinados às grandes empresas que se deslocaram para a Amazônia durante a ditadura civil-militar. Esses incentivos, nada mais eram do que uma “política para forçar o capital a se tornar proprietário de terra, preservando e modernizando a propriedade, ao mesmo tempo, sem fazer reformas sociais” (p. 143), compensando-o pelos prejuízos e irracionalidades econômicas de sua imobilização produtiva na aquisição de terras. Dessa forma, o Estado transfere para toda a sociedade o ônus de manter, econômica e politicamente, a classe dos



grandes proprietários de terras.

Oliveira (2007) dialoga diretamente com as formulações de Martins, fazendo sínteses e agregando suas próprias contribuições em busca de um quadro interpretativo da questão agrária brasileira. O princípio teórico determinante que fundamenta a interpretação do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, como um processo que envolve “criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital” (p. 20), é a sujeição da renda da terra ao capital. Assim, na etapa do capitalismo monopolista, em que predominam grandes complexos industriais integrados à produção agropecuária, ora se tem o monopólio na esfera da produção, ora se tem o monopólio na esfera da circulação, levando tanto a processos de territorialização do capital monopolista, como de monopolização do território por esse capital. No primeiro processo há uma expulsão dos trabalhadores no campo, dando lugar a formação de grandes monocultivos baseados em trabalho assalariado e na fusão do capitalista e do proprietário de terras para uma apropriação, simultânea, do lucro e da renda fundiária. Diferentemente, no segundo processo, o capital cria mecanismos de sujeição da renda da terra que se metamorfoseia em capital sem necessitar a expropriação de outras formas de produção, que podem, inclusive, expandirem-se. Nesse caso, o monopólio baseia-se em alianças com proprietários de terras e agentes da produção, sejam camponeses, sejam capitalistas, subordinando-os.

Nessa perspectiva apresentada por José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira é importante notar que a propriedade fundiária não pode ser considerada um entrave ao desenvolvimento capitalista na agricultura, embora expresse uma contradição de que parte do capital tenha que ser apropriada como renda. Martins (1995, p. 172) afirma que essa contradição não está na terra, mas no próprio capitalismo. Quem paga a renda da terra não é um capitalista específico, nem aquele que eventualmente arrenda terra, mas o conjunto da sociedade, na forma de um tributo social pago a classe dos proprietários que detém o monopólio da terra.

Do ponto de vista histórico, no entanto, essas contradições levaram a antagonismos e crises que motivaram o desenvolvimento de mecanismos para contorná-las, sem, no entanto, poder superá-las. Para Oliveira (2007), na fase do capitalismo concorrencial, a expansão da produção de mercadorias levou a formação de um mercado mundial capitalista, porém nem sempre baseado em processos de produção e distribuição também especificamente capitalistas, levando a que as

transformações na agricultura se dessem sob duas formas: uma especificamente capitalista, baseada em trabalho assalariado e arrendamento da terra; outra, baseada na articulação de diferentes formas de produção não capitalista ao mercado mundial, dentre elas o latifúndio *junkeriano*, o escravismo colonial e a produção camponesa. Todas elas, articuladas ao mercado mundial capitalista em expansão, tiveram características específicas.

O debate sobre a Renda da Terra na economia política clássica emergiu a partir de uma dessas crises, mais especificamente, o dilema causado pela oposição de interesses entre proprietários fundiários e capitalistas agrícolas e industriais no contexto da agricultura especificamente capitalista predominante na Inglaterra. Essa crise expressou-se diretamente nas tensões entre as altas taxas de arrendamento de terras e as dificuldades de o capital aplicado na agricultura produzir, em um contexto de expansão do mercado mundial e baixos preços dos alimentos e matérias primas (Oliveira, 2007, p. 30). Essa crise, para Oliveira, foi determinante para a direção das transformações da agricultura na fase monopolista do capital.

Essas linhas de interpretação dialogam com Vergopoulos (1986, p. 87), que argumenta que a base dessas crises em torno da renda da terra está na concorrência entre agricultura e indústria, uma vez que em sua concepção a persistência da renda da terra não deve ser analisada pela produção, mas sim pelo mercado. Nessa perspectiva, se a renda absoluta da terra se baseasse apenas no que lhe dá origem, ou seja, no sobrelucro agrícola decorrente da menor composição orgânica do capital neste ramo, ela tenderia, no limite, a ser eliminada com o desenvolvimento capitalista na agricultura. No entanto, a persistência de longo prazo desse sobrelucro se explica, para o autor, pelo mercado, entendido como os fluxos entre a massa de valores produzidos pela indústria e pela agricultura, considerando a rigidez relativa na oferta de produtos agrícolas em relação à potencialidade da oferta industrial, gerando uma tendência de desequilíbrio. Esse desequilíbrio atuou como freio do desenvolvimento capitalista ao longo do século XIX e foi contra ele que as frações industriais procuraram impor sua “axiomática de progresso” (p. 94)<sup>31</sup> que buscou inverter o fluxo

---

<sup>31</sup> Para Vergopoulos (1986, p. 131) “A terra constitui, no sistema capitalista, o único meio de produção que não é reprodutível. A rigidez da oferta de terras acentua-se à medida que a parte restante do sistema cresce. A produção agrícola está, nessas condições, baseada neste monopólio em quantidade limitada, e tem direito a um sobrelucro que o proprietário fundiário, no século XIX, captava e transformava em renda fundiária. [...] Quanto mais as desigualdades crescem, mais importante é a renda. A taxa de lucro industrial sai lesada e baixa. Diante dessa situação, o capitalismo põe em funcionamento sua axiomática de pilhagem e de capital utilizado”.

de renda, através de mecanismos de circulação e de mercado, capturando os lucros para a indústria.

Segundo Vergopoulos (1986, p. 99) o plano de ação capitalista que se deu sobretudo a partir de 1870, foi articulado em três frentes: uma de curto prazo, voltada à expansão do mercado externo, que correspondeu à emergência do imperialismo; uma de médio prazo, voltada para aumentar a mais-valia agrícola; uma de longo prazo, voltada a formar, em torno do Estado, um dispositivo particular que permitisse “canalizar o sobrelucro agrícola para o setor industrial”. Assim, a conclusão do autor é que o desenvolvimento do modo de produção capitalista não atuou no sentido de eliminar a renda da terra a partir de uma suposta ‘racionalização’ da agricultura, mas de criar dispositivos e mecanismos para capturá-la para a indústria. O imperialismo consolidou, no plano internacional, os termos desiguais e desfavoráveis das trocas entre produtos agrícolas e matérias primas e produtos industrializados, enquanto nas próprias sociedades industrializadas o capital atuou no sentido de capturar a renda da terra.

Nesse processo de subordinação da agricultura nas sociedades industrializadas, para o autor, houve uma inviabilização da grande propriedade fundiária, não porque a pequena não gere renda da terra, mas porque os grandes proprietários têm maior peso político e capacidade de especularem com essa renda, ao contrário do que ocorre em uma agricultura baseada em uma vasta e fragmentada produção camponesa, orientada não pelo lucro, mas por sua reprodução familiar. É nesse contexto, por exemplo, que devem ser entendidas as reformas agrárias capitalistas e demais mecanismos de valorização da produção familiar nessas sociedades. Além disso, houve uma imposição de intensificação do trabalho agrícola e de ampliação da produtividade, através de pacotes tecnológicos e mecanismos de preços, visando ampliar a mais-valia agrícola, extraída através da relação desfavorável entre preços de insumos/produtos agrícolas, domínio dos circuitos de comercialização pelos grandes monopólios e endividamento dos produtores através do sistema de crédito rural destinado tanto à produção, como a própria compra da terra. Todos esses mecanismos foram, em grande medida, regulados pela política agrícola do Estado, agente chave nesse processo.

Bartra (2006, p. 100 em diante) coincide com esta interpretação e procura refletir sobre como a produção camponesa inserida no ciclo do capital atua como um desses mecanismos. O principal fundamento reside no fato das unidades de produção

desse tipo, que são simultaneamente de produção e consumo não produtivo, serem qualitativamente distintas das unidades capitalistas, pois não implicam em processo de trabalho que seja, em si mesmo, processo de valorização de capital. Isso significa que as unidades de produção camponesas permitem-se operar a nível de reprodução de seus custos (valor de seus meios de produção e da reprodução da força de trabalho) sem a taxa média de lucro. Com isso, o preço de mercado pode ser sistematicamente inferior ao preço médio de produção, pois é definido pelas condições de produção apenas das unidades capitalistas, mais os custos de reprodução das unidades camponesas. Como, em geral, as unidades camponesas estão nas terras menos férteis e de pior localização, remunerá-las apenas a nível de reprodução dos custos tende a reduzir os sobrelucros do ramo agropecuário como um todo, reduzindo a renda da terra.

Essa dinâmica que tende a eliminar a renda da terra, no entanto, não elimina a repartição desigual de ganhos dentro do ramo agropecuário pelo estabelecimento de preços de mercado reflexos do grau de produtividade dos capitais melhor posicionados. Por isso, as unidades de produção capitalistas operando em terras medianas alcançam lucros normais e aquelas operando em condições de melhor fertilidade/localização podem auferir sobrelucros permanentes, em que pesem não serem pagos como 'tributos' pelo conjunto da sociedade e sim como parte da exploração do trabalho excedente camponês. Assim, diferentemente da classe operária, que é explorada diretamente no processo de produção, a classe camponesa é explorada à medida que sua produção se vincula à circulação global, seja fornecendo produtos que se transformam em meios de produção para as unidades capitalistas, seja fornecendo produtos de consumo direto para os trabalhadores assalariados, seja ainda adquirindo no mercado meios de produção ou de subsistência.

Apesar de todas essas tendências e fundamentações teóricas que explicam a exploração camponesa e sua possível refuncionalização pelo capital, Bartra (2006, p. 209 em diante) afirma que elas não eliminam as tendências simultâneas de destruição do campesinato, seja por processos de expropriação de suas terras para incorporação à produção especificamente capitalista, seja por processos de exploração na esfera da circulação que lhe impedem as condições de reprodução. Inserem-se, portanto, no rol de contradições mais gerais entre os interesses de cada capital individual, em busca de melhorar suas possibilidades de valorização, e os interesses gerais do

capital como classe e das suas possibilidades gerais de acumulação.

Essas análises mais gerais e abstratas, embora forneçam fundamentos teóricos, não levam a uma explicação direta de como os processos concretos de exploração camponesa e relação agricultura-indústria se dá em cada caso específico. Em todos esses casos, à teoria do modo de produção capitalista que embasou essas análises deve ser completada com a análise “de sua existência concreta em uma formação social específica e de suas possibilidades e alternativas em uma determinada conjuntura de classes” (Bartra, 2006, p. 205). Nessa perspectiva, um estudo esclarecedor sobre esse processo no caso brasileiro, no auge do período da modernização conservadora, foi realizado por Neves (1981), a partir da produção de cana de açúcar na região de Campos – Rio de Janeiro. Do ponto de vista teórico e metodológico a autora dialoga com análises mais gerais e abstratas, como as aqui apresentadas, que sublinham a funcionalidade da integração do pequeno produtor aos circuitos de reprodução do capital que levam à extração do sobretrabalho e sua subordinação, porém articulando-as e integrando-as às análises que focam nas formas de resistência desses pequenos produtores, apoiadas nas especificidades de suas relações de produção e racionalidades, e que permitem não apenas sua reprodução subordinada, mas, até em alguns casos, a conquista de certa autonomia relativa.

Chama a atenção, no estudo citado, que essa complexidade de processos contraditórios e complementares nas relações de subordinação e resistência desses produtores não especificamente capitalistas se dá em um setor – produção de cana de açúcar – caracterizado como exemplo de tendências de territorialização do capital monopolista e, conseqüentemente, de destruição/expulsão do campesinato. O contexto da pesquisa se dá sob o domínio do capital industrial e financeiro construído entre as décadas de 1930 e 1970, a partir de papel ativo do Estado que garantiu a expansão e estabilização da produção pelas usinas de açúcar e álcool, a concentração fundiária pelos estabelecimentos industriais e, ao mesmo tempo, a expansão quantitativa de pequenas e médias propriedades.

A subordinação dessas pequenas propriedades fornecedoras de cana se deu por diferentes mecanismos: uma forte intervenção do Estado no sentido de impor preços tanto da cana, como do açúcar, a definição de quotas de produção para usinas e fornecedores cadastrados, recolhimento de impostos e taxas e a definição de seu direcionamento ao investimento públicos nas estruturas agroindustriais e na

adequação e expansão das terras cultivadas através de obras de drenagem; a centralização do controle da comercialização da cana pelas usinas; a ampliação do crédito destinado aos pequenos e médios fornecedores, vinculado à modernização tecnológica. A análise desses mecanismos revelou para a autora como a expansão das pequenas e média propriedades mostrou-se como recurso da reprodução do capital na agricultura, beneficiando as usinas de açúcar, e do capital industrial, pelo barateamento do açúcar enquanto bem de consumo da força de trabalho, porém, simultaneamente, abrindo possibilidades de resistência desses produtores, mesmo que reproduzindo sua subordinação.

As análises de Neves (1981) indicam, como um aspecto central nessa dinâmica, a imposição de padrões de produção de cana de açúcar baseados na chamada 'modernização do setor' através da mecanização, incorporação de insumos industriais e variedades melhoradas de cana voltadas para uma maior produtividade, mecanismo de subordinação ao capital industrial. Como desdobramento deu-se uma maior demanda de dinheiro pelos plantadores para ter acesso a esses insumos e serviços, forçando uma subordinação ao sistema de crédito (subordinação ao capital financeiro), uma ampliação da escala de produção compatível com o novo padrão, implicando em aumento da área plantada via especialização na atividade, e redução da ocupação da força de trabalho familiar na propriedade, especialmente na entressafra. Contraditoriamente, no entanto, essa liberação de parte da mão de obra esteve no centro das estratégias de resistência econômica, articulando produção de autoconsumo nos canaviais em reforma, criação de gado em áreas de baixada ou áreas comuns e combinação de venda de força de trabalho por parte da família que, em conjunto, permitiam a formação de uma poupança que assegurava as condições de reprodução, mesmo que subordinada, e certa autonomia em relação aos mecanismos de subordinação.<sup>32</sup>

Esse processo analisado por Neves (1981) na produção açucareira de Campos não se deu apenas naquela região, mas, em seus traços gerais, ocorreu na maior parte da agricultura do centro-sul, configurando o que ficou conhecido como

---

<sup>32</sup> Essas conclusões estão compatíveis com as perspectivas mais gerais de Bartra (2006) de que a chave para a compreensão da exploração dos camponeses está na metamorfose de suas mercadorias na esfera da circulação, que se traduz em um intercâmbio desigual no mercado de produtos, de dinheiro e de trabalho, sendo que nos dois primeiros suas mercadorias podem ser vendidas sem incluir a taxa média de lucro, pois são referenciadas apenas nos custos de reprodução, e no caso da venda da força de trabalho, sua condição de produtor parcial de sua própria auto-reprodução permite a venda abaixo do valor da reprodução integral da força de trabalho.

‘modernização conservadora da agricultura’ e incorporação do padrão da revolução verde no Brasil. Esse processo, em seus grandes traços, considerando o período entre 1965 e 1985, foi analisado por Delgado (2012), que o caracteriza pela integração técnica da agricultura e indústria e pela preservação do poder das oligarquias rurais vinculadas à propriedade da terra e ao capital comercial. Do ponto de vista socioespacial, a modernização conservadora implicou em um duplo movimento de intensificação da produção de mercadorias a partir do aumento da produtividade agropecuária, especialmente no Sul e Sudeste, e da valorização patrimonial a partir da apropriação de terras para fins produtivos ou especulativos nas fronteiras agropecuárias do Centro-Oeste e, especialmente, da Amazônia. No cerne desse processo esteve o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR que não apenas induziu e financiou a modernização conservadora, como configurou um domínio crescente do capital financeiro na agricultura.

Delgado (2012) diferencia os processos de integração técnica agricultura – indústria e de integração de capitais. Enquanto o primeiro refere-se à articulação entre os padrões de produção agropecuários e agroindustriais, sobretudo pela incorporação do pacote tecnológico da revolução verde na produção rural (mecanização – insumos químicos industriais – sementes de alta produtividade), o segundo refere-se a “processos de fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos de capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira” (p. 34) formando grandes conglomerados empresariais. Esses conglomerados têm grande poder de imposição de padrões técnicos de produção, porém a integração técnica extrapola esses grupos e se expande pelo conjunto da agropecuária, apesar de sua grande heterogeneidade.

Baseando-se em R. Hilferding e J. A. Hobson, Delgado (2012) indica que a formação desses grandes conglomerados que integram empresas bancárias e financeiras, agrícolas, industriais e comerciais amplia muito a imobilização de capital na forma de capital constante e, especialmente, capital fixo. Por isso, passa a ser fundamental uma coordenação com capacidade de distribuir a energia produtiva por todo esse complexo organismo e garantir formas fluidas de valorização do capital que contrarrestem essa tendência de imobilização. Essa coordenação tende a ser assumida pelo capital financeiro em busca de uma taxa média de lucro do conglomerado como um todo, independente da taxa em cada setor ou ramos de sua atuação, que subordina o conjunto do conglomerado aos interesses financeiros.

Nessa perspectiva, a busca de mobilidade pelo capital financeiro tem seu

principal suporte no mercado de títulos de propriedade de alta rotatividade organizados em bolsas de valores. Do ponto de vista marxista, este é um dos principais mecanismos para garantir a mobilidade do capital entre os ramos de produção para a equalização da taxa média de lucros, apesar da relativa imobilidade do capital fixo. Este processo ganha grande peso no caso dos conglomerados agropecuários que se territorializam, pois a imobilização do capital passa a incluir também a terra.

No entanto, Delgado (2012) chama a atenção de que a propriedade da terra para estes grandes conglomerados acaba exercendo dupla dinâmica. Por um lado, a terra adquire preço enquanto expressão da capitalização de seus rendimentos futuros (renda da terra capitalizada). Por outro lado, a própria terra passa a ser tratada como um ativo mercantil subordinado à racionalidade financeira. Nesse sentido, o preço da terra passa a ser permanentemente avaliado em base comparativa com outras aplicações financeiras e a renda da terra passa a ser um equivalente a uma taxa financeira de juros. No entanto, a propriedade da terra agregou duas outras potencialidades: base de emissão de capital fictício, a partir de sua valorização como título de propriedade negociável no mercado de terras; base hipotecária para acesso ao sistema de crédito rural. Dessas três perspectivas em conjunto, ocorreu um forte envolvimento do mercado financeiro com o mercado de terras durante o período da modernização conservadora.

Egler (1985) vai na mesma direção de que o desenvolvimento e diversificação do sistema financeiro pós 1964 levou a um crescente atrelamento com o mercado de terras, fortalecendo seu caráter especulativo. Nesse sentido, essa articulação deslocou o papel da terra tanto como 'reserva de valor' prioritária e em oposição ao sistema financeiro, quanto como alternativa especulativa apenas nas fases depressivas dos ciclos econômicos. Para Egler (1985), a partir da constituição de um sistema financeiro complexo, mediado pelo Estado e recursos públicos, o mercado de terras passou a ser uma alternativa entre várias, respondendo de maneira inversa à taxa de juros, que passou a ser o principal indicador do comportamento do preço das terras.

Apesar dessas concordâncias nos aspectos gerais entre Delgado e Egler, o primeiro, analisando especificamente o caso da agropecuária, apresenta uma importante diferenciação espacial. Para ele, nas áreas de ocupação mais antigas do sul e sudeste em que predominou uma maior tecnificação da produção houve uma



tendência de redução da importância da renda da terra e ampliação da importância da taxa de lucro ao capital e taxa de juros aos bancos financiadores. Ao contrário, nas chamadas fronteiras agropecuárias, ampliou-se a importância da renda da terra, especialmente através do que o autor chama de 'ganhos de fundador', ou seja, a diferença entre o preço da terra – sua renda capitalizada – e os custos de implantação. Consolidaram-se, a partir dessas possibilidades, três estratégias principais dos grupos detentores de terras: deixá-las ociosas aguardando valorização especulativa; incorporá-las ao comércio imobiliário, via mercado direto ou projetos de colonização privados, buscando os ganhos de fundador; articular-se com instituições financeiras em busca de financiamento rural público, de caráter produtivo ou fundiário.

As reflexões mobilizadas até este momento permitem algumas sínteses teóricas e metodológicas que orientam a questão central deste capítulo: interpretar como a dominação e apropriação da terra articula os subsistemas de produção mineral e pecuário conformando o complexo territorial de produção e reprodução do sudeste paraense e, simultaneamente, delinea suas articulações com o conjunto da acumulação capitalista em escala nacional e mundial. Essas sínteses serão apresentadas a seguir.

Primeira, a principal categoria teórica que permite interpretar o desenvolvimento capitalista das atividades minerais e agropecuárias é a renda capitalista da terra, existente a partir da transformação da terra em mercadoria monopolizável pela classe de proprietários fundiários. Essa transformação fundamenta tanto a separação do trabalhador das condições objetivas do seu trabalho, levando à produção de trabalho excedente apropriável pelos proprietários do capital, como a redistribuição de parte do trabalho excedente social para os proprietários fundiários na forma de renda. A condição de subjugadores do trabalho pela extração da mais-valia unifica a ação dessas duas classes e embasa a possibilidade de sua unificação em uma mesma personificação do capitalista proprietário de terras ou do proprietário de terras capitalista.

Ainda nesse aspecto, reside um ponto fundamental para este estudo que é o processo de transformação da terra em mercadoria, base para a formação da renda fundiária. A história agrária brasileira é marcada por esse processo, cuja marca, parafraseando José de Souza Martins, é a expropriação e violência de populações indígenas e camponesas posseiras. Se este processo se configura como de longa duração, ele ganhou contornos específicos no período de 'modernização

conservadora', em especial, no polo de expansão da fronteira agropecuária em direção à Amazônia. Essa especificidade se deu pelo envolvimento de distintos agentes do capital, não apenas agrários, na dinâmica de fronteira, buscando apropriar-se da renda fundiária ao colocá-la no mercado de terras extraíndo a renda capitalizada através do que Guilherme Delgado chama de 'ganho de fundador' (diferença entre o preço de venda e os custos de implantação de novas fazendas). Nesse caso, agrega-se à expropriação dos ocupantes anteriores, de forma recorrente no caso amazônico, a destruição da floresta originária e a utilização de formas de super-exploração do trabalho, como o trabalho escravo e a peonagem.

Segunda, embora a renda da terra é uma contradição ao desenvolvimento capitalista, pois retira uma massa de capitais do nivelamento geral da taxa de lucros, não é um entrave à sua expansão, pois ela não é realizada a partir de um pagamento direto do capitalista ao proprietário fundiária, mas mediada pela dinâmica completa de produção-circulação-distribuição-consumo do capital, levando a que a renda da terra seja paga como um tributo pelo conjunto da sociedade. Essa característica permite, inclusive, que capitalistas se apropriem da renda, como no caso brasileiro, de forma frequente, quando o capitalista também é proprietário de terras e vincula, de forma subordinada, a agricultura à indústria.

Essa apropriação da renda da terra por capitalistas-proprietários, pode se dar através de diferentes mecanismos, sempre fundamentados no fato de que as terras geram superlucros permanentes decorrentes da formação de preços de produção reguladores do mercado pelas terras em piores condições, acrescidos de um diferencial entre o preço de mercado e o preço de produção derivado da maior composição orgânica do capital agrícola. Esses mecanismos, no caso brasileiro mais recente, mostraram-se fortemente vinculados à mediação do Estado, especialmente através do sistema nacional de crédito rural – produtivo ou imobiliário – e, conseqüentemente, vinculado ao sistema financeiro. Nessa perspectiva pode-se afirmar que o Estado, sobretudo pós-64, teve papel ativo na indução ao capital para se tornar proprietário de terras, levando a uma vinculação crescente do mercado de terras ao mercado financeiro, passando a relacionar, de forma inversa, preço da terra e taxa de juros. A terra, que historicamente adquiriu papel de reserva de valor no Brasil, passou a constituir-se como um ativo financeiro comparável a outros investimentos alternativos, fortalecendo o caráter especulativo desse mercado.

Terceira, a transformação de capitalistas em proprietários fundiários não se

mostrou como a única via de apropriação da renda da terra, pois esse processo de territorialização do capital ocorreu em paralelo a um processo de subordinação do território pelo capital, sujeitando a renda da terra a partir da subordinação de formas de produção não especificamente capitalistas, especialmente a camponesa. Os principais fundamentos dessa perspectiva é que a produção do capital, ao contrário de sua reprodução, se dá a partir de formas não especificamente capitalistas, e a sua expansão não significa, necessariamente, uma homogeneização das relações de produção sobre formas tipicamente capitalistas de trabalho. A persistência de formas camponesas de produção, por exemplo, enquadra-se nesse contexto, levando a que o capital possa criar mecanismos de extração do seu sobretrabalho na esfera da circulação pela sua crescente integração ao mercado de produtos, de dinheiro e de trabalho. A incorporação de um padrão técnico industrialista atua tanto no sentido de induzir a integração da produção camponesa ao mercado de insumos, serviços e produtos capitalista, como ampliar a mais-valia produzida no ramo agropecuário como um todo. Dessa forma, mesmo que atuando de forma a ampliar a produtividade do ramo como um todo, reduzindo a renda da terra, mantém-se uma diferenciação interna favorável às grandes unidades capitalistas, uma vez que as unidades camponesas, pelas suas próprias características sociais, podem operar tendo como referência apenas a reposição de seus custos de produção e reprodução, sem incluir a taxa média de lucro.

Quarta, da mesma maneira que a renda da terra não pode ser analisada em termos de relações diretas entre proprietário fundiário e capitalista agrário, ela não pode ser analisada como reflexo direto de um uso específico. A formação da renda da terra é referenciada no(s) uso(s) mais importantes e essenciais do ponto de vista da acumulação capitalista e os outros usos, inclusive o não-uso das terras deixadas ociosas com vistas à especulação, têm sua renda determinada por ela, à medida que a remuneração dos outros usos for alta o suficiente para garantir a remuneração média do capital e da propriedade fundiária mesmo sem destiná-la ao uso principal. Certamente em um país de dimensões como o Brasil, as possibilidades de qualquer terra ter qualquer uso se encontra limitada, o que explica as diferenciações regionais do preço da terra, expressão da renda capitalizada. Entretanto, em uma mesma região, as possibilidades são bem maiores e a renda da terra tende a ser determinada pelo uso principal da dinâmica capitalista, contribuindo para a articulação dos dois subsistemas no complexo territorial em tela neste estudo.

Antes de passar a formulação de questões específicas para o estudo do complexo territorial agromineral do sudeste paraense é necessário sublinhar que a literatura mobilizada até o momento trata da renda da terra em um período do desenvolvimento capitalista marcado pela hegemonia do capital industrial. No entanto, o período contemporâneo tem sido retratado como uma nova fase, marcada, segundo conceituação de Chesnais (2005), por um regime de acumulação financeirizado. Concordando com as perspectivas apresentadas de que o mercado de terras e, conseqüentemente, o comportamento da renda capitalizada da terra, vinha se atrelando de forma crescente ao sistema financeiro, originando o que Guilherme Delgado configurou como uma estratégia de capital financeiro na agricultura fundada na interdependência entre complexos agroindústrias, mercados de terras e mercado de crédito organizada e/ou provida pelo Estado, cabe a pergunta: quais as continuidades e descontinuidades frente a financeirização em curso?

Em linhas bem gerais, Chesnais (2005) afirma que o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica que, ao lado dos grupos industriais transnacionais, cresce a importância das instituições financeiras bancárias e, sobretudo, das não bancárias, que buscam rendimentos sem sair da esfera financeira, colocando o capital portador de juros – ou ‘capital financeiro’ ou ‘finança’ – no centro das relações econômicas e sociais e em exterioridade à produção.

Esse regime de acumulação financeirizado implica em um regime específico de propriedade do capital baseado na propriedade patrimonial, mobiliária ou imobiliária, dirigida para o rendimento, ou seja, para o direito a rendas sob a forma de aluguéis, renda da terra urbana ou rural ou derivadas de aplicações nas bolsas. A finalidade da propriedade patrimonial, nesse sentido, “não é nem o consumo nem a criação de riquezas que aumentem a capacidade de produção, mas o ‘rendimento’ “ (Chesnais, 2005, p. 50). Por isso, o autor sugere que a melhor forma de caracterizar o proprietário desses patrimônios é o termo keynesiano ‘rentista’. Para os capitalistas financeiros, assim como para os proprietários fundiários, o traço rentista “consiste em se pôr em posição de exterioridade à produção” (p. 53).

Paulani (2016) chama a atenção de que o central nessas análises de Chesnais não é a discussão sobre a maior ou menor importância da valorização financeira frente à valorização produtiva ou a comparação quantitativa entre crescimento da riqueza financeira e real, mas a “posição externa do detentor de ações que acaba por comandar as decisões atinentes à produção” (p. 533) criando uma nova disputa entre

a parcela dos lucros a ser reinvestida e a parcela a ser distribuídas aos detentores de ações na forma de dividendos. Nesse sentido, a autora indica que o fortalecimento político dos rentistas leva a uma ampliação da importância de rendimentos derivados da propriedade, não apenas como dividendos, mas como juros e rendas, em relação aos rendimentos derivados da produção, como salário, lucro e sobrelucro.

Nesse cenário em que o rentismo se tornou traço constitutivo do processo de acumulação do capitalismo mundial, Paulani (2016) reflete sobre processos de revigoração, muitas vezes após certas transformações, das diferentes rendas em suas formas diferencial I e II, absoluta e de monopólio. Suas análises revelam que a captura dessas rendas extrapolou, no contexto contemporâneo, a base na propriedade da terra / natureza, o que não significa, no entanto, que esse tipo de propriedade perdeu importância ou que não acompanhou as transformações mais gerais do rentismo. Harvey (2013, p. 448-449), nesse sentido, enfatiza que o poder do monopólio sobre o uso da terra cria vários tipos de oportunidades para a apropriação da renda que, em geral, não existem em outros tipos de bens financeiros, garantindo grandes possibilidades de especulação, sempre associada à existência de um sistema de crédito sofisticado e totalmente abrangente.

Uma visão geral das transformações no processo de captura da renda da terra no capitalismo contemporâneo é sintetizada por Rubio (2012, 2014). O ponto de partida da autora é que as duas grandes linhas de ação que a indústria, na sua relação com a agricultura, desenvolveu desde meados do séc. XIX até o pós-guerra para reduzir as distorções causadas pela renda da terra foram a importação de produtos agrícolas e matérias primas mais baratas, inicialmente através da expansão produtiva colonial e, depois, através da imposição de intercâmbios desiguais no comércio internacional e a exploração da produção camponesa articulada ao mercado capitalista. No entanto, essas soluções entraram em crise na década de 1970, junto com as crises tanto do regime de acumulação fordista nos países industrializados, como do desenvolvimento por substituição de importações na América Latina, levando a alterações na forma de articulação indústria – agricultura.

Essas alterações basearam-se em duas ações principais e articuladas: a emergência de um sistema agroalimentar mundial, vinculado diretamente a hegemonia estadunidense, e uma nova forma de subordinação camponesa, que a autora denomina de ‘dominação excludente’, uma vez que se trata de uma forma de exploração e subordinação que não é capaz de reproduzir as classes subalternas

(Rubio, 2012, p. 118), levando a que os camponeses passassem da condição de explorados a excluídos. Os três eixos principais dessa dominação excludente na América Latina são: a desvinculação do estabelecimento dos salários e da formação de preços na agricultura, o que levou a uma redução dos salários sem barateamento correspondente dos preços dos alimentos, cujo desdobramento foi a ampliação da fome e da marginalização da classe trabalhadora; a reorientação da produção manufatureira à exportação, baseada em baixos salários e precarização do trabalho, desarticulando o consumo operário dos setores mais avançados e a produção de alimentos interna; a ascensão das grandes agroindústrias transnacionais que se beneficiaram da desregulamentação do mercado internacional, das políticas neoliberais dos governos latino-americanos e da elevação dos fluxos de capital gerados pelos processos de concentração e centralização decorrentes da reestruturação financeira.

Nesse contexto, houve uma retirada dos estados latino-americanos da gestão produtiva alimentar, via privatizações e mudanças nas políticas de governo, que passou a ser conduzida pelas grandes agroindústrias transnacionais, levando a redução da produção de alimentos internamente e ao aumento das importações. Nesse período, para a autora, países industrializados passaram a ser exportadores de produtos alimentares e a disputa por hegemonia no sistema agroalimentar mundial passou a envolver fortes subsídios à produção agrícola. Nos anos 1990, a renda da terra mudou radicalmente sua situação, pois, com os subsídios de preços no mercado mundial, foi transferida para o conjunto da sociedade através do gasto público dos países centrais, prescindindo da produção camponesa interna aos países latino-americanos.

Essa situação, no entanto, teve nova mudança a partir de 2003 e, especialmente, de 2008, quando todas as commodities, desde o petróleo até os produtos agropecuários e minerais, tiveram uma elevação significativa de preços no mercado internacional inviabilizando as políticas de subsídio como mecanismo para contê-los. Essa alta de preços fez ressurgir a renda da terra, enquanto um sobrepreço acima da taxa média de lucro, e, conseqüentemente, levou a um crescimento do preço da terra, enquanto renda da terra capitalizada. No entanto, Rubio (2014) aponta algumas características dessa nova fase do ressurgimento da renda da terra, que se configuraram como especificidades do período atual.

Resumidamente, a primeira observação é que houve aumento de preços dos

produtos agropecuários, mas também dos custos de produção (fertilizantes e agrotóxicos, serviços de mecanização e transporte) em função da alta do petróleo. Esse aumento da renda da terra se deu sobretudo nas commodities de exportação, cujos preços aumentaram acima dos custos, ao contrário dos bens alimentares básicos, cujo aumento se deu, em muitos casos, abaixo do aumento dos custos de produção. Essa dinâmica fortaleceu as grandes agroindústrias transnacionais, como as famosas ABCD (ADM – Bunge – Cargill – Dreyfus) que ganharam tanto com o aumento dos preços dos insumos que elas fornecem, como com o aumento dos preços internacionais que não foram totalmente repassados aos produtores, indicando que as maiores apropriadoras da renda da terra foram elas. Explica também o crescimento das culturas de exportação em detrimento da produção de cultivos alimentares básicos na América Latina.

Por outro lado, o crescimento do preço dos alimentos manteve-se descolado do preço dos salários não levando a uma subida efetiva deste segundo em função do aumento do primeiro. Com isso, o ressurgimento da renda da terra não significou dificuldades de acumulação para a indústria em geral, o que não levou a pressões para sua erradicação. Manteve-se assim, uma dominação excludente do conjunto do campesinato e uma transferência ao conjunto da sociedade, via preços dos alimentos, do pagamento da renda terra, capturada principalmente pelas grandes agroindústrias transnacionais e, parcialmente, por aqueles grandes produtores rurais altamente tecnificados, posicionados em terras mais férteis e melhor localizadas em relação às rotas de exportação.

A partir desse quadro geral, pode-se analisar, com um pouco mais de detalhes o contexto brasileiro. Oliveira (2016) analisa esse processo pela ótica da mundialização da agricultura brasileira, cujo tripé de sustentação é a produção de commodities, a comercialização via bolsas de mercadorias e futuros e a formação de empresas monopolistas mundiais. Nesse quadro, há uma alteração do sentido da produção agropecuária que deixa de basear-se em uma estratégia de produção de alimentos para uma de produção de mercadorias voltadas ao comércio internacional, negociadas nas bolsas de futuros, o que amplia o caráter rentista deste ramo conduzido por grandes empresas monopolistas, expressão de um processo mais amplo de concentração e centralização de capitais.

A formação dessas grandes empresas mundiais resulta da associação contraditória entre empresas monopolistas internacionais e nacionais. Estudando

detalhadamente vários setores da agropecuária brasileira, Oliveira (2016) identifica, através de uma crescente série de processos de falências, aquisições, fusões e associações, em certos casos comandados por capitais internacionais, em outro por capitais brasileiros, uma nova aliança de classe entre a burguesia brasileira e a internacional, compondo uma burguesia mundial. O Estado, via BNDES e Fundos de Pensão, têm assumido papel de mediação e coordenação desse processo, sobretudo disponibilizando recursos para a concretização dessa aliança, a qual beneficia o próprio Estado que, via BNDES, torna-se acionista de várias dessas empresas mundiais, a burguesia brasileira e a burguesia estrangeira diretamente envolvidas e, também, parcela dos trabalhadores das empresas estatais que passam a compor seus quadros societários através dos Fundos de Pensão. Nesse sentido, alterou-se a própria composição da luta de classes no país.

No processo de mundialização da agricultura brasileira, reforçam-se tantos os processos de territorialização do capital, levando a territorialização dos monopólios na agricultura, como no caso das empresas mundiais sucro-alcooleiras e de papel, celulose e madeira plantada, em que há o controle da propriedade privada da terra e do processo produtivo no campo e na indústria (p. 127), como os de monopolização do território, em que as empresas mundiais dominam a comercialização, processamento industrial e venda de insumos e serviços, soldando alianças subordinadoras com produtores camponeses e capitalistas. No entanto, para o autor, fortalece-se um terceiro processo em que as mesmas empresas atuam na produção não capitalista do capital, através da apropriação da terra e produção das fazendas beneficiando-se da renda capitalizada da terra, e na reprodução ampliada com a terra, produzindo, transformando e comercializando a produção em condições favoráveis e, portanto, capturando parte da renda da terra na forma de sobrelucros. Em todos esses casos, há um processo que o autor denomina de “fusão territorial monopolista” em que os territórios passam a ser fortemente dominados pelas empresas monopolistas mundiais.

Delgado (2012), menos preocupado com as dinâmicas mundiais que considera mais como parte de um contexto geral, focaliza suas análises sobre as transformações internas ao Brasil, especialmente tratando do papel mediador do Estado, que levaram ao desmonte da modernização conservadora pós-1985 e, nos anos 2000, ao relançamento de uma economia do agronegócio. Para ele, esse novo momento assenta-se nos mesmos fundamentos que marcaram a estratégia de capital financeiro



na agricultura, em especial, uma articulação sob comando do Estado, dos complexos agroindustriais com os mercados de terras e de crédito. Apesar de um contexto externo e interno diferenciado, o relançamento dessa estratégia neste século, sob denominação de agronegócio, significa a retomada desse “pacto de economia política” expressão de “classes sociais associadas politicamente, para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral” (p. 93).

O relançamento do agronegócio no segundo governo FHC assentou-se em 5 políticas organizadoras: investimento em infraestrutura territorial (programa eixos de desenvolvimento); redirecionamento da pesquisa agropecuária via Embrapa; regulação frouxa do mercado de terras; mudança na política cambial para tornar a economia do agronegócio competitiva internacionalmente; reativação do crédito rural através dos planos safras. Essa rearticulação, sob comando do Estado, que prosseguiu durante os governos petistas fortalecendo a associação entre grande capital agroindustrial e grande propriedade fundiária, levou a um reaquecimento do mercado de terras, expressão da ampliação da renda fundiária capitalizada.

Delgado insiste, no entanto, que a relação renda da terra, preços da terra, não pode ser pensada de forma direta, pois a captura da renda da terra não é apenas resultado da produção e circulação, mas do “conjunto de instituições nacionais distintas que regulam a apropriação da renda fundiária” (p. 98). Por isso, a ação do Estado nos investimentos em infraestrutura e ciência e tecnologia, mas sobretudo de reativação e ampliação do crédito rural, assim como de frouxidão na regulação das terras, é determinante. Nesse ponto, o autor cita como exemplo o refluxo na política de desapropriações para fins de reforma agrária e, em contrapartida, as várias medidas de regularização de terras griladas, o afrouxamento das regras florestais e a perda de força do controle da ‘função social’ da propriedade. A renda e o preço da terra, em síntese, explicam-se tanto pelo boom de preços das commodities e sua consequente expansão territorial no Brasil, como pela “manipulação das políticas agrícolas, comercial e financeira dos instrumentos forjadores de ‘renda extraordinária’, literalmente eliminados nos anos 1990 e restaurados de outra forma nos anos 2000” (p. 100).

A partir desse quadro teórico mais geral, pode-se analisar, com mais detalhes, a dinâmica de dominação e apropriação da terra no complexo territorial do sudeste paraense, a partir de três elementos chaves: o mercado de terras, a produção não capitalista da terra no contexto da reprodução ampliada do capital e o sistema de

crédito enquanto mecanismo de transferência de rendas, organizado pelo Estado, do conjunto da sociedade para os proprietários fundiários.

### **5.1 O mercado de terras no sudeste paraense**

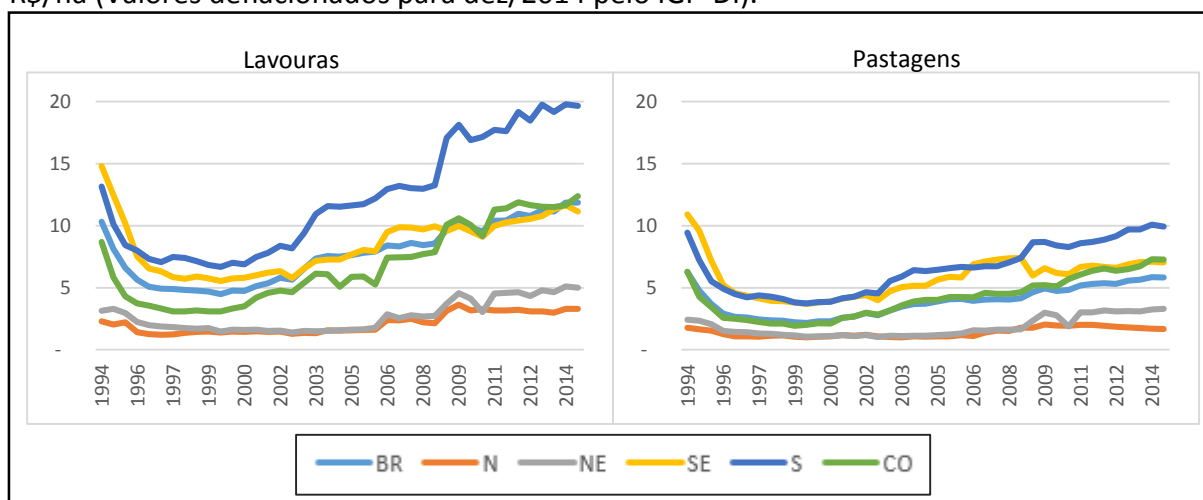
Vários autores, sob distintas perspectivas teóricas e utilizando diferentes fontes de dados, têm analisado a dinâmica de preços de terras no Brasil nas últimas décadas, coincidindo na constatação de que houve uma queda no seu preço após o Plano Real (1994) e, posteriormente, uma ascensão, com diferenciações regionais, a partir do início dos anos 2000 (Gasquez, Bastos e Valdes, 2008; Bacha, Stege e Harbs, 2016; Reydon e Fernandes, 2017). Reydon e Fernandes (2017) chamam a atenção para uma tensão existente no mercado de terras brasileiro entre as possibilidades de ganhos derivados da produção e da especulação, considerando a terra tanto como um ativo produtivo, como ativo líquido. Nesse sentido, a elevação do preço da terra no Brasil, a partir dos anos 2000, reflete, em maior ou menor medida nos diferentes casos, a expansão do agronegócio de exportação, bem como a financeirização do mercado de terras. A maior parte dos autores citados também concorda que a frouxidão na regulação estatal do mercado de terras facilita o caráter especulativo dessas transações.

Flexor e Leite (2017) analisam correlações entre o preço das terras e outros indicadores econômicos buscando identificar os principais fatores explicativos dessa elevação. Seus dados mostram uma fraca correlação entre preços das terras e taxa de inflação, indicando perda de importância da mesma como reserva de valor. Ao contrário, a forte correlação entre preço das terras e preços internacionais das commodities sugere o crescimento de sua importância como meio de produção. No entanto, as também fortes correlações entre preço das terras e variáveis financeiras, como por exemplo Índice BOVESPA, e as correlações inversas entre preço das terras e taxas de juros, indicam que a expansão das commodities e aumento da demanda por terras não pode ser dissociada de interesses dos grandes capitais, inclusive transnacionais, tantos nos ganhos propriamente produtivos, diretamente relacionados com os índices de preços das commodities na bolsa de valores, como nos ganhos financeiros nas transações no mercado de terras, confrontando a variação do preço da terra com outras possibilidades de aplicação financeira expressas na taxa de juros.

De toda forma, a elevação dos preços das terras no Brasil, seguindo a perspectiva teórica mobilizada neste trabalho, é expressão da elevação da renda fundiária capitalizada em função das expectativas de sobrelucro alcançados, por diferentes agentes, no mercado inter-nacional de *commodities* e no próprio mercado de terras, incluindo aí os aspectos especulativos decorrentes do fortalecimento do caráter rentista desses ambientes econômicos. Todo esse movimento reflete uma transformação da relação agricultura-indústria, expressa sobretudo pela desvinculação dos preços dos alimentos e salários, transferindo o pagamento da renda ao conjunto da sociedade, com papel decisivo da mediação do Estado, responsável pela execução de diferentes mecanismos de transferência de renda social aos proprietários de terras e de outros patrimônios monopolizáveis.

Nesse processo de elevação dos preços das terras, desde o início do século XXI, é notória a diferenciação regional, com destaque, tanto no caso das terras de lavoura, como de pastagem, para os maiores preços por hectare na região Sul, seguidos dos preços nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e, por fim, com os menores preços por hectare as terras das regiões Nordeste e Norte (quadro 5.1). Essas diferenciações refletem as diferenças nas dinâmicas expansivas tanto da produção de *commodities* propriamente ditas, como a estruturação de seus circuitos de comercialização e processamento, além da ação indutora do Estado via investimentos em infraestrutura e via financiamento direto aos agentes econômicos.

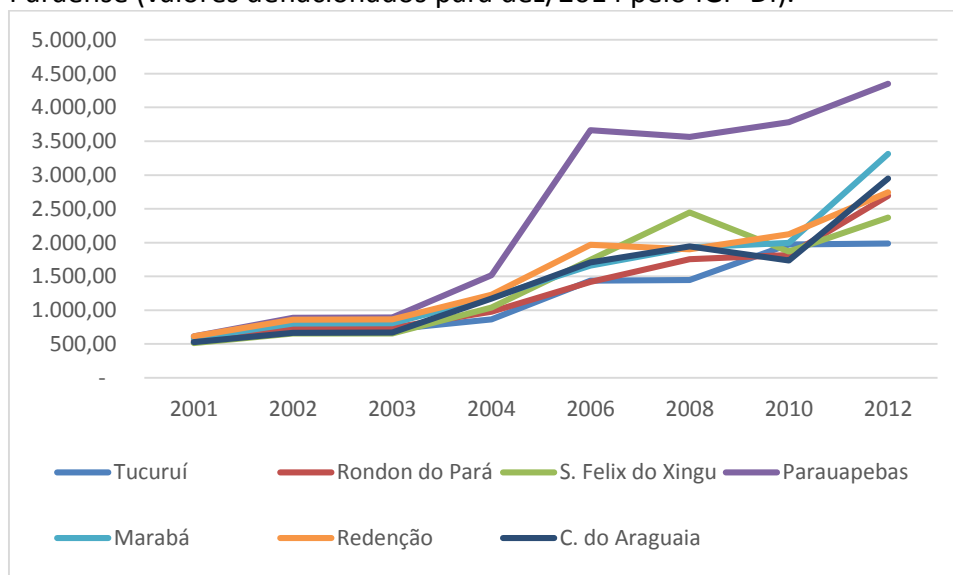
Quadro 5.1: Evolução do Preço Médio das Terras de Lavoura e Pastagem por região em mil R\$/ha (Valores deflacionados para dez/2014 pelo IGP-DI).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FGV-IBRE, acesso em 17/06/2018.

Focalizando a análise para o caso mais específico do sudeste do Pará, região de estudo desta pesquisa, observa-se também uma certa variação interna na dinâmica de preços da terra, conforme o gráfico 5.1 e fig. 5.1. Levantados a partir de fontes e metodologias diferentes dos dados anteriormente citados, esses preços da terra nua fornecidos pelo INCRA, como referência para os processos de desapropriação de áreas para reforma agrária, não são, portanto, diretamente comparáveis com os dados nacionais. No entanto, revelam uma diferenciação microrregional importante de ser analisada.

Gráfico 5.1: Evolução do Preço Médio da Terra Nua em R\$/ha nas microrregiões do Sudeste Paraense (valores deflacionados para dez/2014 pelo IGP-DI).

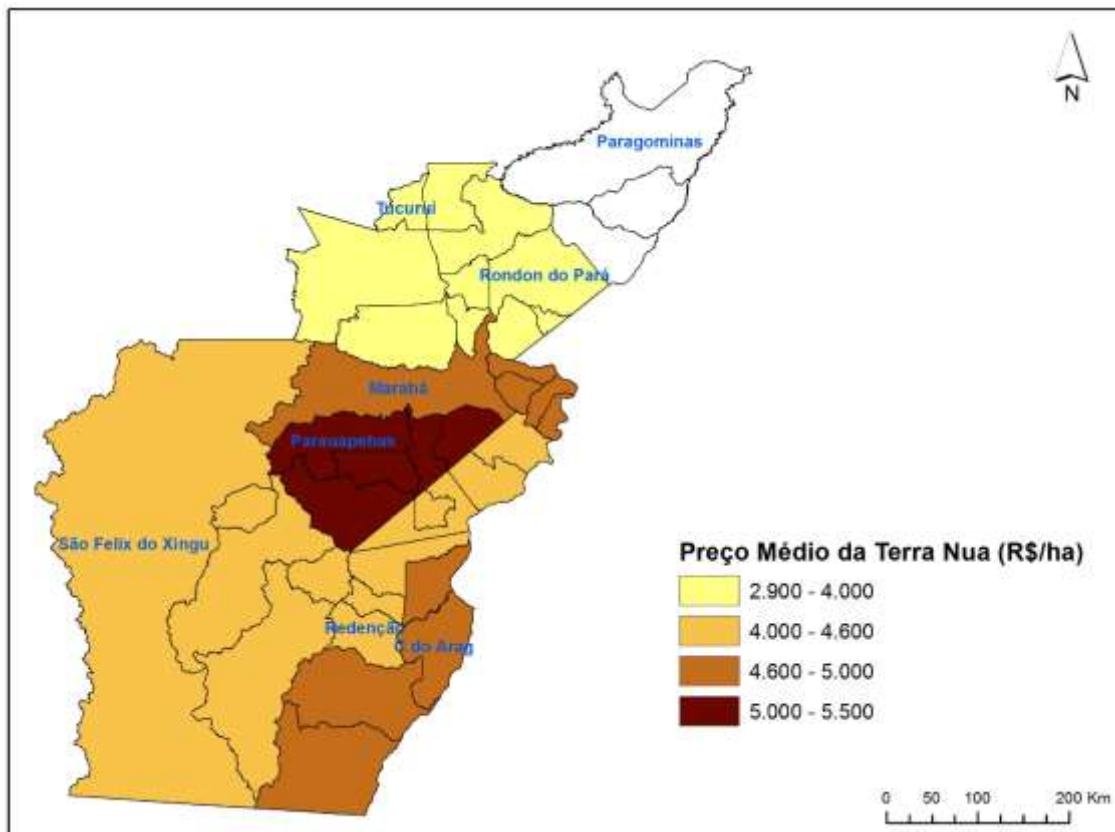


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA – Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais (mimeo).

A primeira observação relevante é a confirmação de uma dinâmica ascendente do preço das terras a partir de 2003, condizente com o movimento nacional e regional mais geral. A segunda observação refere-se à diferenciação entre as microrregiões, tendo Parauapebas como a microrregião em que o preço da terra nua teve maiores preços, seguido das microrregiões de Marabá e Conceição do Araguaia. Parte expressiva da microrregião de Paragominas ficou excluída desse levantamento, uma vez que não pertence à jurisdição da SR 27 do INCRA, mas, assim como a microrregião de Conceição do Araguaia, tem passado pelos processos mais intensos de transformação de terras de pastagens em terras de lavouras, o que supõe elevação dos preços. No caso de Marabá, diferentemente, a expansão urbano-mineral associase mais fortemente com a expansão da pecuária como principal fator dinâmico,

enquanto na de Parauapebas, concentra-se a expansão urbano-mineral propriamente dita.

Figura 5.1: Preço Médio da Terra Nua (R\$/ha) em 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA – Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais (mimeo).

O papel indutor da microrregião de Parauapebas na elevação do preço das terras no sudeste paraense e, mais especificamente, no complexo territorial de produção e reprodução agromineral, indica, portanto, uma participação estruturante da mineração na elevação da renda capitalizada da terra. Como afirma Marx, a quantificação da renda da terra deve ser buscada na principal atividade produtiva que indiretamente beneficia as demais atividades produtivas secundárias. Desde essa perspectiva, deve-se tomar a valorização das terras pela mineração como ponto de partida do estudo do mercado de terras no sudeste paraense.

Do ponto de vista das corporações mundiais diretamente envolvidas na produção e circulação mineral, a renda capitalizada reflete elementos diferenciais de raridade dos minerais existentes, sua quantidade e qualidade, bem como as facilidades, naturais e construídas, de extração e exportação, mas também as

dinâmicas financeirizadas dos seus preços e fluxos de investimentos no mercado mundial. No entanto, as dinâmicas de valorização das terras associadas à mineração extrapolam os interesses específicos das corporações e incluem uma série de outros agentes regionais interessados em acessar frações dessa renda. Assim, além dos interesses diretos do setor mineral por subsolos comprovadamente ricos em minérios, a mineração cria uma corrida por terras com potencial minerador, além de terras com possibilidade de uso para a implantação de infraestrutura de produção e circulação ligada a atividade mineral e a expansão urbana dela decorrente. Todos esses interesses e, sobretudo, possibilidades de especulação com terras devem ser considerados na explicação da elevação dos preços das terras no núcleo territorial de maior concentração minerária.

O potencial mineral do subsolo, mesmo reconhecendo que a constituição brasileira determina que todos os recursos minerais são propriedade distinta do solo e pertencem à União, pode estimular uma valorização das terras. Isso porque, no seu artigo 11º, o código de mineração garante que serão respeitados os direitos do proprietário do solo nos resultados da lavra, devendo o mesmo receber 50% do valor pago como CFEM. Além disso, embora o proprietário do solo não possa utilizar esse direito como objeto de transferência ou caução separadamente da propriedade do imóvel, é possível transferir ou caucionar o direito ao recebimento de determinadas prestações futuras. Com essas vantagens, a descoberta de jazidas economicamente aproveitáveis no subsolo pode se tornar um negócio altamente rentável ao proprietário do solo. Igualmente, a descoberta da jazida pode beneficiar o detentor do alvará resultante da aprovação do relatório de pesquisa aprovado pelo DNPM, mesmo que não seja o próprio a realizar a exploração, pois este alvará pode ser negociado e transferido, convertendo-se em mercadoria cujo preço é sua renda capitalizada.

Essas possibilidades criam uma forma específica de 'corrida por terras' na região que se expressa no aumento das pesquisas minerais que podem revelar jazidas com potencial minerário e, dessa forma, transformar o subsolo em mercadoria precificada pela renda capitalizada para diferentes agentes socioeconômicos, além das corporações mundiais. Os processos de requerimento e autorização de pesquisa mineral e de lavra, junto ao órgão governamental responsável por regular a atividade, o DNPM, podem revelar, portanto, as sinergias e os conflitos de interesse envolvidos na apropriação do solo e subsolo.

O DNPM divulga, em sua página na internet, dados sobre a situação da

mineração no território brasileiro. Para a análise dessa situação no sudeste paraense foram utilizadas informações disponibilizadas na forma de mapas com seus respectivos bancos de dados<sup>33</sup>, que indicam as áreas de interesse ou que já estão em atividade de extração, bem como as fases em que se encontram os processos de requisição de cada área. Para melhor compreender esses dados é relevante observar algumas particularidades da atividade minerária que, segundo o Guia do Minerador (<http://www.dnpm-pe.gov.br/Legisla/Guia/indice.php>), só pode ocorrer com autorização governamental a partir de 4 diferentes regimes de aproveitamento: regimes de autorizações e concessões, regime de licenciamento, regime de permissão de lavra garimpeira, regime de extração.

Os regimes de permissão de lavra garimpeira e de extração atendem a públicos específicos, respectivamente, pessoa física ou cooperativa garimpeira interessada em extrair substâncias garimpáveis em área máxima de 50 ha, para o primeiro caso, e órgãos governamentais interessados em extrair substâncias usadas na construção de obras públicas em áreas máximas de 5 ha, para o segundo caso. O regime de licenciamento aplica-se apenas aos proprietários do solo ou pessoas por eles autorizadas interessadas em extrair substâncias de uso imediato na construção civil ou correção de solo, em área máxima de 50 ha. Por fim, o regime de autorizações e concessões que se aplica aos interessados em extrair quaisquer outras substâncias em áreas que variam de 50 a 2.000 ha, dependendo do mineral. Nesse caso, o processo divide-se em fase de pesquisa e de lavra, sendo que a primeira fase pode ser realizada por pessoa física ou jurídica e a segunda, apenas por pessoa jurídica. Se a pesquisa comprovar existência do mineral e viabilidade técnico-econômica de extração e, no prazo de 01 ano não ocorrer o requerimento de concessão de lavra, a área fica em disponibilidade podendo ser repassada a outros interessados.

No caso do sudeste paraense, conforme tabela 5.1, em janeiro de 2018 cerca de 16,93 milhões de hectares estavam classificadas como de interesse ou uso da mineração. Dessa área total, 98,50% encontrava-se no regime de autorizações e concessões, sendo que 90,13% na fase de pesquisa e 8,47% na fase de lavra. Todos os demais regimes de mineração, sob a perspectiva da área, são pouco expressivos, correspondendo a apenas 1,50% do total.

---

<sup>33</sup> Disponível em <http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>. Acesso em 23/02/2018.

Tabela 5.1: Áreas de Interesse Mineral no Sudeste Paraense, por regime e fase, em jan/2018.

	Área (ha)	%
<b>Regime de Autorizações e Concessões</b>	<b>16.676.002,4</b>	<b>98,50</b>
<b>Pesquisa Mineral</b>	<b>15.258.800,7</b>	<b>90,13</b>
Requerimento de Pesquisa	7.256.324,8	42,96
Autorização de Pesquisa	6.590.517,7	38,93
Disponibilidade	1.411.958,2	8,34
<b>Lavra</b>	<b>1.417.201,8</b>	<b>8,47</b>
Requerimento de Lavra	724.647,6	4,38
Concessão de Lavra	692.554,2	4,19
<b>Regime de Licenciamento</b>	<b>8.276,0</b>	<b>0,05</b>
Requerimento de Licenciamento	2.577,7	0,02
Licenciamento	5.698,3	0,03
<b>Regime de Permissão de Lavra Garimpeira</b>	<b>245.358,8</b>	<b>1,45</b>
Requerimento de Lavra Garimpeira	229.154,9	1,45
Lavra Garimpeira	16.203,9	0,10
<b>Regime de Extração</b>	<b>9,8</b>	<b>0,00</b>
Requerimento de Registro de Extração	4,9	0,00
Registro de Extração	4,9	0,00
<b>Total</b>	<b>16.929.647,0</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DNPM. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>> Acesso em: 25/01/2018

Tabela 5.2: Área, em hectares, de interesse da mineração por regime de autorizações e concessões, por tipos de destinação dos minérios.

	Pesquisa			Lavra		Total		
	Requer.	Autoriz.	Disponib.	Requer.	Concessão	(ha)	%	
Água Mineral	96,3	277,8	-	47,3	113,0	534,4	0,0	
Constr. Civil*	7.212,1	39.078,5	471,9	928,1	999,3	48.689,8	0,3	
Fertiliz.**	498.500,7	412.053,6	-	49,0	-	910.603,2	5,5	
Gemas	79.484,9	134.057,1	23.769,0	-	2.000,0	239.311,0	1,4	
Ouro	1.534.001,9	294.234,1	127.615,2	21.403,0	15.571,0	1.992.825,3	12,0	
Indústria	5.137.029,1	5.705.624,4	1.096.564,0	702.220,3	673.870,9	13.315.308,6	79,8	
N. Cadastr.	-	5.192,2	163.538,1	-	-	168.730,3	1,0	
Total	(ha)	7.256.324,8	6.590.517,7	1.411.958,2	724.647,6	692.554,2	16.676.002,4	100,0
	%	43,5	39,5	8,5	4,3	4,2	100,0	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DNPM. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>> Acesso em: 25/01/2018

\* Inclui minerais usados para produção de britas, cerâmicas vermelhas e revestimentos.

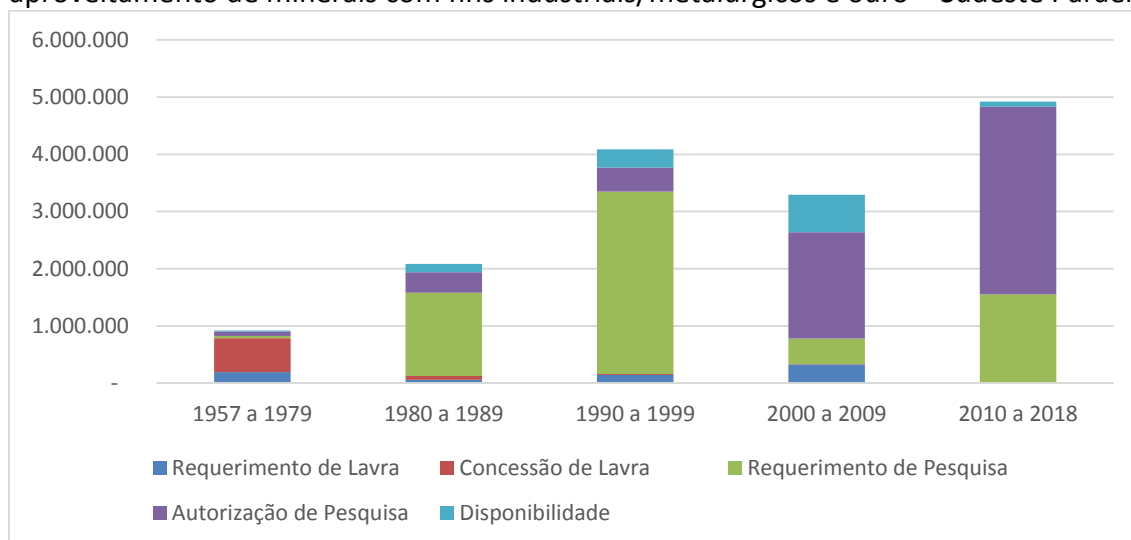
\*\* Inclui minerais para a produção de corretivos de solo e fabricação de cimento.

De acordo com o ano de abertura dos processos minerários vigentes voltados para extração de ouro e produtos com fins industriais e metalúrgicos no sudeste paraense, conforme o gráfico 5.2, observa-se que a maior parte das áreas autorizadas



para lavra refere-se a processos iniciados antes da década de 1980, período em que tem início a mineração industrial na região. Desde então, com o crescimento do interesse na mineração, tem predominado processos que se encontram em fase de requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa. A maior parte dos processos com autorização de pesquisa concedida data dos anos 2000 em diante, indicando não apenas o aumento do interesse de particulares em pesquisa mineral, como maior agilidade na concessão das autorizações, expressando um quadro de intensificação da atividade minerária na região.

Gráfico 5.2: Período de início dos processos de mineração ativos em jan/2018, relativos ao aproveitamento de minerais com fins industriais/metalúrgicos e ouro – Sudeste Paraense.

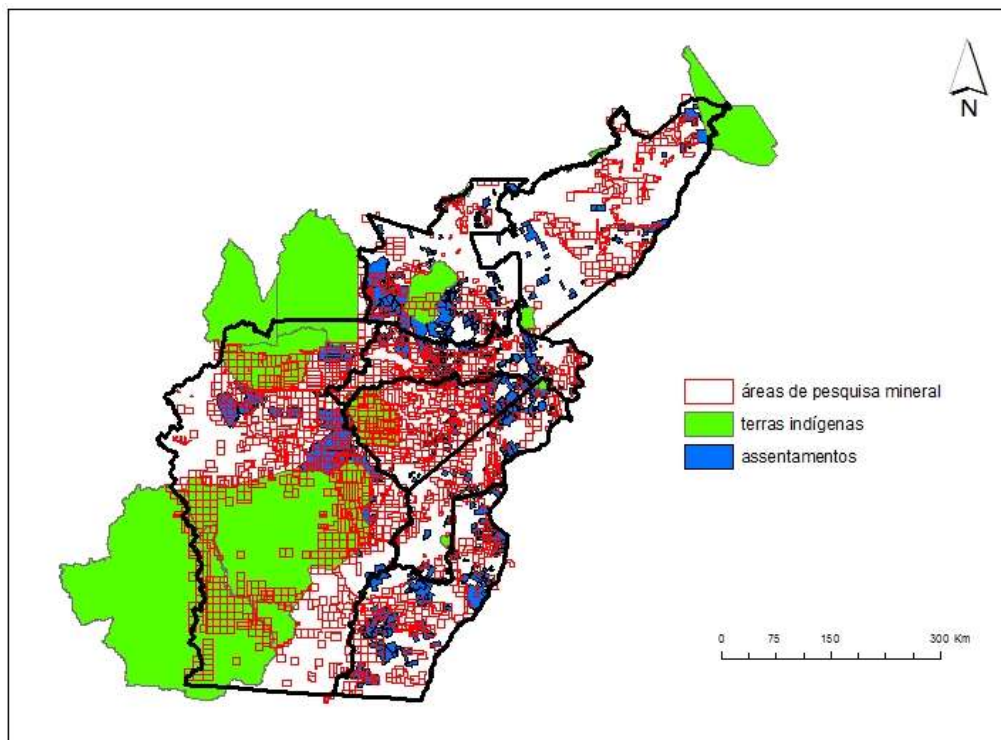


Fonte:

Elaboração própria a partir de dados do DNPM. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>> Acesso em: 25/01/2018

A expansão das áreas de interesse para a mineração, seja na forma de requerimentos para pesquisa, seja como autorização de pesquisa, leva a uma pressão crescente sobre áreas indígenas e assentamentos de reforma agrária, conforme fig. 5.2, que mostra que muitas dessas áreas de interesse localizam-se dentro dos perímetros das TI e dos assentamentos de reforma agrária. Mesmo considerando que a legislação atual dificulta a mineração em áreas indígenas, levando a que parte desses requerimentos não seja aprovada, a existência desse interesse cria pressões tanto para a flexibilização da legislação atual, como para impedir a criação de novas área indígenas ou de reforma agrária.

Figura 5.2: Áreas de pesquisa (fase de requerimento, autorização e disponibilidade) em relação a Terras Indígenas e Assentamentos de Reforma Agrária no Sudeste Paraense.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DNPM. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>> Acesso em: 25/01/2018

A disputa pela terra entre empreendimentos minerais e grupos sociais indígenas e camponeses têm se acirrado à medida que a mineração está se expandindo na região. No início da atividade minerária na região, a VALE, então empresa estatal, contou com a ação do Estado para proteger suas áreas de exploração e expansão. Coelho (1997) chama a atenção de que a implantação das explorações da VALE em Carajás esteve relacionada a uma concessão, em 1986, de área de 411,9 mil hectares pelo Senado Federal, além da criação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas no seu entorno, ampliando o afastamento de trabalhadores rurais e/ou garimpeiros das suas áreas e interesse. Nesse contexto, foram criadas a Reserva Biológica do Tapirapé com 103 mil hectares, a FLONA Tapirapé/Aquiri com 190 mil hectares, a APA do Igarapé Gelado com 21,6 mil hectares e a TI Xikrin do Rio Cateté com 439,2 mil hectares. Além desse cinturão de proteção às áreas centrais de exploração mineral identificadas à época, a ação do GETAT e a militarização da questão agrária completava a proteção aos interesses da empresa, inclusive com a criação de projetos de colonização em áreas mais afastadas das lavras.

No entanto, no contexto atual a situação alterou-se, pois, de um lado, a mineração passou por uma expansão em áreas além das delineadas na fase inicial, e por outro, o restante da região já está totalmente ocupado, levando a novos tipos de conflitos. Um exemplo emblemático é o caso da mineração Onça Puma, de propriedade da Vale SA, cuja implantação levou ao deslocamento compulsório de famílias dos assentamentos Campo Altos e Tucumã, além de impactos socioambientais na TI Xikrin do Rio Cateté. Ambos processos geraram litígios judiciais, penalizando a mineradora<sup>34</sup>, indicando que, mesmo que a legislação favoreça os interesses das mineradoras, em função da alegação de rigidez locacional da atividade, os conflitos com essas comunidades pode tornar o processo de implantação dos projetos custoso e lento para as empresas mineradoras, levando a que a proliferação dessas formas de uso que, em outros contextos poderiam significar áreas de proteção no entorno de seus interesses, passe a ser vista como problema.

O trecho a seguir, apresentado pela VALE como fator de risco no seu relatório anual de 2016 registrado junto à Comissão de Valores Mobiliário dos EUA, indica que, no contexto atual, há uma preferência pela predominância de grandes propriedades de terras mercantilizáveis, facilitando o acesso ao subsolo pelas empresas. A ocupação dessas terras com a produção pecuária, não cria divergências de fundo, em caso de serem requisitadas para a implantação de projetos de mineração ou sua infraestrutura de apoio, pois essa atividade requer poucos investimentos fixados no solo, sendo o gado facilmente deslocado para novas áreas. Esse é um ponto chave para se entender as sinergias entre o subsistema mineral e o subsistema pecuário, complementares em relação ao processo de ampla mercantilização da terra e convergente em relação ao reconhecimento da hierarquia mineral, em função de sua capacidade geradora de renda fundiária.

Desentendimentos com as comunidades locais onde operamos podem causar um impacto negativo em nossos negócios e em nossa reputação. Podem surgir eventuais disputas com as comunidades onde operamos. Em alguns casos, nossas operações e reservas minerais estão localizadas em terras indígenas ou em terras próximas pertencentes ou utilizadas por tribos indígenas, ou outras partes interessadas. Algumas de nossas operações minerárias e outras operações estão localizadas em territórios cuja propriedade pode estar sujeita a disputas ou incertezas, ou em áreas destinadas à agricultura, ou para fins de reforma agrária, o que pode levar a

---

<sup>34</sup> Para maiores detalhes dos conflitos com os assentamentos ver Oliveira (2012) e com as terras indígenas ver Hofmeister & Silva (2017).

desentendimentos com os proprietários de terras, movimentos sociais organizados, comunidades locais e o governo. Podemos ser obrigados a consultar esses grupos e negociar com eles como parte do processo para obter as licenças necessárias para operar, de modo a minimizar o impacto em nossas operações ou para ter acesso às suas terras. Desentendimentos ou disputas judiciais com grupos locais, inclusive com grupos indígenas, movimentos sociais organizados e comunidades locais, podem causar atrasos ou interrupções em nossas operações, afetar adversamente nossa reputação ou ainda prejudicar nossa capacidade de desenvolver nossas reservas e conduzir nossas operações. Já houve situações em que manifestantes agiram para interromper nossas operações e projetos, podendo continuar a fazê-lo no futuro, o que poderá prejudicar nossas operações e afetar negativamente nossos negócios. (VALE S.A., 2017, p. 05)

Comparando-se os processos de requerimento de pesquisa, autorizações de pesquisa e áreas em disponibilidade ativos no presente, conforme tabela 5.3, pelas suas épocas de início da tramitação, percebe-se a importância das áreas de pesquisa demandadas no período mais recente. Os processos iniciados a partir de 2010 abrangem uma área de 4,9 milhões de hectares, o que corresponde a 35,4% do total envolvido nos processos minerários ativos. Além disso, esses dados revelam uma maior participação de pessoas físicas na atividade de pesquisa mineral, seja como requerente ou como concessionário, em uma proporção de 1 processo de pesquisa vinculado a pessoa física para cada 3,85 de pessoa jurídica, bastante superior aos períodos anteriores, o que indica uma maior diversidade de agentes participando da corrida por subsolos na região.

Tabela 5.3: Histórico de participação de pessoas físicas e jurídicas na pesquisa mineral no sudeste paraense.

	1957-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2018	Total
PF	-	30.823	471.631	336.654	1.013.495	1.852.602
PJ	135.524	1.928.215	3.454.564	2.622.865	3.901.299	12.042.466
Total	135.524	1.959.038	3.926.195	2.959.519	4.914.794	13.895.068
PJ/PF	---	62,56	7,32	7,79	3,85	6,50

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DNPM. Disponível em <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>> Acesso em: 25/01/2018

Mesmo que de forma parcial, a descoberta de potencial minerador no subsolo contribui para a valorização das terras na região, criando associações entre corrida por minerais/subsolos e corridas por terras/solo. Além disso, a expansão da mineração, cria outras possibilidades de conexões com os ganhos minerários, especialmente em função da implantação de infraestruturas de transporte, energia e

comunicação, assim como de crescimento urbano. Nesse sentido, pode-se afirmar que a expansão da mineração leva a uma atração de agentes econômicos intermediários, sejam globais, sejam regionais, que passam a disputar o sentido da produção do espaço urbano e regional e a própria terra.

Melo e Cardoso (2016) compararam as relações entre urbanização e mineração no sudeste paraense e no norte do Chile, percebendo dinâmicas coincidentes de rápida urbanização nos locais de extração de recursos minerais. Essa rápida urbanização tem sido impulsionada pelas conexões entre o capital financeiro global e agentes intermediários e locais, especialmente os grandes proprietários de terras, que transformam os bens imobiliários em ativos financeiros. A presença dessas grandes mineradoras não apenas conecta esses locais de extração ao circuito global de acumulação, como aproxima atores globais, intermediários e locais, o que amplia, para aqueles que detém o controle da terra, as oportunidades resultantes da produção da cidade segundo uma visão hegemônica (Melo e Cardoso, 2016).

Em Parauapebas, as dinâmicas globais ligadas ao mercado financeiro extrapolaram a exportação de commodities e passaram a moldar a forma como o espaço urbano é produzido. Nos últimos anos, bancos e securitizadoras internacionais têm se aliado a atores regionais e intensificado o processo de urbanização extensiva deflagrado durante o boom das commodities por meio da produção excepcional de loteamentos urbanizados.

Assim, os fluxos financeiros globais conectam os excedentes de capital a locais anteriormente isolados, mas importantes no que se refere à concentração de recursos naturais. Essas áreas absorvem os excedentes de capital no ambiente construído, seja através de novas instalações logísticas, seja por meio da produção de shoppings centers, conjuntos habitacionais e de outras 'fórmulas globais'. (Melo e Cardoso, 2016, p. 1220/21)

O estudo da urbanização de Parauapebas, durante o boom das commodities, revela a entrada de diversos atores regionais e locais, desde construtoras e incorporadoras, até donos de redes de supermercados, comércios de eletrodomésticos, postos de gasolina, concessionárias de veículos, empresas de mineração e agropecuária, no mercado imobiliário. Nesse período, também marcado por elevados subsídios e financiamentos do governo federal para a produção de infraestrutura e habitação, a terra acumulada pelo empresariado regional converteu-se em oportunidade para apropriação excepcional da renda da terra para seus proprietários (Melo e Cardoso, 2016).

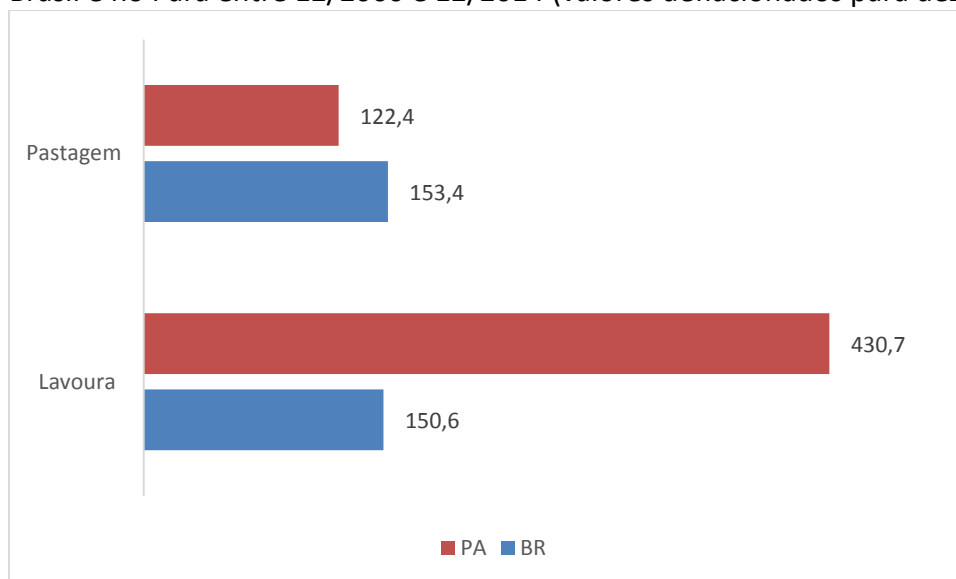
Essa dinâmica extrapola a cidade e alcança toda o espaço regional,

intensificando uma disputa pela terra também no campo. Os próprios agentes econômicos urbanos locais passam a enxergar a apropriação da terra como uma oportunidade para alocação dos seus capitais excedentes, obtidos no comércio de bens e serviços. A apropriação da terra por esses agentes intermediários do capital revela possibilidades de participação dos representantes de frações de capital comercial e fundiário no circuito mais geral de acumulação rentista-financeira vinculado à produção de commodities de exportação, como a mineração.

No entanto, a 'corrida por terras' no conjunto do espaço regional não se associa apenas aos interesses imediatos da mineração, mas também às possibilidades de expansão de outros subsistemas de produção de commodities, com a pecuária. Essas possibilidades de valorização presente e futura fazem convergir as possibilidades de captura da renda do subsolo e do solo e, dado o caráter de ampla mobilidade da produção pecuária, não criam contradições nas formas de uso no tempo futuro. Consolida-se, assim, o uso do solo com a pecuária como uma forma secundária de valorização das terras, com elevação artificial do seu preço decorrente da elevação mais geral da renda da terra regional. No entanto, a análise dos preços dessas terras de pastagens, em uma delimitação mais ampla do que a área de influência direta da mineração, não indica essa elevação.

Considerando os preços das terras de pastagens na região Norte como um todo, no início dos anos 2000, como mais baixos do que os preços das terras de pastagens e, sobretudo, das terras de lavouras na região Centro-Oeste, compreende-se que as possibilidades de aquisição de terras baratas atuaram como um vetor do deslocamento da pecuária para esta região a partir da ocupação das terras com lavouras de exportação, especialmente grãos, na região de origem. Apesar disso, não apenas os preços das terras de pastagens na região Norte se mantiveram mais baixos, em todo esse período, como apresentaram, no estado do Pará, um crescimento relativo entre 2000 e 2014, conforme gráfico 5.3, inferior ao crescimento do preço médio nacional das terras de pastagens.

Gráfico 5.3: Crescimento Percentual do Preço Médio das Terras de Lavoura e Pastagem no Brasil e no Pará entre 12/2000 e 12/2014 (valores deflacionados para dez/2014 pelo IGP-DI).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FGV-IBRE, acesso em 17/06/2018.

Em se tratando das terras de lavoura neste estado, concentradas nas áreas com infraestrutura consolidada, recursos de financiamento disponíveis e presença de agentes e circuitos de comercialização e processamento, houve um crescimento de forma bem mais acentuada do que na média nacional. No caso das pastagens, ao contrário, o crescimento do rebanho bovino e, conseqüentemente, da importância produtiva dessas terras no estado do Pará, não levou a mesma elevação, podendo ser explicada pela possibilidade de aplicação de uma dinâmica de expansão de fronteira associada a essa atividade. Como já indicava Marx nas suas reflexões sobre as possibilidades de elevação dos rendimentos oriundos do uso do solo nas novas áreas de colonização, a explicação associa-se mais significativamente aos aspectos quantitativos do que qualitativos, decorrentes do aproveitamento dos potenciais conferidos pela extensividade das terras e uso predatório de uma fertilidade original acumulada do que por uma fertilidade diferencial propriamente dita.

Desdobrando-se essas indicações para o caso específico do estado do Pará, Costa (2017 e 2012c) e Costa e Fernandes (2016), agregam dois elementos adicionais, a dimensão tecnológica e a institucional. Em linhas gerais, para esses autores, a diversidade de agentes e estruturas que compõem o agrário amazônico expressa distintas trajetórias tecnológicas como padrões de escolha desses agentes para soluções de problemas produtivos e reprodutivos, com forte influência do ambiente institucional dado seu elevado grau de incerteza, e inseridas em um modelo

ou padrão mais amplo de perspectivas, possibilidades e procedimentos que configuram um paradigma tecnológico.

Para além das dimensões econômicas, sociais e políticas que fundamentam esses conceitos, Costa (2012c) enfatiza a relevância do contexto ecológico no caso amazônico, sugerindo a existência de dois grandes paradigmas tecnológicos na região: um paradigma ‘agro-extrativista’, que mantém uma perspectiva de manutenção da natureza originária, uma totalidade integrada bioma-sociedade como força produtiva, e um paradigma ‘agropecuário’ que, ao contrário, trata a natureza como ‘matéria-prima’ ou ‘capital físico’, que leva a decomposição da floresta originária em componentes distintos como madeira e solo, substrato para produção agropecuária. Cada um desses paradigmas, bem como as diferentes trajetórias tecnológicas que eles comportam, relacionam-se com uma institucionalidade específica, que engloba não apenas políticas governamentais, das quais o crédito rural assume papel síntese para os autores, mas também padrões de conhecimento e práticas culturais, além do próprio ‘mercado de terras’ e demais mecanismos de regulação do acesso aos biomas e ecossistemas (Costa e Fernandes, 2016).

Reconhecendo a existência de incertezas nos dados estatísticos sobre o tema, Costa (2017) faz um esforço de cruzamento de diferentes fontes de dados, como por exemplo os censos agropecuários de 1996 e 2006, os dados sobre desmatamento fornecidos pelo INPE-PRODES e outras séries estatísticas do próprio IBGE, IPEA e Banco Central, para aferir comparações entre o estoque fundiário nesse intervalo de tempo. O autor chama a atenção de que, a comparação entre a versão definitiva do Censo Agropecuário de 2006 (publicada em 2009) e sua versão preliminar (publicada em 2007) levou a uma redução de 30.022 estabelecimentos e 10.974.133 ha por localização sobreposta a terras indígenas e unidades de conservação (localização indevida ou ilegal), o que levou a que “uma parcela concreta da realidade fundiária da região foi, isto posto, tecnocraticamente alijada, dificultando sua leitura e compreensão” (p. 54). O censo agropecuário de 2006, portanto, subestimou a incorporação de terras à agropecuária regional amazônica.

Um ponto importante nas análises de Costa (2017) é que, na Amazônia, há uma relação forte entre dinâmica fundiária e desmatamento. O fundamento dessa relação na região é que há dois processos de transformação ligados ao desmatamento. Um primeiro que transforma ‘floresta originária’, que não é mercadoria e sim um bem público, em ‘terra com mata’, conforme designação nas estatísticas



fundiárias, ou seja, um bem público transformado em mercadoria, tornando-se um bem privado. O segundo, consiste na transformação de 'terra com mata' em 'terra de pastagem' ou 'terra de lavoura', incorporadas nos processos produtivos agropecuários ou mantidas como estoque de terras desmatadas.

A partir dos modelos construídos pelo próprio autor, ele estima que entre 1996 e 2006 houve uma transformação na Amazônia de 10,7 milhões de hectares de 'floresta originária' em 'terras com mata' que, acrescida de cerca de 3 milhões de hectares dos estoques de 'terras com mata' dos estabelecimentos agropecuários, levou a uma produção de 2,9 milhões de hectares de 'terras de pastagem', 4,7 milhões de hectares de 'terras para lavoura' e 6,1 milhões de hectares mantidos como 'estoque de terras desmatadas', o que corresponde ao total de áreas desmatadas no período. Como mercado de terras, esse processo mobilizou, segundo as estimativas do autor, cerca de R\$ 32 bilhões, sendo R\$ 7,2 bilhões na produção de 'terras com mata' e R\$ 24,8 bilhões entre novas terras de pastagens, lavoura ou estoque de terras desmatada.

Essas transformações na terra estão diretamente relacionadas a mudanças nas posições relativas entre os diferentes agentes e estruturas que compõem o agrário regional, que o autor busca analisar a partir de suas diferentes trajetórias tecnológicas. Costa e Fernandes (2016) identificam, nos dados do censo agropecuário de 2006, grupos de estabelecimentos com diferentes características produtivas que são representativos de 7 distintas trajetórias tecnológicas, sendo 3 camponesas e 4 patronais. Uma das trajetórias camponesa é representante do 'paradigma tecnológico agroextrativista', enquanto todas as demais são representantes do 'paradigma tecnológico agropecuário'.

Analisando as mudanças entre censos agropecuários de 1996 e 2006, duas trajetórias tecnológicas merecem destaque para o autor. Uma delas, representada por estabelecimentos patronais fortemente especializados na pecuária de corte extensiva e os mais altos impactos ambientais, passou de um acervo fundiário de 60% das terras em 1995 para apenas 23% em 2006, resultado tanto de sua bifurcação para outras trajetórias patronais, direcionadas a plantations de cultivos permanentes e/ou silviculturais ou à produção de grãos para exportação, como de sua perda de terras para trajetórias camponesas, a partir das políticas de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Apesar de sua redução na área total em 2006, os autores indicam que a sobrevivência dessa pecuária patronal extensiva se deu, sobretudo,

pela sua maior capacidade de incorporação de novas 'terras de pastagens' transformadas desde 'terras com matas' ou 'floresta originária', configurando-se como a principal trajetória relacionada à produção de terras-mercadoria na região. Essa trajetória de pecuária patronal extensiva é fortemente concentrada em algumas regiões como a sudeste paraense. A outra trajetória de destaque, é a trajetória camponesa que mais se beneficiou, tanto da distribuição de terras, como da política creditícia subsequente, e se especializou na pecuária de corte que se fortaleceu no período e ampliou o 'paradigma agropecuário' no conjunto do campesinato regional.

Finalizando a análise e agregando as diferentes dinâmicas do mercado de terras para o caso específico do sudeste paraense, pode-se indicar duas tendências distintas, porém complementares. De um lado, uma elevação mais significativa dos preços das terras de forma concentrada nas áreas com condições específicas de extração da renda fundiária derivada direta ou indiretamente da mineração. Essa elevação da renda da terra, embora mais localizada, tende a impulsionar uma 'corrida por terras' no conjunto da região, em função do potencial expansivo dessa atividade extrativa, em especial se associada à descoberta de potencial mineral no subsolo ou sua inserção nas rotas de investimento em infraestrutura de circulação produtiva ou expansão urbana. Esse potencial futuro associa-se às possibilidades de uso imediato, de forma extensiva e com grau relativamente baixo de investimentos e imobilização de capital à terra, através da pecuária bovina.

A criação pecuária, desde essa perspectiva, apresenta-se como uma atividade secundária ao complexo territorial agromineral, porém com maior capacidade de espacialização no conjunto do território. O crescimento do rebanho na região indica a combinação de três vetores principais: a disponibilidade de terras em busca de uma ocupação produtiva com relativos baixos investimentos em um contexto mais geral de ascensão da renda da terra provocada pela mineração, o deslocamento da pecuária do centro-oeste atraída pelos preços mais baixos das pastagens em um contexto de transformação das terras daquela região em lavouras de grãos e, finalmente, pelo poder estruturante das agroindústrias frigoríficas que se instalam na região a partir das disponibilidades uma coerência estruturada regionalmente em, grande medida, pelos interesses da exportação de *commodities* minerais.

No entanto, a expansão da pecuária subordinada aos interesses agroindustriais das indústrias frigoríficas, que atuam na mediação entre a produção e a circulação nos circuitos nacionais e mundiais de acumulação, apresentou tendências fracas de

crescimento do preço da terra de pastagens, reduzindo possíveis tensões entre os produtores e as agroindústrias. Diferentemente das regiões em que essas tensões são reduzidas pela via da modernização forçada dos sistemas de produção agropecuários, no sudeste paraense a manutenção do baixo preço da terra e, portanto, da renda fundiária capitalizada, está associada ao caráter extensivo da atividade e da possibilidade de incorporação de novas terras ao subsistema pecuário. Nesse caso, as possibilidades de captura da renda da terra por diferentes agentes regionais, está vinculada a outros mecanismos que não a especulação com os preços já em uso, associados a própria produção da terra-mercadoria e as transferências via mediações governamentais que distribuem a renda da terra sem pressionar as transferências de excedentes para os circuitos agroindustriais.

## **5.2 A produção da terra – mercadoria e a expansão do complexo territorial**

Como analisado, a expansão da mineração cria uma perspectiva, real ou potencial, de valorização das terras, tanto no urbano, como no rural, que provoca uma corrida pela sua dominação. Essa corrida extrapola as áreas de interesse imediato para a mineração, seja para instalação de lavras, seja para a implantação de infraestruturas complementares aos projetos de extração, mas se amplia por toda a região, como potencial futuro. Nesse contexto, a expansão da pecuária tem sido favorecida por dois aspectos. Um deles, por promover um uso produtivo flexível a essas terras que não cria conflitos com possíveis projetos minerários, como ocorre no caso dos assentamentos e terras indígenas. O outro, por se converter em uma possibilidade de aplicação de massas redundantes de capital regional, conectando agentes regionais, mesmo que de forma subordinada, à dinâmica mais geral de acumulação rentista-financeira. A mercantilização da terra, nesse processo, é parte da construção de uma coerência estruturada vinculada aos interesses agrominerais que buscam hegemonizar a região, embora os mecanismos de captura da renda da terra sejam distintos entre os dois subsistemas.

A produção pecuária reforça o caráter terra-extensivo do uso da terra que, no entanto, impõe limites sobre a capacidade de reprodução da própria terra enquanto meio de produção nesse subsistema. Para Coraggio (1991), diferentemente da produção industrial, os subsistemas de produção agrária possuem uma condição produtiva essencial que não é reproduzível e, portanto, pode ser um fator limitante de

sua ampliação: a terra. Por isso, a contradição que surge entre os diferentes grupos sociais pela sua apropriação não pode ser resolvida pela ampliação da capacidade produtiva desse meio de produção, acirrando a luta pela sua monopolização, inclusive contra aqueles que não pretendem lhe dar uso capitalista. Além disso, a monopolização permite não apenas a apropriação de mais-valia mediante a exploração do trabalho, mas também sob a forma de renda.

Sem desconsiderar as possibilidades de intensificação do uso da terra mediante incorporação de trabalho e/ou capital, o que configuraria estratégias terra-intensivas, uma solução possível também é a expansão territorial do subsistema, mais compatível com a estratégia terra-extensiva predominante no sudeste paraense. Esse processo é recorrente na história da formação socioespacial brasileira e, manteve-se presente no período atual. Para analisar melhor essa dinâmica na mesorregião paraense, far-se-á uma comparação dos dados dos últimos censos agropecuários, recortando-os por microrregiões.

Nessa análise, cabem três ressalvas, além daquelas já apresentadas por Costa (2017) que identificou a exclusão tecnocrática de parcela significativa dos estabelecimentos da Amazônia do Censo 2006. Uma primeira refere-se a mudanças na existência de municípios, bem como de suas respectivas áreas territoriais. Na mesorregião sudeste paraense foram criados e/ou instalados 06 novos municípios após a realização do censo agropecuário de 1995-96, cuja área territorial ainda constava como parte do município de onde foi desmembrado. Como cada um deles foi desmembrado de um ou mais municípios que estão na mesma microrregião, a menor unidade de medida diretamente comparável entre esses dois censos foi a microrregião e não o município<sup>35</sup>.

Uma segunda ressalva refere-se a diferenças metodológicas entre esses censos. Essas diferenças foram analisadas por Hoffmann (2014), que indica que, embora não tenha havido alterações substantivas no conceito fundamental de 'estabelecimento agropecuário' que é a unidade de análise dos censos realizados pelo IBGE, houve uma mudança referente a inclusão, no censo de 2006, de

---

<sup>35</sup> Esses novos municípios foram: Nova Ipixuna, desmembrado de Itupiranga e Jacundá, todos pertencentes à microrregião de Tucuruí; Bannach, desmembrado de Ourilândia do Norte, ambos pertencentes à microrregião de São Felix do Xingu; Piçarra, desmembrado de São Geraldo do Araguaia e Sapucaia, desmembrado de Xinguara, todos pertencentes à microrregião de Redenção; Canaã dos Carajás, desmembrado de Parauapebas, ambos pertencentes à microrregião de Parauapebas; Floresta do Araguaia, desmembrado de Conceição do Araguaia, ambos pertencentes à microrregião de Conceição do Araguaia.

estabelecimentos sem área, para retratar a produção agropecuária e as criações próprias de empregados de outros estabelecimentos que as realizam de forma independente, porém utilizando a área do estabelecimento onde estão empregados. Assim, essa produção e criação foram contabilizadas como estabelecimentos independentes, porém sem área, diferindo do censo de 1995-96 em que essa situação não era contabilizada como estabelecimento independente, tendo sua produção e criações somadas ao estabelecimento do empregador. Embora essa diferença na metodologia possa causar distorções na comparação de valores relativos à produção e rebanhos, no tipo de análise fundiária aqui realizada essa distorção pode ser minimizada pela exclusão dos estabelecimentos sem área do censo de 2006.

Outra diferença metodológica, e mais importante, está relacionada ao período de referência do levantamento. Enquanto o censo agropecuário de 2006, seguindo a maior parte dos censos anteriores, baseou-se no ano civil (01/jan a 31/dez de 2006), o censo de 1995-96 baseou-se no ano agrícola (01/ago/95 a 31/jul/96). Por isso, no censo de 1995-96 a coleta de dados foi realizada em agosto de 1996, momento em que os estabelecimentos de existência temporária, ou seja, aqueles que existem apenas durante a safra agrícola, já não mais estavam ativos, inviabilizando sua inclusão no censo. Essa diferença metodológica pode levar a um número subestimado de estabelecimentos em 1995-96, possivelmente distorcendo o crescimento aparente para 2006.

Conforme tabela 5.4, observa-se que o crescimento dos estabelecimentos da mesorregião sudeste paraense diferencia-se significativamente do ocorrido no Brasil, no conjunto da região norte e no próprio estado do Pará, revelando uma dinâmica específica que não pode ser explicada apenas pelas mudanças metodológicas entre os dois censos. Excluídos os estabelecimentos de produtores sem área do censo 2006, que não eram contabilizados no censo de 1995-96, no sudeste paraense houve nesse período um aumento de 31,94% no número de estabelecimentos e de 12,14% na área ocupada por eles, muito superior à evolução dos dados nacional, regional e estadual, que revelam a existência de uma dinâmica de apropriação de terras nessa mesorregião que não pode ser explicada apenas pelas mudanças metodológicas.

Tabela 5.4: Comparativo da evolução do número e área dos estabelecimentos agropecuários recenseados em 1995/96 e 2006, no Brasil, Região Norte, Pará e Sudeste Paraense.

	1995		2006 *		Crescimento (abs.)		Crescimento (%)	
	Estab.**	Área ***	Estab.**	Área ***	Estab.**	Área ***	Estab.	Área
Brasil	4.859,9	353,6	4.920,6	333,7	60,8	-19,9	1,25	-5,64
Norte	446,2	58,4	444,6	55,5	-1,6	-2,8	-0,35	-4,84
Pará	206,4	22,5	205,9	22,9	-0,5	0,4	-0,23	1,80
Sudeste Paraense	39,7	10,2	52,4	11,4	12,7	1,2	31,94	12,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – SIDRA. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>>

\* excluídos os estabelecimentos de produtores sem área

\*\* mil estabelecimentos

\*\*\* milhões de hectares

A terceira ressalva refere-se à inexistência da classificação dos estabelecimentos entre agricultura familiar e agricultura não familiar no censo de 1995-96, o que impede uma classificação mais precisa de cada estabelecimento nessas categorias e seu agrupamento dessa forma. Apesar disso, inspirado em análises desenvolvidas por Costa (2012a), é possível estabelecer, na Amazônia, uma relação significativa entre o tipo de agente socioeconômico e os estratos de área, dado o caráter concentrado da estrutura fundiária. Essa relação é apresentada na tabela 5.5, através de uma comparação entre a porcentagem de estabelecimentos classificados como agricultura familiar ou não familiar para cada estrato de área.

Nessa tabela, observa-se que nos estratos de área inferiores a 200 ha predominam os estabelecimentos familiares, sempre com mais de 85% de presença relativa para o total da mesorregião e não inferior a 78,5% quando analisadas as microrregiões separadamente, apenas com duas exceções na microrregião de Paragominas. No extremo oposto da tabela, ou seja, nos estratos de área com 500 ha ou mais, verifica-se uma predominância muito forte de estabelecimentos não familiares, acima de 98% tanto para o conjunto da mesorregião, como para cada microrregião separadamente. E, por fim, um estrato intermediário, entre 200 ha e menos de 500 ha, em que se dá uma presença mais mesclada, embora com maioria de estabelecimentos não familiares, mas não de forma tão expressiva a ponto de enviesar totalmente o comportamento agregado do grupo. Nesse caso, embora esse estrato possa ser considerado como fortemente patronal, é possível que os dados agregados expressem, de alguma forma, influência do comportamento dos estabelecimentos familiares desse estrato.

Tabela 5.5: Presença relativa dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar nos diferentes estratos de área, nas microrregiões do sudeste paraense, segundo o Censo Agropecuário de 2006.

	Tucuruí		Paragominas		S F do Xingu		Parauapebas		Marabá		Redenção		Conc. do Arag.		Total	
	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF
Sem área	85,6	14,4	81,4	18,6	97,5	2,5	80,0	20,0	100,0	-	100,0	-	89,7	10,3	87,3	12,7
> 0 a < 0,1	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	91,7	8,3	90,5	9,5	97,0	3,0	98,2	1,8
0,1 a < 0,2	83,3	16,7	40,0	60,0	-	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	86,7	13,3
0,2 a < 0,5	80,0	20,0	100,0	-	100,0	-	100,0	-	92,0	8,0	100,0	-	100,0	-	93,3	6,7
0,5 a < 1	96,6	3,4	88,9	11,1	100,0	-	100,0	-	100,0	-	94,9	5,1	100,0	-	97,2	2,8
1 a < 2	93,8	6,3	88,9	11,1	93,6	6,4	92,3	7,7	91,4	8,6	93,5	6,5	100,0	-	92,5	7,5
2 a < 3	95,0	5,0	74,2	25,8	95,7	4,3	95,8	4,2	90,9	9,1	97,3	2,7	100,0	-	90,6	9,4
3 a < 4	88,9	11,1	89,1	10,9	100,0	-	91,9	8,1	83,3	16,7	97,1	2,9	100,0	-	92,5	7,5
4 a < 5	94,1	5,9	93,0	7,0	92,5	7,5	95,6	4,4	87,5	12,5	95,8	4,2	91,3	8,7	94,0	6,0
5 a < 10	85,4	14,6	95,3	4,7	92,9	7,1	97,8	2,2	94,5	5,5	93,9	6,1	92,4	7,6	93,6	6,4
10 a < 20	95,0	5,0	95,3	4,7	91,2	8,8	93,5	6,5	93,7	6,3	93,7	6,3	93,5	6,5	93,3	6,7
20 a < 50	92,7	7,3	93,9	6,1	93,1	6,9	92,6	7,4	92,3	7,7	91,4	8,6	87,9	12,1	91,6	8,4
50 a < 100	90,4	9,6	87,0	13,0	92,9	7,1	89,3	10,7	86,9	13,1	86,8	13,2	88,7	11,3	89,2	10,8
100 a < 200	88,5	11,5	81,9	18,1	92,9	7,1	79,2	20,8	82,8	17,2	78,5	21,5	86,2	13,8	85,3	14,7
200 a < 500	28,6	71,4	11,9	88,1	40,7	59,3	29,2	70,8	32,7	67,3	31,7	68,3	41,6	58,4	31,8	68,2
500 a < 1.000	1,2	98,8	-	100,0	-	100,0	1,5	98,5	-	100,0	-	100,0	-	100,0	0,3	99,7
1.000 a < 2.500	-	100,0	-	100,0	0,4	99,6	-	100,0	-	100,0	-	100,0	0,7	99,3	0,2	99,8
2.500 ou +	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0
Total	85,1	14,9	70,2	29,8	81,6	18,4	84,3	15,7	85,1	14,9	79,2	20,8	80,5	19,5	81,3	18,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – SIDRA. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>

A partir dessas observações, pode-se propor que os dados sobre os estabelecimentos menores que 200 ha revelam as dinâmicas mais gerais dos estabelecimentos familiares. Os dados dos estabelecimentos com 200 ha ou mais revelam as dinâmicas mais gerais dos estabelecimentos não familiares, porém com ressalvas em relação ao estrato entre 200 e 500 ha que pode apresentar alguma influência de estabelecimentos familiares nos dados agregados.

A análise da tabela 5.6 revela que o crescimento da área ocupada pelos estabelecimentos da mesorregião sudeste paraense não se deu de forma homogênea, mas concentrada nas microrregiões de São Felix do Xingu, com crescimento de 1,3 milhões de hectares, Tucuruí, com 238,9 mil hectares e Redenção, com 106,5 mil hectares. Mesmo considerando a imprecisão dessas comparações, em termos absolutos, em função das diferenças no período de coleta de dados entre os censos de 1995-96 e 2006, pode-se verificar uma clara tendência de expansão na área incorporada pelos estabelecimentos na parte mais oeste da mesorregião (fig. 5.3).

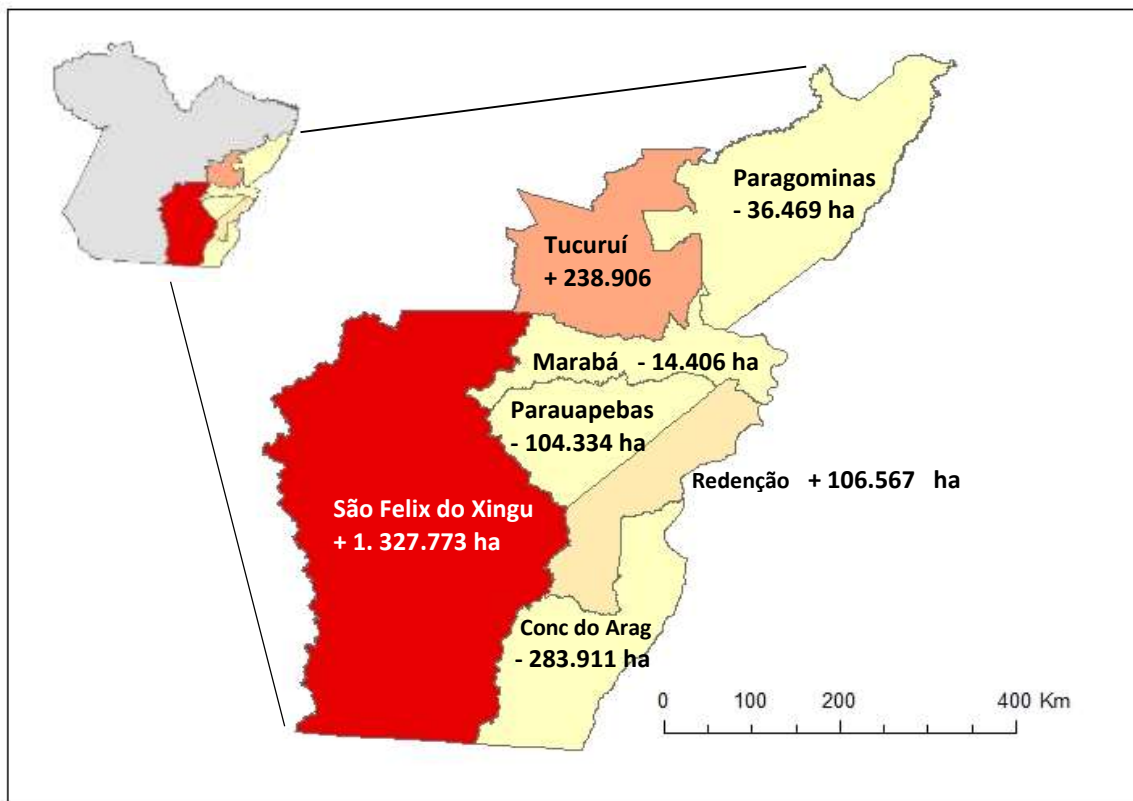
Tabela 5.6: Diferença entre o número de estabelecimentos agropecuárias (com área) e suas respectivas áreas totais, nas microrregiões do sudeste paraense, entre 1995/96 e 2006.

		> 0 a < 200	200 a < 500	500 ou +	Total
Tucuruí	Nº	2.599	129	108	2.926
	Área	90.194	51.372	97.340	238.906
Paragominas	Nº	1.593	42	150	1.930
	Área	60.816	17.641	-114.925	-36.469
S F do Xingu	Nº	1.517	133	411	2.140
	Área	-83.228	48.914	1.362.087	1.327.773
Parauapebas	Nº	752	53	7	827
	Área	-11.891	17.968	-110.411	-104.334
Marabá	Nº	1.748	-20	-60	1.679
	Área	6.586	-3.721	-17.271	-14.406
Redenção	Nº	688	-95	-1	600
	Área	-65.949	-28.679	201.195	106.567
Conc do Arag	Nº	2.728	152	50	2.959
	Área	106.335	44.006	-434.252	-283.911
Total	Nº	11.625	394	665	13.061
	Área	102.863	147.501	983.763	1.234.127

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – SIDRA. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>>



Figura 5.3: Diferença da área total dos estabelecimentos agropecuários entre 1995/96 e 2006, por microrregiões.



Fonte: Elaboração própria a partir da Tabela 5.6

Nos casos das microrregiões de São Felix do Xingu e Redenção essa expansão se deu especialmente a partir dos grandes estabelecimentos acima de 500 ha que incorporaram, respectivamente, 1,3 milhões de ha e 201, 2 mil ha. Esses grandes estabelecimentos também ampliaram sua área na microrregião de Tucuruí, em 97, 3 mil ha, embora ali também tenha havido uma ampliação da área ocupada pelos demais estratos. Para o conjunto da mesorregião, os estabelecimentos de 500 ha ou mais ampliaram sua área ocupada em 983,8 mil ha.

Esses dados sugerem que os limites na reprodução da terra enquanto meio de produção no sudeste paraense tem encontrado uma linha de solução na reprodução de uma dinâmica de fronteira dentro da própria mesorregião, em especial no caso da microrregião de São Felix do Xingu, mas também seguindo pelo eixo da transamazônica, na microrregião de Tucuruí, em direção à Pacajá. Dessa forma, mantém-se uma 'marcha para o oeste' em busca de dominação e monopolização da terra que mantém uma estrutura fundiária bastante concentrada, apesar das conquistas das lutas camponesas por terra e criação de assentamentos de reforma agrária. Nesse sentido, as novas áreas incorporadas, sobretudo pelos grandes

estabelecimentos, se contrapuseram aos quase 2,3 milhões de hectares transformados em assentamentos de reforma agrária (cf. tabela 5.7) no período entre os censos.

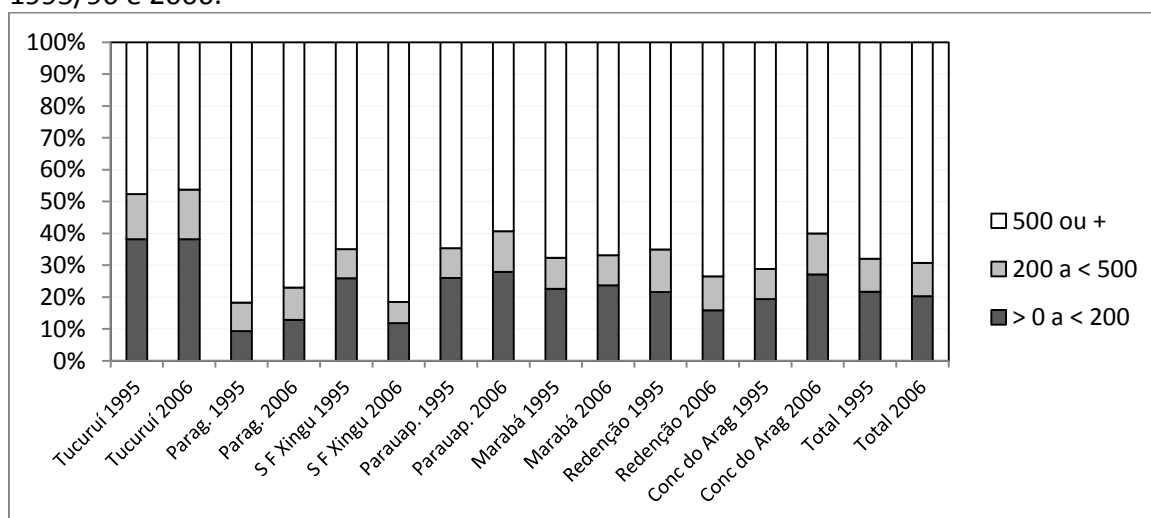
Tabela 5.7: Assentamentos criados pelo INCRA entre 1996 e 2006.

Microrregião	Quant.	Famílias	Área	Área média
Tucuruí	85	9.763	420.163	43,0
S F do Xingu	22	6.354	433.387	68,2
Redenção	60	5.965	237.133	39,8
Parauapebas	35	4.829	186.660	38,7
Marabá	95	9.601	369.542	38,5
Conc do Arag	65	15.075	642.201	42,6
Total	362	51.587	2.289.086	44,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA – SIPRA (atualizado em 22/05/2017).

Conforme demonstra o gráfico 5.4, houve alguma ampliação na participação relativa dos estabelecimentos familiares na área total ocupada especialmente nas microrregiões de Conceição do Araguaia, Paragominas, Parauapebas e Marabá. No entanto, houve aumento da concentração nas microrregiões de São Felix do Xingu e Redenção, o que influenciou o aumento da concentração fundiária no conjunto da mesorregião.

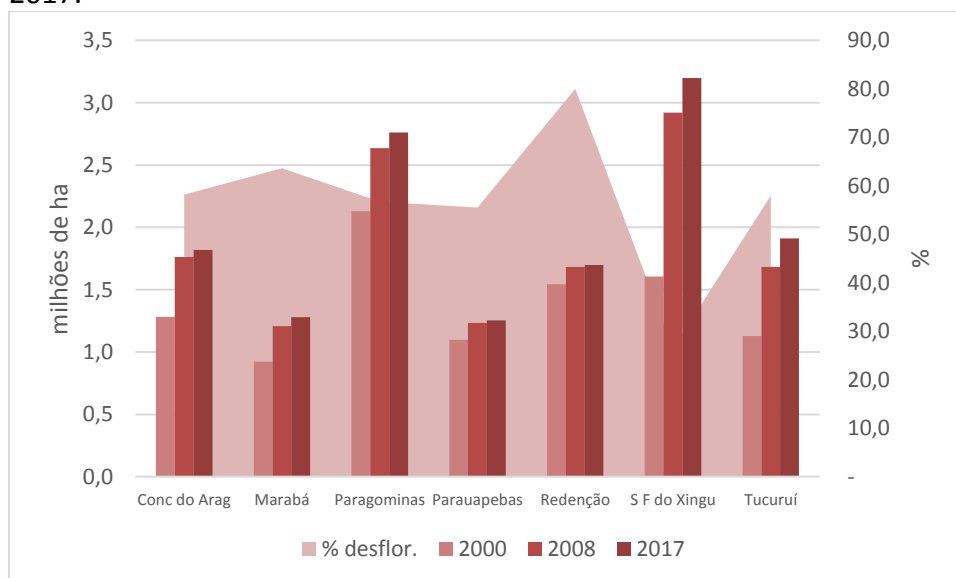
Gráfico 5.4: Evolução da concentração fundiária nas microrregiões do sudeste paraense entre 1995/96 e 2006.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – SIDRA. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/>>

Esse processo de incorporação de terras à agropecuária regional esteve diretamente associado a processos de desflorestamento e de conflitos agrários, reproduzindo e atualizando o que José de Souza Martins denominou de ‘expropriação e violência’ no processo de produção da terra-mercadoria na Amazônia e Carlos Walter Porto-Gonçalves classificou como um complexo de devastação e violência. No sudeste paraense, entre 2000 e 2017, foram detectados pelo PRODES-INPI o desflorestamento de 4,2 milhões de hectares, passando de 9,7 milhões para 13,9 milhões, ou seja, de 32,6% da área total para 46,7%. Entre 2000 e 2008, o desflorestamento foi muito mais intenso (3,4 milhões de hectares) do que no período seguinte de 2008 a 2017 (0,8 milhões de hectares).

Gráfico 5.5: Desflorestamento acumulado nas microrregiões do sudeste paraense, 2000 a 2017.



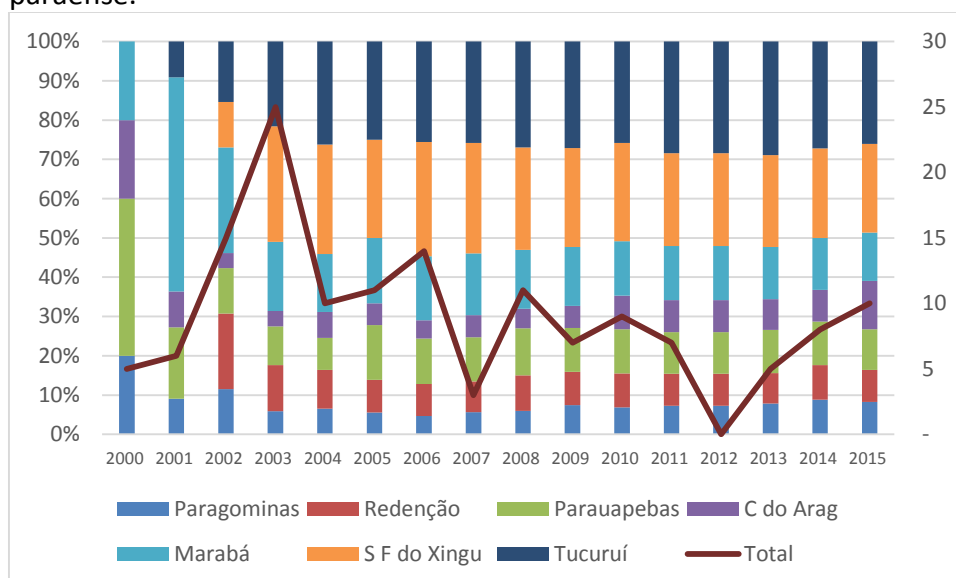
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PRODES – INPE (acesso em 01/08/2018).

Conforme indicado no gráfico 5.5, em termos absolutos, os desflorestamentos entre 2000 e 2008 por microrregião seguiu a seguinte ordem decrescente: São Félix do Xingu (1,3 milhões de hectares); Tucuruí (0,6 milhões de hectares); Paragominas (0,5 milhões de hectares); Conceição do Araguaia (0,5 milhões de hectares); Marabá (0,3 milhões de hectares); Redenção (0,1 milhões de hectares); Parauapebas (0,1 milhões de hectares). Redenção, apesar dos menores números de desflorestamento absoluto, já tinha ultrapassado os 70% de desflorestamento em 2000 e em 2017 alcançou os 80%, enquanto as demais microrregiões, apresentam percentuais entre 55% (Parauapebas) e 63% (Marabá), com exceção de São Félix do Xingu, cuja área

desflorestada em 2017 corresponde a 26%. Essa situação faz desta microrregião o maior estoque de 'floresta originária' e 'terras com mata' da mesorregião, confirmando seu papel de maior destino para o fluxo expansivo de produção de terras-mercadoria novas, seguida da microrregião de Tucuruí, expressando uma continuidade de uma 'marcha para oeste' que entre 2008 e 2017 desflorestou respectivamente, 277 mil hectares em S. F. do Xingu e 229 mil hectares em Tucuruí.

Esse processo, no entanto, não significa apenas destruição da floresta originária, mas também violência na luta pela terra, em que diversas forças sociais a disputam. Os assassinatos no conjunto do sudeste paraense registrados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, conforme gráfico 5.6, indicam as microrregiões de Tucuruí, São Félix do Xingu e Marabá como aquelas com maior porcentagem acumulada no período 2000 a 2015. Confirma-se, apesar de uma tendência de queda no número de assassinatos entre 2003 e 2012 e uma retomada a partir de 2013, que esse indicador de violência extrema presente nos conflitos por terra faz-se mais elevado justamente nas microrregiões onde vem se dando a maior incorporação de terras.

Gráfico 5.6: Assassinatos decorrentes de conflitos por terra nas microrregiões do sudeste paraense.

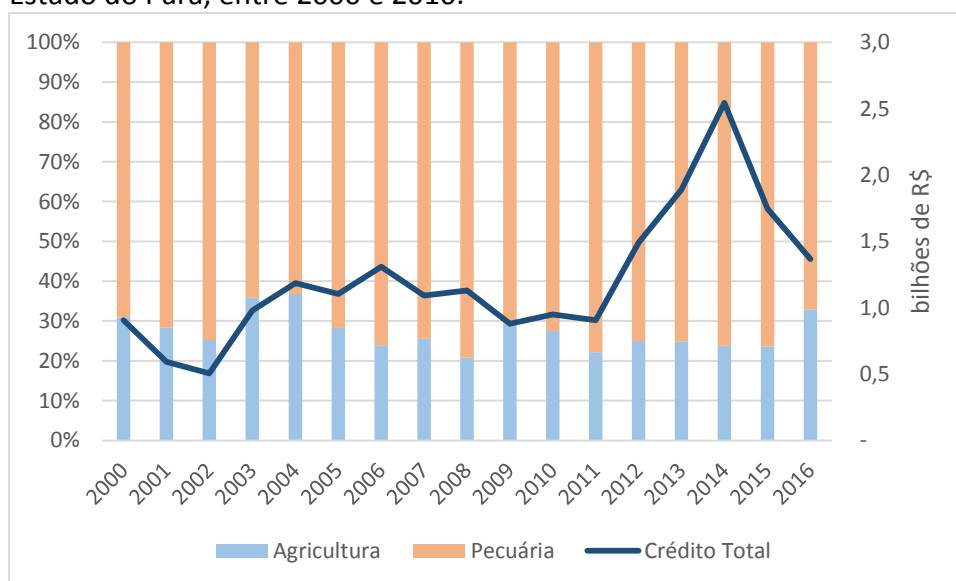


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra – Cadernos Conflitos no Campo Brasil (vários anos). Disponível em < <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>

### 5.3 Crédito rural e mecanismos de transferência e sujeição da renda da terra

Conforme indicado pela literatura mobilizada sobre a renda da terra, ela é capturada como tributo retirado do conjunto da mais-valia social pelos proprietários fundiários não apenas no momento de compra/venda, como renda capitalizada, ou pela sujeição da renda camponesa, na esfera da circulação, mas também por mecanismos dependentes da ação do Estado que organiza esse processo de transferência. Conforme Delgado (2012), no Brasil, o crédito rural cumpre papel chave nesse processo, o que traz a necessidade de uma análise mais detalhada de como esse mecanismo tem sido mobilizado no complexo territorial de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense.

Gráfico 5.7: Crédito Rural – Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas no Estado do Pará, entre 2000 e 2016.



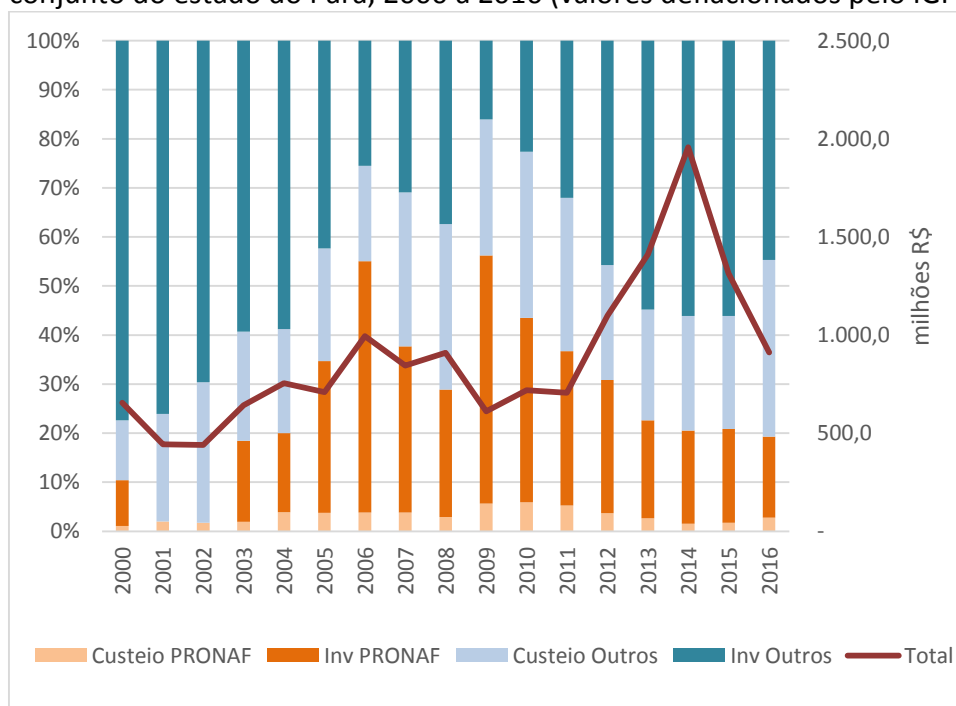
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/CREDRURAL>>, acesso em 09/05/2018. Valores deflacionados para dez.16, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100).

O gráfico 5.7 Indica a evolução do crédito rural total contratado no estado do Pará, entre os anos 2000 e 2016. A liberação do crédito rural pode ser dividida em 5 períodos, que apresentaram as seguintes tendências: (2000 a 2002) redução do crédito a uma taxa de 25,3% a.a.; (2002 a 2006) crescimento do crédito a uma taxa de 26,9% a.a.; (2006 a 2011) estabilização relativa com queda pouco acentuada a uma taxa de 6,2% a.a.; (2011 a 2014) forte ascensão a uma taxa de 41,1% a.a.; (2014

a 2016) queda acentuada a uma taxa de 26,7% a.a., mas mantendo um patamar elevado, ainda superior a maior parte do período. Em todo esse período, a maior parte do crédito rural destinou-se a atividade pecuária, com uma média de 73,1%.

Dada a importância do crédito para a pecuária, o gráfico 5.8, apresentando dados agregados para o conjunto do estado do Pará sobre o crédito específico para essa atividade, traz uma comparação entre os montantes contratados para a agricultura familiar, via PRONAF, e as demais modalidades de créditos destinadas, prioritariamente, para os grupos não familiares. No período entre 2002 e 2011, respectivamente de elevação e estabilização relativa, houve um aumento da participação do PRONAF no conjunto do crédito rural, chegando a 56,7% no ano de 2009. Desde então, sua participação relativa vem caindo, chegando, em 2016, a 19,3%.

Gráfico 5.8: Contratos de Crédito Rural com finalidade de Custeio e Investimento Pecuário no conjunto do estado do Pará, 2000 a 2016 (valores deflacionados pelo IGP-DI para dez.2016).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/n/CREDRURAL>>, acesso em 09/05/2018. Valores deflacionados para dez.16, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100).

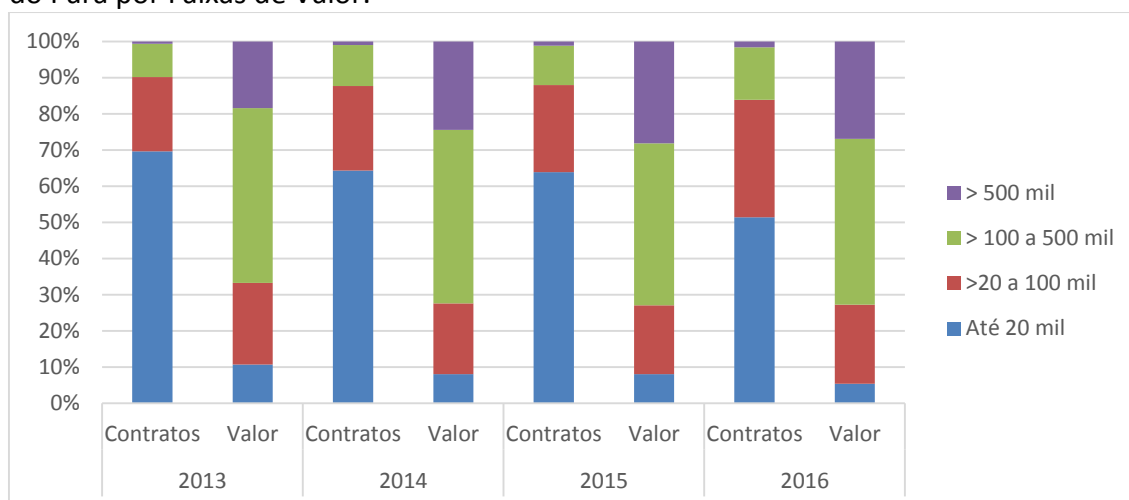
Comparando a proporção do PRONAF destinada a investimento e custeio, verifica-se que, em todo o período, houve um forte predomínio dos recursos destinados a investimento. Frente a esses dados, pode-se aferir que o PRONAF, no

caso da agricultura familiar, cumpre importante papel de induzir a ampliação da atividade pecuária através de financiamento, sobretudo, para aquisição do rebanho. Considerando as reflexões levantadas na introdução deste capítulo, o crédito para a agricultura familiar, mesmo que contando com condições especiais, aponta dois importantes mecanismos de sujeição da renda da terra camponesa: a subordinação ao capital financeiro (via inserção no sistema de crédito em si) e a subordinação à produção pecuária, dominada pelas agroindustriais e grandes produtores, especialmente considerando a quantidade de casos desse tipo de produtores dedicarem-se apenas as fases de cria e recria, não conseguindo assumir as fases de engorda e venda direta aos frigoríficos. Uma relativização necessária refere-se ao caso dos financiamentos voltados ao rebanho leiteiro ou misto, apresentando-se como uma possibilidade de maior resistência à sujeição da renda da terra, dada a predominância de laticínios de menor porte na região e a pequena participação de grandes produtores na atividade. De qualquer forma, ambas contribuem para uma pecuarização homogeneizadora da produção familiar e da especialização do uso da terra na forma de pastagens.

Em relação ao crédito não familiar, ao contrário, o crédito de custeio é mais significativo. Ao longo da série, verifica-se um período que apresentou uma tendência de redução da relação custeio/investimento, entre o 2002 e 2011, cuja relação que era de 1: 2,67 em 2002 passou para 1: 1,02 em 2011. A partir de então, com a expansão do crédito, a relação voltou a ser mais marcada pelo montante de investimento, chegando a 1: 2,44 em 2015, quando voltou a apresentar queda. De qualquer maneira, chama a atenção para o crescimento da importância do crédito de custeio pecuário para os produtores não familiares. Por sua vez, o crédito para investimento na pecuária obedeceu a mesma tendência do crédito total, aumentando seu montante absoluto nas fases de expansão e reduzindo-o nas fases de retração.

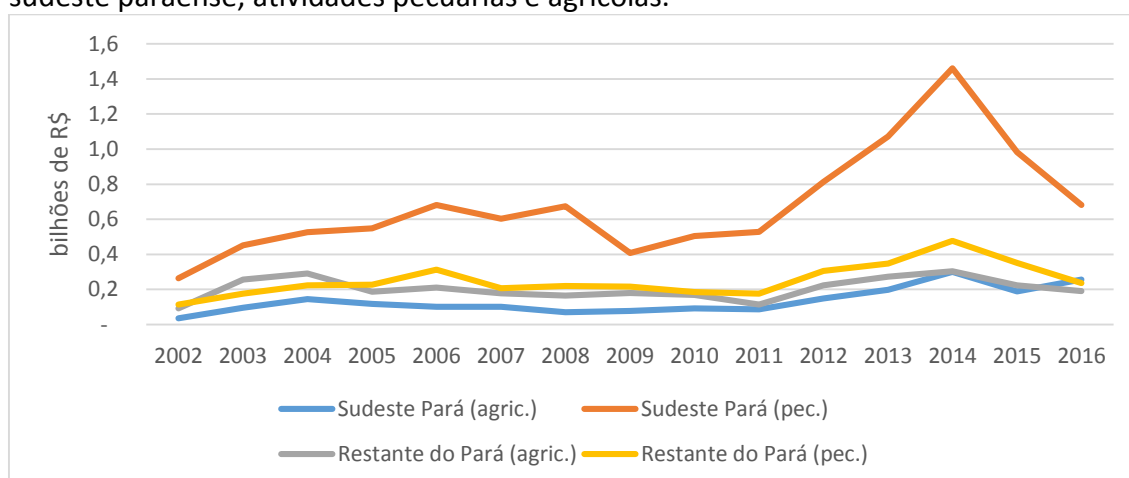
Considerando apenas os dados do último período, cf. gráfico 5.9, em que o PRONAF já apresentava uma tendência de redução de sua participação relativa, observa-se uma elevada concentração na distribuição do crédito rural. Os menores contratos (até 20 mil), que representam entre 70% e 50% do número total, não ultrapassam os 10% do valor disponibilizado, enquanto os maiores contratos (acima de 100 mil), que correspondem a pouco mais de 10% do total, consomem aproximadamente 70% do valor disponibilizado.

Gráfico 5.9: Distribuição dos Contratos de Crédito Rural para Pecuária no Conjunto do Estado do Pará por Faixas de Valor.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/CREDRURAL>>, acesso em 09/05/2018. Valores deflacionados para dez.16, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100).

Gráfico 5.10: Comparativo da evolução do crédito rural contratado no estado do Pará e no sudeste paraense, atividades pecuárias e agrícolas.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/CREDRURAL>>, acesso em 09/05/2018. Valores deflacionados para dez.16, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100).

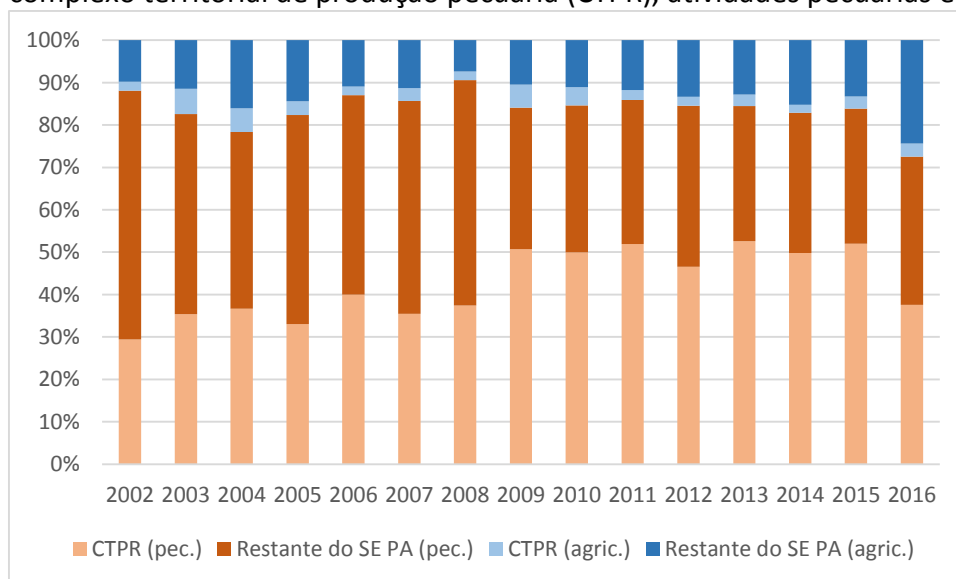
Identificadas essas tendências do conjunto do crédito rural no estado do Pará, pode-se observar com mais detalhes o peso relativo do crédito no sudeste paraense. De acordo com o gráfico 5.10, os valores disponibilização para a atividade pecuária nessa região representaram o maior percentual do total do estado. O crédito pecuário nessa região, diferentemente da situação total, apresentou um período mais longo de crescimento entre 2002 e 2008, a uma taxa de 17,0% a.a., interrompida entre 2008 e



2009, com queda de 39,6%, e recuperação já no ano seguinte, com novo crescimento a taxas de 13,9% a.a., entre 2009 e 2011, e de 40,3% a.a., entre 2011 e 2014. Por fim, entre 2014 e 2016, o crédito para pecuária no sudeste paraense teve nova queda (taxa de 31,7% a.a.), embora seu patamar ainda esteja elevado, tendo sido de R\$ 680,8 milhões em 2016.

Quando feita a comparação entre crédito rural destinado a atividade pecuária e agrícola no complexo territorial e nos demais municípios do sudeste paraense (gráfico 5.11), observa-se que a maior parte desses recursos foram contratados nos municípios que compõem o complexo territorial, cuja participação aumentou de 29,4% em 2002 para 52,6% em 2013, mantendo-se relativamente estável até 2015, seguido de queda em 2016. Tanto nesses municípios, como nos demais do sudeste paraense, houve uma forte predominância do financiamento para a pecuária, mantendo-se acima de 80% do total em quase todo o período.

Gráfico 5.11: Comparativo da evolução do crédito rural contratado no sudeste paraense e no complexo territorial de produção pecuária (CTPR), atividades pecuárias e agrícolas.

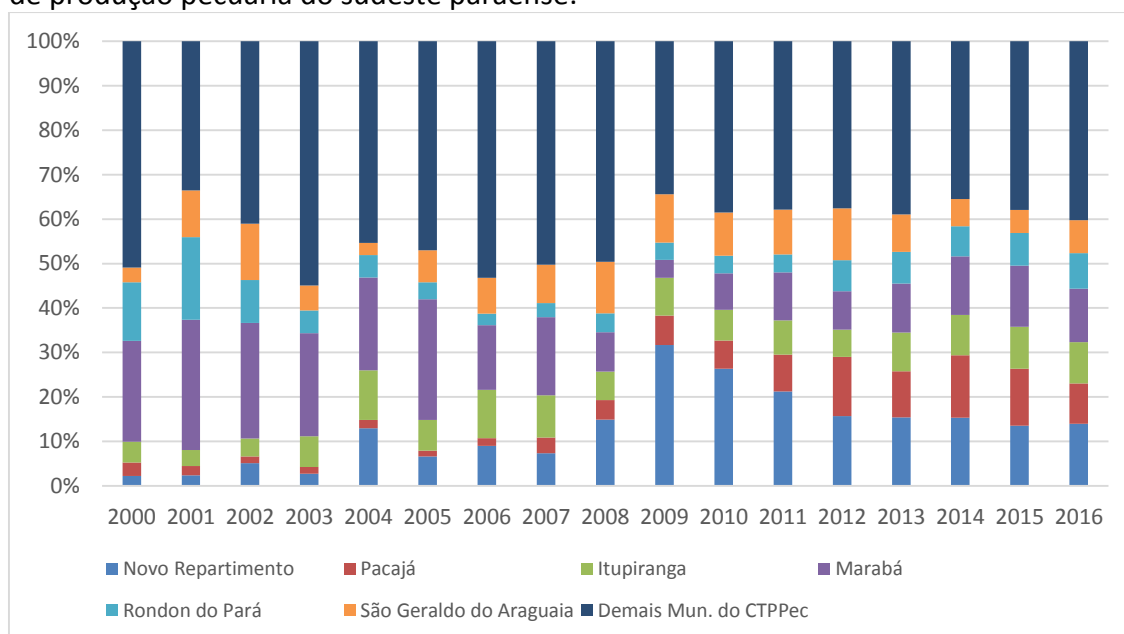


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/n/CREDRURAL>>, acesso em 09/05/2018. Valores deflacionados para dez.16, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100).

Considerando-se o crédito voltado à atividade pecuária nos municípios que compõem o CTPR, entre 2000 e 2016, seis deles concentraram a maior parte, com percentual mínimo de 45,1% em 2003 e máximo de 65,6% em 2009, e participação média entre 2002 e 2016 de 59,9% (gráfico 4.13). Dentre esses municípios, observa-

se uma redução da participação de Rondon do Pará, São Geraldo e Marabá, que perderam importância relativa para os municípios de Itupiranga, Novo Repartimento e Pacajá, ou seja, uma redução da participação relativa de municípios com uma pecuária mais antiga para os municípios representantes da expansão de fronteira à Oeste do complexo. Novo Repartimento, no acumulado entre 2002 e 2016, foi o município que mais recebeu crédito rural (602,2 milhões), seguido de Marabá (499,9 milhões), Pacajá (373,3 milhões) e Itupiranga (334,9 milhões). No total contratado nesses municípios para a atividade pecuária, nesse período, 72,7% foi para investimentos e 27,3% para custeio.

Gráfico 5.12: Contratos de crédito rural para pecuária nos municípios do complexo territorial de produção pecuária do sudeste paraense.

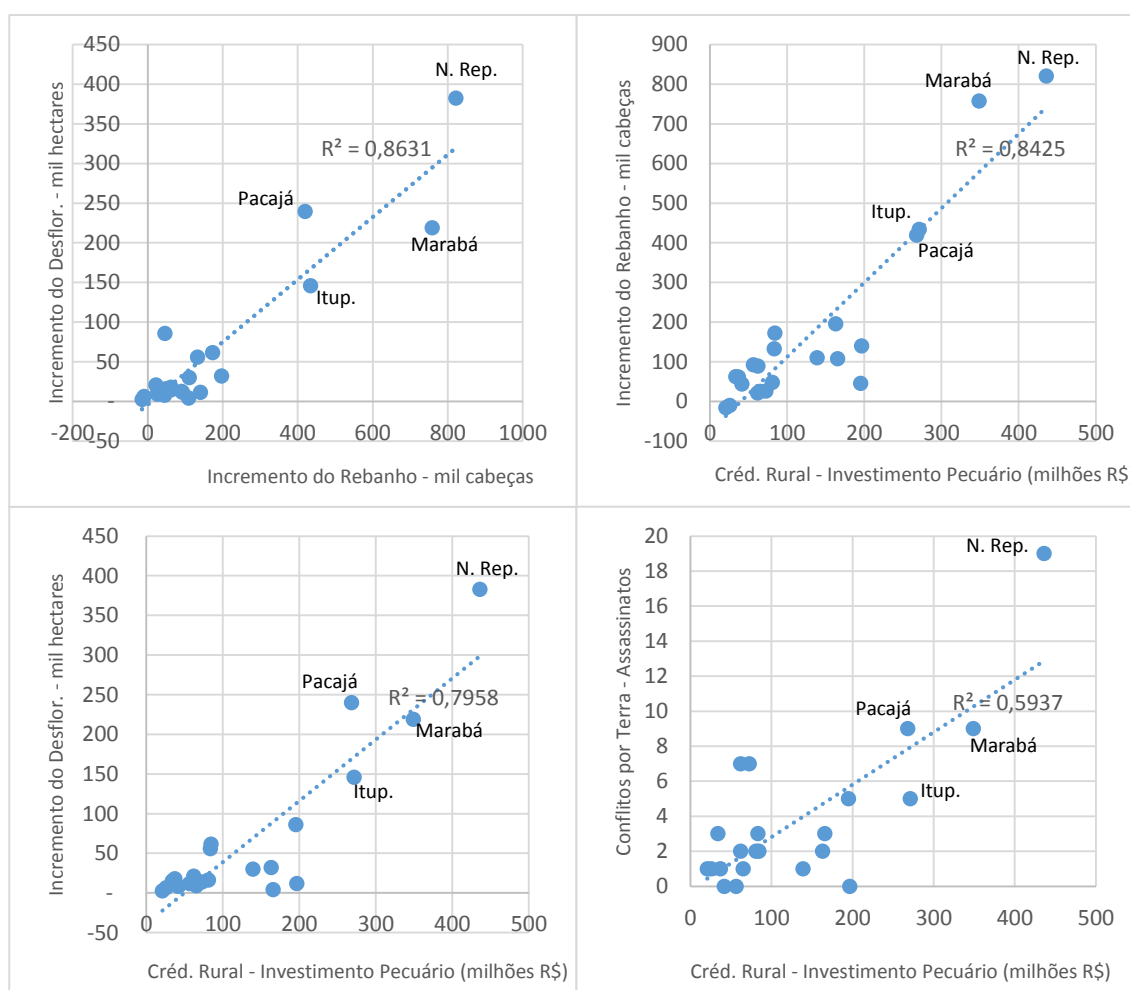


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/CREDRURAL>>, acesso em 09/05/2018. Valores deflacionados para dez.16, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100).

Conforme gráficos no quadro 5.2, baseados nos montantes totais contratados entre 2002 e 2016 como crédito para investimento pecuário em cada um dos municípios que compõe o CTPR Agromineral do Sudeste Paraense, no incremento do rebanho bovino e no incremento do desflorestamento, há uma forte correlação entre incremento do rebanho bovino e desflorestamento, com coeficiente de determinação ( $R^2$ ) de 0,8631, assim como entre crédito rural e incremento do rebanho ( $R^2 = 0,8425$ ) e crédito rural e incremento do desflorestamento ( $R^2 = 0,7958$ ). O crédito também se correlaciona com os assassinatos, expressão extrema da violência dos conflitos por

terra, embora de forma mais fraca ( $R^2 = 0,5937$ ). Nessas correlações, chamam atenção os quatro municípios onde ocorreu a maior expansão do conjunto crédito-rebanho-desflorestamento-violência: Novo Repartimento, Pacajá, Itupiranga e Marabá. São os municípios que melhor expressam o sentido de expansão de fronteira neste complexo.

Quadro 5.2: Correlação entre Crédito Rural – Investimento Pecuário, Incremento do Rebanho Bovino, Incremento do Desflorestamento e Assassinatos em Conflitos por Terra, nos municípios do CTPR do Sudeste Paraense, entre 2002 e 2016.



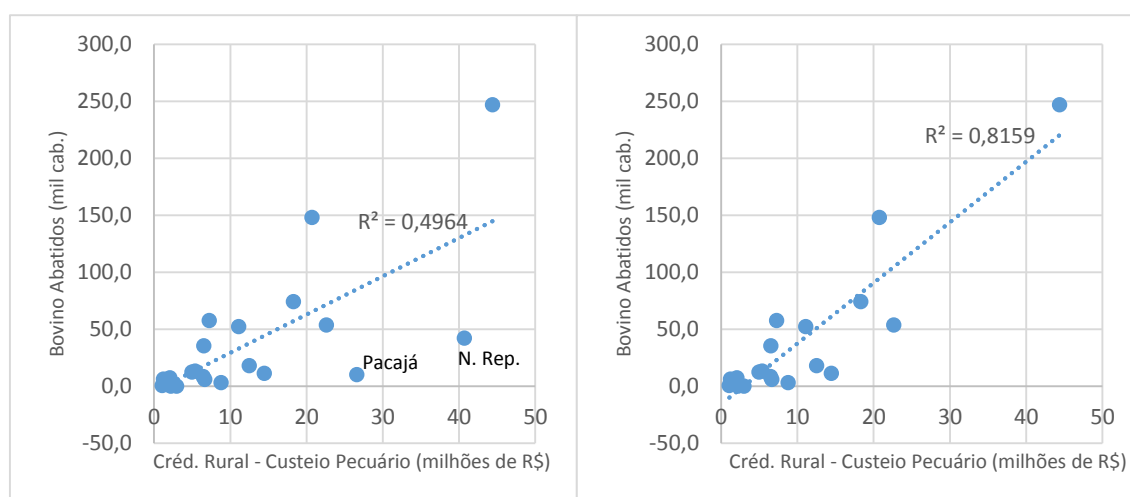
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil para crédito rural [valores deflacionados para dez.16, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100)]; PRODES para desflorestamento; IBGE – PPM para rebanho bovino; Comissão Pastoral da Terra – Cadernos Conflitos no Campo Brasil (vários anos) para assassinatos.

O crédito rural, desde a modernização conservadora da agropecuária nacional nos anos 1960, mostrou-se como um dos mecanismos mais importantes de transferência de renda do conjunto da sociedade para os proprietários de terra, materializando o caráter de tributo social da renda da terra. Neste complexo territorial,

os dados indicam que esse crédito, em sua modalidade de investimento pecuário, tem atuado no sentido de aprofundar a perspectiva terra-extensiva da produção pecuária local, associando expansão da atividade à produção de terra-mercadoria, o que envolve incorporação de terras, abertura de fazendas (desmatamento – violência) e formação de rebanhos bovinos. O crédito de investimento ao produtor, mesmo que não diretamente voltado ao mercado de terra tem sido um mecanismo estimulador da expansão de fronteira, combinando transferências diretas de renda e possibilidades de obtenção de rendas via ganhos de fundador com a formação de fazendas.

O crédito de custeio pecuário, no entanto, parece desempenhar um papel relativamente distinto. Os gráficos do quadro 5.3 expressam as correlações entre o montante de crédito de custeio pecuário contratado nos anos 2015 e 2016 nos municípios do complexo territorial e o número de cabeças de gado embarcadas nesses mesmos municípios destinadas ao abate em Marabá e São Geraldo do Araguaia, ou seja, os dois municípios com os maiores frigoríficos em atuação no complexo. De acordo com a tabela 4.8 (p. 209), entre 2015 e 2016, esses dois municípios foram responsáveis pelo abate de 883 mil cabeças, correspondendo a 14,6% do total do estado do Pará.

Quadro 5.3: Correlação entre Crédito Rural – Custeio Pecuário e Gado, com origem nos municípios do CTPR do Sudeste Paraense, transportados para abate em Marabá e São Geraldo do Araguaia, anos 2015 e 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil para crédito rural [valores deflacionados para dez.16, pelo IGP-DI (base: ago.94 = 100)]; ADEPARÁ - Relatório de Trânsito Condensado, anos 2015 e 2016, para gado transportado para o abate.

No primeiro gráfico, com todos os municípios do complexo, o coeficiente de determinação mostrou-se baixo ( $R^2 = 0,4964$ ), especialmente em função dos municípios de Novo Repartimento e Pacajá, com um montante de crédito custeio bastante elevado para a quantidade de cabeças embarcadas para o abate nos municípios do complexo. Retirando esses dois municípios da amostra, o coeficiente de determinação, no 2º gráfico, mostra-se bastante elevado ( $R^2 = 0,8159$ ) o que mostra forte relação entre as variáveis. Sugere-se, portanto, que o crédito custeio pecuário atua como um mecanismo mais diretamente relacionado à produção pecuária direcionada às agroindústrias frigoríficas, efetivando a transferência de renda aos proprietários de terras que produzem e fornecem gado aos frigoríficos, beneficiando aqueles que têm maiores rebanhos e, portanto, maiores quantidades de terras, considerando o padrão terra-extensiva predominante. Ao mesmo tempo, também atuam como mecanismos de transferência de renda aos próprios frigoríficos, uma vez que a liberação do crédito tende a reduzir a pressão dos fornecedores por aumentos de preços, uma vez que parte dos custos de produção são assumidos pelo Estado, via crédito. Por fim, também atuam no sentido de fortalecer a sujeição da renda da terra camponesa, uma vez que esse tipo de crédito é pouco acessível a eles (baixa porcentagem de custeio no PRONAF), o que os obriga a arcarem com seus custos de produção sem apoio governamental que, combinado com os limites de tamanhos de pastagens, leva-os, em parte significativa dos casos, a vender o rebanho ainda antes da fase de engorda, que é assumida pelos grandes proprietários terras, de rebanhos e de crédito.

Por fim, uma ressalva acerca da especificidade da situação de Novo Repartimento e Pacajá. Esses dois municípios, nos anos de 2015 e 2016 somados, receberam montantes de crédito para pecuária de 67,3 milhões para custeio. Foram valores elevados, abaixo apenas de Marabá que, porém, não se refletiram no embarque de animais para abate nos municípios com os principais frigoríficos. Analisando os dados totais de transporte dos animais desses municípios, nesses anos, observa-se que foram embarcados 1,63 milhões de cabeça, porém apenas 24,5% para abate e 74,1% para cria/engorda. Esse gado transportado para cria e engorda, destinou-se para os próprios municípios, sendo 489,8 mil cabeças (64,0% do gado para cria/engorda) dentro do próprio município de Novo Repartimento e 298,6 mil cabeças (67,5% do gado para cria/engorda) dentro do próprio município de Pacajá. Nesses dois casos, fortemente marcados pela dinâmica de fronteira de expansão

pecuária, o crédito custeio pode estar atuando mais fortemente para completar a formação dos rebanhos, como parte do processo de formação de fazendas, do que para o abastecimento dos frigoríficos no curto prazo.

Por fim, pode-se dizer que tanto a produção de novas terras-mercadorias, como as transferências via sistema de crédito, atuam como mecanismos de participação das frações regionais na distribuição da renda da terra, sem colocar em risco a produção e transferência de excedentes da região aos circuitos nacionais e mundiais de acumulação e dos próprios agentes responsáveis por essa vinculação, as corporações do agronegócio. Se no caso da participação da renda mineral, o preço da terra atua de forma mais direta, no caso da pecuária, ganham relevância esses outros mecanismos de transferência, uma vez que, diferentemente das corporações minerais que dominam diretamente as áreas onde se concentram os minerais, as agroindústrias frigoríficas atuam subordinando o conjunto do território. Em ambos os casos, no entanto, pressupõe-se um movimento crescente de mercantilização da terra e sua dominação para produção de valor, o que leva a uma série de estratégias e alianças políticas, não restritas à escala regional, que serão analisados no capítulo a seguir.

## 6 ESPAÇO E PODER: CONFRONTOS TERRITORIAIS E OS NOVOS IMPASSES NA LUTA PELA TERRA

A problemática da luta pela dominação e apropriação da terra enquanto uma determinação central das dinâmicas regionais do sudeste paraense, conforme apresentado nos capítulos anteriores, com certas continuidades e descontinuidades no período mais recente, significam processos de amplas disputas socioespaciais, expressões de relações entre espaço e poder. Nesse sentido, representam tensões e disputas territoriais que serão o objeto de análise mais específica deste capítulo, completando o quadro analítico do sudeste paraense, mas também aportando elementos que contribuam para reflexões sobre as dinâmicas espaciais que inter-relacionam a questão agrária e a questão regional na atualidade.

Haesbaert (2014, p. 22) indica a existência de três grandes formas de abordagem do espaço, o espaço absoluto, o espaço relativo e o espaço relacional. Na perspectiva de espaço absoluto, este possui um caráter independente da existência de objetos, levando a uma concepção de espaço imóvel e uma coisa em si mesma. O espaço relativo, diferentemente, valoriza a relação entre objetos, enquanto o espaço relacional, seguindo formulação de David Harvey, considera não apenas as relações entre os objetos, como também as relações contidas nos objetos, inerentes a eles, no sentido de que um objeto contém e representa dentro de si as relações com outros objetos.

Essa conceituação de espaço de David Harvey, mobilizada por Haesbaert (2014, p. 24), não trata de excluir uma perspectiva em relação à outra e sim de analisar suas interações. Nesse sentido, para Harvey essas três perspectivas do espaço podem ser aliadas às proposições de Henri Lefebvre de espaço percebido, espaço vivido e espaço concebido, configurando o espaço enquanto uma produção social na interface do espaço das representações, do espaço das vivências e de um conjunto de representações do espaço (Haesbaert, 2014, p. 33).

A formulação central do espaço enquanto produção social, na obra de Lefebvre, é sintetizada por Gottdiener (1993, p. 127 – 135) como sendo uma multiplicidade de preocupações sociomateriais, simultaneamente uma localização física, uma peça de bem imóvel, uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é, ao

mesmo tempo, o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação, portanto, estreitamente relacionado à noção de práxis.

No pensamento lefebvriano, o espaço não pode ser pensado apenas como meio de produção – terra – ao lado de capital e trabalho, pois ele mesmo é, simultaneamente, parte das forças sociais de produção, das relações sociais e, mais especificamente, das relações de poder. O arranjo espacial, junto com a tecnologia, o conhecimento humano e a força de trabalho contribuem para o potencial de produção, atuando como força produtiva, mas também, simultaneamente, como parte e produto das relações sociais de produção já que tanto a produção do espaço como a posse dos meios de produção estão unidas nas relações de propriedade e na própria transformação do espaço em mercadoria. Por fim, o espaço também é um instrumento político, especialmente para o Estado, para controle dos lugares, levando a que a organização espacial também represente a hierarquia de poder (Gottdiener, 1993, p. 129-130).

Como desdobramento das perspectivas anteriores, Gottdiener (1993, p. 129-130) aponta que o espaço, no pensamento de Lefebvre, está diretamente associado ao conflito de classes, a partir da contradição fundamental do espaço capitalista, ou seja, uma confrontação entre um espaço abstrato originado nas práticas econômicas e políticas da classe capitalista e do Estado, com o espaço social, o espaço dos valores de uso produzidos por todas as classes na vivência cotidiana. Por isso, a importância do espaço para Lefebvre está na dialética entre valor de uso e valor de troca relacionada tanto a um espaço social de usos, como um espaço abstrato de expropriação, em contradição expressa tanto na destruição da vida cotidiana e do nível civilizacional a ela associado pela produção do espaço capitalista, como pelas lutas pelo direito existencial ao espaço.

Para Gottdiener (1993, p. 132), o conceito de produção do espaço para Lefebvre é o que permite superar os dualismos sujeito e objeto, concreto e abstrato, e permite uma apreensão dialética do espaço como abstração concreta, ou seja, como *“realização material e exteriorizada do trabalho humano e a condensação das relações sociais de produção”* como qualquer mercadoria. No entanto, mesmo sendo produzido como qualquer mercadoria, o espaço difere-se das demais porque ele recria ou ajuda a reproduzir as relações sociais, sendo ao mesmo tempo produtor e reproduzidor.

Apoiando-se nessa perspectiva de espaço, Haesbaert (2014, p. 32) considera-



o como uma ‘noção-mestre’ na geografia, ou seja, uma categoria analítica hierarquicamente superior que articula outros conceitos criando um sistema ou família de conceitos, na perspectiva de Milton Santos, ou uma constelação de conceitos, no sentido dado por Deleuze e Guattari, mobilizados de acordo com as problemáticas enfrentadas e com as bases teórico-filosóficas de seu campo disciplinar e para além dele e de seu objeto. É nessa perspectiva que Haesbaert (2014, p. 33) propõe “*um esboço de sistema ou constelação de conceitos, sempre com um grau de abertura para a construção de novas conexões conceituais, produzidos a partir das preocupações básicas da Geografia e centrado no conceito de espaço*”, entendido como produção social na interface entre um espaço das representações, um espaço da vivência e um conjunto de representações do espaço, originados na perspectiva lefebvriana, acrescido de um espaço enquanto base natural das (re)produções sociais.

Na construção dessa constelação, o autor identifica como centro, metaforicamente considerado a ‘estrela’ que ilumina um conjunto de planetas que orbitam ao seu redor, a categoria-mestra espaço geográfico, focalizado sobre a dimensão espacial da sociedade entendido de forma indissociável entre o social e o natural, e associado à categoria espaço-tempo no sentido filosófico mais amplo. A ênfase do autor na compreensão espaço-temporal é importante para abandonar qualquer dicotomia do espaço como fixo, conservação e do tempo como movimento, transformação. À semelhança das propostas de Milton Santos e Henri Lefebvre, para o autor, o espaço é o universo dos objetos, dos sujeitos e suas ações, dos fixos e dos móveis, do material e do imaterial, do mental e do social.

Nessa constelação, a primeira grande questão sobre o espaço, para Haesbaert (2014, p. 38) versa sobre a diferenciação e multiplicidade do espaço, que a partir de perspectivas que privilegiam a dimensão mutável, fluida e dinâmica de um espaço aberto, relacional e em permanente construção, indicam distintas formas de desarticulação espacial. As tensões entre mecanismos de diferenciação e de padronização e homogeneização do espaço geográfico configuram a problemática que dá origem a um primeiro círculo de ‘translação’ dessa constelação, configurado pelo conceito de região. Para o autor, região, enquanto categoria de análise, mas também categoria da prática amplamente difundida no senso comum, pode ser vista como um ‘arte-fato’, mescla de artifício e fato, que expressa “*coesões ou coerências espaciais (na conjugação entre seu caráter mais material ou simbólico) capazes de*

*manifestar, pelo menos em parte, o efetivo jogo das dinâmicas sociais que produzem uma determinada articulação diferenciada do espaço”* (p. 42).

Em um nível de menor amplitude, Haesbaert completa a constelação proposta com quatro conceitos que complementam a abordagem espacial, cada um deles focalizando problemáticas mais específicas, porém inter-relacionadas, das dimensões fundamentais do espaço. Esses conceitos são os de *território*, quando o foco está principalmente nas relações ou práticas de poder, inclusive poder econômico, de *paisagem*, quando o foco envolve as questões de caráter simbólico, cultural e as subjetividades do espaço concebido e vivido, de *lugar*, quando o foco está nos processos de construção identitária e/ou do espaço vivido e *ambiente*, quando se destacam questões de ordem ecológica e o foco está nas relações sociedade-natureza. Haesbaert (2014, p. 47) destaca que esses conceitos não podem ser entendidos como classificações claramente distinguíveis, pois são carregados de contatos e interlocuções, se cruzam, se interpenetram e se sobrepõem em um jogo complexo. Assim, é fundamental a busca de problemas, questões e explicações causais consistentes a partir das realidades concretas para evidenciar a complexidade das interações dos conceitos, evitando seu uso fetichizado.

Nessa perspectiva, esta pesquisa vinha, até este momento, tratando o sudeste paraense por um viés regional, qual seja, de um recorte espacial tensionado por processos de diferenciação e padronização com o espaço geográfico como um todo. Neste capítulo pretende-se conduzir a análise orientada por um foco nas relações e práticas de poder, ou de hegemonia e, portanto, em uma perspectiva de recorte espacial enquanto território, espaço de poder.

Esse foco mais específico nas relações de poder não significa, no entanto, que a dimensão política do recorte regional, especialmente a partir das relações com as forças geradas e atuantes em escalas nacionais e mundiais não tivesse sido considerado. Os conceitos abordados no capítulo 3 já apontavam as dimensões políticas das forças exógenas que atuam sobre determinados lugares e os conectam a circuitos espaciais de acumulação em diferentes escalas, produzindo relações hierárquicas entre as diferentes regiões. Ao mesmo tempo, esses processos relacionam-se a forças endógenas às próprias regiões, também hierarquicamente constituídos a partir de construção de hegemonias, como evidenciado por Carlos Brandão, e de um conjunto de coerências estruturadas na escala regional, conforme conceito de David Harvey.

O conceito de coerência estruturada proposto por Harvey exprime a delimitação de um espaço em que prevalecem as condições necessárias à reprodução do capital e da força de trabalho, em termos de produção, consumo e mercado de trabalho, de forma a constranger sua mobilidade. Esse conceito, que busca exprimir as relações entre espaço e poder em determinados recortes territoriais, pode ser desdobrado tanto em busca de fundamentos conceituais que, em um nível maior de abstração, permitem o aprofundamento teórico das dinâmicas espaciotemporais da acumulação capitalista e da produção de homogeneizações e diferenciações regionais, como, em um nível de maior concretude, em análises da ação de agentes, suas estratégias e dispositivos de poder que revelem processos de produção de hegemonias regionais.

A coerência estruturada está relacionada às alianças de classe e ao próprio Estado, que lhes dá materialidade. Frente as tensões espaciais do capitalismo, entre forças que tendem a reforçar essas coerências e forças que tendem a solapá-las, as alianças de classe assumem papel chave na busca de criação de condições de sua defesa e manutenção. Através de políticas que regulam a organização laboral e a remuneração do capital, e informalmente através da cultura e da consciência nacional, regional e local que lhe dão significado psíquico profundo, o Estado atua para formalizar tanto a coerência estruturada, como as alianças que a sustentam, mesmo sem nunca eliminar as tendências de solapamento.

O conceito de aliança de classes, utilizado nesse caso, remete a uma reflexão mais ampla e aprofundada sobre as relações de classe, poder e Estado, que foi desenvolvida por Nico Poulantzas. Em seu livro *Poder Político e Classes Sociais*, Poulantzas (1986) desenvolve conceitos chaves para sua teoria do Estado, dentre eles alianças de classes e bloco no poder. As alianças entre classes ou frações de classe, um conceito mais difuso do que bloco no poder, podem ser formadas em apenas algumas de suas dimensões, mesmo mantendo-se a luta em outras dimensões ou, ainda, podem ser formadas entre classes e frações que compõem o bloco no poder com outras que não o compõem. O conceito de bloco no poder, ao contrário, apresenta maior coesão, pois representa uma aliança simultânea nas dimensões econômica, política e ideológica, com maior nitidez das contradições entre o conjunto de classes e frações que o compõem e as demais.

O conceito de bloco no poder é chave para a análise do Estado desenvolvida por Poulantzas (1986) que identifica o poder político no Estado capitalista como um equilíbrio instável de compromisso no contexto da luta de classes, que “*depende tanto*

*das forças em luta como das formas de Estado, da articulação das suas funções, das relações entre o poder econômico e o poder político, do funcionamento do aparelho de Estado”* (p. 187). Esse compromisso instável envolve relações com todas as classes, inclusive permitindo o atendimento de interesses das classes dominadas, mas sem ultrapassar certos limites, que são fixados pelas relações desse Estado com as classes dominantes. No entanto, para ele, essa relação não pode ser pensada como uma única classe dominante, porque uma formação social implica em várias classes e frações de classe, inclusive várias classes e frações de classe dominantes. Daí a importância do conceito de bloco no poder para a compreensão do Estado capitalista, pois explicita o funcionamento das práticas políticas das classes ou frações dominantes, sob a égide da fração hegemônica, enquanto uma unidade contraditória particular.

Para Poulantzas, o conceito de bloco no poder é um conceito que permite a aplicação do conceito de hegemonia a uma classe ou fração de classe, que é aquela que se configura como o elemento dominante da unidade contraditória das classes ou frações dominantes. Essa classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral e comum. Em relação ao econômico, os interesses que a fração hegemônica representa em relação às classes dominantes se assentam sobre o lugar de exploração que ela ocupa no processo de produção. No entanto, sua hegemonia também depende de sua função ideológica, pois a constituição da hegemonia de uma classe ou fração também está relacionada com o poder que ela exerce sobre as classes dominadas, indicando que a luta de classes se encontra constantemente presente no bloco no poder.

As características de um bloco no poder correspondem a certa forma de Estado, expressa pela combinação de três fatores: (i) a classe/fração que detém concretamente a hegemonia; (ii) classes/frações que dele participam; (iii) as formas que essa hegemonia assume. São essas características que determinam as contradições e as relações concretas entre as forças no poder numa conjuntura, compreendida como a combinação concreta desses fatores.

Para Jessop (2009), o conceito de bloco no poder articula-se diretamente com o interesse de Poulantzas pelo conceito de hegemonia como exercício de liderança política, intelectual e moral originalmente tratado por Gramsci. Para Jessop, apesar

das críticas que Poulantzas fez a um suposto caráter historicista do conceito original, permitiu-lhe incorporar uma leitura de que a hegemonia era o traço central do poder de classe nas sociedades capitalistas avançadas e o princípio organizador do Estado capitalista, uma vez que nestas sociedades a dominação política de classe não se restringe ao monopólio formal do poder político.

Na sociedade capitalista, o Estado moderno não pode servir exclusivamente aos interesses econômicos imediatos das classes dominantes, devendo ter um aparelho autônomo para organizar a hegemonia, que pode inclusive “*impor sacrifícios econômicos de curto prazo para as classes dominantes a fim de assegurar sua dominação política de longo prazo*” (Jessop, 2009, p. 11). Essas relações de consentimento e violência, se necessária, não se restringem às relações políticas entre a classe dominante e dominada, mas também entre as diferentes frações da classe dominante, que deve ser organizada pelo Estado e unificada no bloco no poder, sob a liderança de uma fração hegemônica.

Jessop (2009) também vê uma relação entre as reflexões de Poulantzas e Gramsci quando este “*examina como o tipo capitalista de Estado funciona como o partido político das classes dominantes e ajuda na direção-organização do bloco no poder em face de suas divisões internas*” (p. 14). Por isso, o bloco no poder é uma relação orgânica de longo prazo, presente nos campos econômico, político e ideológico, dependente da capacidade de uma classe transformar seus interesses específicos em um projeto político que faz avançar os interesses de todas as classes dominantes.

Em sua obra posterior, “O Estado, o Poder, o Socialismo”, Poulantzas (1985) apresenta uma visão mais relacional de poder, a partir do diálogo com Foucault, que enfatiza que o Estado, inclusive em sua materialidade institucional, se explica por sua relação com as classes sociais e com a luta de classes. O Estado, para o autor, não pode ser reduzido exclusivamente à dominação política ou às suas funções econômicas, tampouco a um objeto apêndice da classe politicamente dominante, devendo ser compreendido como “*a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe*”. Nessa perspectiva, sua principal função política é, tanto de organização dos interesses dominantes do bloco no poder, constituindo a unidade política das classes dominantes, função que só pode cumprir por deter uma autonomia relativa em relação às frações componentes desse bloco e seus interesses particulares, quanto de desorganização e divisão das classes dominadas.

Jessop (2007) reconhece que a construção conceitual de Poulantzas permitiu-o estabelecer uma relação entre a análise do Estado e da luta de classes, diretamente relacionada tanto à forma do Estado como um conjunto material complexo que modifica o equilíbrio de forças de classe, quanto à constituição das forças de classe e suas estratégias. Desde esse ponto de partida, elabora conceitos teórico-estratégicos que permitam interpretar as modalidades concretas das lutas econômico-sociais, como *estratégia de acumulação*, *modelo de crescimento econômico*, determinação econômica fundamental, dominação econômica e hegemonia econômica. Todos esses conceitos, de alguma forma, reforçam a ideia de que o centro do circuito do capital é o processo produtivo e ali deve exercer a sua determinação econômica fundamental. No entanto, para que essa determinação se converta em dominação e, sobretudo, hegemonia, no sentido político, intelectual e moral, capaz de solucionar o problema abstrato dos conflitos entre interesses particulares e interesse geral, emerge um outro conceito chave, o de '*projeto hegemônico*'.

Para Jessop, a formulação de um projeto hegemônico deve promover a integração de várias forças estrategicamente expressivas e a recusa de interesses alternativos; ser percebido pelas forças sociais subordinadas como capaz de fazer avançar seus interesses 'econômico-corporativos'; especificar um paradigma político dentro do qual os conflitos de interesses e demandas concorrentes possam ser negociados sem ameaçar o projeto como um todo. Assim, um projeto hegemônico não precisa ter objetivos econômicos como prioridade, mas seu sucesso dependerá do fluxo de concessões materiais às forças subordinadas e, portanto, da produtividade da economia, o que implica que os mais bem-sucedidos serão aqueles vinculados a uma estratégia de acumulação apropriada.

Há, portanto, uma diferença entre projeto hegemônico e estratégia de acumulação, embora estes possam se sobrepor ou condicionar-se mutuamente. Para Jessop (2007, p. 120), "*enquanto as estratégias de acumulação estão diretamente relacionadas à expansão econômica em uma escala nacional ou internacional, os projetos hegemônicos podem se basear fundamentalmente em diversos objetivos não-econômicos*". Por isso, as estratégias de acumulação são orientadas para as relações de produção e equilíbrio de forças de classe, enquanto os projetos hegemônicos orientam-se para questões mais amplas, levando em conta questões gerais da sociedade civil e do Estado e com o equilíbrio de todas as forças sociais relevantes, identificando-se mais com o 'nacional-popular' e não exclusivamente com

as relações de classe.

Mesmo considerando o conceito de projeto hegemônico como capaz de mediar, do ponto de vista teórico, a construção da hegemonia, Jessop alerta que é muito difícil discutir hegemonia, projeto hegemônico ou estratégia de acumulação sem fazer referência a exemplos concretos e a discursos políticos, intelectuais e morais particulares. Nessa análise, é preciso observar que a hegemonia possui três aspectos: sua determinação estrutural através de formas de representação e estrutura interna, bem como suas formas de intervenção, a relação com as bases sociais do poder estatal e a relação com as práticas políticas em curso. Os estudos concretos são fundamentais para se evitar, em uma perspectiva ilusória, que seja comum no capitalismo o estabelecimento de projetos hegemônicos que, mesmo com apoio de quase todas as forças sociais significantes, alcancem apoio universal e prescindam dos elementos repressivos, variando em um *continuum gramsciano* que vai desde uma hegemonia expansiva, em um bem-sucedido programa 'nacional-popular', até uma '*guerra de manobra*' aberta contra as massas populares, passando por diversas formas intermediárias de '*revolução passiva*' (Jessop, 2007).

As reflexões acima aprofundam a compreensão do Estado Nacional, privilegiando as relações de classe, porém não aprofundam a análise sobre a dimensão territorial do Estado e suas regiões. Dulong (1977) dialoga com as formulações mais gerais de Poulantzas, dedicando-se a interpretar o Estado através da questão regional, compreendendo-a tanto a partir do que os representantes do Estado designam como a relação deste com a região, quanto o que se coloca como política regional do Estado para o conjunto dos atores do sistema social. A análise da questão regional leva-o a interpretar, através das contradições geográficas da relação Estado e sociedade local, os mecanismos de dominação e direção de classe (p. 194).

O autor parte de uma crítica à visão de que a política regional é apenas o tratamento espacial de um Estado como conjunto estrutural, reflexo das necessidades do capital monopolista. Seguindo a concepção de Poulantzas, o autor busca analisar a questão regional a partir das relações de classe, o que permite compreender "os diversos arranjos de que são suscetíveis certos ramos destes aparelhos [de Estado] em função da configuração local das relações sociais" (p. 190). Com essa abordagem, Dulong (1977) pode afirmar que vários elementos da construção da hegemonia são parcialmente determinados pela sua localização no território, resultando em diferentes "arranjos entre frações locais das diversas classes, que fazem de cada zona do

*território um subconjunto social original*” (p. 191).

Analisar como as contradições de classes atravessam o aparelho de Estado leva Dulong (1977) a evidenciar dois movimentos. Um primeiro, que representa o tratamento do espaço pelo capitalismo monopolista que altera os arranjos locais e busca construir novas formas de dominação/direção. O segundo, que se dá como busca de manutenção da coesão do sistema como conjunto nacional. Esse duplo movimento produz uma relação da classe monopolista com a sociedade local, múltipla e relativamente diversa.

Essa constatação, por si só, não revela os mecanismos pelo qual ela opera. Assim, para Dulong, coloca-se como questão central: qual a complexidade dos mecanismos em ação nesta relação Estado/sociedade local? Essa questão leva-o a analisar mais detidamente o papel desempenhado pelas frações pequenas e médias da burguesia na articulação entre o Estado e a sociedade local, atuando como intermediárias entre a classe dominante e o conjunto das camadas dominadas presentes numa região.

A leitura subjacente a essa questão é que os interesses econômicos do capital monopolista só intervêm parcialmente, de forma direta, na organização do território. Há, portanto, um problema político, no qual as frações da pequena e média burguesia regionais (frações regionais de classe) se “*investem de elementos secundários do aparelho de Estado [...] de modo a realizar sua própria hegemonia numa zona, nos limites determinados pela aliança com a classe que detém os elementos principais do aparelho de Estado*” (p. 196). A configuração desta hegemonia envolve ainda a relação com as camadas dominadas no sentido de estas reconhecerem a fração regional hegemônica como detentora do poder local e reguladora das relações com o Estado, para o quê a tomada de uma parte dos aparelhos de Estado é fundamental.

Desdobra-se, dessa perspectiva, a existência de contradições entre as frações de classe regionais e as classes dominantes, assim como entre as frações de classe regionais e as classes dominadas. Essas contradições levam à necessidade da existência de intermediários da dominação/direção de classe, em função da incapacidade da classe dominante em resolver diretamente certas contradições nas regiões, dependendo de intermediários locais, mesmo que esses apresentem relações contraditórias com a forma de dominação que o modo de produção implica.

As análises de Jessop e Dulong aportam elementos teórico-estratégicos que permitem relacionar leis abstratas e modalidades concretas de lutas econômicas e



sociais, com vista a estudos de exemplos concretos. Além disso, especialmente no caso de Dulong, introduz-se as relações entre espaço e poder, chamando a atenção não apenas de processos de construção de alianças políticas e blocos regionais de poder, como a ação concreta de agentes de mediação que enlaçam esses interesses em projetos hegemônicos regionais vinculados, de forma subordinada, a projetos hegemônicos nacionais. Em ambos autores, essas dinâmicas indicam a importância de construção de certos consensos e dispositivos de legitimação não apenas entre os interesses das diferentes frações do bloco no poder, como de classes e frações subalternas.

A análise de Dulong, no entanto, refere-se a um período distinto ao atual, marcado pelo avanço da mundialização da economia apoiada em um regime de dominância financeirizada e, no caso brasileiro, por alterações nas estratégias de acumulação em direção a um rentismo-agroindustrial que levou a uma maior privatização da gestão do espaço. Nesse contexto, refletindo sobre a construção de dispositivos de legitimação e de produção de consensos, mesmo que instáveis, sobre projetos regionais hegemônicos, Acselrad (2013), cuja preocupação central é compreender os conflitos ambientais decorrentes dessas dinâmicas, sugere que, no contexto recente marcado por uma maior desregulamentação e deslocalização da produção, houve alteração nas relações entre o espaço e a acumulação de capital. O argumento central do autor é que a maior mobilidade do capital gerou uma nova política do lugar, focada na competitividade das localidades para atrair investimentos externos, dentre as quais, oferecer condições institucionais mais atrativas aos investimentos. Figuram entre essas condições mais favoráveis a flexibilização de normas e direitos, assim como a maior submissão da força de trabalho.

Nessa nova dinâmica espacial da acumulação capitalista, as elites locais, em aliança com o poder público, se beneficiam desse processo revalorizando seus ativos, ao passo que o poder de resistência dos trabalhadores é enfraquecido, pois suas possibilidades de aceitar, recusar ou influenciar as regras do jogo são neutralizadas pelo trunfo da mobilidade dos capitais. Tende-se, assim, a uma segmentação da população regional, sendo uma parte envolvida na coalizão desenvolvimentista que transfere os custos ambientais e sociais para os grupos mais despossuídos e desorganizados. Entre os lugares, também há uma elevação das desigualdades a partir de uma divisão socioespacial da degradação ambiental e social, em que os danos são destinados, de forma concentrada, aos mais despossuídos e

desorganizados.

O principal dispositivo legitimador dessa divisão desigual é a chantagem locacional dos investimentos das empresas que, favorecidas pela mobilidade, têm manejado suas políticas de localização de forma a constranger poderes locais e agentes sociais menos móveis a aceitar quaisquer condições que possam maximizar seus rendimentos. Por outro lado, à sociedade local resta uma 'alternativa infernal', situação em que parece não haver escolha entre uma resignação impotente frente a investimentos associados à degradação social e ambiental ou a penalização com a falta de empregos e renda.

Os conceitos de chantagens locacionais e alternativas infernais de emprego e renda ultrapassam as relações de exploração estrito senso e suas condensações no Estado e ampliam a base dos conflitos sociais para outras dimensões da reprodução social, deslocando a perspectiva das relações de poder para o conjunto multidimensional do território. Coerentemente com essa perspectiva, Ceceña (2005) sugere que os estudos sobre os conflitos sociais nessa perspectiva multidimensional deveriam superar certas dicotomias conceituais binárias e se apoiarem em sínteses como dominação-resistência, hegemonia-emancipação, compreendidas como unidades contraditórias, simultaneamente abstrações interpretativas e experiências históricas, que reconhecem e dão visibilidade às contribuições que as lutas de resistência aportam na construção de formas emancipatórias de organização dos territórios e da vida social.

Nessa mesma direção, referindo-se especificamente ao ponto de vista espacial, Soja (1996), em diálogo com o conceito de espaço vivido de Lefebvre, indica a possibilidade de se pensar a produção de um espaço da luta social e não apenas das relações de exploração, em que as relações de classe, raça e gênero, e os processos de dominação e sujeição/subordinação, assim como de resistência, sejam compreendidos como interdependentes. Com isso ganham visibilidade as 'margens' e o 'outro' na produção do espaço, assim como nos conflitos sociais que envolvem não apenas exploração econômica, mas apropriação do território e a destruição do 'outro', subordinando a todos

As proposições conceituais de Ceceña e Soja permitem uma aproximação entre o território e a vida cotidiana, incluindo-se a construção de subjetividades e a reprodução das relações sociais, fundamental para a compreensão da construção tanto de hegemônias, como de resistências, contra-hegemonias e emancipações. A

produção social do espaço envolve, simultânea e contraditoriamente, a produção capitalista do espaço, no qual está incluída a luta de classes estrito senso, mas vai além, incluindo as lutas pela dominação do território e pela subordinação de todas as formas de vida ao capital, assim como as lutas de resistência a esse processo e apropriação do espaço para a reprodução da vida cotidiana.

Aprofundando essa perspectiva analítica, Ceceña (2005) indica que a legitimação das práticas hegemônicas implica em que elas estão associadas a uma capacidade de universalizar certa concepção de mundo, ao mesmo tempo em que obscurecem as perspectivas de um mundo pensado em outras bases, não apenas do ponto de vista econômico-produtivo, mas em suas relações com a vida cotidiana, onde as relações de poder são reproduzidas. Ao mesmo tempo, os conflitos expressam o reconhecimento de uma situação de opressão, configurando-se como ponto de partida das lutas emancipatórias. No entanto, a autora alerta de que essa negação só se afirma como emancipação quando produz novos sentidos e realidades, assim como novas politicidades, na história, no fazer cotidiano, no território, onde são criadas e recriadas as relações de sociabilidade das quais emanam as visões e sentidos de um mundo diferente ao dos poderosos.

As contribuições dessa autora advêm de suas reflexões sobre a luta zapatista no México, questionando-se como essas lutas de resistências contemporâneas podem gerar projetos que se contraponham à hegemonia capitalista construindo uma contra-hegemonia e um processo emancipatório mais amplo (Ceceña, 2008). Para tanto, a autora indica a necessidade de um deslocamento do olhar que retire os sujeitos de resistência de uma posição subalternizada e os reconheça, a partir de suas próprias falas e percepções, como protagonistas de uma disputa simbólica pelo sentido do território.

Esse deslocamento epistemológico que permite reconhecer as visões de mundo própria dos sujeitos em luta, suas utopias, seus discursos, sua cultura, evita reafirmar essas lutas de resistência como marginais, nas margens. Assim, a autora vai mais além de simplesmente incorporar as margens, negando-as como tal, uma vez que são produtos do capitalismo, em seu processo permanente de expansão e só existem em função dele, da criação de um centro como referência. O desafio das lutas de resistência é permitir um deslocamento da margem que faça com que esta não seja vista como margem e, portanto, que não tenha o centro como referência e que permita que um território de resistência possa se transformar em um espaço de

liberdade. Para Ceceña (2008), espaços de liberdade são territórios recuperados (e não simplesmente abandonados ou não alcançados pelo capitalismo), de recriação e inventividade, construídos na luta, no enfrentamento e na resistência pelos subalternos, através do que suas vontades políticas são capazes de criar. Mais importante do que identificar lugares assim, é reconhecer os processos, a maneira como se cria um lugar político, a vontade e a força de transformar qualquer situação em um espaço de rebelião.

Desdobrando seu mergulho na compreensão das lutas de resistência, deslocando o olhar para o dos sujeitos que lutam, Ceceña se indaga em que medida essa resistência cria novas práticas e concepções políticas? Considerando que uma das características da política no capitalismo é a sua fragmentação do real, a autora sugere que essas novas práticas só são possíveis se forem aglutinadoras, ou seja, reverterem o processo fragmentador, criarem condições de sobrevivência compartilhada, de democracias descentralizadas e vivenciais. Assim, a sua questão específica é como as comunidades zapatistas podem ir construindo discretamente uma societalidade distinta, onde os subalternos constroem seus 'sentidos comuns' e sua 'economia moral', suas cumplicidades e sonhos, onde permanece a memória, onde se geram outros entendimentos da política

Aqui emerge com toda a força a importância do conceito de comunidade para a autora. Comunidade, que inclui desde o local de moradia até a fábrica, é o lugar de socialização do subalterno, parte de uma comunidade mais ampla formada por um amplo entrelaçamento. Nos processos emancipatórios, a comunidade passa da herança e estratégia intuitiva de sobrevivência para eixo consciente de construção e organização societal, de espaço de refúgio para espaço de conscientização coletiva. Cria novas relações políticas e novos imaginários, escavando as relações de poder.

Para Ceceña (2008), a solidariedade da comunidade voltada a sobrevivência não é suficiente para converter a comunidade em um espaço de liberdade que só pode ocorrer se as relações de poder passarem por uma 'desfetichização consciente', ou seja, entenderem o modo de funcionamento do poder e seus limites, encontrando suas vulnerabilidades, assumindo abertamente as vulnerabilidades da comunidade e encontrando maneiras de mantê-las sobre revisão permanente. A coesão intuitiva da comunidade não é suficiente para isso, precisa de uma coesão política voluntária, organizada e deliberada, baseada na memória, nos saberes e nas experiências de lutas, que permitem construir sua força moral.

Por isso, a autora afirma que a comunidade não existe por si mesma, mas se cria, se inventa cotidianamente, recriando os sentidos coletivos e históricos, alimentando ou reinventando as utopias, desfazendo as relações de dominação e competição, mas também se destrói. A comunidade como espaço de criação do sujeito coletivo dentro de um marco geral de produção de não-comunidades aparece como um espaço de possibilidade para elaboração da política intersubjetiva e emancipatória. Criar ou recriar relações comunitárias é marchar na contracorrente das dinâmicas de poder, é criar socialidades e consensos que são precursores de um mundo que se quer construir a partir de imaginários utópicos.

Esses processos só encontram sentido no território em que ocorrem, gerando, para Ceceña (2008a), uma profunda relação entre emancipação, dignidade, resistência, fazer cotidiano e território. E esse processo avança à medida que reinventa a política incorporando todos os aspectos da vida e as relações sociais como espaço de intersubjetividade, superando o poder dos dominantes que busca impor uma visão de impotência aos dominados.

A partir dessas reflexões, é possível situar melhor a dimensão política da luta pela terra no contexto das tendências de criação e solapamento da coerência estruturada regionalmente. David Harvey dedica-se, nesse tema, a analisar as contradições entre as forças exercidas pelas diferentes frações de capital e pelo Estado, além da força de trabalho, incluindo a própria luta de classes como parte dessa construção. De acordo com essa perspectiva de análise, determinados padrões de luta pela terra, quando assumem perspectivas meramente distributivistas, podem ser incluídos como parte da construção de uma coerência estruturada pelos interesses capitalistas e territoriais na configuração de um determinado território. No entanto, quando pensada em perspectiva emancipatória, como propõe Ana Esther Ceceña, a luta pela terra pode assumir uma característica de solapamento dessas coerências estruturadas, configurando-se como a base da criação de outros sentidos territoriais que confrontam os hegemônicos. Se, no primeiro caso, a luta pela terra pode ser incluída na agenda política do bloco no poder, como parte da dinamização da produção agropecuária capitalista ou das concessões materiais às classes subalternas, no segundo caso, ao contrário, é o seu enfrentamento que passa a se configurar como um ponto de articulação de interesses das classes e frações que compõem esse bloco.

Frente a esse conjunto de referências, este capítulo busca analisar a luta pela

terra como eixo central articulador das lutas sociais no complexo territorial do sudeste paraense. Serão, a seguir, analisados processos e relações que apontem os elementos que compõem o projeto hegemônico, a partir dos interesses e estratégias das grandes corporações agrominerais em interação com o Estado nacional, considerados como determinantes para a conformação dessa hegemonia e das frações locais da burguesia que, de forma subordinada, legitimam esse projeto e buscam garantir vantagens econômicas e políticas em escala regional. Por fim, serão refletidos como o fortalecimento desse projeto hegemônico regional, após os anos 2000, levou a novos limites para o avanço da reforma agrária e criou novos impasses aos movimentos sociais de luta pela terra como processo emancipatório, entendida como luta de maior potencial de desestabilização do projeto hegemônico e solapamento das coerências estruturadas regionalmente.

### **6.1 Corporações agrominerais no sudeste paraense e suas articulações trans-escalares**

Ao longo desse trabalho, vem se enfatizando a importância de se identificar os principais agentes socioeconômicos que definem e estruturam a dinâmica espacial da reprodução social capitalista, seus modos de operação e a forma como conduzem o processo de captura do excedente para garantir sua capacidade acumulação. Nesse processo, no mundo contemporâneo, há uma centralidade sendo assumida pelas grandes corporações, entendidas como grupos de poder, tornando-as os principais agentes da globalização econômica e da mundialização do espaço. São essas corporações, a partir de relações contraditórias com os diferentes estados nacionais, que impulsionam o deslocamento espacial do capitalismo, identificando, (re)produzindo e disputando territórios estratégicos que lhes permite exercer poder de monopólio econômico e, assim, reforçar sua hegemonia.

Nesse processo, essas corporações estão forjando novas territorialidades compatíveis com sua produção organizada em escala planetária e seu poder globalizado. Para Ceceña (2017), essa territorialidade assume a forma de um território-arquipélago formado por ilhas dispersas com alta densidade de recursos estratégicos, monopolizadas pelo poder corporativo. A conexão desse arquipélago assume caráter essencial e se dá através da propriedade privada e do poder materializado através dos fios tecnológicos, simbólicos e de força. Mobilizam, dessa

forma, um poder das escalas ao se movimentarem tanto nas escalas mundiais e nacionais, quanto locais, atuando tanto nos eventos que se desenrolam nos territórios específicos, como na produção e mobilização de forças sociais que os produzem, muitas vezes em escalas mais amplas.

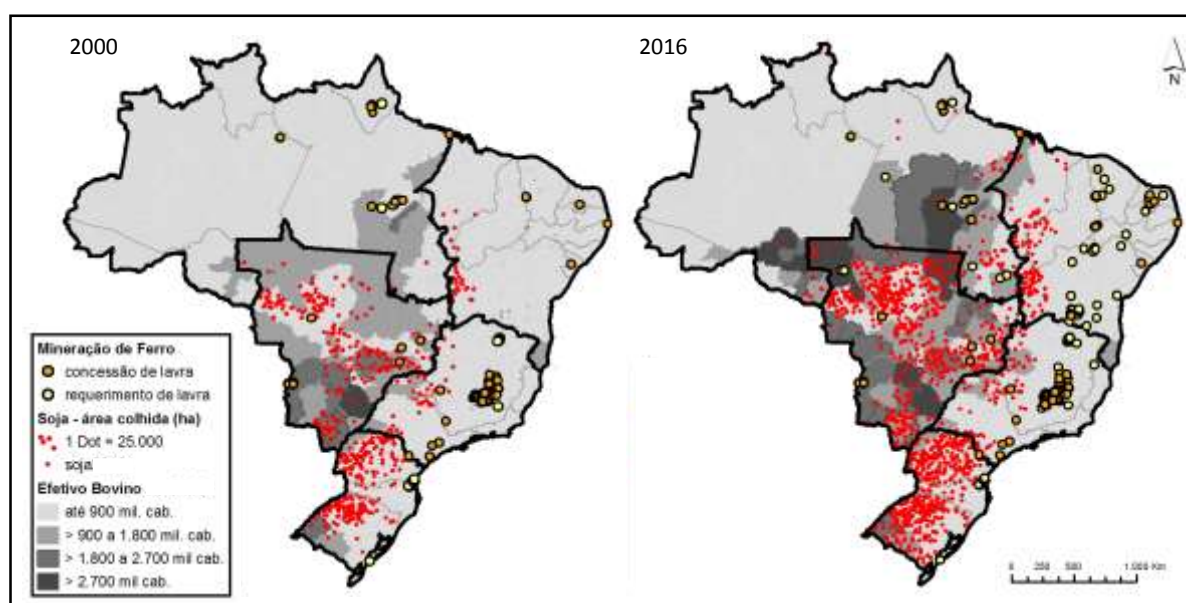
No complexo territorial de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense, a mineradora Vale SA é o grupo de poder que melhor representa essa territorialidade-arquipélago, atuando como ponta de lança na dominação capitalista de territórios estratégicos tanto para a acumulação, como para as disputas hegemônicas em escala mundial. No entanto, a transformação dessa dominação potencial em exploração efetiva exige o manejo de outras dimensões das dinâmicas socioespaciais, como a criação de conexões físicas, tecnológicas e simbólicas com os circuitos nacionais e mundiais de acumulação e a criação de uma coerência estruturada, no nível do território, que lhe dê sustentação. Nesse processo, não sem inúmeras contradições e oposições, a dominação de uma ilha estratégica por uma grande corporação funciona como atrator de uma miríade de agentes e interesses, mais ou menos complementares, ou até antagônicos, aos interesses da acumulação global que podem conformar um projeto hegemônico regional.

No caso do sudeste paraense, o principal processo complementar à mineração tem sido a expansão da pecuária que, nos anos recentes, vem sendo estruturado pela presença de corporações, também mundiais, do agronegócio de carnes, como o exemplo da JBS. No entanto, apesar dessa corporação também expressar conexões a circuitos espaciais de acumulação mundiais, ela atua a partir de uma outra territorialidade que pode ser caracterizada como uma territorialidade de fronteira em expansão. Reproduz e aprofunda, portanto, uma persistente característica do capitalismo brasileiro de 'fuga para a frente', buscando não apenas alargar as fronteiras de acumulação no território nacional pela incorporação de novas áreas às dinâmicas centrais, como deslocar a luta política entre as classes sociais.

A figura 6.1 procura representar essas distintas territorialidades que se complementam na configuração de um projeto hegemônico no sudeste paraense. A comparação da espacialização das áreas de mineração de ferro, produção de soja e pecuária bovina entre os anos 2000 e 2016 reflete não apenas o crescimento dessas áreas, como uma dinâmica de busca pontual por territórios estratégicos, no caso da mineração, e de expansão por deslocamento de fronteira, nos outros dois casos. A comparação permite observar o crescimento das áreas colhidas com soja no centro-

oeste, espreado-se em direção ao norte-nordeste, mas também as áreas com os maiores rebanhos bovinos que são circundantes à área de soja e se deslocam em direção à Amazônia com a sua expansão. Esse complexo soja-pecuária se dá não apenas pelo deslocamento de pastagens e rebanhos, quando as áreas mais antigas são ocupadas com os cultivos de grãos, mas também pelas possibilidades de compartilhamento de infraestruturas que facilitam a implantação de grandes agroindústrias frigoríficas, impondo um novo caráter para a produção pecuária.

Figura 6.1: Espacialização da extração de minério de ferro e da produção de soja e pecuária bovina, entre 2000 e 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DNPM (para mineração de ferro) e IBGE – PAM 200 e 2016 (para soja) e PPM 2000 e 2016 (para efetivo bovino)

O sudeste paraense, nesse início de século, se converteu no ponto de encontro dessas forças expansivas da produção mineral e do complexo soja-pecuária, fazendo convergir a territorialidade-arquipélago da mineração, que isoladamente tenderia a uma dinâmica de enclave, com a territorialidade-fronteira em expansão do complexo soja-pecuária. Por isso as grandes corporações minerais e frigoríficas constituem-se como os agentes estruturantes do complexo territorial em função da sua capacidade de impor um projeto hegemônico a partir de relações de poder construídas mundial e nacionalmente, mas também regionalmente.

Conforme analisado nos capítulos anteriores, mesmo que a presença dessas corporações signifique, predominantemente, o fortalecimento de uma dinâmica de extração de recursos materiais, mais-valia e renda desses territórios através de



circuitos espaciais de acumulação mundiais, elas também atuam como forças atratoras de investimentos e de outros agentes socioeconômicos que ativam a economia urbana e regional e, por diferentes mecanismos, criam possibilidades de alguma acumulação local desigualmente distribuída. Essas possibilidades econômicas beneficiam diretamente certos grupos regionais e ativam mecanismos de poder, materiais e simbólicos, que são chaves na mediação e legitimação dos interesses capitalistas que essas corporações representam, tanto por narrativas positivas, como a do progresso, do desenvolvimento regional e da geração de emprego e renda, como por ameaças ligadas à chantagem locacional e perda dos investimentos.

As conexões locais dessas corporações com a economia urbana e regional podem ser mais diretas, como no caso da rede de agentes envolvidos na produção pecuária, ou menos, como no caso da mineração / economia urbana. Em ambos os casos, os investimentos em estruturas regionais de comunicação, transporte e energia e na estruturação do mercado de trabalho, jogam papel chave, pois criam e/ou fortalecem certas condições locais de acumulação.

Talvez a ação que melhor expresse os interesses estratégicos dessas grandes corporações do agro-mínero-negócio, numa escala subcontinental, é o projeto Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana – IIRSA. Para Ceceña, Aguilar e Motto (2007), essa iniciativa foi sendo criada, ao longo da década de 1990, em um contexto mais geral de ascensão do neoliberalismo e da atualização da doutrina Monroe, que preconiza a América para os americanos, como parte das disputas dos EUA por manutenção de sua hegemonia mundial. Fundamentalmente, trata-se de um reordenamento territorial com vistas a refuncionalizar o continente como uma plataforma de guerra, em suas dimensões econômica, comercial e militar, através de planos econômicos (por exemplo o Tratado de Livre Comércio da América do Norte – TLCAN e a Área de Livre Comércio das América – ALCA), a implantação de uma série de bases militares estadunidenses e a integração física de comunicação, transporte e energia, dos quais os projetos, complementares, Plano Puebla-Panamá e IIRSA são os maiores exemplos. Desde essa perspectiva, os interesses estratégicos das corporações do agro-hidro-mínero-negócio são diretamente associados aos interesses mais amplos das forças e disputas por hegemonia mundial e, por isso, desde então, esse reordenamento vem sendo disputado também pela China e o centro de acumulação do Pacífico.

Especificamente o megaprojeto IIRSA, lançado em 2000, procura articular um complexo de novas rotas para atender as necessidades do capitalismo do século XXI de conexão entre os centros produtores e consumidores de matérias primas e recursos estratégicos no mundo. São rotas, portanto, que barateiam e aceleram o fluxo entre áreas antes pouco exploradas, no coração da América do Sul, e centros industriais, seja de matérias primas em uma direção, seja de espírito industrial competitivo, em outra. Significam, em última instância, o reforço da vigilância e controle sobre os territórios e seus recursos.

A concepção do desenho da IIRSA teve por base as demandas do mercado mundial, levando a um recorte de regiões em função de seu potencial de recursos estratégicos, bem como eixos de comunicação em uma perspectiva “centrífuga, extrativa, de expulsão de riqueza para os centros de demanda” (Ceceña, Aguilar e Motto, 2007, p. 17). Para esses autores, o eixo mais ambicioso é o Eixo Amazonas, “porque cruza a maior e mais variada floresta do mundo e porque abre uma fissura no continente na sua parte mais larga” (idem, p. 23). Por isso, as primeiras obras vinculadas à IIRSA foram voltadas à construção de conexões fluviais, terrestres, marítimas e aéreas, mas também à produção e transmissão de energia hidrelétrica.

A construção da concepção da IIRSA, ao longo dos anos 1990, esteve diretamente associada à reformulação dos programas de ordenamento territorial brasileiro e, sobretudo, amazônico, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, expressas nos Planos Plurianuais de 1996-1999 (Brasil em Ação) e 2000-2003 (Avança Brasil) cuja base do desenvolvimento se centrava em nos chamados Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs). Acseirad (2008) critica a proposta de eixos de desenvolvimento, entre outras coisas, pela subordinação do papel do território aos interesses definidos pelo mercado global, em detrimento dos projetos dos diferentes atores sociais locais. A razão política, para o autor, foi substituída por uma racionalidade microeconômica que desconsiderou os conflitos, por exemplo, acerca da necessidade de democratização da terra e dos recursos naturais, fator chave para que os eixos não atendessem apenas à expansão da exploração predatória de recursos naturais, da especulação de terras e das monoculturas químico-mecanizada de commodities.

Para Trindade Júnior e Madeira (2016), essa perspectiva de ordenamento territorial da Amazônia baseada em eixos nacionais de integração e desenvolvimento apresenta rupturas, mas também continuidades, tanto em relação à fase anterior,

baseada em polos de desenvolvimento, que perdurou até a década de 1980, como em relação a fase seguinte, posterior a 2003, marcada por uma tentativa de integração dos eixos com um zoneamento ecológico-econômico que minimizasse impactos sociais e ambientais. Em todas elas, chama a atenção dos autores seus vínculos com as “dinâmicas de produção capitalista do espaço que resultam ainda na tendência de um desenvolvimento geográfico desigual” (p. 43) como um elemento comum que atravessa as três fases citadas. Na fase pós-2003, durante os governos Lula e Dilma, o Programa Amazônia Sustentável (PAS), lançado em 2008, e o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal (MacroZEE), lançado em 2010, foram os principais instrumentos na tentativa de conciliar os objetivos dos ENIDs com preservação ambiental e respeito aos direitos de populações tradicionais.

A perspectiva do MacroZEE, formulado pelo governo federal brasileiro em parceria com os governos estaduais da região, reconhece a importância geopolítica e geoeconômica da Amazônia, enquanto fonte de recursos e serviços estratégicos (recursos hídricos, minerais, fundiários, genéticos e serviços ambientais) e, ao mesmo tempo, reconhece as tensões e conflitos socioambientais decorrentes das pressões pela exploração dessas riquezas, agravadas pelos investimentos na expansão da infra-estrutura via PAC e IIRSA, que põem em risco não apenas a destruição da sua base material, como de sua riqueza cultural. Como solução, o MacroZEE propõe uma estratégia integrada de planejamento e ações institucionais, inclusive articulando outras políticas públicas específicas voltadas ao ordenamento territorial, ao desenvolvimento nacional e regional, à defesa nacional, à preservação ambiental e à inclusão social. Dessa forma, sugere ser possível uma alteração no padrão de ocupação da Amazônia como ‘fronteira agropecuária’, marcada pelo uso predatório dos seus recursos, para ‘fronteira de capital natural’, fundamentada nos pressupostos mais gerais do desenvolvimento sustentável a partir de uma CT&I compatível com o uso não destrutivo da “floresta em pé”<sup>36</sup>.

Um problema chave na implementação desse tipo de proposição política, como a do macrozoneamento, é que sua proposição de uma nova institucionalidade é centrada na capacidade de coordenação estatal, entendido como agente mediador de conflitos a partir de objetivos relativamente homogêneos no interior do próprio governo. Dessa maneira, a tentativa de coordenação das diferentes políticas públicas

---

<sup>36</sup> MacroZee da Amazônia Legal, disponível em <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/macrozee-da-amaz%C3%B4nia-legal.html>

de desenvolvimento regional e setorial não leva em consideração as hierarquias entre elas, reflexo das assimetrias de poder entre as frações de classe e interesses específicos em torno de cada uma delas. Como afirma Cano (2017), ao refletir sobre os desafios das políticas de desenvolvimento regionais atuais, é fundamental considerar-se a “camisa de força da política macroeconômica nacional” que, com a ascensão do neoliberalismo desde a década de 1990, tornou-se um impedimento ou dificultador das políticas específicas sempre quando elas não conseguem “compatibilizar seus instrumentos e metas com os da macroeconomia” e do capital externo (p. 14). Nessa perspectiva, o MacroZEE resulta mais subordinado aos interesses gerais da acumulação, expresso em projetos como o PAC e a IIRSA, do que uma ação institucional com capacidade de coordenação sobre essas políticas e outras mais preocupadas com a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional endógeno.

Refém dos interesses mais gerais da acumulação de capital na Amazônia e preso a uma institucionalidade estatal que busca negar o conflito social, o macrozoneamento reconhece a existência de conflitos socioambientais apenas enquanto resultantes das tensões geradas pelo padrão de uso predatório historicamente predominante nas frentes de expansão sobre a região que poderiam ser superados à medida que avançar o novo padrão de desenvolvimento sustentável que se planeja implementar. Nessa perspectiva, o MacroZEE se apresenta como um “instrumento político, de negociação entre os diversos interesses envolvidos. Um instrumento não de exclusão de qualquer ator, mas, sim, de compatibilização entre eles” (p. 20), ou seja, de superação do conflito sem negação de nenhum dos interesses existentes, mas alterando a base tecnoprodutiva, a partir de uma nova base científica e tecnológica, e territorial, que garanta um desenvolvimento econômico aliado da preservação ambiental e cultural.

Mesmo incorporando uma base conceitual que reconhece o debate sobre escalaridades, territorialidades e diversidades socioculturais, o macrozoneamento em seu conjunto reforça a análise de Acselrad (2008) de que o debate sobre sustentabilidade tem apresentado tendência de se apoiar em categorizações socialmente vazias, que não contemplam a diversidade social e suas contradições. Não reconhecem as lutas sociais como lutas pela legitimidade de diferentes formas de apropriação e formas de uso dos recursos do território que não podem ser eliminadas apenas por um ‘novo padrão tecnoprodutivo’. Dois exemplos desse

esvaziamento são marcantes no macrozoneamento. Um deles, ao citar a mineração na Floresta Nacional de Carajás como exemplo de experiência bem-sucedida de exploração econômica com baixo impacto sobre a floresta em função de sua capacidade tecnológica adequada (p. 20), o macrozoneamento abandona sua própria base conceitual multiescalar para focalizar numa relação estrita mina-floresta e invisibilizar os efeitos estruturantes dessa mineração na degradação social e ambiental no seu entorno mais amplo. O outro exemplo se dá na defesa de uma associação direta entre o reconhecimento da territorialidade de comunidades tradicionais e povos indígenas e o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e dos serviços ambientais, esvaziando o próprio conteúdo dessas territorialidades, subordinando-as a necessidades e critérios de eficiência econômica e social que lhes são estranhas.

Esses exemplos mostram limites conceituais do macrozoneamento que, embora busque apresentar-se como um projeto articulador de diferentes políticas governamentais em direção a uma mudança para um 'paradigma de sustentabilidade', revela-se refém dos interesses econômicos mais gerais e suas políticas específicas, como o PAC e a IIRSA, ao negar a profundidade dos conflitos socioambientais existentes na Amazônia. Ao contrário, como mostra Porto-Gonçalves (2017), são os interesses materializados no PAC e IIRSA que devem ser considerados como megaprojetos estruturantes de vários outros megaprojetos com um grau de coordenação pan-amazônico jamais evidenciado antes e com impactos de uma ordem qualitativamente superior dada seu tamanho e abrangência. Portanto, são esses megaprojetos que expressam uma reconfiguração geográfica profunda, uma nova fase de acumulação de capital e novas alianças entre classes e frações de classe, reforçando assimetrias de poder entre os diferentes agentes que atuam na região.

A magnitude dos impactos socioambientais desses megaprojetos, para Porto-Gonçalves (2017), apresenta-se como uma profunda alteração na ordem sociometabólica amazônica, negando uma temporalidade-territorialidade regida pelas forças da natureza e subordinando-as ao ritmo do capital financeiro-industrial global. O papel estruturador do PAC/IIRSA ultrapassa as alterações pontuais e esparsas das fases anteriores para impor uma articulação completa à escala regional, subordinando a Amazônia em seu conjunto, e subordinando qualquer planejamento baseado no conceito de região ao de eixo, o que faz dos fluxos o elemento central dessas propostas de desenvolvimento. Nessa perspectiva, se complexificam os conflitos

socioambientais, pois não se trata apenas de superar o velho “paradigma da extração destrutiva”, já que o “paradigma ecológico” que o macrozoneamento apresenta como substituto não rompe com essa alteração sociometabólica subordinada a acumulação em escala e ritmo espaciotemporal do capitalismo global, que coloca em risco a capacidade de resiliência da Amazônia como um todo e, portanto, não elimina o conflito com os grupos sociais e classes que se pautam por outras temporalidades-territorialidades baseadas na reprodução social e não na acumulação de capital. Não se trata, portanto, apenas de inserir esses grupos sociais e classes em “cadeias produtivas da sociobiodiversidade e dos serviços ambientais” para preservar suas territorialidades, pois esta própria inserção, na perspectiva dos planos governamentais, se faz de forma subordinada a temporalidades e, portanto, espacialidades que negam as suas próprias.

Essas contradições do macrozoneamento ganham mais expressão no seu desdobramento em definição das unidades territoriais e suas respectivas prioridades de desenvolvimento que embasam a proposta de ordenamento territorial. Partindo de uma constatação de que há uma divisão entre uma Amazônia com mata, que corresponde a uma grande faixa de floresta ombrófila densa, e uma Amazônia sem mata, que corresponde a maior parte da região, seja porque ali nunca existiu mata, seja porque ela já foi amplamente destruída, o macrozoneamento vai detalhando análises até chegar em três divisões territoriais básicas: território-rede, território-fronteira e território-zona.

O território-rede é caracterizado como um povoamento consolidado com elevada conectividade trans-escalar em função da presença de múltiplas redes fluviais, logísticas e de infraestrutura. Subdividido em 6 unidades territoriais, com algumas diferenciações entre elas, representa o território de maior presença das grandes corporações e projetos da mineração, agronegócio e hidronegócio, bem como as principais redes de infraestruturas logísticas. As propostas e estratégias do macrozoneamento não questionam o padrão de desenvolvimento em curso nesses territórios, que é considerado irreversível, e indicam a necessidade de aprofundamento desse modelo via a diversificação e verticalização produtiva como forma de desenvolvimento econômico e o fortalecimento e integração da economia urbana policêntrica com as atividades extrativas e agroindustriais.

O território-fronteira é caracterizado como de menor densidade demográfica e predominância de atividades econômicas ligadas à exploração florestal e a expansão

pecuária, com agricultura patronal e familiar de menor intensidade. É compreendido como um escudo de proteção ao coração da floresta, que pode consolidar-se nessa função através de uma combinação de unidades de conservação e terras indígenas com verticalização da produção com base em pequenas e médias agroindústrias associadas ao manejo sustentável da floresta, à bioprospecção e aproveitamento hidrelétrico, além do turismo.

Por fim, o território-zona é caracterizado como o coração da floresta, com baixa densidade populacional, atividade produtiva esparsa e a maior área preservada de floresta ombrófila densa. É o cerne da preocupação ambiental do macrozoneamento, devendo ser protegido mediante uma combinação de extrativismo de recursos naturais minerais e florestais e serviços ambientais embasados em inovações tecnológicas, tanto em caráter empresarial, como comunitário, e uma articulação das cidades, enquanto centros de cadeias produtivas, pesquisas e indústrias, com a floresta. Na verdade, é neste coração da floresta que se propõe a máxima expressão da Amazônia como fronteira de ‘capital natural’.

Para Trindade Júnior e Madeira (2016), essa formulação pode ser considerada um avanço na definição de uma malha territorial mais complexa com inclusão de novos elementos no ordenamento territorial. Entretanto, apesar das retóricas de desenvolvimento sustentável e compatibilização harmônica entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, apenas nos territórios-zona houve alguma prioridade para dimensão ecológica enquanto nos demais houve a intensificação das perspectivas anteriores via PAC. Pode-se pensar, dessa forma, que o macrozoneamento reforça uma perspectiva apontada por Almeida (2010), de que há uma disputa por uma redefinição da abrangência da Amazônia Legal, com vistas à sua redução para atender interesses que defendem uma maior flexibilização legal à expansão do agro-mínimo-negócio nas áreas a serem excluídas. Ao concentrar as preocupações ambientais e o reconhecimento de existência de outras territorialidades relevantes apenas no chamado “coração da floresta”, o macrozoneamento procura legitimar uma narrativa de que as demais áreas já são parte de um circuito espacial de acumulação mundial com “conectividade” irreversível, desautorizando qualquer crítica aos projetos como PAC e IIRSA e aos seus agentes estruturadores.

Observando mais detidamente a proposta de ordenamento na parte que engloba o sudeste paraense (quadro 6.1), essa perspectiva fica clara.

Quadro 6.1: Caracterização e Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para as Unidades Territoriais que compõem o Sudeste Paraense – Macro ZEE Amazônia

Territ.	Unid. Territorial	Caracterização	Estratégias
Rede	Fortalecimento das capitais costeiras, regulação da mineração e apoio à diversificação de outras cadeias produtivas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- papel estruturante da Vale/mineração</li> <li>- rede logística avançada</li> <li>- povoamento denso com núcleos urbanos em crescimento e redes de comércio e serviços</li> <li>- permanência de uma economia primário-exportadora</li> <li>- conflitos fundiários predominantes entre 1970-85 e atualmente entre quebradeiras de coco babaçu e siderurgia pelo carvão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- novo marco regulatório da mineração (tributação, royalties, concessões)</li> <li>- desenvolvimento local via mineração através de: industrialização da mineração via siderurgia; integração a cadeias produtivas locais; aproveitamento das fontes de energia de base local; regulação ambiental</li> <li>- redução da reserva legal para 50% para fins de recuperação com espécies de valor econômico e parceria agric. familiar/corpor. (ex. dendê)</li> <li>- modernização do carvoejamento e associação a MDL</li> </ul>
	Fortalecimento do policentrismo no entroncamento Pará-Tocantins-Maranhão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- conjunto de cidades articuladas e dinamizadas em função do cruzamento de eixos de integração</li> <li>- convergência de fluxos da cadeia pecuária e soja</li> <li>- influência da unidade anterior via siderurgia</li> <li>- assentamentos do INCRA e extrativismo do babaçu com movimentos sociais ativos</li> <li>- mercado de terras aquecido</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- aprofundar uma economia agromineral e industrial ativa com geração de emprego e renda</li> <li>- recuperar as áreas degradadas para a produção de alimentos pela agricultura familiar</li> <li>- agregar valor à inexorável expansão da silvicultura de espécies exóticas</li> <li>- ampliar a utilização interna da energia produzida</li> <li>- potencializar arranjos e cadeias produtivas com vantagens comparativas para diversificar os fluxos de exportação</li> </ul>
	Readequação dos sistemas produtivos do Araguaia-Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> <li>- situada entre as áreas com atividades neomodernizadoras da pecuária (PA) e soja (MT) está em processo de expansão de ambas</li> <li>- menos estruturada em termos de logística e rede urbana</li> <li>- presença de agropecuária extensiva, mineração e turismo</li> <li>- base econômica pouco dinâmica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- readequação produtiva pela substituição das atividades estagnadas pelas mais rentáveis (pecuária moderna e soja)</li> <li>- diversificação da agropecuária e extrativismo pela agricultura familiar e agregação de valor</li> <li>- consolidar corredores de transporte intermodais ampliando a conectividade</li> <li>- desenvolver turismo sustentável</li> <li>- cuidado na gestão de recursos hídricos dada a confluência de 3 bacias hidrográficas</li> </ul>
Fronteira	Contenção das frentes de expansão com áreas protegidas e usos alternativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- reflexos da ocupação econômica tradicional via rios e colonização</li> <li>- estoque de floresta, programas ambientais, UC e TI sob pressão de novas frentes de expansão</li> <li>- economia pecuária extensiva e exploração madeireira</li> <li>- infraestrutura precária e rede de estradas ilegais como vetores de grilagem</li> <li>- potencial mineral e hidroenergético</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- reforço da institucionalidade que abriga Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI)</li> <li>- desenvolvimento econômico com base no aproveitamento dos recursos florestais, minerais e hídricos via verticalização da produção por pequenas e médias agroindústrias e melhoria na infraestrutura</li> <li>- contenção de desmatamento via atividades florestais madeireiras, não-madeireiras e serviços ambientais em distritos florestais e concessão de florestas nacionais</li> <li>- pesquisas, capacitação e incentivo ao manejo florestal empresarial e comunitário de uso múltiplo</li> </ul>

Fonte: MacroZee da Amazônia Legal, disponível em < <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/macrozee-da-amaz%C3%B4nia-legal.html> >



A maior parte desta mesorregião foi caracterizada como territórios-rede, subdividida em três unidades territoriais, enquanto uma menor parte, à oeste, como território-fronteira. A síntese da caracterização dessas unidades territoriais pelo macrozoneamento, bem como as estratégias preconizadas para alcançar o almejado 'desenvolvimento sustentável', revelam uma visão de reforço da chamada mineração, pecuária e agricultura empresarial moderna como a base do desenvolvimento econômico regulado institucionalmente para garantir sua sustentabilidade ambiental. A perspectiva apontada é de que o desenvolvimento desses setores econômicos, profundamente conectados aos circuitos mundiais, pode dinamizar a economia urbana e regional via verticalização produtiva gerando emprego e renda e com isso inibir as frentes de expansão predatórias. O reconhecimento de outras territorialidades enfatizado na fundamentação conceitual do macrozoneamento perde relevância nessas caracterizações específicas, praticamente ignorando a existência de terras indígenas e unidades de conservação, e restringindo-se ao reconhecimento de agricultores familiares e quebradeiras de coco babaçu que podem ser incluídos a partir de cadeias produtivas e serviços ambientais subordinados aos denominados setores "modernos-modernizadores".

Essa narrativa, portanto, associa-se ao que Almeida (2010) denominou de agroestratégias, um amplo conjunto de ações voltadas a garantir a expansão dos agronegócios. Para o autor, as agroestratégias são um conjunto heterogêneo de discursos, mecanismos jurídico-formais e ações práticas, sustentadas por agências multilaterais como o BIRD, FMI, OMC, conglomerados financeiros, entidades representativas do setor empresarial rural e órgãos de governo, que se expressam através de estudos governamentais e relatórios de consultorias, campanhas midiáticas e textos acadêmicos que legitimam a expansão do agro-mínero-negócio. Apesar das retóricas de sustentabilidade, seu objetivo principal é remover os obstáculos a essa expansão, sobretudo via mercantilização da terra e sua incorporação no mercado.

A própria forma como o conceito de território-rede foi empregada no macrozoneamento, buscando delimitar uma área contínua marcada pela mobilidade, em oposição ao território-zona, reforçou uma dualidade que o próprio Haesbart (2007), quando trabalhou esses conceitos, quis superar. Para ele, mais importante do que as formas dos territórios, em que predominam lógicas zonais ou reticulares, importam "o tipo de poder e os sujeitos envolvidos" (p. 29), inclusive por que, mesmo nos territórios

mais envolvidos pela fluidez e mobilidade, não desaparecem as relações sociais e de poder que exigem uma forma de organização e controle territorial zonal. Além disso, para Haesbaert (idem, p. 31) as organizações em rede nunca preenchem o espaço social em seu conjunto, inserindo-se em dinâmicas sociais excludentes, que faz com que processos de democratização nunca possam se restringir à modalidade de territórios-rede.

Ao delimitar uma ampla porção da Amazônia como território-rede, o macrozoneamento legitima, sem explicitar, as relações de poder de dominação territorial das grandes corporações e sua inserção nos circuitos mundiais de acumulação. Invisibiliza, como consequência, toda a multiterritorialidade desse espaço, subordinando as demais territorialidades à fluidez e mobilidade imposta por esses circuitos mundiais, ignorando que mesmo essas redes só são possíveis ao dominarem e controlarem os nós estratégicos – seus próprios territórios-zonas – no interior desse território-rede. Fortalece, dessa forma um discurso e uma legitimação da dominação dos interesses das grandes corporações e das frações regionais a elas subordinadas nesses territórios. Ademais, supõe que a integração às redes nacionais e mundiais significam, necessariamente, trajetórias terra-intensivas que não exercem pressão de expansão de fronteira, sendo esta de responsabilidade exclusiva de velhas formas predatórias de dominação do espaço. Ao contrário, como vem mostrando essa pesquisa, os complexos de produção estruturados por essas corporações mundiais também articulam trajetórias terra-extensivas que articulam e fortalecem a expansão da fronteira predatória de acumulação em direção ao coração da floresta, cuja proteção exige, obrigatoriamente, o enfrentamento com os agentes e as estruturas desses complexos.

Esse tipo de discurso insere-se em uma disputa política mais profunda que Porto-Gonçalves (2017) denomina como tensões territoriais e encruzilhadas civilizatórias na Amazônia. Para esse autor as diferentes visões sobre ou desde a Amazônia são expressões das relações de poder e da capacidade dos grupos hegemônicos de silenciar e invisibilizar os grupos e classes em situações de subalternidade. As visões hegemônicas sobre a Amazônia, ou as amazônias, baseiam-se em uma visão colonial que tem como base epistemológica a separação natureza-sociedade, a dicotomia espaço-tempo e a perspectiva evolucionista linear da história. Essa base epistemológica não apenas transforma a Amazônia em natureza intocada a ser dominada e transformada em recurso natural, como uma

natureza separada da vida e da cultura dos seus povos. Nessa perspectiva, tanto as frações de classe que avançam sobre os recursos naturais com base no paradigma da extração destrutiva dos recursos florestais, minerais e hídricos transformando a Amazônia em terra nua, como também as frações interessadas nas possibilidades de acumulação a partir da biodiversidade, do germoplasma e das mercadorias fictícias ambientais, procuram negar e subordinar as racionalidades reprodutivas e as temporalidades-territorialidades dos grupos e classes sociais amazônicas.

Como afirma Porto-Gonçalves (2017, p. 77), apesar dessa tentativa de negação, as contradições existentes entre essas diferentes racionalidades, espacialidades e territorialidades se mostram, em estado prático, através dos conflitos. E os conflitos por terras têm sido expressões emblemáticas dessas tensões territoriais e civilizatórias na Amazônia. Por isso, os planos de governo e as agroestratégias tendem a negar a existência desses conflitos, remetendo-os ao passado, e a propor como parte do desenvolvimento atual apenas o tratamento da questão da terra pela via da institucionalização do mercado de terras e regulação dos agro-mínero-negócios.

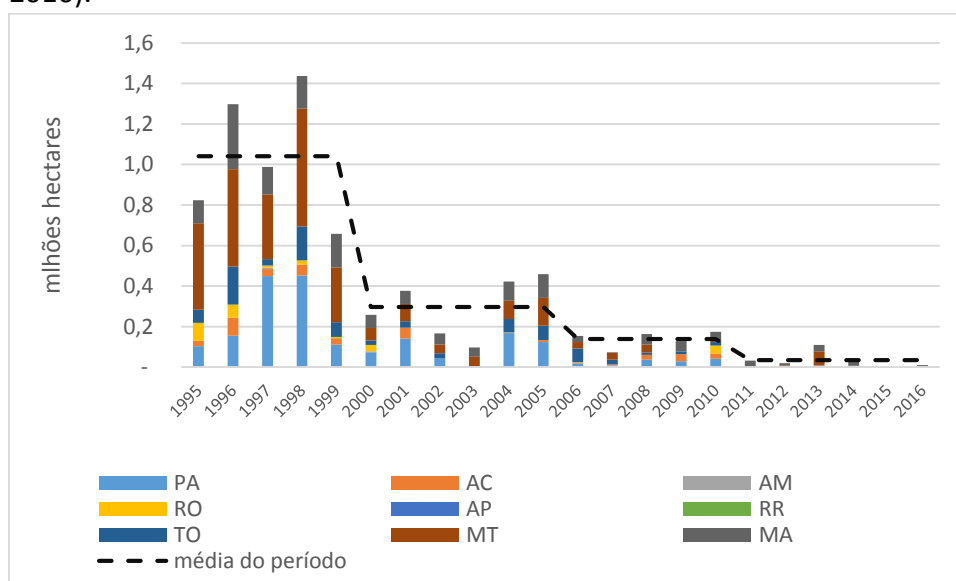
Dois exemplos são emblemáticos nessa direção: as alterações no Código Florestal Brasileiro, a partir da aprovação da Lei nº 12.651/2012, e as modificações na legislação fundiária que culminaram com a criação do Programa Terra Legal a partir da Lei nº 11.952/2009 no âmbito da Amazônia Legal e, posteriormente, atualizada e ampliada para todo o Brasil com a Lei nº 13.465/2017. Ambas têm em comum o favorecimento à expansão do agronegócio e apresentam sérios limites para alcançar os seus próprios objetivos mais gerais que propõem a redução dos conflitos agrários e desmatamentos a partir da ampliação da “governança institucional” sobre o mercado de terras. Além disso, ambas apresentam um marco temporal que procura anistiar crimes anteriores, seja de desmatamento ilegal antes de 2008, seja de grilagem de terras em período anterior à legislação atual.

Sobre a questão da grilagem, Oliveira (2015) afirma que foi a terceira vez na história brasileira que a “legislação garantia legalização do domínio sobre as terras públicas devolutas apropriadas ilegalmente”. Como consequência, o autor aponta o crescimento da área apropriada por latifúndios privados cadastrados no INCRA, passando de 146,8 milhões de hectares em 2003 para 244,7 milhões de hectares em 2014, o que representa um aumento de 97,9 milhões de hectares. Nesse processo, além dos benefícios decorrentes das mudanças legais, atuam diferentes mecanismos

ilegais de apropriação, levantados por Oliveira a partir de operações da polícia federal para combate à grilagem de terras.

Conforme pode ser observado no gráfico 6.1, que sistematiza as áreas desapropriadas pelo INCRA nos estados que compõem a Amazônia Legal, a partir de 2006 verifica-se uma tendência de redução nessas desapropriações para fins de reforma agrária, chegando, a partir de 2011, a uma situação de quase estagnação. Esses dados revelam a substituição da perspectiva de reforma agrária por regularização fundiária nas estratégias governamentais que, como aponta Oliveira (2015), foram se dando a partir de mudanças no arcabouço legal baseados nas seguintes Medidas Provisórias e Projetos de Lei: MP 255/2005 convertida na Lei nº 11.196/2005; MP 422/2008 convertida na Lei nº 11.763/2008; MP 458/2009 convertida na Lei nº 11.952/2009.

Gráfico 6.1: Área total desapropriada pelo INCRA nos estados da Amazônia Legal (1995 a 2016).



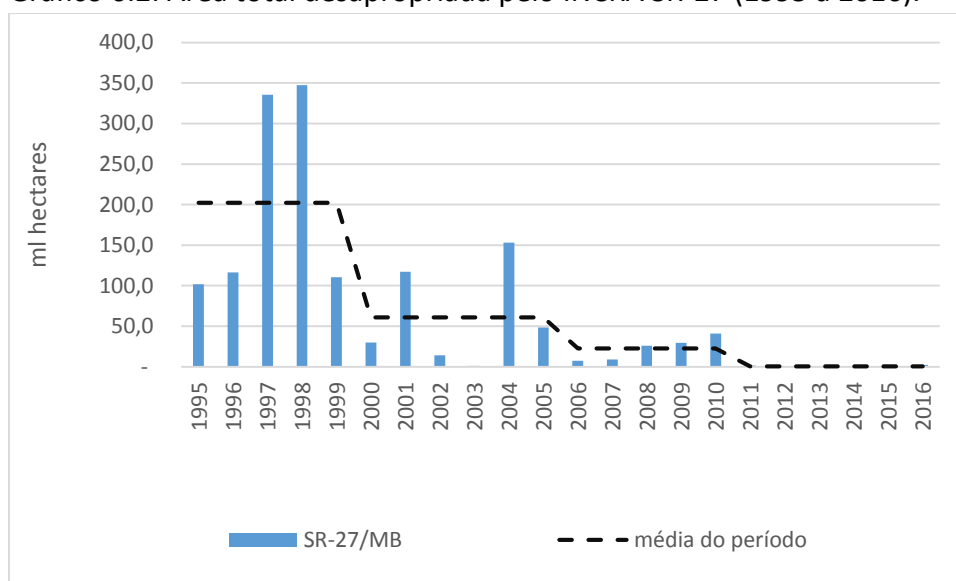
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/15695> Acesso em 11/04/2017.

O gráfico 6.1, que mostra as quantidades de terras envolvidas nos decretos desapropriatórios emitidos pelo INCRA nos estados que compõem a Amazônia Legal, permite a identificação de 4 períodos distintos. Um período que corresponde a segunda metade da década de 1990 com média anual de desapropriação de 1.041 mil hectares; um segundo período entre 2000 e 2005 com média anual de 297 mil hectares; um terceiro, entre 2006 e 2010, com média anual de 139 mil hectares e, por

fim, um período entre 2011 e 2016 com média anual de 34 mil hectares. Esses dados deixam evidente que as pressões da luta pela terra por políticas distributivas que vinham forçando as desapropriações para criação de diferentes modalidades de assentamentos rurais foram sendo reduzidas à medida que avançava a formulação de um novo projeto hegemônico e, com ele, as políticas de regularização fundiária.

No caso dos decretos desapropriatórios da Superintendência Regional nº 27 do INCRA, com sede em Marabá e abrangência em parte significativa do sudeste paraense, as tendências são similares, conforme indica o gráfico 6.2. Os mesmos períodos considerados indicam médias anuais de área desapropriada de 202 mil hectares entre 1995 e 1999, 61 mil hectares entre 2000 e 2005, 23 mil hectares entre 2006 e 2010 e 0,6 mil hectares entre 2011 e 2016. Esses dados, em uma das áreas consideradas pelos planos governamentais como territórios consolidados do ponto de vista de seu modelo de ocupação estruturado pelo agro-mínero-negócio, as políticas de redistribuição de terras via assentamentos foram claramente abandonadas em prol de uma tentativa de regularização da estrutura fundiária existente. Com isso, a estratégia empresarial-governamental visa a consolidação do mercado de terras, uma vez que, diferentemente dos assentamentos de reforma agrária que são áreas de concessão que permanecem por maior tempo limitadas a comercialização, as regularizações de terras, mesmo para pequenos agricultores, levam a sua transformação em propriedade privada individual e, portanto, em terra-mercadoria.

Gráfico 6.2: Área total desapropriada pelo INCRA SR-27 (1995 a 2016).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/15695> Acesso em 11/04/2017.

Em síntese, procurou-se evidenciar o papel estruturante das grandes corporações do agro-mínero-negócio na configuração de um projeto regional hegemônico a partir de sua capacidade, não apenas de incidir diretamente no território, mas de articular-se com as ações estatais estratégicas, como no caso do ordenamento territorial e na política de regulação do acesso à terra. As agroestratégias formuladas e acionadas por diferentes agentes interessados na expansão da exploração agromineral na Amazônia vem definindo uma produção capitalista desse espaço baseado sobretudo na sua conexão a circuitos mundiais de acumulação e a uma perspectiva de aniquilação do espaço pelo tempo que busca eliminar ou subordinar temporalidades-territorialidades alternativas. Apesar das hierarquias nas relações de poder que foram favoráveis a estas perspectivas desde a virada do século, a legitimação desse projeto hegemônico apresenta-se mais complexa e contraditória quando observado à escala do próprio território. Nos próximos itens, à luz do quadro mais geral traçado até o momento, serão analisadas as dinâmicas socioespaciais relacionadas à luta pela terra considerando outros agentes que atuam nos complexos territoriais do sudeste paraense e ajudam a revelar, com maior concretude, as contradições desse processo de produção socioespacial.

## **6.2 Frações locais do capital e os agentes da economia urbana-regional**

Considerar a capacidade demonstrada pelas grandes corporações agrominerais, em suas relações com o estado nacional, de estruturar um projeto hegemônico de desenvolvimento regional e de produção do espaço, como no item anterior, precisa ser completada pela análise de como essas forças sociais mais gerais buscam construir sua legitimidade local. Considerando a centralidade dos interesses das grandes corporações de que a terra e a natureza sejam transformadas em mercadorias passíveis de apropriação privada e, especialmente, de monopolização para produção de mais-valia e renda, a construção de uma coerência estruturada em torno de um espaço mercantilizável torna-se uma determinante chave para as alianças locais legitimadoras do projeto hegemônico. Neste item, serão apresentados dados que indicam que certas frações locais do capital vêm se beneficiando dessa dinâmica mais geral a partir da concentração de terras, vinculando-se aos circuitos de acumulação e atuando como mediadoras dos

interesses das grandes corporações.

Tomando o município de Marabá como referência, o principal centro urbano da área de estudo desta pesquisa, foram identificados os setores empresariais que mais empregaram formalmente no ano de 2013, pico da expansão do emprego formal no município<sup>37</sup>. Esses setores empresariais revelam, portanto, os segmentos mais fortemente impulsionados pela economia mineral-urbana. A partir de uma seleção de empresas e empresários desses setores, buscou-se identificar suas relações com a dinâmica de apropriação de terras na região.

Nesse levantamento, observou-se 30 divisões do CNAE que, juntas, foram responsáveis por 72,0% dos vínculos empregatícios ativos no município em 31/12/2013. Quatro dessas divisões foram excluídas da amostra pesquisada sobre a dominação das terras: a divisão de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, que foi a principal responsável pelo emprego formal naquele ano, com 18,94% do total; as Indústrias Extrativas de Extração de Minerais Metálicos, em 2º lugar no ranking do emprego e responsável por 3,67% do total; a própria Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados, 10º lugar no ranking e responsável por 2,14% do total; as Atividades de Organização Associativas, 24º lugar no ranking e responsável por 1,08% do total. Essa exclusão se deu, no primeiro caso, por se tratar de empregador público, nos segundos e terceiros por se tratarem de empregadores que, em função da sua própria atividade econômica, pressupõem a propriedade de terras rurais e, por fim, no último, por se tratarem de empregadores coletivos, vinculados a organizações associativas.

Feitas essas exclusões, restaram 26 divisões que, somadas, foram responsáveis por 23.313 vínculos empregatícios formais em 31/12/2013 equivalendo a 46,2% do emprego formal total. Nessas divisões, estão cadastradas 2.138 empresas, segundo o site EconoData<sup>38</sup>. Esse site, especializado em prospecção de negócios, oferece informações gerais sobre essas empresas, em um ranking de importância a partir do valor do capital social. A partir desse site, foram analisadas 222 empresas, sendo as de maior capital social em seus respectivos segmentos, distribuídas conforme indicado na tabela 6.1.

---

<sup>37</sup> Segundo dados do MTE/RAIS <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/RAIS/> o número de trabalhadores com vínculos ativos em Marabá (em 31/12), era de 7.695 em 1999, subindo para 50.460 em 2013, ou seja, um crescimento do emprego formal a taxa de 14,4% a.a. A partir de então, apresentou queda, chegando a 2015 com valor de 47.121 trabalhadores com vínculo ativo.

<sup>38</sup> Disponível em <http://www.econodata.com.br>

Tabela 6.1: Principais Divisões Econômicas das Empresas de Marabá na Oferta de Emprego Formal, em 2013, e Quantidade Amostrada para Pesquisa sobre Apropriação da Terra.

CNAE 2.0			Trabalhadores(as)		Empresas		
			Unid.	%	Existentes	Pesquisadas	
<b>C – INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>							
1	10112	Fabricação de Produtos Alimentícios	1.186	2,35	6	1	16,67%
2	23427	Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	452	0,9	19	4	21,05%
3	24113	Metalurgia	973	1,93	10	1	10,00%
4	24237	Metalurgia	1.278	2,53	1	1	100,00%
<b>F – CONSTRUÇÃO</b>							
5	41204	Construção de Edifícios	1.806	3,58	321	18	5,61%
6	42111	Obras de Infraestrutura	972	1,93	7	1	14,29%
7	42120	Obras de Infraestrutura	1.617	3,2	5	1	20,00%
8	42928	Obras de Infraestrutura	1.300	2,58	5	1	20,00%
9	43134	Serviços Especializados para Construção	496	0,98	42	6	14,29%
10	43215	Serviços Especializados para Construção	924	1,83	23	5	21,74%
<b>G – COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>							
11	45111	Com. e Reparação de Veíc. Autom. e Motocicletas	1.140	2,26	44	7	15,91%
12	45307	Com. e Reparação de Veíc. Autom. e Motocicletas	901	1,79	265	26	9,81%
13	45412	Com. e Reparação de Veíc. Autom. e Motocicletas	540	1,07	53	8	15,09%
14	46397	Com. e Reparação de Veíc. Autom. e Motocicletas	871	1,73	51	8	15,69%
15	47113	Comércio Varejista	1.648	3,27	111	11	9,91%
16	47130	Comércio Varejista	614	1,22	15	3	20,00%
17	47318	Comércio Varejista	531	1,05	79	11	13,92%
18	47440	Comércio Varejista	903	1,79	305	27	8,85%
19	47547	Comércio Varejista	452	0,9	49	6	12,24%
20	47717	Comércio Varejista	717	1,42	117	12	10,26%
21	47814	Comércio Varejista	819	1,62	193	15	7,77%
22	47890	Comércio Varejista	573	1,14	80	12	15,00%
<b>H – TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO</b>							
23	49302	Transporte Terrestre	605	1,2	129	13	10,08%
<b>I – ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO</b>							
24	55108	Alojamento	491	0,97	50	8	16,00%
25	56112	Alimentação	688	1,36	142	14	9,86%
<b>N – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>							
26	801(29)	Atividades de Vigilância, Segurança e Investigação	816	1,62	16	2	12,50%
<b>TOTAL</b>			<b>23.313</b>	<b>46,2</b>	<b>2.138</b>	<b>222</b>	<b>10,38%</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de MTE/RAIS – Disponível em <<ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/RAIS/>> Acesso em 23/03/2017.

Essa relação de empresas foi confrontada com o banco de imóveis do CAR – Cadastro Ambiental Rural do estado do Pará, que mostrou a quase inexistência de imóveis rurais cadastrados em seu nome (pessoa jurídica). Por isso, um segundo passo foi buscar o nome dos principais sócios, para saber se haviam imóveis rurais cadastrados por eles. Com as informações das empresas foi possível fazer uma busca



no cadastro do CNPJ junto a receita federal<sup>39</sup> que fornece os nomes que compõem o quadro de sócios e administradores.

No levantamento dos sócios e administradores cadastrados junto ao CNPJ dessas 222 empresas, obteve-se uma relação de 423 pessoas físicas, que foram confrontadas com a relação de pessoas que se autodeclararam proprietários de imóveis no CAR – PARÁ. Dentre essas empresas, 49 delas (22,1%) apresentaram um ou mais sócios que declararam possuir imóveis rurais no CAR-PARÁ. Do total de 423 pessoas, 59 delas (13,9%) declararam possuir imóveis rurais, em um total de 101 imóveis.

Conforme a tabela 6.2, 36,6% desses imóveis são menores que 200 ha e 24,8% situam-se entre 200 e 500 ha, enquanto os demais se distribuem de maneira relativamente homogênea nas demais classes de tamanho. Os empresários ligados ao setor de Comércio Varejista, incluindo Comércio e Reparação de Veículos (Grupo G) declararam ser proprietários de 71,3% desses imóveis rurais, configurando-se como o principal grupo de empresários com terras.

Tabela 6.2: Relação entre Empresários de Marabá e Apropriação da Terra no Estado do Pará – Quantidade de Imóveis cadastrados no CAR – PA em nome de empresários selecionados.

CNAE	Imóveis Rurais											
	< 200 ha		200 a < 500 ha		500 a < 1.000 ha		1.000 a < 2.500 ha		2.500 ha ou +		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
C	1	2,7	-	-	1	7,7	-	-	-	-	2	2,0
F	1	2,7	2	8,0	3	23,1	-	-	-	-	6	5,9
G	24	64,9	21	84,0	6	46,2	11	78,6	10	83,3	72	71,3
H	5	13,5	1	4,0	1	7,7	2	14,3	-	-	9	8,9
I	6	16,2	1	4,0	2	15,4	1	7,1	2	16,7	12	11,9
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,0</b>	<b>25</b>	<b>100,0</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>	<b>12</b>	<b>100,0</b>	<b>101</b>	<b>100,0</b>
	36,6		24,8		12,9		13,9		11,9		100,0	

Fonte: elaboração própria a partir de dados do CAR – Pará (atualizado em dez. 2016).

A tabela 6.3 apresenta as informações referentes às áreas dos imóveis. O total de terras declaradas por esse conjunto de empresários é de 113,96 mil hectares. Nesse caso, a concentração de terras junto aos empresários ligados ao Comércio Varejista se acentua, correspondendo a 82,9% da área total. Os estabelecimentos acima de 1.000 ha correspondem a 81,6% da área total, sendo que 62,3% são estabelecimentos acima de 2.500 ha. Portanto, 25,8% dos estabelecimentos, de maior

<sup>39</sup> Disponível em

[http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp)

tamanho, concentram pouco mais de 80% da área declarada.

Tabela 6.3: Relação entre Empresários de Marabá e Apropriação da Terra no Estado do Pará – Área dos Imóveis cadastrados no CAR – PA em nome de empresários selecionados.

CNAE	Imóveis Rurais											
	< 200 ha		200 a < 500 ha		500 a < 1.000 ha		1.000 a < 2.500 ha		2.500 ha ou +		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
C	101	2,8	-	-	550	6,0	-	-	-	-	651	0,6
F	176	4,8	664	8,1	2.731	30,0	-	-	-	-	3.570	3,1
G	2.526	69,6	6.983	84,9	3.712	40,8	18.937	86,1	62.354	87,8	94.512	82,9
H	264	7,3	242	2,9	757	8,3	2.066	9,4	-	-	3.328	2,9
I	564	15,5	336	4,1	1.351	14,8	1.004	4,6	8.642	12,2	11.898	10,4
<b>Total</b>	<b>3.631</b>	<b>100,0</b>	<b>8.225</b>	<b>100,0</b>	<b>9.100</b>	<b>100,0</b>	<b>22.007</b>	<b>100,0</b>	<b>70.996</b>	<b>100,0</b>	<b>113.959</b>	<b>100,0</b>
	3,2		7,2		8,0		19,3		62,3		100,0	

Fonte: elaboração própria a partir de dados do CAR – Pará (atualizado em dez. 2016).

Esses dados são reveladores de uma relação de poder exercida por essas frações locais de capital tanto na legitimação de um projeto regional hegemônico, como na consolidação de uma posição própria de mediação política regional. Conforme analisado no capítulo 3, o setor de comércio varejista e serviços possui destaque na dinâmica econômica regional, não apenas pela sua própria capacidade interna, mas por melhor expressar as possibilidades de captação do ‘efeito-renda’ da mineração. Isso significa que o setor de comércio varejista e serviços é percebido por grande parte da sociedade local como a expressão concreta do discurso de “desenvolvimento regional” impulsionado pelos chamados grandes projetos, pois retém parte significativa, para os termos regionais, do valor produzido na produção de commodities de exportação, mesmo que pequena em relação ao volume total, e permite sua circulação e multiplicação local levando a, simultaneamente, constituição de um setor dinâmico em termos de geração de emprego e renda<sup>40</sup>.

Os dados apresentados acima revelam a existência de casos em que os agentes responsáveis pelas empresas do comércio varejista e de serviços também são proprietários de terras rurais, indicando que a apropriação das terras é uma possibilidade real de aplicação das massas redundantes do capital regional acumulado nessa atividade. Do ponto de vista político, esses agentes que são,

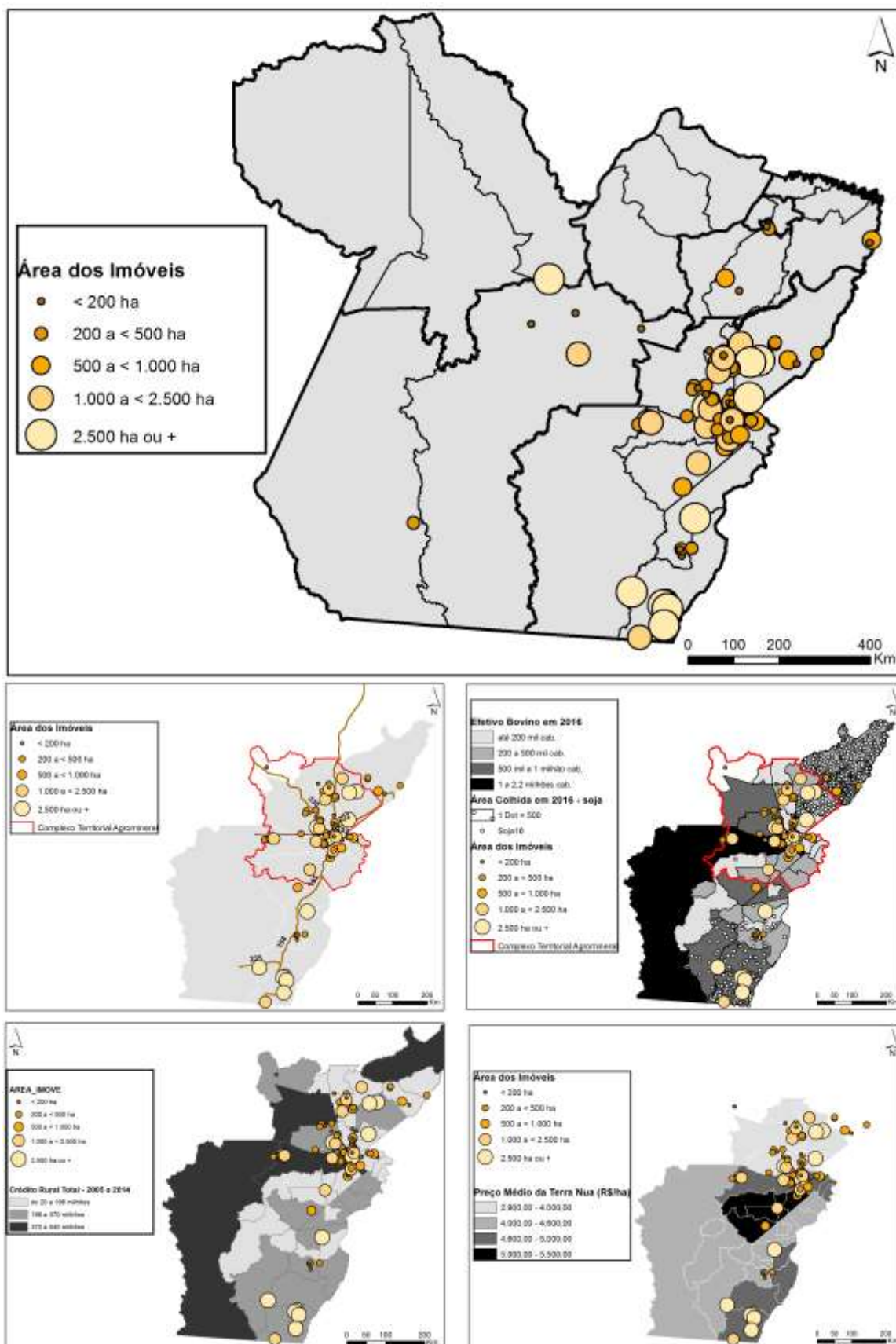
<sup>40</sup> Coelho (2015) indica que as empresas mineradoras e suas agências de consultoria propagam um discurso cuidadosamente elaborado buscando ampliar sua legitimidade social e escamotear seus intensos impactos socioambientais e sua volatilidade econômica. Sua ênfase se dá nos investimentos da mineração nas regiões e seus desdobramentos na expansão do mercado locais de bens e serviços, na criação de empregos diretos e indiretos e na captação de renda pelos governos municipais e estaduais por meio de impostos e royalties.

simultaneamente, empresários urbanos e proprietários de terras rurais, materializam os discursos de desenvolvimento que vinculam os investimentos das grandes corporações agrominerais, o desenvolvimento do agronegócio regional e a circulação monetária na economia local, personificando, para grande parte da sociedade local, a possibilidade de geração de emprego e renda a partir desse modelo de desenvolvimento. Esses agentes específicos, em grande medida, personificam a ‘chantagem locacional’ da produção agromineral, mesmo que essa tenha baixa capacidade de geração de empregos diretos, legitimando não apenas a desregulação das grandes corporações, como a estrutura fundiária concentrada.

Como ilustrado na figura 6.2, a maior parte desses imóveis localiza-se na mesorregião sudeste paraense, reforçando o caráter regional da atuação desses agentes. Observando-se de forma mais detalhada a localização desses imóveis na mesorregião, verifica-se que a maior parte deles se encontram na área delimitada como Complexo Territorial de Produção e Reprodução Agromineral do Sudeste Paraense, articulada pela rede de rodovias regionais que se mostram como importante vetor de articulação desses imóveis. Apesar disso, também se observa alguns imóveis nas áreas de expansão da soja, especialmente no extremo sul da mesorregião que, apesar de número mais reduzido, são significativos em área. Em relação ao preço da terra, a localização não indica nenhum padrão especial, porém em relação ao volume de crédito rural, os imóveis tendem a se concentrar nos municípios com valor médio a alto, indicando a relevância desse mecanismo de captura da renda da terra na região.

Embora esses elementos reforcem a análise de que a apropriação da terra é uma possibilidade de aplicação de massas redundantes de capital das frações locais, especialmente daqueles agentes que, desde a economia urbana, se beneficiam dos grandes investimentos das corporações agrominerais, ela também deve ser pensada como um trunfo desses agentes nas disputas territoriais e, portanto, como expressão das relações de poder regional. Do ponto de vista econômico, é a propriedade da terra que permite a vinculação desses agentes à economia rentista mais geral, apropriando-se de parte da renda da terra vinculada à atividade agropecuária. Do ponto de vista político, contribui com a formação de hierarquias políticas regionais ao posicionar certos agentes em níveis superiores ou inferiores nas estruturas de mediação entre os interesses estratégicos nacionais/mundiais, representadas pelas grandes corporações do agro-mínero-negócio, e o conjunto de classes/frações regionais.

Figura 6.2: Localização dos imóveis declarados no CAR – PA como de propriedade de empresários com atuação em Marabá.



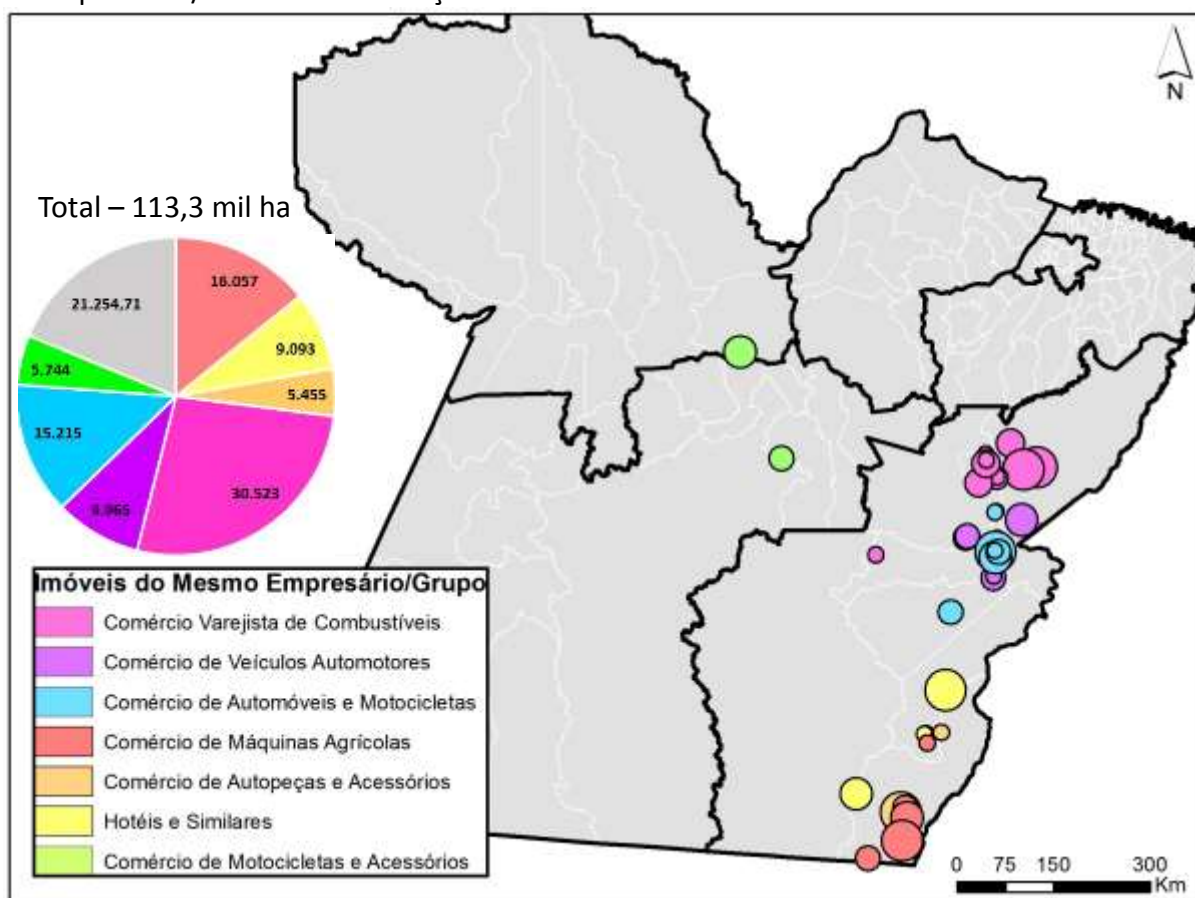
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAR, IBGE, BACEN e INCRA.

Essas hierarquias podem ser pensadas em termos de capacidade desigual de apropriação da terra, que fica mais evidente, dentre o grupo analisado, quando se consideram que certos empresários podem apresentar declaração de mais de um imóvel. Nesse caso, dos 59 empresários que declararam possuir imóveis no CAR-PA, 30 foram considerados empresários individuais, por não apresentarem nenhum sócio com declaração de imóveis nesse CAR. Outras 29 pessoas, ao contrário, apresentaram relações de sociedade entre si, seja nas empresas, seja nos imóveis rurais, que, quando agregados formaram 12 grupos empresariais/familiares de propriedade da terra.

No caso dos empresários individuais, dentre as 30 pessoas, 9 declararam possuir mais de um imóvel, variando entre 2 e 6 imóveis. Esse grupo de empresários declarou uma área total de 41,4 mil hectares, sendo que 85% está concentrada nas pessoas com mais de um imóvel. Os três empresários com maiores áreas totais, ultrapassam os 5 mil hectares cada, chegando em um caso, a 16 mil hectares. Esses três empresários juntos somam mais de 30 mil hectares. No caso dos grupos empresariais/familiares, a área total declarada é de 72,5 mil hectares, sendo que um único grupo, que soma 11 imóveis, concentra 30,5 mil hectares. Todos esses grupos empresariais/familiares declararam mais de um imóvel. Quatro desses grupos declararam áreas totais superiores a 5 mil hectares e, juntos, concentram 84,7% da área declarada pelos 12 grupos e 53,9% da área total. Somando-se os 7 casos com soma de imóveis maior que 5 mil ha (4 grupos empresariais e 3 empresários individuais), alcançam 80,8% da área declarada total (figura 6.3).

Do ponto de vista de sua localização, chama atenção a concentração espacial dos imóveis indicando que esses empresários / proprietários rurais buscam imóveis em áreas relativamente próximas, permitindo, em muitos casos, manejá-las em conjunto. Desses 7 grupos com grande apropriação de terras, 3 deles se concentram no sul do Pará, 1 no Sudoeste e os outros 3 no próprio Complexo Territorial do Sudeste Paraense. Considerando essa apropriação de diferentes imóveis por um mesmo indivíduo ou grupo, reforça-se a situação de concentração fundiária já preconizada.

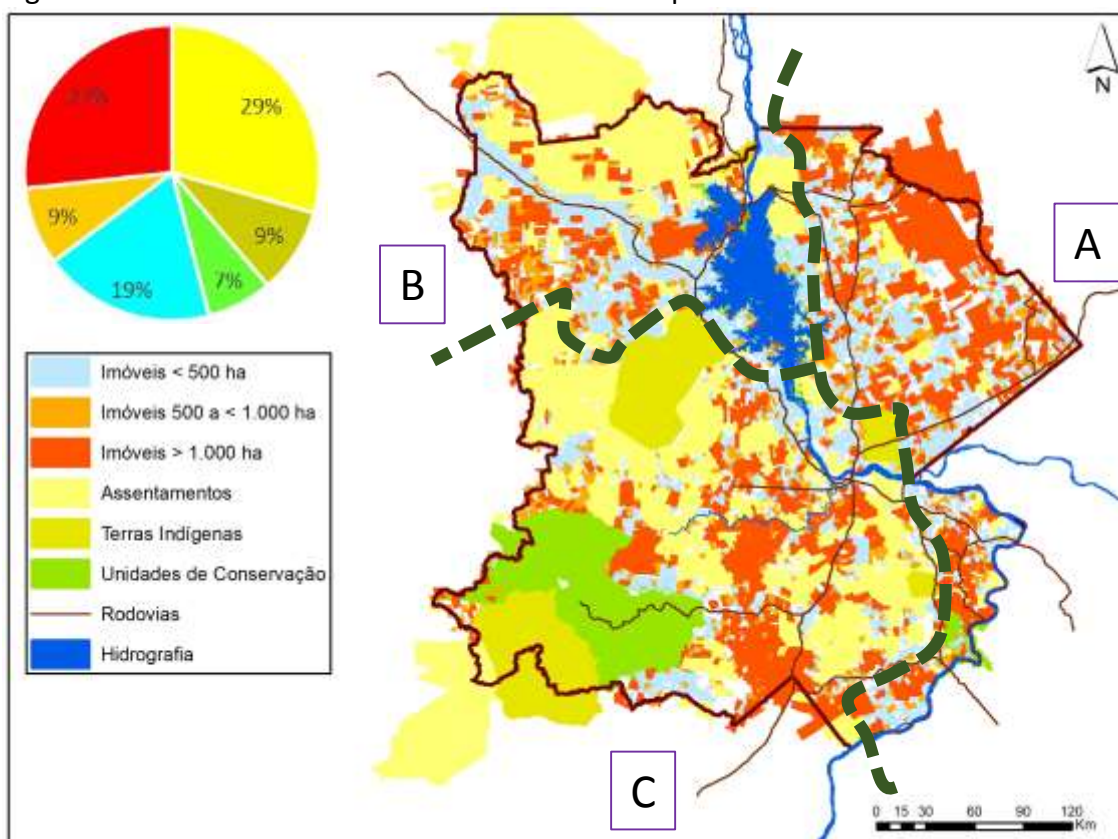
Figura 6.3: Agrupamento dos imóveis declarados no CAR – PA por empresário ou grupo empresarial/familiar com atuação em Marabá.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAR, IBGE, BACEN e INCRA.

Analisando o caso específico do Complexo Territorial de Produção e Reprodução Agromineral do Sudeste Paraense, verifica-se que a luta pela terra, fundamentalmente, vem significando o embate entre perspectivas de concentração e desconcentração fundiária. Contrapondo-se na mesma imagem, cf. fig. 6.4, o conjunto dos grandes proprietários com imóveis acima de 500 ha e outras formas de posse, indicada por imóveis de pequeno e médio porte (menores que 500 ha), assentamentos, terras indígenas e unidades de conservação, tem-se um retrato das tensões territoriais entre essas duas perspectivas de apropriação da terra no sudeste paraense. Dessa área total, 36% correspondem a grandes imóveis acima de 500 ha, sendo que 27% são aqueles maiores que 1.000 ha e 9% aqueles entre 500 e 1.000 ha; 19% corresponde a pequenos e médios menores que 500 ha; 29% da área é de assentamentos; 16% corresponde a terras indígenas e unidades de conservação, sendo que a maior parte dessas UC's é controlada pela VALE como proteção ao núcleo de mineração de Carajás.

Figura 6.4: Estrutura Fundiária e Dinâmicas de Luta pela Terra no CTPR do Sudeste Paraense.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAR – PA e INCRA.

Considerando-se essa situação, pode-se dizer que o complexo territorial tem uma estrutura fundiária relativamente menos concentrada que o conjunto da mesorregião. No entanto, isso não significa uma estrutura fundiária estabilizada, como sugerem os planos regionais de desenvolvimento sustentável, pois os persistentes conflitos agrários na região indicam a permanência da disputa pela terra entre os grupos sociais relacionados a essas diferentes perspectivas de apropriação da terra. A tensão entre pequenos/médios e grandes proprietários, que se mantém no complexo territorial de diferentes formas, não pode ser considerada de forma espacialmente homogênea, configurando 3 sub-regiões específicas, indicadas na fig. 6.4 pelas letras 'A', 'B' e 'C'.

A sub-região 'A', representa a área de ocupação mais antiga, com relativamente menor importância de projetos de assentamento e os pequenos e médios proprietários dispersos em meio a grandes imóveis, que são predominantes na sub-região e vem sendo impulsionados pela expansão do agronegócio no sentido leste-oeste. A sub-região 'B', representa a nova fronteira de expansão da pecuária,

seguindo a rodovia transamazônica em direção oeste, com predominância de pequenos e médios imóveis resultantes do processo histórico de colonização da região ao longo da estrada e duas dinâmicas distintas em cada lado da rodovia: a formação de grandes imóveis na parte sul e a formação de assentamentos na parte norte. Por fim, a sub-região 'C', com influência mais expressiva da economia urbana-mineral, apresenta uma polarização predominante entre grandes imóveis e assentamentos, terras indígenas e unidades de conservação.

Associando-se diretamente ao discurso nacionalmente hegemônico de que este território se insere em uma fronteira consolidada, cujo problema da terra seria superado pelo aumento da segurança jurídica da propriedade, as frações locais detentoras de terras articularam-se em torno de uma estratégia principal, desenvolvida em dois momentos: um primeiro voltado a barrar o avanço dos assentamentos de reforma agrária, o segundo em torno de reverter as conquistas dos assentamentos, recolocando esses imóveis no mercado de terras. A operacionalização dessa estratégia se deu, sobretudo, através da implementação das políticas governamentais de regularização fundiária.

O primeiro momento, foi traduzido nas Medidas Provisórias voltadas à regularização fundiária e, por fim, do Programa Terra Legal, que aprofundou as dificuldades para a continuidade das políticas de reforma agrária via obtenções de terras para criação e assentamentos. Um dos fortes argumentos para a transformação de imóveis rurais em assentamentos era a prévia ocupação ilegal de terras públicas federais, evidenciadas nos processos jurídicos gerados a partir das ocupações. O Programa Terra Legal criou possibilidades de regularização de áreas ocupadas irregularmente, limitando as possibilidades de questionamento mobilizada pelos movimentos sociais de luta pela terra, e, além disso, centralizou os desdobramentos jurídicos da disputa na capital federal, longe da ação política direta dos movimentos locais e mais favorável à ação de advogados contratados pelos grileiros.

Se em um primeiro momento, o Programa Terra Legal criou mais dificuldades legais para a criação de novos assentamentos, com a aprovação da Lei nº 13.465/2017, esse quadro não apenas manteve-se, como aprofundou-se, passando a priorizar a titulação dos assentamentos já existentes. Desde então, essa passou a ser a prioridade das superintendências regionais do INCRA, estimulando que cada assentado venha requerer a titulação de seu lote como uma pequena propriedade privada. Destrói-se, nessa perspectiva, a existência do assentamento como uma



forma diferenciada de regulação das terras, transformando-as em pequenas propriedades privadas passíveis de serem inseridas no mercado de terras.

Alentejano (2018) afirma que a titulação dos assentamentos, embora já prevista em lei, mas muito pouco aplicada até então, foi apresentada em um pacote de prioridades da chamada bancada ruralista no congresso nacional, expressa em documento denominado “pauta positiva – biênio 216/2017” entregue ao governo federal pela Frente Parlamentar da Agricultura. Essa medida, assim como o conjunto do pacote, foi acatada pelo governo Temer, flexibilizando a legislação que autorizava sua implementação e priorizando-a em substituição ao Contrato de Concessão de Uso, que era o instrumento defendido pelos principais movimentos sociais do campo, e que assegura o acesso da terra aos assentados, porém mantendo-a como bem público e, portanto, não disponível no mercado de terras.

O avanço desse processo de titulação tende a pressionar a sub-região ‘C’ e parte da ‘B’ a uma situação mais parecida com a sub-região ‘A’, onde as relações entre grandes proprietários e pequenos e médios se dá de forma mais direta e individualizada, sem a mediação do Estado através dos assentamentos. Aposta-se, assim, que a mediação entre os interesses conflitantes entre esses agentes se dará, predominantemente, pelo mercado de terras, cabendo eliminar qualquer impedimento legal que dificulte a possibilidade de reconcentração fundiária nas áreas dos atuais assentamentos. Assim, o que essa estratégia coloca em questão vai além dos conflitos individualizados entre grupos de sem-terra e fazendeiros pela desapropriação ou manutenção de certas áreas, mas a própria existência dos assentamentos enquanto frações territoriais relativamente protegidas pelo Estado em prol de pequenos proprietários.

Essa perspectiva de mercantilização total das terras unifica interesses do que se pode considerar o bloco regional do poder, representados tanto pelas grandes corporações do agro-mínero-negócio, como agentes que representam as frações regionais do capital agrário e comercial. A diferença entre esses agentes é sua capacidade de atuar politicamente, de forma mais direta ou indireta, na formulação dessas políticas, em escala nacional, ou apenas na sua operacionalização, na escala regional. Analisar como se organiza a articulação política na escala regional em torno da mercantilização das terras, do impedimento da reforma agrária e da legitimação da grande propriedade fundiária, contribui para a compreensão das dinâmicas de consolidação do projeto hegemônico regional.

Para essa análise, a observação sobre a cena política local em Marabá, o principal centro urbano desse complexo territorial, traz algumas pistas importantes, sem desconsiderar a afirmação de Boito Jr. (2002) da necessidade de se separar as aparências ilusórias dos movimentos nos espaços de luta entre os partidos e organizações políticas e seus mais profundos interesses econômicos e políticos. Para o autor, a partir de reflexões de Marx, a sociedade burguesa se caracteriza pelo anonimato de classe dos partidos políticos que, simultaneamente, representam e dissimulam seus interesses. Portanto, para o autor, a análise da cena política deve permitir o desmascaramento que revele os interesses de classe.

Nessa perspectiva, a cena política em Marabá, apesar do emaranhado de disputas e alianças presentes em cada eleição local, conforme estudos de Petit (2003) e Ikeda (2014), revelam três aspectos chaves para a compreensão da luta pela terra na escala regional. O primeiro, revelador da perda de poder político da oligarquia castanheira decorrente das transformações ocorridas entre as décadas de 1970 e 1980, com a abertura da região para outros agentes sociais, classes e frações de classe estruturados pelo projeto desenvolvimentista nacional. O segundo, revelador de um longo e contraditório processo de rearticulação de interesses entre parte da velha oligarquia e parte do novo empresariado local buscando construir uma hegemonia regional capaz de, simultaneamente articular a defesa de interesses próprios, como a concentração da grande propriedade da terra, e a mediação de interesses das grandes corporações agrominerais. O terceiro, a perda dos instrumentos de representação dos interesses da luta camponesa pela terra em função das transformações na posição do Partido dos Trabalhadores em direção à aliança com as forças hegemônicas, consolidando novo pacto da grande propriedade.

Costa (1992, p. 28 – 31; 47 - 51), analisa de forma clara o período de transição, na década de 1980, entre o final da ditadura civil-militar e a chamada nova república. Uma marca política da ditadura foi a tentativa de integração da Amazônia à dinâmica do desenvolvimento capitalista nacional pela via da centralização do poder político na região e, conseqüentemente, subordinação dos poderes oligárquicos regionais. No caso do sudeste paraense, aponta o autor, essa perspectiva materializou-se com as conexões de infraestrutura da região ao centro-sul e a constituição de fortes políticas de incentivos financeiros e fiscais voltados à instalação de empresas de outras regiões, especialmente do setor agropecuário e mineiro-siderúrgico. No que tange, em específico, à questão da terra, esse processo se materializou com a federalização das

terras que antes eram de responsabilidade do governo estadual, esvaziando seu poder de distribuição e articulação das oligarquias regionais através dos aforamentos e doações.

Apesar da retomada de algum apoio às oligarquias regionais pelo poder militar na fase final da ditadura, como forma de tentar compensar sua crescente perda de legitimidade nos maiores centros urbanos da região e do país, a transição para a nova república levou a um racha no interior das forças de apoio à ditadura, representadas na época pelo PDS, e um crescimento acelerado do partido de oposição PMDB. Segundo Costa (1992), o PMDB, fortalecido com as lutas populares de oposição à ditadura e associado às frações mais ligadas às oligarquias regionais do PDS que haviam perdido o controle local, elegeu o governador do Pará em 1982 e, após 1985, assumiu importantes cargos no governo federal. No que tange a questão da terra, o PMDB Paraense assumiu o controle da SUDAM, e, portanto, o controle do principal instrumento de implementação da distribuição de incentivos fiscais e creditícios na Amazônia, e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Esses dois instrumentos foram chaves para a reorganização da aliança em torno da grande propriedade no sudeste paraense, conforme detalhado no capítulo 2, levando a um processo que se expressou,

... de um lado como modernização de segmentos tradicionalmente ligados à propriedade da terra, pela sua transformação em fazendeiros modernos, utilizadores de novas técnicas, e de outro pela 'latifundização' de segmentos da elite urbana local – empresários urbanos, produtivos ou mercantis (Costa, 1992, p. 50).

A análise da cena política, por Ikeda (2014) mostra os reflexos desse processo em Marabá, na eleição municipal de 1985, em que representantes das velhas oligarquias castanheiras foram derrotados por uma nova composição de empresários urbanos, fazendeiros e movimentos populares articulados em torno do PMDB local. No entanto, já em 1988, o então ministro Jader Barbalho, principal líder do PMDB estadual e então ministro da reforma e desenvolvimento agrário marcou o início da construção de uma aliança entre setores da velha oligarquia, os agentes do empresariado urbano e agromineral e setores dos movimentos populares. As eleições municipais de 1988 marcaram essa aliança, expressa no apoio do então ministro Jader Barbalho ao candidato Nagib Mutran, da velha oligarquia, que foi eleito e, posteriormente, migrou para o PMDB.

A questão da terra aparece como elemento central dessa aliança e se expressa na desapropriação de castanhais por preços acima do mercado, capitalizando segmentos da velha oligarquia agrária que, a partir do restante de suas terras que não haviam sido desapropriadas, juntaram-se aos novos fazendeiros na conformação de um setor pecuário patronal na região. No entanto, esse processo não se deu sem contradições para o bloco no poder, pois, tanto em função da origem do PMDB de luta contra a ditadura, como em função do próprio momento político de redemocratização do país, foi necessária a inclusão, mesmo que de forma subordinada, da principal força contra-hegemônica: o campesinato. Nesse processo inicial de construção de uma aliança regional em torno da grande propriedade, houve possibilidades de inauguração da política de assentamentos rurais e reconhecimento político do campesinato.

As eleições seguintes marcaram uma série de disputas e conflitos, muitos deles como parte de conflitos locais entre grupos sociais, mas que apontam no sentido de um processo tenso de conformação de um bloco no poder regional apoiador dos interesses do grande capital mineral e legitimador dos interesses latifundiários, em que pese uma relação contraditória com os movimentos populares, marcada por uma tensa política de alianças com certas frações desses movimentos. Como exemplo, Ikeda (2014) mostra como o PT, que vinha se constituindo como o principal partido de representação de movimentos populares, participou, junto a uma série de outros partidos encabeçados pelo PSDB, de uma coligação vitoriosa na eleição municipal de 1992 contra o PMDB, já amplamente vinculado à velha oligarquia agrária. Interessante notar que o prefeito eleito nessa coligação era um ex-quadro do PMDB, mais ligado ao empresariado urbano, que havia saído do partido no momento da aliança com a antiga oligarquia agrária. No entanto, essa composição chegou em crise no pleito seguinte, em 1996, tanto pela ruptura entre prefeito e vice – um madeireiro/pecuarista e empresário ligado ao comércio de veículos que expressava uma nova convergência entre frações agrárias e comerciais – quanto pela ruptura com o PT, após o evento conhecido como massacre de Eldorado do Carajás, em que a polícia estadual, sob comando do PSDB, assassinou 19 trabalhadores sem-terra na repressão a uma marcha pela reforma agrária.

Desde então, a cada eleição, as diferenças entre os interesses agrários dos representantes das velhas oligarquias, que vinham se transformando em novos pecuaristas, e das novas frações agrárias e comerciais urbana, foram se tornando

mais difusas. Apesar dos conflitos entre diferentes grupos, a cada eleição a cena política foi mostrando uma relativa estabilidade na composição de um bloco regional de poder. No entanto, outra mudança determinante se deu na eleição de 2004, a primeira após a vitória de Lula na presidência, em que após forte disputa interna no PT, ganhou a tese da ampliação do arco de alianças locais que se materializou em uma aliança com o PMDB em Marabá, reproduzindo uma coligação nacional entre esses dois partidos. Embora derrotada por uma outra chapa ligada à Associação Comercial e Industrial de Marabá, essa eleição selou uma nova postura do PT na região, integrando o arco de alianças do bloco agromineral regional e, afastando-se dos movimentos mais expressivos de luta camponesa pela terra, como o MST, ou tentando submetê-los às decisões partidárias, como no caso do movimento sindical de trabalhadores rurais.

Essas dinâmicas de alianças na cena política ajudam a revelar as contraditórias relações entre classes e frações de classe na constituição de um bloco regional de poder estruturado pelos interesses mais gerais das grandes corporações agropecuárias e minerais aos quais se conectam interesses regionais mais específicos. Entendido como um movimento relacional e dinâmico de poder, desdobra-se em diferentes dimensões, porém condensando-se no aparelho de Estado. Nessa perspectiva, a partir de Poulantzas (1985), o Estado não significa, no entanto, um todo homogêneo, um bloco monolítico, sendo que essas relações de força entre classes e frações se inserem de forma diferenciada na sua estrutura institucional, constituindo certos centros estratégicos para determinados interesses específicos.

No caso da luta pela terra e constituição do bloco regional de poder no sudeste paraense, um centro estratégico no aparelho de Estado tem sido o INCRA, o órgão responsável pela implementação das políticas de terras com possibilidades de atuação ampla na região tanto em direção à desconcentração fundiária via políticas de reforma agrária, como na regularização fundiária de pequenas posses e grandes áreas griladas. Além disso, como órgão federal, atua como mediador entre interesses de diferentes agentes tanto na escala regional, como na escala nacional.

Como ilustração da posição do INCRA regional como centro estratégico na institucionalidade do Estado, pela sua capacidade de organizar os interesses do bloco regional no poder e construir alianças com as classes e frações subalternas, pode-se apresentar aspectos da emblemática biografia política do pemedebista Asdrúbal

Bentes, personagem muito próximo ao líder Jader Barbalho. Asdrúbal Bentes<sup>41</sup>, ex-quadro da ARENA durante o regime militar, com a aprovação do pluripartidarismo em 1979 filiou-se ao PMDB no ano seguinte. Entre 1985 e 1986 foi presidente do GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins em Marabá, participando do ato de constituição da UDR – União Democrática Ruralista no Pará e passando a atuar como um representante político da região. Entre 1987 e 1991 foi deputado federal, participando da Assembleia Nacional Constituinte, alcançando vaga de suplência nos mandatos seguintes (1994-1998; 1999-2002) e elegendo-se nos mandatos de 2003-2006, 2007-2010 e 2011-2014. Nesse ínterim, participou da Bancada Ruralista (frente parlamentar de apoio aos interesses dos proprietários de terras), foi superintendente do INCRA – Pará entre 1991 e 1992 e candidato a prefeito de Marabá em 2004, coligado ao PT. Essa aliança eleitoral expressa a aproximação do PT com o bloco no poder regional, em um momento em que esse partido esteve à frente do INCRA – SR 27 (2003 a 2016), atuando como partido legitimador do pacto regional em torno da grande propriedade fundiária.

Asdrúbal Bentes não teve atuação apenas na escala regional. Oliveira (2015) revela que a MP 422/2008 convertida na Lei nº 11.763/2008 apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo Lula, um dos instrumentos chaves no processo de regularização fundiária e que ampliou o limite das áreas a serem regularizadas sem licitação, foi totalmente inspirada no PL 2278/2007 de autoria do deputado federal Asdrúbal Bentes e esse deputado foi o relator da MP 458/2009, que completou o arcabouço do Programa Terra Legal. Logo após o impeachment da presidente Dilma, em dezembro de 2016, ele assumiu a superintendência do INCRA em Marabá, em um contexto cuja prioridade passou a ser a titulação dos lotes dos assentamentos a partir da MP 759/2016 transformada na Lei nº 13.465/2017.

Os dados apresentados neste item reforçam a importância que as frações regionais assumem na consolidação do projeto hegemônico, embora seu papel seja subordinado aos interesses mais gerais da associação entre corporações mundiais – bloco no poder nacional. Do ponto de vista econômico, essas frações associam-se a oportunidades de acumulação geradas pela expansão da mineração e do agronegócio, especialmente no setor de comércio e serviços urbanos e na produção pecuária, fortalecendo sua posição no bloco regional no poder. Essa posição permite

---

<sup>41</sup> Mais detalhes em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/asdrubal-mendes-bentes>

que atuem com maior destaque na cena política, assumindo cargos-chaves nas instâncias locais de governo e incidindo sobre a operacionalização das políticas governamentais em escala regional. Em ambos os casos, como principais representantes da geração local de empregos e das repercussões locais dos investimentos do agro-mínero-negócio, materializam os conflitos em torno das chantagens locacionais, mobilizando forças para cobrar maiores investimentos, porém sem propor rupturas a esse projeto hegemônico. Nessa dinâmica, acumulam recursos e poder para reforçar sua capacidade de concentração de terras e de organização de uma aliança de forças contrária à reforma agrária, colocando-se diretamente em oposição às lutas camponesas pela desconcentração da terra.

### **6.3 Luta pela terra e campesinato: novos impasses dos movimentos sociais do campo**

Nesse contexto do sudeste paraense, o principal processo de desestabilização do pacto de poder em torno da grande propriedade é a luta pela terra. O processo de aproximação do PT, principal partido de referência das lutas populares a partir do período final da ditadura militar, com o bloco no poder reforçou um fator limitante dessas lutas pela terra, já identificado em 1989 por José de Sousa Martins, como a fratura entre quem faz essa luta e os grupos de mediação. Para esse autor, após a ditadura civil-militar, os grupos de mediação limitaram seu projeto às possibilidades políticas do Estado e se descomprometeram com um projeto popular de emancipação política mais profundo.

Para Martins (1989), grande parte dos conflitos pela terra na Amazônia durante a ditadura civil-militar, decorrentes da resistência de posseiros, tiveram uma gênese espontânea e não política, agravadas pelo empenho da ditadura em separar a questão da terra da questão da emancipação política do trabalhador rural. Por isso, no contexto de redemocratização, o autor identificava como principal impasse da retomada de sua politização a fratura entre grupos políticos de mediação e os agentes diretamente envolvidos nas lutas populares no campo, sugerindo que

... os partidos e a Igreja, no seu encontro e em suas disputas, na diversidade e até no antagonismo de suas orientações, têm contribuído para manter as lutas populares no campo em um nível relativamente estacionário de impotência política. Isso torna o conjunto da situação muito complexo, pois, ao mesmo tempo, as lutas dos trabalhadores rurais, no contexto atual, não

têm condições de evoluir e amadurecer sem a mediação dos partidos políticos ou, mesmo, de grupos para-políticos (Martins, 1989, p. 132).

A gênese despolitizada dessas lutas durante a ditadura, para ao autor, encontra-se na ausência tanto de organização política, reflexo de um período de intensa repressão aos partidos e grupos políticos, como de “um projeto histórico capaz de estabelecer o nexo unificador de confrontos dispersos locais” (idem, p. 133). Nesse sentido, denotam rupturas com lutas camponesas anteriores, como a revolta de Trombas e Formoso ocorrida em meio ao processo de migração pré-amazônico que levou “até o limite da criação dos governos populares locais e à criação de enclaves territoriais liberados e autogovernados” (p. 138), embora muitas de suas táticas, seus meios e seu projeto histórico implícito também tenham se deslocado junto com os fluxos migratórios para a Amazônia.

Para Martins (1989), o impasse na repolitização após a ditadura, se deu a partir da definição, pelos mediadores políticos, da luta pela reforma agrária como o elemento unificador de todas as formas de luta pela terra, limitando-a ao pacto estatal da nova república. Esse limite, segundo o autor, se dava pelo caráter economicista da reforma agrária que legitimava tanto uma concepção burguesa de propriedade privada, como vinculava uma associação entre propriedade e produção que, conceitual e legalmente, a restringia às áreas marginais em um contexto em que a ditadura já havia levado à vinculação entre capital e terra. Essa definição, para Martins, levou a um esquecimento de que a luta pela terra não se restringe apenas ao acesso à terra, mas a emancipação política do trabalhador das velhas relações pessoais de dominação que podem lavá-lo a constituir-se como sujeito político em condições de disputar o poder. O discurso unificador, nessa perspectiva, deveria focar nas relações entre necessidades sociais e poder, compreendendo que no cerne da luta pela terra está “a possibilidade de reorganizar e revolucionar as bases locais do poder, mediante a instauração de formas de democracia participativa, com frequência já presentes, desenvolvidas e aprendidas na luta pela terra” que potencializam o conteúdo político da questão agrária e da questão camponesa (ibidem, p. 147).

Denota-se, das observações de José de Sousa Martins construídas no início da Nova República, uma crítica às perspectivas de unificação das múltiplas formas de luta pela terra em torno da bandeira da reforma agrária baseada em dois fatores principais: a homogeneização dessas várias expressões de luta, vinculando-as a um



reducionismo economicista despolitizador; a subordinação dessas lutas ao reconhecimento e aceitação pelo Estado, restringindo sua radicalidade aos limites do pacto de poder da Nova República.

Do ponto de vista da homogeneização das expressões de luta pela terra, preocupação de José de Sousa Martins no final dos anos 1980, verificou-se um movimento contrário. Acselrad (2012) sintetiza um debate sobre lutas pela terra e território na América Latina que indica que, a partir dos anos 1990, houve uma 'virada territorial' entendida como um processo amplo de demarcação e titulação de terras pleiteadas por comunidades e povos tradicionais na região tropical do continente, configurando ampla heterogeneidade. Esse processo esteve associado à emergência de novos sujeitos nas disputas territoriais que, através da politização de sua vida cotidiana e suas formas de uso da terra, levou-os a reivindicar a demarcação do espaço com base na distinção de sua cultura material, criando uma relação entre identidade social e identidade territorial.

Para Cruz (2013), a emergência desses novos sujeitos deu-se em um contexto de valorização dos chamados novos movimentos sociais da Europa e EUA, cuja característica principal foi o deslocamento de uma agenda centrada na luta por igualdade para uma centrada no reconhecimento da diferença e, portanto, de uma tensão entre políticas de redistribuição por políticas de reconhecimento. Apesar de guardar certas semelhanças, o autor sublinha que, no caso da América Latina, especialmente no mundo rural, a principal forma de afirmação dessas diferenças se deu pela afirmação de seus direitos territoriais, levando a que o debate sobre redistribuição e reconhecimento se aproximasse do debate sobre territorialização das lutas sociais. O conceito de território ganhou centralidade tanto como categoria de análise, como enquanto categoria da práxis, convertendo-se em uma espécie de condensador de direitos.

Essa tensão, prossegue o autor, não se deu apenas no campo político e econômico, mas também epistemológico. Para Cruz (idem, p. 134) a emergência desses novos movimentos sociais envolve três manifestações complementares: a emergência de determinados fenômenos socioespaciais e sociopolíticos inéditos na realidade concreta, a densidade e expressividade histórica que esses fenômenos adquirem e as mudanças na capacidade de percepção desses fenômenos a partir de mudanças no campo de pensamento que lhe dão visibilidade. Os acompanham, portanto, "novas formas de conceituação do poder, da política, da emancipação e da

ideia de justiça” (p. 136), como as que, baseadas em reflexões de Nancy Fraser, mobilizadas por Cruz, apontam possibilidades de construção de um paradigma conceitual e político mais abrangente que, ao invés de confrontar uma redistribuição economicista e um reconhecimento culturalista como paradigmas antagônicos ou hierarquizáveis, leve a uma inter-relação de ambos ancorados em uma perspectiva mais ampla de justiça, emancipação e democratização das relações de poder.

Desde essa perspectiva, pode-se pensar em uma ampliação de agendas políticas decorrentes de lutas sociais no âmbito da questão agrária brasileira, não sem divergências políticas, teóricas e epistemológicas entre elas, que tensionam o próprio sentido de reforma agrária para além de seu caráter meramente distributivista e economicista. É nesse sentido que Medeiros (2010) afirma que desde a fase final da ditadura civil-militar, nas décadas de 1970 e 1980, emergiu um novo ciclo de lutas no campo que não pode ser explicado apenas como desdobramento das alterações promovidas pela modernização conservadora do agrário, ou seja, seu caráter econômico, mas também em função de novas mediações nos conflitos, que levaram, na ‘redemocratização’ pós-1985, a que a bandeira da reforma agrária como expressão de luta pela terra retomasse a centralidade, mas incluísse novos temas, novas lutas e outras categorias sociais. É nesse contexto que emergiram novas identidades como os sem-terra, os atingidos por barragens, os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, com novas formas de luta, novos repertórios de ação coletiva e novos fatos políticos forçando, inclusive, reinterpretações de leis.

Esse tipo de perspectiva fundamenta a possibilidade de uma noção mais ampla de campesinato, não restrito à dimensão econômica ou às relações de trabalho. Uma definição ampliada de campesinato, nessa direção, pode ser observada nos esforços da Via Campesina e do próprio MST, expressão da defesa da luta por reforma agrária, que, em parceria com diferentes autores dedicados ao tema, vem buscando construir uma definição não economicista de campesinato. Na introdução à coleção História Social do Campesinato no Brasil, elaborada a partir dessa parceria, os editores definem o campesinato tanto pela sua dimensão econômica de poliprodutores integrados ao jogo de forças sociais e inseridos, em grau varável, na produção para o mercado, como pela sua dimensão política, associada às diversas expressões de lutas pelo protagonismo dos processos sociais em contextos marcados pela “imposição de formas de dominação objetivadas com base na grande propriedade” (Oliveira et al., 2009, p. 15).

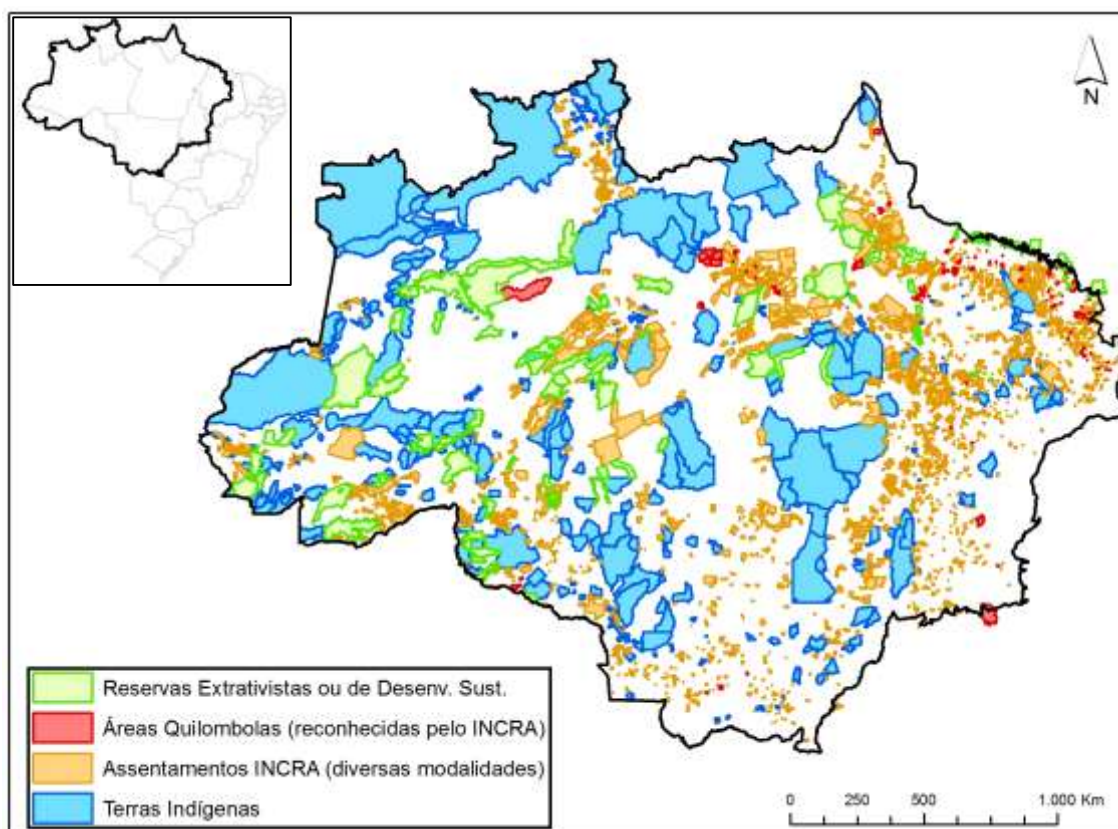
Essa dupla definição, econômica e política, baseia-se em princípios abstratos mais gerais ligados à diferenciação em relação a outros trabalhadores, a partir de aspectos internos à unidade de produção, em especial o caráter familiar da força de trabalho recrutada na produção e a referência na reprodução familiar para a gestão produtiva, mas também aos aspectos políticos das lutas sociais, tanto pela conquista de espaço e reconhecimento, como pela resistência às ameaças de destruição. Nessa perspectiva, a condição camponesa articula a produção, no sentido estrito, aos “valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um ‘nós’ que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência” (p. 13). Esses projetos de existência e coexistência revelam o protagonismo camponês em três dimensões: na explicitação da incapacidade do capital no Brasil se ‘libertar’ da propriedade fundiária, expondo seu caráter rentista, que faz da luta pela terra e demais recursos produtivos condição básica da existência social do campesinato; na construção de estratégias variadas e, muitas vezes pouco perceptíveis, de resistência que assegurem a reprodução da família e a integração à sociedade mesmo em condições adversas; na criação de formas específicas de produzir, usar a terra e relacionar-se com a natureza, que denotam um saber específico e um potencial de construção de ‘outra agricultura’.

Essa diversificação das expressões, agendas e identidades envolvidas nas lutas camponesas encontraram, nas últimas décadas, a Amazônia como cenário privilegiado. A estreita vinculação entre lutas por conquista da terra e pelo direito a formas próprias de utilização do território, levou Gonçalves (2005) a denominá-las de lutas de r-existência, uma vez que envolvem não apenas lutas para resistir na terra, como também lutas por outras formas de existência, e a Acselrad (2010) a incluí-las em um processo mais amplo de ‘ambientalização’ das lutas sociais. Seus efeitos mais visíveis são as expressivas áreas delimitadas conquistadas na forma de terras indígenas, reservas extrativistas ou reservas de desenvolvimento sustentável, assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, conforme figura 6.5.

Esse cenário indica uma ampla territorialização das lutas sociais na Amazônia, uma vez que uma parte significativa do reconhecimento e/ou desapropriação dessas áreas se deu provocada pela luta social e não por iniciativa de um planejamento estatal. Em busca de identificar características comuns nesses diferentes movimentos sociais de luta pela terra e território, apesar de sua diversidade de origens e pluralidade de sujeitos coletivos, Cruz (2013, p. 126 –129) aponta o seguinte:

politização da cultura e afirmação de múltiplas identidades culturais e sociopolíticas ligadas a afirmação da noção de comunidade; construção de agenda de lutas simultâneas pela redistribuição de recursos materiais e reconhecimento das diferenças; busca de maior autonomia política e econômica, tanto através de formas alternativas de produção e comercialização, quanto na relação com o Estado e sociedade civil; busca de uma desmercantilização das relações sociais, valorizando aspectos simbólicos do território; formação de seus próprios intelectuais a partir de projetos educacionais.

Figura 6.5: Virada Territorial na Amazônia – espacialização de terras indígenas, áreas quilombolas, assentamentos de reforma agrária, reservas extrativistas e de desenv. sustentável



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA.

Apesar dessa agenda comum de lutas, vários autores apontam diferenças profundas entre as lutas por terra, que estariam mais ligadas a uma perspectiva de uma agenda redistributiva vinculada à reforma agrária estrito senso e ao conceito de campesinato enquanto classe, e lutas por território, que estariam mais ligadas a uma agenda de reconhecimento e a uma pluralidade de identidades. Cruz (2013, p. 158), referenciando-se em Paul Little, indica três elementos diferenciadores dos povos e

comunidades tradicionais, que podem agregar o conjunto das lutas por reconhecimento territorial: “1) regimes de propriedade comum; 2) sentimento de pertencimento a um lugar específico; 3) profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva”.

Desde essa ótica, a luta por reconhecimento de seus territórios promovidas por povos e comunidades tradicionais guarda diferenças significativas das lutas por terra dos camponeses de migração recente para a Amazônia, seja através da posse nas frentes de expansão, seja através da luta aberta por desapropriações e implantação de assentamentos de reforma agrária. Dessas diferenças, podem se desdobrar perspectivas bastante distintas de relacionamento com os ecossistemas amazônico, sendo os primeiros, a partir de sua memória coletiva, capazes de inter-relações muito mais complexas do que os segundos, mais próximos das formas de relacionamento simplificadoras e homogeneizadoras do ecossistema florestal.

Essas diferenciações, no entanto, podem ser relativizadas com um alargamento do olhar histórico. Considerando a Amazônia como uma fronteira, no sentido dado por Martins (2009) de (des)encontro de alteridades e, portanto, em situação de conflito social, podemos pensar nas várias expressões dos agentes de luta pela terra e território a partir dessa alteridade em processo de construção de distintas territorialidades amazônicas. Little (2003) ajuda-nos a pensar como o processo de transformações territoriais do Brasil tem sido uma incessante expansão de fronteiras em contextos de conflitos entre diferentes grupos sociais, porém cada frente de expansão precisando ser “contextualizada com respeito ao momento histórico no qual acontece, à região geográfica que serve como seu palco principal, aos atores sociais presentes no processo, à tecnologia a sua disposição e às cosmografias que promovem” (p. 255). Portanto, para ele, essa história é marcada por múltiplas formas de resistência ativa, como as guerras, confrontos, rebeliões, fugas, mas também outros processos de resistência como migrações forçadas, reagrupamento étnicos, alianças indígenas, camponesas e quilombolas, além de processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas, inclusive os colonizadores.

Por isso, as territorialidades em conflito no presente devem ser consideradas como resultados de longos e complexos processos de constituição e resistência cultural frente à pressão de forças históricas que podem mudar com o tempo. Little (2003) exemplifica com o caso de quilombolas cuja formação de territórios e

territorialidades não se deu pela fuga ou rebelião, mas pela apropriação efetiva de grandes propriedades que entraram em decadência ou falência em função de bruscas mudanças nos fluxos de interesses do mercado mundial em recursos naturais e mercadorias. Nesse sentido, são territorialidades constituídas na invisibilidade simbólica e social e na marginalidade econômica possibilitada pela localização em áreas que, em determinados períodos, configuraram-se como intersticiais.

Trata-se, portanto, de um processo de longo prazo do que poderia ser considerada a formação de um heterogêneo campesinato amazônico, iniciado com o fim dos aldeamentos indígenas na época pombalina, entre 1755 e 1777, quando se formou o que Costa (2010) chama de um campesinato caboclo baseado em famílias nucleares relativamente dispersas, associando o extrativismo de coleta, referenciado em forte conhecimento indígena da floresta, com uma agricultura de autoconsumo, mas com dependência do mundo das mercadorias intermediadas por uma estrutura endógena e relativamente independente de capital mercantil (regatões, marreteiros e casas aviadoras). Esse campesinato caboclo, em suas diversas expressões identitárias, desenvolveu-se nos interstícios dos territórios criados pelos grandes ciclos econômicos que refluíram ou se expandiram em função das alterações nas relações de poder e dinâmicas de acumulação.

No entanto, esse processo de constituição das múltiplas expressões desse campesinato não envolve apenas aspectos específicos de cada grupo social, mas condições diferenciadas geradas pelos vínculos, conflitivos e cooperativos, com outras frentes de acumulação. Assis (2013), por exemplo, estudando comunidades tradicionais do Oeste do Pará em luta pelo reconhecimento oficial de seus territórios percebeu propensões tanto à titulação coletiva, como à titulação individual da terra em função de relações diferenciadas estabelecidas com madeireiros e grileiros, identificados como agentes portadores de novas oportunidades econômicas via mercantilização da terra e dos recursos naturais ou de desestruturação dos vínculos identitários. A questão central que esse exemplo apresenta é se o reconhecimento pelo Estado das formas de uso comum da terra seria mais eficiente na defesa dessas comunidades tradicionais ao seu território frente às pressões de expropriação e subordinação exercidas pelas novas frentes de acumulação ou se, ao contrário, a distribuição individual/familiar seria mais facilmente sujeita à mercantilização da terra e seus recursos.

Nesse ponto, pode-se retomar a segunda preocupação de Martins (1989) de

quais seriam os impasses dessas lutas pela terra, acrescidas atualmente das lutas por território tradicional, situadas nos limites do reconhecimento institucional do Estado. Acserald (2012, p. 22) mobiliza autores que sugerem que a ‘virada territorial’ apoiada em mudanças legislativas de países da América Latina e órgãos internacionais, como o próprio Banco Mundial, pode significar uma tentativa de estabilização dos regimes de propriedade, delimitação do espaço ocupado pelo ativismo de direitos através de políticas de contenção e fortalecimento dos sujeitos hegemônicos como definidores do espaço e, portanto, limitada no seu caráter emancipatório. Nessa perspectiva, é possível que nas áreas reconhecidas desdobrem-se processos e “planos de ‘gestão territorial’ marcados pela agenda das instituições multilaterais” (p. 25) e pelos interesses de valorização do capital em áreas de alta biodiversidade e presença de recursos naturais. Apesar desses riscos, Acserald (2010) sublinha a possibilidade, simultânea, de que nessas lutas por reconhecimento também pode estar em jogo a politização dos territórios e da apropriação territorial pelos próprios sujeitos coletivos que o reivindicam.

Além das pressões sobre a ‘gestão territorial’ dessas áreas subordinando-as a interesses estranhos às comunidades e povos tradicionais que lutaram por elas, sua legalização não pode ser vista como garantia irreversível. Almeida (2010, p. 102), traz um conjunto de reflexões sobre como, nesse período de ascensão dos preços das terras vinculados aos preços das commodities minerais e agropecuárias, têm se constituído “um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídicos-formais e de ações ditas empreendedoras” voltadas a remover obstáculos à incorporação de terras aos interesses agroindustriais, colocando em risco patrimônios tanto naturais, quanto culturais. Essas agroestratégias têm colocado em risco tanto as unidades de trabalho familiar, localizadas em projetos de assentamento, áreas de antiga colonização e de posseiros, como, também, territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais. Diferentes ações de caráter jurídico-formal têm sido adotadas questionando a legalidade de áreas já reconhecidas e propondo uma flexibilização legal de modo a reincorporá-las ao mercado de terras.

A partir desses elementos pode-se afirmar que, apesar das diferenças entre lutas por redistribuição e reconhecimento, sua perspectiva de vinculação à legalidade estatal não leva, necessariamente, a despolitização, porém, tampouco, a uma necessária politização. Nessa perspectiva, Cruz (2013, p. 164) chama a atenção de que o debate político e teórico em torno do par redistribuição/reconhecimento pode

explicitar “a complexidade das relações de poder e dominação que são constitutivas da formação da sociedade e do Estado”. Para ele, refletir sobre a perspectiva emancipatória dessas lutas envolve considerar tanto as condições de subalternidade dos grupos sociais que as protagonizam, como a constelação de formas de exercício de poder historicamente enredadas e articuladas às estruturas de dominação.

O caso da construção da identidade seringueira e seus desdobramentos com a luta pelo reconhecimento de sua territorialidade através das Reservas Extrativistas é emblemático, nesse sentido. Porto-Gonçalves (1999) mostra como a construção dessa identidade territorial carrega as marcas da geo-grafia da empresa seringalista e dos ‘coronéis de barranco’ – expressão da oligarquia regional da época – em um período em que, frente a imposição de trabalho exclusivo na extração da borracha, a construção da identidade de resistência se dava pela auto afirmação como agricultor e pela prática, mesmo que clandestina, de plantar gêneros de autoconsumo, de caçar e pescar, para reduzir sua subordinação ao sistema de aviação imposto pelos barracões. Essa construção identitária ganhou impulso no período seguinte, após a segunda guerra mundial, com as possibilidades abertas pela crise da empresa seringalista que favoreceu a invisibilidade e autonomia das famílias seringueiras, levando/permitindo a construção de estratégias de sobrevivência através do resgate de uma memória de agricultores nordestinos, mas também pela intensificação dos aprendizados sobre o uso da floresta com indígenas e caboclos.

No entanto, como afirma Porto-Gonçalves (1999), a construção da identidade seringueira só se deu como força política no enfrentamento aos empresários chegados na região a partir da década de 1970, os chamados ‘paulistas’, que buscavam se impor como nova força dominante regional a partir do deslocamento das relações socioespaciais mais gerais, marcadas pela substituição da tríade rio-floresta-extrativismo pela estrada-pastagem-pecuária. Por isso, Porto-Gonçalves indica que a politização da identidade seringueira se deu pelo enfrentamento a um deslocamento do poder que extrapola as tensões territoriais no interior do seringal, quando o movimento social dos seringueiros estabeleceu uma luta para além do espaço vivido, simultaneamente, com e contra seus principais mediadores, partidos políticos, igreja, movimento ambientalista e cultural, e, portanto, com e contra a legalidade estatal. E, assim, a legalização das primeiras Reservas Extrativistas configurou a territorialidade seringueira, com os recursos políticos e simbólicos que o movimento dispunha naquele momento, e materializou sua grafia na terra como um processo inacabado.



Nesse sentido, mesmo reconhecendo a pertinência das observações de diversos autores de que as lutas por território, ao reconhecerem formas coletivas de uso da terra, tendem a ser menos sujeitas às pressões pela mercantilização da terra e sua reincorporação na dinâmica de valorização do capital do que as lutas pela reforma agrária, em sentido estrito, baseadas na redistribuição de pequenas propriedades familiares, não se pode tomá-los como processo determinado. Nem os assentamentos de reforma agrária podem ser entendidos como meros instrumentos de legalização de terras públicas para posterior incorporação ao mercado de terras, nem as diversas modalidades de áreas de povos e comunidades tradicionais reconhecidas podem ser tomadas como permanentemente excluídas de pressões desse tipo. Em ambos os casos, tratam-se de possibilidades resultantes de conflitos políticos entre diferentes territorialidades interessadas na dominação e apropriação da terra.

A luta pela terra no sudeste paraense, conforme veio sendo analisada ao longo desta pesquisa, está profundamente marcada por aspectos redistributivos, a partir das lutas de um campesinato de migração relativamente recente que, em um primeiro e curto período ocupou os interstícios dos castanhais, para em seguida passar a lutar diretamente pela redistribuição de terras apropriadas tanto por oligarquias regionais, como por novos fazendeiros e empresas do agro-mínimo-negócio. Apesar disso, dificilmente se poderia negar a importância de aspectos culturais envolvidos, que remetem às construções identitárias auto ou hetero-atribuídas ao longo do processo de migração até a chegada na região e que são acionadas em diferentes contextos – como camponeses, trabalhadores rurais, colonos, posseiros, sem-terra, agricultores familiares – e que revelam uma longa história de luta social contra “as formas de dominação objetivadas na grande propriedade”.

No entanto, da mesma maneira que no caso dos seringueiros, pode-se dizer que a politização da luta pela terra no sudeste paraense assume a perspectiva de luta territorial quando leva a um salto de escala para uma perspectiva política que extrapola o espaço vivido. Isso teve início na década de 1960, quando o arranjo econômico e político baseado na dominação dos grandes castanhais e do comércio extrativista articulados a pactos políticos em torno dos aforamentos de terras foi quebrado e a questão da terra emergiu como conflito regional-nacional. Essa politização aprofundou-se com o fim da ditadura, quando houve uma vinculação da luta pela terra com a conquista dos assentamentos e dos direitos sociais a eles

vinculados, como parte integrante de uma luta nacional por reforma agrária. Portanto, foram momentos chaves em que os conflitos extrapolaram as disputas restritas ao espaço-vivido de um grupo específico, seja nos interstícios entre os castanhais, seja no interior de um projeto de assentamento, imprimindo-lhes uma dimensão política mais ampla que ultrapassa, na sua ação, a perspectiva de terra apenas como recurso econômico.

A articulação de escalas pelos movimentos de luta pela terra, mesmo que considerando o sudeste paraense como a escala do fenômeno, envolveu articulações políticas com movimentos mais amplos pela reforma agrária, em escala nacional, visando o enfrentamento do poder político e econômico da grande propriedade fundiária em diferentes escalas. Nesse processo, no sudeste paraense, criaram-se as condições para os movimentos sociais de luta pela terra conquistarem frações significativas do território, institucionalizadas na forma de assentamentos e que, dada a quantidade de terras envolvidas, poderia supor o desencadeamento de um processo de territorialização das lutas pela terra que levasse a um território da reforma agrária.

A politização dessa luta pela terra regional esteve articulada não apenas às lutas mais gerais pela reforma agrária, em escala nacional, mas também às alianças em torno do chamado desenvolvimento sustentável da Amazônia. Naquele momento, uma aliança, contraditória, entre interesses e agentes em luta pela afirmação de suas territorialidades específicas e agentes interessados na preservação e/ou conservação da biodiversidade como reserva de valor. Essa aliança contrapunha-se e deslegitimava agentes e interesses herdeiros de uma economia de fronteira, interessados na expansão da utilização imediata dos recursos naturais não renováveis da Amazônia (madeira e minérios) e sua transformação do solo em substrato para sistemas homogêneos/agroindustriais de produção, como a pecuária, grãos e árvores selecionadas. Criou-se, assim, uma aliança política regional que, não sem contradições internas, legitimou a busca por um projeto regional alternativo.

Becker (2015c) analisa esse processo relacionando conflitos e conquistas de terras com a configuração de novas territorialidades baseadas em projetos alternativos de uso do espaço e construção de territórios próprios, mas reconhecidos pelo Estado na modalidade de reservas indígenas ou extrativistas, territórios quilombolas e também de diferentes tipos de assentamentos de reforma agrária. Essas territorialidades ganharam legitimidade, para a autora, a partir do reconhecimento da Amazônia como área a ser preservada e vinculada a novas formas

de produzir que a valoriza como capital atual ou futuro. Dessa forma, constituiu-se um vetor de transformação regional, denominado por Becker (2015c, p. 511) de 'tecnológico' que envolve projetos preservacionistas e conservacionistas em alianças contraditórias.

Os projetos preservacionistas expressam desde preocupações com a preservação do mundo natural como estoque de vida até interesses de sua preservação como reserva de valor, representados por ONGs, igrejas, empresas, governos e organismos multilaterais. Durante a década de 1990 estiveram associados às comunidades locais, interessadas em projetos conservacionistas que se desdobram das experiências associadas a sócio-bio-diversidade regional. Essa aliança contrapunha-se a um segundo vetor de transformação regional, denominado por Becker (2015c) como 'tecno-industrial', herdeiro da economia de fronteira e seus interesses nos recursos naturais, especialmente, minério e madeira, e nos negócios, representados por bancos e empresas nacionais e estrangeiras.

Nessas primeiras décadas do século XXI houve uma revalorização desses vetores 'tecno-industriais', mesmo que legitimados por um discurso sustentável, materializado na produção-exportação de commodities associado a uma economia rentista que levou a uma atualização do pacto em torno da grande propriedade agrária em escala nacional e regional e alterou as bases dessa aliança amazônica. Duas forças hegemônicas nesse novo contexto apresentaram-se como horizontes de sentido para o desenvolvimento amazônico: a expansão da produção de commodities agrominerais como fundamento de uma nova fase de mercantilização da terra e da homogeneização da paisagem; a mercantilização da natureza como matéria prima para empresas biotecnológicas e para serviços ambientais financeirizados. Apenas aparentemente contraditórios, esses interesses fundamentaram uma nova aliança entre forças sociais preservacionistas e desenvolvimentistas, articuladas em torno da chamada 'economia verde', representadas pelos interesses das grandes corporações e de ONGs internacionais. Nessa nova aliança, as comunidades locais deixaram de ser vistas como agentes portadores de saberes e potencialidades produtivas, baseadas em outros paradigmas de relação sociedade e natureza e outras concepções mentais, tendo seu papel desenhado no projeto hegemônico como beneficiárias de políticas compensatórias e vendedoras de 'serviços ambientais' ou como integrantes subordinadas aos circuitos de produção e circulação do agronegócio.

No caso dos movimentos sociais de luta pela terra na Amazônia, a ação das forças hegemônicas procurara caracterizá-los como predatórios, dado seu caráter mais agrícola do que extrativista, isolando-os de uma aliança 'ambientalista' baseada na 'economia verde' e, ao mesmo tempo, subordinando-os às atividades produtivas agrominerais. No caso do sudeste paraense, como demonstrado nos capítulos 3 e 4, fica evidente como, apesar dos avanços anteriormente alcançados em termos de conquistas de frações do território institucionalizadas como assentamentos de reforma agrária, (re)configurou-se um complexo territorial fortemente estruturado pela mineração e pecuária de exportação. Essa estruturação não se deu apenas pela revalorização da terra – mercadoria e, conseqüentemente, da grande propriedade fundiária, mas de um conjunto de dinâmicas socioespaciais desfavoráveis ao estabelecimento dos camponeses assentados como poliprodutores, levando-os a uma crescente inserção subordinada nos circuitos de produção pecuária e, portanto, limitando as possibilidades de construção de uma maior autonomia produtiva.

Do ponto de vista da politização da luta por um território da reforma agrária, também se observa dinâmicas que se alternaram. Ao longo dos anos 1990 e primeira metade dos anos 2000, houve uma politização crescente, especialmente com a vinculação entre luta pela terra e luta por direitos. Heredia et al. (2002), a partir de estudos sobre áreas com elevada densidade de assentamentos e famílias assentadas, conformando manchas de territorialização da reforma agrária, observam que a criação dos assentamentos deu origem a uma série de demandas e reivindicações, tanto em relação à infraestrutura de produção, circulação e moradia, como serviços especialmente de educação e saúde, cuja potencialização relaciona-se tanto com a capacidade organizativa dos assentados, como com a conjuntura política local.

Por isso, os autores enxergam o assentamento não como ponto final da luta pela terra, mas como ponto de partida de um processo de demandar, pressionar, negociar as condições de sua reprodução social com os poderes públicos que imprimem um novo exercício de participação política inexistente nas condições de vida anteriores para a maioria das famílias assentadas. Portanto, a experiência política da luta pela terra levou a produção de lideranças, a um aprendizado sobre formas organizativas e de representação e a produção de demandas que alteraram, em diferentes medidas, a cena política local (idem, p. 93).

No contexto específico do sudeste paraense, Assis (2007) indica que as novas

possibilidades de relação com o Estado, via criação de assentamentos e acesso a direitos sociais derivados das políticas de reforma agrária, fortaleceu a emergência de outros atores coletivos para além dos tradicionais mediadores, como os sindicatos de trabalhadores rurais, cujo papel também foi redefinido, inclusive com a criação de uma federação regional de sindicatos – a FETAGRI Regional. O fundamental, para o autor, é que a legitimidade dessas organizações junto às famílias representadas se deu pela sua participação nos processos de luta pela permanência e conquista da terra, assim como pelo acesso a direitos.

Essa trajetória, estudada por Assis (2007), evidencia que a continuidade da luta pela terra e a luta pelos direitos decorrentes do processo de assentamento levou a uma ampliação e diversificação do repertório de ações políticas voltadas a pressionar o Estado para que atendesse essas demandas. Dentre esse repertório de ações, foram se combinando, além das ocupações de terra para forçar a vistoria nos imóveis, verificação da legalidade da documentação e eventual desapropriação, novos instrumentos de mobilização pública, como marchas, manifestações e acampamentos, assim como a participação em fóruns, grupos de trabalho e comissões conjuntas entre órgãos de governo e organizações sindicais e sociais para o planejamento e gestão de políticas governamentais. Assis (2007) chama a atenção para os grandes acampamentos realizados na sede do INCRA Regional, com certa de 10 mil manifestantes em cada evento, como determinante para o reconhecimento político das organizações de luta pela reforma agrária e a ampliação de sua participação no planejamento operacional do órgão.

Nessa leitura, o autor revela a centralidade que o INCRA foi assumindo no contexto regional como principal núcleo estratégico do Estado voltado à reforma agrária, tanto no sentido estrito de redistribuição de terras via assentamentos, como na aplicação direta ou indireta das principais políticas de apoio econômico ou de acesso a direitos sociais para os assentados. Essa importância foi sendo construída no próprio processo de embate pela reforma agrária nacionalmente, porém com significativa contribuição dos conflitos no sudeste paraense. Sobretudo após a repercussão nacional e internacional negativa do “Massacre de Eldorado dos Carajás”, nesta região, o governo federal deslocou o INCRA do Ministério da Agricultura para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de criar uma superintendência regional específica para o sudeste paraense, com sede em Marabá, tornando o estado do Pará um dos poucos que tem superintendências fora

das capitais.

A rearticulação do pacto latifundiário, como parte da estratégia de acumulação rentista-agroindustrial, levou a um esvaziamento do INCRA, a partir da década de 2010, não necessariamente como uma interrupção dos direitos sociais aos assentados, mas como estratégia de interrupção no processo de politização da luta pela terra e demais direitos. Esse esvaziamento se deu não apenas pelo deslocamento da centralidade das políticas de reforma agrária para as políticas de regularização fundiária, através do Programa Terra Legal, mas também pela mudança institucional na execução de algumas dessas políticas. Em documento intitulado 'Proposta de Atualização Institucional para o INCRA' elaborado ao final da gestão de Carlos Mário Guedes de Guedes (jul/2012 a dez/2014), fica evidente a mudança de concepção do órgão que vinha se processando<sup>42</sup>.

Segundo o documento, o INCRA, havia herdado uma concepção do período marcado pela política de colonização, de que o órgão era a única representação do Estado brasileiro investido de recursos e poder para garantir as condições de vida para quem teve acesso à terra, provendo as famílias assentadas com todos os benefícios e serviços a que tinham direito (p. 5). Identificando essa concepção como ultrapassada, o documento afirma que estava em curso uma proposta de desenvolvimento econômico e garantia de direitos sociais dos assentados a partir da inserção dos assentamentos nas políticas sociais e econômicas mais gerais, paralelamente ao aceleração da regularização fundiária e ambiental e da titulação dos lotes. Enfim, a proposta implementada foi de, guardadas as devidas diferenças territoriais, reduzir ao máximo o tempo de responsabilidade do INCRA pelos assentamentos, acelerando a titulação individual dos lotes.

Conforme se verifica no quadro 6.2, algumas mudanças nas responsabilidades e formas de implementação das políticas de assistência aos assentados esvaziaram as responsabilidades do órgão e contribuíram para despolitizar a luta pela terra a partir dos assentamentos. A contratação de prestadores de assistência técnica e extensão rural que vinha sendo feita, via convênios, por cooperativas de prestação de serviços indicada pelos movimentos sociais a partir de critérios de afinidade a seus projetos econômico-produtivos passou a se dar via chamada pública, imprimindo um caráter mais empresarial no processo. As políticas de apoio a instalação, habitação e

---

<sup>42</sup> Disponível em < <https://pt.slideshare.net/SindPFA/proposta-de-Atualizacao-institucional-do-incra-2015> >

assistência social foram sendo deslocadas do INCRA para outros órgãos, via políticas universais de assistência. O aprendizado dos movimentos sociais em pressionar o INCRA para garantir sua participação direta no planejamento e execução das políticas de reforma agrária foi perdendo força.

Quadro 6.2: Mudanças Normativas e a Despolitização da Reforma Agrária.

<b>Ação</b>	<b>Data</b>	<b>Legislação</b>	<b>Detalhamento</b>
Programa Terra Legal	25/06/2009 03/04/2009	Lei nº 11.952 Decreto nº 6.813	Transfere a responsabilidade da regularização fundiária na Amazônia para o MDA
PNATER	11/01/2010	Lei nº 12.188	Contratação de ATER passa a ser via chamada pública e não convênio
Estabelece ordem de preferência para seleção de candidatos a beneficiários ao PNRA	31/01/2013	Portaria MDA nº 6	Inclusão como beneficiário deixa de ser prioridade para quem esteve acampado na área em disputa.
SIPRA – CadUnico	31/01/2013	Portaria MDA nº 6	Inclusão no CadUnico como um dos critérios de preferência para obtenção de concessão ou domínio
PNHR – PMCMV	08/02/2013	Portaria Interministerial nº 78	Inclusão dos beneficiários do PNRA no MCMV com responsabilidade da Caixa
Crédito Instalação – nova forma de recebimento	26/05/2014	Decreto nº 8.256	Crédito deixa de ser recebido via associações e passa a ser destinado exclusivamente pelo beneficiário via contrato individual e recebido via cartão bancário.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA.

O agravamento desse processo se deu com a definição de critérios para seleção dos assentados em um novo projeto de assentamento que não levassem em consideração a permanência no acampamento. Considerando, nesse novo cenário, que a participação das famílias no processo de ocupação de imóveis e constituição de acampamentos, que era o principal meio de pressão dos movimentos sociais para conquista de novos assentamentos, não dá mais garantia para aquelas famílias que elas terão prioridade para serem assentadas, cria-se outra dificuldade na organização e politização do processo de luta pela terra.

Todos esses elementos indicam que o aprendizado dos movimentos sociais no

enfrentamento da reforma agrária, especialmente junto ao INCRA, e as possibilidades de politização do processo, disputando a concepção e execução de políticas de reforma agrária, foi sendo contrarrestado pelas forças hegemônicas, através do esvaziamento do órgão e pulverização das políticas e fechamento dos espaços de atuação dos movimentos sociais. Os enfrentamentos com o INCRA, apesar da persistência de algumas manifestações e acampamentos de impacto, foram se mostrando inócuos, já que o próprio INCRA tinha cada vez menor poder de resposta às demandas dos assentados e acampados.

Pode-se concluir, desde essa análise, de que nesses primeiros anos do século XXI foi se constituindo um novo impasse para os movimentos sociais no território estudado, em que o processo de politização da luta pela terra em curso no último quinquênio do século passado foi sendo esvaziado. Observa-se uma tendência de redução cada vez maior de conquistas de novas terras na forma de assentamentos e uma aceleração do processo de reversão dos assentamentos anteriormente criados via titulação de lotes individuais, acrescido do esvaziamento crescente do INCRA enquanto centro estratégico do Estado para a participação e luta política dos assentados e movimentos sociais.

No entanto, a disputa em torno da politização da luta pela terra não pode ser entendida apenas pela participação nas relações de poder estruturadas a partir do Estado via gestão das políticas de reconhecimento e acesso aos benefícios das políticas públicas. A crescente distribuição de recursos via políticas governamentais também levou a criação de novas organizações sociais, mais ou menos combativas e pautadas por diferentes tipos de alianças, disputando o poder de representação dos interesses dos assentados. Assis (2007) indica que o próprio INCRA fomentou a criação de associações locais fora do âmbito de influência das principais organizações sindicais e sociais, como a FETAGRI Regional e o MST, para reduzir sua força junto ao órgão. Além disso, novas lutas nos interiores dos assentamentos passaram a ser travadas, inclusive com a tentativa de grupos políticos contrários à reforma agrária buscarem construir relações de alianças e de influência no interior dos assentamentos, articulando-se pela pauta mais econômica e clientelista. Portanto, embora os assentamentos deram importante impulso para a ampliação da participação camponesa na política regional, as disputas de poder territorial se complexificaram e forças hegemônicas se empenharam em despolitizar essa luta.

As análises desenvolvidas nessa pesquisa indicaram uma estruturação de uma



dinâmica econômica baseada na mineração e pecuária que não apenas se internalizou nos assentamentos de reforma agrária como limitou a construção de projetos mais autônomos de desenvolvimento econômico – produtivo. Do ponto de vista político, estabeleceu-se uma disputa pela representação dos próprios assentados, em alguns casos dissociando a luta pela terra e a mediação da luta pelo acesso aos direitos sociais decorrentes da condição de assentado. A mudança de posição do PT, deixando de ser o principal mediador de um projeto de desenvolvimento regional baseado na reforma agrária, sem que emergisse um novo mediador com capacidade de articulação em escala regional e, portanto, de politização dessa luta em sua dimensão territorial, contribuiu para a re-fragmentação das lutas e, portanto, sua despolitização.

Retomando os termos de Jose de Souza Martins, pode-se perceber um novo impasse político da luta pela terra no sudeste paraense. Não se trata mais apenas dos limites impostos pelas relações com os mediadores políticos e com a institucionalidade estatal atrelada à luta pela reforma agrária, como havia sido apontada pelo autor, embora esses elementos sejam recolocados com importância. Mas se trata de um impasse imposto pela estruturação de relações de poder, articuladas em um projeto hegemônico regional, que é desestruturador e subordinador das perspectivas emancipatórias camponesas. No entanto, deve ser entendido como impasse, pois não podem ser desconsiderados outros trunfos de poder, alcançados com as conquistas dos assentamentos e demais direitos sociais e econômicos que, mesmo estando tensionados pelas forças hegemônicas, apresentam-se como bases potenciais para processos de re-existência territorial. Dada a amplitude de áreas conquistadas durante a virada territorial, as possibilidades de ampliação de escalas dessas lutas não são poucas, embora careçam de novas mediações e impulsos de politização, em um contexto em que a construção de um sentido territorial emancipatório pela via da invisibilização em interstícios desconectados dos circuitos mundiais de acumulação, não é mais possível.



## 7 CONCLUSÕES

Este trabalho apresentou uma reflexão sobre as relações entre a questão agrária brasileira e a questão regional, tomando como referência o estudo do sudeste paraense. A própria escolha do tema procurou reafirmar a existência de uma 'questão agrária', contrariando análises que tendem a negá-la enquanto questão nacional ou social relevante, porém reconhecendo a necessidade de uma atualização do seu escopo teórico e político de forma a compreender tanto suas raízes históricas estruturais, como as suas novas determinações. A opção teórica assumida procurou colocar em evidência as dimensões espaciais dessas determinações, evitando tendências economicistas e tecnicistas de tratamento do objeto de pesquisa e reforçando a interface entre a questão agrária e a regional.

Essa dimensão espacial ganha concretude através de uma leitura das dinâmicas territoriais da acumulação capitalista brasileira que coloque no centro da análise as relações de poder e os pactos de dominação, assim como os conflitos envolvidos na produção dos espaços regionais. Esses elementos permitem evidenciar as tensões na reprodução social de diferentes grupos, classes e frações que se confrontam em cada contexto territorial específico. Nessa perspectiva, a dimensão espacial analisada articula sujeitos, estruturas e ação, expressas na tríade território-territorialidade-des/re/territorialização.

Esse tipo de análise ganha concretude quando focalizado em um território específico, permitindo a análise dos diferentes agentes, seus interesses e estratégias, bem como as inter-relações cooperativas e conflitivas que eles estabelecem entre si. No entanto, apesar desse recorte territorial, evitou-se desenvolver um estudo apenas local, isolado das totalidades mais amplas nas quais está inserido e que também compõe. Assim, ganhou importância um tratamento multidimensional e articulado das escalas de análise, considerando as próprias escalas dos fenômenos a serem estudados, mas sobretudo, a perspectiva de que as relações de poder são trans-escalares. A trama de eventos que define um determinado lugar expressa forças sociais e relações de poder materiais e simbólicas muitas vezes produzidas em outras escalas, vinculando o lugar, através dos agentes e suas relações, a totalidades mais amplas.

O conceito de estratégia de acumulação contribuiu com essa leitura ao vincular

as reflexões tanto das dimensões econômicas e políticas da acumulação, como das relações entre as dinâmicas mais gerais do capitalismo global com as estratégias hegemônicas na escala nacional. No final do século XX se deu uma mudança na estratégia de acumulação brasileira, que passou a se configurar como rentista-agroindustrial, em resposta, simultaneamente, a emergência de um regime de acumulação financeirizado no capitalismo mundial e a uma dependência desejada das classes dominantes nacionais, empenhadas em transformar o país em uma plataforma de valorização financeira. A essa estratégia de acumulação correspondeu a conformação de um bloco no poder hegemônico pela fração bancário-financeira e articulador de diferentes interesses rentistas e patrimonialistas.

As inúmeras descontinuidades advindas dessa estratégia de acumulação não significaram ruptura com certos processos históricos de longa duração na formação socioespacial brasileira, como o próprio caráter rentista e patrimonialista das oligarquias nacionais e regionais envolvidas na acumulação de capital e poder, produtoras de um espaço concentrado e excludente. Ao mesmo tempo, também houve rupturas, destacando-se uma relativa privatização da gestão do espaço, com as empresas privadas assumindo um papel chave no poder de mando e na definição das estratégias de regulação territoriais, apoiadas pelo Estado enquanto provedor de recursos e segurança pública. Isso não significou o fim das oligarquias regionais, mas um aprofundamento da necessidade de elas terem que negociar sua inserção subordinada no bloco de poder como mediadoras dos interesses das grandes corporações privadas.

Nesse novo contexto, emergiram novas determinações para a questão agrária brasileira, cujo eixo central foi sua vinculação à transformação do país em plataforma de valorização financeira. Essa vinculação se deu, principalmente, pelo papel que as exportações de *commodities* agrícolas e minerais assumiram na geração de superávits na balança comercial como mecanismo de compensação dos déficits das rendas pagas ao capital aqui aportado, levando a organização de uma economia do agronegócio. Esse papel econômico foi possível em função de reconfigurações mais gerais do sistema agroalimentar mundial, especialmente sua financeirização, e o efeito do crescimento das importações chinesas.

O aprofundamento desse processo originou desdobramentos significativos no agro-mínero-negócio brasileiro, em especial, o aprofundamento de sua internacionalização, da sua financeirização e da sua expansão territorial, associado a

uma corrida por terras e aquecimento no seu respectivo mercado. De forma compatível com as novas formas de gestão do espaço, as grandes corporações do agronegócio, assim como da mineração, tiveram papel central nesse processo, canalizando investimentos governamentais, organizando as demandas de infraestrutura física e definindo os processos de expansão e de organização das economias urbanas e regionais a elas subordinadas. Atualizou-se o pacto político entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, materializados na integração entre os complexos agroindustriais, o sistema de crédito e o mercado de terras, e na participação privilegiada das frações representantes do agro-mínero-negócio no bloco no poder.

O sudeste paraense, recorte territorial desta pesquisa, foi analisado em busca de se compreender como se condensam, em determinada região, as tensões e conflitos gerados pelas forças sociais multi-escalares decorrentes dessa estratégia de acumulação brasileira e da expansão do agro-mínero-negócio. Essas forças exógenas, na perspectiva adotada, são vetores que só se transformam em dinâmicas socioespaciais efetivas através dos elementos internos e suas forças endógenas, levando a criação de uma especificidade deste lugar e não uma mera reprodução de processos gerais, o que reforça um desenvolvimento desigual do espaço geográfico. A partir dessa perspectiva, procurou-se refletir sobre a trama de dinâmicas que se entrelaçam em uma determinada escala, configurando a própria região de análise, mas que, ao mesmo tempo, permitem uma leitura de como os principais agentes, estruturas e processos que as geram, atuam e se confrontam, produzindo não apenas a especificidade do lugar, como conflitos, estratégias e impasses que revelam aspectos mais gerais das lutas territoriais contemporâneas.

A categoria central para organizar essa análise foi a luta pela terra, entendida como o principal eixo ao redor do qual se expressam as contradições e conflitos pela dominação e apropriação material e simbólica do território. Essa categoria, portanto, é expressão das relações de poder entre sujeitos em confronto e as classes e interesses que eles representam, mas também das mediações sociais e institucionalidades que lhes dão sustentação. Em síntese, a luta pela terra foi tratada como expressão de um persistente confronto entre dinâmicas de concentração econômica e exclusão política e de resistências à expropriação e expulsão e de produção de contra-espacos, que na fase atual se expressa nas perspectivas de mercantilização da terra – valor de troca – ou de sua apropriação como bem público

– valor de uso.

A luta pela terra também reflete a história social do lugar, a trama de relações entre grupos, classes e frações em disputa pela sua dominação e apropriação, pela produção dos sentidos e significados sociais da própria terra e do território em cada período histórico. A categoria esteve no cerne da leitura sobre a historicidade e geograficidade do atual sudeste paraense, cujas marcas mantêm-se no presente, como espaço produzido e como território, assumindo centralidade nas dinâmicas políticas atuais resultantes de processos de formação das classes e grupos sociais, com suas territorialidades próprias, e distintas capacidades econômicas e políticas acumuladas.

O marco inicial da análise histórico-geográfica dessa região foi o processo de colonização a que foi submetida, momento em que foi se forjando uma estrutura fundiária e um poder político concentrado e excludente, reproduzindo o padrão territorial nacional. Embora não explorado nesta pesquisa, reconhece-se indícios de que a própria existência desses castanhais é reveladora de temporalidades mais longas, não apenas da própria natureza, como da presença de grupos indígenas e de interações com ela em outras bases sociais e epistêmicas. No entanto, foi o marco da colonização sistemática pela sociedade nacional que deu início à luta pela dominação dessas terras, partindo da expropriação dos povos indígenas até a constituição de uma estrutura fundiária baseada em grandes domínios territoriais – os castanhais – capazes de bloquear a formação de territorialidades alternativas e de subordinar a força de trabalho local. Nesse processo, conformaram-se processos mercantis de acumulação que definiram, simultaneamente, as estruturas locais de dominação econômica e política, assim como a posição subordinada da região em suas relações com outras regiões.

O fechamento relativo dessa região pelos interesses das oligarquias locais, que restringiu e fragmentou os conflitos agrários no interior dos castanhais, começou a ser quebrado nos anos de 1950 e 1960, a partir da ação de múltiplas forças exógenas que a alcançaram. A consolidação de uma estratégia de acumulação industrial, cujo centro dinâmico concentrou-se em São Paulo, e seus impulsos de organização socioespacial com vistas a integração do campo e das regiões à esta dinâmica de acumulação subordinada ao capital monopolista que ali havia se formado e precisava se expandir, fortaleceram processos de alteração estrutural das dinâmicas agrárias e regionais. Apesar do fortalecimento de lutas populares nesse período que ampliaram as tensões

sobre os sentidos dessas mudanças, prevaleceu a imposição autoritária de manutenção do pacto de poder sobre a terra e os territórios, mantendo o caráter concentrador e excludente da formação socioespacial, embora também originando novas contradições e novas lutas.

Esses processos pressionaram a abertura da região sudeste paraense pela via da sua integração física e política com as dinâmicas mais gerais da acumulação brasileira, ampliando a heterogeneidade de agentes econômicos e políticos e seus respectivos interesses. A principal mudança estrutural nesse contexto foi o início da transformação da terra em mercadoria, colocando em xeque o controle político que garantia a sua dominação econômica. A luta pela terra assumiu, desde então, o caráter de uma luta propriamente capitalista, cujo fundamento é a disputa pela apropriação e sujeição da renda fundiária.

Nesse contexto, emergiu uma questão da terra na região, materializada em intensas disputas pela sua dominação e apropriação por diferentes frações do capital, representadas pelas oligarquias castanheiras, novos fazendeiros recém-chegados à região e grupos empresariais, mas também por pequenos posseiros, em grande medida, representantes de uma frente de expansão camponesa oriunda da região nordeste e centro-oeste. A conflitividade desse processo e os riscos apresentados à manutenção do pacto de poder da época levou a uma militarização da região e a implementação de processos de colonização que sustentaram o aprofundamento do processo de integração da região às dinâmicas da acumulação nacional, especialmente com a implantação da mineração industrial e do Programa Grande Carajás.

A crise da ditadura civil-militar e a transição para o regime seguinte trouxe novos vetores que alteraram a luta pela terra no sudeste paraense. Em primeiro lugar, consolidaram o processo de complexificação da economia urbano-regional, tendo como fator central a mineração industrial associada a núcleos siderúrgicos, além da pecuária extensiva, agricultura camponesa de alimentos e rede de comércio e serviços urbanos. Em segundo, um rearranjo no bloco regional de poder, que, não sem conflitos e contradições, levou a uma aproximação política de parte da velha oligarquia castanheira aos novos fazendeiros e comerciantes, articulados em torno do desenvolvimento da pecuária extensiva. Por fim, da politização da luta pela terra, através da articulação sindical e da conexão a mediadores políticos regionais e nacionais, que a vincularam a processos mais amplos de luta por reforma agrária,

forçando uma substituição da política de colonização por uma política de criação de assentamentos.

O estudo mais detalhado das alterações na dominação e apropriação da terra em uma parte do chamado 'polígono dos castanhais' teve como objetivo analisar a dinâmica integrada desses três grupos de vetores citados, seus resultados em termos de produção do espaço agrário e as relações políticas estabelecidas entre os principais agentes em confronto. Se a formulação do projeto desse polígono foi uma tentativa da velha oligarquia de preservação do seu domínio da terra e das relações econômicas e políticas que ela permitia, a pesquisa mostrou seu relativo deslocamento e integração às novas dinâmicas agrárias que foram se constituindo, seja pela própria transformação dos 'donos' de castanhais em pecuaristas, seja através da venda desses castanhais a empresas e fazendeiros recém-chegados ou ao próprio governo para criação de assentamentos. Por outro lado, as mudanças na apropriação da terra nesse polígono também explicitaram a capacidade política das forças aliadas do bloco no poder em transformar, na área estudada, 65,4% das terras em assentamentos ou imóveis de pequeno e médio porte.

Esse processo, que já apresenta uma duração de cerca de 30 anos (1987 – 2016), não teve, no entanto, trajetória linear, revelando distintas fases em que tendências de concentração ou desconcentração da terra foram predominantes, embora, em termos gerais, apontaram uma tendência de avanço na obtenção de terras para a reforma agrária, conformando, até o final dos anos 1990, uma mancha de assentamentos nesse território específico que parecia apontar uma territorialização da reforma agrária. Desde o início dos anos 2000, no entanto, esse processo foi sendo revertido à medida que se aprofundaram os vínculos da região com os circuitos de produção minerais e pecuários, refletindo a dinâmica de expansão da produção de commodities de exportação e a emergência de uma economia política do agronegócio. Essa dinâmica não interrompeu os conflitos agrários que, ao contrário, se complexificaram, incluindo novos agentes direta ou indiretamente ligados ao agrominero-negócio, porém alterou a correlação entre as forças envolvidas nessa luta, rearticulando o pacto latifundiário e reduzindo drasticamente a obtenção de terras para a criação de novos assentamentos.

A vinculação dessa região com os circuitos espaciais mundiais de acumulação de capital reforça a necessidade de análises trans-escalares que considerem a ótica da mundialização e do desenvolvimento desigual e combinado como determinantes.



A compreensão desses processos passa pela identificação dos principais agentes econômicos que definem e materializam essa vinculação, seus modos de operação e a forma como conduzem o processo de captura do excedente e de acumulação. Nessa perspectiva, houve uma centralidade assumida pelas grandes corporações como agentes principais da globalização econômica e da mundialização do espaço, coordenando os processos de expansão territorial.

No entanto, esse deslocamento espacial da acumulação do capital não pode ser visto como processo aleatório, pois obedece a hierarquias definidas pelos potenciais estratégicos que as diferentes frações do espaço representam para o núcleo central dessa acumulação mundial. Portanto, os deslocamentos obedecem a estratégias que visam centralizar as mercadorias capitalistas básicas (dinheiro, trabalho, terra/natureza) e os fluxos de renda e poder decorrentes de sua propriedade privada e, dessa forma, exercer o poder de monopólio e reforçar a hegemonia.

Por isso, essa dinâmica remete a formação de lugares estratégicos para o processo de acumulação que se convertem em territórios prioritários para a monopolização pelas grandes corporações. A essencialidade desses lugares estratégicos pode se dar pela alta densidade de potencial produtivo acumulado, de produção de inovação tecnológica ou ainda pela riqueza de bens naturais estratégicos. Esses bens naturais estratégicos são aqueles essenciais para o processo de funcionamento da produção capitalista, em um dado padrão tecnológico, e que dificilmente podem ser reproduzidos artificialmente, levando a que seu monopólio se constitua como elemento chave na acumulação de poder econômico e político mundial.

No caso do sudeste paraense, dois tipos de grandes corporações mundiais organizaram a gestão privada do espaço regional, configurando-se como as estruturadoras da sua inserção nos circuitos mundiais de acumulação: as grandes corporações mineiras, particularmente a empresa Vale SA, e as grandes corporações agroindustriais, especialmente as ligadas ao processamento de carne bovina. No entanto, há claramente hierarquias entre elas, em função de suas formas de inserção nos circuitos mundiais de acumulação e de poder e do caráter estratégico que seus domínios de recursos naturais representam, com a mineração, em função da raridade e da rigidez locacional desses recursos, atuando para tornar a região, bem como seu domínio, de muito maior potencial estratégico mundial do que a produção pecuária. Essas diferenças refletem-se nas próprias territorialidades dessas corporações, com

a mineração assumindo um formato mais próximo de uma territorialidade-arquipélago, concentrando-se em núcleos espaciais estratégicos e descontínuos em escala mundial, e a pecuária assumindo um formato mais próximo de uma territorialidade de fronteira em expansão em escala nacional.

Uma questão importante que emergiu dessa reflexão é como se deu o processo de territorialização dessas grandes corporações em um território estratégico como o sudeste paraense. Embora a tomada de decisões tenha origem nos interesses hierárquicos dessas grandes corporações, o Estado assumiu papel essencial nessa territorialização, através do financiamento das próprias corporações e das infraestruturas que lhes são necessárias, dada a convergência de interesses capitalistas e territoriais vinculados a atual estratégia de acumulação. No entanto, sem desconsiderar as contradições entre esses tipos de interesse, representados respectivamente pelas corporações e pelo Estado, a importância deste último foi além da viabilização da infraestrutura material.

Para além dessas infraestruturas materiais de conexão aos circuitos espaciais mundiais, o potencial estratégico de um território como o do sudeste paraense só é plenamente alcançado com a criação de uma coerência regionalmente estruturada que garanta as condições adequadas de funcionamento da acumulação local e dos mecanismos de transferência de excedentes. Essa coerência estruturada implicou em fixação de capital, garantia de força de trabalho disponível nas quantidades e qualidades necessárias e condições normativas mais gerais para o funcionamento da produção, o que também demandou o engajamento do Estado e de outras frações regionais do capital, embora mais dependentes do Estado e subordinadas aos interesses das corporações.

As demandas mais específicas de cada uma dessas grandes corporações e seus circuitos espaciais, bem como suas distintas territorialidades levam a diferentes relações com o território e com as demais forças sociais regionais. No caso da mineração, há uma territorialização concentrada em pontos específicos do espaço, ricos em recursos minerais, vinculadas à rede urbana que atua como fornecedora de força de trabalho e serviços e centros estratégicos de articulação com os circuitos mundiais. Uma característica da demanda de força de trabalho para esse tipo de subsistema é a sua relativa mobilidade, estando disponível para acompanhar os deslocamentos da atividade mineral, especialmente na fase de implantação de novos projetos que é a mais demandante de força de trabalho, configurando uma

permanente reestruturação da rede urbana regional associada aos investimentos em novos projetos minerários ou de infraestruturas de circulação. Nessa perspectiva, pode-se identificar um subsistema de produção e circulação mineral – urbano estruturador das dinâmicas socioespaciais do sudeste paraense.

Embora em expansão acelerada desde os anos 2000, o subsistema mineral – urbano não alterou suas características principais, uma vez que desde sua origem foi internacionalizado e vinculado a circuitos mundiais de acumulação. O subsistema pecuário, no entanto, sofreu maiores alterações no período uma vez que foi integrado aos circuitos mundiais através da ação estruturadora das grandes agroindústrias frigoríficas que se instalaram na região. Esse subsistema, pela sua própria territorialidade de fronteira em expansão desempenhou um maior espraiamento no conjunto da região e a configuração de complexos territoriais articulados pelos fluxos de gado voltados ao abastecimento de cada uma das unidades agroindustriais.

A configuração desse subsistema pecuário internacionalizado é resultante de três vetores principais: um vetor de expulsão da pecuária de antigas fronteiras no centro-oeste que estão sendo ocupadas pelo agronegócio da soja; um vetor de atração gerado pela instalação das agroindústrias frigoríficas, viabilizadas pelos investimentos mais gerais em infraestrutura de transporte, energia e comunicações e pelos financiamentos públicos e privados específicos ao setor; pela sinergia com as dinâmicas históricas e geográficas locais, de transformação dos castanhais em fazendas de gado, e a formação de um bloco regional de poder profundamente identificado com a atividade.

Detalhando-se os estudos desses subsistemas de produção e circulação, pode-se perceber que, embora a expansão da produção de commodities tenha sido marcante em toda a mesorregião sudeste paraense, é possível delimitar complexos territoriais mais específicos. Um deles, centralizado em Marabá, mostrou forte convergência territorial das determinações do subsistema mineral – urbano e pecuário, configurando um complexo territorial de produção e reprodução agromineral. A conformação desse complexo territorial mostrou a consolidação de certa coerência estruturada sinérgica entre ambos subsistemas que atualizou o pacto latifundiário e exerceu forte pressão contrária ao processo de desconcentração de terras e de poder via criação de projetos de assentamento.

O principal ponto de convergência entre esses dois subsistemas está na dominação e subordinação do território assentada sobre o pacto latifundiário. Do

ponto de vista da mineração industrial, esse pacto responde a dois interesses centrais: garantir uma força de trabalho residente nas cidades, desterritorializada e com alta mobilidade para acompanhar os deslocamentos dos investimentos minerais, e aprofundar a mercantilização da terra reduzindo à incorporação de novas terras para a expansão dos projetos minerários e sua infraestrutura a uma relação de mercado. Do ponto de vista da pecuária, o pacto latifundiário garante a ampliação dos rebanhos de forma extensiva e com baixo custo de produção, garantindo a reprodução do subsistema pela incorporação de novas terras, dentro dos limites do raio econômico de circulação do gado para abate em cada agroindústria. Complementam esses interesses os investimentos de empresas atacadistas e varejistas de comercialização de alimentos que dominam os mercados urbanos, capturando parte da renda minerária paga na forma de salários e que inserem a região em circuitos nacionais do agronegócio de alimentos e, em contrapartida, representam um limitador das possibilidades de diversificação da produção camponesa de alimentos, constituindo-se em um forte vetor de sua subordinação ao subsistema pecuário.

Em termos teóricos, fundamentando-se na teoria da renda da terra marxista, a dominação das terras para captura da renda fundiária foi o elemento unificador dos dois subsistemas, conformando o complexo territorial de produção e reprodução agromineral e contribuindo para convergência dos interesses dos capitais minerários e agroindustriais de exportação impulsionadores de uma coerência estruturada regionalmente aos seus interesses e demandas. No caso da mineração, as condições mundialmente excepcionais em termos de diversidade, qualidade e quantidade de minérios, assim como seu caráter estratégico para a acumulação nacional organizada pelo Estado, conferem uma capacidade de transferência de renda elevada, reforçando sua condição de forma de uso da terra de referência para as demais atividades, cujo reflexo é o mais alto preço da terra (renda capitalizada) no perímetro onde a mineração está mais concentrada. Nesse sentido, também sob esse ponto de vista, há uma hierarquia entre mineração e pecuária.

A importância da renda capitalista da terra, como guia teórico, não significa interpretá-la como rendas diretas recebidas pelos proprietários, apenas na comercialização da terra ou no seu arrendamento, pois essa categoria é reveladora de um processo mais geral de transferência de renda, mediado pelo capital e pelo Estado, e pago pelo conjunto da sociedade. A monopolização da terra através da propriedade fundiária permite aos seus agentes participarem desses processos de

transferência que, dada a sua importância histórica no Brasil, revelam o caráter rentista da acumulação. Esse caráter evidencia um processo contínuo de transformação da terra em mercadoria, condição primordial para o direito ao recebimento desse tributo social, a mediação do Estado na organização desse processo de transferência, as possibilidades do capital sujeitar a renda da terra, seja assumindo a condição de proprietário de terras através da territorialização do capital, seja sujeitando a renda da terra através da subordinação do território pelo capital, inclusive a produção camponesa.

Esses processos históricos ganharam relevância no período mais recente em que o traço rentista ganhou centralidade mundial frente a emergência de um regime de acumulação financeirizado, levando a um ressurgimento da importância da renda da terra. Durante o período de hegemonia do capital industrial, as tensões entre essas frações do capital e a renda fundiária levaram a uma série de estratégias da indústria para capturá-la, em especial a expansão do sistema agroalimentar mundial, a criação de dispositivos via Estado para canalizar a renda para a indústria, a sujeição da renda da terra camponesa e uma modernização técnica da agricultura que padronizasse sua produção de mais-valia independente das condições naturais do solo e ampliasse a composição orgânica do seu capital. Com o regime de acumulação financeirizado, essas estratégias foram perdendo eficácia frente ao rentismo generalizado, porém levando a uma desvinculação entre renda da terra e indústria, reforçando as transferências do pagamento da renda da terra como tributo social pelo conjunto da sociedade via gasto público e, simultaneamente, desvinculando os preços dos alimentos e os salários, de forma que o aumento da renda não gerasse pressões por aumentos no custo de reprodução da força de trabalho.

Esses processos contribuem para interpretar os mecanismos específicos de subordinação da renda da terra no complexo territorial de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense, organizando as articulações de interesses econômicos do bloco no poder regional e as mediações necessárias à sua realização. Três mecanismos foram analisados no caso do sudeste paraense: o aquecimento do mercado de terras, o processo de expansão de fronteira e a produção de novas terras-mercadoria e as possibilidades de acesso às transferências da mais-valia social através do sistema de crédito.

Em relação ao mercado de terras, as análises mostraram uma tendência ascensional dos preços, entendidos como expressão da renda fundiária capitalizada,

seguindo tendência nacional. A microrregião de Parauapebas, ao apresentar a maior elevação, confirmou o papel principal da mineração na valorização das terras em função das possibilidades da renda fundiária/mineral. Mesmo que a exploração mineral seja executada, predominantemente, por grandes empresas, a propriedade de terras com subsolo rico em minério ou de alvarás de exploração de jazidas economicamente aproveitáveis configurou-se como um negócio rentável, garantindo sua comercialização para as empresas mineradoras ou sua cessão com participação nos lucros. Essas possibilidades ampliam a corrida por terras e por autorizações de pesquisa mineral, o que cria conflitos com demandas de novos projetos de assentamento e terras indígenas e pressão sobre os já existentes. Além disso, a presença das grandes corporações mineradoras não apenas cria conexões com os circuitos mundiais de acumulação como atrai e aproxima outros diferentes agentes econômicos globais, intermediários e locais que também passam a disputar a dominação da terra como possibilidade de apropriação dos ganhos rentistas minerais, seja diretamente vinculada à própria atividade, seja indiretamente, pela implantação pecuária.

Os preços das terras de pastagens, considerando o conjunto do estado do Pará, também cresceram, seja pelos efeitos indiretos da mineração, como pela própria vinculação à atividade pecuária. Porém, tanto seus valores absolutos, como seu crescimento percentual, tiveram elevação inferior à média nacional, apesar da forte expansão do rebanho bovino no estado. Esse dado sugere que o deslocamento da pecuária para a região foi estimulado pelas possibilidades de incorporação de terras de mais baixo preço que as áreas do centro-oeste, de onde partiu esse deslocamento. A possibilidade de manutenção dos baixos preços das terras de pastagens no Pará, mesmo com o crescimento da renda pecuária, se deu em função dos mecanismos de incorporação de novas áreas ao estoque de terras através da transformação de terras de floresta originária – bens públicos – em terras-mercadoria, na forma de terras com mata, terras com pastagens ou estoque de terras desmatadas. Reforça-se, assim, uma leitura do caráter terra-extensivo da atividade pecuária associado a um processo expansivo de mercantilização de terras.

Esse caráter terra-extensivo não se dá apenas pela baixa produtividade pecuária por hectare, mas pela sua associação a uma capacidade permanente de incorporação de novas terras a esse processo produtivo, resolvendo um problema de reprodução do subsistema pecuário sem a necessidade de elevados investimentos na

matriz tecnológica e na intensificação do uso do solo. Dessa forma, o subsistema garante sua expansão territorial, necessária para a reprodução ampliada da própria atividade pecuária, e a ampliação da mercantilização das terras, necessária para a reprodução do complexo territorial como um todo. Essa dinâmica de produção de terras-mercadoria em um movimento de expansão de fronteira, com a continuidade de uma ‘marcha para oeste’ em direção à São Felix do Xingu e à Pacajá, pelo eixo da transamazônica, criam e tornam acessíveis a renda capitalizada.

Essa dinâmica reproduz também um complexo de devastação, violência e concentração fundiária, uma vez que as microrregiões mais à oeste são aquelas em que se deram, nesse período, os maiores índices de desmatamento e de assassinatos em decorrência dos conflitos agrários, revelando o caráter expropriatório desse processo de produção de terras-mercadoria. São essas microrregiões que também tiveram aumentada a concentração fundiária, contrarrestando as tendências de desconcentração fundiária nas áreas de ocupação mais antigas, alcançadas através do binômio luta pela terra – criação de assentamentos de reforma agrária, e mantendo a elevada concentração fundiária no conjunto da mesorregião.

No caso do complexo territorial de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense, a incorporação de novas terras através dessa dinâmica de expansão de fronteira contou com o apoio decisivo do sistema de crédito rural, apresentando significativa correlação entre os montantes de crédito para investimentos pecuário e o incremento do desflorestamento, do rebanho bovino e da violência. Os municípios de Marabá, Itupiranga, Novo Repartimento e Pacajá, justamente aqueles que indicam os eixos de expansão à oeste, destacaram-se nessas correlações. Indica-se, assim, a continuidade do sistema de crédito como mecanismo governamental organizador do processo de expansão da produção pecuária associado à produção de fazendas (produção de terras-mercadoria, transformação dessas terras de terras com mata em terras com pastagens e formação dos rebanhos bovinos) e, conseqüentemente, da renda da terra capitalizada.

O crédito como mecanismo de mediação na transferência da renda da terra enquanto tributo social para os proprietários de terras não se restringe, no entanto, ao processo de expansão territorial do subsistema. O crédito rural, através do PRONAF – investimento pecuário, apresentou papel relevante, no conjunto do estado do Pará, na vinculação da produção camponesa à pecuária, mostrando-se também como mecanismo de sujeição da renda da terra camponesa ao próprio sistema financeiro,

aos fornecedores de insumos e aos grandes proprietários que, com maior capacidade de atuar no ciclo produtivo completo (cria-recria-engorda) e comercialização direta com os grandes frigoríficos, tem relações desiguais no interior do circuito de produção-circulação e mantém uma associação entre concentração fundiária – concentração dos rebanhos – concentração da renda. Além disso, o crédito rural, na modalidade custeio pecuário, sobretudo nas áreas de ocupação mais antigas, mostrou-se como mecanismo de financiamento produtivo, em uma correlação significativa entre o crédito e o gado transportado para abate nos municípios onde se localizam os principais frigoríficos, reforçando a diferenciação no interior do subsistema já que é pouco disponibilizado para os produtores camponeses via PRONAF e atuando como mecanismo de transferência de renda para os grandes produtores com seus rebanhos já formados e para os próprios frigoríficos, subsidiando os custos de produção dos grandes pecuaristas e, portanto, atuando para reduzir a pressão pela elevação dos preços de venda à agroindústria.

Todas essas dinâmicas e tendências expostas até aqui são expressões dos interesses que movimentam e articulam, com certa coerência regional, o processo de acumulação do capital. No entanto, sua consolidação não se resume a existências dessa trama de interesses econômicos, mas a sua capacidade de legitimação perante a diferentes grupos sociais, classes e frações, com atuação em várias escalas, inclusive na escala regional, com seus próprios interesses específicos, sejam eles convergentes, contraditórios ou até mesmo antagônicos. Sua sustentação política, portanto, está relacionada a instituição de relações de poder capazes de conferir-lhe hegemonia regional.

Essa hegemonia passa pela constituição de um bloco de poder regional, entendido como uma aliança simultaneamente econômica, política e ideológica entre grupos sociais, classes e frações, compondo uma unidade política das classes dominantes organizados em torno dos interesses das grandes corporações agrominerais. A capacidade de exercício de hegemonia do bloco no poder, no entanto, extrapola os interesses específicos das próprias classes dominantes a partir da inclusão de alianças, muitas vezes parciais e instáveis, com grupos, classes e frações subalternas. Esse processo visa a constituição de um projeto hegemônico, o que inclui concessões materiais e a constituição de um paradigma político em que mesmo as forças subordinadas percebam possibilidades de fazer avançar seus interesses e, com isso, recusem processos alternativos.



O complexo territorial agromineral do sudeste paraense aponta nessa direção, com os interesses das corporações da mineração e do agronegócio tanto organizando os circuitos regionais de produção-circulação-distribuição-consumo, como envolvendo uma aliança econômica, política e ideológica entre diferentes grupos sociais, classes e frações que compõem o bloco no poder regional e, de forma parcial, parte das classes subalternizadas. A constituição dessas alianças, são fortemente estruturados pelos interesses associados entre as grandes corporações e o Estado, mas também de certas frações regionais que atuam na mediação entre esses interesses mais gerais das estratégias de acumulação nacional-mundial e sua aceitação em escala regional, apesar das muitas contradições entre eles.

No contexto atual, marcado por uma maior mobilidade do capital, um importante mecanismo de imposição dos interesses hegemônicos passa por uma 'chantagem locacional', ou seja, pela ameaça de retirada de investimentos de uma região se não forem oferecidas condições institucionais atrativas, o que envolve flexibilização de normas e direitos sociais e ambientais, assim como subordinação da força de trabalho. O estudo do sudeste paraense indicou a importância da ação política efetiva do Estado nessa direção, dadas as convergências entre processos regionais e as estratégias nacionais de acumulação, materializadas na forma de investimentos públicos vinculados aos e condicionados pelos investimentos e projetos das corporações. Além dessa política de investimentos, o Estado atuou fortemente na alteração das legislações específicas e na elaboração de discursos e planos de ordenamento territorial que reforçavam a ideia de que não há nenhuma possibilidade de alternativa ao desenvolvimento regional alternativa à sua estruturação vinculada aos circuitos mundiais e nacionais de acumulação e aos interesses das grandes corporações.

Essa 'chantagem locacional' imposta pela associação entre corporações e Estado, se traduz para as classes subalternas como uma 'alternativa infernal' entre a resignação impotente frente a esses interesses ou a penalização com a falta de investimentos, emprego e renda. No entanto, como a capacidade de geração de emprego e renda diretamente pelas grandes corporações minerais e do agronegócio não é suficiente para responder a estas demandas, as frações regionais do capital constroem seu papel de mediadoras, pois são elas que, capturando a distribuição desigual dos efeitos regionais dos investimentos agrominerais, respondem pela geração da maior parte dos empregos urbanos, seja diretamente como representantes do capital comercial, no setor de comércio e serviços, seja indiretamente como elite

política gestora da administração local e dos empregos públicos. Nessa posição de mediadores, essas frações regionais podem até se somar a certas lutas populares contra as corporações, mas buscando direcioná-las para exercer pressão pelo aumento dos investimentos e nunca para o questionamento de seus fundamentos principais que pudessem tensionar e deslegitimar o projeto hegemônico.

Esses mediadores, apesar de sua importância específica em cada unidade territorial, atuam de forma subordinada ao poder estruturante das grandes corporações responsáveis pela produção e exportação de *commodities* minerais e pecuárias, diretamente inseridas em escalas mundiais de acumulação e, simultaneamente, vinculadas a processos relevantes da estratégia de acumulação nacional. O poder de estruturação de um território coerentemente com os interesses dessas perspectivas de acumulação não se dissocia de processos de territorialização dessas próprias corporações, além da gama de agentes que lhe são associados, com suas territorialidades específicas.

No sudeste paraense, a combinação de dois tipos de territorialidades coporativas potencializou as transformações territoriais estudadas. Enquanto a territorialidade-arquipélago da mineração tende a concentrar suas atividades em pontos relativamente específicos, cuja maior articulação com o território se dá com a rede urbana, em função das necessidades de gestão da força de trabalho com relativa mobilidade e de constituição de centros de articulação com os circuitos mundiais, a territorialidade da pecuária reafirma-se como uma ocupação terra-extensiva, envolvida tanto na articulação de amplas frações territoriais como na produção de novas terras-mercadorias.

No entanto, diferentemente da expansão de fronteira pecuária observada em períodos anteriores, financiada especialmente pelo capital comercial e pela extração de madeira e produção de carvão, a pecuária, nessa nova fase se estrutura de forma articulada aos grandes interesses agroindustriais de exportação e se beneficia com a alocação de massas redundantes de capitais acumulados em atividades urbanas potencializadas pela mineração. Nessa nova dinâmica, a expansão pecuária fortaleceu-se, porém, sem perder seu caráter de expansão de fronteira que, ao contrário do que desejam as narrativas legitimadoras, não são expressão da permanência de velhos vetores da exploração madeireira e grilagem de terras comandadas pelas frações atrasadas do capital mercantil, mas são expressões estruturais da própria modernização pecuária agroindustrial de exportação.

Considerando que essa expansão da produção de *commodities* agrominerais, mesmo que aprofundando sua vinculação aos circuitos mundializados da acumulação e do desenvolvimento das forças produtivas, não altera as estruturas de propriedade e nem as dinâmicas conflitivas de expansão de fronteira, os conflitos agrários se mantêm e a luta pela terra persiste e se aprofunda no interior da Amazônia como um todo. Esse cenário reafirma a importância das frações políticas e econômicas regionais que, embora subordinadas aos interesses das forças de acumulação nacional e mundiais, atuam como mediadoras locais dos conflitos e, em contrapartida, se colocam como dominadores de frações territoriais como forma de participação na acumulação rentista regional. Forjam-se, assim, novas alianças regionais que atualizam o pacto latifundiário, atuando no sentido não apenas de bloquear o avanço da reforma agrária e a conquista de novas terras de povos e comunidades tradicionais, como de pressionar pela re-mercantilização das terras conquistadas por eles na chamada 'virada territorial' da Amazônia. No contexto específico do sudeste paraense, a formação de manchas de assentamentos que indicavam processos de territorialização da luta pela terra estão sendo englobadas em complexos territoriais mais amplos em que predominam uma elevada concentração fundiária e o estabelecimento de relações produtivas e reprodutivas comandadas pelos interesses das grandes propriedades.

Nesse contexto, a questão da terra assume um papel chave nas lutas políticas regionais. A mercantilização da terra tem sido um ponto importante da construção de uma coerência estruturada de acordo com a convergência de interesses da mineração e da agroindústria pecuária, inclusive para a reprodução desses subsistemas através de sua expansão territorial. No entanto, como a dominação da terra-mercadoria é elemento determinante para a participação na distribuição da renda fundiária, mesmo que de forma desigual, ela se torna uma possibilidade de investimento das massas redundantes de capitais regionais, em busca de oportunidades de valorização, ampliando o interesse das frações regionais nelas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista político, a dominação da terra amplia as possibilidades de atuação na mediação dos interesses hegemônicos na região, garantindo formas de uso compatíveis com as perspectivas do agro-mínero-negócio.

A luta camponesa pela terra expressa uma contradição chave desse processo. Em parte, pode ser considerada como parte das lutas distributivas que permite a inclusão de certos grupos sociais e frações de classe nesses subsistemas

econômicos, atuando como uma espécie de concessão material na consolidação do projeto hegemônico. No entanto, nesses casos, essa distribuição de terras está associada a implementação de mecanismos de sujeição da renda da terra, através da inserção subordinada de camponeses na produção pecuária integrada à agroindústria de carne e mediada pelos grandes produtores e pelo sistema financeiro, assim como na própria ampliação da mercantilização da terra, fortalecendo seu caráter de pequena propriedade privada via mecanismos de regularização fundiária e titulação de assentamentos.

Por outro lado, a luta camponesa pela terra pode significar um enfrentamento mais profundo à coerência estruturada pelos interesses do projeto hegemônico agromineral, atuando como força de solapamento. Essa perspectiva se dá quando a terra não apenas é retirada do mercado de terras, via constituição de assentamentos de reforma agrária, mas também quando, a partir dela, leva a constituição de comunidades camponesas, assim como de povos e comunidades tradicionais, que afirmam e politizam suas territorialidades específicas e o próprio sentido do território.

A luta pela terra pode assumir perspectiva emancipatória ao dar visibilidade para outras concepções de mundo, inclusive negando a mercantilização da terra e da natureza e a subordinação do território aos interesses da produção do valor. A terra conquistada ou recuperada nessa luta pode gerar territórios de r-existência que avancem para a (re)criação de laços comunitários na contra-corrente das relações de poder hegemônicas e na constituição de outras formas de coesão política. Dessa forma, podem ampliar a politização das lutas pela terra para além de seu caráter distributivo e economicista e criar outras politicidades que se configurem como disputas propriamente territoriais em múltiplas escalas e não apenas no espaço vivido, inclusive atuando com e contra o Estado.

A luta pela terra pode apresentar um significado principal de emancipação política, reorganizando as bases políticas do poder desde a escala cotidiana até a escala propriamente territorial, mas sem se desvincular das lutas mais gerais por reforma agrária e por alterações nas dinâmicas de acumulação e de organização socioespacial. Por isso, as lutas pela terra envolvem não apenas as ações diretas dos agentes em luta, mas também os mediadores entre essas lutas e o Estado em diferentes escalas, assim como a construção de alianças.

A emergência da estratégia de acumulação rentista agroindustrial e as reconfigurações das conexões da Amazônia aos seus circuitos espaciais de produção

e circulação de commodities de exportação alteraram as alianças políticas que, mesmo de forma contraditória, deram sustentação a chamada virada territorial, enquanto expressão da territorialização das lutas sociais na Amazônia. No contexto atual, não apenas essas alianças regionais foram se alterando, como as relações de poder locais foram se reconfigurando de forma a despolitizar as estratégias construídas pelos movimentos sociais de luta pela terra na condensação de lutas territoriais por direitos, sobretudo através da pressão junto ao Estado e da participação como sujeito político reconhecido institucionalmente.

Essa alteração das relações políticas gerou um novo impasse às forças sociais que lutam pela desconcentração da terra, bloqueando novas conquistas de terras e ameaçando com a reversão das conquistas anteriores via a reinserção dessas terras no mercado, além de fragmentar as diferentes lutas e retirar o protagonismo dos próprios sujeitos locais. Esse impasse exige uma reconstrução das estratégias de politização da luta pela terra, em um contexto em que predominam relações assimétricas desfavoráveis com o Estado e com outras forças anteriormente aliadas, porém em que foram acumulados trunfos de conquistas territoriais e de produção de suas próprias territorialidades que atuam como base para processos mais autônomos de emancipação.

Abstraindo-se a trama de processos regionais, muitos deles originados por agentes e centros de decisões que se movimentam em outras escalas, suas especificidades contribuem para uma atualização da leitura da formação socioespacial em uma perspectiva que ressalte tanto as desigualdades espaciais como as dinâmicas mais gerais que a caracterizam. Nessa perspectiva, as interfaces entre a questão agrária e a questão regional reafirmam a persistente centralidade da problemática da terra, nunca verdadeiramente enfrentada enquanto projeto societário nacional de ruptura com os padrões hierárquicos de poder.

A atual estratégia de acumulação não apenas reforçou certas perspectivas históricas de longa duração da formação socioespacial brasileira, como o caráter rentista e patrimonialista da acumulação que gera uma perspectiva permanentemente expansiva de dominação do território nacional – uma espécie de fuga para frente, como alterou as relações de organização territorial imprimindo um caráter mais fortemente privatista. Fortaleceu-se, assim, o poder estruturante de agentes privados na gestão espacial, em especial as grandes corporações mundializadas, legitimados através de suas alianças com os blocos de poder nacionais e regionais.

Desde essa perspectiva, o estudo das novas frentes de expansão do agromínero-negócio, especialmente quando analisado em suas especificades territoriais, revelam que a modernização da produção de *commodities* estruturada por estratégias rentistas-agroindustriais não significa a eliminação da problemática da terra e seus desdobramentos em termos de destruição ambiental e conflitos sociais. Ao contrário, significa uma atualização dos pactos latifundiários locais, vinculados de forma subordinada a dinâmicas estruturais e persistentes de dominação territorial extensiva vinculadas a existência de oligarquias rentistas e patrimonialistas e de padrões concentradores em termos econômicos e excludentes em termos de poder. Significam, ao mesmo tempo, novos impasses para as lutas dos movimentos sociais do campo, face à perda de eficácia de suas estratégias e alianças construídas os últimos 30 anos. Novos impasses, ao mesmo tempo, são desafios e possibilidades de reinvenção e politização das ações dos subalternos, sustentadas na memória das lutas já realizadas e nas suas marcas grafadas no espaço, mas também na compreensão das novas determinações a serem enfrentadas.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Desigualdade Ambiental, Economia e Política. **ASTROLABIO**, n. 11, ano 2013. Disponível em: <http://www.revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/> Acesso em 15/06/2016.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados** 24 (68), 2010.
- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, Identidades e Territórios. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ / IPPUR, 2012, p. 9 – 45.
- ACSELRAD, Henri. **Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro**. Paper apresentado no II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, 2008. Disponível em <http://www.etter.ippur.ufrj.br/publicacoes/68/sustentabilidade-e-articulacao-territorial-do-desenvolvimento-brasileiro> Acesso em 27/08/2018.
- ACSELRAD, Henri; BARROS, Juliana Neves. Os Descaminhos da Associação entre o ‘Senhor Capital’ e a ‘Senhora Terra’. In: **Conflitos no Campo – Brasil**, 2012. Goiânia: CPT Nacional, 2013. p. 18 – 24
- AFONSO, José Batista Gonçalves. **O Massacre de Eldorado dos Carajás e a Luta do Movimento Camponês pela Terra no Sul e Sudeste do Pará**. Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, PDTSA/UNIFESSPA. *mimeo*, 2016, 174 f.
- ALENTEJANO, Paulo R. R. A Política Agrária do Governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Revista OKARA: Geografia em Debate**, v. 12, nº 2, 2018, p. 308 – 325.
- ALENTEJANO, Paulo R. R. Os Movimentos Sociais Rurais e a Teoria Geográfica. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Rio de Janeiro, 2006, CD ROOM.
- ALENTEJANO, Paulo R. R. Questão Agrária e Agroecologia no Brasil do século XXI. In: Molina, Mônica Castagna et al. (org.) **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre questão agrária e agroecologia no Brasil do século XXI**. Brasília: NEAD, 2014, p. 23 – 57.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de et al. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Agroestratégias e Desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de et al. (orgs.) **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **O GETAT e a Arrecadação de Áreas Rurais**

**como Terra Devoluta.** Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), 1985.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. As Feiras em Cidades Médias da Amazônia: as relações desenhadas a partir das experiências nas cidades de Marabá-PA, Macapá-AP e Castanhal-PA. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, 2016, p. 376-391. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465> Acesso em: 15/03/2018.

AMIN, Samir. O Capitalismo e a Renda Fundiária: a dominação do capitalismo sobre a agricultura. In: AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 9 – 40.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. No Princípio era a Terra: a territorialização das lutas agrárias no contexto de expansão capitalista na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografia Social, Terra e Território.** Rio de Janeiro: UFRJ / IPPUR, 2013, p. 201 – 236.

ASSIS, William Santos de. **A Construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense.** Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ. *mimeo*, 2007, 242 f.

BACHA, Carlos J. C.; STEGE, Alysson L. e HARBS, Ricardo Harbs. Ciclos de Preços de Terras Agrícolas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, ano XXV, nº 4, out/nov – dez 2016, p. 18 – 37.

BARRIOS, Sonia. Dinamica Social y Espacio. In: **MORVEN: Metodologia para el Diagnostico Regional.** Caracas: CENDES – Universidad Central de Venezuela, 1980, p. 7 - 16. *Mimeo*.

BARROS, Maria Vitória Martins. **A Zona Castanheira do Médio Tocantins e Vale do Itacaiunas:** reorganização do espaço sob efeito das políticas públicas para a Amazônia. Monografia de Conclusão de Curso de Geografia, Campus do Sul do Pará/UFPA. *mimeo*, 1992, 101 f.

BARTRA, Armando. **El Capital en su Laberinto:** de la renta de la tierra a la renta de la vida. Mexico D.F.: Universidad Autónoma de la Ciudad de México / Centro de Estudios para el Desarrollo Rural / Editorial Itaca, 2006, 382 p.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. In: Vieira, Ima Célia G. (org.) **As Amazônias de Bertha K. Becker:** ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica, vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015a, p. 15 – 257.

BECKER, Bertha K. Grandes Projetos e Produção de Espaço Transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia. In: Vieira, Ima Célia G. (org.) **As Amazônias de Bertha K. Becker:** ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica, vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015b, p. 466 – 488.

BECKER, Bertha K. Novas Territorialidades na Amazônia: desafios às políticas públicas. In: VIEIRA, Ima C. G. (org.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**, v. 03. Rio de Janeiro: Garamond, 2015c, p. 505 – 514.

BOITO JR, Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. Comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. *Crítica Marxista*, n 15, 2002, p.127-139. Disponível em:



[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/comentario14comentario2.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario14comentario2.pdf) Acesso em 18/10/2018.

BORRAS JR, Saturnino M. et al. Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n° 38, 2013. p. 75 – 103.

BRANDÃO, Carlos A. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de et al. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010b, p. 39 – 69.

BRANDÃO, Carlos A. **Por uma Geoeconomia Política Espacial Urbana da Nova (e da velha) Sociedade Urbana**. *No prelo*.

BRANDÃO, Carlos A. Producción social del ambiente construido y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. In Victor Ramiro Fernández y Carlos Brandão (Directores), **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Argentina: Miño y Dávila / Universidad de Litoral, 2010a, p. 241 – 271.

BRANDÃO, Carlos A. **Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, Carlos A. Território e Mudanças no “Padrão de Sociabilidade” no Brasil. In: ORTEGA, Antônio C. (org.) **Desenvolvimento territorial**. Campinas: Alínea, 2007a.

BRENNER, Neil. Reestruturação, Reescalamento e a Questão Urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, N°33, 2013. p. 198-220

BUNKER, Stephen G. Os fatores Espaciais e Materiais da Produção e os Mercados Globais. In: Coelho, Maria Célia N. & Monteiro, Maurílio de A. (org.). **Mineração e Reestruturação Espacial da Amazônia**. Belém: NAEA, 2007, p. 65 – 101.

CAMARGO, Aspásia de A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930 – 1964). In: B. Fausto (org.) **História geral da civilização brasileira - O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1981, tomo 3, vol. 3, p. 121-224.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930 – 1970**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CANO, Wilson. Novas Determinações sobre as Questões Regional e Urbana após 1980. **Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, Nov. 2011.

CANO, Wilson. Prefácio. In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017, 11 – 19 p.

CARDOSO, Fernando H. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. FAUSTO, B. (coord.) **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, Vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 17-57.

CARDOSO, Fernando H.; MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, ed. online.

CECEÑA, Ana Esther & BARREDA, Andrés. La Producción Estratégica como

Sustento de la Hegemonía Mundial: aproximación metodológica. In: \_\_\_\_\_ (coord.) **Producción Estratégica y Hegemonía Mundial**. México: Siglo Veintiuno Ed., 1995, p. 15 – 51.

CECEÑA, Ana Esther. Chevron: la territorialidad capitalista en el límite. In: \_\_\_\_\_ y Ornelas, Raul (coord.). **Chevron: paradigma de la catástrofe civilizatoria**. México: Siglo Veintiuno Ed. / UNAM / IIEc, 2017, p. 7 – 52.

CECEÑA, Ana Esther. **Derivas del Mundo en el que Caben Todos los Mundos**. México: Siglo XXI / CLACSO, 2008.

CECEÑA, Ana Esther. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Hegemonias e Emancipações no Século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 07 – 12.

CECEÑA, Ana Esther. La Territorialidad de Las Corporaciones. In: \_\_\_\_\_ y Ornelas, Raul (coord.). **Las Corporaciones y la Economía-Mundo: el capitalismo monopolista y la economía mexicana en retrospectiva**. México: Siglo Veintiuno Ed. / UNAM / IIEc, 2016, p. 108 – 133.

CECEÑA, Ana Esther. Sujeitando o Objeto de Estudo, ou da Subversão Epistemológica como Emancipação. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Os Desafios das Emancipações em um Contexto Militarizado**. São Paulo: Expressão Popular / CLACSO, 2008a. 11 – 40p.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la Dominación: la integración de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA)**. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007, 60 p.

CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: \_\_\_\_\_ **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35 – 67.

COELHO, Maria Célia N. A Polêmica Ocupação dos Sem-Terra na Região de Carajás. In: Ximenes, Tereza (org.). **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: NAEA/UFP/UNAMAZ, 1997, p. 495 – 530.

COELHO, Tádzio Peters. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: Zonta, Márcio; Trocate, Charles (org.). **A Questão Mineral no Brasil vol. 1**. Marabá: Iguana Editorial, 2015.

CORAGGIO, Jose L. Los Complejos Territoriales dentro del Contexto de los Subsistemas de Producción y Circulación. **Revista Geográfica de América Central**, n. 23-24, 1991, p. 43 – 83.

CORAGGIO, Jose L. Una Lectura de Polanyi desde la Economía Social y Solidaria en América Latina. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 16, n. 31, jun 2014, p. 17-35.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: Lander, E. (org) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismos e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 50 – 62. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>

CORRÊA, Roberto Lobato. Cidades Médias e Rede Urbana. In: Silva, William Ribeiro da; Sposito, Maria E. Beltrão (org.). **Perspectivas da urbanização:**

reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 29 – 38.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação Sócio-Espacial, Escala e Práticas Espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

COSTA, Francisco de A. Dinâmica Fundiária na Amazônia: concorrência de trajetórias, incertezas e mercado de terras. In: MALUF, Renato S. e FLEXOR, Georges (orgs.) **Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017, p. 52 – 71.

COSTA, Francisco de A. e FERNANDES, Danilo A. Dinâmica Agrária, Instituições e Governança Territorial para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 3, set-dez 2016, p. 517 – 552.

COSTA, Francisco de A. Mercado de Terras e Trajetórias Tecnológicas na Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 2 (45), ago. 2012c, p. 245 – 273.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPa, 1992.

COSTA, Francisco de Assis. **Elementos para uma Economia Política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012b.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012a.

COSTA, Francisco de Assis. Lugar e Significado da Gestão Pombalina na Economia Colonial do Grão-Pará. **Nova Economia**, 20 (1), jan – abr de 2010, p. 167 – 206. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/neco/v20n1/05.pdf> Acesso em 21/10/2018.

CPT – Comissão Pastoral da Terra / Sub-secretaria de Marabá. **Imóveis Adquiridos pelo Grupos Santa Bárbara no Sul/Sudeste do Pará**. *Mimeo*. Marabá, 2017a, 136 f.

CPT – Comissão Pastoral da Terra / Sub-secretaria de Marabá. **Of. s/nº encaminhado à Exma. Sra. Promotora de Justiça da Promotoria Agrária de Marabá com referência à Fazenda Santa Tereza, Município de Marabá**. *Mimeo*. Marabá, 2017b, 8 f.

CPT NORTE II. **Relatórios de Conflitos**. Belém, *mimeo*, 1988.

CRUZ, Valter do Carmo. Das Lutas por Redistribuição da Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ / IPPUR, 2013, p. 119 – 176.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil: 1950 – 2003. In: JACCOUD, Luciana (org.) **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, v. 01, p. 51 – 90.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

DULONG, Renaud. “A crise da relação Estado/sociedade local vista através da

política regional”. In: POULANTZAS, Nicos (Org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos y BORRAS, Saturnino M. Global Land Grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly**, nº 34 (9), 2013, p. 1517–1531.

EGLER, Cláudio A. G. Preço da Terra, Taxa de Juro e Acumulação Financeira no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 1, jan-mar 1985, p. 112- 135. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/17-6.PDF> Acesso em: 15/01/2018.

EMMI, Marília F.; MARIN, Rosa E. Acevedo; BENTES, Rosineide da Silva. O Polígono Castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. **Pará Agrário**, nº 02, jan – jun de 1987.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

ETC Group. Campo Jurásico: La guerra de los dinosaurios del agronegocio. **Cuaderno No. 115 del Grupo ETC**, diciembre 2015. Disponível em [http://www.etcgroup.org/files/files/etc\\_breakbad\\_esp\\_v5-final\\_may11-2016.pdf](http://www.etcgroup.org/files/files/etc_breakbad_esp_v5-final_may11-2016.pdf) Acesso em set.2017

FERNANDES, Bernardo M., MEDEIROS, Leonilde S. e PAULILO, Maria Ignez. Introdução. In: \_\_\_\_ (orgs.) **Lutas Camponesas**: condições, dilemas e conquistas, vol. 2 – a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo/Brasília: Ed. UNESP, NEAD. 2009, p. 23 – 31.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de Terras**: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio P. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. **Contexto Internacional**, Vol. 39, No. 2, maio-agosto 2017, p. 393 – 420.

FURTADO, Celso. A operação Nordeste [1959]. In: **O Nordeste e a saga da Sudene**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GASQUEZ, José G.; BASTOS, Eliane T. e VALDES, Constanza. Preços da Terra no Brasil. **XLVI Congresso da SOBER** – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – AC, julho de 2008. Disponível em < <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/106106/2/587.pdf> > Acesso em 27/07/2018.

GHIBAUDI, Javier; LALTUF, Igor. Uma Aproximação à Economia Política do BNDES no Período 2003 – 2014. In: VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia Braga (edit.). **BNDES**: grupos econômicos, setor público e sociedade civil. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, p. 37 – 58.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A Luta pela Terra e a Política de Assentamentos Rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **AGRÁRIA**, nº 8, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. População e Sociedade. In: **Col. História do Brasil Nação 1808-2010** [Schwarcz, L. M.], vol. 4, Olhando Para Dentro 1930 – 1964, Gomes, A. C. (coord.), Fundacion Mapfre/Objetiva, 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

GONZÁLEZ, Sara. Las narrativas escalares de la globalización. Neoliberalismo y ciudades competitivas neoliberal. In Víctor Ramiro Fernández y Carlos Brandão (Directores), **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Argentina: Miño y Dávila / Universidad de Litoral, 2010. p. 123 – 149.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. USP, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 2007, p. 19 – 45.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HARVEY, David. A Geopolítica do Capitalismo. In: \_\_\_\_\_ **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Annablume, 2006. 125 – 160p.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HÉBETTE, Jean et al. Cruzando uma Zona de Fronteira em Conflitos: o leste do médio Tocantins. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**, v. 02. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, Rosa E. Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais: reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Bellém-Brasília. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**, v. 01. Belém: EDUFPA, 2004.

HEREDIA, Beatriz et. al. Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 18, abril de 2002, p. 73 – 111. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/heredi18.htm> Acesso em 18/10/2018.

HOBBSBORN, Eric J. Introdução. In: MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991, p. 13 – 64 p.

HOFFMANN, Rodolfo. Estrutura Agrária e Acesso à Terra. In: SENRA, Nelson de C. (coord.) O Censo Entra em Campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91157.pdf> Acesso em: 17/01/2018.

HOFMEISTER, Naíra; SILVA, José Cícero. Quanto Vale um Rio? **Reportagem Pública – Agência de Jornalismo Investigativo**. Publicado em 05 de dezembro de

2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/12/quanto-vale-um-rio/> Acesso em: 08/03/2018.

IANNI, Octavio. **A Luta pela Terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento no Brasil** (1930 – 1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBGE. **Região de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=282011&view=detalhes> Acesso em 31/01/2018.

IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. **Expansão do Capital, Luta de Classes e Poder Local na Amazônia**: um estudo sobre a composição do poder político no município de Marabá/Pará (1985-2012). Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, PDTSA/UNIFESSPA. *mimeo*, 2014, 154 f.

INCRA – Superintendência Regional do Sul do Pará. **Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA**. Atualizado em 22/05/2017. Planilha Eletrônica.

INCRA. **Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária – SIPRA**. Atualizado em 12/05/2015.

JESSOP, Bob. Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral. **Crítica Marxista**, n.29, 2009. 97-121 p.

JESSOP, Bob. Estratégias de Acumulação, Formas Estatais e Projetos Hegemônicos. **Ideias**, Ano 14 (1/2), 2007.

KERCKHOFFS, Thijs; van OS, Roos and VANDER STICHELE, Myriam. Financing Food Financialisation and Financial Actors in Agriculture Commodity Markets. **SOMO Paper**. Amsterdã, 2010. Disponível em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1597138](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1597138) Acesso em 23/09/2017

KLINK, Jeroen. A Escalaridade e a Espacialidade do (Novo) Desenvolvimentismo: uma exploração conceitual para o debate. In: Brandão, C. e Siqueira, H. (orgs.) **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

LANDER, E. Marxismo, Eurocentrismo y Colonialismo. In: Atilio, B.; Amadeo, J.; Gonzalez, S. (orgs.). **La teoria marxista hoy**. Problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006. 209 – 243 p.

LEITE, Sérgio et al. **Impacto dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA, NEAD / São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Tempo Brasileiro**, 2004, p. 251 - 290. Disponível em [http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_paullittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf) Acesso em 20/10/2018.

MALAGODI, Edgard. A Nova Ruralidade e a Questão Agrária no Brasil. **Anais do**

**XXXII Encontro Anual da ANPOCS.** Caxambu, 2008.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** São Paulo: Polis, Petrópolis: Vozes, 1984.

MARQUES, Gilberto S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953 - 1966) **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013

MARTIN, Sarah J. and CLAPP, Jennifer. Finance for Agriculture or Agriculture for Finance? **Journal of Agrarian Change**, 15. 2015, p. 549–559.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1985, 134 p.

MARTINS, José de Souza. A Reprodução do Capital na Frente Pioneira e o Renascimento da Escravidão no Brasil. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, S. Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite:** emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: HUCITEC, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência:** a questão política no campo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982, 181p.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. Impasses Políticos dos Movimentos Sociais na Amazônia. **Tempo Social – Rev. de Soc. da USP**, 1(1), 1º sem. de 1989, p. 131 – 148. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83341/86371> Acesso em: 30/10/2018.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. O Tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social – Ver. Sociol. USP**, 8 (1), maio de 1996, p. 25 – 70.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991a, 137 p.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 1, Volume II. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil – DIFEL, 1987.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 3, Volume VI. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991b.

MASSEY, Doreen B. **Pelo Espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312 p.

MCMICHAEL, Philip. The land grab and corporate food regime restructuring. **Journal of Peasant Studies**, 39: 3-4. 2012, p. 681 – 701.

MEDEIROS, Leonilde S. de. Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e

Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária o Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MEDEIROS, Leonilde S. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELO, Ana Carolina C. de; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia. **Nova Economia**, vol. 26, n. especial, 2016, p. 1211 – 1243.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964 – 1993)**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010.

MICHELOTTI, Fernando. Atualização das Estratégias de Gestão de Recursos Florestais por Camponeses na Região de Marabá – PA. **Anais do 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, Niterói – RJ, 2006, CD ROOM.

MONTEIRO, Maurílio de A. **Siderurgia e Carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional**. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, NAEA/UFPA. *mimeo*, 1996, 206 f.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu & COELHO, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004

MORAES, Antônio Carlos R. Os Circuitos Espaciais de Produção e os Círculos de Cooperação no Espaço. In: Dantas, Aldo; Arroyo, Mônica; Catais, Márcio (org.). **Dos Círculos da Economia Urbana aos Circuitos Espaciais de Produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo Vermelho Ed., 2017, p. 25 – 47.

MORÁN, Emilio F. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOREIRA, Ruy. **A Formação Espacial Brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a S. João do Araguaia: vale do rio Tocantins**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura; Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1989.

MUCHAGATA, Márcia G. et al. Em Busca de Alternativas ao Uso Predatório dos Recursos Florestais na Fronteira Amazônica. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v.1, n.1, 1996, p. 21 - 38.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In: Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ / Expressão Popular, 2012, p. 32 – 40.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.



NUNES, Débora Aquino. **Feiras-Livres & Feiras de Exposição**: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense. Dissertação de Mestrado – PPG em Desenv. Sust. no Trópico Úmido / NAEA-UFPA, 2015. *Mimeo*.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades da força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Volume 11. 1979.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Lãnde Editorial, 2016, 545 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de et al. [conselho editorial] Apresentação à Coleção História Social do Campesinato Brasileiro. In: Godoi, Emília P.; Menezes, Marilda A. de; Acevedo Marin, Rosa (org.) **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias – vol. 2. São Paulo: Ed. UNESP / Brasília: NEAD, 2009, p. 9 – 17.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Reforma Agrária, Grilagem das Terras Públicas e a Luta pela Terra e Território no Brasil. In: Universidad de Havana. (Org.). **Por una América Latina unida y sustentable**. HAVANA - CUBA: Distribuidora Nacional ICAIC, 2015, v. 01, p. 01-15. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf> Acesso em 20/10/2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, nordeste, planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Lucilei Martins de. **Deslocamento Compulsório de Agricultores Familiares por Empresas Mineradoras**: o caso do projeto Onça-Puma no município de Ourilândia do Norte – Pará. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará, 2012. 108 f.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados (online)**. Vol. 3, nº 7, São Paulo, Set-Dec, 1989. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006> >

PAULANI, Leda M. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 3 (144), jul-set 2016, p. 514 – 535.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do Posseiro ao Sem-Terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Ed. UFPE, 2015, 386 p.

PEREIRA, João M. M.; ALENTEJANO, Paulo R. R. *El Agro Brasileño*: de la

modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio. In: ALMEYRA, Guillermo; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano; PEREIRA, João M. M.; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (Orgs.) **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)** – vol.1. México – DF / Buenos Aires / Buenos Aires: UAM Xochimilco / CLACSO / Ed. Continente, 2014, p. 50-140.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Eduardo Costa et al. A Economia Política dos Governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. **UFRJ – Textos para Discussão**, nº 04, 2016. Disponível em

[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD IE 004 2016\\_COSTA PINTO et al.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD_IE_004_2016_COSTA_PINTO_et_al.pdf)

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000, 337 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e ALENTEJANO, Paulo R. R. A Reconfiguração da Questão Agrária e a Questão das Territorialidades. **ALAI – América Latina em Movimento**, 2011. Disponível em:

<https://www.alainet.org/pt/active/47807> Acesso em: 15/12/2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Territorialidade Seringueira: geografia e movimento social. **GEOgraphia**, ano 1, n. 2, 1999, p. 67 – 88. Disponível em <file:///C:/Users/Coordena%C3%A7%C3%A3o/Downloads/19-69-1-PB.pdf> Acesso em 20/10/2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, 112 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In: SADER. Emir; CECEÑA, Ana Esther (orgs.) **La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002, 217 – 256 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O Complexo de Violência e Devastação da Amazônia Brasileira: o caso do sudeste do Pará. **Proposta**, v. 114, 2007, p. 25 – 40.

POSEY, Darrell A. Os Kayapóe a Natureza. **Ciência Hoje**, v. 2, n. 12, 1984, p. 35 – 41.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. FAUSTO, B. (coord.) **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, Vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 172-212.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências**

sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2010, p. 227 - 278.

RAMÍREZ V., Blanca R. Do Debate sobre as Escalas à Apologia Localista na América Latina. In: BRANDÃO, C. A.; RAMIRO F., V.; RIBEIRO, L. C. Q. (orgs.) **Escalas Espaciais, Reescalamentos e Estatalidades**: lições e desafios para América Latina. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópolis; Letra Capital Editora, 2018, p. 140 – 166.

REYDON, Bastiaan P. e FERNANDES, Vitor B. Financialization, Land Prices and Land Grab: a study based on the Brazilian Reality. **Economia e Sociedade**, v. 26, número especial, 2017, p. 1149 – 1179.

ROFMAN, Alejandro. Notas sobre Subsistemas Espaciais e Circuitos de Acumulação regionais. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, nº 1, 2016, p. 247 – 274.

ROMEIRO, Adhemar et al. (orgs.) **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes / Rio de Janeiro: IBASE/FAO, 1994.

RUBIO, Blanca. ¿Resurge la Renta de la Tierra? La valorización de los bienes agropecuários y su impacto em América Latina. **Revista ALASRU – Análisis Latinoamericano del Medio Rural**, nº 10, octubre 2014, p. 127 – 145.

RUBIO, Blanca. **El Dominio del Hambre**: crises de hegemonia y alimentos. México: Univ. Aut. Chapingo – Colegio de Postgraduados / Univ. Aut. de Zacatecas / Juan Pablos Editor, 2015.

RUBIO, Blanca. **Explotados y Excluidos**: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. México: Plaza y Valdes Ed. / Univ. Aut. Chapingo, 2012.

SAHA, Suranjit K. Industrialização e Mudança Social na Área de Marabá – Carajás na Amazônia Oriental Brasileira. In: COELHO, Maria Célia N; COTA, Raymundo G. (orgs.) **Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, Editora Gráfica Supercores, 1997, 107 – 136 p.

SANTOS, Marcelo M. Reflexões sobre a Crise no Setor Siderúrgico do Distrito Industrial de Marabá e as Estratégias Empresariais. **Confronteiras**, v. 1, n. 1, 2017, 54 – 76 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo –razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da USP, 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, 1977. Disponível em <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949> Acesso em 18/09/2017

SANTOS, Renato Emerson Nascimento. **Movimentos Sociais e Geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, Vol. 11, No. 23, julho – 2016, p. 06 - 42.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 50, n° 3, p. 503-524, Jul/Set 2012.

SILVA, Fábio Carlos da. 'Desapropriação' Negociada: a exceção que virou regra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, ano 18, n° 01, abr – jul de 1988.

SILVA, Harley; DINIZ, Sibelle; FERREIRA, Vanessa. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 15, n. 2, novembro de 2013.

SILVEIRA, Maria Laura. Finanças, Consumo e Circuitos da Economia Urbana na Cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, v.22, n.55, 2009, p. 65-76.

SINGER, André. A (falta de) Base Política para o Ensaio Desenvolvimentista. In: \_\_\_\_ ; LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21 – 54.

SIQUEIRA, Hipólita. Dinâmica Regional Brasileira (1990-2012). In: BRANDÃO, Carlos A. e \_\_\_\_ (orgs.) **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

SMITH, Neil. Contornos de uma Política Espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.) **Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

SOJA, Edward W. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes S. Escala geográfica, "construção social da escala" e "políticas de escalas". In: SOUZA, M. L. S. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2013. p. 179 – 216.

SVAMPA, Maristella. Pensar el desarrollo desde América Latina. In: MASSUH, Gabriela. **Renunciar al bien común: extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Mardulce, 2012.

SWYNGEDOUW, Erik. ¿Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. In Victor Ramiro Fernández y Carlos Brandão (Directores), **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Argentina: Miño y Dávila / Universidad de Litoral, 2010. p. 47-76.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes. In: \_\_\_\_ (org.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 129 – 154.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A Economia Política dos Governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, dez. 2012.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa – vol I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 204 p.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; RIBEIRO, Rovaine. Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. In: Trindade Jr., Saint-Clair Cordeiro da et al. **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia**. Belém: FASE / ICASA-UFGA/ Observatório Comova, 2009, 333 – 359.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; MADEIRA, Welbson do Vale. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016, p. 37-54.

VAINER, Carlos B. Lugar, Região, Nação, Mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. R. B. **ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, v. 8, n. 2, novembro 2006. p. 9 – 29.

VALE S. A. **Relatório Anual de Acordo com a Seção 13 ou 15(d) da lei de Mercado de Capitais de 1934 para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2016**. Registrado na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em 10/04/2017. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/annual-reports/20f/Paginas/default.aspx> Acesso em: 05/03/2018.

VANDER STICHELE, Myriam. **How Financialisation Influences the Dynamics in the Food Supply Chain**. SOMO Discussion Paper. Amsterdã, 2014. Disponível em: Acesso em 23/09/2017

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, ed. online.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme: o caso da agricultura no capitalismo. In: AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 43 – 161.

VERÍSSIMO, Adalberto; LIMA, Eirivelthon; LENTINI, Marco. **Polos Madeireiros do Estado do Pará**. Belém: IMAZON, 2002.